

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL
Volume 1



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

No pórtico do Tomo XL das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa – Classe de Letras* presta-se homenagem à memória dos Académicos Ilídio do Amaral, Ivan Junqueira, João Bigotte Chorão, José Alberto Loureiro dos Santos, D. José Policarpo, Luiz Francisco Rebello, Mário Soares, Raul Rosado Fernandes e Vasco Graça Moura que, com a sua dedicação e o seu saber, prestaram a esta Academia os mais altos serviços.

O presente tomo reúne as comunicações apresentadas nas sessões académicas da Classe de Letras nos anos de 2009 e 2010.

Título: Memórias da Academia das Ciências de Lisboa
Classe de Letras
Tomo XL – Volume 1

Edição: Academia das Ciências de Lisboa

Impressão: Gráfica 99

Data de impressão: Setembro de 2019

ISBN: 978-972-623-365-7

Depósito legal: 61370/92

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

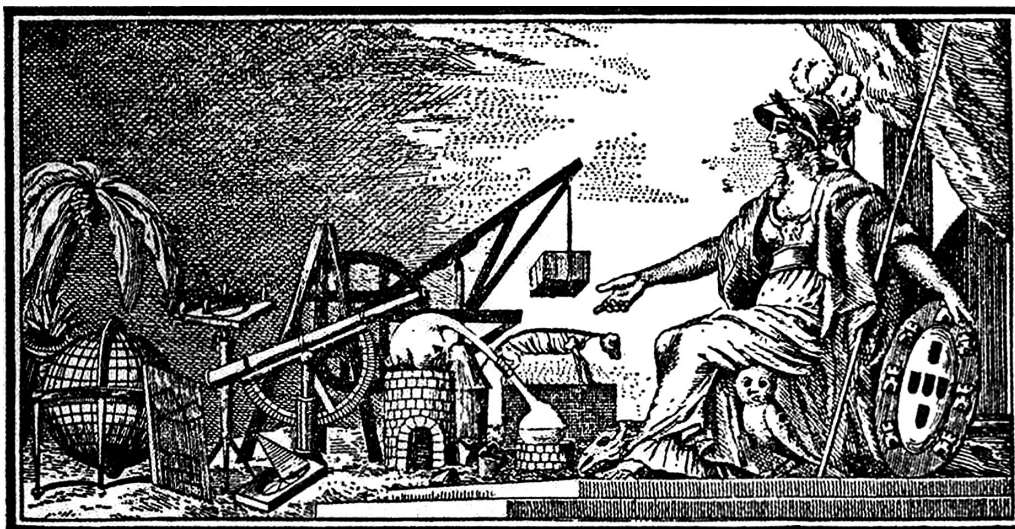
CLASSE DE LETRAS

TOMO XL
Volume 1



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019



Individualismo metodológico (A micro fundação da macroeconomia)

MANUEL JACINTO NUNES†

[O autor, cuja morte em 14 de Julho passado a todos nos surpreendeu e consternou, não teve oportunidade de rever as primeiras provas desta comunicação, tendo-me a viúva e filha pedido uma leitura adicional e muito apoiaram a preparação da minha homenagem, entretanto publicada em *Nova Cidania*, n.º 54, Outono-Inverno, pp. 51-56, à memória do decano dos economistas portugueses e da 6.ª secção (economia e finanças). Conforme aí referido, a homenagem decorre de ações conjuntas entre 2008 e o elogio ao anterior decano, António Manuel Pinto Barbosa, publicado como *NOVA School of Business and Economics Working Paper*, n.º 577, com saudação por Pedro Soares Martínez, decano da 5.ª secção (direito e ciência política), e um testemunho inédito de Manuel Jacinto Nunes, o seu último escrito profissional. Ao rever as segundas provas, percebi que a transcrição nunca havia sido vista pelo autor, pois além de um conjunto de erros tipográficos, havia referências em falta e um fim súbito à última comunicação do saudoso «cidadão economista». Lamentavelmente saiu uma versão não revista no tomo XXXVIII, pp. 141-161, conforme errata aí inserida.

Jorge Braga de Macedo]

O conceito de individualismo metodológico, não obstante a ambiguidade que o envolve, é largamente seguido, sendo correntemente definido como a metodologia segundo a qual os fenómenos sociais só podem ser explicados em termos individuais.

Na metodologia da economia pode dizer-se que ele remonta aos primórdios da ciência económica mas de uma forma mais consciencializada desde os utilitaristas ingleses e a escola austríaca.¹

Todavia terá sido Schumpeter, que, em 1908, usou pela primeira vez a expressão individualismo metodológico.

Nos anos trinta do século passado surge de novo a expressão, para na década seguinte Von Mises e Hayek lhe dedicarem especial atenção sendo Popper, provavelmente influenciado por Hayek, a desenvolver o conceito e a divulgá-lo junto dos filósofos.

Como se referiu, não obstante a sua ambiguidade, o conceito tem larga aceitação pela corrente económica dominante, ainda que paradoxalmente alguns dos seus adeptos ensinem macroeconomia, sem a redução, por impossibilidade, a conceitos individuais.

De facto, o individualismo metodológico está intimamente ligado à fundamentação microeconómica da macroeconomia.

A concepção de Schumpeter não é hoje a que tem maior acolhimento. A sua contribuição — para além da introdução da expressão — é a distinção entre individualismo metodológico e individualismo político e sociológico. Na sua *History of Economic Analysis* (1954), Schumpeter entende por individualismo político uma atitude de *laissez faire* em matéria de política económica.

Já em 1908, Schumpeter frisara bem que o individualismo político era inteiramente distinto do individualismo metodológico.

Quanto ao individualismo sociológico, de que não falara em 1908 — diz que «o autogoverno individual constitui a unidade última das ciências sociais e que todos os fenómenos sociais se resumem em decisões e acções individuais, que não necessitam ou podem ser objecto de análise subsequente em termos de factores superindividuais», acrescentando que «este ponto de vista é insustentável porque implica uma teoria do processo social».

¹ A concepção vem do iluminismo e está patente em Locke, Berkeley e Hume, anteriormente a Smith.

Contudo acrescenta: «daqui não se segue que para fins particulares de uma investigação, não seja admissível partir de dados comportamentais individuais sem ir até aos factores que determinam esse comportamento».²

Hodgson, que mais recentemente (2007) analisou as posições de Schumpeter, entende que o individualismo sociológico é de facto o que muitos entendem hoje como individualismo metodológico, mas salienta a rejeição que se assinalou ao individualismo sociológico por implicar uma teoria do processo social. Todavia, parece esquecer a subsequente afirmação de Schumpeter que se citou: «há casos em que é admissível partir de dados comportamentais individuais, sem ir até aos factores que determinam esses comportamentos».³

As generalizações posteriores não podem assentar nas posições de Schumpeter, mas é essencial a sua distinção entre o individualismo metodológico e o individualismo político. A aceitação do último não implica a aceitação do primeiro, mas é incontestável que a aceitação generalizada do individualismo político leva muitos a inclinarem-se para o individualismo metodológico.

Popper insiste convictamente que o comportamento e as acções dos colectivos, tais como Estados ou grupos sociais, devem ser reduzidos ao comportamento e às acções dos indivíduos humanos, ou seja o modo apropriado de estudar os fenómenos sociais é estudar as crenças, as preferências e escolhas dos indivíduos e que qualquer fenómeno social, ainda que aparentemente o mais distante das intenções dos indivíduos, é ainda assim redutível aos indivíduos.⁴

² «Os economistas que construíram as suas estruturas teóricas sobre as hipóteses dos consumidores e produtores individuais estavam sob a suspeição de favorecerem o resultado do livre jogo dos interesses económicos como eles o descreviam» Schumpeter. E prossegue «muitos daqueles teoristas eram de facto economistas liberais e que no fundo as teorias do *laissez faire* se viciaram no hábito de transferir as suas preferências políticas para qualquer assunto prático em discussão» Schumpeter (1954) p. 888.

Schumpeter afirma ainda que mesmo muitos utilitaristas e os austríacos evoluíram, acabando por aceitar a política social e a tributação progressiva. E dá como exemplos: Marshall que manifestou alguma preferência pelo socialismo; Walras que era descrito como um anti-socialista. Schumpeter vai ao ponto de afirmar que foram Marshall, Edgeworth e Wicksell que sustentaram a doutrina que a concorrência livre e perfeita maximiza a satisfação ao nível de uma tautologia inócua. (1954) p. 888.

³ Uma explicação para se proceder desta maneira, como diz Schumpeter (1954) p. 889, vem de considerações da divisão do trabalho, no fundo uma tentativa de conciliação face «à querela dos métodos», entre os históricos e os marginalistas.

⁴ A adjectivação metodológica ao individualismo foi usada pelos positivistas lógicos para distinguir o individualismo metodológico do que eles chamavam «holismo metafísico». Eram em consequência marcadamente anti-holistas.

A hipótese do reducionismo, que já vem dos positivistas lógicos, pressupõe uma hierarquia das ciências onde uma teoria é sempre um caso especial de outra. A teoria da redução respeita à derivação das leis de um domínio das leis de outro domínio, como diz Kincaid.⁵

Dado que as teorias têm terminologias diferentes, a derivação requer que, de algum modo, se estabeleça a correspondência entre os termos da teoria reduzida e os da teoria redutora. São as chamadas «leis ponte», algo de semelhante com o que se passa na física. De acordo com as leis ponte, na nova teoria podem utilizar-se termos da teoria original. Os termos podem não ter o mesmo conteúdo semântico, mas terem a mesma referência. A derivação e as leis ponte não são, todavia, suficientes para sustentar a redução.

A ideia por detrás da redução é que uma teoria reduzida pode explicar tudo o que pode a teoria redutora, mas nem sempre é assim — seria demasiado exigir que seja possível derivar exactamente uma teoria. Em geral, procuramos reduzir uma teoria menos fundamental a outra mais fundamental, assim a teoria reduzida é apenas abrangida parcialmente, o que é inexacto.⁶

Neste processo surgem várias questões: uma é o problema das realizações múltiplas — os fenómenos macroeconómicos podem ser o resultado de diferentes comportamentos individuais.⁷

Outra é o denominado problema de «sensibilidade do contexto», é o caso inverso — um dado comportamento individual pode levar a diferentes entidades sociais em situações diversas.

A agregação das curvas inclinadas de procura individuais é um caso típico. As curvas inclinadas da procura no mercado podem provir de diferentes conjuntos de procura individuais.

Na formulação restrita do individualismo metodológico, os indivíduos devem ser descritos não relacionalmente. Esta concepção corresponde a uma forma de atomismo. Se a explicação assentar só em elementos individuais não relacionados poder-se-á falar em atomismo. É a tese reducionista estrita que suporta o atomismo e a ele opor-se-á não o holismo, mas o organicismo.

⁵ Kincaid (2004) p. 304.

⁶ Kincaid (2004) pp. 304-305.

⁷ Kincaid (1998) e 2004 p. 306. De modo que um termo social não implica a constância correspondente do termo individual.

Se seguirmos Popper, para provar que o individualismo metodológico é uma tese falsa, basta encontrar um caso onde os requisitos para a redução não se verifiquem. Mas, quanto a nós, uma prova mais evidente necessita de razões com outro alcance.

O individualismo metodológico ganha suporte com a verificação de casos reais de redução que levem a alimentar a ideia que é possível ela ser estendida a outros casos. Os individualistas metodológicos têm assim por objectivo provar que a redução é sempre possível e os seus oponentes que ela não é possível em muitos casos.

Individualistas e holistas incorrem em erro quando pretendem defender as suas teses no domínio da filosofia da ciência. Não é possível demonstrar ou negar a credibilidade no plano conceptual — o reducionismo seria no domínio empírico — temos de considerar assuntos substantivos específicos. As avaliações metodológicas só têm sentido perante investigações empíricas concretas.⁸

A ideia de redução é porém uma ideia corrente da filosofia das ciências. A química seria redutível à física, a biologia à química, a psicologia à neurologia. Não só a ciência progrediria com o reducionismo, como o edifício científico das ciências é redutivo.

A história da ciência seria apresentada como um processo cumulativo por reduções sucessíveis e com uma hierarquia dedutiva das teorias científicas. Ora as tentativas insistentes para sustentar esta teoria na física parece não terem resultado.⁹

Teorias consideradas relacionadas pela redução são incomensuráveis. Não haveria assim, segundo os oponentes do individualismo metodológico, possibilidades de redução.

Rosenberg defende o individualismo metodológico, mas vai mais longe ao pôr em causa a existência de factos sociais que foram postos em relevo por Durkheim.¹⁰

⁸ «As disputas metodológicas e as próprias controvérsias empíricas não podem ser decididas em abstracto». O que para Kincaid não é surpreendente se tivermos presentes as teses de Duhem-Quine, que no que toca ao conhecimento, afirma ser como uma teoria de crenças onde tudo, em princípio, é susceptível de revisão — Kincaid (2004) p. 313.

⁹ Rosenberg (1995) pp. 136-140.

¹⁰ Rosenberg em obras anteriores (1976, 1985, 1988) põe mesmo em causa a existência da ciência económica. As teses de Rosenberg têm sido largamente debatidas, nomeadamente por Maki (1996). Sobre esse debate demos conta num capítulo do nosso livro *Epistemologia e Metodologia Económica* (2004).

Para os individualistas, segundo Rosenberg, as pretensões acerca da existência de factos sociais devem ser inteiramente explicadas por proposições acerca dos indivíduos, porque a existência dos indivíduos é, não só necessária, mas suficiente para a existência da sociedade e dos factos sociais.

Se tudo o que necessitamos para produzir factos sociais é a existência de pessoas, é o seu comportamento, como podem os factos sociais consistir em mais do que comportamento dos indivíduos?

As propriedades de uma teoria individualista determinariam as propriedades de uma teoria social.

A agregação das pessoas não seria suficiente para a existência de factos sociais.

Poucos filósofos da ciência, afirma Rosenberg¹¹, considerariam seriamente tal hipótese, mas acrescenta, excepto em último recurso. Porque a questão não seria a admissão da explicação de algo, mas a admissão de algo que não pode ser explicado: o mistério do todo o ser maior que a soma das partes.¹²

¹¹ No capítulo V da *Filosofia da Ciência*, 1995, vai enumerando os argumentos a favor da existência de factos sociais e refutando-os seguidamente.

Rosenberg vai ao ponto de defender se reducionistas e individualistas se defrontarem com fenómenos sociais resistentes à explicação e descrição em termos individuais. Sugere que a referência a tais factos (e a tais agregados) seja considerada um erro. Admite, todavia, que tal não seria convincente para os não convertidos ao individualismo metodológico, assim, outra estratégia seria tratar as teorias macrosociais não como hipóteses verdadeiras ou falsas, mas como instrumentos úteis para sistematizar dados e não para serem tomadas seriamente (1995) p. 279.

¹² Rosenberg apresenta, como se disse, muitas teses características do individualismo metodológico sem rejeitar explicitamente, mas mantendo uma posição de pseudo-distanciamento para lhe permitir ir apresentando os argumentos em favor do holismo.

Um dos pontos onde mais se nota esta posição é a acusação aos individualistas de serem cúmplices do totalitarismo de esquerda e direita, atribuindo às instituições uma vida própria e funções que respeitam a necessidade da sociedade, opostas às necessidades dos indivíduos que as compõem.

Também Viskovatoff dá como exemplo dos individualistas os neo-clássicos e dos holistas os trabalhos de Durkheim.

Outra ideia expressa em Rosenberg (1995) é a necessidade de os holistas abarcarem o funcionalismo — a doutrina segundo a qual explicamos o carácter de algo ou mesmo da sua existência referindo a função que servem. Segundo ele, o holismo e o funcionalismo sustentam-se apenas numa espécie de organismo superindividual, feito de instituições e indivíduos actuando como os seus órgãos, tecidos e células.

Refere ainda a atracção do funcionalismo e do holismo para interpretar as teorias de Marx, na medida em que este considerara a sociedade composta por classes, competindo pela supremacia. A crítica de Marx daria sentido a aspectos de superestrutura ideológica, em termos de interesses não de indivíduos mas de classes.

Todavia Rosenberg reconhece a existência tanto de traços holísticos como individualistas nos escritos de Marx.

Insere-se nesta discussão ressonâncias da aproximação, que referimos ser frequente, entre individualismo metodológico e individualismo político. Esta confusão subsiste por haver muitos que consideram que o individualismo político é necessário ao individualismo metodológico, ou seja, confundem análise com ideologia.

O individualismo metodológico tem naturalmente um correspondente ontológico e a confusão frequente entre individualismo ontológico e individualismo metodológico, não ser a menos perturbadora do que a que foi assinalada por Schumpeter, entre individualismo político e individualismo metodológico.

A afirmação de Margaret Thatcher em 1987: «*There is no such thing as society, only individuals*» é claramente do domínio ontológico, embora muitos economistas cite a frase considerando-a do domínio do individualismo metodológico.

Muitos outros, como Von Mises, defendem o individualismo metodológico com argumentos que são nitidamente do foro ontológico.¹³

Ora o individualismo metodológico não exige o individualismo ontológico. O facto de haver uma tendência para o individualismo metodológico se associar ao individualismo ontológico, reflecte uma tendência, não correspondente a uma condição necessária.¹⁴

O compromisso dos economistas com o individualismo metodológico não é baseado em aplicações com sucesso, que são limitadas. Parece antes assente numa crença intuitiva no individualismo ontológico — tudo o que é fundamental para a economia são os actores económicos individuais. A deriva para a microfundação seria assim causada pelo individualismo ontológico.

Uma tese ontológica corrente é a de que «a sociedade é composta de indivíduos e nada existe para além deles».

Os holistas podem aceitar a primeira parte da tese, mas não aceitam a segunda porque entendem que as entidades colectivas têm um lugar importante na sua ontologia, por virtude do papel que têm no processo explanatório. Assim, este princípio só teria conteúdo significativo conjugado com a explicação e a redução.

Um outro princípio ontológico pode enunciar-se nos seguintes termos: «os processos sociais são completamente determinados por processos envolvendo indivíduos». Este princípio é menos restritivo, admite a existência de factos sociais como supervenientes aos factos individuais.¹⁵

¹³ Quando Hayek afirma que não há qualquer *abstractum* na sociedade para além das acções dos indivíduos, estamos obviamente no domínio ontológico.

¹⁴ O próprio Blaug, um defensor extremo da macroeconomia contra as pretensões individualistas da microfundação, é um adepto do individualismo ontológico (1992) p. 45.

¹⁵ Kincaid (1998) p. 295, (2004) p. 301.

Segundo o conceito de superveniência, domínios ou descrições podem não ser redutíveis a outro domínio e, todavia, depender dele.¹⁶ Um exemplo característico é o conceito de bondade dado por Moore em 1922. Para ele, a bondade não era definível em termos não morais; contudo, aceitava que ela era dependente de factores materiais.¹⁷

Assim, a superveniência descreveria uma dependência que não significava redução e permitia explicar as diferentes espécies por graus de dependência.

«A superveniência seria utilizada para descrever a relação entre as explicações a nível macroeconómico e as explicações a nível microeconómico. Se todos os factores a nível microeconómico estivessem estabelecidos, o mesmo aconteceria a nível macroeconómico, mas tal não implicaria redução e seria assim compatível com as explicações a nível macroeconómico».¹⁸

Também Hoover (2001) aceita que os agregados macroeconómicos são supervenientes à realidade microeconómica, o que significaria, mesmo que a redução da macroeconomia à microeconomia não seja possível, se dois mundos paralelos possuem a mesma configuração de elementos microeconómicos também deveriam possuir a mesma configuração de elementos macroeconómicos. Mas a mesma configuração de elementos macroeconómicos não implicaria a mesma configuração de elementos microeconómicos. Logo Hoover não aceita a hipótese das variações múltiplas, mas admite a sensibilidade do contexto.

A tese da superveniência teria maior projecção se não fosse tão genérica. Isto é, se em vez de dizer que estabelecidos todos os factores do nível macroeconómico, o mesmo acontece com os factores microeconómicos, afirmasse, em certos casos, estabelecidos os factores a nível microeconómico o mesmo sucede a nível macroeconómico.¹⁹

A par, mas distinto do conceito de superveniência, há na economia um outro conceito — o de emergência — também estritamente ligado ao individualismo metodológico.

¹⁶ Kincaid (1998) p. 477-478.

¹⁷ O debate tem de facto origem na ética e na filosofia da mente. Os defensores do fisicalismo (e muitos materialistas) entendiam que definidos os factores físicos ficavam definidos os factores mentais, sem terem de afirmar que os estudos mentais podiam ser reduzidos a factores físicos. Kim (1984).

¹⁸ Kincaid (1998) pp. 487-488.

¹⁹ Kincaid (1998) p. 488.

O conceito opõe-se ao reducionismo e consiste na ideia que propriedades novas que não são redutíveis aos microelementos constituintes do nível básico.²⁰

O grande expoente da ideia dos *novel facts* foi Friedman em 1946. Mais recentemente, a ideia está ligada a Lakatos que a usou como critério de avaliação nos programas de investigação científica.²¹

Entre as duas guerras mundiais, no Período da Paz de Versailles, o conceito tinha estado marginalizado pela fase reducionista e positivista da ciência. Até que renasceu com Friedman, Popper e com outros após a guerra. Em 1979 escreveu Popper:

«vivemos num universo de novidade emergente, que é, como regra, não redutível completamente a estados precedentes.»²² Mas a existência de propriedades emergentes nega o reducionismo.²³

Embora, como temos afirmado, o projecto reducionista continue a ser o predominante na biologia e nas ciências sociais, uma atenção crescente vem sendo dada ao conceito de emergência.

²⁰ Com este conceito relaciona-se o de auto-organização. Foi Prigogine quem desenvolveu a ideia de uma ordem emergente de caos. A ideia de emergência encontra-se já em Stuart Mill com o que ele chamava *heteropatética*. Não que Stuart Mill fosse contra a ideia de novidade (*novel facts*). Teve inclusive uma disputa com Whemell a este respeito.

²¹ Foi o filósofo da biologia Lloyd de Morgan (1927-1997) quem deu grande desenvolvimento ao conceito de emergência ao considerar que as ideias emergentes eram imprevisíveis, eram resultados não aditivos em processos complexos. A não aditividade envolveu uma mudança de metáforas mecanicistas para as metáforas orgânicas.

²² É Mayer, um holista, que, em 1985, volta a pôr em relevo as propriedades emergentes: todos os sistemas actuam como um todo e não podem ser deduzidos de um conhecimento mais completo, ou, em alternativa, actuam em combinações parciais.

²³ A emergência tem sido relacionada com a teoria do caos.

Trabalhando com sistemas não lineares as teorias do caos mostram que ligeiras alterações nos parâmetros essenciais podem ter enormes consequências — é o conhecido «efeito borboleta».

Há também a teoria dos pontos de bifurcação de Prigogine e Stenger. Após se ter comportado deterministicamente, um sistema pode atingir um ponto de bifurcação, onde é impossível saber em que direcção ele seguirá. Pequenas perturbações podem apontar o sistema numa direcção ou noutra.

A teoria do caos sugere que uma novidade pode surgir de um sistema determinístico não linear, sendo imprevisível o resultado final. A estrutura das condições iniciais nunca é suficiente para possibilitar a previsão.

A teoria do caos põe em causa a ideia de que a ciência é fundamentalmente previsão e reducionismo. Com efeito, a ideia da explicação do todo em termos das partes componentes, ou seja o reducionismo, é posto em cheque.

Se no reducionismo envolvermos factores explanatórios de natureza psicológica (a excepção da teoria de escolha) podemos cair no psicologismo que o próprio Rosenberg rejeita.

As ciências sociais, segundo Popper, têm por objecto analisar as repercussões não esperadas de acções intencionais (racionais), negligenciadas pela teoria de conspiração e pelo psicologismo.

Quanto ao psicologismo, Stuart Mill, um seu arauto destacado escreveu «as leis dos fenómenos da sociedade são fenómenos da natureza humana, não podem ser se não decisões dos seres humanos, quer dizer, leis da natureza humana individual. Os homens mesmo considerados conjuntamente não são convertidos noutra espécie substancial».

Para Popper esta afirmação constitui o maior louvor ao psicologismo, mas também uma notória condenação do colectivismo e do holismo. E acrescenta: «a crença que a escolha do método individualista implica a escolha do psicologismo é errónea, mesmo que possa parecer convincente à primeira vista».

O erro do psicologismo é a sua presunção de que o individualismo metodológico implica a redução de todos os fenómenos sociais e de todas as regularidades sociais a fenómenos psicológicos e leis psicológicas (Popper).²⁴

A questão do individualismo metodológico teve um surto com o aparecimento da *Teoria Geral* de Keynes em 1936, com a utilização de agregados, nem

²⁴ Popper entende que não se deve menosprezar o grande mérito que o psicologismo adquiriu ao advogar o individualismo metodológico e a opor-se ao que ele designa por «colectivismo metodológico» porque o psicologismo dá suporte à doutrina de que todos os fenómenos sociais e especialmente o funcionamento de todas as instituições sociais devem ser sempre resultantes de decisões, acções e atitudes de indivíduos humanos e nunca devemos estar satisfeitos em termos dos chamados colectivos (estados, nações, raças).

Segundo Popper o psicologismo de Stuart Mill tê-lo-ia levado ao historicismo que Popper rejeita frontalmente. *The Poverty of Historicism* é dedicado ao historicismo e ao holismo. Todavia, Popper admitiu que Stuart Mill estava consciente da pobreza do historicismo. O ataque dele é ao epigrama de Marx: «Os homens, isto é, a mente humana, as necessidades, as esperanças, medos e expectativas, os motivos e as aspirações dos indivíduos humanos, se alguma coisa são, é o produto da vida em sociedade e não dos seus criadores.»

Popper diz que «Marx não fala de psicologismo e não é Stuart Mill que ele tem em mente com a citação deste epigrama, mas sim Hegel e o seu idealismo.»

No tocante ao problema da natureza psicológica da sociedade, o psicologismo de Mill, pode dizer-se, coincide com a teoria idealista atacada por Marx.

Acontece ainda que terá sido por um outro elemento do hegelianismo, nomeadamente o que Marx chamava o «colectivismo platonizante» de Hegel, que conduziu Marx àquele epigrama. Marx desenvolveu certas ideias de Hegel da superioridade da sociedade sobre o indivíduo e utilizou-as contra outras ideias de Hegel. Popper considera Mill um oponente mais forte a Marx do que a Hegel. Popper (1995).

sempre, ou melhor, na maioria dos casos, não redutíveis, e com a antinomia macroeconomia versus microeconomia.²⁵

Do lado empírico, as investigações sobre agregados feitas no National Bureau of Economic Research por Mitchell e Burns, nos Estados Unidos, constituem também antecedentes relevantes.²⁶

A aceitação do programa de microfusão é quase geral entre os economistas. A despeito desta devoção não é, todavia, largamente praticado pelos economistas.

Uma das razões é designada pelo «problema de Cournot (1838-1922)»: há demasiados indivíduos (consumidores e produtores) e demasiados bens, a ser movimentados na modelação directa.

Independentemente da incerteza, o problema de Cournot implica que é impraticável resolver, com todo o pormenor, bem por bem, preço por preço. Tem que se trabalhar com agregados.²⁷

Dado que as pessoas não podem teorizar certas espécies de fenómenos sem a ajuda de categorias macroeconómicas — que não são elas próprias redutíveis a categorias microeconómicas — o problema de Cournot introduz restrições analíticas não só de ordem prática, mas também de princípio.

²⁵ Uma parte importante da macroeconomia lida com agregados. Há agregados naturais que são simples somas ou médias e agregados sintéticos (o produto nacional bruto, o nível geral de preços, etc.) que são os mais importantes para a macroeconomia. São sintéticos porque são construídos com componentes de tal modo que alteram a estrutura desses componentes e assim são dimensionalmente distintos deles (a despeito de, às vezes, terem um nome em comum).

Nem o individualismo metodológico, nem o individualismo ontológico negam a existência de agregados colectivos, o que é negado é que tais agregados sejam unidades fundamentais sobre as quais a realidade económica seja construída.

Hayek (1979) cap. IV, afirma de facto que tais entidades são secundárias e que o papel das ciências sociais é composto, isto é, ele resulta de componentes individuais fundamentais. Para Hayek, os agregados existem derivadamente mas não fundamentalmente.

Todavia, Hayek, apoia um individualismo metodológico, digamos, praticável, salientando a importância, em princípio da redução e cita ele próprio o problema de Cournot.

Não negando a possibilidade do cálculo do produto nacional bruto ou o nível geral dos preços, Von Mises vai mais longe do que Hayek, afirmando que esses agregados são completamente desprovidos de significado. Hoover (2001) pp. 230-231, pp. 252-253.

²⁶ Burns foi Presidente do Council of Economic Adviser de Eisenhower e *Chairman* do Federal Reserve Board de Nixon.

²⁷ Hayek, como se refere na nota (25), refere-se também ao problema de Cournot: «Nas ciências sociais é necessário distinguir entre ideias que são constituídas de fenómenos que nós queremos explicar e as ideias que nós próprios — ou muitos outros — cujas ideias temos de explicar — possam ter formado acerca desses fenómenos e que não são a causa deles, mas teorias acerca das estruturas sociais».

Como diz Blaug, a revolução keynesiana representou um programa de investigação que, como nenhum outro, conquistou tão rápida e completamente a profissão económica.²⁸

Uma das principais inovações da *Teoria Geral* foi um conceito alternativo de equilíbrio. Apresentou versões simplificadas da oferta e da procura em termos globais, sem admitir o estado ideal de coordenação.

Na base desta inovação estava a tese de que os preços não eram as únicas variáveis equilibradoras.

Em Keynes, o equilíbrio era dado pela igualdade entre a quantidade produzida e a quantidade procurada.

As consequências económicas da guerra do Vietname vieram dar o primeiro grande golpe no keynesianismo. Talvez um corte nas despesas governamentais tivesse salvo o keynesianismo naquela altura; mas não foi esse o caminho seguido por Lyndon Johnson com o programa da *Great Society*.²⁹

Os ataques à teoria keynesiana tiveram como chefe de fila Milton Friedman,³⁰ que privilegiava a política monetária em detrimento da política orçamental defendida pelo keynesianismo.

Os keynesianos consideravam pouco eficaz a política monetária porque tinham como instável a velocidade de circulação da moeda, ao contrário dos monetaristas; por isso era fundamental para estes o controlo da oferta de moeda.³¹

Neste debate chegou-se, a certa altura, a um consenso: a teoria keynesiana aplicar-se-ia aos problemas de curto prazo, e a teoria do equilíbrio geral aos de longo prazo.

²⁸ Ainda em 1965, a revista *Times* escolheu Keynes como capa do final de ano e escreveu: «Trinta anos depois da sua morte as ideias de Keynes são tão originais e persuasivas que ele perfilha-se como Adam Smith e Karl Marx, como um dos economistas mais significativos da história da economia». Biven (189) p. 48.

²⁹ Biven (189) pp. 48-49.

³⁰ Friedman iniciou os seus estudos na linha keynesiana, mas derivou para a orientação que atribuía um maior papel à política monetária.

³¹ O keynesianismo não desapareceu com o monetarismo, a controvérsia continuou. Nos Estados Unidos, Heller nomeado por Kennedy, presidente do Conselho de Consultores Económicos e que continuou nessa posição, com Johnson, era um keynesiano, como o eram Tobin de Yale, Arrow de Stanford e Solow do MIT, que foram membros daquele Conselho. Samuelson não era membro daquele Conselho, mas era um conselheiro particular de Kennedy.

Heller foi ainda conselheiro dos democratas nas campanhas de Stevenson, Humphrey, Carter e Mondale.

A curto prazo, o sistema teria um equilíbrio keynesiano de preços fixos. Foi o que se denominou a síntese neoclássica, mas que em breve foi posta em causa por Clower em 1965, e depois por Barro e Grossman em 1971.

O ataque à macroeconomia e aos agregados keynesianos continuou com um discípulo brilhante da Escola de Chicago, Lucas, que em 1970 anunciou o fim da economia keynesiana numa conferência que intitulou «A Morte de Keynes».

A teoria das expectativas racionais de Lucas, ainda que crítica de certos aspectos da metodologia de Friedman, reforça as conclusões monetaristas.

Podem então definir-se duas correntes no individualismo metodológico perante o problema da microfundação.

Uma pretende que não é possível existirem duas ciências para explicar os mesmos fenómenos. É em nome da unidade da ciência que pretendem integrar a macroeconomia e a microeconomia.

Outra corrente mais radical, seguindo a linha clássica, adopta o reducionismo: os fenómenos sociais, as relações entre os agregados económicos, só podem ser explicados na base dos comportamentos individuais.

É a versão mais corrente, mas que alguns consideram menos promissora. Chegam mesmo a negar a existência da macroeconomia.

Por exemplo, Lucas escreveu em 1987:

«Os desenvolvimentos de maior interesse na teoria económica parecem susceptíveis de ser descritos como reincorporação de problemas agregativos tais como a inflação e os ciclos económicos, dentro da estrutura geral microeconómica».

«Se tais desenvolvimentos tiverem êxito, o termo macroeconómico desaparecerá simplesmente de uso e o termo micro será supérfluo. Falaremos como Smith, Ricardo, Marshall e Walras de teoria económica. É o “*if*” que nos impede ainda hoje de considerar a incorporação da macroeconomia na microeconomia».

Este texto de Lucas é muitas vezes considerado como decretando a morte da macroeconomia, tal como a sua conferência em 1970 decretara a morte da Keynes, esquece-se que é o próprio Lucas que enfatiza o *if*.

Como diz Blaug, se o individualismo metodológico fosse estritamente interpretado, tal implicaria que teríamos de afastar todas as proposições macroeconómicas, o que equivaleria praticamente a eliminar toda a macroeconomia.

O reconhecimento de que a teoria microeconómica existente era insuficiente para tratar problemas da macroeconomia levou esta a procurar novos caminhos de modo a usar conceitos de micro, como o equilíbrio e a escolha racional, mas também houve esforços da microeconomia para se aproximar da macroeconomia.

Muitos economistas, nas décadas de sessenta e setenta, foram levados para a teoria da informação, onde a principal contribuição é a de Phelps com a parábola das ilhas de informação.³²

O modelo de Phelps foi, porém, considerado insatisfatório e é Lucas, em 1972, quem apresenta um modelo rigoroso da parábola das ilhas de informação na qual os agentes formavam expectativas subjectivas que eram expectativas matemáticas do próprio modelo.

Muitas vezes a microfundação considera que as pretensões da macroeconomia devem ser compatíveis com a teoria do equilíbrio geral e o princípio da racionalidade.

Sobre o domínio do postulado da racionalidade na economia escreve Blaug que houve quem negasse a possibilidade de construir qualquer teoria económica, não baseada na maximização da utilidade. Obviamente, acrescenta, esta asserção é falsa porque a economia keynesiana com os seus pressupostos de preços fixos não é derivada da maximização da utilidade e não é facilmente tornada compatível com ela, e finaliza «uma geração inteira de macroeconomistas procuram derivar fundações microeconómicas para a macroeconomia keynesiana, ou seja, conciliar o multiplicador keynesiano com o postulado da racionalidade, mas nem todos concordam que o esforço tenha sido bem sucedido».³³

Blaug não cita os modelos de Bénassy (1975) e Dreze (1975) que mostraram que existe um equilíbrio nos modelos de preços fixos, nos quais os esquemas de

³² Eram as transacções que determinavam o equilíbrio entre a oferta e a procura em cada ilha, mas cada ilha não conhecia nem as quantidades nem os preços da ilha antecedente. A parábola das ilhas de informação parecia uma base para a microfundação sem recorrer ao *tattonement* walrassiano, pois baseava-se na teoria da formação das expectativas.

³³ Blaug (1992) p. 230. É uma referência à dificuldade de derivar a procura de moeda da maximização racional da utilidade. Blaug cita ainda Arrow (1987) que escreveu: «Não sei de nenhuma derivação séria da procura de moeda a partir de uma optimização racional».

racionalidade conduzem à alocação dos bens pelos agentes individuais e que estes modelos de preços fixos abrangem um número de conceitos associados à macroeconomia keynesiana: «o desemprego involuntário pode ser considerado um fenómeno de equilíbrio no qual a optimização dos consumidores enfrenta uma quantidade restrita no que respeita à quantidade de trabalho que podem oferecer».

Também as noções de procura efectiva e de multiplicador foram reformuladas. Estes modelos de preços fixos têm micro fundações, no sentido em que são baseados na tomada de decisões individuais e na noção bem definida de equilíbrio.

A moderna macroeconomia procura explicar os fenómenos macroeconómicos como as flutuações no emprego por meio de modelos tão próximos quanto possível de modelos de equilíbrio geral.

Um papel seminal a este respeito é de Lucas, já citado (1972), que considerou a informação incompleta acerca da oferta de moeda (agregada) como a principal causa do ciclo.³⁴

Modelos deste tipo foram posteriormente desenvolvidos por Kydland e Prescott (1982).

Para se mostrar que a unidade da ciência mais do que a ênfase no individualismo metodológico está na base da microfundação é fundamental mostrar que a noção de expectativas racionais e a noção de equilíbrio não são baseadas nos comportamentos individuais. Jensen mostrou em 1993 que, «embora as noções de comportamento (racional) individual, elas não são, em geral, derivadas umas das outras».

Há ainda uma outra linha na microfundação: o agente representativo considerado uma resposta à crítica de Lucas.

Há que ponderar que espécie de indivíduos é considerada no individualismo e na microeconomia.

A teoria dos consumidores não é construída com indivíduos, mas com agregados familiares, e a teoria da produção com empresas. Ora as empresas e as famílias são agregados com uma estrutura social. Qual a composição da família, quantos trabalham?

³⁴ Jensen (1998) pp. 308-309.

Levanta-se assim o problema da agregação. Só em condições muito restritas podemos assegurar, como se referiu, que a inclinação decrescente das curvas de procura individuais conduzem a curvas de procura decrescentes no mercado como um todo. Nas primeiras, o elemento básico é o preço, nas segundas, entram outros factores.

Como diz Kincaid, modelos com agentes representativos que tratam os agregados consumidores como indivíduos, são individualistas só em nome.³⁵

Lucas e os seus seguidores desenvolveram modelos do agente representativo que foram fortemente criticados por Kirman³⁶ em 1992. Não tanto pela sua aspiração ao individualismo metodológico, mas porque não preenchem as condições necessárias a uma adequada agregação.

Hoover vai mesmo a ponto de dizer que, ao nível empírico, os modelos neo-clássicos do agente representativo são macroeconómicos no seu conteúdo.

No modelo do agente representativo, um agente maximiza as suas funções de utilidade ou lucro tratando as construções dos agregados na economia como se eles fossem a linha limite da produção. Algumas vezes, estes modelos são generalizados a poucos tipos de agentes, cada um dos quais representativo de um largo grupo na economia. A teoria da agregação demonstra inequivocamente que as condições sob as quais um agente pode representar um grupo de indivíduos não são possíveis.

O agente representativo — que pode dizer-se é um dos poucos modelos praticável que os neo-clássicos macroeconómicos propuseram para implementar o seu programa — não se apresenta assim como uma implementação com sucesso na micro fundação. «No pior, o agente representativo é uma fuga ao problema da agregação, no melhor, são metáforas ou idealizações da macroeconomia», concluiu Hoover.³⁷

Os neo-clássicos macroeconomistas atacam Keynes e outros advogados dos agregados macroeconómicos porque não conseguem proporcionar microfundações; então apresentam modelos que começam com a hipótese não provada de agregações com sucesso, oferecendo uma simulação de

³⁵ Kincaid (2004) p. 311.

³⁶ Kirman (1992).

³⁷ Hoover (1998) p. 336, cfr. também Kirman (1992) pp. 237-239.

microfundações e não genuínas microfundações, concluiu com exagero Hoover.

Em princípio os neo-clássicos macroeconómicos procuram considerar uma variedade de microfundações.

Por exemplo, inclinam-se para a teoria dos jogos.

Todavia, o equilíbrio walrassiano é ainda a pedra central do seu programa de microfundação.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 26 DE JUNHO DE 2008)

BIBLIOGRAFIA

1. BACKHOUSE, R. (1998), «Novel Facts» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 339-342.
2. BACKHOUSE, R. e SALANTI, A. (1999), «The Methodology of Macroeconomics», *Journal of Economic Methodology*, vol. 6 — n.º 2, Julho, pgs. 159-169. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology*, vol. III, pgs. 286-296.
3. BIVEN, W. CARL (1989), *Who Killed John Maynard Keynes*, Dow Jones, Irwin, Homewood, Illinois.
4. BLAUG, M. (1980, 1992), *The Methodology of Economics*, 2ª ed., Cambridge University Press, Londres e Nova Iorque.
5. CALDWELL, B. (1998), «Hayek, Friedrich A.» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 220-226.
6. DAVIS, J., HANDS, D., MAKI, U (eds.) (1998), *The Handbook of Economic Methodology*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
7. DAVIS, J. (1998), «Organicism» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 349-351.
8. DAVIS, J. (2006) (ed.), *Recent Developments in Economic Methodology*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
9. DAVIS, J. MARCIANO, A., RUNDE, J. (eds.), *The Elgar Companion to Economic and Philosophy*, Edward Elgar, Cheltenham, Reino Unido.
10. HAYEK. FRIEDRICH, A. (1979), *The Counter-Revolution of Science Studies in Abuse of Reason*, Liberty Press, Indianapolis.
11. HODGSON. G. (1998), «Emergence» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 156-160.
12. HODGSON, G. (2007), «Meanings of Methodological Individualism», *Journal of Economic Methodology*, vol. 14 — n.º 2, Junho, pgs. 211-226.

13. HOOVER, K. (1998), «New Classical Macroeconomics» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 333-339.
14. HOOVER, K. (2001), «Is Macroeconomics for Real?» em Maki (eds.) *The Economic World View: Studies in the Ontology in Economics*, cap. XII, Cambridge University Press, Cambridge, pgs. 225-245. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology* (2006).
15. HOWITT, P. (1998), «Microeconomics: Relations with Microeconomics» em *The New Palgrave. A Dictionary of Economics* (Reimpressão), Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (eds.), Chippinghom, Welsire, Reino Unido, vol. III, pgs. 273-276.
16. JANSEN, M. (1998), «Microfoundations» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 307-310.
17. KINCAID, H. (1998), «Supervenience» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 487-488.
18. KINCAID, H. (1998), «Methodological Individualism / A Fomis» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 294-300.
19. KINCAID, H. (2004), «Methodological Individualism and Economics» em Davis, Marciano e Runde (eds.) *The Elgar Companion to Economic and Philosophy*, pgs. 299-314.
20. KIRMAN, A. (1992) «Whom or What Does the Representative Individual Represent?» em *Journal of Economic Perspectives*, vol. 6 — nº 2, Spring, pgs 117-136. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology*, vol. III, pgs. 229-248.
21. NUNES, M. JACINTO (2004), *Epistemologia e Metodologia Económica*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.
22. POPPER, K. (1945), «The Autonomy of Society» em *Popper Selections*, Miller, D. (eds.), 1985, Princeton University Press, USA, pgs. 345-356.
23. ROSENBERG, A. (1995), «The Metaphisic of Microeconomics» vol. 78 — nº 3, Julho, pgs 352-367. Reimpresso em Davis, J. (eds.) *Recent Developments of Economic Methodology* (2006), vol. III, pgs. 270-285.
24. ROSENBERG, A. (1995), *Philosophy of Social Science*, Westview Press, Colorado, USA; Oxford, Reino Unido.
25. SALANTI, A. (1998), «Falsicationism», em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 183-189.
26. SCHUMPETER, J. (1954), *History of Economic Analysis*, pgs. 888-889.
27. VESKOVATOFF (1998), «Holism» em Davis, Hands e Runde (eds.) *The Handbook of Economic Methodology*, pgs. 229-232.

Pessoa e nomeação em contextos lusófonos

JOÃO DE PINA CABRAL

NOMES PESSOAIS

Em *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa mostra-nos como, nos nossos nomes pessoais, a língua portuguesa é parte da constituição de cada um de nós (2001 [1956]). Nos nomes dos jagunços cujos traços o autor segue pelas veredas desse grande sertão, nas pessoas com quem eles se cruzam, assistimos à forma como a emoção constrói pessoas usando nomes, através de um processo dialogal de criação identitária em fluxo. A obra gira em torno à tragédia de um amor com três nomes. No jogo de identidades, valores e emoções que esta sucessão de nomes congrega, o escritor desenha magistralmente o dilema identitário brasileiro. Vai, porém, muito para além disso quando aponta para a inevitável ambiguidade das emoções humanas e, por conseguinte, para a essencial indeterminação da nossa constituição pessoal.

Por sua vez, no seu livro *Todos os Nomes*, José Saramago (1997) explora um armazém de nomes — um labiríntico cartório onde ficam os nomes dos que vivem, mas onde essa vida se vai perdendo em memórias que são, afinal, esquecimentos; em vidas que acabam sempre em mortes. O nome de cada um de nós é seu mas, ao mesmo tempo, insere-nos em relações que nos ultrapassam em muito e que têm poder sobre nós; só é nosso na medida em que pertence também aos outros que o identificam conosco. Nas deambulações sombrias do personagem principal assistimos a todo um caminho entre a vida e a morte, entre o público e o privado: entre o cemitério — onde estão os nomes dos mortos; o cartório — onde os nomes dos vivos se tornam nomes de mortos; e a escola — onde os nomes dos vivos se tornam nomes públicos. O autor aprofunda esse jogo de vida e morte, de público e privado, em torno ao poder que os nossos nomes têm sobre nós.

Um olhar rápido à literatura em português revelará que a questão dos nomes pessoais está muito viva contemporaneamente. Em Moçambique, com João Paulo

Borges Coelho (2004); no Brasil, com Ariano Suassuna (que, sobre o tema, tem grandes lições a dar, 2007 [1971]); em Angola, com *O Vendedor de Passados* de José Eduardo Agualusa (brilhante ensaio sobre a matéria, 2004)... Ora, esses nomes (mesmo os que originam noutras tradições linguísticas — Mandimba, Wesley, Machel...) são nomes cujo referente linguístico básico é o português — essa língua que tanto nos vai unindo como separando dos dois lados do Atlântico, dos dois lados de África, por esse mundo fora...

Será, pois, que há algo de comum a todos nós que usamos nomes pessoais em contextos sociais onde o português é a principal língua de referência? É que, dessa forma, nós todos partilharíamos um mesmo pano de fundo linguístico, histórico e cultural por relação a algo que, afinal, para todos nós, é tão essencial: saber quem somos!

Nos contextos lusófonos, a criança recebe o nome num acto de nomeação (religioso ou civil) que é anterior à sua aprendizagem da linguagem — a lei presume fortemente que esse nome não seja alterado durante o resto da vida e mesmo após a morte. Por isso, a atribuição de nomes mortuários, tão comum em outras culturas, não faz qualquer sentido entre nós. A origem histórica deste processo está na instituição pelo Concílio de Trento (1545-1563) de um registo paroquial de baptismo que pretendia ser universal. Como explica Robert Rowland, «A instituição, pela Igreja, de um registo nominativo de todos os seus paroquianos, tendo em vista a sua fiscalização e identificação genealógica, acabou por dar a todos os nomes um carácter público e contribuiu para a padronização das práticas de nomeação». (2008: 32) Esta tradição canónica está na origem do moderno Registo Civil, que só é instituído em Portugal em 1911 e que tanto furor causou nas primeiras décadas do século. Por exemplo, uma das principais reivindicações da malograda Monarquia do Norte, em 1919, era precisamente a abolição do Registo Civil.¹ Não se tratava de uma oposição à existência de um registo universal, mas sim de uma oposição à separação entre o registo civil e o paroquial. O que se registava passava agora a ser o nascimento físico e já não o baptismo (nascimento espiritual) — para os integralistas tal retirava a integralidade cristã da identidade de cada português. Mas é só no Código do Registo Civil de 1928 que as actuais normas da constituição de nomes em português se

¹ Estou grato a Rui Graça Feijó por esta referência.

consolidam pela primeira vez. Este regimento alterava consideravelmente as práticas como se pode depreender da comparação com o estudo que José Leite de Vasconcellos publica no mesmo ano (1928). Não devemos esquecer-nos que a lei foi altamente polémica e só foi acatada por virtude do regime autoritário de então (Monteiro 2008).

Quando chega a conhecer-se a si própria, pois, a pessoa lusófona já se conhece por um nome que não só é público como foi sempre atribuído por outrem e que, devido à elevada repetitividade dos nomes próprios na tradição portuguesa, remete ainda para outra pessoa homónima (um santo, um herói, um avô, um padrinho). Nesse sentido, a suposta individualidade de cada um de nós está sempre ameaçada pela natureza necessariamente social do processo de nomeação enquanto processo de constituição de significado. Nomear, por isso mesmo, é desde logo reivindicar; nomear é fazer exigências da pessoa que está a ser formada, como explica Emmanuel Levinas. Aliás, tal é bem explícito no Catecismo que os bispos do Concílio de Trento redigiram. Aí afirma-se que, no baptismo, a criança deverá receber «um nome que seja de alguém que tenha merecido, pela excelência da sua piedade e da sua fidelidade a Deus, ser incluído no número dos Santos, para que, pela semelhança do nome que traz consigo, possa ser mais encorajado a imitar a sua virtude e a sua santidade; para que, esforçando-se por o imitar, lhe reze e possa esperar que ele lhe sirva como Protector e Advogado junto a Deus para a salvação da sua alma e do seu corpo»².

No baptismo há, pois, uma barganha: eu aceito imitar os Santos e Deus aceita proteger-me. Ao responder ao padre, atribuindo um nome à criança, os pais ou padrinhos não estão essencialmente a proteger um ser que já existe, eles estão a realizar uma barganha *constitutiva* porque estão a criar um novo processo de reconhecimento pessoal. Até há bem pouco tempo, aliás, o carácter constitutivo do baptismo era concebido não só como espiritual mas também como físico — a criança não-baptizada não só se encontrava numa situação pré-humana como padecia de grande instabilidade física (cf. Pina Cabral 1989: 141-143). Note-se a referência explícita ao aspecto da consolidação física na formulação acima citada do Concílio de Trento.

² Tradução minha de Jacques Dupâquier, «Introduction» in J. Dupâquier et al. (org.s) *Le prénom, mode et histoire: entretiens de Malher*. EHESS, Paris, 1980, p. 5.

Mas o acto é também *criativo* na medida em que as opções de escolha são sempre muito elevadas. Mesmo em Portugal, onde a série dos nomes próprios mais usados é relativamente pequena face a outros contextos lusófonos, a liberdade de escolha continua a ser considerável. O aspecto principal de criatividade, porém, é o facto da escolha transportar sempre implicações semânticas — não só na etimologia do nome, na referência hagiográfica ou histórica ou na referência às modas vigentes mas, e sobretudo, pelo facto da escolha de um nome criar serialidades. Por exemplo, se escolho João Pedro ou Uólace para nome do meu filho — a escolha que explora magnificamente o recente seriado carioca *Cidade dos Homens* — tal prende-se com o que eu «acho» sobre esses nomes; com a forma como os contextualizo semanticamente; com o futuro que consigo desenhar para o meu filho. Em suma, constitutivo e criativo como é, o acto de nomeação lusófono pode ser visto como uma *invenção* da pessoa.

Contudo, o constrangimento que constitui o facto de cada um de nós não ter tido a liberdade de escolher o seu nome próprio é compensado pelo facto de, dentro do constrangimento, existir um destino de liberdade. É que os nossos nomes, mais que polissémicos, são *hipersémicos*. Quer dizer, há um processo cumulativo e cruzado de referências que leva a que os «ecos» dos nomes não são logo imediatamente patentes, nem são fixos para todo o sempre. Esses ecos continuam a reflectir-se através da vida dos nomeados. Não só não existe um sentido único a decifrar para cada nome, como o processo de decifração nunca está terminado, pelo que fica sempre em aberto. A recriação dos *ecos nominativos*, como poderíamos chamar a este processo, é constante através da vida dos nomeados.

Nos contextos lusófonos, as alcunhas e hipocorísticos constituem um bom exemplo desta abertura — eles vão evoluindo livremente consoante a pessoa se resitua no mundo. Já no caso dos nomes oficiais — os que recebemos no baptismo e/ou no registo civil — poderá parecer que os efeitos de eco nominativo são menos notórios ou, pelo menos, menos conscientes. É que, afinal, não nos é normalmente permitido mudá-los. Quem escolheu para nós foram os nossos pais ou padrinhos. Contudo, essa escolha não é tão definitiva como parece. O nome formal é o mesmo mas os seus ecos cambiam consoante a sua utilização quotidiana.

As escolhas que os romancistas fazem dos nomes para os seus heróis ficcionais alertam-nos para algo que é porventura menos explícito nos processos de

nomeação pessoal quotidianos mas que está lá presente: o nome próprio deve sempre ser visto como uma *reminiscência*, no sentido que dá à palavra o dicionário desta nossa Academia: «uma recordação vaga e imprecisa, em que predomina, geralmente, a componente afectiva.» Ao atribuir um nome a uma nova pessoa, eu estou sempre a remeter para outras pessoas através da mobilização de uma panóplia de afectos. Mais uma vez a formulação do Catecismo do Concílio de Trento deixa este aspecto plenamente explícito.

Nas entrevistas que fizemos a jovens mães na Bahia sobre os nomes que escolhiam para os seus filhos, observámos dois aspectos centrais nas suas escolhas que remetem para o conceito de *reminiscência*: por um lado, a natureza vaga e imprecisa, submersa, dos ecos nominativos; por outro lado, a sua carga afectiva. Enquanto *reminiscência*, portanto, o nome pessoal viabiliza três processos identitários da máxima importância: o nome *essencializa*, na medida em que dá existência externa e durável a um processo de identificação pessoal que é sempre necessariamente evanescente; o nome *cita*, na medida em que remete sempre, de uma forma ou outra, para casos anteriores; e o nome *explora*, na medida em que, através do processo constante de re-contextualização dos ecos nominativos, ele permite a abertura de novas pistas identitárias. Nós recebemos os nossos nomes; manipulamos os nossos nomes; atribuímos nomes a outros; compreendemos os nomes deles; e, finalmente, alteramos os seus ecos nominativos através do uso. Em todas essas práticas manifestamos um *destino de abertura*.

Isto permite-nos compreender que um nome oficial não é uma fatalidade, por muito que nos sintamos constrangidos por ele. A pluralidade de leituras a que um nome se sujeita é um fenómeno aberto em constante recriação. No nosso quotidiano, deparamo-nos com uma diversidade de interpretações, claro. Ninguém interpreta o nome de outrem da mesma forma; há muito a saber para compreender o nome de qualquer um de nós. Aliás, por isso mesmo, quase todos gostamos tanto de falar sobre os nossos nomes; elaborando exegeses complicadas à mínima provocação; manipulando os ecos do nosso nome.

A razão para tal é que os nomes de pessoas são por natureza enigmáticos. Há muito a saber sobre um nome pessoal particular e sobre o que os outros poderão ler nele. Os nomes de pessoa são hipersémicos. A tal diversidade de interpretações é, afinal, muito mais que uma mera diversidade, por isso lhe chamo uma

abertura. Por contraste com os exemplos literários que citei, no caso dos nomes de pessoas vivas está em causa o destino de abertura de uma vida, ou melhor, vidas — já que, no jogar da interpretação de um nome, está em causa a vida de quem é chamado mas também a de quem chama. Não é só a literatura que é «uma exploração do Nome», como dizia Roland Barthes; também a nossa vida pessoal acaba por revelar esse constante jogo da *reminiscência*: os nomes exploram, citam e essencializam.

Neste ensaio procurei identificar as recorrências mais comuns e estruturantes na tradição onomástica lusófona no pressuposto de que estas afectam as pessoas que os usam; concedendo-lhes, assim, alguma semelhança. Tal como todas as outras regionalidades (Pina Cabral 1991), não está aqui em causa captar identidades absolutas, mas sim identificar parâmetros contrastivos que constituam campos de diversificação sociocultural.

O que se pode ou deve fazer com um nome (isto é, como ele pode ou deve ser legitimamente usado) não é universal, nem os nossos nomes modernos são todos constituídos da mesma forma. Por um lado, há fortes implicações na adopção de nomes portugueses por parte de populações que até aí não os usavam desta forma, como demonstram os recentes estudos sobre o tema de Alcida Rita Ramos, Gregório Firmino e Rui Graça Feijó — por relação a populações ameríndias brasileiras, às elites de Inhambane (Moçambique) e à população católica de Timor-Leste, respectivamente (in Pina Cabral org. 2008). Por outro lado, mesmo na Europa ocidental, existe uma grande diversidade antroponímica — ser chamado por um nome constituído na tradição do *Common Law* ou na tradição administrativa francesa transporta consigo implicações distintas de usar um nome em português ou espanhol.

Estes princípios antroponímicos operam diferenciadamente em contextos socio-históricos distintos. Os esforços que tenho vindo a realizar de identificação do funcionamento e implicações sociais dos nomes de pessoa em contextos lusófonos³ apontam para três binómios assimétricos: o *nome duplo*, o *nome verdadeiro* e o *nome sexuado*. Note-se, desde já, que estes não são necessariamente exclusivos à lusofonia. Não só fazem parte de um grande sistema ibérico como são até relevantes a um nível maior de abstracção para toda a Europa e as suas

³ Cf. Pina Cabral 1991, cap.s 7 a 9; 2002, cap. 7; 2005a; 2007b.

ex-colônias de povoamento (na Austrália ou nas Américas) — são, porém, os eixos estruturantes do sistema lusófono por relação aos quais se opera a sua diversidade.

O NOME DUPLO

O nome de pessoa lusófono divide-se em duas partes: uma que distingue a pessoa na sua unicidade (o nome próprio) e outra que a distingue na sua inserção familiar (o sobrenome). Este sistema de nomeação binária só emergiu como dominante no dealbar da Época Moderna, pois na Alta Idade Média dominava um sistema em que só se usavam nomes próprios. Entre os séculos x e xv, porém, acompanhando a consolidação das burocracias real e eclesiástica, os sobrenomes foram-se tornando mais comuns entre a população portuguesa. No Algarve do século xvi, por exemplo, o uso de sobrenomes hereditários era já dominante mas não era ainda universal (Rowland 2008).

Nos contextos lusófonos modernos, distinguimos nome próprio de sobrenome. Apesar de, em termos lógicos, o nome todo ser um nome próprio, no seu interior o sobrenome funciona como um nome de espécie. Esta diferença reflecte-se na própria natureza das palavras mais escolhidas para funcionar como nome próprio e como sobrenome: os primeiros são tendencialmente metafóricos e os segundos metonímicos. Isto é, o nome próprio qualifica a pessoa em termos de santos, de heróis, de valores exaltados ou de princípios de excelência; o sobrenome integra a pessoa de forma descritiva por relação a um antepassado; por relação a uma casa, propriedade ou terra; ou por relação a uma condição. A ligação heráldica dos sobrenomes com os símbolos que os representam (Cabral com cabras, Costa com costelas) é vaga e secundária e, em muitos casos, nem sequer presumida (quando Pina, por exemplo, é representado por uma torre ou Pereira por uma cruz). A cultura popular desinteressa-se pelas implicações metafóricas dos sobrenomes mas demonstra um fascínio persistente pela etimologia do nome próprio, pelo seu «significado», pelas suas implicações sonoras, pelos seus ecos mediáticos. Pelo contrário, os sobrenomes são relevantes não pelas conotações que transportam mas pelas associações que fazem (a famílias, a profissões, a terras, a classes, a castas).

O nome próprio é o «nome de pia» que, à luz da tradição cristã, transporta a sacralidade da pessoa humana, qualificando-a no que tem de mais essencial. É o nome da alma. Já o sobrenome adjectiva a pessoa ligando-a a um contexto de pertença social, a estruturas de poder e processos burocráticos (cf. Machado 1991: 44). A oposição entre nome próprio e sobrenome é, pois, associada à oposição entre *ser* e *ter*, respectivamente.

É, portanto, significativo que as leis portuguesa e brasileira concedam uma tão grande liberdade na atribuição e escolha de sobrenomes e que permitam com mais facilidade a alteração dos sobrenomes que dos nomes próprios. A lei permite a atribuição de sobrenomes herdados por linha feminina ou masculina ou ainda herdados de pais, de avós ou de bisavós, concedendo assim uma considerável margem de manipulação antroponímica. Na prática quotidiana, esta norma acaba por dar azo ao que poderíamos chamar uma «correção» retrospectiva. Apesar de existir uma grande liberdade quanto à transmissão de sobrenomes (matrilineares ou patrilineares), as «famílias» são identificadas entre nós por sobrenomes que se presume, retrospectivamente, terem sido herdados sempre segundo as regras preferenciais do Registo Civil, que concedem prioridade à descendência patrilateral. Nas lápides dos cemitérios, por exemplo, lá encontramos «Família Correia Antunes» ou «Família de José Maria Correia Antunes», ficando em aberto saber qual a história familiar que levou José Maria, a sua viúva e os seus filhos ou sobrinhos a usar o sobrenome Correia Antunes como definidor da família (se era o nome do pai dele ou da mãe dele, do avô paterno ou materno, se Correia era da mãe e Antunes do pai, etc.)

Por relação a outras tradições antroponímicas, uma das marcas da lusofonia onde quer que esta se tenha inscrito durante a longa Época Moderna é uma tendência para uma baixa criatividade em ambos os tipos de nomes. Em princípio, a lista de sobrenomes é finita. Já quanto aos nomes próprios, há contextos de maior ou menor criatividade. O exemplo mais extremo de conservadorismo antroponímico que conheço é, porventura, o das famílias da alta sociedade lisboeta estudadas por Antónia Pedroso de Lima (2007). Há, porém, exemplos de maior criatividade, como o caso por mim estudado de Valença, no Baixo Sul da Bahia. Mesmo aí, porém, a investigação revelou que poucos são os nomes genuinamente inventados; isto é, sem qualquer conhecimento prévio pela pessoa que nomeia (2007b). Existem fortes pressões em todos os contextos lusófonos no

sentido de reduzir a inventividade. A concentração, muito especialmente dos nomes próprios, é uma marca estruturante do sistema e é muito antiga. Nos registos da Inquisição de Lisboa, entre os séculos XVI e XIX, cerca de metade das pessoas recebiam um dos cinco nomes mais comuns e os nomes únicos na lista representam só um a dois por cento (2008: 19).

Enquanto há nomes próprios que se tornam sobrenomes, a ocorrência inversa é desconhecida — a lei portuguesa e brasileira impedem-na e o costume desencoraja-a. O sistema de atribuição também é assimétrico, já que, num primeiro momento, há uma aparente liberdade na escolha do nome próprio e um relativo constrangimento na escolha do sobrenome. As pessoas escolhem os nomes próprios dos filhos segundo lógicas que se apresentam como sendo particularísticas e familiares: era o nome da avó, era o nome da madrinha, era o nome do chefe do pai, era o nome do padre que ajudou a família, etc. Alternativamente, procuram nomes «bonitos», «chiques», «modernos», «que dêem sorte» — em suma, cujas conotações valorizem a criança. Este tipo de lógica varia de contexto para contexto, consoante as práticas de associação que estruturam a vida familiar. Contudo, a lógica agregada destes actos de atribuição conforma tendências de características só parcialmente cognoscíveis pelos agentes. Existem tipicamente modas e os nomes vêm em surtos o que põe em causa a aparência inicial de liberdade na atribuição de nomes próprios verso o constrangimento nos sobrenomes. Em suma, existem de facto liberdade e constrangimento na atribuição de ambos os nomes, mas de modos distintos. No caso dos nomes próprios, a liberdade de natureza lexical é constrangida por considerações morais e de decoro; no caso dos sobrenomes a escolha recai sobre uma lista finita de sobrenomes familiares mas é possível escolher entre estes.

O que este processo de concentração na atribuição de nomes próprios significa é que as escolhas são identificáveis de forma vaga com a pertença social de quem as fez. Assim, por exemplo, ser chamado Maria qualquer-coisa, na Bahia hoje é um forte estigma e significa que se veio da tão desprezada «roça» (a zona rural). Já na minha geração, por exemplo, na burguesia do Porto, ser chamado Adérito, Aníbal ou Euclides era decididamente um empecilho à promoção de classe. Nos contextos lusófonos, portanto, a escolha de nome está associada a culturas locais e corresponde a imagens vagamente partilhadas do estilo de vida desejável e do tipo de perfil desejado para os filhos. Por isso não reflecte os

desejos e valores dominantes de forma directa; mas antes estatisticamente, como uma moda.

Em certas populações ameríndias, as pessoas possuem um património antroponímico que protegem, transmitem, aumentam ou perdem; os nomes pessoais condensam valor e são objecto de propriedade (cf. Lopes da Silva 1986). Da mesma forma, os juristas portugueses criaram o curioso conceito de «património onomástico nacional» (Pimenta 1986) — como se os nomes próprios em português constituíssem um bem de tipo cultural, parecido com a arte ou a arquitectura pública. Este conceito está por trás da noção quase universalmente consensual entre os entrevistados de que é colectivamente errado permitir às pessoas que atribuam nomes novos aos seus filhos — um crime parecido com montar janelas de alumínio brilhante num edifício medieval. O que está em causa aqui é um peculiar processo de acumulação de actos de mais valia, que acaba por conferir uma aparência de valor estável à lista nominal. Tal como no caso do objecto artístico, esse valor nunca é apercebido como unicamente estético e assume sempre um valor de consumo. Chamo-lhe peculiar porque, contrariamente ao que presume o português comum, não se trata de forma alguma de uma disposição necessária ou universal.

Ora é essa mesma peculiaridade lusófona que se manifesta nas listas dos nomes próprios permitidos e proibidos, que a lei portuguesa promove, os juristas validam, os linguistas gerem e os burocratas impõem; todos eles imbuídos de um enorme sentimento de empenho moral, que sempre me deixou perplexo.⁴ Curiosamente, esta sua sanha burocrática nunca versa sobre sobrenomes e, pelo contrário, as regras que protegem com tanto empenho os nomes próprios são depois tratadas de forma distinta no referente aos sobrenomes. Mais uma vez, aqui se revela a assimetria binómica entre nomes próprios e sobrenomes na tradição lusófona.

Quando a lei insiste que o nome da pessoa é imutável, ela está a referir-se principalmente ao nome próprio, porque no referente a sobrenomes é permitida uma opcionalidade consideravelmente superior. No casamento, as mulheres

⁴ Aliás, quando os jornalistas me entrevistam sobre o assunto, a conversa acaba sempre na risota dos «nomes esquisitos» — sempre nomes próprios, claro, nunca nenhum jornalista se lembrou de publicar uma lista de sobrenomes que pudessem ser caricatos.

podem mesmo acumular novos sobrenomes ou alterar os que tinham. A maioria das pessoas tem entre dois e quatro sobrenomes e está livre de se apresentar por uma qualquer combinação destes. Este, por exemplo, era um traço do sistema antroponímico lusófono que chocava os chineses de Macau, para quem o sobre-nome patronímico e não o nome próprio é que é sempre imutável.

Tipicamente, os sujeitos lusófonos têm «nomes longos», o que lhes permite uma grande opcionalidade no recorte e uso tanto de sobrenomes como de nomes próprios — com a consequente possibilidade de gerir os ecos nominativos resultantes. Trata-se de uma forma caracteristicamente burguesa de usar o nome, dando azo a nomes públicos que são soluções de continuidade entre o nome formal e o pseudónimo e que se prolongam domesticamente em hipocorísticos. A lei portuguesa e brasileira contempla regras sumptuárias, no sentido de restringir a proliferação de nomes. No entanto, basta apreciar uma qualquer lista de pessoas da elite portuguesa (por exemplo, os subscritores de um livro recente sobre a nobreza no século XIX) para ver que estas regras são sistematicamente contornadas. É frequente encontrar pessoas com sete e oito nomes (o que é explicitamente proibido pela lei). A vontade das pessoas de dar aos seus filhos muitos nomes (nomes próprios e sobrenomes) como forma de distinção, portanto, sobre põe-se à letra da lei.

Como explica Ana Maria Machado, «a polionomásia, no plano linguístico, encontra correspondência e simetria na plurissignificância enquanto recurso estrutural». (1991: 139) O nome longo adquire, assim, um sentido estrutural na medida em que permite uma forma de exploração que joga com contextos de uso diferentes (onde diferentes partes do nome são usadas), diferentes referências familiares (remetendo para diferentes «famílias» sinalizadas por sobrenomes) e diferentes ecos nominativos (um jogo de conotações). O nome, assim, explora as possibilidades abertas à pessoa.

Em suma, o sistema antroponímico joga com a oposição *pessoa/família* através do binómio assimétrico *nome próprio/sobrenome*. A assimetria conjuga-se através da oposição entre *liberdade* verso *constrangimento* na atribuição e a oposição entre *ser* verso *ter* no uso. À essencialidade do nome próprio opõe-se a natureza adjectival e agregada do sobrenome que possui, portanto, menos peso ontológico. Quero dizer, estas práticas nominativas encontram-se estruturadas de tal forma que tendem silenciosamente a encorajar uma visão do mundo que concede

essencialidade à pessoa e, correlativamente, reduz a essencialidade das identidades suprapessoais. O aspecto central deste princípio, pois, é que há um pendor individualista inscrito nestas práticas nominativas.⁵ A partir da Época Moderna os nomes de casa ou nomes de linhagem são subalternizados e não é atribuída às casas ou às linhagens a mesma relevância legal que às pessoas físicas — ao ponto da sociedade acabar por ser formulada como um agregado de «cidadãos», que são e só podem ser pessoas físicas.

Como nome da alma, o nome próprio remete para uma essência que, em termos teológicos cristãos, sobreviverá para todo o sempre. As famílias são, assim, apresentadas como agregados de pessoas, como entidades colectivas. O sobrenome agrega-se ao nome completo por *adição* — essa é a relação formal que estrutura este binómio. Por isso até, antes da vulgarização do Registo Civil, muitas pessoas — e nomeadamente as mulheres — só tinham um nome próprio, não chegando a receber nunca um sobrenome.

O NOME VERDADEIRO

Por falta de tempo serei mais breve na análise das recorrências seguintes: o nome verdadeiro e o nome sexuada. O sistema antroponímico lusófono institui uma diferença de natureza ontológica entre o «nome verdadeiro» e as outras formas de chamar. Esta diferença estabelece uma oposição entre o nome que o aparelho burocrático valida (a Igreja antes e o Estado após 1928) e todas as outras formas de nomeação a que a pessoa possa estar sujeita através da sua vida. Os nomes familiares (hipocorísticos), os nomes comunitários (alcunhas, chamados «apelidos» no Brasil) e os pseudónimos são, porventura, os mais importantes de entre estes, mas a lista não se esgota aí. Quando inquirimos com pessoas lusófonas sobre os seus nomes, surgem invariavelmente formulações do género, «o meu nome de verdade», «o meu nome certo», «o meu nome real», «o meu nome de facto», «chamam-me x, mas o meu verdadeiro nome é y».

⁵ Na minha compreensão, o «individualismo» do sistema é uma característica dele que não obnubila de forma alguma, nem torna «residual», a natureza construída e compósita da pessoa humana (cf. Pina Cabral 2007a). Não é esta, porém, a ocasião para desenvolver mais longamente este argumento.

O nome que distingue é o nome oficial. Por isso, quando a alcunha ou o nome artístico se tornam publicamente muito conhecidos é frequente as pessoas tentarem adicioná-los a este. Só rarissimamente, porém, tentam substituí-los ao nome próprio anterior. Os tribunais, aliás, são muito renitentes nesta matéria. Os nomes de origem informal a adicionar, mesmo quando são hipocorísticos derivados do nome próprio (como Lula para Luís), são adicionados com o estatuto de sobrenome. No caso do Presidente da República brasileiro, por exemplo, o sobrenome que ele passou aos filhos passou a ser Lula da Silva.

Normalmente, quando questionadas, as pessoas afirmam «gostar» do seu nome próprio. Pude observar, porém, que existe sempre uma percentagem (minoritária mas significativa) da população que afirma «não gostar». As pessoas não protestam da mesma forma contra o sobrenome, até porque geralmente têm mais que um e podem silenciar aqueles de que não gostam ou adicionar os que sentem que lhes faltam. Tais pessoas têm narrativas exegéticas elaboradas nas quais o nome próprio de que não gostam é contrastado com as qualidades que atribuem a si mesmas. Sumariando uma explicação que poderia ser longa basta dizer que, ao chamarem a atenção para o «erro» de nomeação, as pessoas estão, por assim dizer, a reabrir o nome face a uma associação que sentem ser excessivamente forte ou perturbante — estão a reconstituir os ecos nominativos do seu nome. O que me surpreende mais nestes casos é que são muito raras as pessoas lusófonas «que não gostam do seu nome» que realizam um esforço efectivo para o mudar.

Neste jogo do gostar ou não gostar voltamos a confrontar, portanto, o tema da reminiscência. O que está em causa é uma *essencialização* da pessoa através de um processo de gestão de *citações* de nomes. Isto, por sua vez, é realizado através de um esquema de *exploração* narrativa. Por isso, o processo em geral é abordado com entusiasmo. Quero dizer, sempre me surpreendeu a prontidão com que as pessoas «que não gostam do seu nome» estão dispostas a explicar porque não gostam. Visto como *reminiscência*, o nome de que não se gosta acaba por funcionar como uma ocasião para a construção identitária. Por isso a sua exploração válida e não diminui a pessoa.

Os nomes formais não são opcionais nem se referem a quem a pessoa se tornou durante a vida, mas sim a quem ela é à partida. «O nome pessoal é imutável», diz a lei brasileira. Contrariamente a outras tradições antroponímicas, nos meios lusófonos, a pessoa não pode mudar de nome quando muda de estatuto, nem

lhe são adicionados no decorrer da vida novos nomes, ligados a ocorrências importantes no seu percurso pessoal. O nome está ligado ao baptismo (ou ao seu herdeiro laico — o registo civil) e é atribuído no momento em que a criança é fisicamente consolidada, uns dias após o parto.⁶

Se tentarmos dar ordem à categoria residual dos nomes que não são o nome formal, descobrimos que temos enorme dificuldade em listar todos os tipos possíveis: alcunhas, apelidos (bras.), nominhos, nomes de escárnio, diminutivos, nomes de guerra, pseudónimos... a lista não parece ter fim. A característica mais geral desta enorme e variada família de práticas nominativas é negativa: definem-se porque não são tão «verdadeiras», tão «certas», tão «completas» quanto o nome oficial e, mais ainda, na frase recorrente dos entrevistados, por não serem «escritas». «Ser escrito» significa ser mais verdadeiro — verifica-se esta associação em praticamente todos os contextos de lusofonia. As pessoas que não reconhecem ou não são habitualmente chamadas pelo seu nome oficial são diminuídas por isso. «Não ter nome escrito» ou «não ser conhecido pelo seu nome» é, num certo sentido, não ter nome; uma marca indelével de subalternidade.

Todos temos, porém, outros nomes para além do oficial. Estes mudam durante a nossa vida e cada um de nós aceita ser chamado por mais de um nome. São geralmente nomes localizados, que se prendem a uma actividade ou a uma relação qualquer e têm implicações de familiaridade, igualitarismo ou subalternidade. Quando comparada com o nome oficial, esta família de práticas antroponímicas é caracterizada por volatilidade, plasticidade e liberdade atributiva. O nome oficial é tratado como sendo mais verdadeiro, mais representativo da pessoa naquilo que ela tem de mais nobre e essencial — por isso é inalterável depois de atribuído no momento do baptismo ou do registo civil e prolonga-se para além da morte.

Em suma, mais uma vez nos encontramos perante um binómio assimétrico que se formula através de uma escala de maior e menor verdade: neste caso, entre *nome oficial* e *outros nomes*. Trata-se de um binómio assimétrico, mas constituído de forma distinta do anteriormente considerado. Enquanto a oposição entre nome próprio e sobrenome funciona por *adição*, neste caso a oposição realiza-se por meio de uma

⁶ Se bem que a Igreja Católica Romana, agora, prefira adiar o baptismo, só o faz num momento em que o acto de consolidação nominativa foi afastado decisivamente da pia baptismal para o Cartório do Registo Civil.

subtracção. Isto é, no caso anterior, a assimetria opunha algo de singular e essencial (a pessoa) a algo que é visto como colectivo e, portanto, plural (a família). Neste caso, a subtracção não funciona no sentido de proibir outros tipos de nome, mas antes no sentido de os reduzir, de os diminuir, de os minimizar. Trata-se, pois, de um processo de silenciamento realizado através de um complexo aparelho ideológico e administrativo (originalmente religioso e, mais tarde, religioso *cum* estatal). Esse silenciamento retira solidez às formas de *reminiscência* da pessoa, que não são corroboradas pelo aparelho burocrático mas não as proíbe ou destrói. Fá-lo para os «outros nomes» através do bloqueamento da efectivação e legitimação dos três processos constituintes da reminiscência: a essencialização, a citação e a exploração.

Por este meio, o que é mais público (quer dizer, os nomes efectivamente usados para convocar e identificar pessoas) torna-se privado; o que é audível (os nomes por meio dos quais as pessoas mais vezes se chamam umas às outras) torna-se menos verdadeiro. Pelo contrário, o nome oficial — aquele que muitas pessoas mal conhecem, que a maior parte de nós amputa quando nos referimos a nós próprios e pelo qual nunca somos chamados — torna-se a «verdade»; torna-se o meio por excelência de reminiscência da pessoa prendendo-a, assim, irremediavelmente, às três instâncias de construção colectiva que o nome valida: família, Estado/Igreja e género.

O NOME SEXUADO

O terceiro binómio é a assimetria de género (ou sexo). A evolução legal que ocorreu em 1928 só altera em alguns aspectos secundários as implicações do sistema. As práticas nominativas básicas, que se encontram vigentes desde as alterações que ocorreram no início da Época Moderna, presumem uma forma de família que assenta sobre o casal monogâmico, onde não existem linhagens patrilineares nem matrilineares (cf. Pina Cabral 1991: 143-159). Também esta chamada *stabilitas* do matrimónio foi consolidada e teorizada pelas declarações do mesmo Concílio de Trento no dealbar da Época Moderna. Assim, quando têm sobrenome e este é relevante, as mulheres sempre puderam passá-lo aos seus descendentes (tanto o seu sobrenome matrilateral como o patrilateral). Até à década de 1930, a passagem de sobrenomes era relativamente solta mesmo no interior de uma

mesma família conjugal, mas sempre foi presumido que a principal inserção familiar de uma pessoa (e, portanto, também a antroponímica) fosse a patrilateral. Essa presunção, porém, como sabemos do material etnográfico estudado, não era sempre igualmente válida em todas as regiões de Portugal.

Por oposição aos sistemas transpirinaicos, as práticas antroponímicas ibéricas permitem uma característica bilateralidade na herança de sobrenomes e uma margem considerável de manobra na transmissão, de tal forma que, caso desejado, é simples recorrer ao sobrenome matrilateral. Conjugadas, estas duas características associam-se à discussão que fizemos anteriormente sobre a menor essencialidade do sobrenome face ao nome próprio. Assim, nos sistemas lusófonos, a passagem dos sobrenomes tem algo de enganador porque se presume (a) que ocorre de formas sistemáticas, quando tal não se passa necessariamente, e (b) que existe um patriarcalismo rígido, quando tal não se verifica.

Há que assinalar que, apesar dos nomes lusófonos serem marcados pela diferenciação de género relativamente a outras tradições antroponímicas, o seu uso é bastante igualitário. Atendamos ao facto de, por exemplo, nunca ocorrerem aqui processos sistemáticos de silenciamento antroponímico feminino, tais como os que Rubie Watson identificou para o sul da China (1986). Assim, no todo, o sistema assume um paralelismo essencial entre os géneros mas, ao mesmo tempo, realiza uma diminuição relativa do género feminino. A antroponímia lusófona parece reflectir as regras gerais da gramática das línguas ibéricas, na qual os géneros são diferenciados quando usados no singular ou no colectivo intragéneros mas, sempre que ocorre um colectivo que integre membros dos dois géneros, o género masculino é englobante.

Quer dizer, a hegemonia simbólica masculina coabita com um essencial igualitarismo que, ao nível da família, atribui a liderança sobre a casa não a um indivíduo mas a um casal (cf. Pina Cabral 1991: 153-seg.s). As regras de transmissão do sobrenome, tanto no seu relativo laxismo como no seu patriarcalismo mitigado, reflectem precisamente este processo. E, mais uma vez, agora por relação aos géneros, encontramos-nos perante mais um binómio assimétrico. Só que, contrariamente aos binómios anteriormente analisados, este não é constituído por adição nem por subtracção. Aqui, a assimetria é constituída por *englobamento*: ao género masculino é atribuído uma maior anterioridade. A melhor descrição do funcionamento do processo é mesmo a que é feita através do mito fundador do

Adão e Eva: Adão é o primeiro «homem» e Eva é criada a partir dele (cf. Pina Cabral 1989: 109-111). Esta cena, desenhada sob forma de um corpo de homem do qual sai, androginamente, uma mulher é um lugar comum dos tectos pintados dos conventos franciscanos por todo o Portugal e o Brasil. O englobamento funciona de forma temporalizada — é o pressuposto de anterioridade masculina que realiza o englobamento. Nos nomes de origem ibérica, tal como no mito de Adão e Eva, a ligação masculina vem antes e dura mais.

CONCLUSÃO

O nome inscreve a pessoa no mundo de forma durável; *essencializa* a pessoa efectuando uma triangulação entre o eu psíquico e o corpo. O elo entre ambos é inscrito no mundo por meio do nome, tornando-se reconhecível por outros. No caso da antroponímia lusófona, o processo envolve os três binómios a que nos referimos: *nome próprio/sobrenome*; *nome verdadeiro/outros nomes*; *masculino/feminino*. Todos estes correspondem a dinâmicas de desequilíbrio essencial (pessoa v. família; pessoa v. Estado/Igreja; pessoa v. homem/mulher). Quer dizer, estabelecem a maior ou menor essencialidade (realidade relativa) de um pólo sobre o outro, mas não apagam nenhum deles.

Ao aceitar o nome que lhe deram ainda antes de se conhecer a si mesma, a pessoa sujeita-se logo à partida a ser definida por relação a três instâncias de dominação: por relação à família, por relação ao aparelho burocrático e por relação à hegemonia masculina. Ao mesmo tempo, estas dependem da pessoa para a sua própria existência. Estamos, pois, perante formas de dominação legitimada, de hegemonia no sentido gramsciano da palavra (cf. Pina Cabral 2000). De facto, como a pessoa não preexiste ao acto de nomeação e as instâncias de dominação não sobreviveriam sem a pessoa, o processo é mutuamente constitutivo. Dominação, aqui, portanto, remete mais para a docilidade como dispositivo constitutivo humano⁷ do que para violência, no sentido que atribuem ao conceito os neo-foucauldianos americanos.

⁷ Remetendo para o sentido que os filósofos analíticos dão ao conceito de «caridade» — como na noção davidsoniana de «caridade interpretativa».

Desde a Época Moderna, o nome europeu *individua* — nesta medida, esta tradição diverge muito de outras que a antropologia tem estudado. O nome promove que a pessoa se apresente como tendo «naturalmente» uma presença independente das instâncias de dominação que a criam. Por meio do primeiro binómio, a pessoa apresenta-se como unitária enquanto a família é uma colectividade. O segundo binómio não reduz a centralidade da pessoa, antes pelo contrário, posiciona-a como a instância natural de cidadania ou de espiritualidade (a alma). No caso do terceiro binómio, por sua vez, o processo de englobamento feminino pelo masculino assenta sobre uma formulação da essencial pessoalidade dos membros de ambos os géneros (ambos são, igualmente, parte da categoria genérica «homem»).

A aparência de inevitabilidade da pessoa-enquanto-indivíduo que emerge da tradição antroponímica lusófona é um produto da legitimação da dominação familista, burocrática e patriarcalista. Não há nada de «residual», portanto, na construção social da pessoa ocidental, como sustentava Louis Dumont. Todo o contrário. O que existe é um poderoso aparelho ideológico que, através do funcionamento das assimetrias que identificámos, atribui a aparência de indivíduo a pessoas que nunca deixam de ser socialmente complexas.

Os nomes de pessoa, tal como eles evoluíram na Península Ibérica e, mais ou menos contemporaneamente, se espalharam pelo mundo através do processo de expansão colonial, são um instrumento social para constituir pessoas com características determinadas. A pessoa unitária é naturalizada através de um processo de citação, remetendo para as três instâncias referidas, mas não fica fechada sobre si mesma. O nome está permanentemente sujeito à exploração dos ecos nominativos, processo que garante que não sufoque a pessoa, mas a abra ao mundo.

Chegado a este ponto, poderá perguntar-se o que há de especificamente lusófono com estes vectores estruturantes, na medida em que eles podem ser identificados em praticamente toda a Europa e até, mais geralmente, na Eurásia. E, de facto, assim é. As implicações a retirar do seu funcionamento específico em cada contexto, porém, são consideráveis.⁸ Ainda mais sumariadamente, podemos

⁸ Remeto o leitor para a comparação com a China no funcionamento do binómio nome próprio / sobrenome (cf. Pina Cabral 2002: 141-158) assim como da importância da existência de um princípio de descendência agnática na China e da sua ausência em Portugal (Pina Cabral 2002: 179-204 e 1991: 143-153).

afirmar que a antroponímia lusófona moderna é em quase tudo idêntica à hispanófona e que, por conseguinte, estamos a identificar um sistema ibérico (ou, mais propriamente, pós-ibérico).⁹ Por outro lado, a comparação com os sistemas europeus transpirinaicos revela consideráveis diferenças que merecem ser identificadas.

Em primeiro lugar, a antroponímia moderna de raiz ibérica associa mais vincadamente o nome à «alma»; a essencialidade da pessoa demarca-se através do *sagrado* cristão. Em segundo lugar, existe uma muito maior ênfase sobre a *imutabilidade* do nome, que se prende com a forte subordinação do indivíduo a instâncias burocráticas (estatais e canónicas) que retiram força às instâncias comunitárias intermédias. Em terceiro lugar, a tendência à *polionomásia* é uma característica determinante destes sistemas.

Por relação a esta última, há três aspectos a identificar: o primeiro é que ela permite um jogo de diferentes recortes do nome, que liberta parcialmente o indivíduo dos perigos da excessiva essencialidade do nome; o segundo é a bilateralidade dos sobrenomes, que abre possibilidades de constituição familiar que não estão disponíveis no âmbito da patrilateralidade compulsiva dos sistemas transpirinaicos; a terceira é a forma como a polionomásia facilita uma acumulação antroponímica de prestígio social. Cria-se, assim, um espectro de nomeação que parte dos que não têm «nome escrito», passa aos que só têm nome próprio, aos que têm um nome próprio como sobrenome, aos que só têm um sobrenome, ao jogo burguês dos sobrenomes duplos, até aos que chegam a ter cinco, seis e mais sobrenomes. É assim que, em todos os contextos lusófonos, o nome é um dos mais poderosos veiculadores de pertença de classe.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 8 DE JANEIRO DE 2009)

⁹ A diferenciação histórica existente entre processos de nomeação informal em diferentes regiões da Península mereceria amplamente um estudo recorrendo a comparação controlada (cf. Pina Cabral 1984).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Para estas deverão ser consultados os dois artigos do autor em «Outros nomes, histórias cruzadas: os nomes de pessoa em português» no número especial da revista *Etnográfica* 12 (1), 2008, pp. 5-16 e 237-263 assim como os artigos de Rowland, Monteiro, Firmino, Feijó e Ramos que se encontram igualmente neste volume. Sugere-se ainda a consulta de *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, recolha editada pelo autor em colaboração com Susana de Matos Viegas (Coimbra/São Paulo, Almedina, 2007).

Para além destes, poderão ser consultados os seguintes itens:

- Pina-Cabral, João (1984) «Nicknames and the experience of community», *Man* n.s. 19 (1), pp. 148-150.
- Pina-Cabral, João (1994) «Personal Identity and Ethnic Ambiguity: Naming Practices among the Eurasians of Macau» in *Social Anthropology* 2 (2), Paris, 1994, pp. 115-132.
- Pina-Cabral, João (2002) *Between China and Europe: Person, Culture and Emotion in Macao*, Continuum Books/Berg (LSE Anthropology Series 74), London/New York).
- Pina-Cabral, João (2005) «La soglia degli affetti: considerazioni sull'attribuzione del nome e la costruzione sociale della persona» in *Antropologia* 5 (6), pp. 151-172.
- Pina-Cabral, João (2007a) «Nomes e Ética: Uma introdução ao debate» in Pina-Cabral and Matos Viegas (ed.s), op. cit., pp. 13-38.
- Pina-Cabral, João (2007) «Mães, Pais e Nomes no Baixo Sul (Bahia, Brasil)» in JPC and Susana de Matos Viegas (ed.s), *Nomes: Género, Etnicidade e Família*, Coimbra, Almedina, pp. 63-88.
- Pina-Cabral, João (2008) «Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate» in *Etnográfica* 12 (1), pp. 5-16.
- Pina-Cabral, João (2008) «Recorrências antroponímicas lusófonas» in *Etnográfica* 12 (1), pp. 237-262.
- Pina-Cabral, João (2010) «The truth of personal names» in *Journal of the Royal Anthropological Society* 16 (2), pp. 297-312.
- Pina-Cabral, João (2012) «The functional fallacy: on the supposed dangers of name repetition», *History and Anthropology* 23 (1), pp. 17-36.
- Pina-Cabral, João (2013) «The Core of Affects: Namer and Named in Bahia (NE Brazil)», *Journal of the Royal Anthropological Institute* 19 (1), pp. 75-101.
- Pina-Cabral, João and S. Matos Viegas (ed.s) (2007) *Nomes: Género, Etnicidade e Família*. Coimbra/São Paulo: Almedina.
- Pina-Cabral, João (ed.) (2008) *Outros nomes, histórias cruzadas: os nomes de pessoa em português*, thematic issue *Etnográfica* 12 (1).
- Pina-Cabral, João (2012) «Les noms de famille lusophones: une lecture anthropologique» in Roberto Bizzocchi, Andréa Addobbati y Gregorio Salinero (Ed.) in *Cum nomine patris: I cognomi italiani nell'ambito dell'antropologia dell'Europa Mediterranea*, Pub. Università di Pisa, 2012, pp. 155-168.

No centenário da morte de D. João da Câmara

LUIZ FRANCISCO REBELLO†

Em 1912, o dramaturgo Luís Barreto, hoje esquecido, como tantos outros do seu tempo, concorreu a um lugar de professor no Conservatório. O título da tese que apresentou era, em forma interrogativa, «O Teatro português existe?»

Mas já 90 anos antes, no prefácio à 1.^a edição da sua tragédia *Catão*, Garrett havia formulado pergunta idêntica, e cito: «Será que, assim como os franceses não são dotados para a poesia épica, os portugueses não têm *la tête dramatique*?» — e de certo modo lhe respondia, ao constatar, magoadamente, «esta esterilidade dramática, esta como negação para o teatro em um povo de tanto engenho como é o nosso»...

Mais contundente, Eça de Queiroz, num artigo das *Farpas*, em 1871, afirmava peremptoriamente que «o português não tem génio dramático; nunca o teve, mesmo entre as passadas gerações literárias, hoje clássicas». Na volta do século, Fialho de Almeida insistia na mesma tecla: «Os novelistas e dramaturgos portugueses, fora da concepção lírica, da tirada oratória e da devaneação sentimental, poucas ou nenhuma qualidade têm de entrecchadores de peças e romances», e isto porque «sobretudo o teatro requer uma concisão nervosa, uma intensidade de acção e um poder sintético e analítico que quase por completo faltam entre os predicados literários do português». E pelos tempos fora, muitos foram os espíritos esclarecidos que com eles, Garrett, Eça e Fialho, fizeram côro. Para citar apenas um, nosso contemporâneo, recorde-se a alusão de Eduardo Lourenço à «nossa antiga carência de fundo em matéria dramática».

Admitiam-se, é certo, algumas excepções. Garrett, provavelmente, estaria a pensar nele próprio (e ainda não tinha escrito a obra-prima que é o *Frei Luís de Sousa*!), mas não tardaria a descobrir Gil Vicente, editado em Hamburgo em 1834, e nele iria buscar a inspiração para o seu Auto de Gil Vicente em que (são palavras suas) o «ressuscit[ou] a ver se ressuscitava o teatro». Eça, esquecendo ou ignorando o autor das *Barcas*, entendia que «a nossa literatura de teatro toda se reduz ao *Frei Luís de Sousa*». Fialho exceptuava três nomes da «verdadeira miséria»

— estou a citá-lo — que era, segundo ele, o nosso património dramaturgico. Não eram os que, por certo, estarão a pensar; mas sim — quem diria? — César de Lacerda, Camilo e Marcelino Mesquita...

Devo confessar que nunca partilhei estes juízos pessimistas. Em todo o caso, nunca os acompanhei no seu radical negativismo. É certo que o génio português (entenda-se por «génio» o que se quiser) tende a exprimir-se mais identitariamente através da poesia que do romance, e de ambos mais que do teatro. Terá isto que ver com diversos factores, endógenos e exógenos, e muito com a especificidade do teatro, que é a transposição de uma vivência ou uma mitologia colectivas, e, por isso, como dizia Moniz Barreto ao analisar, em 1889, com rara lucidez, a literatura portuguesa do seu tempo, «a floração e a superioridade das manifestações cénicas é condicionada pela presença duma comunidade de sentimentos e dum acordo de opiniões na consciência colectiva. O que, entre nós, há que reconhecê-lo, tantas vezes falta...»

Mas o teatro português não é, de modo nenhum, o «descampado liso» de que falou António José Saraiva, de onde «saem solitários dois grandes penedos: Gil Vicente e Garrett». Além deles, outros, muitos outros, lutando muitas vezes contra ventos adversos, houve, e seria errado e injusto esquecê-los. Houve António Ferreira e a *Castro*, que é uma das mais belas, senão a mais bela, de todas as tragédias da Renascença. Houve o Chiado, que no *Auto da Natural Invenção* foi um dos primeiros a pôr em cena o que hoje se designa por «meta-teatro», e Camões, António Prestes, de quem a Imprensa Nacional acaba de editar meritoriamente a obra completa, e Simão Machado, Francisco Manuel de Melo e *O Fidalgo Aprendiz*, ante-projecto do *Burguês Fidalgo* de Molière, e António José da Silva, o «Judeu», que a Inquisição reduziu a cinzas, como ao teatro tentou fazer, e em parte conseguiu. Houve, mais perto de nós, e em registos diversos, Marcelino Mesquita, Gervásio Lobato, Henrique Lopes de Mendonça, Júlio Dantas, André Brun, e Raul Brandão e António Patrício, Alfredo Cortez e Carlos Selvagem, José Régio e Jorge de Sena, Santareno e Sttau Monteiro, para me deter no limiar dos nossos dias.

E houve D. João da Câmara.

D. João Gonçalves Zarco da Câmara, que nasceu em 1852 e faleceu há 100 anos, em 2 de Janeiro de 1908, e nos deixou, no curto espaço de três lustros, uma obra que se reparte pelos diversos caminhos estéticos dominantes no final do

século XIX: o neo-romantismo, o naturalismo e o simbolismo. E que aborda os mais variados gêneros, o drama (e mesmo o melodrama), a comédia, a farsa e a opereta, num total aproximado de meia centena de títulos, entre originais e traduções, para além de dois romances históricos, um livro de versos e outro de contos, um livro de leitura em que Raul Brandão colaborou, e de numerosos folhetins e crónicas que pena é não terem sido ainda reunidos em volume.

Da sua biografia retenhamos dois dados, pela repercussão que iriam ter na sua vida literária: a frequência do Colégio de Campolide, onde fez os primeiros estudos, e a intervenção, como condutor de obras públicas, na construção da linha férrea do ramal de Cáceres. No Colégio, fez representar as suas primeiras, e bem ingénuas, produções teatrais, que no entanto deixavam já entrever uma decidida aptidão dramática. Da sua experiência alentejana iria retirar o cenário e as personagens de algumas das suas melhores peças — *Triste Viuvinha*, *O Pântano*, e essa obra-prima de todo o nosso teatro que é *Os Velhos*.

Tinha 37 anos quando o seu nome entrou para a primeira fila dos dramaturgos do seu tempo, e não tardaria muito que, num inquérito aberto entre os seus leitores pela revista *A Cena*, ele fosse escolhido, a larga distância dos demais, como «o melhor autor dramático». Um drama histórico em versos de 12 sílabas, D. Afonso VI, estreado em 12 de Março de 1890 no Teatro Nacional D. Maria II pela prestigiosa companhia em que se juntavam os irmãos Augusto e João Rosa, Eduardo Brazão, Ferreira da Silva e Rosa Damasceno, tornou-o célebre do dia para a noite.

O teatro histórico, ou, mais exactamente, o teatro a que um tempo pretérito fornece o tema, as personagens e o quadro da acção, ou apenas este quando tema e personagens são ficcionados, fôra o cavalo de batalha da cena romântica, desde o *Henrique III* do pai Dumas, o *Hernâni* de Victor Hugo, o *Chatterton* de Alfred de Vigny — e poderíamos remontar ao Goethe de *Clavigo*, ao Schiller de *A Conspiração de Fiesco*, ao Büchner de *A Morte de Danton*. Entre nós, Garrett dera o mote com *Um Auto de Gil Vicente* — mas logo advertiu que «sacrific[ava] às musas de Horácio, não às de Heródoto», porque «nem a verdade histórica propriamente, nem a cronológica, as quer ninguém que saiba o que é teatro». E, para que dúvidas não restassem, acrescentava: «Nem o drama, nem o romance, nem a epopeia são possíveis se os quiserem fazer com a Arte de verificar as datas na mão.»

Quiseram-no os seus sucessores, com a ajuda do *Elucidário* de Viterbo, a que foram buscar aquelas «expressões túrgidas e descomunais que fazem arrepiar o senso comum e que ofendem a verdade e a natureza», já verberadas por Herculano. E assim a herança de Garrett foi delapidada pelo Mendes Leal de *Os Dois Renegados* e os vários sub-Mendes Leais que, ao longo das décadas de 40 e 50, inundaram os palcos de Lisboa com uma enxurrada de «estupros, raptos, delíquios, duelos, vinganças atrocíssimas, pugilatos de paixões, tiroteios de afectos», na pitoresca (mas justa) enumeração do crítico Andrade Ferreira. O cansaço das plateias obrigou os dramaturgos a trocar os tempos de antanho pela actualidade — mas, como notou o teórico do naturalismo Júlio Lourenço Pinto, parafraseando Zola, «o Carnaval da natureza continuou». Apenas se mudou o manto dos reis e a cota de malha dos guerreiros para a sobrecasaca dos barões e a blusa do operário.

A fórmula romântica parecia esgotada. Nas conferências democráticas do Casino Lisbonense, Eça proclamava o realismo «como nova expressão de arte». A nova literatura, dizia, deve ser «perfeitamente do seu tempo, tomar a sua matéria na vida contemporânea, ter o ideal moderno que rege as sociedades, isto é, a justiça e a verdade». Mas o teatro, mais do que as outras artes refractário à mudança, tardaria duas décadas ainda a enveredar por esse trilho. Uma floração neo-romântica, repondo na ordem do dia o drama histórico, retardou a alteração do paradigma. *O Duque de Viseu*, de Lopes de Mendonça, em 1886, *Leonor Teles*, de Marcelino Mesquita, em 1889, *D. Afonso VI*, de D. João da Câmara em 1890, foram as suas primeiras manifestações, em consonância aliás com as correntes literárias nacionalistas dos finais do século.

Lourenço Pinto admitira que «a evocação do passado não [pudesse] eximir-se à alçada do dramaturgo», mas, «para ser verdadeiro, ressuscitando o passado como se fôra presente, demandava um grande trabalho de erudição, que não pode ser inteiramente suprido pela intuição artística». Esta deveria portanto combinar-se com aquela, nenhuma delas excluindo a outra, para assim se garantir a autenticidade do «pensamento histórico e do espírito de uma época» e a genuinidade da sua transposição estética. Digamos que em Lopes de Mendonça a erudição se sobrepunha à intuição artística, esta àquela em Marcelino, e só D. João lograva o justo equilíbrio entre ambas.

O que distingue esta segunda vaga historicista da primeira é, ao nível da escrita, ainda que a ambas fosse subjacente uma visão idealista da História, a

atenção prestada à psicologia das personagens e a concatenação dos seus comportamentos com as coordenadas sociais e políticas do quadro histórico em que se movem. Não eram já os heróis inteiriços e monolíticos dos primeiros textos românticos, o confronto abstracto do herói com a colectividade, o maniqueísmo das oposições bem/mal, vício/virtude, a redução dos conflitos históricos a conflitos sentimentais, o melodramatismo verbal e gestual das situações dramáticas. E o povo, ausente na tragédia clássica, presente como mero espectador na fase inicial do drama romântico, passou a intervir como agente do devir histórico — conforme, aliás, em 1842 Alexandre Herculano havia recomendado aos dramaturgos do seu tempo, lembrando-lhes que «não basta[va] evocar os grandes de outrora em seus passos esplêndidos», era também preciso «assistir às misérias e agonias dos plebeus». Complementarmente, a cenografia, a indumentária, os acessórios, acompanharam esse afã de rigor, cuja progénie naturalista importa reconhecer.

O primeiro drama histórico de D. João da Câmara subiu à cena exactamente dois meses depois do Ultimato inglês. Ainda que o seu protagonista fosse um rei mentecapto e impotente, e o motor da acção fosse uma luta fratricida pelo poder, a peça inscrevia-se no ambiente exaltado da época, em que a memória dos «nossos egrégios avós» (e mesmo dos que, de egrégios, pouco tinham...) servia de antídoto ao vexame do Ultimato e à crise económica, financeira e política que se lhe seguiu. Mas o drama valia pelos seus méritos próprios — com ele, observara Oliveira Martins, «saí[a-se] por excepção desse mundo ridiculamente convencional do teatro que nos servem todos os dias» —, o que igualmente poderá dizer-se da peça seguinte, *Alcácer-Quibir*, em que, como na anterior, pela primeira vez, a estética simbolista faz, timidamente embora, a sua aparição na cena portuguesa. Os negros presságios, as «cruéis visões sombrias» que pairam sobre as personagens, correspondem às «forças desconhecidas e enormes potências, invisíveis e fatais, cujas intenções ninguém conhece», a que alude Maurice Maeterlinck no prefácio ao seu teatro — e que irão ganhar protagonismo em *O Pântano*, que D. João da Câmara fará representar em 1894. E, ainda que mais discretamente, é também na orla do simbolismo que se inscreve a atmosfera onírica da sua última peça histórica, o breve acto *O Beijo do Infante*, interpretado em italiano pelo grande actor Emete Novelli em 1898, com que D. João contribuiu para o ciclo dramático comemorativo do quarto centenário da viagem de Vasco da Gama.

Entretanto, porém, haviam-se estreado, sempre no Teatro Nacional, os 3 actos de *Os Velhos*, perante a indiferença do público e a incompreensão da crítica. «Gracioso quadro rural, contozinho bem posto em acção e que se escuta com bonomia», foi como o *Diário de Notícias* displicentemente os julgou. Terão surpreendido e desconcertado a simplicidade da intriga, a exactidão do ambiente em que a acção decorre — uma aldeia do Alto Alentejo que irá ser atravessada pelo caminho-de-ferro —, a perfeita caracterização sócio-psicológica das personagens — pequenos proprietários rurais a princípio indignados pela expropriação das suas terras, sacrificadas, como dirá uma delas, à «Besta do Apocalipse, a vomitar lume por esses campos agora tão quietinhos», mas a breve trecho dispostos a ouvir, na mira das indemnizações a receber, «no silvo da locomotiva o hino do progresso». Sobretudo terá surpreendido e desconcertado a fluência e naturalidade de uma linguagem aderente à vida real, sem floreados nem arabescos, como não era costume ouvir-se nos nossos palcos. Mas era um retrato fiel do país rural que Portugal era então, e por muito tempo ainda continuaria a ser, imbuído de um lirismo discreto, de uma suave ironia, que iríamos reencontrar em *Triste Viuvinha*, de 1897, cuja acção se situa igualmente no quadro da província alentejana, e se joga entre personagens idênticas, n' *Os Velhos* o prior e o barbeiro, aqui o tabelião e o sargento da guarda-fiscal, em ambos o mestre-escola, que se exprime, e aos seus sentimentos, na mesma linguagem simples e coloquial, mas num tom mais reticente, mais intimista, próximo já do código linguístico do simbolismo.

Entre *Os Velhos* e *Triste Viuvinha*, foi a vez de *O Pântano*, em que — nas palavras de Fialho de Almeida — D. João da Câmara, tendo estudado «alguns dramaturgos modernos, espíritos pervertidos ou iluminados, que anseiam por trazer a lume os pesadelos que lhes agitam o sonho», procurou «adiantar-se a Maeterlinck [e] realizar por figuração viva o que o poeta flamengo escrevera para marionettes». O dramaturgo encena aqui uma história de culpa e expiação, uma dança da morte que oscila entre o melodrama e a tragédia, entre o macabro e o patético, localizada num velho palacete em ruínas, que é — dizem as rubricas — «como um túmulo» cujas janelas de vidros quebrados lembram «olhos sem vista que parecem ver cá dentro», à beira de um pântano sobre o qual os fantasmas e os pesadelos «apenas o sol desce começam a formar-se, dançam no vento, desfazem-se nos ares». É, de novo, a charneca alentejana, mas aqui focada a uma luz

totalmente diversa, fosca e espectral. Assim como as personagens são agora títeres manejados por um destino obscuro e impenetrável, símbolos agónicos de uma humanidade aflita a quem, dirá uma delas, «deram asas que só servem para descer ao fundo do abismo».

Hostilmente recebido, *O Pântano* é uma obra desequilibrada (Fialho, louvando embora o «superior merecimento literário», considerou-a «o parto obstruso de um cérebro infantil»), que no entanto apontava corajosamente um novo rumo estético. Seria em *Meia Noite*, estreada nos primeiros dias de 1900 no Teatro D. Amélia (que é hoje o S. Luiz), que viriam confluír e fundir-se harmoniosamente as linhas neo-romântica, realista e simbolista por onde circula a obra dramática de D. João da Câmara.

Mais para o *fatum* a que se vergavam as desequilibradas personagens do drama anterior, é para uma transcendência radicada no idealismo cristão que aponta a nova obra de D. João da Câmara, legível como paráfrase do «Cântico dos Cânticos», aliás subliminarmente evocado. Desta vez, o quadro da acção é a Sé de Lisboa — e não é por acaso que se localiza em pontos altos, o aposento do velho cônego nos telhados da catedral (1.º e 3.º actos) e o côro, para além do qual o templo «se esfuma» (2.º acto). Assim como o casario da cidade, com o rio ao fundo, ou o interior da igreja, visto de longe, a realidade parece diluir-se, perder os seus contornos, como que imaterializar-se — e não era essa a suprema aspiração dos poetas simbolistas? «Parece-me que ando desencaminhado, perdida a perspectiva do tempo», diz uma personagem, Crisóstomo, o organista da Sé; e outra personagem, Romana, responde, como em eco: «A vida... um sonho... outro sonho... Nunca se é bem acordado!»

O núcleo temático que serve de suporte à frágil anedota de *Meia Noite*, como praticamente a todo o teatro de D. João da Câmara, é o amor, repercutido em várias gerações, pelo contraste entre as «saudades do que não foi» e as «esperanças do que há-de ser» (para citar as duas réplicas finais de um dos seus últimos textos teatrais, *Casamento e Mortalha*, 1904): não o amor desvairado e tumultuoso que os românticos exaltavam, ou reduzido a mera conjunção carnal como em muito teatro naturalista, mas o deslumbramento ingénuo e alvoroçado dos que o descobrem, a dolorosa renúncia dos amores frustrados, a sua transmutação em saudade ou a sublimação em criação artística. Todos estes cambiantes se entrelaçam em *Meia Noite*, convocados para a construção de um drama que se trava na

consciência de cada personagem, e não só nas fricções entre elas mas no seu interior: «A mim mesmo digo o que sinto, e me respondo, que alma não há que não tenha duas vozes», diz-se em dado passo do diálogo. Aqui se anuncia um dos tópicos fundamentais da dramaturgia (da arte e da literatura em geral) do século xx, a dissolução da consciência individual, que teve em Proust, Joyce, Pirandello, Pessoa, os mais ousados exploradores. E como não ver, nessa réplica, uma confirmação da definição por este último proposta para o drama estático: «não a acção nem a progressão e consequência da acção, mas a revelação das almas através das palavras trocadas»?

Os Velhos e *Meia Noite* sinalizam os dois pontos cimeiros do teatro de D. João da Câmara. Mas a sua produção posterior está longe de ser despicienda. A *Rosa Enjeitada*, que teve uma intérprete excepcional na grande actriz Adelina Abranches, na figura de uma prostituta que se redime pelo sacrifício e o amor, foi taxado de «folhetim populista». E no entanto, Raul Brandão considerava-o «um dos mais belos dramas que [tinha] visto na [sua] vida», e, juntamente com aquelas, uma das «poucas peças modernas que resistirão ao tempo». Poderia, aliás, ser do autor do *Húmus* este grito de Rosa: «Saber a gente que vive porque alguma coisa lhe dói sempre!» É irresistível traçar um paralelo com a protagonista de outra peça, estreada no mesmo ano de 1901 e interpretada por outra grande actriz, Ângela Pinto: *A Severa*, de Júlio Dantas. O contraste, muito ao gosto romântico, entre um meio popular e uma aristocracia boémia e afadistada estabelece-se na peça de D. João com uma pequena burguesia movida por mesquinhas ambições — e o que, em Dantas, é hábil artifício, é em D. João da Câmara dolorosa e pungente humanidade. Refira-se ainda, omitindo alguns textos menores, uma adaptação cénica do *Amor de Perdição*, sobre a qual o temível crítico que foi Joaquim Madureira opinou que o adaptador «fez tudo o que, honrada e lealmente, se podia fazer, mas, fazendo tudo, fez o pior que podia fazer, porque a única coisa que deveria ter feito era não fazer nada»...; os dois breves actos de *Casamento e Mortalha*, a que já me referi, — e a tentativa séria de criar uma ópera-cómica portuguesa, com a colaboração de Gervásio Lobato e do compositor Ciríaco Cardoso, de que *O Burro do Senhor Alcaide* e *O Solar dos Barrigas*, representados entre os dramas históricos e *Os Velhos*, são os títulos mais conhecidos. Ou foram-no...

Cem anos vão passados sobre a morte de D. João da Câmara. Em 1952, aquando da passagem do centenário do seu nascimento, que a nossa Academia

comemorou pela voz de outro dramaturgo, Ramada Curto, o Teatro Nacional levou à cena *Meia Noite*. Em 2008, não consta que nenhum teatro, subsidiado ou não, e sobretudo o Teatro Nacional, que deveria ter como ponto de honra a revisão e revitalização do nosso património dramático, que para isso Garrett o fundou, lhe houvesse prestado a homenagem devida: levar ao palco uma, pelo menos, das suas grandes obras. Mas saber-se-á, no departamento do Ministério da Cultura que tem a tutela da actividade teatral, que elas existem?

Entretanto, ocorrem-me umas palavras de D. João da Câmara, que passo a citar: «O mau gosto, o desejo de fazer crer o que não é, de dar na vista, de ser aplaudido pela tolice aparatosa, são vícios vulgares neste fim de século, e mormente na sociedade em que o nível intelectual desceu a uma mediocridade assustadora.»

Estas palavras foram escritas em 1895. Poderiam tê-lo sido hoje.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS,
NA SESSÃO DE 22 DE JANEIRO DE 2009)

O pensamento de Teilhard de Chardin no cruzamento da natureza e do espírito

MICHEL RENAUD

No mundo intelectual há personalidades brilhantes, que nos abrem horizontes novos e enriquecem a nossa compreensão do mundo. Entre elas, contudo, há algumas das quais é melhor não conhecer a vida privada e particular para que esta não projecte a sua sombra negativa sobre a luz da sua obra. Pelo contrário, há personalidades humanas cujo pensamento ou acção recebe do conhecimento da sua vida um esplendor que ajuda a transfigurar a própria obra, como se esta fosse não apenas uma criação da inteligência, teórica ou prática, mas o reflexo de uma vivência espiritual global. A figura de Teilhard de Chardin pertence a este núcleo de intelectuais cujo pensamento está na esteira imediata de uma vida em tudo notável. Cientista, filósofo, teólogo, místico, e mesmo poeta, Teilhard surge, no seu génio multifacetado, como um visionário, que repensa, inaugura, descobre o nosso saber sobre o mundo, conjuntamente material e espiritual. É precisamente este nexo entre a matéria e o espírito que gostaríamos de sublinhar, colocando-o no centro da nossa apresentação.

1. Porquê este interesse por Teilhard de Chardin? Será que ele é ainda um pensador actual? Quem o lê ainda? Os não-cristãos consideram-no talvez como um bom cientista paleontólogo, mas como pensador, a sua fé estaria demasiado presente na sua visão do mundo para que esta fosse credível; quanto aos cristãos seus contemporâneos, não podiam conhece-lo facilmente até à sua morte, dado que, durante a sua vida, as autoridades da Igreja se opuseram à publicação das suas obras. Quanto aos filósofos de profissão, sentiam-se e ainda se sentem pouco à vontade neste pensamento que de certo modo desafia todas as categorias, não se apresentando como uma nova filosofia, nem se inscrevendo numa corrente contemporânea do pensamento. Talvez Teilhard seja para os teólogos um filósofo, para os filósofos um místico, e para os místicos, um cientista. Muita gente o admira, pouca o retém como um pensador profissional. E é verdade, Teilhard não

é um pensador profissional, não se inscreve numa corrente filosófica clássica, bem situada na história do pensamento. Ele estuda a natureza, a matéria, a biosfera, mostra em seguida que ela se abre à nooesfera, e que esta culmina no ponto Ómega. A convergência para Deus, da natureza e do espírito, isto é, de todo o universo natural e pessoal, é aquilo que marca a visão teilhardiana do real. Ora, não é exagerado admitir hoje — e tal é a minha convicção profunda — que uma filosofia global deve articular-se à volta dos três eixos paradigmáticos que são respectivamente, a natureza, o ser humano e o Absoluto ou Deus. Paradoxalmente verificamos então que na presente época raros são os sistemas especulativos ou — se não quisermos falar de sistema — os empreendimentos intelectuais que tomam estes três eixos como pilares da sua compreensão do real. Quando, deixando todos os pressupostos, tentamos entrar no coração da sua visão intelectual, verificamos que tudo se passa como se Teilhard nos seduzisse pelo brilho das suas análises e, ao mesmo tempo, nos deixasse numa certa perplexidade quanto à decisão de o seguir e de aderir às suas ideias. É este movimento interior de vai e vem que gostaria de clarificar na primeira parte desta breve análise.

É por confronto com as lacunas de muitas filosofias que o pensamento de Teilhard nos atrai. Por exemplo, a fenomenologia do princípio do século xx, com Husserl e os primeiros fenomenólogos franceses, estuda as relações entre a consciência intencional e o modo como o mundo lhe aparece; o fenómeno, na fenomenologia, é precisamente a posição deste aparecer do real a uma consciência humana. Com certeza, não se trata, nesta relação do fenómeno com a consciência, de reproduzir, uma espécie de dualismo cartesiano (desta vez entre a consciência e o mundo que lhe aparece); estamos pelo contrário na busca da fonte do sentido de que brotam quer a consciência, quer o mundo. Esta definição ainda muito caricatural serve-nos para verificar que a fenomenologia não encontra o problema de Deus no seu caminho (salvo enquanto fenomenologia da consciência religiosa em geral, na qual Deus aparece simplesmente como a áurea do sagrado geral e difuso).

Mais longe de nós, no período glorioso da escolástica, as relações entre a natureza, o homem e Deus foram tematizadas de modo extraordinário, mas a natureza ainda não era conhecida senão de modo geral e qualitativo, como matéria ainda desprovida de toda sua dimensão mensurável e evolutiva; faltava então, na trilogia natureza, homem, Absoluto, o desenvolvimento da compreensão

científica do pólo «natureza». Em contrapartida, existem hoje determinados frescos cósmicos, em geral provindo do mundo da ciência, nos quais surge a interrogação das relações entre a natureza e Deus, como se Deus estivesse presente quase objectivamente e de modo palpável, por exemplo, na constituição genética do ser humano; ali temos contudo um curto-circuito entre Deus e a natureza biológica do homem, sem a devida atenção pelo pólo da *consciência de si* especificamente humana. Onde se encontrarão então tentativas de sistemas nos quais se respeita a especificidade dos três eixos assinalados, natureza ou matéria, consciência de si humana e Deus? É aqui que se perfila a figura de Teilhard de Chardin. Apresenta com efeito um pensamento unificado, que articula respectivamente cada um destes três eixos ou nós do pensamento, a matéria, o homem e Deus. É por isso que, do ponto de vista filosófico, vale a pena parar atentamente para ouvir o que ele diz.

2. Previamente não será inútil lembrar alguns dados biográficos. Nasceu no dia 1 de Maio de 1881 num pequeno castelo da Auvergne francesa. Com 18 anos, entra na Companhia de Jesus; no decurso da sua formação, dá aulas no Cairo, de 1905 a 1908, antes de começar os estudos de teologia em Hastings, no Reino Unido. É ordenado sacerdote em 1911; de 1914 a 1918, presta serviço como maqueiro na guerra das trincheiras; a sua coragem vale-lhe várias condecorações. Dessa época fala em termos notáveis: tratou-se de «horas mais do que humanas», «como se tivessem sido vividas no Absoluto». Após os seus últimos votos de religioso (Maio de 1918) e a desmobilização em 1919, realiza sucessivamente uma Licenciatura *ès Sciences* em biologia, em seguida, o doutoramento (1922) e é nomeado professor adjunto de geologia no *Instituto Católico de Paris*. Em Abril de 1923 realiza a sua primeira viagem à China, durante 18 meses, participando, no deserto de Gobi, na descoberta do paleolítico chinês; é nessa altura que escreve a «*Missa sobre o mundo*». No seu regresso a Paris, retoma as suas actividades de docência, mas a crise rebenta com Roma; por causa das suas ideias sobre o pecado original, o Vaticano, ainda prisioneiro do monogenismo — em virtude de uma interpretação do Génesis hoje caduca —, exige que abandone o seu ensino de Paris, limite as suas publicações a assuntos exclusivamente científicos e deixe a França. Começa por assim dizer o seu exílio de 20 anos na China, a qual se tornará, como ele disse, a sua segunda pátria. Volta a França de vez em quando,

para estadias curtas ou prolongadas. Em 1929 torna-se em Pequim funcionário chinês, e participa na descoberta do sinántropo (crânios velhos de quatrocentos a quinhentos mil anos). O seu trabalho de paleontólogo leva-o a realizar investigações na Somália e na Etiópia, assim como na Mongólia. É nessa altura (1931) que participa na expedição americana no deserto de Gobi, um dos lugares mais inóspitos da terra, e escreve *O espírito da terra*. Esta expedição, co-organizada pela Citroën, dura 9 meses. Durante a segunda guerra mundial, permanece em Pequim. De regresso a Paris, em 1946, recebe a legião de honra e a proposta de um lugar no Colégio de França, o mais alto ofício docente em França, mas a sua aceitação pessoal do lugar está submetida à ratificação dos seus superiores religiosos. Em 1948, decide fazer a viagem a Roma para explicar as suas ideias e tentar obter a autorização de publicar o livro *O fenómeno humano*, autorização que lhe é recusada, tal como não lhe foi concedida a aceitação do lugar no Colégio de França. A sua última terra de eleição será os Estados Unidos, na altura dos seus 70 anos (1951), convidado pelo centro antropológico e paleontológico de *New York*. É ali que morre no Domingo de Páscoa, no dia 10 de Abril 1955, com a idade de 74 anos. É também em Nova Iorque que escreve a sua última obra, *O Crístico*; nela lê-se que «o Cristo da revelação não é outra coisa senão o ponto Ómega da evolução»; do mesmo modo, encontramos esta frase, impressionante num homem ao qual foi proibido divulgar o seu pensamento: «é suficiente, para a verdade, aparecer uma única vez num único espírito para que nada possa impedi-la de tudo invadir, de tudo inflamar». Enfim, é graças a uma amiga, Jeanne Mortier, que foi a sua colaboradora nos últimos quinze anos e que foi constituída herdeira dos seus manuscritos, que tivemos a sorte de ver publicar toda a sua obra de reflexão filosófica, teológica e mística.

O que impressiona em Teilhard de Chardin é conjuntamente o seu espírito de obediência à Igreja, que tão duramente o tratou, assim como a solidez da sua convicção sobre a evolução do universo e do homem. Nesta breve comunicação não poderemos senão apresentar alguns *flashes* destinados a mostrar a actualidade do pensamento e uma parte da originalidade deste grande homem, grande em todos os sentidos da palavra. Das suas várias facetas, só podemos abordar algumas; contudo, cientista, filósofo, poeta e místico, Teilhard merece ser estudado de mais perto. Mas para este efeito, foi necessário retirá-lo do purgatório da história, das «*oubliettes de l'histoire*». Com esta expressão, quero aludir a um

fenómeno muito estranho: muitas personalidades do mundo intelectual — nem todas —, conhecidas e admiradas durante a sua vida, caem depois da sua morte, numa espécie de esquecimento, até que pouco anos depois sejam redescobertas e de novo reconhecidas por aquilo que foram e continuam a ser. O filósofo Hegel¹ não escapou a este veredicto, se se pensa que foi apenas setenta e seis anos depois do seu desaparecimento que foram publicados os seus escritos de juventude. Do mesmo modo, quem fala ainda hoje de Sartre? É assim que se pode dizer, com Luís Sebastião, que depois de um entusiasmo de quinze anos na altura da publicação póstuma da sua obra, Teilhard foi bastante ausente das academias universitárias durante mais ou menos vinte anos. Mas os ventos da cultura sopraram recentemente em sentido contrário; existe actualmente uma recrudescência da atenção pela intuição profunda e pelo dinamismo do pensamento de Teilhard. E Portugal ocupa também um lugar de destaque neste entusiasmo para com a sua obra, tal como mostra a relativamente recente criação, graças ao Dr António Paixão, da Associação dos Amigos de Pierre Teilhard de Chardin (AAPTCP).

3. 1. O primeiro *flash* incide no Teilhard filósofo. A sua visão do «*Fenómeno humano*» — obra talvez mais conhecida e que constitui o primeiro volume das suas obras completas, apresenta a evolução do cosmos, desde a matéria inanimada, a pré-vida, a vida e a consciência. Todos conhecemos a lei de complexidade-consciência; ela é o nervo da evolução que levou ao aparecimento da consciência: é a complexidade crescente das estruturas biológicas que permitiu a eclosão da consciência e, com ela, a mudança de rumo da evolução. O aparecimento da consciência exigia, com efeito, condições prévias de desenvolvimento da matéria viva, sem as quais não teria sido possível esta mudança. O que nesta apresentação interessa o filósofo de hoje reside na espécie de sequência que, partindo da pré-vida, chega à vida, e em determinada altura dá origem à consciência. Com certeza a consciência opera uma revolução na evolução, mas ela aparece apenas

¹ Não queremos dizer que Hegel deixou de marcar a vida intelectual depois da sua morte; mas dilacerada entre os «hegelianos de esquerda e de direita», a compreensão do seu sistema ficou logo tão distorcida que foi necessário esperar quase pelo século xx para ver surgir a tentativa de uma compreensão mais isenta de pressupostos ideológicos. Recordamos que foi somente setenta e seis anos após a sua morte que foram publicados os seus escritos de juventude, importantes para a compreensão dos escritos ulteriores. Não será que um fenómeno semelhante marca Teilhard de Chardin após a sua morte?

quando determinadas condições do desenvolvimento neuronal a tornam possível.

Aquilo que caracteriza assim a tese de Teilhard é a maneira de abordar o problema da consciência, e esta maneira difere da filosofia actual. Em geral, a filosofia de orientação fenomenológica, à qual já aludimos, instala-se na especificidade da consciência para analisar a sua intencionalidade, a sua relação com a especificidade do seu objecto; por intencionalidade deve-se entender, por um lado, o modo como a realidade aparece à consciência, por outro — e reciprocamente —, a maneira como a consciência constitui, a partir de si própria, o horizonte de manifestação das realidades que compõem o nosso mundo. Por exemplo, o mesmo objecto, uma pintura, pode ser considerada como um produto de venda do ponto de vista económico, o que faz dela um objecto negociável; pode ser considerada como um objecto religioso quando está numa igreja, por exemplo, no caso de um ícone; e é também um objecto estético para a consciência artística ou estética. É a nossa consciência que constitui o objecto na sua especificidade. Mas em Teilhard, a consciência reflexiva é analisada em primeiro lugar como emergindo da vida física. Como é que ela se apresenta então? Os termos de Teilhard não deixam dúvidas: é o pensamento que nos introduz no «*Dentro das coisas*». Em *Le phénomène humain*, ele diz (p. 181): «*por esta individualização de si próprio no fundo de si próprio, o elemento vivo, até então difundido e dividido num círculo difuso de percepções e de actividades, encontra-se constituído, pela primeira vez, em centro puntiformal [ponctiforme], no qual todas as representações e experiências se entrelaçam e se consolidam num conjunto consciente da sua organização. (...) O ser reflectido, em virtude mesmo do seu redobramento [repliement] sobre si próprio torna-se de repente susceptível de se desenvolver numa esfera nova*». Na página seguinte, continua: a Vida «*devia, como toda a grandeza no mundo, tornar-se diferente para permanecer ela própria*». Afirmações semelhantes abundam neste livro.

O que queria sublinhar aqui é a proximidade, não apenas das ideias, mas também do vocabulário, com a filosofia de Hegel. Esta proximidade é, por um lado, estranha, porque estes dois pensadores são tão afastados um do outro, não só pelo tempo, mas pelas preocupações profissionais e dialécticas, que não se suspeitaria à partida poder aproximá-los. Mas por outro, este confronto não tem nada de estranho; talvez seja mesmo isso que constitui o centro da minha tese nesta exposição de Teilhard: a grande figura filosófica que se perfila por detrás

de Teilhard, sem que este tenha tido consciência disso, é com efeito Hegel. Que a vida tenha que se tornar diferente para permanecer ela própria evoca a dialética de Hegel, segundo a qual o movimento do real chega a pôr aquilo que se opõe a ele para progredir na vida da sua auto-realização. Do mesmo modo, ao caracterizar o ser reflectido como «redobramento» (*reploiement*) sobre si, Teilhard de Chardin parece fazer eco ao conceito do *Insichgehen der Natur*, o *ir dentro de si*, que, na *Fenomenologia do Espírito* caracteriza a consciência humana. Para os dois, poder-se-ia concluir, a consciência é esta torção sobre si que assinala a passagem do fora para o dentro. Aliás, alguns autores traduziram a expressão hegeliana «o ir dentro de si» por interiorização, termo que quase parafraseia a emergência da consciência a partir da natureza biológica.

Devemos então compreender a diferença entre as duas abordagens: a fenomenologia contemporânea instala-se desde a partida na especificidade da consciência, ao passo que Hegel e Teilhard a vêm surgir do progresso dialéctico da matéria viva. Todavia surge um problema; como é que se compreende a identidade entre a consciência reflexiva enquanto vista de fora, isto é, como momento especial da evolução biológica, e a mesma consciência enquanto apreendida por si própria, na sua subjectividade específica? Na verdade, este problema não se põe apenas em Hegel e em Teilhard, mas em toda a epistemologia do *Mind-Body Problem* contemporâneo. Hoje, com efeito, o problema da mente (ou espírito) e do corpo (ou aqui, de modo mais preciso, do cérebro) encontra a sua maior dificuldade quando se trata de pensar a identidade entre o cérebro (com as células nervosas) que produz o pensamento e o pensamento efectivo vivido subjectivamente por cada um de nós. Será a mesma coisa dizer que, por um lado, o cérebro gera a consciência de si e que a consciência de si recapitula todo o devir da evolução biológica que levou até ela? A resposta negativa impõe-se; é o ser humano que pensa com a sua matéria neuronal e não é esta que é, em si mesma, pensamento. Teilhard sabia-o perfeitamente, porque a entrada no mundo da Nooesfera inaugura um novo destino na evolução da biosfera. Mas para nós o que faz problema é o ponto de sutura entre a evolução biológica e a emergência da consciência interior, entre a consideração da evolução a partir de fora, e a sua apreensão a partir do dentro. A tentação dos especialistas das ciências neuronais de hoje consiste em pôr uma identidade — a partir de fora — entre o fora e o dentro da consciência; mas os filósofos consideram que isso é um erro metodológico; é a

partir do dentro da consciência que se põe esta identidade entre o fora e o dentro, entre o funcionamento objectivo do sistema neuronal e a consciência de si, ou, dito nos termos de Teilhard, entre a Bioesfera e a Nooesfera. Lidos a partir deste questionamento, os textos apresentam-se com um relevo inédito; valeria a pena prosseguir, com a acribia de um detective, as expressões de Teilhard que tentam pensar esta quase impossível identidade: é uma «*descontinuidade de continuidade*» (p. 187) o «*passo da hominização*». Referindo estas expressões, Luís Sebastião cita Teilhard (p. 182 da sua tese sobre Teilhard): haverá sempre «um intervalo «trans-experimental» sobre o qual não podemos, cientificamente dizer nada; mas além do qual nos encontramos transportados para um patamar biológico inteiramente novo». É estranho que Teilhard podia ter dito, nesta frase, «que nos encontramos transportados para um patamar *espiritual* inteiramente novo»; mas o facto de referir o patamar *biológico* novo, mostra o privilégio que, para Teilhard, tem a consideração da evolução espiritual a partir da *biologia*.

A conclusão deste primeiro *flash* mostra que Teilhard, tal como Hegel, encontra o problema da articulação do bios com a consciência (contudo a partir do bios), mas que respeita este «intervalo «trans-experimental»» mais prudentemente que vários cientistas de hoje.

3.2. O elo de ligação para o segundo *flash* projectado sobre o pensamento de Teilhard reside numa observação simples, que remete para um dado importante. Nos seus escritos, utiliza com abundância as maiúsculas: a Vida, a Terra, o Cosmos, o Universo, a Energia radial, o Espírito, a Noogénese, etc. Está certo que em parte este uso revela simplesmente uma particularidade estilística do seu autor, como quando escreve igualmente, com maiúsculas Barysphère, Lithosphère, etc. (*Le phénomène humain*, p. 200). Mas julgo não exagerado suspeitar também algo de mais subtil: os termos com maiúscula sofrem em muitos casos um processo de globalização, de totalização, que faz deles não apenas conceitos científicos, mas conceitos filosóficos. Cientificamente, não existe com efeito uma percepção global do universo, da terra, ou de vida; não será que as maiúsculas operam então uma transmutação do singular para a totalidade, a totalidade da Terra, do Cosmos, da Vida ou do Espírito? Esta observação aparentemente inofensiva coloca-nos na pista de um problema central para a compreensão de Teilhard. Muitas vezes, ele coloca o pensamento e mesmo o Espírito já na matéria, como se o

espírito fosse o dinamismo secreto que, de modo ainda não consciente, orienta a evolução biológica até que, desta vez, o homem, enquanto espírito *humano*, com a liberdade de que goza, seja encarregado de assumir a responsabilidade pela evolução do mundo.

Dois problemas importantes perfilam-se por detrás desta observação. O primeiro consiste em perguntar, de modo *estático*, se a presença do espírito na matéria é um dado enraizado na *ciência*, ou se se trata de um elemento provindo de uma visão do mundo de natureza *filosófica*. O segundo consiste em saber como se deve entender o *dinamismo* da evolução, se é uma visão do espírito, uma mera *ideia* lida sobre os factos, ou se o mundo é *realmente* atravessado por uma energia que revela apenas no cume da personalização e da comunhão entre os homens a chave do seu segredo, isto é, a sua natureza realmente pessoal. No fim de contas, as duas maneiras de enunciar o problema reenviam para a compreensão da *finalidade* inscrita no real: esta inscrição é ela própria *real* ou depende da nossa interpretação de cariz *filosófico*? Como entender a finalidade do processo evolutivo, que, tal como se sabe, vai atravessar todos o cosmos até ao ponto Ómega?

Esta questão da interpretação da finalidade, ou da causa final, ou do sentido da evolução, é conjuntamente o maior aporte de Teilhard e o ponto no qual foi mais criticado, por exemplo, pelo biólogo francês Jean Rostand. Este afirmou que o pensamento de Teilhard se limita a ser uma simples visão do mundo subjectiva, quase gratuita, tão brilhante como não demonstrável. O problema é sério e não vamos poder resolvê-lo em escassas considerações.

Desde o século XIX a questão do determinismo e do finalismo da evolução suscitou polémicas sem fim. Poderíamos dizer que hoje o determinismo ganhou, que o finalismo parece esconder uma leitura pseudo-científica do universo. Tudo se passa como se a ciência não tivesse nada a ver com a tese de uma mão secreta que dentro da evolução orienta o devir desta. Mas a coisa é mais complexa. É verdade que a ciência se apoia na causalidade eficiente, graças à qual tenta compreender os fenómenos, e que esta causalidade não pressupõe um espírito invisível que guia o processo evolutivo para um termo previamente por ele conhecido. Neste sentido, a ciência, tanto a biologia como a paleontologia, parece poder prescindir do conceito de finalidade, em proveito de outros conceitos como auto-organização, emergência, quando não é o puro acaso. Mas o pensamento de Teilhard vai em sentido contrário, porque precisamente o movimento antrópico

que ele reconhece no coração da evolução indica a seta do progresso para o qual tende o universo tanto material quanto humano. Neste sentido a tese de François Jacob, *Le hasard et la nécessité*, está nos antípodas da visão do nosso autor.

Tudo depende em nosso entender daquilo que chamamos o real, a realidade, o mundo. Para uma mente que só se mantém no campo da causalidade eficiente da ciência, as respostas da investigação incidem na questão do «como» é que os fenómenos se transformam. Mas a questão do *porquê* da existência dos fenómenos fica intacta, tanto no princípio como no termo da aventura científica. Ora, o sentido da evolução corresponde a um nível de reflexão diferente do da causalidade empírica. A questão consiste então em determinar o nível de *realidade* do *sentido* que se reconhece: em que medida este sentido está realmente inerente ao devir da evolução ou depende apenas da nossa mente que o imprime? Não há dúvida que Teilhard considera que o movimento antrópico não é apenas uma criação do espírito, mas que o nosso espírito o reconhece como *realmente* presente no real. Trata-se então de analisar a relação entre a realidade do sentido da evolução e o nosso espírito. A esse respeito poderemos ter várias respostas, em conformidade com os pressupostos filosóficos que subjazem à nossa investigação, respostas que não coincidirão necessariamente com as de Teilhard. Mas considero que é possível mostrar que o pensamento de Teilhard faz sentido, porque existem na maneira de compreender a presença de uma finalidade no mundo, no universo e do homem, outras perspectivas que não as das ciências baseadas na busca das causas eficientes. Assim, é-nos possível afirmar que a resposta de Teilhard é legítima. É quanto ao estatuto epistemológico destas respostas incluindo a finalidade que poderíamos prolongar a discussão, o que nos levaria demasiadamente longe para poder ser efectuado aqui.

De todo o modo, o que merece ser sublinhado é a proximidade, senão na terminologia, pelo menos do gesto especulativo que preside à apresentação quer de Hegel quer de Teilhard. Em termos filosóficos mais técnicos, diremos que o facto de Hegel começar o seu sistema por uma teoria metafísica denominada «Lógica» significa que aquém e além de todo o estudo da natureza material, existe um movimento dialéctico que habita o real e que não se torna plenamente real senão quando é efectivamente pensado, e pensado pelo espírito. Pensar é, deste ponto de vista, um caminho que, atravessando a ciência, começa aquém e leva além da ciência. Mas não será também isso que Teilhard quis dizer-nos? A prova,

diria, reside no facto de Teilhard não desenvolver a sua teoria em obras explicitamente científicas, como as que reserva à paleontologia pura, mas nas obras de síntese que foram publicadas sob o título *Obras de Teilhard de Chardin*. Podemos portanto considerar que, qualquer que seja o estatuto epistemológico reconhecido ao discurso de Teilhard sobre a relação entre a natureza e o espírito, esta relação não pode de modo nenhum ser eliminada sob o pretexto de não ser susceptível de prova exclusivamente científica².

3.3. Um terceiro *flash* permite-nos também apreciar a especificidade da visão do Pierre Teilhard de Chardin, desta vez, já não a visão do mero cientista, mas do cientista visionário. No último capítulo de *Le Phénomène humain*, intitulado *A terra final*, Teilhard projecta para o fim futuro do mundo o movimento que reconheceu em acção desde o princípio da evolução. Neste capítulo cruzam e tecem-se traços que poderíamos chamar físicos, filosóficos, éticos, teológicos e místicos. Mas a unidade permanece à volta do processo de *convergência* da matéria e do espírito. De certo modo reconhecemos um deslize entre o *fim* cronológico do mundo, que Teilhard encara como extinção da vida no planeta, e o *fim* para o qual tende, no espírito, toda a unidade entre a vida e o pensamento, entre a biosfera e a noosfera. Por si próprio, este capítulo parece também ser um retrato do seu autor, por exemplo quando lemos: «*nem no seu arremesso [élan], nem nas suas construções, a Ciência pode ir até aos limites dela própria sem colorar-se de mística e carregar-se de Fé*». A fé na ciência enraíza-se para Teilhard na íntima junção entre a realidade do universo e a assunção desta no pensamento humano. É por isso que o futuro da humanidade depende do ser humano mais do que das peripécias objectivas do planeta. «*Em nós e através de nós vai subindo constantemente a Noogénese. Deste movimento reconhecemos as características principais: aproximação [recíproca] dos grãos de Pensamento; sínteses de indivíduos e sínteses de nações ou de raças; necessidade de um Foco pessoal autónomo e supremo para ligar, sem as deformar, numa atmosfera de activa simpatia, as personalidades elementares. Tudo isso mais uma vez sob*

² Consultar-se-á a esse respeito o trabalho valioso de Luís Sebastião sobre Teilhard, principalmente na secção dedicada à ideia de *finalidade no processo evolutivo*, assim como à secção seguinte, *O princípio cosmológico Antrópico* (tese de Doutoramento sobre Teilhard de Chardin, apresentada na Universidade de Évora, Portugal). Cfr. igualmente: de Lubac, *La pensée religieuse du Père Teilhard de Chardin*, Aubier, 1962.

o efeito combinado de duas curvaturas: a esfericidade da Terra e a convergência cósmica do Espírito, — conformemente à lei de Complexidade e Consciência» (p. 319-320). Este texto concentrado recapitula todo o dinamismo e o destino do Pensamento humano, mas ainda não indica qual será o seu fim. Aqui intervém então aquilo que poderíamos chamar o salto do visionário: a morte do planeta está certa, mas o mundo da Noosfera, na qual se pode reconhecer a interiorização de todo o saber e de todo o humano, terá duas saídas possíveis, «*duas zonas, respectivamente atraídas para dois pólos antagónicos de adoração*». Ou adoração de si próprio do pensamento humano que se fecha sobre si mesmo — numa espécie de egoísmo metafísico e moral—, ou abertura à alteridade do amor, graças à Noosfera «*que se decidirá a «dar o passo» fora de si no Outro*». Poucas linhas a seguir, Teilhard reconhece, nesta projecção do futuro radical do Pensamento, «*não um progresso indefinido, hipótese contradita pela natureza convergente da Noogénese, mas um êxtase, fora das dimensões e dos quadros do Universo visível*». O ponto Ómega, que no seu último texto, identifica com o Cristo universal, é deste modo conjuntamente imanente e transcendente.

Nestas expressões, Teilhard ultrapassa os limites da ciência, mas é de novo notável que com os conceitos de convergência, de interiorização, de concentração, de saída de si («(...) *excentrar-se sobre o Centro transcendente da sua concentração crescente*») (*Le phénomène humain*, p. 320), é ainda a proximidade com a teoria do Espírito absoluto de Hegel que pode ser salientada. Mas Teilhard nunca cai num panteísmo simples; ele volta apenas a encontrar, à sua maneira, o sopro que atravessa todas as grandes filosofias.

Não iremos dizer que Teilhard deve ser assumido e seguido hoje como a verdade definitiva sobre a ciência, a matéria e o pensamento. Ser fiel à inspiração de um pensador, seja ele Tomás de Aquino, Hegel ou Teilhard de Chardin, não é repeti-lo cegamente, sob pena de fazer, por exemplo, um neo-teilhardismo eventualmente tão caduco como o neo-gótico. Mas, com ou além da sua terminologia, há uma verdade profunda que perpassa toda a obra de Teilhard, nomeadamente esta vontade de nunca desarticular a matéria, o pensamento, e o termo transcendente de toda a evolução.

Para comentar esta conclusão, que me seja permitido evocar uma lembrança pessoal, provinda do contacto com um «*maître à penser*», que tive a honra de conhecer de muito perto, quero dizer o professor Jean Ladrière, personalidade

filosófica notável, falecida em Novembro de 2007 e que comemorei em 2008 também na Academia das Ciências. Regressando de carro a Lisboa, no fim de uma viagem de descoberta de Portugal, tive a ideia de perguntar a Jean Ladrière o que pensava pessoalmente do destino do ser humano depois da morte, isto é, perguntei-lhe como é que, pessoalmente e além de todas as teorias filosóficas que já conhecíamos, ele se representava a possibilidade da uma sobrevivência humana. Depois de um momento de silêncio, obtive a resposta que transcrevo livremente, mas de modo fiel ao seu teor profundo. Poder-se-ia, disse, compreender a existência humana como uma tentativa permanente de unificação, de realização de si próprio, à maneira de uma trajectória de sentido que visa mais alto do que ela própria, mas que nunca consegue alcançar aqui o seu termo. Então, à maneira de Teilhard de Chardin, a vida depois da morte seria, no ponto Ómega, receber e viver plenamente como dom esta unificação, tanto unificação interior de todas as nossas tendências profundas como unificação convergente com a de todos os outros. A qualidade da resposta marcou-me, mas impressionou-me nela também a sua evocação da figura de Teilhard de Chardin, como se, para além de todos os gigantes da nossa tradição filosófica ocidental, a figura deste genial e isolado cientista, filósofo e místico fosse ainda o guia mais seguro para nos orientarmos num problema existencial tão pessoal como a vida depois da morte.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 22 DE JANEIRO DE 2009)

Pessoa e Vieira

TERESA RITA LOPES

Quando se terá dado o encontro de Pessoa com Vieira? «Ainda criança», diz Pessoa, pela pena de Bernardo Soares:

«Lembro-me, como do que estou vendo, da noite em que, ainda criança, li pela primeira vez numa selecta o passo célebre de Vieira sobre o Rei Salomão. “Fabricou Salomão um palácio...” E fui lendo, até ao fim, trémulo, confuso; depois rompi em lágrimas, felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais — tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política.» (*Livro(s) do Desassossego*, p. 348).

Leu, em criança, mas onde? Na biblioteca da Mãe, em Durban? (Para lá partiu, com ela, em 1896). Quando regressou a Portugal, em gozo de férias de um ano (1901-1902)? Recordemos que, por essa altura, o jovem Pessoa criou no *Palrador* (um jornal manuscrito a que se aplicou), em 24.5.1902, uma das suas primeiras «personalidades literárias», Eduardo Lança, cuja vida foi inspirada pela sua própria mas também, parece-me, pela de Vieira. Senão porque teria feito nascer na Baía esse Eduardo Lança que, acrescente-se, era órfão (como Pessoa), tinha feito estudos comerciais e seguido, na Baía, essa carreira? (Lembremos que, no ano seguinte, Pessoa iria matricular-se, em Durban, na Commercial School que, de facto, lhe forneceu formação para o seu ganha-pão futuro.) Vieira não nasceu na Baía mas para lá foi com os pais aos sete anos (segundo António José Saraiva, noutras biografias, aos seis), idade com que Pessoa foi para Durban. Eduardo Lança é apresentado, no referido jornal, como possuidor de «um estilo verdadeiramente português» e decidido a prosseguir, na escolhida segunda pátria, o seu destino de escritor. Dois dos poemas publicados trazem a indicação

de terem sido escritos na «Terceira»: de facto, a essa ilha se deslocou o jovem Pessoa, em visita à família materna, em Maio de 1902. (Informação, poemas e fac-símile do jornal em *Pessoa por Conhecer*, volume II, pp. 139-141.)

Terá nascido então, assumidamente, a sua vocação para cidadão militante da pátria-língua-portuguesa. De facto, já então estendia os limites da sua amada língua, praticada por ele e pelos cidadãos desse pessoal universo que começava a formar-se, até ao Brasil e Açores. Recordemos que, mais tarde, defenderá com ardor a necessidade, para o tal «Império da Cultura» com que se pôs a sonhar, de cultivar os nossos laços culturais com o Brasil. (Afirmou, curiosamente, mais do que uma vez, que as colónias não nos eram para isso necessárias — creio que, sobretudo, para se demarcar do nacionalismo estadonovista que profundamente abominou).

Data, de facto, dos últimos anos da sua estada em Durban o propósito que explicitou (em texto inédito) de lutar contra o que chamou, mais tarde, a nossa «descategorização civilizacional». Deu-se então conta de que, naquela parte do mundo, as pessoas com quem lidava nada sabiam sobre os portugueses, descobridores daquelas paragens. Mais, teve o desgosto de constatar que, numa obra inglesa, confundiam Portugal com a Espanha. Anotou então o seu propósito de traduzir *Os Lusíadas*, de fazer um ensaio sobre Vasco da Gama e de escrever, em inglês, uma tragédia sobre o mito nacional de Inês de Castro.

A relação com Vieira — como ele, desde sempre, um espírito de missão — não se limita a uma influência literária: é algo muito mais profundo e estruturante, que Pessoa incorporou muito cedo e de que até, provavelmente, nem já se daria conta. Talvez por isso são relativamente poucas as referências que lhe faz.

Vieira foi, para ele, um Mestre no sentido espiritual da palavra. Dir-se-ia que o conhecimento da sua vida e da sua obra actuou como uma iniciação, a partir da qual Pessoa se sentiu diferente por se ter encontrado consigo — por se ter finalmente tornado quem realmente era.

Para Pessoa, o génio era, de facto, uma iniciação: «Iniciado divino é, por exemplo, um Shakespeare. A este tipo de iniciação vulgarmente se chama génio.» (*Obra Poética e em Prosa*, III, pp. 433-4.)

Num texto ainda inédito, Pessoa diz que o Padre António Vieira pertence já à categoria dos anjos. Respondendo, durante uma entrevista, à pergunta sobre que obra de história mais o influenciara, respondeu que *História do Futuro*, do Padre António Vieira.

É curioso constatar que, no trecho do *Livro(s) do Desassossego* inicialmente citado, o admirador de Vieira, talvez por ele influenciado, compara a intensidade da emoção estética experimentada à de uma «emoção política» — o que será uma surpresa para os que imaginam Pessoa isolado, no mundo paralelo das suas ficções, indiferente a tais emoções. A verdade é que as tinha, e intensas (como o seu Mestre), sobretudo se relacionadas com a missão de que toda a vida se sentiu investido.

Não podemos perder de vista, para entender a vida e a obra de tais criaturas, que eles são, de facto, seres de excepção. Mas o génio de que ambos se sabiam dotados era sentido não com orgulho mas com um pesado sentido de responsabilidade.

Pessoa chama-lhe, num texto dos seus vinte anos, «mandato subjectivo» (*Pessoa Inédito*, I, p. 59) e diz, na conhecida carta de 19.1.1915 a Armando Côrtes-Rodrigues, assumindo-se como «fundamentalmente um espírito religioso», com «a consciência de um dever a cumprir para [consigo próprio] e para com a humanidade»: «devo à missão que me sinto uma perfeição absoluta no realizado, uma seriedade integral no escrito.» A consciência da «religiosa missão que todo o homem de génio recebe de Deus com o seu génio» e «do fim criador-de-civilização de toda a obra artística», faz que queira cada vez mais estar «à altura das qualidades» recebidas. Esforça-se, por isso: por «ter uma acção sobre a humanidade, contribuir com todo o poder do [seu] esforço para a civilização» e, mais, «não [pensa] em fazer arte que não seja para erguer bem alto o nome português através do que consiga realizar.» E não deixa de acrescentar, mais adiante, que tudo o que escreveu sob os nomes de Caeiro, Reis, Campos vai nesse sentido.

Também Vieira assume a sua obediência a um «mandato subjectivo» quando escreve:

«Se servi, se pelejei, se trabalhei, se venci, fiz o que devia ao rei, fiz o que devia à pátria, fiz o que devia a mim mesmo: e quem se desempenhou de tamanhas dívidas, não há-de esperar outra paga. [...] Quem mais é, e mais pode, mais deve.»

A maior dessas responsabilidades, foi, para Pessoa, desempenhar-se da sua missão de ser «um criador de civilização», um «criador de cultura», segundo suas

próprias expressões. *Mensagem*, a única obra que fez total questão de publicar, apresenta, na sua Segunda Parte, «O Encoberto», no tríptico intitulado «Os Avisos», um «Primeiro» intitulado «Bandarra», um «Segundo», «António Vieira» e um «Terceiro» a que mais nada acrescenta mas em que reconhecemos Pessoa, o autor do livro: «Escrevo meu livro à beira-mágua», diz. Este tríptico reúne os profetas desse «Império da Cultura», por ele também apelidado de Quinto Império, os que anunciam o Encoberto: o sapateiro de Trancoso, o Padre António Vieira e ele próprio, como se pode depreender.

É comum a Vieira e Pessoa a convicção de serem profetas, isto é, intermediários de Deus que se faz ouvir através das suas vozes. Aliás, como médium, também no plano literário, Pessoa se sente e apresenta, nomeadamente quando afirma que se limita a escrever o que alguém lhe dita — Deus ou essas criaturas que através de si se manifestam, os seus heterónimos. Esta pode ser, entre muitas, uma das explicações da heteronímia.

Se não levarmos em conta essa função de profeta que Pessoa se atribuiu, como missão, desde a juventude, não entenderemos alguns dos textos que publicou, nomeadamente o primeiro, com que se estreou na revista *A Águia*, em 1912, «A Nova Poesia Portuguesa», em que anuncia «o Supra-Portugal de amanhã», «o tal Supra-Camões» e afirma:

«A nossa grande Raça partirá em busca de uma Índia nova, que não existe no espaço, em naus que são construídas “daquilo de que os sonhos são feitos”.»

Mais tarde, Pessoa se interrogará, na sua permanente demanda do caminho para o tal mítico Império, Quinto ou da Cultura, para Pessoa vem a dar no mesmo: «Qual é, em relação às circunstâncias do nosso tempo, a equivalência das Descobertas?» (*Pessoa Inédito*, p. 232.)

Lembremos a importância que os sonhos proféticos tiveram tanto para Vieira como para Pessoa. Ambos interpretaram as profecias oníricas de Bandarra, às vezes com Nostradamus no horizonte. Curiosamente, Pessoa divide em «sonhos» um poema dramático que compõe nos seus primeiros tempos de Poeta em português, *O Encoberto* — que faria parte de um projectado tríptico, «O triplo regresso do Encoberto», segundo uma nota inédita. Também planeou um «D. Sebastião,

poema sinfónico», em tempos simbolistas (*F. Pessoa et le drame symboliste*, pp. 133-134). Em 1910, pouco antes da implantação da República, Pessoa dedicava-se a um poema épico, intitulado *Portugal*, de que escreveu o «Epílogo» e acrescentou, depois da data («Agosto-Setembro 1910») o entusiástico comentário: «Recentes e gloriosos dias tornaram, felizmente, visionária esta poesia prefacial». (*F. Pessoa et le drame symboliste*, 2.^a ed., ilustração 42.) (Não esquecer que Pessoa, ao contrário do que tem sido afirmado, até por seus biógrafos, era, nesta altura, militantemente republicano.)

Deveria também intitular-se «Portugal» esse livro, *Mensagem*, que fez questão de publicar antes de morrer, e que foi projecto de uma vida. Teria sido, significativamente, em 1928, que escreveu parte dos poemas de *Mensagem*. A verdade é que Pessoa acreditou que o golpe militar de 1926, instaurando uma ditadura que desejou passageira, um simples «interregno» (título do opúsculo profético que publicou em 1928 para a apoiar), abriria caminho e criaria condições para o «império da cultura» com que sonhava. Mas o livro reúne poemas muito anteriores, nomeadamente de 1913, de 1918 (em que acreditou que Sidónio pudesse inaugurar uma «República Nova», o mítico Quinto Império) e posteriores, até 1934. Será o único livro em português de que cuidou a estrutura. Dividido em três partes, intitula-se a primeira «Brasão» (apresenta os heróis fundadores de Portugal, históricos ou lendários); a segunda, retoma o «Mar Português» (friso de heróis da expansão portuguesa); a terceira parte será sobretudo consagrada a D. Sebastião e ao Quinto Império.

Será oportuno referir que, tanto Pessoa como Vieira, têm sido apodados de loucos visionários ao anunciarem, aquele, o regresso de D. Sebastião, este, o de D. João IV, e, sucessivamente, o de D. Afonso VI e D. Pedro II. Não percebem os que sorriem que pregar o advento do Desejado era uma estratégia congregadora de energias (Pessoa o disse claramente) para alimentar um mito que queria acordar os portugueses para o desejo de serem de novo «criadores de civilização» (segundo a expressão de Pessoa), num momento em que a pátria precisava que acreditassem nela e, no caso de Vieira, que a defendessem dos espanhóis. Para Vieira como para Pessoa, a vinda do Desejado não era necessariamente a de uma determinada pessoa, João ou Sebastião, mas apenas um mito susceptível de congregar os portugueses em torno de um projecto. Pessoa di-lo claramente, esclarecendo mesmo que esse advento podia ser o de um acontecimento, não o de

uma pessoa, que representasse esse renascimento desejado. O que lhes importava, a Vieira como a Pessoa, era a estratégia que lhes permitisse manter viva nos portugueses a chama do desejo do Desejado. O desejo era mais importante que o Desejado. Não esqueçamos que a guerra com Castela continuou muito para além de 1640, sendo muitos nobres a favor da integração castelhana, e que era, por isso necessário manter os portugueses mobilizados para preservar a sua tão ameaçada independência.

Poder-se-á perguntar se Vieira acreditava mesmo na ressurreição de D. João IV e seus descendentes, sobretudo depois do incumprimento das suas profecias, e se Pessoa, por seu lado, cria no regresso de D. Sebastião. No que respeita a Pessoa, ele disse claramente que não, tomando posição quanto ao que chamava os «sebastianistas literais» que, como escreve, «enganadamente supunham pessoal e carnal esse Regresso» (*Pessoa Inédito*, p. 229).

Noutros escritos diz que o Desejado é uma «metáfora», «um símbolo», «um conceito». Num texto em que denuncia «a fraqueza do sebastianismo tradicional», tendo sido os seus intérpretes «ensinados a crer pelo espírito católico», afirma: «O Encoberto, porém, é um conceito nosso; para que venha, é preciso que o façamos aparecer, que o criemos em nós através de nós.» (*Ibid.*, p. 228.)

E acrescenta, mais adiante, neste mesmo texto: «Não há homens salvadores. Não há Messias. O máximo que um grande homem pode ser é um estimulador de almas, um despertador de energias alheias.» Lembremos que, noutro texto, Pessoa confessou querer ser algo de equivalente: um «indisciplinador de almas» — na medida em que, para agir sobre as «almas», era preciso, primeiro, indiscipliná-las, fazê-las despertar de suas rotinas — lutar contra esse «espírito católico» que denigre nos «sebastianistas literais».

Respondendo a um inquérito de Augusto da Costa, no *Jornal do Comércio e das Colónias*, (28-5 e 5-6-1926), em plena euforia de esperança pelo que o golpe militar de Gomes da Costa iria trazer, Pessoa declara:

«Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão consequente e multimoda de um grande mito nacional. De instinto, a humanidade odeia a verdade, porque sabe, com o mesmo instinto, que não há verdade, ou que a verdade é inatingível. O mundo conduz-se por mentiras; quem quiser

despertá-lo ou conduzi-lo terá que mentir-lhe delirantemente, e fá-lo-á com tanto mais êxito quanto mais mentir a si mesmo e se compenetrar da mentira que criou. Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil; não temos que criar um mito, senão que renová-lo.»

Não nos devemos sentir chocados com o verbo «mentir» que não tem, para Pessoa, a conotação negativa que habitualmente recebe: é equivalente a «fingir», que também não tem, para o nosso criador de ficções, um sentido pejorativo. Ao declarar-se, no célebre poema «Autopsicografia», um «fingidor», Pessoa quer dizer que o papel do poeta não é sofrer os seus sentimentos em público mas representá-los, no palco da literatura, mesmo que correspondam ao que intimamente sente. É um mediador, às vezes um médium de si mesmo (que é o que o título, «Autopsicografia», quer dizer.). No que respeita aos mitos sebastianista e do Quinto Império, o papel de Pessoa é o de ser o tal «despertador de energias», criando, para isso, estratégias e mesmo, o que chama, no início do último texto citado, uma «propaganda» (expressão várias vezes usada noutros textos com propósito semelhante, sem o mínimo matiz pejorativo, antes pelo contrário). O povo, que só existe colectivamente, como afirma, precisará do Sebastianismo como de uma religião. Por isso, propõe: «Troquemos Fátima por Trancoso». O escol (Pessoa divide as classes não segundo os seus meios económicos mas a sua cultura) não precisa de religião organizada (a sua religião é a arte).

Num poema contemporâneo de «Autopsicografia», «Isto», Pessoa começa por dizer: «Dizem que finjo ou minto / Tudo o que escrevo. Não. / Eu simplesmente sinto / Com a imaginação» e acaba propondo: «Sentir? Sinta quem lê!».

Penso que, em relação à crença no Desejado e no Quinto Império, Pessoa, tendo em conta os seus leitores de *Mensagem* e de um futuro livro planeado, *Quinto Império*, adaptaria o último verso: «Crer? Creia quem lê!» E não estou longe de pensar que o mesmo se poderia dizer de Vieira. É impossível que ele tivesse crido, com verdadeira crença, nos sucessivos Desejados que foi fazendo desejar — por uma estratégia semelhante à de Pessoa, para manter o povo mobilizado por um mito congregador. Vieira dispunha, aliás, de um verdadeiro palco, o seu púlpito, onde podia exercer, bem melhor do que Pessoa, a arte de

representar os seus sentimentos. E os seus sermões dão testemunho, em alto grau, dos seus dons histriónicos.

É curiosíssimo verificar que Vieira, na sua *História do Futuro*, sempre pragmático, atribui o que ele próprio chama três «utilidades» (Vieira era um homem de acção!) às profecias enunciadas nesse livro. Talvez Vieira acreditasse, ou *quase* acreditasse, que, ao proferir as suas profecias, Deus usava a sua voz para se exprimir (Pessoa escreve, no *Livro do Desassossego*: «creio, ou *quase* creio»...) Mas estava certo, ah isso sim, de que se Deus lhe fornecia essa espada, a arte de a usar, de com ela esgrimir, tinha que ser dele.

Apetecia exprimir o seu sentimento adaptando a expressão popular: «Fia-te na Virgem e não corras» a uma outra, que Vieira não enjeitaria: «Fia-te nas profecias e não corras»... De facto, a propósito da batalha de Ourique, em que Deus, pela primeira vez, firmou com Portugal a aliança que Vieira recordará ao próprio Deus, num dos seus sermões, fazendo de nós seu «povo eleito», adianta que D. Afonso Henriques, depois da revelação do sucesso da futura batalha, animado pelos «lumes e alentos da profecia» (*História do Futuro*, I, p. 70), se foi aos reis mouros com uma valentia que de certo não teria se Deus lhe não tivesse profetizado a vitória. Outra das «utilidades», assim por ele chamadas, da revelação das profecias do Quinto Império (Vieira escreve mesmo: «Um dos fins principais por que escrevo esta *História*») é dissuadir os reis espanhóis de se quererem reapoderar de Portugal, convencendo-os de que nada poderiam contra a vontade de Deus de fazer de Portugal seu povo eleito (*Ibid.*, I, p. 8).

Ludicamente, mas sempre profeticamente, Pessoa fez de Alberto Caeiro um Desejado, previsto por Nostradamus — como escreve António Mora, um teórico desse Novo Paganismo que Pessoa inventou quando criou Caeiro e os seus discípulos, em 1914, para o contrapor ao catolicismo vigente. (*Pessoa por Conhecer*, II, p. 408)

Mestre Caeiro (por isso Mestre) seria um Novo Cristo, solar, pagão, vindo para ensinar que o seu reino é deste mundo (tal como o Cristo do Quinto Império anunciado por Vieira). Curiosamente, num poema adiante citado, deste ano de 1914, Pessoa dirige-se ao Encoberto como «Cristo de Portugal», e pergunta-lhe mesmo: «Quando virás destronar Cristo»?

Este triângulo: Encoberto — Alberto Caeiro — Cristo de Portugal leva, de facto, às mais fantasiosas consequências a ficção pessoana... Mas ele era assim...

No que respeita ao Quinto Império, há, contudo, substanciais diferenças na maneira como Vieira e Pessoa sonhavam esse Reino Universal, apesar de ambos, como pacifistas que eram, o imaginarem sem guerras: para Vieira, a fé católica imperaria como «única fé», com o Papa à cabeça, e todos obedeceriam a um único monarca, português. Pessoa, era militantemente contra a por ele chamada «Igreja de Roma» e contra o seu Papa (entre outras razões, suponho, por este ter mandado matar o grão-mestre dos Templários, esses cavaleiros-monges que tinham ajudado D. Afonso Henriques a edificar Portugal, e entre os quais Pessoa fantasiava existirem antepassados seus, dizendo-se, ele próprio, «templário português»). Não haveria, portanto, para Pessoa, nesse sonhado Quinto Império, o imperialismo da fé católica nem — ousar afirmar — imposição de nenhuma religião. O Desejado seria um Rei português, sim, mas que, como um Mestre, cuidaria dessa Cultura que faria dos felizes súbditos dessa Idade de Ouro seres iniciados numa forma superior de vida. Pessoa fala mesmo de um «Imperialismo da Cultura» (*Obra Poética e em Prosa*, III, p. 719) que procuraria, imagino, não criar súbditos mas cultores de novos valores civilizacionais. Viver-se-ia no domínio do ser, não do ter.

Para esse Império cultural teríamos, afirma Pessoa, «uma língua apta para isso, isto é: (a) rica; (b) gramaticalmente completa; (c) fortemente nacional» (*Ibid.*, p. 725).

Esse Império apoiar-se-ia sempre no Brasil, «que tem por língua nacional o português» e teria «de buscar a Ibéria, de cuja personalidade espiritual participa» (*Ibid.*, p. 728).

Para Pessoa, esse Império seria, essencialmente, o da língua e da cultura portuguesa — adiantando ainda que o aparecimento de escritores que nobilitassem essa língua (é claro que pensava no tal Supra-Camões, isto é, em si próprio...) abriria caminho ao «Império da Cultura» que profetizava.

Por vezes, Pessoa parece Vieira a pregar: «“Fará paz em todo o mundo”, diz o Bandarra de D. Sebastião.» (*Ibid.*, p. 728.) E mais adiante, neste mesmo texto, acrescenta: «Queremos impor uma língua, que não uma força; não hostilizamos raça nenhuma, de nenhuma cor, como em geral não temos hostilizado, [...] Assim nossa índole prepara para aquela fraternidade universal que a teosofia anteprega, e que é, de há tanto tempo, a doutrina social íntima dos Rosa-Cruz.» E dir-se-ia que, animado pelo pragmatismo de Vieira, vai dizendo: «Que mal haverá em nos

prepararmos para este domínio cultural, ainda que não venhamos a tê-lo? [...] Se falharmos, sempre conseguimos alguma coisa — aperfeiçoar a língua. Na pior hipótese, sempre ficamos escrevendo melhor.»

Não se pode dizer que Pessoa não fosse realista, como também o era Vieira, em relação à crença no Quinto Império... Continuando a dar rédea solta à imaginação, Pessoa não hesita em definir o profetizado «imperialismo» como «de poetas»: «É um imperialismo de poetas? Seja. A frase não é ridícula senão para quem defende o antigo imperialismo ridículo. O imperialismo de poetas dura e domina; o dos políticos passa e esquece, se o não lembrar o poeta que os cante.» (*Ibid.*, 729.) Os que, ainda hoje, culpam Pessoa de «imperialista» devem atentar na caracterização de «ridículo» que faz do «antigo imperialismo».

Repare-se que esse Quinto Império com que Pessoa sonha é tão utópico como a Ilha dos Amores, de *Os Lusíadas* — afinal, a Idade de Ouro (e a metáfora alquímica convém perfeitamente ao nosso Poeta) em que todos os homens estariam irmanados pela Poesia (praticada por pensamentos, palavras e obras...) mas, muito especialmente, pela língua portuguesa. Essa «Índia nova», ele acentuou, não existiria «no espaço», como acima o ouvimos afirmar, e as novas caravelas seriam da mesma matéria «de que os sonhos são feitos». Mas quem pode provar que o Quinto Império sonhado por Vieira é menos utópico que a Ilha dos Amores, de Camões, e a «Índia nova», de Pessoa?... Todos eles poetas, mesmo Vieira, apesar de só escrever em prosa, se moviam, pelo sonho, nessa dimensão sem espaço nem tempo em que entreviam os seus paraísos...

Num apontamento solto, Pessoa anota: «a circunstância curiosa de o dos maiores crentes, se não o maior, no Bandarra ser o Padre António Vieira, o maior representante cultural da língua portuguesa.» (*Pessoa Inédito*, p. 234). E recordemos, a propósito, que Pessoa chama a Vieira, num verso de *Mensagem*, «Imperador da língua portuguesa».

É, pois, Pessoa que reúne, na primeira afirmação referida, as suas duas maiores afinidades com Vieira: profeta, inspirado por outro profeta, Bandarra, e máximo «representante cultural» da língua portuguesa, «uma das mais completas, subtis e opulentas línguas do mundo» como a adjectivou. (Prefácio a *Alma Errante*, de Eliezer Kamenezky, p. 20.) E acrescenta que «a simplicidade do que tem a dizer-nos [o autor do livro que prefacia] não exige, é certo, os contornos de Vieira ou as cambiantes de *Orpheu*.» É, de facto, curioso que, para exaltar o

esplendor da nossa língua, invoque, associadamente, Vieira e ele próprio, como representante máximo de *Orpheu*.

O entusiasmo com que Pessoa celebrou a breve passagem de um ano de Sidónio Pais pela vida política nacional (1917-1918) teve que ver com a fantasia de que este seria um D. Sebastião reencarnado: assim o apresenta no célebre poema «À memória do Presidente-Rei» — publicado no jornal sidonista *Ação* (1919), de que foi, com Geraldo Coelho de Jesus, o principal motor. Sim, Pessoa também foi, ocasionalmente, um homem de ação — não, é claro, tanto como o seu Mestre Vieira nem da mesma forma, mas é preciso dizer que também, com persistente ânimo, era capaz de se bater pelos seus objectivos imediatos.

Mercê de uma das suas interpretações cabalísticas (prática que tinha em comum com Vieira), Pessoa viu uma coincidência profética no facto de Sidónio começar por S, como Sebastião e como Serpente, símbolo de Portugal. Quando, em 1928, redigiu «Interregno», em defesa da Ditadura Militar (que desejava provisória, como sempre venceu), fê-lo em tom profético: «É este o Primeiro Sinal, vindo, como foi prometido na Hora que se prometera». É, aliás, provável que o novo S, inicial de Salazar, lhe tenha aparecido como «sinal», também... Bem se arrependeu dessa ilusão no final da vida: empenhado em denunciar Salazar como o tirano mesquinho que se revelara («Assistimos à cesarização de um contabilista», escreve), Pessoa renegou «Interregno», excluindo-o da sua bibliografia.

Outro traço em comum com Vieira é a sua atitude sempre heterodoxa, e, às vezes, mesmo adversa, em relação ao poder. No caso de Vieira, a sua fidelidade a D. João IV ia-lhe causando a expulsão da Companhia de Jesus. O seu regresso ao Maranhão (1652) foi um exílio imposto — que ele tornou tão combativo, na defesa dos Índios, que acabou por ser expulso de lá, em 1661, pelos colonos e obrigado a regressar a Lisboa. Morto o seu protector, D. João IV, em 1656, viu-se a braços com a Inquisição em 1665-1667, processado pela sua obra *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vidas de El-rei D. João IV*, tendo sido preso e proibido de pregar. Amnistiado depois da deposição de D. Afonso VI, partiu em 1669 para Roma, onde se dedicou a pregar (em italiano) e a desmascarar o Tribunal do Santo Ofício português que chegou a ser suspenso pelo Papa.

Vieira encontrava-se, afinal, entre três censuras: a da sua Companhia, que reprovava muitas das suas atitudes, a da Inquisição de Lisboa e a de Roma. A sua

obra *Clavis Prophetarum*, deixada inacabada e em fragmentos, foi censurada pelo Tribunal da Inquisição de Coimbra, em 1666 e 1667, como o faz notar o seu tradutor e, mais tarde, pelo Vaticano (*História do Futuro*, II, p. 129).

De passagem, notemos mais uma semelhança com Pessoa, que deixou em estado fragmentário (como Vieira a *História do Futuro* e *Clavis Prophetarum*) todas as obras que foi escrevendo ao longo da vida, salvo *Mensagem* e *Mad Fiddler*.

Também Pessoa foi vítima da Censura: da salazarista, depois de, em 4 de Fevereiro de 1935, se ter frontalmente oposto, no *Diário de Lisboa*, ao projecto de lei que, proibindo as associações secretas, visava particularmente a maçonaria. Pessoa terá mesmo projectado escrever um livro sobre as campanhas anti-maçónicas internacionais. Num texto escrito na continuação do artigo de 2.4.35, Pessoa declara guerra aos estadonovistas que, como outras vezes acontece, apoda de «reaccionários»: «O meu artigo foi somente o primeiro aviso de uma campanha a fazer; nem sou só eu que a faço nem ela é feita só em letras. Assim o querem? Assim o terão. Amigos reaccionários: em guarda!» (*Pessoa Inédito*, p. 333.) Confessou, noutro texto, que o seu principal prazer era «estorvar os reaccionários portugueses».

Ei-lo, como tantas outras vezes e contrariando a abulia de que se queixava, brandindo a lança contra o fanatismo, a intolerância e a tirania — o dragão das três cabeças que confessava combater. No seu último ano de vida, essa cruzada contra o que chamou «o sovietismo direitista da União Nacional» (*Pessoa Inédito*, p. 367) manifestou-se através de textos vários, até de uma carta ao Presidente da República a pedir a demissão de Salazar em que o apoda de «aldeão letrado», num tom oratório que bem podia ser o do seu mestre Vieira, no púlpito:

«Chegámos a isto, Senhor Presidente: passou a época da desordem e da má administração; temos boa administração e ordem. E não há nenhum de nós que não tenha saudades da desordem e da má administração. Não sabíamos que a ordem nas ruas, que as estradas, as pontes e as esquadras tinham de ser compradas por tão alto preço — o da venda a retalho da alma portuguesa.» (*Ibid.* pp. 375-376.)

Noutro texto, contemporâneo deste, Pessoa acusa Salazar de mandar censurar o seu nome em toda a imprensa nacional: «Registramos o bem que se definem

determinadas pessoas — talvez uma só — e instituições quando dão ordens a uma Censura de que se corte qualquer referência favorável, ainda que puramente literária, a um poeta que se lembrou de... defender num jornal a Maçonaria.» (*Ibid.*, p. 336.)

Escritos neste mesmo ano de 1935, encontram-se no espólio vários poemas contra Salazar e o Estado Novo, alguns dactilografados com abundantes cópias em papel de seda para, aparentemente, serem distribuídos como panfletos. Apreciamos passagens de um deles, em que Pessoa se insurge particularmente contra essas «directrizes» que Salazar disse querer impor à arte, na sessão de distribuição de prémios em que a *Mensagem* foi distinguida:

*Com «directrizes» à arte
Reata-se a tradição,
E juntam-se Apolo e Marte
No Teatro Nacional
Que é onde era a Inquisição. (Ibid., p. 378.)*

A propósito de Inquisição, outra profunda afinidade de Pessoa com Vieira vem do conhecimento que ambos tinham da história e dos mitos dos judeus, constantes ou não no Velho Testamento, e do respeito que por eles nutriam. Pessoa tinha mesmo ascendência judaica por parte do pai, por isso se declarou descendente, com evidente orgulho, «de fidalgos e judeus». Um desses antepassados, Sancho Pessoa, astrólogo e salmista, foi condenado a confisco de bens pela Inquisição. Não foi por acaso que Pessoa fez nascer o seu heterónimo Álvaro de Campos em Tavira, onde tinham morado os seus avô e bisavô judeus, e o descreve com um vago ar de judeu português. Este mesmo Campos anunciará a um jornalista que o entrevistava «o futuro império de Israel», ao mesmo tempo que Pessoa, na sua própria pessoa, profetizava o Quinto Império português... Em seu próprio nome, Pessoa referir-se-á, com reverência, à «Santa Cabala» que conhecia em profundidade. Dir-se-ia que Pessoa, ponto de encontro de Fernando e Álvaro, já prefigurava essa conciliação, profetizada para o Quinto Império, entre o cristianismo e o judaísmo (recordemos que Pessoa se declarou, pouco antes de morrer, «cristão gnóstico»).

Vieira prezava os judeus muito mais do que podia dizer e até arranjou uma maneira de provar que os judeus peninsulares não tinham colaborado na morte

de Cristo, por não estarem lá, nessa altura... (Ver, a este respeito, a comunicação de Ana Maria Ramalhete no Congresso Internacional Padre António Vieira, «O Tempo e os seus Hemisférios», na Universidade Nova de Lisboa, 15-18 de Outubro 2008, «Das trevas à Luz ou o limiar de um novo tempo».)

Sempre pragmático, Vieira pugnou pelo regresso a Portugal dos judeus expulsos pela Inquisição, advogando os benefícios materiais que daí adviriam. António José Saraiva estuda em pormenor os encontros secretos que Vieira teve, em Amesterdão, com Menasseh Ben d'Israel e os acordos a que terá chegado com os rabinos portugueses nessa cidade.

O Quinto Império de Vieira seria, afinal, judaico-cristão. Vieira terá mesmo discutido secretamente com os rabinos de Amesterdão um acordo teológico, prevendo um «Terceiro Estado da Igreja» depois do Segundo Advento de Cristo em que previa o regresso dos judeus dispersos à Palestina.

Aliás, a situação de «povo eleito» que Vieira reclamava para Portugal, lembrando a Deus, no sermão contra os holandeses, que tinha firmado, em Ourique, uma aliança com os portugueses, era decalcada da do povo de Israel. Dir-se-ia que o Velho Testamento era, para Vieira, tão importante, pelo menos, como o Novo. Álvaro de Campos, no seu poema «Magnificat», (em que se tenta habituar à ideia de que a morte, que sempre o apavorou, seria o despertar do sono da vida) vibrante, todo ele, de emoção religiosa, evoca esse Josué do Antigo Testamento que suspendeu o tempo:

Esse mandará como Josué parar o Sol e eu acordarei;

E então será dia.

Sorri, dormindo, minha alma!

Sorri, minha alma, será dia!

Nos seus últimos tempos, Pessoa começou a sonhar com uma religião sebastianista: «Abandonemos Fátima por Trancoso», propõe. (*Fernando Pessoa, Vida, personalidade e Génio*, p. 266.) Faz então questão de que a religião dos portugueses seja absolutamente nacional e alimentada por mitos e valores nacionais.

Não será demais insistir que, para Pessoa, só o povo necessitava de religião. Como já frisámos, para o escol a arte bastava — a «metafísica recreativa» a que se entregariam e que tendia a tornar-se, ele o disse, numa «religião individual».

Não esqueçamos que a ficção de Mestre Alberto Caeiro e seus discípulos, que também foram seus evangelistas, assim funcionou.

Pessoa quis servir-se das tradições portuguesas, incluindo os romances de cavalaria, para essa religião. *Mensagem* acusa esse propósito. E numa entrevista que deu, quando o livro saiu, fala dessa tradição e de como *Mensagem* vem nessa linha.

Diz-se «templário português» (*Pessoa Inédito*, p. 334). (Podemos encontrar um auto-retrato dessa sua última fase no «cavaleiro monge» de um poema de 24.10.1932. (*Poesia*, III, p. 109)). E afirma que o Padre António Vieira foi o Grão-Mestre da Ordem Templária de Portugal. Não podemos esquecer que a Ordem Templária foi convertida, em Portugal, no reinado de D. Dinis, na Ordem de Cristo a que pertencia o Infante D. Henrique. Pessoa terá levado em conta a tradição de que muitos dos segredos sobre navegação lhe vieram dessa antiga experiência dos cavaleiros templários, grandes navegadores também. Acresce que também esta entrou em dormência, sendo substituída pela Companhia de Jesus. Como perspicazmente faz notar António Quadros, Pessoa parece insinuar que o Padre Vieira teria secretamente continuado a tradição templária, mantendo-a ressuscitável. (*Fernando Pessoa, Vida, personalidade e Génio*, p. 266.)

Um importantíssimo poema de 1934, desconhecido até recentemente, convida, no estilo épico de *Mensagem*, os novos templários, esses portugueses «que são / O Portugal que é tudo em si»: «Seu peito atrai, rubra e templária, / A Cruz de Cristo» — «Soldados não, mas sacerdotes, / Do Quinto Império».

E à sua hermética maneira, o Poeta profetiza que esse futuro Quinto Império chamado de «Reino Universal», será:

O Portugal feito Universo,
Que reúne, sob amplos céus,
O corpo anónimo e disperso
De Osíris, Deus.
(*Poesia* III, p. 229)

Pessoa pensou muito a sério numa «religião como fenómeno ligador de almas» (*Obra Poética e em Prosa*, III, p. 690). Essa religião, o Sebastianismo, pressuporia um culto a D. Sebastião a quem chama, num poema de 1914, «Cristo de

Portugal» (*Poesia I*, p. 235): «Quando virás destronar Cristo, / Ó Encoberto?» (Curiosamente também Oliveira Martins fala de D. Sebastião como do «Cristo Português».)

Uma análise vagarosa dos recursos estilísticos de Pessoa face aos de Vieira daria matéria para um livro. Limitar-nos-emos a algumas considerações no limitado espaço de que dispomos.

Para ambos, a palavra é criadora. Para Vieira, a palavra de Deus e de Adão antes da culpa cria aquilo que nomeia. Por isso a palavra não é um signo arbitrário, em que significante e significado se correspondem por convenção estabelecida. Segundo António José Saraiva, para Vieira «as palavras são apenas coisas no sentido em que as coisas são manejáveis, divisíveis, utilizáveis.» Por isso ele «retalha-as, destrói a correspondência biunívoca entre significante e significado.» (*O Discurso Engenhoso*, p. 31.) Sabemos, através de experiências feitas por Pessoa de que o Espólio guarda o rasto, que o título de *Mensagem* provem da utilização, bem à maneira de Vieira, de letras retalhadas de três palavras latinas: «Mens ag(itat mol)em».

Também para Pessoa a palavra é muito mais do que um sinal convencional. Em «O Marinheiro», assistimos à criação duma criatura, o Marinheiro, pela acção conjunta do verbo poético e do sonho das três personagens em cena que, uma vez existente, cria pelo mesmo processo o mundo em que se instala. E uma das personagens confessa o seu pavor de que Deus tivesse proibido o seu sonho por ele se ter tornado «mais real do que Deus permite». Outra das personagens declara: «É por isto que me apavora ir, como por uma floresta escura, através do mistério de falar». Em toda a obra de Pessoa, como na de Vieira, está presente «o mistério de falar».

Muito haveria a dizer, se para isso espaço houvesse, sobre o gosto pelo paradoxo de ambos: Pessoa declarou-se «um recortador de paradoxos» e encarou mesmo reuni-los num livro, «O Livro do Paradoxo» (*Pessoa Inédito*, p. 44).

Não podemos, contudo, deixar de atentar noutro traço comum: a dramatização do discurso. Tal como Pessoa, que toda a vida pretendeu ser entendido como um poeta dramático, Vieira, nos seus sermões, é um autêntico dramaturgo, fazendo ao mesmo tempo o papel de autor, encenador e actor. Consegue criar a presença dos ausentes que quer tornar presentes, sejam eles Júlio César, Alexandre Magno, o Diabo ou o próprio Deus. Recordemos o poderoso sermão «Pela

vitória das nossas armas contra os holandeses», pregado na Baía seis meses antes da restauração da independência, luminosamente analisado por António José Saraiva. A situação teatral criada no púlpito por Vieira, talvez a mais intensa de toda a sua vida de pregador, não se pode dizer que quisesse impressionar uma audiência selecta: dirigia-se não à corte mas aos estarecidos colonos que, perante a ameaça dos holandeses, temiam por suas casas e plantações. E já aqui o então jovem pregador esgrimia com a palavra com a intensidade e a arte que caracteriza os seus sermões. Quer, naturalmente, dominar, vencer. Mas, estranhamente, é com o próprio Deus que se põe a esgrimir, recorrendo a todos os argumentos susceptíveis de o vencer e convencer a dar a vitória ao seu povo eleito, com quem firmara uma aliança antes da batalha de Ourique — é Vieira que insistentemente lho recorda. Recorre até ao argumento já usado por Moisés, no Sinai, como Saraiva faz notar (*Ibid.*, p. 95), de meter Deus em brios, lembrando-lhe que vai ser mal visto por dar a vitória aos heréticos dos holandeses.

A intensidade pungente deste sermão denuncia a ânsia de domínio que Vieira punha no uso da palavra, dando à linguagem uma função que lhe não é própria e que ousa caracterizar como mágica porque, através dela, Vieira quer intervir no acontecer, dirigi-lo, comandá-lo, tentando penetrar num domínio normalmente interdito aos mortais, o do próprio Deus, a quem quer forçar a mão. Neste sermão, Vieira aparece (atrevo-me a afirmá-lo) como o feiticeiro da tribo.

Pessoa foi seduzido, durante toda a vida, por essa dimensão desconhecida para que, também ele, tentava encontrar passagem — através de práticas mediúnicas várias e, muito particularmente, através da escondida magia das palavras em que acima de tudo acreditava. Mesmo acima de Deus, que foi sempre para ele, como para os cabalistas, inalcançável: «... a grande Ogiva, ao fim de tudo».

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 26 DE FEVEREIRO DE 2009)

REFERÊNCIA COMPLETA DAS OBRAS CITADAS

Livro(s) do Desassossego, edição Teresa Rita Lopes, São Paulo, Global Editora, 2015, p. 348.

Teresa Rita Lopes, *Pessoa por Conhecer*, (2 volumes) Lisboa, ed. Estampa, 1990.

Pessoa Inédito, organização Teresa Rita Lopes, Lisboa, livros Horizonte, 1993.

Teresa Rita Lopes, *F. Pessoa et le drame symboliste — héritage et création*, 2.^a edição, Paris, Centre Culturel Portugais, 1985 (3.^a edição: Paris, ed. La différence, 2004).

Padre António Vieira, *História do Futuro*, Lisboa, Sá da Costa ed., 2008.

F. Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, III, org. António Quadros, 1986.

António Quadros, *F. Pessoa, Vida, personalidade e génio*, Arcádia, 1981.

F. Pessoa, *Poesia*, III, ed. Manuela Parreira da Silva, Madalena Dine e Ana Freitas, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006.

António José Saraiva, *O discurso Engenhoso, S. Paulo*, Ed. Perspectiva, 1980.

A ratificação do Tratado de Lisboa

PAULO DE PITTA E CUNHA

1. Pouco mais de dois anos depois da rejeição do Tratado Constitucional (Tratado que estabelecia uma «Constituição para a Europa»), por efeito do resultado negativo dos referendos realizados em França e na Holanda, a Presidência portuguesa recebeu da Presidência alemã um texto que se destinava a insistir na revisão institucional que fora prevista no Tratado Constitucional, texto a que foi conferida a designação de «Tratado Reformador» — o qual veio a tornar-se conhecido, em razão do local da sua assinatura, por «Tratado de Lisboa».

Ora, a revisão institucional contida no projecto do Tratado Reformador, visando facilitar a respectiva ratificação, assentava num duplo artifício:

- por um lado, o Tratado deixava de reflectir o «conceito constitucional» e de integrar os elementos simbólicos que tendiam a aparentar a União com um Estado;
- por outro, os governantes acordavam tacitamente em submeterem o novo diploma a ratificação parlamentar, salvo quando, excepcionalmente, o recurso ao referendo fosse constitucionalmente indispensável, como é o caso da Irlanda, a fim de esconjurarem o perigo de verem o Tratado ser de novo rejeitado pelos eleitorados.

2. Não figurando nele elementos simbólicos, como a bandeira, o hino, o lema, o dia comemorativo, o texto do Tratado chamado «reformador», e não já «constitucional», é substancialmente o mesmo que já se continha na Constituição Europeia.

As novas entidades da arquitectura constitucional são precisamente as mesmas que já constavam desta última, e os respectivos poderes em nada se alteraram em relação ao que fora definido na Constituição (só que a designação do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União foi substituída por outra, menos comprometida com a imagem do Estado — a de Alto Representante

para a Política Externa); as regras institucionais, incluindo as atinentes à votação no Conselho e no Conselho Europeu, não sofreram qualquer alteração em relação ao projecto do Tratado Constitucional, aprovado pelos Governos dos (então) 25 Estados-membros em Outubro de 2004, que não chegou a entrar em vigor.

3. Optou-se, desta feita, por rever os Tratados básicos da União Europeia (Tratado de Roma, este agora rebaptizado Tratado sobre o Funcionamento da União, e Tratado de Maastricht, da União Europeia), mantendo-se ambos em vigor, com extensas modificações e desenvolvimentos, em lugar de se operar a sua revogação e substituição por um texto único, como acontecia com a Constituição Europeia.

4. O segundo aspecto mencionado — o propósito de se evitar a via da ratificação referendária — ligava-se à apresentação do futuro «Tratado *simplificado*» ou «*Mini-Tratado*», de molde a fazer crer que existia uma diferença marcante entre o Tratado da Constituição Europeia e o novo diploma.

É que, quanto aos processos nacionais de aprovação, os Governos de determinado número de países — não só aqueles em que o Tratado Constitucional foi rejeitado, como também os que (como é o caso de Portugal) haviam assumido o compromisso político de adoptar a via do referendo —, alegando que o Tratado era diferente da Constituição Europeia, optaram, desta feita, pela via parlamentar. Desvalorizaram, assim, o processo democrático de consulta directa aos cidadãos, num retorno porventura eficaz, mas altamente discutível, ao método furtivo para fazer avançar a integração europeia.

Ora, não parece haver dúvida de que as modificações introduzidas com o Tratado Reformador são de tal forma significativas, roçando muito de perto o núcleo da soberania nacional, que plenamente se justificaria, pelo menos nos mencionados países, o recurso à consulta ao eleitorado.

O novo Tratado nasce, assim, a coberto de um disfarce, menorizando-se a auscultação dos eleitorados nacionais e acentuando-se ainda mais a barreira de indiferença que separa as Instituições europeias e, quanto a este ponto específico, os próprios Governos nacionais dos cidadãos dos Estados-membros.

5. É surpreendente que ao longo dos dois anos da «reflexão», nenhuma ideia nova e diferente tenha surgido, de modo a evitar-se o puro decalque do Tratado Constitucional.

As críticas formuladas na altura quanto a este último valem, assim, para o novo Tratado, porventura menos contundentes no que respeita à lesão das soberanias nacionais.

O novo Tratado é denso, complexo, praticamente ilegível para o cidadão mediano, para mais estando envolvido nos meandros da inserção de múltiplas modificações dos Tratados de Roma e de Maastricht.

6. Salvo o caso da Irlanda, todas as ratificações têm seguido a fórmula parlamentar, faltando presentemente apenas completar os casos da Polónia, da República Checa, e da própria Alemanha, cuja aprovação está uma vez mais dependente de uma deliberação do respectivo Tribunal Constitucional. Na Irlanda, cuja Constituição impunha a via referendária, o eleitorado optou pela rejeição. O Conselho Europeu de Dezembro de 2008 veio ao encontro dos principais pontos em que se focava a discordância irlandesa, abrindo caminho para novo referendo nesse país.

7. Se, pela adopção do Tratado de Lisboa, terá ficado resolvida, segundo se pretende, a crise institucional suscitada na Primavera de 2005, o certo é que este, em si mesmo, nada adianta quanto à resolução dos problemas reais que assolam os cidadãos europeus no contexto de um mundo globalizado, incerto e tendencialmente multipolar, e agora sujeito a uma crise financeira de dimensões inusitadas, repercutindo-se já na esfera da economia real.

Resta esperar que a União se empenhe em abordar com sucesso as questões para que a integração é instrumental, visando dar satisfação às aspirações dos seus povos quanto a alcançarem um quadro de vida melhor.

8. O conteúdo das alterações propostas pelo Tratado Constitucional passou directa e literalmente deste para o Tratado de Lisboa, segundo, aliás, o que expressamente se determinou no mandato conferido à CIG, em Junho de 2007, com vista à preparação do novo Tratado — preparação que se efectivou no decurso da Presidência portuguesa da União.

Julgamos que, no processo europeu, se trata de um caso único de aproveitamento praticamente integral, na proposta de novo acordo, das disposições integrantes de um Tratado rejeitado e, por isso, aparentemente votado ao esquecimento.

Não há, na verdade, diferenças no plano substancial entre o Tratado Constitucional e o Reformador.

Onde se detectam diferenças, e bem grandes, é nos modos escolhidos para a ratificação: a abertura aos processos referendários, praticada no caso do primeiro, é substituída agora pela afirmação da desnecessidade ou inadequação de tal via, levando à adopção generalizada da modalidade parlamentar (que é, em si, legítima, mas que surge no contexto de uma depreciação da consulta directa aos cidadãos). Esta modalidade foi escolhida com o indisfarçável propósito, contestável sobre o ponto de vista da democraticidade e da aproximação aos cidadãos, de se garantir a quase prática certeza da aprovação, segundo linhas estranhamente próximas de concepções vanguardistas.

9. A rejeição irlandesa do Tratado de Lisboa constituiu um sério aviso.

Trata-se de um país que deve à sua participação na União Europeia uma importante parcela do seu extraordinário surto de prosperidade. Por isso, e por já se ter consumado sem sobressaltos a maioria das ratificações nacionais, a recusa dos eleitores irlandeses mostra-se particularmente surpreendente. Tanto mais que, dos 27 países membros, era este o único caso de ratificação por via de referendo.

Agora, quaisquer que sejam as voltas a dar ao caso, o «não» irlandês ficará a marcar indelevelmente a gestação do projecto.

A forma sobranceira com que os grandes países da União procuraram minimizar o referendo irlandês, determinando-se a prosseguir no processo de ratificações nacionais, e a relegar o problema suscitado para a margem desse processo, só vem revelar a desvalorização dos pequenos países, que, de resto, o Tratado de Lisboa acentua.

Assim, logo no único Estado em que, como dissemos, a forma do referendo foi utilizada — para mais, membro da zona euro e destituído dos sintomas de reduzido europeísmo que prevalecem noutros casos, «maxime» no Reino Unido — deu-se a rejeição por margem expressiva. Cabe perguntar o que teria sucedido se a mesma fórmula tivesse sido adoptada em outros países, particularmente

naqueles em que os cidadãos se têm mostrado bem mais eurocépticos do que os irlandeses.

10. O episódio recente pôs a nu o défice de confiança dos cidadãos em relação às instituições europeias.

Mais uma vez, parece que as votações dos Tratados europeus em sentido positivo têm a aura da definitividade, ao passo que as de sinal negativo são para repetir, porventura as vezes necessárias até que tal sinal se inverta.

E como isto se passa só em relação a pequenos países, todavia tão indispensáveis como todos os outros para se alcançar a necessária unanimidade, resulta fortemente atingido o princípio da igualdade dos Estados e cada vez mais distante a aproximação aos cidadãos.

11. Num estudo datado de Setembro de 2008, encomendado pelo Governo Irlandês a uma entidade especializada em pesquisas de mercado (Millward Brown) — estudo em que se fez exaustiva análise quantitativa na base de sondagens efectuadas no plano nacional —, incluíram-se, como principais áreas em que se concentraram as opiniões negativas sobre o Tratado de Lisboa (o qual foi rejeitado por 53,4% dos inquiridos), o temor da erosão da tradicional neutralidade do país, o receio da perda de controlo sobre as leis relativas ao aborto, o desaparecimento do comissário permanente por efeito do sistema de rotação previsto no Tratado e a convicção de que o imposto sobre o lucro das empresas teria de ser harmonizado no contexto da União. Fala-se ainda na perda de poder/independência.

O défice de conhecimento da população em relação à União Europeia em geral e ao Tratado de Lisboa em particular terá também sido factor significativo (tendo este aspecto sido determinante nas abstenções).

Como comenta o relatório de Millward Brown, não obstante o resultado do referendo, o Eurobarómetro revela que 73% dos irlandeses apreciam positivamente a qualidade de membro da União Europeia (uma das mais fortes atitudes favoráveis entre os 27) — circunstância que pode facilitar a inversão de posições em novo referendo.

Foi precisamente tal inversão de posições que o Conselho Europeu, em Dezembro de 2008, se preocupou em conseguir ao definir os «elementos de uma solução».

Como era de esperar, o Conselho procurou satisfazer as principais objecções reveladas nas consultas feitas aos eleitores. Assim, não só assegurou as «garantias legais» de que nada no Tratado de Lisboa altera as competências da União em relação à tributação, como declarou que o Tratado não afecta a tradicional política de neutralidade da Irlanda, e que em nada as disposições da Constituição irlandesa em relação ao direito à vida, educação e à família são tocadas pela atribuição de estatuto legal à Carta dos Direitos Fundamentais ou pelas normas do Tratado sobre justiça e assuntos internos.

Indo mais longe de que um mero esclarecimento de pontos sobre matérias, que o Tratado de Lisboa realmente não exigia, e que não teriam sido bem entendidos por muitos dos votantes — esclarecimento que, para lhe atribuir solenidade, é ornado de «garantias legais», o Conselho Europeu antecedeu a concessão dessas «garantias» pela declaração de que, quando viesse a estar vigente o Tratado de Lisboa, seria tomada uma decisão no sentido de a Comissão continuar a incluir um nacional de cada Estado-membro.

12. Não surpreende, assim, que, dissipadas as principais crispações dos eleitores irlandeses pela afirmação tautológica de aspectos que o Tratado não impunha, e prevista a não aplicação do regime rotativo dos membros da Comissão, tenha ficado aberta a via para um novo referendo, revelado implicitamente na afirmação de que o Governo irlandês se compromete a procurar conseguir que a ratificação do Tratado de Lisboa ocorra por ocasião da extinção do mandato da actual Comissão.

O único senão nesta sucessão de facilidades é exterior à problemática institucional da União. Respeita à inversão do círculo de prosperidade que elevou a Irlanda da condição de país mais pobre à posição do segundo mais rico entre os vinte e sete, inversão traduzida na actual recessão que, tendo expressão universal, assume contornos particularmente graves no caso irlandês, não predispondo o eleitor nacional, estando em causa um referendo sustentado pelo seu Governo, a uma atitude de complacência com a proposta apresentada. Vistas bem as coisas, no entanto, pode considerar-se provável que o eleitorado irlandês venha a operar um *volte-face* — para o qual, aliás, já existem os precedentes da Dinamarca, com o Tratado de Maastricht, e da própria Irlanda, com o Tratado de Nice.

Pode, assim, acontecer que, pela mão da Irlanda, os médios e pequenos países, aos quais faz particularmente falta a presença de um Comissário permanente, venham a obter uma vitória, para a qual em nada contribuíram.

13. Julgamos que a insistência em decalcar os conteúdos da Constituição europeia, depurando-a apenas dos aspectos simbólicos e terminológicos, não foi a solução adequada para a saída da crise aberta com os referendos francês e holandes.

Teria sido bem melhor fazer prevalecer sobre a visão institucional da União um outro plano de preocupações, consagrando-se na revisão dos Tratados fórmulas de cooperação entre os Estados-membros para a solução dos problemas reais que afectam os cidadãos e que transcendem a capacidade das forças nacionais — desde a dependência energética às alterações climáticas, desde o envelhecimento demográfico à imigração, desde a contenção do terrorismo internacional à solução da crise financeira mundial e seus reflexos na economia real. A reforma institucional, devidamente repensada, constaria então de um texto complementar. Há muitos caminhos que a integração europeia pode trilhar sem se ater à mera repetição do que falhou.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE MARÇO DE 2009)

A construção do objecto da sociologia da música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

À memória de Joaquim de Vasconcelos

A sociologia da música não consta da sistematização das ciências musicais de Guido Adler (1885), sistematização que pode ser considerada o momento fundador da moderna musicologia. É por aí que começarei — pela origem do cânone que ainda hoje prevalece nas universidades europeias e norte-americanas — para depois recordar alguns exemplos de uma longa tradição de pensamento sociológico na abordagem da música e, finalmente, considerar a emergência e os desenvolvimentos recentes da sociologia da música como disciplina científica.

1. A SISTEMATIZAÇÃO DE GUIDO ADLER E O LUGAR PROBLEMÁTICO DA SOCIOLOGIA DA MÚSICA

Guido Adler (1855-1941) era Licenciado e Doutor em Direito pela Universidade de Viena. Fez a sua formação musical no Conservatório local, onde foi discípulo, entre outros, de Anton Bruckner (teoria e composição musicais). Estimulado por Eduard Hanslick, ele próprio também jurista, a quem fora oferecida uma cátedra de História e Estética da Música, na Universidade de Viena, na qual Adler lhe sucedeu, este resolveu dedicar-se inteiramente ao estudo da música, tendo obtido em 1880 o grau de Dr. Philosophiae e, pouco depois, a Habilitation. Data de 1885 o seu artigo intitulado «Delimitação, método e finalidade da Musicologia» (*Umfang, Methode und Ziel der Musikwissenschaft*), publicado na revista científica que fundara no ano anterior — «Revista Quadrimestral de Musicologia» (*Vierteljahrsschrift für Musikwissenschaft*).

Adler partia, como é sabido, da dicotomia clássica entre ciência histórica e ciência sistemática tomada a outras disciplinas (designadamente às ciências jurídicas, que lhe eram familiares). Uma dicotomia a que Saussure (1916), através da

introdução dos conceitos de «diacronia» e «sincronia», caracterizará mais tarde, na Linguística, como uma diferença de «orientação» na abordagem do objecto. E cujo alcance metodológico seria entretanto precisado pelo filósofo Wilhelm Windelband (1894). A perspectiva da história (ou diacrónica) baseava-se no método ideográfico; a perspectiva das ciências da natureza (sincrónica) baseava-se no método nomotético. Aquela debruçava-se sobre o peculiar, o singular, o evento situado no tempo e no espaço (o «acontecimento histórico»). Esta ocupava-se (em regra) do repetível, do ocorrente segundo determinadas leis, do mensurável (cf. Karbusicky, 1979: 17).

No enunciado de Adler, a musicologia histórica compreendia a história da música «segundo as épocas, povos, impérios, nações, regiões, escolas artísticas, artistas» e subdividia-se em vários itens. Compreendia, entre outros:

- a) a paleografia musical (notações);
- b) a classificação das formas musicais;
- c) a sucessão histórica das normas ou cânones:
 - como eles se apresentam nas obras de arte de cada época;
 - como são ensinados pelos teóricos da época em causa;
 - como se manifestam na prática artística;
- d) a história dos instrumentos musicais.

Quanto à musicologia sistemática, era definida como «o estabelecimento das leis supremas que regem os ramos singulares da *arte dos sons* [Tonkunst]». Subdividia-se, por sua vez, em:

- a) Investigação e fundamentação da *arte dos sons* [Tonkunst] na:
 - harmonia (dita «tonal» ou relativa às alturas dos sons);
 - rítmica (relativa ao tempo ou às durações);
 - mélica (coerência do «tonal» com o temporal);
- b) Estética da arte dos sons [Tonkunst]: que tinha por objecto a comparação e a avaliação das leis e das suas relações com os sujeitos percepcionantes com vista à verificação dos *critérios do musicalmente belo*;
- c) Pedagogia e didáctica musical (isto é, a compilação das leis levando em consideração a finalidade do ensino), abrangendo:

- a teoria musical;
 - a harmonia;
 - o contraponto;
 - a composição;
 - a instrumentação;
 - os métodos de ensino no canto e na execução instrumental;
- d) E, por fim, a Musicologia [*Musikologie*] em sentido estrito (definida como «investigação e comparação para fins etnográficos»).

Esta sistematização seria impossível sem o contexto sociocultural em que vivia Adler. Na verdade, o mundo musical de Adler, como também o de Hanslick, era aquele a que chamamos hoje o da música germânica e, especialmente viense, dos séculos XVIII e XIX, com particular relevo para a chamada Escola de Viena. Assim, Adler, ao utilizar para a musicologia sistemática a expressão «arte dos sons», isto é, *Tonkunst*, retomava uma designação de música que, como «particularidade da tradição alemã» se estabelecera na viragem do século XVIII para o século XIX (Riethmüller, 1985: 68). É, pois, necessário remontar a essa época para explicar, na sistematização de Adler, a subtil distinção entre o objecto da musicologia histórica e o da musicologia sistemática: num caso «a música», no outro «a arte dos sons».

Na verdade, a emergência, por volta de 1800, do conceito de «arte dos sons» — contraposto ao de «música» — pressupunha uma hierarquia entre ambos. A ideia de que a música como «arte dos sons» só nessa época tinha alcançado a maturidade era reforçada pela comparação com a antiguidade grega, que não deixara «obras musicais» como testemunhos artísticos comparáveis aos das outras artes, isto é, onde não havia um Homero, Eurípedes ou Praxíteles da música. A contradição entre uma ideia de música largamente documentada nos textos teóricos da antiguidade e uma ideia de obra musical relativamente recente, tornava-a «a mais antiga das belas-artes» e, ao mesmo tempo, «a mais jovem de todas», por não ter ainda atrás de si a sua época clássica, antes estar nesse preciso momento a alcançá-la (concepção espalhada no círculo de Tieck, por volta de 1800) (cf. Riethmüller, 1985: 71).

A mesma ideia é explícita na *Estética* de Hegel. Também ele distingue entre dois tipos de música:

- a) aquele que, ao libertar-se não só de um texto, mas também da expressão de qualquer conteúdo definido, se contentava com um mero curso fechado de relações, mudanças, oposições e ligações que recaem no domínio puramente musical dos sons;
- b) aquele em que o espírito se exprimia de forma adequada no elemento sensível dos sons e das suas diferentes figurações.

O primeiro tipo de música permanecia vazio, in-significante, carecia de conteúdo e expressão espiritual — uma das componentes principais de toda a arte — e, por isso, ainda não era arte. Só o segundo se elevava a verdadeira arte, independentemente da questão de saber se o conteúdo e a expressão espirituais recebiam da ligação à palavra a sua mais precisa caracterização ou se eram sentidos [*empfunden*] mais indefinidamente a partir dos sons e das suas relações harmónicas. Neste sentido, a chamada «música autónoma», isto é, a música exclusivamente instrumental — desde que nela se consubstanciasse um conteúdo de representação [*Vorstellung*], ideias [*Gedanken*], e sentimentos [*Empfindungen*] — era, a bem dizer, a «arte dos sons» por excelência (cf. Hegel, 1842: II, 271-272).

A distinção estabelecida na sistematização de Adler entre *Musik* («música») e *Tonkunst* («arte dos sons») não era, pois, casual. Estava nela implícito o postulado de que o objecto da musicologia histórica era destrinçar diacronicamente a «arte dos sons» dos fenómenos musicais em geral; e o de que o enunciado das «leis supremas», que competia à musicologia sistemática (leis, em rigor, atemporais e não relativizadas ou relativizáveis contextualmente), só podia recair sobre a *Tonkunst*.

Esta hierarquia, segundo a qual a *Tonkunst* (isto é, a arte musical germânica e vienense da modernidade vivida por Adler) aparecia como *telos* da *música* (Riehtmüller, 1985: 71), era, de resto, reforçada, pelo facto de Adler restringir a Estética à «arte dos sons». Admitia uma Estética como disciplina sistemática, mas não como disciplina histórica. Isto significava que o estudo diacrónico se ocupava do desenvolvimento da *música* nos estádios e manifestações cuja investigação punha em evidência a *relatividade* das «leis artísticas de várias épocas», enquanto a abordagem sincrónica visava as *leis supremas* — isto é, aquelas que transcendiam os contextos espaço-temporais, e que, portanto, só podiam dizer respeito à «arte dos sons». O papel da história era captar a progressão da música até ao estádio

de «arte dos sons», para que então fosse possível constituí-la como objecto da estética.

Deste modo, Adler partia de Hanslick, que, na sua crítica a Hegel, já antes reclamara a necessidade de separar claramente a abordagem «puramente estética» (*rein ästhetische*) da «histórico-artística», e que, em oposição à «teoria das emoções», retomava o conceito de belo de Leibniz: belo como perfeição do acto de cognição. Assim, a tarefa da «estética da arte dos sons», tal como Adler a compreendia, não podia ser senão «a pura contemplação *consciente* de uma obra de arte» que Hanslick (1854: 119) opunha à «emoção patológica» do modelo de identificação que se impusera desde fins do século XVIII. Retomando Kant e Schelling, Hanslick sublinhava na percepção musical a componente «prazer» (*Genuß*):

É com o espírito satisfeito, gozando sem emoção, mas numa entrega toda interior, que contemplamos a obra de arte, apercebendo-nos mais finamente daquilo a que Schelling chama tão elegantemente «a nobre indiferença do Belo». Este deleitar-se com o espírito desperto é a forma mais digna, mais salutar, e não a mais fácil, de ouvir música. (Hanslick, 1854: 120.)

Prazer artístico era, portanto, «seguir o espírito criador», apreender como ele dominava «toda a riqueza de um campo» que enobrecia o ouvido, elevando-o ao estatuto do «mais refinado e educado» dos sentidos. Com este seu paradigma de uma estética da arte dos sons (*Ästhetik der Tonkunst*), depois assimilado por Adler, Hanslick reabilitava as categorias de «prazer» (*plaire, Genießen*), «ouvido» enquanto «dispositivo sensorial» e «distância de conhecedor», as quais, na semântica da interacção das classes elevadas na era do despotismo esclarecido (Luhmann, 1980), marcavam a *conversation amusante* sobre música (Vieira de Carvalho, 1995d), mas que viriam depois a ser rejeitadas pelo movimento iluminista burguês, que lhes opunha as categorias de virtude, alma (ou coração) e empatia (*Einfühlung*), relacionando-as com a relevância sociopolítica da arte. Hanslick tomava decididamente posição contra o princípio de *l'art caché* (arte oculta ou dissimulada) que era inerente a estas últimas categorias e que, na fórmula de Rousseau, culminava numa arte que se fizesse esquecer a ela própria. Para melhor esclarecer o seu ponto de vista, Hanslick citava mesmo um trecho de Wilhelm

Heinse, bem ilustrativo da *ideologia da natureza* subjacente à teoria estética de Rousseau e ao conceito de *art caché*:

A verdadeira música [segundo Heinse] persegue sempre o objectivo de transmitir tão fácil e comodamente aos ouvintes o sentido das palavras e a emoção [*Empfindung*] que não se repara nela [na música]. Uma tal música dura eternamente, ela é mesmo tão natural que *nem se repara nela*, só o sentido das palavras se transmite. (citado em Hanslick, 1854: 121.)

Ao que Hanslick contrapunha:

Pelo contrário, uma assimilação estética da música só se realiza, porém, precisamente quando a gente «repara» totalmente nela, quando nela atenta e quando toma consciência de cada uma das suas belezas (*ibid.*, nota).

Em suma, não separar a *arte* da *história* significava, para Hanslick (e, portanto, para Adler) atribuir um tão acentuado relevo às relações contextuais que estas acabariam por eliminar a consideração da *música em si*, tornando assim impossível o estabelecimento das «leis supremas» do «belo musical». Para que as relações contextuais não perturbassem o «gozo artístico», era preciso expulsá-las do campo da percepção. Neste sentido, a estética ou *aisthesis* da «arte dos sons» era inconcebível sem a anestésica ou *anaisthesis* da história.

Na sistematização de Adler, a narrativa diacrónica da progressão da música até arte dos sons, que competia à musicologia histórica, era completada com a narrativa da distinção sincrónica entre a arte dos sons (europeia) e outros fenómenos ou práticas musicais, de tradição oral ou extra-europeia. Tal era o objecto da disciplina sistemática a que Adler chamava *Musikologie* («musicologia» em sentido estrito).

Assim, apuradas «as leis supremas do belo musical», havia que transformá-las nos enunciados *normativos* da pedagogia e da didáctica, assegurando a reprodução e o (eventual «aperfeiçoamento») da «arte dos sons». O que valia, tanto para o plano da criação como para o plano da percepção ou da apreciação musicais (*poiesis* e *aistesis* — categorias também usadas por Nattiez, 1987: 209 ss., 220ss.).

Contudo, à data em que Adler gizava este modelo teórico-metodológico, já o movimento da história estava a pôr fortemente em causa a viabilidade de uma estética normativa, garante da reprodução do belo. A relação entre «teoria» e sua «aplicação» prática começara a ser abalada pelo processo de dissolução do sistema tonal iniciado com Wagner e alargado pela assimilação de elementos extra-europeus, cujo fascínio (por ocasião das Exposições Universais) tocava especialmente Debussy. Por volta de 1900 estabelecia-se também na música a «institucionalização da *anomia*», que vinha caracterizando a evolução da arte europeia desde meados do século XIX (Bourdieu, 1987: 255ss; cf. também Engel, 1990: 251ss).

Por isso mesmo, outras sistematizações das ciências musicais se seguiram à de Adler, na tentativa de responder a essas novas realidades (cf. Seeger, 1977; retrospectivas em Karbusicky, 1979; De la Motte-Haber / Dahlhaus, 1982). Assim, por exemplo, Carl Dahlhaus acentuava em 1971 a necessidade de superar a fronteira rígida entre a perspectiva histórica e a sistemática, bem como, do mesmo passo, a distinção entre método ideográfico e método nomotético:

A verdadeira contrapartida da história da música é representada por ciências como a psicologia da música, a teoria da música e a sociologia da música, as quais nem descobrem leis da natureza, nem procuram compreender verbalmente o individual, o irrepetível, antes descrevem estruturas e processos que têm, decerto, origem histórica, mas cuja existência é de tão longa duração que o procedimento ideográfico no sentido de Windelband se nos afigura inadequado. Poderia falar-se de disciplinas intermédias, de charneira, cujo método nem é nomotético, nem ideográfico. (Dahlhaus, 1971: 128.)

Pouco depois, porém, num artigo publicado na *International Review of Aesthetics and Sociology of Music*, fundada em 1970 pelo musicólogo croata Ivo Supicic, o mesmo Dahlhaus contestava a possibilidade de «a obra de arte musical» poder ser objecto da sociologia da música. Ou seja: apesar de reconhecer a necessidade de superação da sistematização de Guido Adler, o próprio Dahlhaus permanecia arreigado a um dos princípios que a tinham inspirado: a distinção de base entre o que era *arte* e o que não era *arte*. Princípio que continuaria a marcar o ensino e a investigação musicológicas.

Na verdade, com o desenvolvimento da Etnomusicologia, a partir da chamada «musicologia comparativa» (*vergleichende Musikwissenschaft*), a que Adler chamara inicialmente *Musikologie*, consolidara-se na organização dos *curricula* universitários, a tendência para excluir a «arte dos sons» de uma abordagem sociológica. O estudo da música na cultura, postulado por Alan P. Merriam na sua *Anthropology of Music* (1964), era, na prática, exclusivamente reservado às músicas extra-europeias ou à esfera da chamada «música tradicional» — ou seja às manifestações musicais que o cânone europeu não reconhecia como arte.

Superado o mito das «leis supremas do belo», o interesse pela abordagem histórica da criação musical europeia passara a predominar em absoluto, como Karbusicky (1979) verificou no estudo comparativo que empreendeu sobre os *curricula* universitários (mormente alemães) na década de 70. A história da música ou musicologia histórica tornara-se a ciência musical por excelência, empurrando as outras disciplinas para a marginalidade. Onde se tratava da recepção e, a partir desta, do devir social das obras musicais assim como da reflexão filosófica ou sociológica sobre música, as disciplinas estavam absolutamente subrepresentadas.

Entretanto, a distinção entre o estudo da «arte dos sons» europeia e o estudo das culturas musicais extra-europeias traduzia-se na separação dos *curricula* e dos institutos de ensino e investigação. Na Europa e nos Estados Unidos, a etnomusicologia e a musicologia histórica tendiam a desenvolver-se em mundos académicos isolados um do outro. Dir-se-ia que a etnomusicologia — e, portanto, a abordagem sociológica ou antropológica — era quase exclusivamente reservada ao estudo do «Outro inferior»: daquele que ainda não acedera supostamente nem ao conhecimento científico, nem à maturidade artística.

2. ANTECEDENTES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO NO ESTUDO DA MÚSICA

Esta tendência geral da organização dos *curricula* universitários não invalida, porém, a verificação de uma longa tradição de pensamento sociológico e histórico-antropológico da música em geral, e da música europeia em particular. A relevância do social bem pode dizer-se que remonta aos vestígios mais antigos da teoria musical. Numa obra inacabada pioneira da sociologia da música — Os

fundamentos racionais e sociológicos da música (publicação póstuma em 1921) — Max Weber põe em evidência a dimensão sociológica da analogia entre o musical e o lógico-racional: «o fenómeno da *mensurabilidade* dos intervalos perfeitos, ao ser reconhecido, causou uma impressão extraordinária na fantasia, como é comprovado pela mística dos números que lhe está ligada» (p. 8043). Isso determinou «o facto sociológico» de a música, desde os seus estádios mais «primitivos», ter sido «subtraída ao prazer estético» para ser colocada ao serviço de finalidades práticas (mágicas, de culto e médicas):

Dado que qualquer desvio de uma fórmula já consolidada na prática liquidava o seu efeito mágico e podia suscitar a ira dos poderes sobrenaturais, a rigorosa fixação dos padrões das alturas tornava-se no sentido próprio do termo uma «questão vital», e cantar «mal» um crime a ser expiado — não raro castigado com a morte imediata do culpado — e daí a extraordinária força conferida aos intervalos estereotipados mal eram por qualquer razão canonizados. Como, porém, os instrumentos que contribuíam para a fixação dos intervalos se diferenciavam consoante o deus ou o demónio — o aulos helénico era originariamente o instrumento da coragem conferida pelos deuses, mais tarde, de Dionysos —, assim os mais antigos modos de uma música, percebidos verdadeiramente como diferentes, eram complexos de fórmulas típicas de intervalos bem regulados, utilizados ao serviço de certos deuses, ou contra certos demónios, ou em ocasiões festivas. [...] os mais antigos eram, na sua maior parte, objecto de uma arte secreta que desapareceu sob a influência do contacto com a cultura moderna (pp. 8043-8044).

Daí a relação entre os modos ou padrões de intervalos e a noção de *ethos*, subjacente à teoria musical da Antiguidade (cf. Hornbostel, 1929; Sachs, 1943). Platão, Aristóteles e outros filósofos da antiguidade extraíam daqui consequências com relevância política e social — com incidência na educação dos jovens e em questões do Estado. Também a distinção entre as destrezas musicais cujo exercício competia aos escravos e aquelas que eram próprias dos cidadãos livres corresponde, em Aristóteles, a um diagnóstico sociológico *avant la lettre* (cf. Riehmüller, 1989) que, de resto, está recorrentemente presente em autores e escritos de épocas ulteriores. Lembro, a propósito, por exemplo, as considerações de

D. Jerónimo Osório, no seu livro *Da Ensinança e Educação do Rei*, publicado em 1571, sobre «o defeito [...] que consiste em consagrar demasiada atenção ao estudo da música», que pertence ao «número daquelas artes e ciências cujo conhecimento, se mediano, com razão se deverá louvar no rei, mas que será sumamente vituperável quando em excesso». E não devia «ser apenas o rei a cultivar com moderação a música, mas também toda a nobreza: é que, dentro da justa medida, reprime o descomedimento do ânimo e instrui maravilhosamente na moderação, mas quando se cultiva para além do que é justo, aos poucos amolenta o ânimo e desvia a nobreza do cumprimento da sua obrigação» (Osório, 1571 [2005]: p. 205).

Interessante é também notar, em alguns teóricos da Idade Média, a atenção que prestam à relação entre práticas musicais e contextos sociais. É o caso de Johannes de Grocheo, na viragem do século XIII para o século XIV, e de Francisco Salinas, no século XVI. Nos seus tratados — ambos intitulados *De musica* — chegam, um em Paris, o outro em Salamanca, a uma classificação de géneros musicais baseada nos usos sociais que observavam (dir-se-ia empiricamente). Salinas, num gesto precursor da moderna etnomusicologia, chega mesmo a notar configurações musicais de tradição oral, que, por não fazerem parte do culto nem de outro uso elevado (em contextos profanos), não mereciam registo escrito. Importa recordar, a propósito, que o precioso legado das *Cantigas de Santa Maria* só sobreviveu até aos nossos dias porque Afonso X, o Sábio, ordenou o seu levantamento e registo em notação musical.

A observação dos processos sociais — atenta às estratégias de comunicação e à função dos géneros e práticas musicais — está igualmente subjacente aos debates teórico-críticos que ocorreram no século XVIII. Ao contrário do que as Histórias da Música relatam, a célebre *querelle des bouffons*, desencadeada em 1752 em Paris pelos espectáculos duma companhia de *opera buffa* italiana, não é uma disputa entre a música francesa e a música italiana, mas sim entre dois modelos de comunicação e as suas respectivas incidências sociais. Nos campos opostos encontram-se partidários de ambos os estilos: o francês e o italiano. Nas centenas de opúsculos e panfletos dados à estampa em Paris entre 1752 e 1755 o que está verdadeiramente em causa é uma mudança de paradigma quanto à função social do teatro lírico. As transformações estruturais da ópera advogadas por uma das facções (a dos enciclopedistas) — designadamente, a ilusão perfeita, a arte oculta, a comunicação do coração para o coração (já que, nas palavras de Rousseau, «a

arte de sentir era ainda mais preciosa do que a arte de pensar»), em suma, aquilo que Hanslick condenava como «emoção patológica» — não visavam senão conferir à ópera (tal como à arte em geral) uma nova missão: subtraí-la à esfera recreativa e representativa para a inscrever na esfera educativa. Através duma arte que se dissimulava a ela própria e, por isso, se colocava ao alcance de todos (*l'art caché, à la portée de tout le monde*), tratava-se de promover a virtude, definida na Enciclopédia como um *sentimento*, um *grande sentimento*, e portanto do domínio do *coração*. A ilusão perfeita na ópera e no teatro, criando a *relação de igualdade* (*rapport d'égalité*) — a comunicação do coração para o coração —, condição da *identificação*, passava a exercer uma *função educativa* na medida em que proporcionava a própria experiência do *sentimento da virtude* (cf. Vieira de Carvalho, 1999a: pp. 135-140).

Tal é também o modelo defendido nas suas cartas de Roma (cerca de 1750) pelo abade António da Costa, «um segundo Rousseau, mas ainda mais original», como o definiu o inglês Charles Burney, que com ele conviveu em Viena e que, ao reportar no seu Diário, com o espírito sociológico de um observador participante, uma récita da *Alceste* de Gluck (1771), nos descreve exactamente em que consistia a mudança de paradigma — a «transferência para a arte do modelo de identificação da religião» (como lhe chamará Hans-Robert Jauss, 1977):

...os que a viram representada... não podiam tirar os olhos um só momento do palco, durante todo o espectáculo, tendo a sua atenção tão aguçada e a sua consternação tão aumentada, que se conservavam em permanente ansiedade, entre a esperança e o medo dos eventos, até à última cena do drama... (Burney, 1772: II, 93).¹

Precedentes deste tipo, onde se manifesta a reflexão crítica sobre a estrutura e a função da comunicação musical e as suas implicações sociais, são inumeráveis. Mas não queria encerrar esta série de exemplos, um pouco escolhidos ao acaso,

¹ Herdeiro deste paradigma é, sem dúvida, Joaquim de Vasconcelos, que nos seus textos se insurgia precisamente contra o facto de, em Portugal, na sua época, ainda não se ter verificado tal mudança. Entre nós, perdurava o contexto meramente recreativo: «esta arte [música] tem-nos merecido apenas o desprezível emprego de *passa-tempo*...» (cf. Vasconcellos, 1873: p. IX).

sem mencionar ainda uma fonte literária, que considero das mais esclarecidas na observação sociológica dos processos musicais: Eça de Queirós. Embora sob a perspectiva da foto que se transforma em caricatura, as páginas em que descreve os interesses e as práticas musicais das suas personagens, os contextos institucionais de produção e recepção, constituem um diagnóstico da relação entre música e estilos de vida — ou *habitus* — que nos remete directamente para a sociologia da cultura de Bourdieu (*La Distinction. Critique sociale du jugement*, 1979). É, sem dúvida, um caso em que, como escrevi noutra ocasião, «a objectividade da ficção» desafia a «ficção da objectividade» (cf. Vieira de Carvalho, 1984; 1999b; 1999c).

3. A EMERGÊNCIA DA SOCIOLOGIA DA MÚSICA E OS SEUS DESENVOLVIMENTOS MAIS RECENTES

Em todo o caso, a emergência da Sociologia da Música como disciplina científica só se tornou possível depois de a própria Sociologia se ter afirmado enquanto tal. É nessas fontes originárias da Sociologia (Augusto Comte, Jules Combarieu, Herbert Spencer, Hyppolyte Taine, Gabriel Tarde, Émile Durkheim e, é claro, Karl Marx, entre outros — cf. Blaukopf, 1982), que também encontramos as primeiras articulações da moderna sociologia das artes. Para o estabelecimento da sociologia da música propriamente dita, o estudo de Paul Bekker (1916) intitulado «A vida musical alemã. Ensaio de abordagem músico-sociológica» (*Das deutsche Musikleben. Versuch einer musiksoziologischen Betrachtung*) é um texto fundador — um estudo que simultaneamente dá início a uma das principais tendências, senão mesmo à tendência dominante na disciplina, na sua abordagem da música europeia: precisamente a que incide sobre as condições de existência social da música, as suas instituições, as relações entre artista, crítica e público. A vida musical — nos seus «aspectos estruturais e funcionais» — é também objecto dos trabalhos de Alphons Silbermann, um dos principais representantes duma sociologia da música empírica. Define a música como um processo social que se traduz na interacção entre o artista e o seu contexto sócio-cultural (ou a sua circunstância, como diria Ortega y Gasset). O que está em causa é a análise da interacção entre indivíduos, grupos e instituições e como ela se manifesta nos processos

musicais (Silbermann, 1962). O estudo sobre a música, a rádio e o auditor, efectuado sob a sua direcção, publicado em 1954 (*La musique, la Radio et l'Auditeur*), vale como paradigma dessa orientação empírica, baseada na entrevista e no inquérito e conducente a um diagnóstico que permitisse fundamentar decisões de política cultural (no caso concreto, o estudo foi encomendado pelo Centro de Estudos Radiofónicos da Radiodifusão e Televisão Francesa).

O predomínio da pesquisa centrada nos factores contextuais — ou factores ditos «extra-musicais» — na sociologia da música está bem patente na extensa retrospectiva crítica da bibliografia da disciplina, publicada por Ivo Supicic em 1987, com o título *Music in Society — A Guide to the Sociology of Music*. São muitas centenas de referências, com diferentes origens nacionais e em diferentes línguas, distribuídas por grandes grupos temáticos, onde avultam «psicologia social da música», «história social da música», «funções sociais da música», «público musical», «recepção e gosto musicais», «estatuto social e papel dos músicos», «instituições musicais», «música, vida social e cultura», «música e economia», «música e técnica», «música e *mass media*», «estilos e géneros musicais», «música e política».

Ou seja: o campo da disciplina, tal como resulta da maioria esmagadora dos estudos aí inventariados, parece convergir com o postulado de Tibor Kneif — na sua *Musiksoziologie* (1971) — da dicotomia entre música e sociedade: haveria situações em que uma não se cruza com a outra e situações em que uma pode condicionar a outra e reciprocamente. Como tendência geral, a bibliografia da disciplina parece dar razão também ao cepticismo de Dahlhaus (1974) quanto à possibilidade da abordagem sociológica das obras musicais em si mesmo consideradas.

Tanto maior relevância ganha, por isso, a posição de Theodor W. Adorno, que, não só rompe com o postulado de Hanslick e Adler (segundo o qual a perspectiva histórico-artística e a perspectiva estética se anulavam mutuamente) como coloca decididamente a obra musical propriamente dita no centro da abordagem histórico-antropológica e sociológica. Mais: em manifesta oposição a Dahlhaus, o empenho de Adorno na «decifração sociológica» da música tem sobretudo por objecto as chamadas «obras-primas» da música europeia.

Devendo a Hegel e a Marx as referências fundamentais do seu método dialéctico, Adorno é, porém, um crítico dos sistemas teóricos totalizantes, baseados num pensamento dedutivo. Na *Dialektik der Aufklärung* (título que tem sido traduzido como «Dialéctica do Esclarecimento», «Dialéctica da Razão» ou

«Dialéctica do Iluminismo»), que escreveu de parceria com Max Horkheimer em meados dos anos 40 (ainda no exílio norte-americano), relativiza a oposição entre *razão* e *mito*, questiona a pretensão da ciência moderna à razão absoluta e denuncia-a como ideologia. Ao contrário de Marx, que distinguia entre socialismo utópico e socialismo científico, Adorno não reconhece à ciência — em particular, à ciência social — essa capacidade de se libertar inteiramente da ideologia. Simultaneamente, e também ao contrário de Marx, retira a arte e a filosofia da esfera da «superestrutura» ideológica, para colocar ambas — arte e filosofia, interrelacionadas — no campo duma genuína indagação da *verdade*. Enquanto a razão utilitária, instrumentalizada pelas relações de produção, era uma razão que se auto-negava, a arte e a filosofia constituíam, a bem dizer, os últimos redutos da resistência à «falsa consciência» ou ideologia.

A arte carecia da filosofia para ser compreendida. Por sua vez, porém, a filosofia tinha de «parar de negar o que constituía a sua essência — o seu princípio e o seu fim na arte» (Adorno, 1998). Ambas eram conhecimento — como já o eram em Hegel —, mas ambas escapavam necessariamente à cristalização num modelo de conhecimento discursivo sistemático e totalizante. Caso contrário, deixariam de ser arte e filosofia «autênticas» para se tornarem em ideologia.

Adorno teve uma sólida formação musical, desde a infância, no seio da família. Desenvolveu-a e aprofundou-a intensamente, inclusive como estudante de composição de Alban Berg. Até muito tarde hesitou entre a carreira profissional a seguir: se a de compositor, se a de filósofo. Acabou por optar pela filosofia, mas nunca deixou de se ocupar da música. Raros profissionais da música conheciam como ele, de leitura, análise, ou execução ao piano, o repertório da arte musical europeia. A cantora Carla Henius, com quem Adorno trabalhou ao piano obras vocais, relata com espanto a extraordinária abrangência do conhecimento que ele tinha das partituras. Thomas Mann (1949), no seu «romance de um romance» sobre a gestação do *Doktor Faustus*, de que Adorno quase pode considerar-se co-autor, descreve-o a tocar a sonata op. 111 de Beethoven enquanto a analisava em voz alta.

É no contacto com a música que Adorno elabora o modelo de teoria estética que estende à arte em geral. A música era, de todas as artes, aquela em que mais evidente se tornava a essência da arte: ser uma linguagem não intencional, sem um conteúdo ou uma mensagem proposicionais.

Para «fazer falar» a obra de arte era precisa a filosofia. Mas esse esforço de interpretação é uma tarefa inesgotável: quanto mais se compreende a obra de arte «autêntica», tanto mais ela resiste à decifração. Para Adorno, é no material, e não nos conteúdos aparentes, figurativos ou proposicionais, colados à obra, que a análise se deve concentrar. Também aqui a música traz para primeiro plano o que noutras artes pode passar despercebido.

Contudo, em oposição à dicotomia entre música e sociedade, dicotomia que, como vimos, é pressuposta na tradição musicológica dominante (dominante inclusive no campo da sociologia da música), Adorno chama a atenção para a natureza social do material. Escalas, instrumentos, formas, técnicas de composição não são dados da natureza nem existem fora da sociedade. O material com que o músico trabalha é social e historicamente pré-formado. Por isso, a abordagem filosófica da obra é, simultaneamente, para Adorno, uma abordagem sociológica. Filosofia e sociologia tornam-se indestrinçáveis uma da outra.

Se conhecer é romper com a ideologia, e se a arte é conhecimento, então o que o filósofo busca na sua abordagem da arte, para a «fazer falar», é o momento da crítica imanente do material, o momento em que o artista, consciente ou inconscientemente (quase sempre inconscientemente), busca o não-idêntico, nega a totalidade. A obra que se conforma com a tendência histórica do material conforma-se com as falsas evidências da ideologia. Pelo contrário, aquela que dialecticamente assimila e, ao mesmo tempo, nega a tendência histórica do material — aquela que, portanto, se afirma como arte autónoma, por vezes ao ponto de ser silenciada ou expulsa para a marginalidade pelas indústrias culturais — irmana-se à teoria crítica na esperança de verdade.

A sociologia da música de Adorno (cf. *infra* lista selectiva de referências bibliográficas) tem essencialmente por objecto esta indagação. Incide tanto sobre a obra musical em si como sobre os contextos da criação, interpretação e recepção. Analisa o papel das indústrias culturais na criação e difusão da música, mas sempre numa perspectiva de reflexão crítica, e não de sociologia empírica. Esta, no seu entender, limita-se a prever, na base dos dados recolhidos (que reflectem a ideologia ou falsa consciência do senso comum), mas não ousa teorizar para além do já conhecido. Para Adorno, na arte e na teoria social, a crítica da ideologia tem de ser uma crítica da linguagem. E a crítica da linguagem remete para a própria

crítica da linguagem científica (cf. Adorno, 2008; Vieira de Carvalho, 2009). O que vem a colocar a musicologia sob o escrutínio do olhar sociológico.

Assim, é sobretudo a partir dos anos 80 que o crescente interesse pela música no seu devir social, manifestado por investigadores de outras áreas das ciências sociais — e não tanto da musicologia — começa a contribuir para uma revisão crítica. A música passa a ser objecto da atenção de várias correntes sociológicas e antropológicas, dos estudos culturais e estudos de género, dos estudos de globalização, da crítica pós-estruturalista ou pós-moderna. Peter J. Martin, sociólogo que ensinou na Universidade de Manchester, tendo publicado em 1995 a obra *Sounds and Society* e mais recentemente, em 2007, *Music and the Sociological Gaze: Art Worlds and Cultural Production*, explica o que esse olhar sociológico trouxe de novo: a ideia de que a música não é cópia do social, mas ela própria também acção social, interacção de agentes diversos (compositores, intérpretes, produtores e outros agentes económicos, críticos, públicos, e naturalmente também musicólogos, entre outros), cujo sentido ou significação resulta dos usos sociais. O problema da significação foi, assim, deslocado da esfera da auto-referencialidade do *texto* (seja ele literário ou musical) para a esfera das práticas sociais, pressupondo o carácter relacional da significação tanto no domínio da língua (cuja significação também não é auto-referencial — Wittgenstein) como, por extensão, no domínio das artes em geral (como poderíamos afirmar em síntese, remetendo para Giddens, num texto de 1987, sobre a mudança do estruturalismo para o pós-estruturalismo). A questão da objectividade e da neutralidade no discurso científico foi trazida do mesmo passo para o centro da discussão epistemológica, como Immanuel Wallerstein, antigo presidente da Associação Internacional de Sociologia, recomendava no relatório *Para Abrir as Ciências Sociais*, publicado em 1996, onde se postulava, por um lado, a construção social do conhecimento, mas, por outro lado, se assumia que a tomada de consciência de que o conhecimento é socialmente construído «significa também que é socialmente possível haver um conhecimento mais válido» (*ibid*: 129s).

Tais desenvolvimentos ficaram, de resto, bem patentes na mesa redonda sobre «Musicologia e Sociologia» organizada no âmbito do 16.º Congresso da Sociedade Internacional de Musicologia realizado em Londres em 1997, mesa redonda na qual, aliás, participei (cf. AAVV, 2000; Vieira de Carvalho, 2000b). É nesta linha que tem vindo a emergir na sociologia da música a tendência para uma

abordagem holística, da qual um dos principais precursores é Christian Kaden (1984). Parte-se do postulado de que *o social* na música é *o comunicativo* e de que a comunicação se articula em sistemas que não só enquadram a produção, as práticas de execução, a mediação, a recepção, mas também são imanentes à própria música, às formas de vida nas quais a «música» ou o «comportamento musical» se manifestam — comunicação, portanto, no sentido em que uma nota lançada na pauta já quer dizer «nós», como afirmava Adorno. Qualquer música só existe — mormente para a sociologia da música — enquanto sistema sociocomunicativo. *Sistema*, não como conceito oposto ao de evolução ou desenrolar no tempo, mas sim como unidade de estrutura e processo, tornando a perspectiva história e a sociológica inseparáveis uma da outra. A ideia de que o sistema se manifesta necessariamente como evolução, e, por sua vez, a evolução tem natureza sistémica — e de que tal não é resultado da mera cooperação ideal entre dois tipos de abordagem, antes é qualidade ou propriedade material do sistema — estende-se, de resto, a outras disciplinas científicas (cf. p.ex. Edwards / Jaros, 1994). O conceito de *web of life* ou *networking* na natureza, que é porventura o contributo mais influente e de maior alcance do legado de Darwin (cf. Capra, 1996), não só parece cada vez mais actual nas ciências da natureza, como se tornou, *mutatis, mutandis*, num paradigma também para as ciências sociais. *Web* e *networking* são realidades que não podemos ignorar num mundo globalizado. (Bem o demonstra, aliás, a actual crise económica mundial.)

Esta visão holística ou sistémica, que, aliás, me levou a tornar-me membro do *Research Committee 51* («teoria de sistemas»), da Associação Internacional de Sociologia, tem estado subjacente à minha própria investigação. É ela que me tem permitido manter um diálogo crítico, não só com Niklas Luhmann (o mais exaustivo e talvez mais contestado sociólogo da teoria de sistemas), mas também com o legado teórico de outros autores só aparentemente incompatíveis, como Habermas (e a sua teoria da esfera pública e da acção comunicativa), Norbert Elias (cujos estudos sobre a sociedade da corte e os processos civilizacionais me parecem especialmente estimulantes para história social das artes), Pierre Bourdieu (com as suas noções de campo, *habitus*, e capital simbólico), ou, ainda, a teoria crítica de Adorno e Walter Benjamin (a análise da arte como mercadoria, a questão da aura, da reprodutibilidade técnica, ou da perda da capacidade primária de experiência).

Particular ênfase tem sido dada ultimamente à questão da *mediação* — que Antoine Hennion (1993; 2009) colocou no centro da sua sociologia da música, numa visão pragmática próxima de Luc Boltanski — e ao impacte das novas tecnologias na criação, disseminação e recepção da música: a *mediamorphosis* de que já falava Blaukopf (1982) (cf. DeNora, 2000; Bull, 2007; Gebesmair, 2008).

Em síntese, trata-se de estudar os sistemas sociais de comunicação musical e a sua mudança em correlação com outras mudanças sociais que ocorrem simultaneamente (por vezes, até, marcadas por violentos conflitos étnicos e políticos — cf. p.ex. Fischlin / Heble, 2003). Pois que, como Bruno Nettel (1983) observa, se alguma coisa há de estável nas músicas do mundo, é a sua permanente mudança — seja ela mais rápida, ou mais lenta, mais vinculada a estruturas de curta ou a estruturas de longa duração, e ora como «ressonância» (Kaden, 1984), ora como «antecipação» (Attali, 1977) de modelos de comunicação ou interacção que se manifestam noutras esferas da vida social².

É tendo presente estas reflexões que eu gostaria de apontar, para terminar, alguns tópicos que me parecem particularmente relevantes nas mais recentes abordagens sociológicas ou histórico-antropológicas da música:

a) A relação entre a música e o corpo

Já Max Weber postulava que a intelectualização da música europeia começara nos templos cristãos, com a expulsão do corpo da liturgia. Era aí que devíamos procurar a origem longínqua da sala de concertos europeia e a assimetria na comunicação que ela consagra. A introdução da notação reforçaria, mais tarde, a expulsão do corpo, a repressão do impulso mimético. Daí também a confusão entre música e texto notado, quando, na realidade, a obra musical só existe quando é reconstruída a partir do texto (quando se faz gesto e som). Adorno (2001) fala da notação como uma intromissão do signficacional que se sobrepõe

² Cf. um panorama actualizado de diferentes abordagens do social na música no sítio do congresso internacional *Sociology of Music: Tendencies, Issues, Perspectives*, organizado em Lisboa, em Julho de 2009, pelo CESEM, em colaboração com a Universidade Humboldt de Berlim, e coordenado cientificamente por Christian Kaden e Mário Vieira de Carvalho (www.sociologyofmusic2009.com).

ao impulso expressivo, isto é, como um acto de poder, destinado originariamente a disciplinar, uniformizar e reprimir as diferenças individuais ou de grupo. A relação holística da expressão musical e corporal tem sido sublinhada nos Estudos de Género, os quais, por isso mesmo, têm dado particular atenção à *performance* (cf. p.ex. McClary, 1991; Ribeiro, 2002).

b) Música coloquial e música apresentacional

Nem sempre a comunicação assimétrica da sala de concertos dominou na tradição europeia. Num estudo famoso sobre a polifonia vocal, Heinrich Besseler (1959) demonstrou que, na maior parte dos casos, ela não era praticada como música apresentacional — pressupondo a separação entre artistas e audiência —, mas sim como música coloquial ou de participação activa. Também os *collegia musica* são, inicialmente, exemplo de uma prática coloquial, momentos de encontro e convívio musicais onde todos ou a maior parte dos presentes tomam parte activa. Na música tradicional e nas músicas populares o seu carácter coloquial perde-se com a assimilação e difusão pelas indústrias culturais. Inversamente, há situações em que a música apresentacional se transforma em coloquial — caso, por exemplo, da ópera italiana nos séculos XVIII e mesmo XIX (em teatros públicos, sobretudo na ausência do cerimonial representativo determinado pela presença do soberano) e tal é o modelo de comunicação que persiste no Teatro de S. Carlos praticamente até finais do século XIX (cf. Vieira de Carvalho 1984; 1999c). Importa atender a estas transformações sociocomunicativas nos processos musicais.

c) Música como sistema de comunicação autónomo e música como mundo vivido

Na tradição europeia, a música como arte tende a separar-se da vida. Constitui-se como um dos subsistemas de comunicação em que se manifesta a diferenciação funcional das sociedades mais complexas, baseadas numa crescente divisão do trabalho. Pelo contrário, nas comunidades tradicionais, mais ligadas à natureza, ela tende a fundir-se com funções vitais, muitas vezes rituais, do quotidiano.

Está profundamente radicada no mundo vivido. Trata-se de situações em que, nas palavras de Kaden, a música não é mera aparência, mas sim o real, não é o «como se» do signo, que remete para a situação, mas sim a própria situação. Kaden refere como exemplos a função da música na comunidade dos Kaluli na Nova Guiné (pesquisa de Steven Feld) e do candomblé na Baía (pesquisa de Tiago Oliveira Pinto). Em ambos os casos, corpo e espírito entregam-se à música, vibram com ela, passam por uma experiência de transformação do ser, de desdobramento da personalidade em diferentes níveis. Algo de paralelo ocorre com os xavantes, uma tribo da Amazônia, onde cada um sonha com a sua música e a transmite aos outros como algo de exclusivamente seu. A música surge aqui como mediação que permite as transições, as passagens de um estado a outro — ao contrário da tradição europeia em que a música tende a constituir-se, enquanto arte, como alteridade, fechada sobre si própria como artefacto, como *símbolo* — e não como *ser* —, por contraposição à vida. Algo se perdeu e é essa perda que Kaden propõe como objecto de uma reflexão crítica (cf. Kaden, 2004; 2006).

d) Música, mercado e crítica da cultura

Tomemos como exemplo Beethoven. A música que compunha não tinha procura no mercado. Sobrevivia como artista através das encomendas, dedicatórias e subscrições centradas numa elite aristocrática iluminada ou esclarecida, e não através do êxito editorial no âmbito do circuito comercial burguês. Era através da manutenção ou reconstituição do *vínculo de serviço pessoal* para com o antigo empregador feudal que o artista tentava uma saída para a *reificação* operada pelas leis da oferta e da procura. A segurança de outrora limitava a liberdade dos artistas, mas o ganho em liberdade equivalia a uma perda em segurança. O mercado começava assim a entrar o que tornara possível com a sua própria emergência: a *autonomia* da arte (autonomia relativamente aos contextos funcionais, recreativos ou representativos da sociedade da corte).

Tia DeNora (1995), socióloga da música (Universidade de Exeter, Reino Unido) fala a este respeito de uma estratégia, não só financeira, mas também estética de exclusão social, através da qual a música de Beethoven e os seus patronos eram associados ao «bom gosto», à ideia de grandeza da música e do génio que a

compunha. Podíamos comparar a situação à da chamada Nova Música europeia desde a década de 50 do século xx, que deve a sua sobrevivência às Fundações e aos Festivais (para uma discussão mais alargada, cf. Vieira de Carvalho, 2007).

A questão que se coloca é a de saber se o mercado deve ser a medida de todas as coisas — e se também a arte se deve submeter às suas leis. E quem diz a arte, diz a pesquisa musicológica, a ciência, a educação, o património, a herança cultural em geral, já para não falar de outros sectores da vida social, como a saúde ou a segurança social. A Convenção da UNESCO sobre a Protecção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e a Carta Cultural Ibero-Americana (2006), documentos em cuja elaboração e aprovação tive a honra de participar em representação do Governo português, estabelecem expressamente a necessidade de proteger a herança e a criação culturais em toda a sua diversidade, incluindo a possibilidade de os artistas exercerem a sua actividade sem os constrangimentos do mercado. Consagram ainda, solenemente, a legitimidade dos Estados de desenvolverem políticas públicas adequadas a essas finalidades. Um largo consenso internacional impôs-se deste modo na UNESCO para contrariar a Organização Mundial do Comércio, que reivindicava a aplicação das leis do mercado e da livre concorrência aos bens e serviços culturais.

Cabe perguntar: Seria porventura indiferente para humanidade se Beethoven tivesse desistido de compor a música que compôs, para compor apenas aquela que o mercado editorial do seu tempo absorvia?

Se queremos um pensamento crítico na musicologia, não podemos praticar uma musicologia que suprima do seu objecto a tentativa de captar também um pensamento crítico na música analisada. A intelectualização da música europeia — ao ponto de, desde a época de Hegel e Beethoven, ser comparada à filosofia — é um fenómeno histórico-antropológico que faz parte do património da humanidade, da sua diversidade cultural, e que importa preservar. Não será, certamente, indiferente para nós a questão de saber se essa herança se renova, ou se o mercado a suprime.

Tais são, concluindo, alguns dos aspectos que me parecem mais relevantes na construção do objecto da sociologia da música.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV (2000), «Sociology» (intervenções de Christian Kaden, Peter J. Martin, Ruth Finnegan, Tullia Magrini, Philip V. Bohlman, Völker Kalisch, Mário Vieira de Carvalho), in: *Musicology and Sister Disciplines: Past, Present, Future*, ed. David Greer, Oxford, Oxford University Press, pp. 273-366.
- Adler, Guido (1885), «Umfang, Methode und Ziel der Musikwissenschaft», *Vierteljahrsschrift für Musikwissenschaft*, I, 1 (1885): 5-20.
- Adorno, Theodor W. (1932), «Zur gesellschaftlichen Lage der Musik», *Zeitschrift für Sozialforschung*, I (1932): 103-124; 356-378.
- Adorno, Theodor W. (1938), «Über den Fetischcharakter in der Musik und die Regression des Hörens», in: Adorno (1970ss): XIV, 14-50.
- Adorno, Theodor W. (1939), «Versuch über Wagner», in: Adorno (1970ss): XIII, 7-148.
- Adorno, Theodor W. (1945), *Minima Moralia. Reflexionen aus dem beschädigten Leben*, Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1991.
- Adorno, Theodor W. (1948), «Philosophie der Neuen Musik», in: Adorno (1970ss): XII.
- Adorno, Theodor W. (1951), «Bach gegen seine Liebhaber verteidigt», in: Adorno (1970ss): X/1, 138-151.
- Adorno, Theodor W. (1953), «Die gegängelte Musik», in: Adorno (1970ss): XIV, 51-66.
- Adorno, Theodor W. (1956), «Das Altern der Neuen Musik», in: Adorno, 1970ss: IV, 143-167.
- Adorno, Theodor W. (1958a), «Ideen zur Musiksoziologie», in: Adorno, 1970ss: XVI, 9-23.
- Adorno, Theodor W. (1958b), «Zur Vorgeschichte der Reihenkomposition», in: Adorno, 1970ss: XVI, 68-84.
- Adorno, Theodor W. (1960a), «Gustav Mahler. Eine Physiognomie», in: Adorno (1970ss): XIII, 149-319.
- Adorno, Theodor W. (1961), «Vers une musique informelle», in: Adorno (1970ss): XVI, 493-540.
- Adorno, Theodor W. (1962a), «Einleitung in die Musiksoziologie», in: Adorno, 1970ss: XIV.
- Adorno, Theodor W. (1962b), «Stravinsky: A Dialectical Portrait», in: Adorno (1994b): 145-175.
- Adorno, Theodor W. (1963), «Über das gegenwärtige Verhältnis von Philosophie und Musik», in: Adorno (1970ss): XVIII.
- Adorno, Theodor W. (1967), «Thesen zur Kunstsoziologie», in: Adorno (1970ss): X. 1, 367-374.
- Adorno, Theodor W. (1968), «Berg, der Meister des kleinsten Übergangs», in: Adorno (1970ss): XIII, 321-514.
- Adorno, Theodor W. (1970), «Ästhetische Theorie», in: Adorno 1970ss: I.
- Adorno, Theodor W. (1970ss), *Gesammelte Schriften*, 20 vols., Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. (1989), *Metaphysik. Begriff und Problem* (ed. Rolf Tiedemann). Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. (1993), *Beethoven. Philosophie der Musik* (ed. Rolf Tiedemann), Frankfurt a.M., Suhrkamp.

- Adorno, Theodor W. (2001), *Zu einer Theorie der musikalischen Reproduktion*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W. (2008), *Philosophische Elemente einer Theorie der Gesellschaft* (eds. Tobias ten Brink and Marc Phillip Nogueira), Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Adorno, Theodor W., e Max Horkheimer (1944), *Dialektik der Aufklärung*, in: Adorno, 1970ss: III (trad. ingl.: *Dialectic of Enlightenment*, Stanford, Stanford University Press, 2002).
- Attali, Jacques (1977), *Bruits. Essai sur l'économie politique de la musique*, Paris, PUF, 1977.
- Bekker, Paul (1916), *Das deutsche Musikleben*, Berlim, Schuster/Löffler.
- Benjamin, Walter (1931), «Was ist das epische Theater? (I)», *Gesammelte Schriften*, 6 vols., Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1991: II/2, 519-531.
- Benjamin, Walter (1936), «Das Kunstwerk im Zeitalter seiner technischen Reproduzierbarkeit», in: Benjamin (1991): I.2: 431-508. (Trad. francesa in: *L'homme, le langage et la culture* [do mesmo], Paris, Denoël/Gonthier, 1971.)
- Benjamin, Walter (1939), «Was ist das epische Theater? (II)», *Gesammelte Schriften*, 6 vols., Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1991: II/2, 532-539.
- Benjamin, Walter (1940), «Über den Begriff der Geschichte», in: Benjamin (1991): I.2: 691-704.
- Benjamin, Walter (1991), *Gesammelte Schriften*, 6 vols., Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Bessler, Heinrich (1959), «Umgangsmusik und Darbietungsmusik im 16. Jahrhundert», *Aufsätze zur Musikästhetik und Musikgeschichte* (do mesmo), Leipzig, Reclam, 1978: 301-331.
- Blaukopf, Kurt (1982), *Musik im Wandel der Gesellschaft*, Munique, DTV, 1984.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1987), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.
- Bull, Michael (2007), *Sound Moves: iPod Culture and Urban Experience*, London, Routledge.
- Burney, Charles (1772), *Dr. Burney's Musical Tours in Europa* (ed. P.A. Scholes) 2 vols., Londres, Oxford University Press, 1959.
- Capra, Fritjof (1996), *The Web of Life. A New Scientific Understanding of Living Systems*, New York, Anchor Books.
- Dahlhaus, Carl (1971), «Musiktheorie», in: *Einführung in die Musikwissenschaft* (coord. do mesmo), Colônia, Gerig, 1975: 93-132.
- Dahlhaus, Carl (1974), «Das musikalische Kunstwerk als Gegenstand der Soziologie», *International Review of the Aesthetics and Sociology of Music*, V (1974): 11-24.
- De la Motte-Haber, Helga / Dahlhaus, Carl (1982) (eds.), *Systematische Musikwissenschaft (Neues Handbuch der Musikwissenschaft*, ed. C. Dahlhaus, vol. X) Wiesbaden, Akademische Verlagsgesellschaft Athenaion.
- DeNora, Tia (1995), *Beethoven and the Construction of Genius*, Berkeley, University of California.
- DeNora, Tia (2000), *Music in everyday life*, Cambridge, Cambridge University Press.
- DeNora, Tia (2003), *After Adorno: Rethinking Music Sociology*, Cambridge, Cambridge University Press.

- Edwards, Lynn B. / Jaros, Gyorgy G. (1994), «Process-Based Systems Thinking — Challenging the Boundaries of Structure», in: *Journal of Social and Evolutionary Systems*, 17/3 (1994): 339-353.
- Elias, Norbert (1939), *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*, 2 vols., Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1989. (Trad. port: *O processo da civilização*, 2 vols., Lisboa, Dom Quixote, 1990/91.)
- Elias, Norbert (1968), «Einleitung», *Über den Prozeß der Zivilisation. Soziogenetische und psychogenetische Untersuchungen*, 2 vols., Frankfurt a. M., Suhrkamp, 1989: I, pp. VII-LXX. (Trad. port.: *ibidem.*)
- Elias, Norbert (1969), *Die höfische Gesellschaft. Untersuchungen zur Soziologie des Königtums und der höfischen Aristokratie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1983. (Trad. port: *A sociedade da corte*, Lisboa, Estampa.)
- Elias, Norbert (1991), *Mozart. Zur Soziologie eines Genies* (ed. Michael Schröter), Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1991 (trad. port: *Mozart, Sociologia de um génio*, Lisboa, Edições Asa, 1993).
- Engel, Gerhard (1990), *Zur Logik der Musiksoziologie. Ein Beitrag zur Philosophie der Musikwissenschaft*, Tübingen, J.C.B. Mohr.
- Fischlin, Daniel / Heble, Ajay (2003) *Rebel Musics: Human Rights, Resistant Sounds, and the Politics of Music Making*, Montreal, Black Rose Books.
- Gebesmair, Andreas (2008), *Die Fabrikation globaler Vielfalt. Struktur und Logik der transnationalen Popmusikindustrie*, Bielefeld, Transcript.
- Giddens, Anthony (1987), «Structuralism, post-structuralism and the production of culture», *Social Theory and Modern Sociology* (do mesmo), Londres, Blackwell, 1993: 73-108.
- Habermas, Jürgen (1962), *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1990.
- Habermas, Jürgen (1970a), *Zur Logik der Sozialwissenschaften*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1985.
- Habermas, Jürgen (1970b), «A Review of Gadamer's Truth and Method», *Understanding and Social Inquiry* (eds. Fred R. Dallmayr e Thomas A. McCarthy), Londres/Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1977: 335-363.
- Habermas, Jürgen (1971), «Eine Auseinandersetzung mit Niklas Luhmann (1971): Systemtheorie der Gesellschaft oder Kritische Gesellschaftstheorie?», in: Habermas (1970a): 369-502.
- Habermas, Jürgen (1972), «Bewußtmachende oder rettende Kritik — die Aktualität Walter Benjamins», *Zur Aktualität Walter Benjamins* (ed. S. Unseld), Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1972: 173-223.
- Habermas, Jürgen (1980), «A modernidade: um projecto inacabado», *Crítica*, 2 (1987): 5-23.
- Habermas, Jürgen (1981), *Theorie des kommunikativen Handelns*, 2 vols., Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1985.
- Habermas, Jürgen (1984), *Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des kommunikativen Handelns*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Habermas, Jürgen (1985), *O discurso filosófico dos modernos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1990.

- Hanslick, Eduard (1854), «Vom Musikalisch-Schönen», *Vom Musikalisch-Schönen. Aufsätze. Musikkritiken* (ed. Klaus Mehner), Leipzig, Reclam, 1982: 33-145 (trad. port., Lisboa, Edições 70, 1994).
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich (1842), *Ästhetik* (ed. Friedrich Bassenge), 2 vols., Berlin / Weimar, Aufbau-Verlag, 1984.
- Hennion, Antoine (1993), *La Passion musicale. Une sociologie de la médiation*, Paris, Métailié.
- Hennion, Antoine (2009), *Attachements. Une sociologie de l'amateur*, Paris, Métailié.
- Hornbostel, E.M. (1929), «Tonart und Ethos», in: *Tonart und Ethos. Aufsätze* (do mesmo, eds. Christian Kaden e Erich Stockmann), Leipzig, Reclam, 1986: 104-111.
- Jauß, Hans Robert (1977), *Ästhetische Erfahrung und literarische Hermeneutik*, vol. I: *Versuch im Feld der ästhetischen Erfahrung*, Munique, Wilhelm Fink.
- Kaden, Christian (1984), *Musiksoziologie*, Berlin, Verlag Neue Musik.
- Kaden, Christian (1990), «“Was hat Musik mit Klang zu tun?” Ideen zu einer Geschichte des Begriffs “Musik” und zu einer musikalischen Begriffsgeschichte», in: *Ästhetische Grundbegriffe*, Berlin, Akademie Verlag, 1990: 134-180.
- Kaden, Christian (1993), *Des Lebens wilder Kreis. Musik im Zivilisationsprozeß*, Kassel etc., Bärenreiter.
- Kaden, Christian (1995), «Musiksoziologie», *Musik in Geschichte und Gegenwart* (ed. L. Finscher), Kassel, Bärenreiter (1993ss).
- Kaden, Christian (2004), *Das Unerhörte Und Das Unhörbare: Was Musik Ist, Was Musik Sein Kann*, Kassel, Bärenreiter.
- Kaden, Christian (2006), «Das ANDERE als kosmologische Regulationsinstanz in der Musik», in: Kaden / Mackensen (2006): 120-136.
- Kaden, Christian / Mackensen, Karsten (2006), *Soziale Horizonte von Musik: Ein Kommentiertes Lesebuch zur Musiksoziologie*, Kassel, Bärenreiter.
- Karbusicky, Vladimir (1979), *Systematische Musikwissenschaft. Eine Einführung in Grundbegriffe, Methoden und Arbeitstechniken*, Munique, Wilhelm Fink.
- Kneif, Tibor (1971), *Musiksoziologie*, Colónia, Hans Gerig.
- Luhmann, Niklas (1980), «Interaktion in Oberschichten: Zur Transformation ihrer Semantik im 17. und 18. Jahrhundert», *Gesellschaftsstruktur und Semantik. Studien zur Wissenssoziologie der modernen Gesellschaft* (do mesmo), Frankfurt a.M., 1993: I, 72-161.
- Luhmann, Niklas (1984), *Soziale Systeme. Grundriß einer allgemeinen Theorie*, Frankfurt a.M., Suhrkamp, 1988.
- Luhmann, Niklas (1996), *Die Kunst der Gesellschaft*, Frankfurt a.M., Suhrkamp.
- Martin, Peter J. (1995), *Sounds and Society: Themes in the Sociology of Music*, Manchester and New York, Manchester University Press.
- Martin, Peter J. (2007), *Music and the Sociological Gaze: Art Worlds and Cultural Production*, Manchester, Manchester University Press.

- Marx, Karl (1844), *Ökonomisch-Philosophische Manuskripte vom Jahre 1844* (ed. Joachim Höppner), Leipzig, Reclam, 1988.
- Marx, Karl (1939/40), «Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie», *Ökonomische Manuskripte 1857/1858 (Marx-Engels-Werke)*, Berlim, Dietz Verlag, 1983: XLII, 15-768.
- McClary, Susan (1991), *Feminine Endings. Music, Gender and Sexuality*, Minnesota/Londres, The University of Minnesota Press.
- Merriam, Alan P. (1964), *The Anthropology of Music*, Evanston, Northwestern University Press.
- Nattiez, Jean-Jacques (1987), *Musicologie générale et sémiologie*, Paris, Christian Bourgois.
- Nettl, Bruno (1983), *The Study of Ethnomusicology. Twenty-nine Issues and Concepts*, Urbana e Chicago, University of Illinois Press.
- Osório, D. Jerónimo (1571), *Da Enseñança e Educação do Rei* (tradução, introdução e anotações de A. Guimarães Pinto), Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2005.
- Ribeiro, Paula (2002), *Hystérie et Mise en Abîme: le drame lyrique au début du XXème siècle*, Paris: L'Harmattan.
- Riethmüller, Albrecht (1985), «Stationen des Begriffs Musik», in: *Geschichte der Musiktheorie*, I (ed. Frieder Zaminer), Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft.
- Riethmüller, Albrecht (1989), «Musik zwischen Hellenismus und Spätantike», in: *Die Musik des Altertums* (Neues Handbuch der Musikwissenschaft, I), Laaber, Laaber Verlag, 1989: 207-325.
- Sachs, Curt (1943), *The Rise of Music in the Ancient World — East and West*, New York, Norton.
- Saussure, Ferdinand de (1916), *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1976.
- Seeger, Charles (1977), *Studies in Musicology (1935-1975)*, Berkeley, etc., University of California Press.
- Silbermann, Alphons (1954), *La musique, la radio et l'auditeur. Étude sociologique*, Paris, PUF.
- Silbermann, Alphons (1955), *Introduction à une Sociologie de la musique*, Paris, PUF.
- Silbermann, Alphons (1957), *Estructura Social de la música*, Madrid, Taurus, 1961.
- Small, Christopher (1998), *Musicking: The Meanings of Performing and Listening*, Middletown, Wesleyan University Press.
- Sochor, Arnold (1980), *Soziologie und Musikkultur*, Berlim, Verlag Neue Musik, 1985.
- Supicic, Ivo (1987), *Music in Society — A guide to the Sociology of Music*, 2.ª ed. remodelada, Stuyvesant, NY, Pendragon Press, 1987.
- Vasconcellos, Joaquim (1873), *Luísa Todi — Estudo Crítico*, 2.ª ed., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.
- Vieira de Carvalho, Mário (1984), «Pensar é morrer» ou o Teatro de São Carlos na mudança de sistemas sociocomunicativos desde fins do século XVIII aos nossos dias, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 1993.
- Vieira de Carvalho, Mário (1991a): «Sociologia da Música — Elementos para uma retrospectiva e para uma definição das suas tarefas actuais», *Penélope*, 6 (1991): 11-19; *Revista Portuguesa de Musicologia*, I (1991): 37-44.

- Vieira de Carvalho, Mário (1991b), «A música na Universidade: do *numerus* à ciência social», *Universidade(s): História, Memória, Perspectivas — Congresso História da Universidade, 7.º Centenário (Actas)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1991: IV, 157-174.
- Vieira de Carvalho, Mário (1995a) «From Opera to Soap Opera: On Civilizing Processes, the Dialectic of Enlightenment and Postmodernity», *Theory, Culture & Society*, XII/2 (1995): 41-61.
- Vieira de Carvalho, Mário (1995b), «Illusion und Selbstdarstellung — Zur Entwicklung der Kommunikationssysteme im Musiktheater», *Vom Neuwerden des Alten — Über den Botschaftscharakter des musikalischen Theaters* (ed. Otto Kolleritsch), *Studien zur Wertungsforschung*, vol. 29, Graz-Vienna, Universal Edition, 1995: 141-149.
- Vieira de Carvalho, Mário (1995c), «Nature et naturel dans la polémique sur l'opéra au XVIIIème siècle», *Le Parole della Musica*, vol: II: *Studi sulla Lingua della Critica del Teatro per Musica in onore di Gianfranco Folena* (ed. Maria Teresa Muraro), Florence, Leo S. Olschki, 1995: 95-146.
- Vieira de Carvalho, Mário (1999a) *Razão e sentimento na comunicação musical. Estudos sobre a Dialética do Iluminismo*, Lisboa: Relógio d'Água.
- Vieira de Carvalho, Mário (1999b), *Eça de Queirós e Offenbach — A ácida gargalhada de Mefistófeles*, Lisboa: Colibri.
- Vieira de Carvalho, Mário (1999c), *Denken ist Sterben. Sozialgeschichte des Opernhauses Lissabon*, Kassel, etc., Bärenreiter.
- Vieira de Carvalho, Mário (2000a) «La sociologie de la musique en quête de son objet», in: *Critique*, 639-640, Agosto/Setembro, 2000: 790-803.
- Vieira de Carvalho, Mário (2000b) «Sociology of Music as Self-Critical Musicology», in: *Musicology and Sister Disciplines — Past, Present, Future* (ed. David Greer), Oxford, Oxford University Press, 2000: 342-366.
- Vieira de Carvalho, Mário (2005a), «A ópera, a esfera pública e a mudança de sistemas sociocomunicativos», in: *Por lo imposible andamos — A ópera como teatro de Gil Vicente a Stockhausen* (do mesmo), Porto: Âmbar, 2005: 37-60.
- Vieira de Carvalho, Mário (2005b), «Série, alea e autopoiesis», in: *O Pensamento de Niklas Luhmann* (ed. José Manuel Santos), Covilhã: Universidade da Beira Interior / TA Pragmata, 2005: 165-184.
- Vieira de Carvalho, Mário (2006a), *Pensar a música, mudar o mundo: Fernando Lopes-Graça*, Porto, Campo das Letras.
- Vieira de Carvalho, Mário (2006b), «Belcanto-Kultur und Aufklärung: Blick auf eine widersprüchliche Beziehung im Lichte der Opernrezeption», in: *Soziale Horizonte von Musik — Ein kommentiertes Lesebuch zur Musiksoziologie* (eds. Christian Kaden / Karsten Mackensen), Kassel / Basileia / Londres, etc., Bärenreiter, 2006: 35-55.
- Vieira de Carvalho, Mário (2007), *A Tragédia da Escuta: Luigi Nono e a Música do Século XX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Vieira de Carvalho, Mário (2009) (ed.), *Expression, Truth, Authenticity: On Adorno's Theory of Music and Musical Performance*, Lisboa, Colibri.

Wallerstein et al., Immanuel (1996), *Para abrir as ciências sociais. Relatório da Comissão Gulbenkain sobre a reestruturação das Ciências Sociais*, Lisboa, Europa-América.

Weber, Max (1921), *Die rationalen und soziologischen Grundlagen der Musik*, in: *Gesammelte Werke* (do mesmo), CD-ROM Digitale Bibliothek, Darmstadt, WBG, pp. 7997-8154.

Windelband, Wilhelm (1894), *Geschichte und Naturwissenschaft*, Estrasburgo.

Os conceitos de determinação, de determinismo e da finalidade na teoria da evolução das espécies. Do bom uso do conceito de finalidade na ciência

MICHEL RENAUD

No século 19 o binómio finalismo-determinismo deu origem a disputas intelectuais violentas entre cientistas, assim como entre filósofos, para não falarmos da teologia. Darwin cristalizou o foco do debate. Ainda hoje, o debate continua, embora com outras armas e muitas vezes em terrenos armadilhados por conceitos e pressupostos insuficientemente criticados. O objectivo desta breve Comunicação consiste em circunscrever o campo do uso legítimo ou racionalmente correcto do conceito de finalidade. Nos termos de Kant, esta tarefa caracterizar-se-ia como *dedução transcendental* do conceito de finalidade, isto é, como a tarefa de delimitar *a priori* os limites que marcam o domínio no qual se pode correctamente falar de finalidade. Será que existe uma certa finalidade nas ciências lógico-empíricas? Tal como já foi afirmado pelo Prof. Torres Pereira, na última sessão sobre Darwin desta Academia, é preciso afastar toda a ideia de um desígnio superior que seria cientificamente detectável no jogo das leis da natureza. O próprio conceito de «lei da natureza», a «legalidade» da natureza, como dizia Kant, implica o recurso a uma determinada metodologia que repousa na busca das causas, sendo tais causas analisáveis somente no termos da causalidade eficiente. Na verdade, para as ciências propriamente físicas esta afirmação é mais facilmente aceite que nas ciências dos seres vivos ou no mundo da biologia em geral.

O que é a finalidade? Nesta palavra discernimos o termo de *fim*; ora, não é fácil pensar o fim, uma vez que este conceito conota, tal como o de *princípio*, uma determinação primordialmente cronológica (o fim do recreio escolar, ou o princípio das férias, o seu começo). Reconhece-se precisamente a eclosão do pensamento filosófico quando os termos quer de princípio quer de fim deixaram de lado a sua conotação cronológica para se tornarem termos lógico-metafísicos: o princípio-começo (inerente à explicação mítica) cede o passo ao princípio

explicativo, aos princípios da metafísica, da matemática, da física, da gramática, etc. De modo semelhante o conceito de fim, inerente a todas as explicações de tipo escatológico — o fim dos tempos —, torna-se finalidade quando o discurso mítico ou simbólico assume um estilo racional. Em vez de ser o termo, a finalidade implica então uma orientação, um sentido que se imprime ou cuja presença é reconhecida num determinado processo. Mas onde está este sentido, esta orientação, de que espécie de presença se trata quando se fala de finalidade? Estará ela na realidade da natureza, na realidade dos seres vivos observados e analisados? Neste questionamento está em causa o estatuto da finalidade enquanto relação entre uma ideia e a sua realização. Para este efeito procederemos por etapas, como se cada uma delas constituísse uma tese.

1. O conceito de finalidade. Em primeiro lugar, a finalidade consiste na antecipação mental do termo da acção. Esta expressão simples não deixa de ser estranha: para determinar a finalidade como conceito não cronológico recorre-se a noções ainda ligadas a aspectos cronológicos: antecipação e termo. Mas mais importante é o reconhecimento do terreno no qual a finalidade tem a sua actualização privilegiada, o da acção. É com efeito no agir humano que, em primeiro lugar, se pode notar a presença da finalidade. O agir — e rigorosamente falando, apenas os seres humanos agem, por oposição aos animais, os quais apenas têm comportamentos — implica a presença do termo da acção antes da sua execução, o que só é possível mediante a intervenção de uma consciência de tipo racional e temporal. A consciência implicada na acção humana torna possível a previsão, a qual, não só não é visão clara, não possuindo a garantia da realização do seu efeito, mas é uma forma de presença da ausência, isto é, a presença de uma realização ainda só mental que se constitui sob forma de projecto. Neste sentido, o projecto é auto-determinação em vista à realização de uma ou várias acções futuras. Mas esta antecipação da realização pressupõe uma consciência que, tal como dizia Sartre, opera como que um vazio na existência; quer-se dizer deste modo que a consciência humana (*Bewusstsein*) manifesta uma não-coincidência entre a presença fáctica, isto é, a presença da realidade material ou mundana, e a presença do ser consciente a si próprio. A consciência de si supõe uma desrealização relativamente à presença da realidade envolvente, ou, para o exprimir de outro modo, uma deiscência, o que chamamos não-coincidência consigo própria. É por

isso que a consciência humana tem o privilégio e a capacidade de se projectar no futuro e de ter um passado ainda presente nela. Sabe-se que os estudos fenomenológicos de Husserl e de Heidegger desenvolveram esta tese com uma precisão e um rigor insuperáveis; por isso, basta-nos evocar este aspecto da consciência humana, capaz de tornar presente a finalidade do agir antes da sua realização.

2. O ser humano, fim-em-si. O conceito especulativo de finalidade não tem apenas o seu campo de aplicação no agir humano. É também na própria realidade humana que a finalidade se descobre. Entendemos com efeito que a compreensão da pessoa, no sentido mais largo do termo, implica uma auto-finalização. Que o ser humano seja um fim-em-si, expressão cuja paternidade é em geral atribuída à moral de Kant, constitui a fundamentação actualmente mais comum dos Pareceres das Comissões ou Conselhos de Bioética. O que é fim-em-si não pode ser instrumentalizado, dir-se-á; contrariamente ao instrumento que é substituível, aquilo que se apresenta como fim-em-si é insubstituível no seu ser, na sua função e na sua dignidade. Esta tese clássica é muito útil para elaborar um critério permitindo formar um consenso quanto à qualificação ética de determinados actos que dizem respeito de perto ou de longe às manipulações incidindo na vida humana. Será também o critério em função do qual se repudia, entre outros casos, a escravatura e a pena de morte. Mas verifica-se que não é tão fácil como se poderia pensar à primeira vista indicar com toda a precisão o que é a finalidade-em-si do ser humano, assim como a razão pela qual determinados comportamentos instrumentalizam a pessoa contrariamente a outros¹. Mas de todo o modo

¹ Existe portanto uma forma de instrumentalização legítima: um contrato de trabalho passado com uma entidade patronal não lesa a finalidade-em-si do ser humano porque incide numa prestação de serviços, isto é, num conjunto de actos realizados com uma determinada finalidade estipulada nas cláusulas do contrato e livremente aceite pelas duas partes, entidade empregadora e empregado. Esta finalidade é inerente aos serviços prestados enquanto actos e não se identifica com a finalidade-em-si que diz respeito ao ser da pessoa. Um caso especial de aplicação desta tese encontra-se num problema com o qual as nossas sociedades estão confrontadas, o da prostituição. Existem alguns sectores da população que consideram esta última como a mera prestação de um serviço profissional, com a consequência da alteração necessária da sua designação semântica: prostitutas e prostitutos deveriam chamar-se «trabalhadores do sexo», e o seu trabalho não feriria a sua finalidade-em-si ontológica, não os transformando numa espécie de «escravos». A questão ética subjacente implica uma determinada compreensão da sexualidade, ligada à possibilidade de se tornar escravo de si próprio, no sentido de aceitar livremente aquilo que fere a dignidade do ser humano. No caso presente, só uma compreensão mais apurada das relações entre a vivência da sexualidade e o ser-em-si da pessoa pode resolver esta

o respeito devido à pessoa humana provém da característica ontológica que faz dela um fim-em-si. Eis que a finalidade já não incide exclusivamente num acto consciente, mas na especificação ontológica de um determinado ser, o ser pessoal. Tentemos contudo progredir na compreensão desta finalidade-em-si.

A afirmação que reconhece a pessoa como fim-em-si significa que o ser pessoal não pode ser objecto de um agir alheio que não respeite a sua autonomia; mas além da necessária análise do sentido da autonomia, poder-se-ia perguntar quais são os fins intrínsecos à finalidade-em-si. Cada ser humano tem uma hierarquia de finalidades no seu agir, sendo talvez a busca da felicidade a finalidade mais envolvente da sua realização de si. Está certo que existem muitas compreensões da felicidade, como por exemplo, a vida com sentido, a vida segundo a razão, a vida vivida em comunhão com Deus, para os crentes, a prática da compaixão como no budismo, etc. Mas se todas as nossas acções se deixam estruturar em função de uma multiplicidade de finalidades, a caracterização ontológica da pessoa como fim-em-si implica fundamentalmente que não se pode legitimamente fazer obstáculo à sua auto-realização ética. Tudo se passa como se o beneficiário primeiro e último do agir, do agir próprio tal como do agir dos outros sobre cada um, fosse a própria pessoa. Mas ao falar-se deste modo, a auto-realização pessoal que subjaz à finalidade-em-si mostra que esta ainda reenvia para o campo dos actos e do agir em geral; tal é aliás o contexto da segunda formulação do imperativo categórico kantiano que diz: «age de tal modo que trates a humanidade tanto na tua pessoa como na pessoa do todo o outro sempre ao mesmo tempo como um fim, e nunca como um meio» (Ak. IV, p. 429).

Assim, dizer que o ser humano é um fim-em-si consiste numa determinação ontológica adquirida na base do agir, o que mostra que esta segunda tese sobre o uso *ontológico* do conceito de finalidade ainda gravita na órbita da primeira, para a qual só há finalidade no contexto *ético* do agir. O que esta segunda tese acrescenta à primeira é o refluxo dos fins do agir em geral sobre a realização

questão. Noutros termos, a resposta implica o desvio por uma teoria antropológica e ética da sexualidade, que mostre a *ligação específica entre a pessoa e o seu corpo sexuado*; em determinados casos, o refluxo do agir sobre a pessoa provoca um curto-circuito entre o agir e o ser, que pode lesar a dignidade pessoal. Diferente será o caso do jogador de futebol, que põe a sua energia física e o seu talento ao serviço de uma prestação de natureza física. No exemplo do futebol verifica-se um longo-circuito entre o serviço do corpo e a finalidade-em-si da pessoa.

global da pessoa. De certo modo, a pessoa é considerada globalmente como sujeito responsável de todas as suas acções aquém de todas as formas da sua incorporação nos actos dos outros. É neste sentido que só a pessoa é fim-em-si, contrariamente ao animal que não pode ser considerado como o *sujeito eticamente responsável* dos seus comportamentos.

3. A finalidade da natureza em Kant. Viremos a nossa atenção para a natureza, para saber se haverá uma extensão possível do conceito de finalidade na evolução das formas naturais. Lembremos que o conceito de natureza é ele próprio sobredeterminado, abrangendo uma multiplicidade de sentidos: a natureza cosmos, a natureza bios, a natureza corpo humano, a natureza enquanto universo material, etc. A questão da extensão da finalidade à natureza costuma contudo aplicar-se à esfera da natureza bios, ao mundo dos seres vivos. Será que se pode distinguir aí a presença de uma certa finalidade? Antes das controvérsias acerca de Darwin, Kant já tinha formulado, no parágrafo 65 da sua *Crítica da Faculdade de Julgar* (*Kritik der Urteilkraft*, de 1790) uma resposta que vale a pena ser lembrada. A tese de Kant gira à volta da expressão «*als ob*», «como se»: tudo se apresenta «como se» houvesse no reino da natureza um princípio de finalidade (por exemplo, a erva existe «para» ser comida pela vaca, o chimpanzé existiu «para» dar origem aos seres antropóides, ao *australopithecus robustus* ou *gracilis*, etc.). Mas, diz Kant, trata-se de uma leitura especificamente humana, de uma interpretação da nossa consciência, que lê os seres e a sua evolução «como se» existisse entre eles uma evolução finalizada, que se exprime pela preposição «para». De facto, na realidade, não existe uma finalidade na natureza, mas nós temos a possibilidade de considerar o universo natural como finalizado, porque somos nós que assim o consideramos. O juízo que deste modo se constitui não pode ser assimilado a um juízo de tipo científico; nos termos de Kant, estamos na presença de um juízo reflexionante (*reflektierend*) e não determinante. Esta tese de Kant compreende-se no pano de fundo da sua teoria das condições de possibilidade da experiência do real. Numa palavra, concluiremos que segundo Kant, toda a leitura da natureza em termos de finalidade, ou mais exactamente de conformidade a um fim (*Zweckmässigkeit*), depende da nossa subjectividade e não pode ser confundida com a realidade empírica dos seres vivos. Mas temos o direito de ler deste modo as relações entre os seres da natureza, com a única condição,

porém, de não assimilar esta leitura a um juízo exprimindo uma lei científica da realidade natural em si mesma. Poderíamos observar que muitas controvérsias do século XIX teriam sido evitadas se se tivesse tido a prudência do Kant de 1790. Em resumo, a teoria do «como se» relativamente à finalidade no mundo natural evita deste modo dar um peso ontológico à finalidade na natureza.

4. A finalidade inerente à releitura narrativa da existência humana. A quarta tese retoma agora o espírito de Kant sobre a «pseudo-finalidade da natureza», exportando-a e dilatando-a para a finalidade da existência humana. O título que podemos reservar a este quarto passo da nossa análise será a finalidade inerente à releitura narrativa da existência humana, o que se pode compreender na base de um exemplo muito fácil. Imaginemos um jovem de vinte anos que redige a sua autobiografia; em seguida, trinta anos depois, com cinquenta anos, é convidado a escrever de novo a sua biografia. Os acontecimentos destes últimos trinta anos vão projectar sobre os primeiros vinte anos uma luz diferente, de tal modo que vistos de modo retrospectivo à luz do passado recente, estes primeiros anos darão origem a uma narrativa diferente. É possível que acontecimentos aparentemente sem relevo tomem então uma importância particular, como se se notasse: tal encontro ou tal acontecimento, à primeira vista sem importância quando teve lugar, verificou-se ulteriormente decisivo para uma determinada orientação da nossa existência. É então que, retrospectivamente e do nosso ponto de vista, esteve presente uma espécie de finalidade; este encontro ou acontecimento foi *necessário* para que eu adquirisse, por exemplo, mais juízo, mais sabedoria, ou mais competência. Esta necessidade é reinterpretada *a posteriori* como tendo tido uma finalidade que não se podia inicialmente prever. Mas é no momento presente que a nossa interpretação retrospectiva inscreve uma finalidade nas vivências do passado. Por exemplo, uma determinada doença que tive e que vivi na própria altura como desprovida de sentido, como puramente negativa, teve a finalidade de me abrir a uma maior compreensão da fragilidade humana. Não será isso, aliás, que acontece quando o historiador faz o seu trabalho? Por exemplo, podemos hoje interpretar os acordos de Munique em 1938 com Chamberlain, acordos que suscitaram as ovações no Reino Unido, como um acontecimento que teve como finalidade uma mais tranquila preparação da guerra do lado nazi. Poder-se-ia dizer que finalidade e efeito se recobrem nesta leitura retrospectiva da

história colectiva ou individual, mas, de todo o modo no caso da interpretação do próprio passado, é possível descobrir a presença de uma finalidade retrospectiva, «como se» o referido encontro ou acontecimento devesse ter surgido para imprimir uma certa orientação à minha existência. Notemos que a finalidade difere do efeito pelo facto de ser ratificada positivamente, como se concordássemos *a posteriori* com o sentido de que o acontecimento chegou a revestir-se.

Neste caso, a finalidade afecta não apenas acções, mas acontecimentos e coincide com a descoberta retrospectiva de um sentido, e mesmo, do ponto de vista da situação que se alcançou, corresponde à necessidade *a posteriori* deste sentido. É, com efeito, porque foi descoberto *a posteriori* que este sentido adquiriu a qualificação de finalidade e não apenas a de um efeito: estive doente «para» adquirir mais sabedoria. Esta descoberta exige contudo a iniciativa da minha reinterpretação actual e activa, interpretação que não é a única possível, mas que se torna para mim um dado de facto: tais e tais acontecimentos ou encontros tiveram para mim uma finalidade precisa, de que tenho hoje plena consciência. O contexto desta reinterpretação exige um método hermenêutico, pondo de pé uma teoria da interpretação; permite reconhecer a presença de uma finalidade discernida de modo retrospectivo. Este caso de uma leitura retrospectiva que descobre a finalidade de determinados episódios da existência passada ilustra a possibilidade de estender a finalidade à dimensão da história.

5. A possibilidade de uma dupla leitura da evolução. A tese precedente culminou na possibilidade de descobrir retrospectivamente uma finalidade em acontecimentos que escaparam ao domínio da vontade livre. Esta problemática relança um novo questionamento: não será possível descobrir também uma certa finalidade não apenas em acontecimentos da história humana, mas nos episódios da história da natureza? Tomemos o exemplo de uma viagem, por exemplo de Lisboa até Paris, e suponhamos que o passageiro não conheça antecipadamente o destino, mas assista a todas as viragens feitas e a todas as direcções tomadas. Não foi ele que tomou a iniciativa da direcção geral tomada; mas para ele, é possível reinterpretar *a posteriori*, isto é, uma vez tendo chegado a Paris, a viagem como se todos os momentos do itinerário tivessem tido como fim a chegada a Paris. Esta possibilidade é, mais uma vez, retrospectiva, quer dizer, apenas válida porque o sujeito já sabe que chegou a Paris e que é de Paris que reinterpreta todas

as orientações tomadas. Tudo se passa como se a viagem tivesse tido a finalidade de o levar de Lisboa a Paris. Noutros termos, durante a viagem não podia de modo nenhum recorrer à finalidade e dizer «a finalidade da viagem é levar-me a Paris», porque em cada cruzamento uma outra direcção podia ter sido tomada. Noutros termos, é *para nós* que aquilo que foi um caminho realizado aparentemente sem finalidade se revela como tendo sido finalizado. Não se trata de pressupor uma consciência anónima, o «desígnio de uma mão invisível» durante a realização da viagem, mas simplesmente a nossa releitura, a qual não é susceptível de prova no sentido habitual nas ciências lógico-empíricas, mas faz sentido do ponto de vista hermenêutico.

Não será então possível interpretar da mesma maneira a longa viagem da evolução da matéria e dos seres vivos? Impõe-se a resposta afirmativa, com a condição de distinguir duas abordagens, uma científica, outra, hermenêutica. A nossa tese consiste em dizer que uma não elimina a possibilidade da outra, na medida em que ambas se situam em níveis de inteligibilidade diferentes. Por um lado, a ciência não conhece nem pode conhecer a problemática da finalidade, mas apenas a da determinação; aliás, tal como Hegel sempre reconheceu, existe a determinação activa, a determinação que determina (*Bestimmung*), e a determinação que resulta desta, isto é, o ser determinado (*Bestimmtheit*). Ora, a análise *científica* das determinações procede, por assim dizer, de baixo para cima, como se não tivéssemos o conhecimento prévio dos momentos terminais da evolução. Noutros termos, sob pena do paralogismo que já foi incansavelmente repetido, não podemos introduzir na descrição científica da evolução categorias outras que não as de causalidade e de efeito, de probabilidade, de limiares e de emergência, quer em função de uma selecção natural, quer, como parece ser, em função do critério de adaptação. Mas é legítimo considerar que existe a possibilidade de uma outra leitura, desta vez feita de cima para baixo, isto é, a partir dos momentos actuais da evolução e interpretando-se «como se» a longa viagem da evolução tivesse tido a finalidade de a orientar para e até ao momento presente. Esta segunda leitura não é científica, mas filosófico-hermenêutica, porque implica a presença da nossa consciência (consciência-*Bewusstsein*) «para a qual» a interpretação do presente se faz «como se» tivesse havido uma orientação, uma finalidade, levando a evolução até nós. Esta leitura tem algo de criativo, de constitutivo, na medida em que constitui *para nós* — e não em si — o *sentido* da

evolução. Mas nunca podemos esquecer que esta leitura opera como uma retoma da leitura científica numa perspectiva que, metodologicamente, a ciência não pode integrar.

Uma analogia longínqua deste raciocínio e encontra-se no famoso enunciado de Merleau-Ponty, segundo o qual os dinossauros fazem parte não do passado arqueológico, mas do nosso futuro cultural. Esta afirmação de tipo fenomenológico não destrói a possibilidade da paleontologia científica, mas nota que é *para a consciência* humana de hoje que os dinossauros se tornam vivos (como se pode ver no caso de crianças de tenra idade que, sem a percepção do tempo cronológico, crescem com o conhecimento dos nomes de tiranossauro rex, de iguano-donte, etc., como se estes fizessem parte do seu universo presente).

6. O discurso de Teilhard de Chardin. Na base destas considerações seria possível compreender, por exemplo, o discurso de Pierre Teilhard de Chardin. Do ponto de vista epistemológico, frequentes foram as críticas que lhe foram dirigidas, como se o seu método não fosse científico, como se introduzisse a ideia de uma mão divina invisível no percurso evolutivo que leva ao fenómeno humano. Mas a especificidade de Teilhard consistiu em cruzar permanentemente aquilo que considerámos acima como duas leituras ou dois métodos, por um lado, a leitura puramente científica, ou leitura progressiva, que opera a partir de elementos comprováveis, e, por outro, a leitura hermenêutica, ou retrospectiva, que descobre um sentido na evolução tal como esta se fez, ou que constitui este sentido ao descobri-lo. Esta segunda leitura não é científica, mas faz sentido, na medida em que reconhece no discurso da ciência a presença de um sentido que vai além da ciência. Tudo se passa como se o sentido da ciência não residisse apenas no próprio discurso científico, mas no modo como o ser humano incorpora este discurso científico na sua tentativa de dar sentido à sua existência humana. O encanto que Teilhard suscita em muitos dos seus leitores provém precisamente da sua tentativa de não isolar o discurso científico do sentido de que este se reveste para ele. Mas ao escrever dessa maneira, é verdade que Teilhard não distingue suficientemente a especificidade das duas leituras que tentámos coordenar; mas de todo o modo, a coordenação dessas leituras não pode pretender obedecer a um critério meramente científico.

7. Conclusões. Sublinhemos apenas algumas consequências das nossas teses a título de conclusão. Em primeiro lugar, a compreensão da evolução devida à selecção natural ou à adaptação das espécies permite integrar a alternativa entre o acaso e a necessidade; no fim de contas, o que se considera como o acaso é uma forma *necessária* de adaptação em vista à ou para a sobrevivência.

Em segundo lugar, a ciência utiliza também a preposição «para» — como acabámos de fazer ao falar da sobrevivência, sem que se trate realmente de uma *finalidade*. Trata-se apenas do aparecimento de uma nova determinação evolutiva sem a qual a vida se teria extinguido. O uso científico da preposição «para» indica as modalidades científicas da auto-regulação, tal como na homeostasia, ou da aquisição das determinações implicadas pela adaptação a novas condições de vida.

Em terceiro lugar, a introdução da finalidade na leitura *retrospectiva* da evolução enxerta-se na descrição científica, mas ao mesmo tempo, pressupõe a relação a uma consciência fenomenológica ou hermenêutica «para a qual» existe o sentido da evolução.

Em quarto lugar, uma vez que se trata de um sentido interpretativo, este poderá sempre ser contestado, sem que a leitura científica seja alterada. A afirmação ou a negação deste sentido da evolução, ou da sua finalidade, será sempre possível, porque nunca existe apenas um único sentido para a consciência hermenêutica. O conflito das interpretações, que Paul Ricoeur pôs no centro da sua hermenêutica, reflecte somente que a leitura retrospectiva depende da consciência que se implica, quase de modo voluntarista, na sua leitura. É por isso que toda a leitura retrospectiva, na qual fizemos intervir o conceito de finalidade, supõe um elemento quase *dóxico* (no sentido da *doxa*), isto é, um compromisso activo da consciência, compromisso que, no fim de contas, deve ser aceite ou recusado, mas nunca poderá ser objecto de «prova», no uso científico do termo.

Em quinto lugar, na esteira destas considerações, é possível conciliar a ciência da evolução — incluindo as determinações de acaso ou de probabilidade, de não necessidade ou de puro determinismo — com uma leitura religiosa que implica a fé, uma vez que esta não é senão uma forma especial e específica daquilo a que chamámos leitura retrospectiva da existência ou da evolução.

Em sexto lugar, o recurso a Kant foi e permanece útil, porque a sua teoria do «*als ob*» — do «como se» (existisse uma finalidade na evolução) — lembra que não há finalidade no curso da natureza, mas somente para o olhar interpretativo

do ser humano, da consciência humana. É por isso que a presença das determinações na evolução, sejam elas deterministas ou aleatórias, nunca poderão nem confirmar nem infirmar a possibilidade da descoberta de um sentido, uma vez que esta depende de uma atitude diferente da do cientista. Nesta perspectiva Darwin tinha razão no seu esforço de rigor científico e todas as objecções que lhe foram feitas de modo não científico caíram em terreno alheio.

Em sétimo lugar, é preciso reconhecer que esta comunicação não tratou do modo de pensar a ontogénese dos seres vivos. Quais são os conceitos científicos e filosóficos necessários para pensar, por exemplo, o devir do ser humano a partir do seu próprio início cronológico? A resposta a esta pergunta levar-nos-ia demasiado longe para poder ser incorporada no presente itinerário. Mas é legítimo pensar que também a ontogénese exige, ela também, não só uma, mas duas leituras diferentes, a da biologia e a da reinterpretação hermenêutica, tendo esta última consequências éticas incontornáveis. Em nosso entender, só a conjunção destas duas leituras é susceptível de fazer progredir o problema tão debatido do estatuto do embrião.

Em último lugar, verificamos que partimos de uma compreensão da finalidade que inseria esta no quadro da acção humana. No fim, consideramos que toda a releitura interpretativa punha na descoberta do *sentido* hermenêutico da evolução uma dimensão de finalidade, mas fazendo acompanhar esta pela expressão kantiana do «como se». Será possível, à maneira de Teilhard de Chardin, transformar o «como se» numa afirmação explícita e de teor ontológico, e dizer que «existe efectivamente» uma finalidade na evolução humana? Em nosso entender, a condição de possibilidade desta transição exige o reconhecimento explícito da intervenção da consciência humana que descobre o sentido; esta descoberta do sentido é então a «acção» humana, o agir por excelência que autoriza o recurso ao conceito de finalidade. No fim de contas, ao descobrir uma finalidade no seu destino e no seu passado natural e histórico, é o próprio ser humano que se «auto-finaliza». Será isso legítimo? Do ponto de vista científico, esta afirmação não tem cabimento; do ponto de vista filosófico, ela é uma condição de possibilidade inultrapassável da nossa «humanidade».

Darwin e o evolucionismo na ciência económica

JOSÉ LUÍS CARDOSO

(INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA)

1. INTRODUÇÃO

A presença impositiva da obra de Charles Darwin na história da ciência, assim como nos desenvolvimentos da ciência contemporânea, recomenda uma passagem pelo domínio das ciências sociais. Trata-se de reconhecer o que inequivocamente constitui uma referência obrigatória no estudo da matriz genética das ciências sociais, tarefa largamente facilitada pela circunstância de, na própria obra de Darwin, a teoria da evolução natural se ter transformado num elemento fulcral inspirador de uma teoria da evolução social.

Na vasta obra de Darwin, o relevo que justamente é dado ao livro cujos 250 anos de publicação agora se celebram — *The Origin of Species* (1859) — no qual o autor nos oferece uma sólida fundamentação teórica da evolução biológica assente no princípio da selecção natural, deve ser complementado por uma especial chamada de atenção para outra das suas obras, publicada 12 anos mais tarde — *The Descent of Man* (1871) — na qual Darwin nos apresenta uma teoria da evolução humana que serve ainda de prolegómeno a uma teoria da evolução social.

Apesar de tratarem matérias distintas, apesar das diferenças de contexto social e político que explicam que o esquecimento do homem na *Origem das Espécies* tenha sido superado na *Ascendência (Origem) do Homem*¹, tudo aconselha a que ambos os livros sejam lidos como partes integrantes de uma teoria geral da evolução, ou seja, como momentos de reflexão, separados mas convergentes, em que o homem/mulher e a sua vida em sociedade são globalmente concebidos enquanto parte do processo evolutivo. Os homens e mulheres não são apenas indivíduos pertencentes a uma espécie especial; são também seres que se

¹ Cf. a este propósito a interessante introdução de Moore e Desmond a Darwin 1871 [2004].

relacionam socialmente e que, desse modo, suscitam o estudo sobre o modo como as sociedades humanas funcionam e evoluem. O facto de ter sido o próprio Darwin a criar as bases desta abordagem integrada da evolução biológica e social constitui razão de sobra que justifica esta incursão pelo território das ciências sociais.

Convém desde já esclarecer que o princípio e o objectivo da selecção nas sociedades humanas é diferente do princípio e objectivo da selecção natural ou biológica. Com efeito, o alvo da evolução social é o grupo, e não o indivíduo, pelo que o princípio da selecção natural, quando aplicado ao estudo das sociedades humanas, tem de ser complementado por outros factores, designadamente os que decorrem da própria definição da natureza humana e seus elementos constituintes de ordem moral.

Estes tópicos são habitualmente ignorados quando se fala do papel de Darwin no desenvolvimento das ciências sociais, pelo que parece indiscutível chamar desde já a atenção para este *processo contínuo*, esta continuidade ontológica que existe numa teoria da evolução que começou por ser natural ou biológica e que, seguidamente, procurou também ser humana e social.

E existe ainda uma circunstância adicional que torna esta abordagem não apenas legítima, mas também indispensável, uma vez que quando se fala da presença de Darwin no universo das ciências sociais, faz-se quase sempre e só referência ao conceito de «darwinismo social» que, supostamente, serve para explicar a evolução social com base na noção de luta pela existência e sobrevivência dos mais fortes ou mais capazes. Como se sabe, esta visão popularizada à custa do nome de Darwin deve-se mais ao seu contemporâneo Herbert Spencer. Mas o mito instalou-se e popularizou-se a partir da década de 1940, pelo que a linguagem vulgar e corrente passou a usar e abusar indevidamente o nome e a obra de Darwin, quer na perspectiva de criação de uma legitimidade textual para programas políticos de eugenismo social (cf. Paul 2009), quer na perspectiva de denúncia de uma suposta fundamentação eugenista e socialmente purificadora nos escritos e linguagem de Darwin.

E assim o mito se transformou num mal-entendido e numa perigosa falsidade que infelizmente domina o discurso vulgar sobre Darwin: o de ele ter sido o criador de uma teoria da selecção natural que, quando aplicada às sociedades humanas, implicaria a defesa e protecção dos mais fortes e serviria para

explicar formas hediondas de racismo, genocídio, eugenismo, imperialismo e dominação exercida por pessoas e povos mais aptos e capazes — implicando ainda a total rejeição de noções altruístas de cooperação, solidariedade, reciprocidade e partilha.

Apesar de abranger o universo amplo das ciências sociais, a teoria da evolução social inspirada nos escritos de Darwin será aqui analisada na perspectiva da ciência económica. Vale a pena fixar as imagens habitualmente construídas sobre a obra de Darwin, quando se discute nos dias de hoje a sua relevância para a ciência económica, em torno de três eixos de análise:

- 1) O papel de alguns economistas de finais do século XVIII (especialmente Smith e Malthus) para a formação da teoria da evolução biológica de Darwin. Trata-se de um filão que visa estabelecer uma ascendência da ciência económica em relação aos méritos adquiridos pela biologia evolucionista. Todavia, independentemente da «querela dos precursores», é uma linha-gem que merece ser reconhecida.
- 2) O efeito de retorno não se fez esperar e muitos economistas (designadamente Marshall, Veblen, Schumpeter e, mais recentemente, Nelson e Winter) incorporaram na ciência económica metáforas, conceitos e métodos sustentados na teoria da evolução biológica de Darwin. Apesar de existir sempre o risco ou o erro de se ignorar a teoria da evolução social de Darwin ou de esta ser confundida com a visão de Spencer e do darwinismo social, não há dúvida que o nome de Darwin está indelevelmente associado a uma teoria da evolução social baseada em conceitos biológicos. (A título de exemplo da relevância deste filão de análise, vale a pena referir a teoria da firma de Alchian baseada no princípio da sobrevivência dos mais fortes).
- 3) A insatisfação perante o quadro habitual de abordagem de Darwin de acordo com as perspectivas de análise anteriormente esboçadas tem suscitado desenvolvimentos de novas correntes de evolucionismo económico, nomeadamente no quadro de análise proporcionado pela bioeconomia e pela sociobiologia contemporâneas. Tais avanços procuram valorizar o regresso e revisitação de Darwin enquanto cientista e biólogo que usou conceitos desenvolvidos pela ciência económica (escassez, concorrência,

maximização) para criar a sua teoria da evolução biológica, ao mesmo tempo que desenvolveu uma teoria da evolução social (selecção natural complementada por sentimentos morais e altruísmo) baseada em conceitos biológicos.

Procurarei nesta apresentação explorar cada um destes temas brevemente enunciados. Antes disso, porém, parece igualmente conveniente chamar a atenção para aspectos centrais na obra de Darwin que as ciências sociais em geral e a ciência económica em particular fazem uso e tornaram seu atributo (cf. Marciano 2007).

2. ASPECTOS DA TEORIA DA EVOLUÇÃO NATURAL DE DARWIN RELEVANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Tendo em vista a apreciação do modo como a obra de Darwin impregna problemas e conceitos relevantes para as ciências sociais, importa à partida considerar um dos significados principais do programa darwiniano: o de alargar o exercício de explicação causal a domínios do conhecimento que ainda estavam vedados por motivos religiosos. Igualmente relevante é a ousadia adicional que consiste em alargar o âmbito da teoria da evolução ao domínio do desenvolvimento humano e social.

Para a concretização de tais propósitos Darwin socorre-se de alguns pressupostos ou princípios elementares que a investigação sobre a sua obra regista de forma consensual: a variação ou variabilidade dos seres vivos como factor explicativo das características de resistência das gerações seguintes; a competição e concorrência que prevalecem dentro de cada espécie; e o relacionamento de todas as espécies por ancestralidade comum. A consideração de tais princípios numa perspectiva de *dinâmica evolutiva* conduz a uma noção da evolução como processo de auto-transformação e adaptação cujos elementos básicos são a geração endógena de novidade, ou de elementos nascidos de novo, e a respectiva disseminação ou reprodução. Assim, os processos de mutação e transformação adquirem o carácter de processos de mudança governados por regularidades.

De igual modo importa ter em atenção alguns princípios filosóficos básicos orientadores do darwinismo, nomeadamente os princípios da determinação (causalidade universal e determinismo metodológico; tudo o que ocorre tem uma causa que explica a ocorrência), da continuidade (resultados complexos são originados por mudanças incrementais acumuladas) e da acumulação (causas próximas e remotas intervêm no processo explicativo que não exclui a multiplicidade de provas).

A tentação de se aplicarem linearmente ao universo das ciências sociais estas noções e princípios, inicialmente concebidos para a compreensão dos fenómenos do mundo natural e biológico, é grande e inevitável. Mas é importante assinalar as diferenças e a oposição entre a evolução biológica (darwiniana) e a evolução económica e social.

Com efeito, a intencionalidade do comportamento e da acção humana torna difícil a sua incorporação por uma teoria genuinamente darwiniana. É indispensável munirmo-nos de uma teoria da motivação humana sem a qual não é possível compreender o funcionamento e evolução das organizações (cf. Simon 2005). A evolução natural explicada pela teoria (biológica) darwiniana é apenas uma das formas em que a evolução acontece na realidade. A evolução natural antecede outras formas de evolução humana e cultural estudadas por outras disciplinas, tais como a linguística e a economia, com recurso a procedimentos hermenêuticos específicos.

Assim, se é verdade que existe uma continuidade histórica e ontológica segundo a qual a evolução na natureza formou as bases e definiu as restrições relativas a outras formas de evolução, é indispensável realçar que os mecanismos e regularidades da evolução social e cultural diferem substancialmente dos que ocorrem na evolução natural, nomeadamente em matérias em que intervêm factores explicativos relacionados com criatividade humana, motivação, visão, aprendizagem social e capacidade de imitação.

3. SMITH, MALTHUS E DARWIN

Julgo dispensável insistir na ideia de que a evolução é bem anterior à apropriação que dela foi feita por Darwin e à divulgação posterior que a sua obra viria a proporcionar (cf. Bowler 2003).

No caso que aqui interessa reter, Smith e Malthus foram autores que, utilizando uma expressão usada por Hayek, podemos classificar como «Darwinistas antes de Darwin», (1978, 9) procurando deste modo chamar a atenção para elementos formadores do pensamento do autor da *Origem das Espécies*.

Smith e o iluminismo escocês foram para Darwin uma fonte de inspiração, proporcionando o desenvolvimento das ideias de ordem natural e de regularidade espontânea, baseada numa multidão caótica de unidades individuais, emergindo sem intenção comum ou desígnio consciente (cf. Marciano e Pelissier 2000).

A força motriz da produção e do crescimento não é apenas o mercado, é também a diversidade humana no próprio local de produção. Esta noção de divisão do trabalho (presente em Smith mas sobretudo em Babbage) transmitiu a Darwin a ideia de variação e diversidade como base preexistente à organização social e ao crescimento económico.

A distinção entre as teorias darwinianas da evolução biológica (*Origem das Espécies*) e da evolução cultural (*A Origem do Homem*) permite compreender que é sobretudo nesta última que a influência da economia política smithiana e clássica é mais significativa e relevante. Neste sentido, cabe aos sentimentos morais um papel crucial na estruturação do conhecimento e da relação entre os homens.

No estudo da evolução cultural através do princípio de selecção natural, as diferenças com o mundo natural reportam-se à unidade de análise que é o grupo, e não o indivíduo. Na análise do grupo prevalece o princípio da empatia e altruísmo como elemento aglutinador e gerador de comportamento cooperativo. Ou seja, a teoria de Darwin sobre a «ordem espontânea» é baseada no conceito de natureza humana e sentimentos morais de Smith, designadamente no que se refere ao uso das noções de empatia e *fellow feeling*. Neste contexto, é especialmente relevante a ideia de coordenação espontânea que prevalece nas sociedades humanas (bem expressa através da instituição da divisão do trabalho), e a presença activa da cooperação nos processos evolutivos, ou seja, a «disponibilidade dos indivíduos para cooperarem com estranhos numa variedade de pequenas mas colectivamente muito significativas maneiras» (Seabright 2004, 4).

Apesar da relevância de Smith, o grande autor inspirador de Darwin foi Malthus, com o conceito de luta pela sobrevivência e com a sua doutrina da população.

Darwin leu Malthus em 1838 (2 anos após a viagem do Beagle), conforme anota nos seus célebres cadernos de notas D referentes ao período de Setembro

de 1838 a Março de 1839, onde regista a ideia de pressão a que as espécies estão sujeitas e do difícil equilíbrio competitivo que conduz a perdas significativas de população (e até à extinção) dentro de cada espécie (cf. Hodge 2009 e Radick 2009). A preocupação de Darwin não é apenas com os que desaparecem, mas sobretudo com os que sobrevivem e se fortalecem.

A inspiração de Malthus é expressamente reclamada no capítulo 3 da *Origem das Espécies*, dizendo que o seu livro consiste na «doutrina de Malthus aplicada de múltiplas maneiras e forças aos reinos animal e vegetal» (Darwin 1859, 63) e no qual Darwin identifica a luta pela existência como o princípio que assegura que a variação hereditária na natureza se processa de forma selectiva e adaptativa. Tal como na teoria da população de Malthus, Darwin considera que existe uma natural tendência de todas as espécies para crescerem em progressão geométrica, sendo esta tendência controlada e contrariada por diversos obstáculos, entre os quais cumpre destacar a escassez de alimentos, predação, mudanças desfavoráveis do clima, doenças e competição com outras espécies. Como resultado, existe uma luta constante pela sobrevivência e reprodução.

A adopção da visão malthusiana, no quadro intelectual e social da Inglaterra vitoriana de meados do século XIX, também pode e deve ser explicada pela construção de uma legitimidade em torno da aceitação das consequências sociais decorrentes da aplicação da doutrina de Malthus. Ou seja, sem o saber e sem intencionalmente o desejar, Darwin criou os elementos necessários à transformação do malthusianismo numa teoria selectiva da evolução social e da legitimação da ordem social vitoriana (Radick 2009, 160).

Os pressupostos malthusianos implicam que, em todas as sociedades, aqueles que dispõem de melhor nível de rendimento terão maior sucesso reprodutivo. Ou seja, as probabilidades de actuação dos mecanismos automáticos de controlo do crescimento demográfico afectam de forma diferenciada grupos sociais que detêm diferentes níveis de acesso aos bens que permitem satisfazer as suas necessidades.

Para além das influências herdadas, importa também fixar as influências transmitidas, num processo de fertilização cruzada que, afinal, também tem muito de «darwiniano».

4. DARWIN E MARSHALL

A predilecção de Alfred Marshall pela teoria evolucionista está desde logo patente na epígrafe escolhida para o livro (*Principles of Economics*) que constitui a sua obra maior: *Natura non facit saltum*. Esta ideia de evolução na continuidade repercutiu-se na definição do objecto da ciência económica, considerando Marshall que tal seria o estudo «dos seres humanos impelidos, bem ou mal, para a mudança e progresso» (1890, xiii). Mas interessa sobretudo entender o significado da ideia de evolução em termos metodológicos (cf. Fishburn 2004).

A passagem da análise estática à análise dinâmica é diversas vezes ensaiada nos *Principles*, designadamente quando Marshall introduz o factor tempo no estudo dos processos de equilíbrio ou quando se refere genericamente ao funcionamento da oferta em situação de rendimentos crescentes. Dinamismo significa, na acepção marshalliana, a possibilidade de os elementos que se destacam do universo em análise serem susceptíveis de movimento e transformação, de modo a gerarem novas situações de equilíbrio. Todavia, se essa possibilidade de movimento for apenas entendida como resposta a estímulos exteriores, estamos perante uma visão de carácter mecânico e ainda distantes da desejada visão biológica em que o dinamismo se concebe de forma (intrinsecamente) orgânica.

Assim se enquadra a tão citada frase (posteriormente utilizada no prefácio à 8.^a edição dos *Principles of Economics*) em que Marshall afirma que «a Meca do economista é a biologia económica, mais do que a dinâmica económica» (Marshall 1898, 318). Trata-se do corolário de uma argumentação em favor do aprofundamento das causas que explicam que o equilíbrio não é apenas adaptação mecânica, mas também transformação qualitativa orgânica. Neste sentido, refere ainda o autor que «nos estádios anteriores da ciência económica pensava-se a procura e a oferta como forças rudes fazendo pressão uma sobre a outra, em direcção a um equilíbrio mecânico; mas nos estádios posteriores a balança ou equilíbrio não é concebido entre rudes forças mecânicas, mas sim entre forças orgânicas de vida e decadência» (*ibid.*, 318).

A Meca do economista poderá ser um objectivo distante, num trajecto de peregrinação cheio de dificuldades. Mas Marshall não hesita em considerar que esse é o caminho que deverá ser trilhado e recorda com particular ênfase que «os

problemas económicos são imperfeitamente apresentados quando são tratados como problemas de equilíbrio estático e não de crescimento orgânico. Porque, apesar de só o tratamento estático nos poder dar nitidez de precisão de pensamento e ser, por conseguinte, uma necessária introdução a um tratamento mais filosófico da sociedade enquanto organismo, ainda assim, não deixa de ser apenas uma introdução» (1890, 382).

À luz deste excerto, podemos concluir que a análise estática de equilíbrio parcial — o instrumento metodológico que Marshall por excelência utiliza — funciona apenas como procedimento de iniciação ao estudo da realidade económica, não se devendo esquecer que as suas capacidades de revelação e descoberta também encerram limitações que deverão ser superadas em posteriores momentos de evolução da ciência.

É indispensável realçar que a visão de Marshall sobre o carácter orgânico e evolutivo dos fenómenos económicos não significa desconfiança em relação à importância do trabalho teórico que permite compreender melhor esse processo de evolução.

A análise de sistemas adaptativos parece obedecer à máxima darwiniana seguida por Marshall de que *natura non facit saltum*. Neste sentido, a visão da evolução que Marshall sustenta, na esteira de Darwin, consiste num sistema gradual (e não abrupto) de continuidades, um sistema dinâmico de selecção natural.

Convirá todavia ter presente que, ultrapassada a fase marshalliana (ou seja, em termos modernos e actuais), o estudo da evolução ou mudança tecnológica utilizando a biologia evolucionista e a genética como espelho e modelo, permite captar a ocorrência de fenómenos de mutação e geração de novas espécies que, no entanto, não correspondem a um modelo gradualista e suave de evolução. Assim, a natureza parece dar saltos e ocorrem momentos explosivos que determinam as mudanças tecnológicas, como é bem patente no caso da Revolução Industrial e seu impacto no desenvolvimento económico de finais do século XVIII (Mokyr 1990). *Natura non facit saltum* deixou de ser um mote sugestivo para as aplicações da visão evolucionista ao dinamismo da vida económica.

5. DARWIN E VEBLEN

No que se refere à aplicação da visão darwiniana à evolução das instituições económicas e sociais, à evolução das sociedades, culturas e ideias, o grande seguidor e continuador de Darwin foi Thorstein Veblen.

Essa presença decisiva tem as suas raízes no terreno epistemológico: a aceitação do princípio de causalidade cumulativa, a concepção da evolução através de um mecanismo causal mediante o qual os processos de desenvolvimento tecnológico são explicados através da teoria da evolução e dos princípios da selecção natural e da diferenciação, neste caso aplicados à luta e sobrevivência das instituições.

Tal aplicação não implica considerar que os mecanismos de evolução do mundo social e do mundo biológico sejam iguais. No caso do mundo social, uma diferença importante é a que se refere à harmonização de hábitos, aos processos de adaptação a contextos sociais e ambientais. Existem contudo semelhanças de análise que permitem detectar a ocorrência de situações de escassez de recursos, de diferenciação dos indivíduos de uma dada população quanto às possibilidades de sobrevivência em situações de luta pela existência. O importante, para Veblen, é manter presentes os três princípios básicos da teoria darwiniana, a saber: i) variação sustentada dos membros de uma população; ii) mecanismos de hereditariedade e de transmissão de informação genética que garantem a continuidade e sobrevivência das espécies; e iii) verificação de que ocorre selecção natural em virtude da existência de organismos melhor adaptados, ou porque se obtêm posições vantajosas na luta pela sobrevivência.

Veblen procurou aplicar estes princípios à análise das origens, crescimento, persistência e variação das instituições (no plano social), e dos hábitos (no plano individual), tendo em atenção que tais hábitos e instituições são unidades de análise suficientemente estáveis que permitem analisar os processos de transmissão de informação e de evolução. Veblen interpretou o darwinismo na perspectiva da análise causal sequencial, explicativa do processo de selecção.

Veblen procede a um uso frequente e recorrente das noções de selecção e de selectividade, que não revestem mera natureza analógica ou metafórica. Assim:

«A vida do homem em sociedade, assim como a vida de qualquer outra espécie, é uma luta pela existência, e por conseguinte é um processo de

adaptação selectiva. A evolução da estrutura social tem sido um processo de selecção natural de instituições. O progresso que se tem registado e continua a registar nas instituições humanas e no carácter humano, pode ser genericamente descrito como uma selecção natural dos hábitos de pensamento mais capazes e como um processo de adaptação forçada dos indivíduos a um meio ambiente que tem progressivamente mudado com o crescimento da comunidade e com a mudança das instituições em que os homens vivem» (Veblen 1898, 188).

Igualmente importante, na perspectiva de Veblen, é o efeito de inércia e conservação que permite explicar a relativa estabilidade e durabilidade das instituições que evoluem ao longo do tempo.

A perspectiva darwinista foi abandonada pelos institucionalistas posteriores a Veblen, designadamente Commons, Mitchell e Ayres, que consideravam que a evolução económica envolvia processos de selecção artificial, e não de selecção natural. Mas o afastamento das correntes institucionalistas em relação a Darwin ficou sobretudo a dever-se à vontade de demarcação clara perante o darwinismo social e o princípio organizador e estruturador das sociedades baseado na sobrevivência dos mais fortes e capazes.

Uma outra dificuldade reveladora de problemas de inconsistência na aplicação da teoria evolucionista de Darwin ao funcionamento e evolução das instituições poderá resumir-se nos seguintes termos: como conciliar o conceito de selecção natural com o conceito de agência deliberada, de acção portadora de sentido e de vontade em que assentam grande parte das construções da teoria económica?

Esta dificuldade ajuda a explicar o retorno a um uso da teoria da evolução numa perspectiva basicamente metafórica e já não como procedimento de explicação causal.

6. DARWIN, SCHUMPETER E OS NEO-SCHUMPETERIANOS

Na análise das influências de Darwin sobre o pensamento económico ocidental, uma posição especial é ocupada por Schumpeter, habitualmente visto como

fundador da «economia evolucionista», mas ele próprio algo crítico da tradição darwiniana. Para Schumpeter o importante era analisar o funcionamento e evolução da sociedade capitalista com base nas noções de desenvolvimento e transformação, e não apenas de equilíbrio.

Tendo em atenção os processos de emergência, desenvolvimento e desaparecimento de instituições ao longo da história, Schumpeter assume um papel de crítico frontal de alguns dos pressupostos de racionalidade inerentes à ciência económica convencional. Para Schumpeter, a evolução é entendida como mudança no processo económico que é induzida pela inovação («destruição criadora»). Por isso implica descontinuidade e quebra nas situações de estacionariedade.

O ponto mais alto desta abordagem cuja inspiração assenta no legado de Schumpeter, que definitivamente marca o triunfo do uso das metáforas biológicas e de conceitos tomados de empréstimo à biologia evolucionista, foi a publicação do livro de Richard Nelson & Sidney Winter (1982) sobre a teoria evolucionista da mudança económica. Neste livro são recorrentes e frequentes as expressões que aludem a processos de selecção natural e mutações genéticas, a fenómenos de variedade, herança (transmissão) e selecção na explicação do crescimento económico, do progresso técnico, das mudanças tecnológicas, da estrutura e organização empresariais. Trata-se de uma obra essencial que permite compreender o papel das rotinas (instituições) e hábitos (individuais) na construção de uma teoria evolucionista aplicada à economia e ao mundo empresarial.

O problema central a que este livro procura dar resposta é o de saber como conciliar as preocupações com o desenvolvimento económico de longo prazo com as questões da mudança tecnológica e do comportamento humano e organizacional, especialmente quando aplicado ao funcionamento das empresas.

Para tal, procedem os autores a uma tentativa de reconstrução crítica das teorias ortodoxas de equilíbrio geral, desmontando as suas hipóteses simplificadoras sobre a perfeição dos mercados e a racionalidade do comportamento dos agentes, procurando mostrar a relevância das imperfeições, incerteza, assimetrias, racionalidade limitada, expectativas, instituições, custos de transacção, enquanto elementos essenciais para a compreensão do processo de mudança económica e de evolução das empresas e da economia em geral.

A análise dos processos de selecção natural que operam nos mercados, permite determinar e explicar quais as empresas que sobrevivem e que soçobram. Neste sentido, a teoria económica evolucionista presta homenagem à tradição Malthus-Darwin e procura explicar em que medida o enquadramento proporcionado pelo(s) mercado(s) em que operam oferece condições para a sua existência, adaptação e mudança. Tal abordagem revela uma preocupação central com a mudança de longo prazo.

Trata-se de uma opção que acarreta uma desvalorização da relevância dos modelos «ortodoxos» de análise do comportamento das firmas e sectores industriais, baseados nos pressupostos e conceitos simplistas de maximização e de equilíbrio.

A teoria evolucionista constrói-se a partir da noção de «rotinas», ou seja, conjunto de características operacionais de funcionamento das empresas (técnicas e métodos de produção, procedimentos de contratação e de despedimento, formulários de encomendas e inventário, políticas de R&D, estratégias de publicidade e *marketing*, etc.), susceptíveis de modificação com o tempo.

«Estas rotinas desempenham o papel que os genes desempenham na biologia evolucionista. São características persistentes do organismo e determinam o seu comportamento possível (apesar de um comportamento efectivo ser determinado pelo contexto em que se inserem); são objecto de *hereditabilidade*, no sentido em que os organismos de amanhã gerados pelos de hoje possuem muitas das mesmas características, e são objecto de selecção, no sentido em que organismos possuidores de certas rotinas podem fazer melhor do que outros e, se for o caso, a sua importância relativa na população (sector industrial) aumenta ao longo do tempo» (Nelson and Winter 1982: 14).

Outro conceito fundamental da teoria evolucionista é o conceito de «pesquisa» (*search*), aplicado ao processo de mudança ou criação de novas rotinas. Trata-se de encontrar a solução mais adequada e de sucesso mais garantido (em termos de distribuição probabilística) em função das variáveis em presença.

«O nosso conceito de pesquisa é obviamente o correspondente do conceito de mutação na teoria da biologia evolucionista. E o tratamento que damos à

pesquisa, como sendo parcialmente determinada pelas rotinas da empresa, tem paralelo na teoria biológica em que a mutação é em parte determinada pela estrutura genética do organismo» (Nelson and Winter 1982: 18).

Um terceiro conceito a ter em atenção é o de «contexto de selecção» que explica a relevância das condições exteriores à empresa e ao sector, assim como dos factores de competitividade no interior do sector em que a empresa se movimenta.

Assim, e de forma resumida, a preocupação central da teoria evolucionista de Nelson e Winter é o processo dinâmico através do qual os padrões (rotinas) de comportamento das empresas e os resultados que apresentam no mercado são conjuntamente determinados. As empresas evoluem ao longo do tempo, de tal forma que o sector em que se inserem num período determinado acomoda os factores que explicam a sua própria condição no período seguinte.

7. A NOVA ECONOMIA EVOLUCIONISTA

Existe todavia uma questão crucial quando se discute o uso de metáforas biológicas e se ensaia o seu poder explicativo de mudanças económicas: trata-se de reconhecer a diferença essencial entre o processo de transmissão de informação biológica através de genes parentais em que as características adquiridas não são transmitidas, e a transmissão de informação em sistemas auto-organizados em que todas as características são legadas.

É este tema que está presente nas abordagens da chamada «nova economia evolucionista» (contribuições de John Foster, U. Witt, K. Dopfer), que procura criticar o simples uso de analogias biológicas que não permitem consolidar uma verdadeira teoria evolucionista. Para além disso, procuram também os novos evolucionistas explicar e superar a fragilidade do princípio da causalidade darwiniano-vebliano que exclui o princípio da intencionalidade da acção humana.

Em síntese, trata-se de uma abordagem que consiste numa dupla crítica ao sistema de evolução baseado na obra de Darwin: crítica ao princípio da causalidade segundo a ideia de que *natura non facit saltum*; e demonstração da insuficiência na explicação de situações complexas a partir do princípio de selecção natural.

Consolida-se assim uma visão dos processos de mudança social e económica com base no conceito de *path dependency* (dependência estrutural), ou seja, mudança futura que incorpora desenvolvimentos anteriores, para a explicação da evolução em sistemas complexo adaptativos.

8. CONCLUSÃO

A fertilização cruzada entre teoria da evolução e economia evolucionista assume modalidades diversas. Veja-se por exemplo a corrente interpretativa que parte de uma teoria evolucionista de explicação da vida económica para generalizar a compreensão do funcionamento da economia à generalidade dos sistemas físicos e naturais (aparentemente) regidos pelo mesmo tipo de princípios e de leis. Assim, se definirmos uma economia como um sistema interactivo de entidades ou seres vivos que competem para a satisfação do interesse próprio num contexto de recursos escassos, estamos a generalizar o objecto económico a um universo mais amplo em que ocorrem processos de concorrência, cooperação, selecção, adaptação e *feedback*. Tais processos tanto existem nos sistemas económicos propriamente ditos, como na unidade celular, nas sociedades humanas em geral e na biosfera no seu todo. Os processos de evolução são característicos de diversas «economias» em que diferentes seres participam. (cf. Vermeij 2004)

A teoria Darwiniana da evolução é sem dúvida importante para a compreensão do comportamento económico e da transformação das instituições económicas e da tecnologia. De igual modo, a teoria económica evolucionista devolve à sua matriz inspiradora elementos que enriquecem a compreensão dos processos evolutivos.

Apesar desta intensa correspondência e enriquecido diálogo, não pode ser ignorado que a mudança e evolução no mundo natural e no mundo económico revestem carácter distinto.

Darwin ofereceu instrumentos de análise mas também metáforas poderosas para o desenvolvimento de uma teoria da evolução cultural e social distinta da evolução natural. Trata-se de um artifício heurístico que apenas é possível graças à continuidade ontológica entre as duas abordagens, fazendo de Darwin uma fonte inesgotável de ensinamentos para quem, partindo de uma teoria da

evolução das espécies por selecção natural, encontra uma teoria mais ampla da evolução social. Por tudo isto, vale a pena celebrar Darwin.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA ÀS CLASSES DE CIÊNCIAS E LETRAS
NA SESSÃO CONJUNTA DE 2 DE ABRIL DE 2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bowler, Peter, 2003. *Evolution. The History of an Idea*. Berkeley and London: University of California Press (3rd edition).
- Darwin, Charles, 1859. *The Origin of Species by Means of Natural Selection: Or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: Penguin Books (reprint 1968, with an introduction by J. W. Burrow).
- Darwin, Charles, 1871. *The Descent of Man, and Selection in Relation to Sex*. London: Penguin Books (reprint 2004, with an introduction by James Moore and Adrian Desmond).
- Dopfer, Kurt (ed.), 2005. *The Evolutionary Foundation of Economics*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Fishburn, Geoffrey, 2004. «Natura non facit saltum» in Alfred Marshall (and Charles Darwin). *History of Economics Review*, 40 (Summer), 59-68.
- Hayek, Friedrich von, 1978. *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Hodge, Jonathan, 2009. The notebook programmes and projects of Darwin's London years. In: Hodge, Jonathan and Radick, Gregory (eds.), 2009. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 44-72.
- Hodge, Jonathan and Radick, Gregory (eds.), 2009. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press.
- Hodgson, Geoff, 2003. Darwinism and Institutional Economics. *Journal of Economic Issues*, 37:1, 85-97.
- Hodgson, Geoff, 2004. Darwinism, Causality and the Social Sciences. *Journal of Economic Methodology*, 11:2, 175-194.
- Hodgson, Geoff, 2008. How Veblen Generalized Darwinism. *Journal of Economic Issues*, 42:2, 399-405.
- Mokyr, Joel, 1990. Punctuated Equilibria and Technological Progress. *American Economic Review (Papers and Proceedings)*, 80:2, 350-54.
- Marciano, Alan, 2007. Economists on Darwin's theory of social evolution and human behaviour. *The European Journal of the History of Economic Thought*, 14:4, 681-700.
- Marciano, Alan and Pelissier, Maud, 2000. The influence of Scottish Enlightenment on Darwin's theory of cultural evolution. *The Journal of the History of Economic Thought*, 22:2, 239-49.

- Marshall, Alfred, 1890. *Principles of Economics: An Introductory Volume*. London: Macmillan.
- Marshall, Alfred, 1898. Mechanical and biological analogies in economics. In: A. C. Pigou (ed.), *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, 1925, 312-18.
- Nelson, Richard and Winter, Sidney, 1982. *An Evolutionary Theory of Economic Change*. Cambridge MA and London: Harvard University Press.
- Paul, Diane B., 2009. Darwin, social Darwinism and eugenics. In: Hodge, Jonathan and Radick, Gregory (eds.), 2009. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 219-245.
- Radick, Gregory, 2009. Is the theory of natural selection independent of its history? In: Hodge, Jonathan and Radick, Gregory (eds.), 2009. *The Cambridge Companion to Darwin*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 147-172.
- Schumpeter, Joseph A., 1934. *The Theory of Economic Development*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Seabright, Paul, 2004. *The Company of Strangers. A Natural History of Economic Life*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Simon, Herbert, 2005. Darwinism, altruism and economics. In: Dopfer, Kurt (ed.), *The Evolutionary Foundation of Economics*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 89-104.
- Veblen, Thorstein, 1898. Why is Economics Not an Evolutionary Science?, *Quarterly Journal of Economics*, 12:4, 373-97.
- Vermeij, Geerat J., 2004. *Nature. An Economic History*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Witt, Ulrich, 2004. On the proper interpretation of «evolution» in economics and its implications for production theory. *Journal of Economic Methodology*, 11:2, 125-146.

As Tonalidades do Comércio em Camões e em Vieira

RUI FIGUEIREDO MARCOS

1. Sá de Miranda escreveu que, em Portugal, «todo o negócio é suspirar e dizer saudades». Não é sobre tal negócio que escolhi falar na prestigiosa Academia das Ciências de Lisboa. É sobre um outro. Aquele que faz crescer as rendas e abastanças.

Elegi, como tema desta intervenção, «*As Tonalidades do Comércio em Camões e em Vieira*». Ressalta, a todas as luzes, que a cor do proveito logrou obter uma superior expressão no quadro da obra do eminente Jesuíta. Não admira, pois, que lhe dediquemos uma mais espedejada atenção.

2. Camões captou, como ninguém, nas suas múltiplas dimensões, o sentido e o alcance dos Descobrimentos. Ao invés do que alguns sustentaram, não se afigura exacto que o espírito comercial tenha permanecido arredado d'*Os Lusíadas*. Vocábulos significantes de actividades mercantis povoam o Poema. É esta a inequívoca lição do Professor Martim de Albuquerque.

Ainda assim, porém, em Luís de Camões continuaram vivas algumas acerbíssimas objurgatórias de pendor moralizante dirigidas à sofreguidão pelo dinheiro. Amparado no valioso pecúlio escolástico medieval, o Poeta não deixou de fulminar aqueles que, fazendo exclusiva profissão de fé no lucro amam «cou-sas que nos foram dadas, / não para ser amadas mas usadas». Assim aconteceu com a estridente condenação da usura.

Bem cedo, já D. João I assinalara três objectivos precípuos à expansão portuguesa. Foram eles o serviço de Deus, a honra e o proveito. Um enlace que se produzia de forma harmoniosa, se bem que se pudesse aceitar o carácter preponderante do primeiro. Camões em nada deslustrava o heroico cometimento nacional quando admitia associar honra e proveito, num conceito moralmente cativante de proveito honroso ou de honra proveitosa. Aliás, o serviço de Deus, que postulava uma inabdicável recta intenção, bem poderia conformar uma conduta mercantil isenta de golpes e de absurdas extorsões.

Muitos consideram os Descobrimentos Portugueses responsáveis pelo lançamento das bases de uma primeira globalização económica. Não se compreendia que Luís de Camões, no quadro de uma monumental empresa pátria com evidente projecção financeira dentro e fora do País, desconhecesse o altíssimo valor político do comércio. E na verdade, não o ignorou. Pelo contrário, não escondeu que seria convertível em *instrumentum regni* no plano das relações diplomáticas.

Do mesmo passo que, na lição clássica, *pax opus justitiae*, surgia aos olhos do Poeta que a paz também podia ser obra do comércio. Ou vistas as coisas pelo prisma inverso, quem não quer comércio, busca a guerra. Tal concepção encontra-se vertida, *expressis verbis*, num verso da estância 92 do canto VIII.

3. Na época, o emergente *ius gentium* ou direito internacional entretecido pela refulgente Segunda Escolástica Peninsular, não descurou a relevância do tráfego comercial como esteio das relações entre os povos. Camões, lucidamente, coligou, sem rodeios, o trato mercantil com a celebração de tratados de paz e de amizade, o que, no fim de contas, redundaria em proveito e em glória.

De modo emblemático, nos *Lusíadas*, Vasco da Gama, ao transmitir a mensagem de D. Manuel I ao Samorim, sentenciava:

*E se queres com pactos, e lianças
De paz, e de amizade sacra, e nua
Comercio consentir das abundanças
Das fazendas da terra sua, e tua,
Porque creção as rendas, e abastanças,
Por quem a gente mais trabalha e sua,
De vossos Reinos, sera certamente
De ti proveito, e delle gloria ingente*

*E sendo assi que o nó desta amizade
Entre vós firmemente permaneça,
Estará pronto a toda a adversidade
Que por guerra a teu Reino se ofereça,
Com gente, armas e naus, de qualidade*

*Que por irmão te tenha e te conheça;
E da vontade em ti sobre'isto posta
Me dês a mi certíssima resposta.*

Os Lusíadas, canto VII, estâncias 62 e 63

Para Camões, o nó firme da amizade, robustecido pelos laços mercantis entre os povos, conduziria a que um Reino se colocasse ao abrigo de toda a adversidade. Mesmo que de guerra se tratasse. A um cultor das letras jurídicas, não passa despressentido que os recém-rasgados horizontes ofereceram um sopro imenso ao acanhado direito medievo. É o que observaremos.

4. Novos dados de factos oriundos de domínios extrajurídicos passaram a rodear o comércio e a influir de modo significativo na história do seu direito. Daí que não os devamos esquecer. As grandes descobertas dos povos peninsulares, o movimento revolucionário dos preços, a expansão monetária, o despontar de uma economia-mundo, as mudanças ocorridas no mosaico geo-político internacional, a Reforma protestante foram elementos que, combinados em pesos diversos, conspiraram para transformar o direito mercantil recebido da Idade Média.

Uma conspiração que logrou alcançar um triunfal sucesso no século XVII jurídico. O Padre António Vieira veio a afivelar a máscara, não só de um missionário das virtudes cristãs, profeta do futuro, advogado de causas humanitárias, hermeneuta insigne da Bíblia e da Patrística, mas também de um engenhoso arquitecto de um salvífico plano económico para o País saído da Restauração. Senhor de uma incomparável retórica, ao serviço de tudo colocou a magnificência do verbo, mas não apenas para simples deleite estético de quem o lia e escutava com sofreguidão. Empregou ainda, como uma verdade em riste, a sua palavra fluente e persuasiva à guisa de instrumento de acção. Um forte envolvimento nos corretores sombrios e misteriosos da política que Camões nunca experimentara.

A consciência exacta da situação frágil que o Reino atravessava não deixou o preclaro Jesuíta indiferente. Exigia remédios eficazes a conservação do País. Ora, é precisamente sobre uma das propostas mais caras ao Padre António Vieira que me lancei a esboçar um breve apontamento. Respeita ao voto insistente que desenvolveu na formação de Companhias de comércio.

5. O período da implantação das Companhias de comércio em Portugal preencheu boa parte do século XVII. Tornara-se evidente a superioridade das Companhias das Índias em relação ao velho sistema do comércio de Estado, longamente predilecto dos monarcas ibéricos. Daí a expectativa benévola que rodeou o estabelecimento da Companhia da Índia Oriental de 1628. Atravessou, porém, uma curta e penosa existência. A Carta Régia de 13 de Abril de 1633 considerou-a extinta.

O fracasso acabou por não produzir arrepio no empenho político que instigava ao aparecimento de Companhias de comércio. Pelo contrário, a Restauração de 1640 trouxe uma renovação de semelhante propósito, o qual esteve mesmo na origem da fundação de uma Companhia, aliás, com pioneiro significado no plano histórico-jurídico. Foi ela a Companhia Geral para o Estado do Brasil, que mereceu confirmação régia através do Alvará de 10 de Março de 1649.

Desde a subida ao trono que D. João IV se encontrava desperto para a questão, onde, pouco tempo depois, haveria de rutilar o nome do Padre António Vieira. O eminente Jesuíta iniciou as exortações num escrito que não assinou intitulado «Proposta feita a el-rei D. João IV em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admittir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa». Inculcava a tese do retorno dos portugueses, senhores de cabedais fartos, que tanto podiam sustentar o peso de um conflito prolongado como enfraquecer os nossos inimigos. Na sua ponderação, diminuídas ficariam as Companhias holandesas tomadoras de quase toda a Índia, África e Brasil. É que não se desconheciam os mercadores nacionais que, nas sociedades dos Países Baixos, participavam com avultadas quantias. Estas somas, divertidas de Portugal, não só lhe faziam grande falta, mas também grande guerra. Havia, pois, que lutar com os holandeses arca por arca.

Não admira, por conseguinte, que o Padre António Vieira enfileirasse, desveladamente, as vantagens do regresso dos mercadores. Em particular, sobressaíam a subida dos direitos das alfândegas, o crescimento da população e a disponibilidade de poderosos meios navais e financeiros. O paralelo europeu, amiúde inspirador do modo de pensar de Vieira, radicava na Holanda que «fundando a sua conservação na mercância, não só tem cabedal para resistir, como tem resistido a todo o poder de Hespanha, mas para senhorear os mares e conquistar províncias em todas as partes do mundo». Em atenção às causas que

desnaturalizavam do País os homens de negócio, impunha-se garantir-lhes um retorno seguro. Nesse sentido advogava, quanto ao passado, um perdão genérico, e, no futuro, a moderação do rigor inquisitorial. A não acontecer assim, manter-se-ia a tendência deplorável do nosso comércio, pois «o que os mercadores portugueses ganham nos reinos estranhos, lá fica, e o que os estranhos ganham no nosso, para lá vai». No caso em exame, a razão de Estado de Portugal não cabia no entendimento sereno de Vieira.

6. Do alto do púlpito, agora com a frontalidade de um tribuno, o Padre António Vieira, pregando em 1644 sobre S. Roque, no primeiro aniversário do Infante D. Afonso, submeteu à apreciação de um auditório severo um plano que incluía o lançamento de duas Companhias mercantis, Oriental uma e outra Ocidental, cujas frotas, poderosamente armadas, deveriam trazer seguras contra a Holanda as drogas da Índia e do Brasil. Daí saíam os recursos indispensáveis aos embates com Castela.

Existia, porém, um alicerce infecto no discurso de Vieira. Embora admirado pelas nações mais políticas da Europa, o remédio que preconizou não lograva aceitação entre nós, porquanto a necessidade da «mistura do dinheiro menos cristão com o católico» tornava-o suspeito. De acordo com a doutrina encerrada no referido sermão, nada obstava a que dinheiro sacrílego servisse um fim piedoso.

Sabedor de que o tempo sagrado afirma um eterno presente, o Padre António Vieira era um mestre na acomodação analógica do real aos *exempla* retirados da Sagrada Escritura. Não hesitou, assim, em arrazoar mesmo com aqueles trinta dinheiros por que Judas vendeu a Cristo, os quais, depois de entregues aos príncipes dos sacerdotes e aos anciãos pelo traidor tocado de remorsos, permitiram a compra de um campo, o «campo do oleiro», para a sepultura dos peregrinos: *in sepulturam peregrinorum*. Deus o determinara, o profeta Jeremias o anunciara e o evangelista S. Mateus o escrevera (Mt 27,7). Mais, Cristo ordenou a D. Afonso Henriques que as armas de Portugal fossem compostas das suas cinco chagas e dos trinta dinheiros de Judas. Estes, no juízo divino, «nem descompunham as chagas de Cristo, nem desvirtuavam as armas de Portugal». Tratava-se, por conseguinte, de uma união afiançada do alto em que homem algum devia achar inconveniente.

O paradigma bíblico representa para Vieira uma *lectio divina* que se reactualizava sem cessar, assumindo um valor normativo que convergia no presente. A Sagrada Escritura retribuía ao Padre António Vieira a assiduidade que este punha na sua leitura, acudindo-lhe prontamente com os textos de que necessitava para a composição fundamentante de qualquer peça discursiva. Mas, pelo que tocava ao assunto em pauta, fulguravam, por entre a mística elevação da parénética sagrada, as centelhas de uma arrojada oratória mercantil. Na verdade, sem o contributo dos muitos hebreus que viviam fora do Reino, a estratégia comercial delineada não parecia exequível. Por isso, já acolhera as reivindicações nucleares dos cristãos-novos no papel anónimo que fizera chegar às mãos de D. João IV em 1643 e que o Santo Ofício mandara recolher.

Porfiou na acção o Padre António Vieira. Viu nas missões diplomáticas de que foi incumbido a diversos países da Europa um excelente ensejo para ganhar a confiança dos judeus portugueses.

Não oferece dúvida a solidez das relações que o Padre António Vieira conseguiu entretecer. Em 1647, estava a Baía ameaçada pelo inimigo holandês e tornara-se imperioso ir em socorro da capital do Brasil. Foi então convocado de emergência o Conselho de Estado que estimou o preço do acto salvador em cerca de trezentos mil cruzados, mas logo se deixou dito que não os havia, nem ocorria meio algum de os poder haver. Isto mesmo comunicou o soberano ao Padre António Vieira, o qual respondeu carregado de indignação: «Basta, senhor, que a um rei de Portugal hão-de dizer seus ministros que não há meio para haver trezentos mil cruzados com que acudir ao Brasil, que é tudo quanto temos! Ora eu com esta roupeta remendada espero em Deus que hoje hei-de dar a V. M. toda esta quantia». Valeu, na circunstância e por *intercessio* eficaz do Padre António Vieira, a pronta ajuda do cristão-novo Duarte da Silva que, em colaboração com um amigo, Rodrigues Marques de seu nome, reuniu a soma necessária que se destinou ao apresto da armada libertadora.

8. Por norma, o Padre António Vieira não pedia, pedindo. Escolheu, de preferência, a via mais árdua do protesto e do argumento, pois, como sentenciou um dia, esta é a licença e a liberdade que tem quem não pede favor senão justiça. Desde o romper da campanha em foco, que D. João IV se deixara ganhar pelas razões aduzidas nas propostas do controverso jesuíta. Isso não evitou, porém,

que o soberano desaprovasse o alvitre do Padre António Vieira para que se constituísse uma Companhia Oriental na base de um convite a capitais estrangeiros, designadamente franceses e suecos.

O referido episódio passou-se em 1648. Bem elucidativa do teor do projecto é uma carta que o Padre António Vieira dirigiu ao Marquês de Nisa em 20 de Janeiro desse mesmo ano. Aí apelava ao surgimento de uma Companhia Oriental em que participassem, em pé de igualdade, franceses e portugueses. Dois aspectos mereceram particular desvelo. Por um lado, convinha centrar sempre o comércio em Lisboa, não permitindo a navegação da França à Índia e, por outro lado, não se devia conceder o estatuto jurídico de nação exclusiva à França, para que ficasse permanentemente em aberto a hipótese de admitir outros países.

Volvidos escassos meses, também em carta ao Marquês de Nisa de 8 de Junho de 1648, o Padre António Vieira já apresentava um plano mais ambicioso de uma Companhia mercantil que juntaria Portugal, França e Suécia, erigindo uma aliança apostada em destruir o tráfego holandês que constituía, a todas as luzes, o fundamento primeiro da sua opulência. Desenvolveu esta tese em nova missiva ao Marquês de Nisa de 22 de Junho de 1648. Segundo o jesuíta, o modo de arruinar o comércio das Províncias «é levantando-se em Lisboa uma ou mais companhias mercantis, como as de Amesterdão, compostas dos mercadores das três Coroas de França, Portugal e Suécia (entre que se há-de fazer a liga), de todas as quais proporcionalmente se comporão as cabeças que governem a dita companhia, saindo das conquistas para Lisboa, donde se repartirão as mercadorias e se enviarão assim para França e Suécia como para os demais portos e reinos da Europa».

Sobredourava o alvitre o Padre António Vieira através de um raciocínio atraente. Antes de tudo, a navegação de Portugal, por benefício do clima e comodidades dos portos, era mais fácil e menos arriscada. As Companhias de Lisboa não tinham necessidade de efectuar gastos nas conquistas povoadas e defendidas por compatriotas nossos. Dispensavam-se os sócios do terrível encargo da sustentação das fortalezas, ao invés do que sucedia com os holandeses. Cresceriam, pois, os ganhos em relação à Holanda. A implicar que os investidores estrangeiros nas Companhias dos Países Baixos, senão mesmo os próprios holandeses, transferissem secretamente os seus cabedais para as sociedades de Lisboa, porquanto «o dinheiro mercantil corre todo, como a seu centro, ao lugar onde tem

mais ganância». E, além disso, a redução dos preços das mercadorias que a situação descrita propiciava abateria a concorrência inimiga. Ora, como já assinalara o Padre António Vieira em comentário metamorfoseador à herança de S. Roque, tirar as armas ao inimigo e convertê-las contra ele, é fazer de um mal dois bens: um bem, porque se diminui o poder contrário; outro bem, porque se acrescenta o poder próprio.

Na epístola de Vieira em exame, lobriga-se uma das facetas jurídicas que, entre nós, marcaria o futuro das grandes Companhias de comércio. Pretendemos aludir à regra da participação indiferenciada que conduzia a uma generosa abertura democrática das sociedades no momento da sua constituição. A possibilidade de ingressar como sócio não surgia circunscrita a certas linhagens. Mas reunir pessoas de diferentes extracções não passava de uma consequência do imperativo de congregar meios. O Padre António Vieira assumiu a referida bondade do gesto convocatório, com elevado grau de indiscriminação. Dir-se-ia que antecipou o fenómeno da socialização do capital. Frontalmente, o Padre António Vieira apontava a conveniência em colocar o muito dinheiro entesourado e ocioso nas Companhias, inclusive, «por todas as pessoas a quem a qualidade ou inabilidade retirar de semelhantes tratos como são fidalgos, órfãos, viúvas, lavradores, etc., e o mesmo podem fazer as comunidades e repúblicas, com a segurança e utilidade que nas de Holanda se experimenta».

Mau grado o vigor dos argumentos expendidos, D. João IV, em 14 de Março de 1648, já se pronunciara avesso ao projecto societário multinacional, ordenando ao Marquês de Nisa que desviasse a proposta do Padre António Vieira, com «pretextos corados que não faltariam». Se o caso transitou em julgado no definitivo conceito régio, a ideia de uma Companhia Oriental atormentaria o seu mentor que, durante mais de quarenta anos, não se cansou de a aconselhar. Na verdade, depois da morte do soberano da Restauração, o Padre António Vieira continuou a persistir, com o fervor autêntico de um crente. Ora rejubilava sempre que lhe soava o bom andamento de trabalhos preparatórios de uma Companhia Oriental, ora se entristecia quando desarmavam os estrondos da sua formação, como atesta a larga correspondência que travou com Duarte Ribeiro de Macedo.

9. Se o desígnio retratado se frustrou *in terminis terminantibus*, ao estampar moções acerca dos cristãos-novos por que pugnara com tenacidade, o Alvará de

6 de Fevereiro de 1649 coroou os esforços do Padre António Vieira. O enérgico jesuíta havia afeiçoado o ambiente à promulgação da referida providência. De início, teve até o cuidado de apresentar uma proposta mais tímida do que a solução acolhida no texto legal. Pensada decerto como um mal menor, concebera uma isenção de fisco restrita aos cabedais metidos no comércio. Tenderiam, pois, os homens de negócio, por mais ricos que fossem, a traficar com toda a sua fazenda, deixando de adquirir bens de raiz não afectos ao exercício da actividade mercantil, os quais continuariam juridicamente sujeitos às investidas do Santo Ofício. O referido modo de dispensação encontrava, aliás, diversos paralelos além-fronteiras e revelava, mesmo em Portugal, alguma tradição. Bem vistas as coisas, Vieira acabava por advogar a criação de uma categoria jurídica de bens privilegiados. Em alternativa, defendia o arrendamento do fisco. Isto quanto aos membros da nação hebreia que vivessem em Portugal. Aos de fora do Reino, ainda que condenados no crime de heresia, nada os deveria impedir de mandar as suas fazendas e traficar livremente.

Adivinhava-se que, perante o conteúdo ainda mais ousado do Alvará de 6 de Fevereiro de 1649, iria estalar um feroz debate com a Inquisição. Ao homem de Estado enquanto cultor da arte das artes pertencia, como bem escreveu Vieira, «saber dissimular a cizânia para sustentar as raízes do trigo». Não achando conveniente o envolvimento directo do arrojado pregador, o soberano valeu-se de um parecer da autoria do seu confessor, o agostinho Frei Dionísio dos Anjos e da ajuda de um outro padre da mesma Ordem agostiniana, Frei Ricardo de S. Vítor, ambos reputados teólogos. Ao primeiro coube a tarefa de elaborar a minuta da lei. Entreteceu-a uma fundamentação jurídica de um artifício sibilino. Importa esmiuçar os termos deste lance compromissório, uma vez que ditou a abolição de um impedimento de natureza religiosa que abriu caminho à regra da admissão indistinta na Companhia que se forjava.

Vários planos se compenetraram no entendimento que vingou. Não o podemos deixar de encarar à luz de um texto legislativo, habilmente tirado em nome da conservação da fé católica nas «conquistas», a qual corria o risco de se ver pervertida ante a ameaça dos hereges do Norte. O próprio Padre António Vieira consorciava a missão catequizadora e a mercancia no amplexo do interesse nacional. Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores, insistia ele, com o desembaraço que sempre o acompanhou.

Longe de tamanho brilho literário, mas igualmente zeloso da defesa dos territórios portugueses, o rei aplaudia a representação que lhe chegara em que os homens de negócio e gente da nação hebreia visavam formar uma Companhia, por conta da qual, sem dispêndio para o Estado, sulcariam os mares trinta e seis galiões de guerra, protegendo as nossas embarcações mercantes. Dado o relevo do serviço que se prestava ao bem comum, o monarca deliberou amparar o projecto. E a melhor maneira de o conseguir seria «não ficarem sujeitas a sequestro, confiscação e condenação, as fazendas e bens dos ditos homens de negócio e gente de Nação, acontecendo que fossem presos, ou condenados pelo Santo Officio da Inquisição pelos crimes de heresia, apostasia, ou judaismo».

Na óptica régia, a legitimidade do acto não se discutia. O monarca poderia tomar a decisão, quer pela via de uma concessão graciosa, uma vez que o património dos réus condenados pertencia ao fisco desde o momento da prática do crime, quer através de um contrato oneroso em que arrendava o cómodo e a utilidade de tais bens em troca da «despeza e obrigação da dita Companhia». Assim apontavam as consultas mandadas realizar junto dos maiores teólogos e juristas.

No fundo, tudo permaneceria na mesma. Não se afigura outra a mensagem inculcada na lei. Nem sequer se remitia a pena de confisco prevista no direito canónico e a competência do Santo Ofício no tocante aos referidos delitos mantinha-se imperturbada. Por conseguinte, houve o cuidado de não infligir à Igreja agravo ostensivo. Somente o rei, naquilo que contendia com o seu império, ou seja, a titularidade dos bens objecto de confisco, resolveu, não por medida de graça que repudiava, mas, pelo proveitoso entendimento contratualista que perfilhava, demitir os bens aos condenados. A estes, numa definição jurídica imprescindível, atribuíam-se poderes de livre disposição, contanto que os exercessem em favor dos católicos.

Realça-se a fina subtileza do Alvará de 6 de Fevereiro de 1649, ao tornar claro que não obedecia a um escopo discriminizador. Embora os bens dos nacionais ou estrangeiros incursos nos mencionados delitos religiosos não se sujeitassem ao sequestro e à incorporação no fisco, a pena devia sempre constar das sentenças condenatórias. Era o estranho retrato de uma punição que jazia inerte. Apenas se exceptuava o caso dos impenitentes em que a referida medida sancionadora conservava pleno vigor. A essência do quadro normativo aplicável aos judeus

continuava intocável e, todavia, os seus patrimónios passavam a estar ao abrigo das arremetidas inquisitoriais, de tal sorte que nada poderia agora obstar à realização de entradas na Companhia nascente.

O Santo Ofício não se deixou convencer. Em consulta do seu Conselho Geral de 5 de Março de 1649, asseverava que, mau grado a lei afirmar que não constituía tenção de monarca remitir a pena de confisco, nem definhar as atribuições do Santo Ofício, o efeito era totalmente contrário, porque, em substância, os condenados guardavam os bens e a Inquisição surgia despojada do meio mais eficaz de coibir e castigar a heresia. Apesar das áscuas de rancor que logo rutilou, o Santo Ofício não conseguiu fulminar a providência de Fevereiro de 1649. Atónito, viu, a 10 de Março, um alvará abençoar a instituição da repelente Companhia Geral do Comércio do Brasil que veio a contar, na verdade, com as contribuições de alguns cristãos-novos. Ao arrepio da posição do Santo Ofício, a Companhia encontrou um acolhimento favorável em determinados círculos. Escassos dias após a sua instituição, D. Francisco Manuel de Melo dava testemunho dessa aceitação benévola: «É grandíssimo o aplauso e cabedal com que se tem fundado ua nova Companhia de Mercadores para o comércio do Brasil, cujos efeitos se começarão a ver brevemente. Consta de homens destríssimos e ricos. Parece receberá os interesses em si do Reino todo».

10. De um ângulo jurídico, o regimento da Companhia de 1649 apresenta um relevo enorme. É o mais perfeito que conhecemos anterior ao século XVIII. Por excelência, constitui a fonte reveladora do estádio seiscentista de construção societária em Portugal. Não se afigura desvaliosa a tarefa de o apreciar à luz das ideias expendidas pelo Padre António Vieira. Em alguns aspectos, a coincidência de pontos de vista resulta flagrante.

Saliente-se, antes de tudo, a adopção do princípio contratualista que, no pensamento de Vieira, justificava certas concessões régias, *maxime* a isenção do fisco. Ora, também na origem da Companhia de 1649, se encontra uma visão pactícia. Em termos formais, o processo gestatório iniciou-se com uma representação dirigida ao monarca. Do preâmbulo transparece uma matriz de correspectividade que os homens de negócio impetrantes quiseram vincar. Solicitaram, com efeito, na base de um contrato entre eles e o soberano, a revestir de um ulterior invólucro legal que seria o alvará confirmativo, a aprovação de uma Companhia para

todo o Estado do Brasil, desde o Rio Grande até ao Rio de Janeiro, Espírito Santo e S. Vicente, compreendendo-se neste distrito as praças e portos que a coroa possuía então, bem como as que se encontravam ocupadas pelos holandeses.

Tratava-se de uma construção jurídica que logo punha em relevo que o monarca não intervinha imbuído de um desinteressado *animus beneficiandi*. Dela derivavam obrigações para ambas as partes. A mais importante que a Companhia assumia radicava no dever de constituir e apetrechar uma frota de trinta e seis naus de guerra. Tinha a missão de comboiar os navios mercantes que rumassem para o Brasil. Em contrapartida, o rei, em sinal de manifesta reciprocidade, ficava adstrito a proporcionar determinadas vantagens à Companhia. Umas de natureza económica, outras de índole política e jurídica, mas todas cobertas com a firme irrevogabilidade do pacto social que a lei institutória assegurava. Destacavam-se, entre muitas, os estancos de quatro géneros de mantimentos e do pau-brasil, o direito de guardar as presas que as suas armadas tomassem, certas isenções fiscais, a outorga de um juiz conservador com uma ampla reserva absoluta de competência, um regime privilegiado de cobrança de dívidas e a equiparação dos oficiais da Companhia a oficiais régios. Na dependência do entendimento traçado, não se tornará temerário falar, quanto à origem da *societas*, de uma *lex contractus*, de um alvará por modo de contrato, ou de um negócio de direito público em que a norma confirmatória funcionava à guisa de aceitação soberana.

Por outro lado, a salvaguarda das quantias investidas na sociedade constituía uma das preocupações do Padre António Vieira que a lei de 1649 acolheu sem reбуçar. Com destemor, Vieira defendera, como se observou, que as entradas sociais se colocassem ao abrigo da pena de confisco. E, na verdade, acabou por se estabelecer um preceito garantístico de conteúdo muito amplo.

Em sobranceira indiferença relativamente à condição de cada um, qualquer interessado, nacional ou estrangeiro, podia participar na Companhia com os seus cabedais, e o monarca era «servido de lh'os segurar, com seus avanços, de qualquer arresto, embargo, denunciação, ou represalia, que contra elles haja, assim por penas em que tenham incorrido, ou incorreram pelo tempo em diante, na fôrma que está disposto no Alvará da confiscação. E sendo caso que esta Corôa quebre, ou tenha quebrado, pazes, treguas, concertos, ou alianças, com qualquer Reino, Estado, ou Nação, nem por isso se fará o dito arresto, embargo, sequestro, ou represalia, nos ditos cabedaes, e avanços; porque de tal modo hão de ficar

livres, isentos e seguros, como se cada um os tivera em sua casa». Tão sugestiva e solene proclama de pendor tranquilizante surgia afiançada debaixo de real palavra, como o artigo LI da instituição da Companhia Geral para o Estado do Brasil publicamente declarava.

Apesar do esforço persuasivo do Padre António Vieira em convencer os judeus à realização de entradas sociais, não poucos beneficiários da isenção de confisco tentaram eximir-se ao dever negociado. Compeliu-os a suprir o descuido o Alvará de 27 de Setembro de 1650. Aliás, a instituição da Companhia de 1649 registava uma significativa e intencional lacuna. Porventura deixado ao sabor do fluxo das subscrições judaicas, não estabeleceu o valor do capital social, nem sequer como um referente desejável.

Tratava-se de uma perigosa indefinição inicial, assente numa expectativa que a realidade dos factos veio a desmentir e que, progressivamente, se abandonou entre nós. Ainda em fontes jurídico-societárias do século XVII, esse montante surge já fixado, com eloquente clareza. Beneficiando do precioso auxílio do Alvará de 27 de Setembro de 1650, a cifra do fundo social ascendeu a um milhão e duzentos e cinquenta e cinco mil cruzados.

Um número, todavia, que permaneceu muito abaixo do que se vaticinava. E o modo como se angariou deu também motivo a uma apreciação severa relacionada com a violação do carácter voluntário das contribuições sociais. Desde pelo menos 1628 que, entre nós, uma sociedade mercantil se considerava incompatível com um sistema coercitivo de entradas. A tentação de capturar sócios à força gerava inconvenientes de monta, ao destruir a reputação de um comércio que não assumia por si contornos atraentes. Disso mesmo se fez eco uma consulta do Conselho da Fazenda de 23 de Janeiro de 1657 que falou em extorsões, observando que a Companhia do Brasil entrou em falta na reunião voluntária do cabedal prometido. Boa parte dele conseguiu-o de muitos a quem avivou o estigma de hebreus, quando o tempo lhes ia encobrando esse defeito. Sangrou, pois, a desonra entretanto esquecida.

Não fica por aqui o que o Padre António Vieira deixou insinuado à carta institutória de 1649. Um último aspecto merece saliência. Pretendemos aludir à necessidade de nobilitação da actividade mercantil que o Padre António Vieira alvitrou, defendendo positivamente que o rei «fizesse nobre a mercancia». Isto num voto de sentido amplo, ou seja, que o comércio não só não prejudicasse o

estatuto de nobre, como, sobretudo, constituísse um meio de o alcançar. Assim, muitas pessoas de qualidade e cristãos-velhos, conforme Vieira acentuou, se aplicariam ao exercício mercantil, com grande utilidade do Reino.

Ora, em idêntico trilho dignificante, se colocou a norma constitutiva da Companhia de 1649, ao dedicar uma particular consideração a um grupo restrito de interessados, assente, o que não se estranha, num critério económico baseado no valor das participações. O favor jurídico traduzia-se, em rigor, na criação de um direito especial que agraciava os sócios que entrassem na *societas* através de uma soma não inferior a dez mil cruzados, com o privilégio de homenagem. Ao arrempio do passado, a ligação ao comércio estava agora destinada a relampejar prestígio, distinguindo uns e carregando de lustre outros. O futuro bem o iria demonstrar, em manifesta reafirmação da tese que o Padre António Vieira exaltara na condição de profeta certo.

11. Em boa verdade, o Padre António Vieira combinou, a respeito dos planos de Companhias de comércio para o nosso país, a roupeta do extraordinário sonhador e a veste do diplomata realista. Se não se ignora o grandioso projecto fracassado das sociedades mercantis viradas a Oriente, há, por outro lado, quem assinale à fundação da Companhia Geral para o Estado do Brasil, em 1649, o único triunfo político do Padre António Vieira.

Fora de dúvida é que o empenho que colocou em tais empresas, a par da tolerância com os judeus do seu tempo, valeram-lhe os graves dissabores da devassa e da prisão, numa altura em que a doença já o fustigava. Contudo, o ilustre jesuíta tomou sobre si a corajosa lição de Séneca. Nunca pretendeu ser tão mofino que passasse toda a vida sem encontrar inimigo. Como o próprio verbo cristalino de Vieira explicitou, ter inimigos parece um género de desgraça, mas não os ter é indício certo de outra muito maior. A independência desassombrada e o critério sentencioso do Padre António Vieira protegeram-no sempre do risco de semelhante desventura.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 16 DE ABRIL DE 2009)

Arte e propaganda imagética em Goa no tempo de D. Aleixo de Meneses (1595-1612): a decoração do Mosteiro de Santa Mónica e os seus artistas

VÍTOR SERRÃO

(MEMBRO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS E PROFESSOR
CATEDRÁTICO DA FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

1. A CIDADE DE GOA, ROMA DO ORIENTE.

A cidade de Goa, capital do Estado português da Índia, considerada a *Roma do Oriente* na descrição de viajantes como Tavernier, Linschotten e Pyrard de Laval, era no fim do século XVI, quando o agostinho Frei Aleixo de Meneses assumiu a direcção do seu Bispado, um centro urbano, cultural e artístico de significativo destaque. A Monarquia Dual, assegurando as prerrogativas da administração portuguesa, contribuiu para criar um clima de favorecimento das artes e estimular a construção de uma notável arquitectura sacra e civil notável, em que se destacam figuras como o engenheiro-mor e arquitecto Júlio Simão ou Simonis, e os recém-identificados escultores canarins mestre Babuxa e mestre Santopa, os pintores Aleixo Godinho e João Peres, o ourives Jerónimo da Costa, os pedreiros Manuel Coelho e João Teixeira, o dourador António da Costa, e outros artistas e artífices, reinóis ou hindus convertidos, identificados na rica documentação do Arquivo Histórico de Pangim.

Os novos elementos de estudo permitem lançar luz sobre uma fase de grande prestígio da arte luso-indiana, de que restam ainda vários monumentos *in situ* como a Sé, Santa Mónica e o Bom Jesus em Goa, as ruínas da igreja da Graça, diversas capelas, e os templos da região de Cochim e Kerala erguidos e decorados sob o *munus* do mesmo prelado no início do século XVII e recém-estudados por Hélder Carita. A actividade de Aleixo Godinho, esquecido pintor nome ao serviço dos agostinhos, dos jesuítas e do Vice-Rei, adquire relevância por se tratar do enigmático «pintor Godinho» elogiado por Diogo do Couto a respeito das pinturas das Armadas da Índia, e que sabemos agora ter trabalhado para as igrejas

do «Monte Santo» de Goa: o Colégio do Pópulo, a igreja da Graça e o Mosteiro de Santa Mónica. Os frescos e pinturas a têmpera deste último (o maior cenóbio feminino no Império, com as suas cem freiras, hoje um instituto de Teologia cristã, tendo-se podido conservar) mostram uma produção maneirista de boa qualidade, e também actualizada, com cenas inspiradas em modelos de gravuras ítalo-flamengas de Roma e Antuérpia, a mostrar o engenho e domínio cenográfico da mão-de-obra artística goesa no início de Seiscentos, sob influência dos modelos maneiristas europeus, fortemente miscigenados com o gosto, a técnica e os referenciais hindus.

O estudo da arte luso-indiana no espaço do antigo Império português tem de ser assumido nos nossos dias como prioridade nas políticas patrimoniais do Estado português, num tempo em que se esbatem tanto a visão neocolonialista da História como pruridos chauvinistas contra os antigos testemunhos portugueses e se torna possível, por isso, o estudo sério, a conservação preventiva, o restauro integrado e a divulgação em rede turístico-cultural. Importa, pois, investigar a sério, em articulação com o Estado da Índia e outras entidades envolvidas, e com base nos fundos inéditos dos arquivos e nas remanescências da arquitectura e artes ornamentais, no sentido de preservar uma memória de prestígio e um testemunho de linguagens culturais miscigenadas que foi e é significativo nos territórios do antigo Império português onde, a par da língua, persistem testemunhos construídos e de equipamento artístico de significativa qualidade.

2. O MECENATO DE D. FREI ALEIXO DE MENESES COMO ARCEBISPO DE GOA E OS SEUS ARTISTAS: O ARQUITECTO JÚLIO SIMONIS E O PINTOR ALEIXO GODINHO.

O engrandecimento de Goa no tempo filipino deve-se não só à política da Monarquia Dual sobre as possessões portuguesas no Mundo, cuja administração se manteve, mas à postura intelectual do dinâmico *munus* de D. Frei Aleixo de Meneses nos anos em que esteve à frente do Arcebispado de Goa, que governou a Diocese entre 1595 e 1612, construindo igrejas, fortalezas e palácios, desenvolvendo-a em termos arquitectónicos e urbanísticos com o seu mestre de obras Júlio Simão, e estendendo a sua autoridade à região de Cochim, e Kerala, onde se

deslocou em 1599, em visita pastoral, impondo com o Sínodo de Diampar a integração da comunidade dos cristãos de São Tomé no rito romano e a sujeição do arcebispado de Angalamy ao de Goa. Nessa comitiva, Frei Aleixo fez-se acompanhar por artistas e artífices, o que explica o «carácter goês» de algumas construções e decorações então ordenadas na zona de Cochim e Kerala, como a igreja de Santa Maria de Angamaly, renovada em 1601 (776 da Era de Couvão), incluindo altares e decoração de frescos do *Paraíso* e *Inferno*, ou os frescos da igreja de Mar Shabot Mar Afrot, do princípio do século XVII, com óbvia influência de modelos maneiristas europeus.

Goa ainda hoje conserva, apesar das perdas inevitáveis, um acervo artístico deste período — pintura, escultura, talha, azulejo, esgrafito, ourivesaria — que é de capital importância para o estudo da arte indo-portuguesa da primeira metade do século XVII, precisamente a fase de maior esplendor das artes em Goa, e para a qual o historiador de arte Rafael Moreira chegou a propor a designação «estilo D. Fr. Aleixo de Meneses» a fim de caracterizar a construção oficial que se promoveu, com especificidades estilísticas e ecos serlianos, fiel à lição do Maneirismo italiano.

A actividade do pintor goês *Aleixo Godinho*, nome desconhecido de artista ao serviço dos agostinhos, dos jesuítas e do Vice-Rei, adquire agora uma inesperada relevância. Trata-se do enigmático «pintor Godinho» que foi elogiado por Diogo do Couto a respeito das pinturas das Armadas da Índia, e que sabemos agora ter trabalhado no início do século XVII para as igrejas do «Monte Santo» de Goa: o Colégio do Pópulo, a igreja da Graça e o mosteiro de Santa Mónica. Os frescos e pinturas a têmpera deste último mosteiro (que era o maior cenóbio feminino no Império, com as suas cem freiras e mais de duzentas noviças e criadas), e é hoje um instituto de Teologia cristã, assim se tendo conservado razoavelmente) mostram uma produção maneirista de grande qualidade, e também actualizada, com o seu acervo de cenas bíblicas, alegóricas ou hagiográficas, inspiradas em modelos de gravuras ítalo-flamengas de Roma e Antuérpia.

Foi mentor das obras de Santa Mónica Frei Diogo de Sant'Ana (1572-1644), um agostiniano ao serviço de Frei Aleixo de Meneses, monge de origem transmontana ligado a vários cargos relevantes na sociedade goesa do tempo dos Filipes, mecenas das artes, escritor, teólogo e historiógrafo, autor das mais importantes e esclarecedoras crónicas sobre o Mosteiro de Santa Mónica, responsável

pela execução de obras de Santa Mónica entre 1606 e 1627, e em 1637-1639, após o incêndio de Dezembro de 1636 que danificou as alas conventuais dos dormitórios e obrigou a célere reparação. Formado em Teologia na Universidade de Salamanca, professou em 1594 no Mosteiro da Graça em Lisboa, acompanhando Frei Aleixo quando foi designado Arcebispo de Goa e viajou em 1595, com apertada comitiva, para a *Roma do Oriente*. Mandado para acção missionária na Pérsia, foi prior do Convento de Ispaão, convertendo o patriarca arménio David e centenas de gentios, assumiu o cargo de administrador e confessor do Mosteiro de Santa Mónica, foi membro da Mesa da Consciência e Ordens, Deputado do Santo Ofício, mestre dos noviços, prior do Convento de Nossa Senhora da Graça e Reitor do Colégio de N.^a S.^a do Pópulo em Goa, cidade onde morre em 6 de Outubro de 1644. Sobre este Frei Diogo de Sant’Ana existe estudo recente do autor e de Maria Adelina Amorim («Arte e História do Mosteiro de Santa Mónica de Goa, à luz da ‘Apologia’ de Fr. Diogo de Santa Ana (1633)», em colaboração com Maria Adelina Amorim, in *Problematizar a História — estudos em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, ed. Caleidoscópio e Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 677-713). Sobre os citados artistas, está no prelo, pelo autor desta comunicação, sobre os artistas envolvidos nas obras da Goa filipina (saído entretanto, bilingue, com o título «Pintura e Devoção em Goa no Tempo dos Filipes: o Mosteiro de Santa Mónica no ‘Monte Santo’ (c. 1606-1639) e os seus artistas» («Painting and worship in Goa during the period of iberian union: the Santa Mónica monastery at ‘Monte Santo’ (c. 1606-1639) and its artists»), revista *Oriente*, n.º 20, 2011, pp. 11-50).

A arte do tempo de Frei Aleixo de Meneses documenta essa qualidade miscigenada, cenográfica, absolutamente poderosa na sua força comunicacional, que a aparenta — no que toca aos ciclos de pintura, por exemplo — à grande decoração imagética do mundo hispano-americano — caso do Peru, por exemplo, com os murais dos pintores indígenas Luís de Riãno e Diego Cusi Husmán na igreja de San Pedro de Andayuillas, em Cuzco (Peru), de c. 1615-27, ciclo coevo do de Santa Mónica de Goa e se assume bom testemunho miscigenado de modelos imagéticos de influência maneirista europeia (Roma, Antuérpia, Sevilha) com utilização de idênticos modelos europeus contra-reformados, e com elementos decorativos e modelos de figura de sabor tipicamente andino.

3. O ESTUDO DA ARTE INDO-PORTUGUESA À LUZ DE NOVAS ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO.

O estudo da *arte luso-indiana* no espaço do antigo Império português tem de ser assumido como uma prioridade nas políticas patrimoniais, num tempo em que se vão esbatendo, quer a visão neocolonialista da História, quer os pruridos chauvinistas contra os antigos testemunhos portugueses nesses territórios. Importa, pois, investigar a sério, com base nos fundos inéditos dos arquivos e nas remanescências da arquitectura e artes ornamentais, no sentido de preservar uma memória de prestígio e um testemunho de linguagens culturais miscigenadas que foi e é significativo. Os monumentos e peças artísticas que subsistem do antigo Império luso em terras da Índia testemunham esse processo de miscigenação de culturas e a força criativa da produção luso-indiana durante a Idade Moderna.

É importante definir, antes de mais, a noção epistemológica de *Arte do antigo Império Português* (ao invés de *Arte Colonial*, ou *Arte Ultramarina*), a justificar um significativo reforço de investigações pluri-disciplinares, estudo, inventário, divulgação, salvaguarda, conservação, restauro e debate científico. Os estudos desta arte do antigo Império, explorada com maior ênfase no caso do Brasil mas abrangendo também as artes da Índia portuguesa (Goa, Damão, Diu), analisada por Mário Tavares Chico e Carlos de Azevedo, e os do Extremo Oriente, Macau e Timor, bem como os de Marrocos e costa africana, que Pedro Dias divulgou, têm dado origem no último meio século a uma série de estudos que se caracterizam (e continuam a caracterizar) por três vertentes concomitantes:

- a) *re-valorização do pitoresco* (as «artes decorativas», por exemplo o mobiliário e escultura luso-indiana, a arte «*nam-bam*», os bronzes do Benim, a talha barroca mineira);
- b) *sub-valorização das expressões locais* (sob o estigma de um decadentismo que seria sempre inevitável, como se outra solução criativa não fosse possível, longe da influência do «centro»);
- c) *a contribuição de temas «de retorno»* que vêm enriquecer, numa espécie de mais-valia aberta pela Expansão ultramarina, novos repertórios europeus (figuras híbridas, exotismo da fauna e flora, o índio e o selvagem, etc).

Tais perspectivas sobre a arte do Mundo Português, testemunho de determinada visão das artes (reduzida, apesar dos méritos dos resultados obtidos), têm impedido as comunidades de *saber olhar em conjunto* para o seu património artístico, desvendar qualidades de produção autóctone e reavaliar em exacta contextualização (por entre as redes de influências díspares que se abriram com o curso da História) as pulsões originais, já intuídas por Chico e Carlos de Azevedo ou Maria Helena Mendes Pinto. Os mais recentes estudos de Hélder Carita, Teotónio R. de Souza, Pedro Dias, Nuno Vassalo, Luís Filipe Reis Thomaz, António Nunes Pereira, Paulo Varela Gomes, Alexandra Curvelo e José Meco, entre outros, abrem caminhos para novas e desejáveis visões de síntese, hoje possíveis de concretizar. Neste campo de pesquisas, impõe-se obviamente estudar o «retorno» e avaliar o «pitoresco», mas em dimensão integrada que, sem absurdas derivas neo-colonialistas ou (no pólo oposto) ultra-chauvinistas, saiba reavaliar os *tecidos artísticos* — que são sempre fruto de bravuras e limitações, enriquecimentos e seguidismos, ousadias e retomas anacrónicas, constantes vernáculos e fugas rupturais, etc., e se entrecruzam, por vezes de modo extraordinário, numa mesma obra e num mesmo artista.

Numa visão sobre as valências artísticas do denominado Maneirismo de Goa — um dos monumentos emblemáticos que importa destacar e que enobrece o património da velha «Goa Dourada», ou «Roma do Oriente», antiga capital portuguesa das chamadas Índias Orientais — a conferência destaca o acervo do Mosteiro de Santa Mónica, fundado em 1606 pelo Arcebispo D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) e erigido entre 1611 e 1627, que conserva, apesar das vicissitudes um acervo artístico de capital importância para o estudo do que se convencionou chamar arte indo-portuguesa. É «um dos maiores edifícios levantados pelos portugueses no ultramar», como escreveu o historiador de arte Carlos de Azevedo, que integrou, com Mário Chicó, o arquitecto Humberto Reis e o fotógrafo José Carvalho Henriques, a brigada de estudo do património mandada à Índia em 1951. Os artistas que intervêm na construção por Frei Diogo de Sant'Ana, mentor da obra, foram os mesmos das obras do Mosteiro de Nossa Senhora da Graça e do Colégio do Pópulo, no chamado Monte Santo de Goa, colina privilegiada dos agostinhos: o engenheiro-mor Júlio Simão ou Simonis, que actua em Goa de 1596 a 1632 e foi o arquitecto, os pedreiros Manuel Coelho e João Teixeira, o escultor mestre Babuxa, o entalhador Santopa, o dourador António da Costa,

e alguns pintores de muito mérito e vasta actividade, com destaque para Aleixo Godinho e João Peres. A casa, destinada a cem «donzelas e viuvas virtuosas», recebeu bula de Paulo V (1613) e breve de Gregório XV (1622) e foi do Padroado Real (1636). Ainda conserva, apesar das perdas, um acervo de pintura, escultura, talha, esgrafito, azulejo e pratas de capital importância para estudo da arte indo-portuguesa nesta fase de esplendor de Goa.

4. CONCLUSÕES.

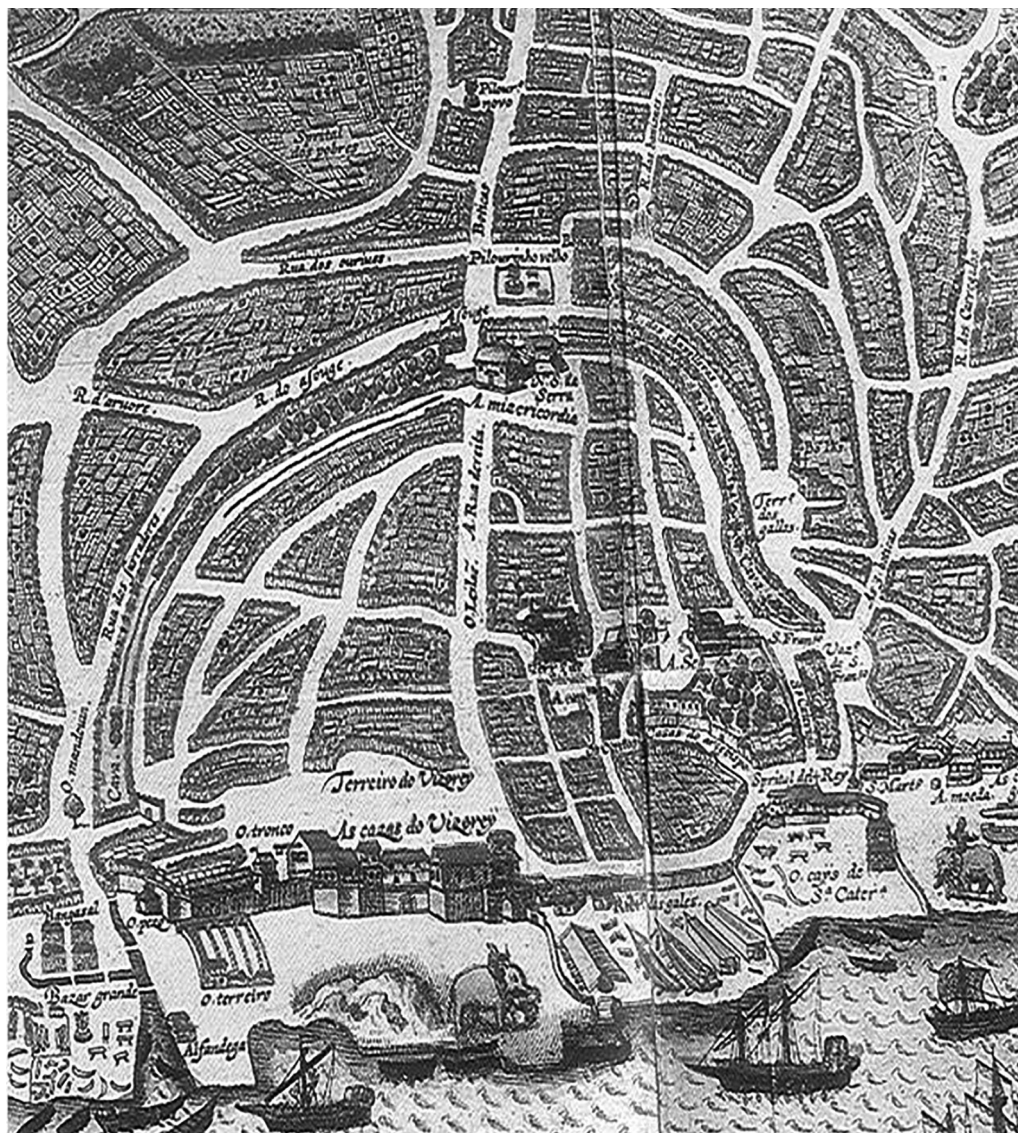
O estudo histórico-artístico sistematizado (e contextualizado) destas realidades artísticas ainda mal pressentidas pelos historiadores de arte revalorizará o conhecimento sobre o Património dos espaços lusófonos, prioridade das prioridades nas políticas de conservação, restauro, investigação e re-conhecimento do Estado português.

Trata-se de ponte privilegiada para o diálogo e o alargamento de relações com outros povos e culturas que, no melhor e no pior da História, estiveram e continuam ligados por profundas marcas de hibridismo e miscigenação numa longa experiência vivencial em que as artes tiveram papel relevante e que merece ser estudada e devidamente preservada enquanto identidade comum.

O caso da pintura, da imaginária e das artes decorativas em Goa nos séculos XVI e XVII, ainda insuficientemente estudada, apesar da riqueza dos fundos arquivísticos e da abundância de espécimes sobreviventes, constitui um desses capítulos da arte com marca portuguesa que se impõe absolutamente revalorizar.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 14 DE MAIO DE 2009)

BIBLIOGRAFIA: As fontes bibliográficas essenciais e a documentação inédita em que assentam os dados desta comunicação saíram entretanto no artigo «Pintura e Devoção em Goa no Tempo dos Filipes: o Mosteiro de Santa Mónica no 'Monte Santo' (c. 1606-1639) e os seus artistas» («Painting and worship in Goa during the period of iberian union: the Santa Mónica monastery at 'Monte Santo' (c. 1606-1639) and its artists»), revista *Oriente*, n.º 20, 2011, pp. 11-50.



1. Planta de Goa no fim do século xvi, segundo o *Itinerario* de Jan Huyghen van Linschotten.



2. Pinturas murais da cobertura de uma das capelas do antigo Mosteiro de Santa Mónica em Goa, atribuídas à oficina de Aleixo Godinho, cerca de 1620.



3. *Sagrada Família*, pormenor das pinturas murais de uma das capelas do antigo Mosteiro de Santa Mónica de Goa, atribuídas à oficina de Aleixo Godinho, cerca de 1620.



4. Pormenor do retábulo da igreja de Santa Mónica, do imaginário canarim Mestre Babuxa, c. 1625: figuras da predela representando os *Sete Arcanjos*.



5. Pormenor da fachada da igreja do extinto Mosteiro de Santa Mónica, traça atribuída ao arquitecto Júlio Simonis ou Simão, c. 1606.



6. Pormenor de representação híbrida, com *najinas*, do púlpito da igreja do Bom Jesus de Goa, 1.^a metade do século XVII.

Um tesouro para a investigação científica: Os Relatos de Henrique Dias de Carvalho sobre a sua «Expedição ao Muatiânvua» na Lunda/Angola (1884-1888)¹

BEATRIX HEINTZE

SUMÁRIO

Os relatos que Henrique Dias de Carvalho nos deixou sobre a sua expedição à Lunda, ao afamado Reino do Muâtianvua, são imponentes em termos de conteúdo e dimensão. Pretendo mostrar as razões pelas quais estes relatos, a meu ver, constituem uma fonte invulgar, verdadeiramente sensacional, para um investigador interessado na História da África Central e que a inclusão e contextualização das diversas informações sobre um aspecto particular da sua obra proporcionam um conhecimento surpreendente não só sobre a História desta região na segunda metade do século XIX, mas também sobre a sua política quotidiana interna no tempo de Carvalho. Sobretudo, pretendo salientar que os seus relatos ultrapassam em larga medida a simples recolha de informações isoladas, de entre as quais podemos escolher as que mais nos convêm.

A título de exemplo, proponho os seguintes temas: 1. O papel dos Luso-africanos a Leste do Kwango; 2. Estratégias e contra-estratégias relacionadas com a intensificação da comunicação por acção do comércio de longa distância nesta região; e 3. O parentesco fictício e as tradições de origem como estratégias políticas.

¹ Texto apresentado na Academia das Ciências de Lisboa ao 28 Maio de 2009 no acto da admissão como Académica Correspondente Estrangeira (com bibliografia actualizada). Agradeço a Marina Santos a tradução deste trabalho para português. Entretanto foi publicada, com a autorização da Academia, uma versão revista, em inglês, sob o título «A Rare Insight into African Aspects of Angolan History: Henrique Dias de Carvalho's Records of his Lunda Expedition 1884-1888» in Joseph C. Miller, Philip J. Havik e David Birmingham (eds.), *A Scholar for All Seasons: Jill Dias, 1944-2008*, volume especial de *Portuguese Studies Review* 19 (1-2), 2011, pp. 93-113.

INTRODUÇÃO

Há mais de quarenta anos que as minhas investigações têm incidido principalmente sobre Angola e a África Centro-Occidental. Por isso, gostaria de falar hoje também sobre essa área geográfica, ou mais precisamente sobre a região situada a Leste do Kwango, que também inclui o antigo *commonwealth* lunda², durante o século XIX. Mas, ao mesmo tempo, gostaria de reforçar hoje, neste ilustre local, as pontes entre Portugal e Angola. Na minha área de pesquisa, ninguém me parece ser mais indicado para cumprir essa função, do que Henrique Augusto Dias de Carvalho. No entanto, não pretendo — à excepção de algumas palavras introdutórias — fazer um relato da sua biografia ou da sua grande expedição de quatro anos ao interior de África. Nem a sua missão oficial, nem as suas ambições pessoais, nem sequer o contexto económico e político desse empreendimento monumental estarão no centro desta minha apresentação. Em vez disso, pretendo salientar, com base em temas por mim investigados, o valor dos seus relatos para as investigações científicas actuais e a razão por que eles são muito mais do que um mero conjunto de informações isoladas, de entre as quais podemos escolher as que mais nos convêm.

Comecemos com algumas informações gerais sobre o próprio Carvalho, a sua expedição à Lunda e a sua obra.

Henrique de Carvalho, que viveu entre 1843 e 1909, seguiu a carreira militar que inicialmente o conduziu a Macau (1867-1873), São Tomé (1873-1876) e Moçambique (1877-1878). As suas experiências em Angola, como Engenheiro Auxiliar solicitado pelo Ministério das Obras Públicas (1878-1882), nos quatro anos seguintes deram origem ao projecto de uma grande expedição à Lunda que ele acabou por realizar, com outros dois participantes (Agostinho Sisenando Marques e Manuel Sertório de Almeida Aguiar), entre 1884 e 1888, por incumbência do Ministro da Marinha e Ultramar, em condições extraordinariamente difíceis. Este muito ambicionado empreendimento envolvia uma vasta actividade política, económica e científica, bem como enormes expectativas. Na minha presente comunicação tematizarei apenas alguns aspectos dos resultados *científicos*. Foi em consequência desta expedição que mais tarde foi criado o distrito de Lunda,

² Um termo introduzido por Jan Vansina (1998c, p. 1 nota de rodapé 1).

cujo primeiro governador foi Carvalho (1895). No entanto, este fracassou muito rapidamente na sua missão, tendo sido demitido do cargo e preso. Regressado a Lisboa, todas as acusações contra ele foram levantadas, como se prova pela sua promoção a general. A sua última comissão foi passada em África, como Administrador da Guiné (1898-1899).³

Os relatos que Henrique de Carvalho nos deixou sobre a sua expedição à Lunda⁴ são imponentes em termos de conteúdo e dimensão. Só a sua obra publicada engloba aproximadamente 7000 páginas. Os seus livros mais importantes são o relato em quatro volumes *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua* (1890-1894), o volume *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua, domínios da soberania de Portugal* (1890), com cartas, contratos e outros documentos, para além da quintessência das suas pesquisas históricas e etnográficas reunidas em *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda* (1890). A estas obras acrescem ainda numerosos manuscritos em diversos Arquivos, muitos dos quais não foram publicados e que só agora serão alvo de uma sistematização. Carvalho remete frequentemente para o seu diário de viagem, que ele, obcecado com a sua missão, manteve escrupulosamente, quase dia após dia. Felizmente, Carvalho cita repetidamente grandes trechos desse diário e utiliza-os de forma mais ou menos alterada no seu relato de viagem publicado e nas suas numerosas cartas, escritas na mesma altura.

Invulgar é também o seu grande álbum de fotografias, que infelizmente não foi publicado até agora e de que eu consegui descobrir cinco exemplares — algo diferentes no que respeita à composição e esclarecimentos — em Portugal e na Inglaterra.⁵ Contêm, para além dos numerosos retratos individuais, desde simples carregadores até dignitários africanos altamente colocados e outras imagens realizadas por Manuel Sertório de Almeida, participante na expedição. As fotografias fornecem preciosas informações adicionais, graças às explicações detalhadas de Carvalho sobre cada uma delas. A análise destas imagens no contexto

³ Cf. relativamente à biografia de Carvalho, J.A. de Noronha Dias de Carvalho 1975 e Cantinho 2005, pp. 347-377; 2012.

⁴ Ver bibliografia.

⁵ Na Sociedade Portuguesa de Empreendimentos em Lisboa, no Ministério dos Negócios Estrangeiros em Lisboa (AHD/MNE), nas sociedades de Geografia de Lisboa e Londres, na Biblioteca Nacional de Lisboa. No Instituto Antropológico da Universidade de Coimbra, descobri fotografias soltas, sem legendas. Infelizmente, a publicação de um destes álbuns, preparada por Ana Paula Tavares, fracassou por falta de financiamento para um projecto tão dispendioso. Detalhes em Heintze 2013, pp. 461-463.

dos relatos de Carvalho contradiz, pelo menos neste caso, não só a tese do africano intimidado e abúlico como objecto fotográfico, mas também o rótulo atribuído à fotografia histórica em África, como «retrato de tipos étnicos» despersonalizante, por oposição ao retrato fotográfico individual, na Europa, e em épocas posteriores. Isto porque Carvalho utilizava, *simultaneamente*, os retratos com dados biográficos, no seu álbum e no seu relato de viagem — alterando correspondentemente as legendas — como fotografias de tipos étnicos na sua síntese histórico-etnográfica.⁶

Por fim, existe na Sociedade de Geografia um número considerável de objectos etnográficos recolhidos durante a referida viagem, que recentemente foram trabalhados e publicados de forma exemplar.⁷

Perante esta abundância de fontes, com centenas de nomes africanos e constantes repetições, apenas com ligeiras variações, um leitor que não se interesse muito pelo pormenor, depressa ficará com uma sensação de fastio. Mas, mesmo os cientistas ávidos de saber, parecem ter capitulado a dada altura. Isto manifesta-se pelo facto de estes, quando utilizam Carvalho como fonte, se reportarem sobretudo à sua síntese histórico-etnográfica, retirando, quando muito, uma ou outra informação adicional do primeiro volume do seu relato de viagem. Só muito raramente utilizam sistematicamente todos os depoimentos acerca de um tema, analisando o seu valor como fonte e o respectivo contexto. É verdade que o trabalho com base nesta fonte, em tempos como os nossos, programados para a obtenção rápida de resultados, é muito dificultado pela inexistência de índices onomásticos e gerais em todos os livros de Carvalho.

Eu pude, durante um ano, dar-me ao luxo de realizar esse trabalho preliminar e gostaria de mostrar, com base em três exemplos, as razões pelas quais os relatos de Carvalho, a meu ver, constituem uma fonte invulgar, verdadeiramente sensacional, para um investigador interessado na História da África Central e que a inclusão e contextualização das diversas informações sobre o referido tema na sua obra proporcionam um conhecimento impensável não só sobre a História desta região na segunda metade do século XIX, mas também sobre a política quotidiana no tempo de Carvalho. A título de exemplo, escolhi para hoje os

⁶ A este respeito, ver Heintze 1990; 1994; 1999c, pp. 7-8; 2013, cap. X-XII.

⁷ Ver Cantinho 2005, pp. 382-407; 2012.

seguintes temas: 1. O papel dos Luso-africanos a Leste do Kwango; 2. Estratégias e contra-estratégias relacionadas com a intensificação da comunicação por acção do comércio de longa distância nesta região; e 3. O parentesco fictício e as tradições de origem como estratégias políticas.

Como não pretendo aprofundar aqui os métodos de Carvalho para o trabalho de campo, gostaria, pelo menos, de salientar que nenhum outro investigador que na altura viajou pelas regiões a Leste do Kwango deu tanta importância como ele aos seus conhecimentos linguísticos. Carvalho aprendeu a língua lunda durante a viagem e esforçou-se em todos seus relatos por traduzir, de modo fidedigno, as designações locais para outras línguas.

1. OS LUSO-AFRICANOS NA ÁFRICA CENTRAL NO TEMPO DE CARVALHO

Os nossos conhecimentos sobre os Luso-africanos na costa de Angola e no *hinterland* de Luanda foram enriquecidos nos últimos anos por uma série de estudos de arquivo.⁸ No entanto, sobre o interior de África, existem poucas fontes relevantes. Os comerciantes e os exploradores que na altura percorriam as regiões a Leste do Kwango, entre os quais numerosos alemães, deixaram apenas observações esporádicas e, na maioria das vezes, muito resumidas. Só a análise sistemática dos relatos de viagem de Carvalho é que nos forneceu um manancial de novos conhecimentos que eu pude apresentar, numa série de publicações.⁹

Os filhos de pais portugueses, nascidos em Angola, e sobretudo os seus descendentes haviam adquirido, ao longo dos tempos, um protagonismo crescente. Em especial, na populosa região de Ambaca, formara-se, no decurso do século xvii e xviii, uma elite luso-africana independente dos sobados tradicionais. Tratava-se de um grupo muito heterogéneo, difícil de delimitar, sujeito a mudanças constantes que, no final do século xviii, desenvolveram uma identidade própria, identidade essa que, gradualmente, se foi libertando dos condicionamentos

⁸ Ver sobretudo Candido 2007, 2011, 2013; Corrado 2008; Dias 1984, 1998, 2000b; Ferreira 2003, 2007; Heywood e Thornton 2007; Miller 1988; Pantoja 1998, 2007; Vansina 2001, 2005.

⁹ Ver sobretudo Heintze 2004, 2004/2005, 2007b, 2010a, 2010c, 2011, 2013, cap. V e VI.

geográficos que estavam na sua origem e que foi adquirindo conotações culturais e sociais — os Ambaquistas. A língua materna destes Ambaquistas era, de um modo geral, o Kimbundu, mas eles orgulhavam-se de falar também o português, e muitos deles sabiam ler e escrever. Eram baptizados e consideravam-se cristãos convictos. Como símbolo exterior do seu estatuto elevado, estes Luso-africanos calçavam sapatos e usavam trajes europeus. Entre eles encontravam-se, além disso, numerosos artesãos especializados. Os Ambaquistas conquistaram especial reputação como comerciantes astutos e empreendedores que se aventuravam em viagens que iam penetrando cada vez mais no interior africano. Em meados do século XVIII, já haviam chegado à capital do *mwant yav*, o poderoso governante da Lunda, no interior de África.¹⁰ Como investiam os seus lucros principalmente na aquisição de escravos (esposas e criados em idade infantil), dispunham sempre de um enorme séquito de parentes e dependentes, que, por sua vez, contribuíam para cimentar as suas posições sociais e económicas e alargar os seus empreendimentos. No século XIX, que na África Central constituiu o grande século do comércio de longa distância, os Ambaquistas tornaram-se notáveis peritos nesse tipo de actividade.

Os Ambaquistas consideravam-se portugueses e «brancos», o que não correspondia a um determinado aspecto físico, mas a certas características culturais. Raramente tinham uma pele clara. «Eu sou preto mas com o coração de branco»¹¹ definiu-se, certa vez, um dos carregadores de Carvalho. Esta atitude levou a que muitos dos portugueses brancos (e outros europeus) os encarassem com particular desprezo, devido aos seus preconceitos racistas. Os Ambaquistas, por seu turno, adoptavam os valores europeus, para se distanciarem dos outros africanos «não civilizados», tratando-os como «selvagens».¹²

É sobretudo graças aos apontamentos de viagem de Carvalho que hoje possuímos informações sobre a presença dos Ambaquistas em numerosos sobados situados entre o Kwango, o Lulua e o alto Zambeze, na segunda metade do

¹⁰ Documento 301 do arquivo de António Álvares da Cunha no Arquivo da Universidade de Coimbra, redigido, provavelmente, quando foi governador de Angola, entre 1754 e 1758. Citado in Vansina 2000, pp. 56-58.

¹¹ Xavier Domingos Paschoal 1887, numa carta a Carvalho in Carvalho 1890-1894, IV, p. 723.

¹² Relativamente aos Ambaquistas, ver Miller 1988: cap. 8; Dias 1998, pp. 363-364; 1986, pp. 291-295, 298, 303; e sobretudo Dias 2000b; Heintze 2004, cap. I.3 e III.1; 2004/2005; Buchner in Heintze 1999b, pp. 177-178.

século XIX. Carvalho relata que, naquele tempo, ou seja, nos anos oitenta, raras eram as aldeias lunda que não se gabavam de ter um desses «portugueses» no seu seio e que era possível encontrar muitos dos chamados «filhos de Ambaca», ou indivíduos que se faziam passar por tal, até ao grau de longitude 24, entre o Cassai e o Zambeze.¹³

A fim de mostrar a complexidade destes processos postos em marcha pelo comércio distante, gostaria de referir brevemente o exemplo de Lourenço Bezerra Correia Pinto, o membro mais conhecido da notável família luso-africana de comerciantes no interior da África Ocidental, no século XIX. Carvalho constitui, neste caso, mais uma vez, a fonte mais importante. Lourenço Bezerra e os seus parentes desempenharam um papel fundamental no comércio distante entre os portugueses e o *commonwealth* lunda, os Luluwa, os Kete e os Kuba. Mais tarde, destacaram-se também como intérpretes, guias e informadores das expedições científicas alemãs e portuguesas.¹⁴

Lourenço Bezerra era oriundo do distrito de Golungo, na Angola portuguesa. A sua língua materna era o Kimbundu, mas dominava a língua portuguesa, na oralidade e na escrita, tendo mais tarde adquirido também um conhecimento perfeito da língua Lunda. Vestia-se à europeia e estava familiarizado com a agricultura local e a agricultura europeia. Nos anos quarenta do século XIX já fazia viagens comerciais bem sucedidas à região da Lunda, ao serviço da feitoria de uma firma portuguesa. Em 1862, fundou, a convite do rei da Lunda, uma colónia com a sua família, mais alguns Ambaquistas e outros seguidores. Ao longo dos anos, esta foi, a pouco e pouco, conseguindo estabelecer o monopólio do comércio entre a Angola portuguesa e a Lunda. Este facto foi, mais tarde, omitido ou menosprezado pelos exploradores alemães, a fim de reduzir a importância da sua participação nas chamadas «viagens de descobrimentos» ao *commonwealth* lunda.

Quando, em 1887, Carvalho chegou à capital da Lunda à beira do Calanhi, ainda encontrou vestígios de culturas introduzidas nessa região, em parte por

¹³ Carvalho 1890c, pp. 19-20; 1990a, pp. 482-483, ver também pp. 102, 104; relativamente à expansão dos Ambaquistas, ver Heintze 2004, cap. II.1., II.5., II.6., III.1.; e ainda Buchner in Heintze 1999b, pp. 279, 280, 290; Carvalho 1890-1894, I, p. 481; II, pp. 8, 92, 110, 114, 192, 249, 292, 307, 418-419; III, pp. 97, 529, 557, 644, 649, 736, 831, 896; Livingstone 1858, pp. 478; 1963, I, p. 227.

¹⁴ Ver detalhes in Heintze 2007b, 2010a, 2010c.

Lourenço Bezerra: couve, cebolas, feijão, tomate, beringelas, azedas, chicória, rábano, abóbora, melancia, amendoim, figos, batata doce, mandioca, algodão e sobretudo tabaco, para além de arroz, agora cultivado pela primeira vez nesta região.

Influenciado por Bezerra, o rei da Lunda incentivou o cultivo intensivo do tabaco pelo seu povo, a fim de se poder tornar autónomo nesta área.

Na colónia verificava-se também uma grande actividade artesanal. Teciam-se panos e cobertas de algodão e outras fibras vegetais, a partir das quais se faziam camisas, jaquetas, casacos e coletes, fabricavam-se sapatos com solas de madeira, grandes esteiras, cestos e chapéus de cânhamo e outras fibras vegetais, imitando a forma dos chapéus de palha europeus, produziavam-se artigos sofisticados de barro, facas e garfos, fechaduras, machados e ganchos de ferro, colheres, cadeiras, bancos, mesas, grandes caixas e portas de madeira, enrolavam-se charutos e produzia-se aguardente a partir da cana de açúcar.¹⁵ Foi também Lourenço Bezerra o responsável pela importação de touros como animais de criação.¹⁶

Bezerra dava aulas de língua portuguesa, ortografia e aritmética elementar, nas quais participavam alguns dos jovens que cada um dos chefes tinha de oferecer ao rei como criados. Por ordem expressa do rei, cada um destes jovens deveria aprender um ofício. Em 1887, Carvalho ainda encontrou, junto ao Calanhi, três Lunda que sabiam falar e escrever o português. Haviam sido alunos de Lourenço Bezerra.¹⁷

Através de Carvalho, ficamos a saber que, também noutras regiões, os Ambaquistas ensinavam aos seus filhos e aos dos nativos a língua, a ortografia e a

¹⁵ Carvalho 1890-1894, II, p. 851 nota de rodapé; III, p. 913; IV, pp. 227-229, 232, 234, 243; 1890a, pp. 258-261; 1890c, pp. 208; 1892, pp. 211-212, 334-335.

¹⁶ Em 1882, a manada real espalhada pelo território, era alegadamente composta por 1200 peças (Carvalho 1890a, p. 260). No entanto, este número não é muito fiável, uma vez que, dois anos antes, Buchner encontrara apenas seis touros e uma vaca na Mussumba (Buchner in Heintze 1999b, pp. 209-210). O único chefe do interior, em cujo território Buchner ainda encontrara gado bovino — cinco touros e uma vaca — fora o Caúngula. No entanto, as cavalgadas de Buchner constituíam uma novidade, de tal modo valorizada em Mataba, que eram denominadas de «cabras grandes». Segundo os relatos feitos a Carvalho, antes da tomada de posse pelo *mwant yav* Ambumba, matavam-se bois diariamente, pelo que este já só encontrou seis cabeças (1890a, pp. 598-599). Por esta razão, a abundância de gado bovino na Lunda deve ser atribuída apenas ao governo do seu antecessor Muteba. Ver Carvalho 1890a, p. 34 (mais de 1400 no tempo de *mwant yav* Muteba); ver também 1890-1894, III, p. 913.

¹⁷ Carvalho 1890a, p. 260; ver também 1890-1894, III, p. 913; IV, pp. 201, 208, 228-229; Heintze 2004, cap. II.1.

aritmética portuguesa.¹⁸ A procura era grande em toda a parte, já que se reconhecia que o conhecimento desta *língua franca* constituía uma vantagem para os negócios.¹⁹ É a Carvalho que devemos a indicação de que, mesmo nas regiões mais distantes do litoral, cada vez mais chefes contratavam Luso-africanos como secretários para as suas cortes e utilizavam cartas redigidas em português na correspondência comercial com os comerciantes portugueses e os Luso-africanos, bem como com outros chefes africanos. E, mais uma vez, é Carvalho que divulga à posteridade a existência de cerca de uma dúzia destas cartas.²⁰ Com isto, os Luso-africanos iniciaram um processo, a Leste do Kwango, que forneceu as bases para que a língua portuguesa aí se estabelecesse desde os tempos mais remotos.

Isto constitui apenas uma parcela ínfima das informações que Carvalho nos forneceu, sobretudo através dos seus relatos de viagem, sobre os Luso-africanos no interior da África, na sua época — um aperitivo que desperta o interesse para leituras mais profundas.

Consideremos agora o meu segundo tema, que se ocupa da intensificação das comunicações no interior de África, decorrentes do crescente comércio distante.

2. A COMUNICAÇÃO NO INTERIOR DE ÁFRICA NO TEMPO DE CARVALHO

A África Centro-Occidental apresenta uma história de modernização a longo prazo na área dos transportes e comunicações, na qual os processos de apropriação e inovação desempenharam um papel fundamental. As ligações de transporte e comunicação que cobriam vastas distâncias alteraram e marcaram profundamente a estrutura espacial desta região, bem como a História e as condições de vida dos seus habitantes. Neste processo, não foi apenas a exportação ou importação de «bens materiais» (incluindo escravos) que desempenhou um papel fundamental, mas também o acesso à informação e conhecimento de todo o tipo (ou a privação deste), bem como a divulgação de notícias e rumores. A rede de

¹⁸ Carvalho 1890-1894, II, p. 8 (junto aos Shinje), III, p. 648 (junto aos Luluwa).

¹⁹ Carvalho 1890-1894, I, p. 421.

²⁰ Ver Apêndice in Heintze 2004/2005; 2013, cap. V.

comunicação supra-regional, que no século XIX se foi tornando cada vez mais apertada, e a integração de um número crescente de regiões do interior de África nesta realidade global conduziram aí ao desenvolvimento de novas estratégias para enfrentar esse desafio.

Graças aos relatos pormenorizados de Carvalho, que não se limitam à apresentação das suas sínteses, mas que contêm uma descrição, passo a passo das suas observações e experiências muito específicas, é possível detectar e analisar muitos destes processos também para as regiões a Leste do Kwango. Os seus diários e cartas, que reproduzem quase textualmente numerosas conversas e discussões com reis, chefes, conselheiros, guias de caravanas e carregadores africanos, dão-nos uma visão relativamente vasta dos «bastidores», pouco habitual nos relatos de viagem daquela época.

Era nas informações e experiências das caravanas de regresso que se baseavam as decisões acerca do «se», «como» e «quando» de novos empreendimentos. Durante o trajecto, as caravanas estavam mais interessadas nas condições específicas das suas rotas de viagem: no percurso mais favorável e nas possíveis alternativas, nos obstáculos, barreiras alfandegárias e outros condicionamentos a evitar; nas informações sobre segurança, alimentação e relações políticas, e também em informações sobre novos mercados promissores e novas oportunidades comerciais. A isto acrescia a necessidade de uma reavaliação constante, para determinar se o destino escolhido estava de acordo com os objectivos traçados. Em cada aldeia por onde passavam, estas coordenadas eram actualizadas e enriquecidas com novos detalhes e novidades fornecidos pelas caravanas de regresso. Os dirigentes das caravanas trocavam entre si e com os chefes das aldeias e os governadores de chefados as suas informações, conhecimentos geográficos e experiências. Foi também deste modo que os exploradores conseguiram, a pouco e pouco, avançar pelo interior. Os governantes locais, por sua vez, aproveitavam as visitas destes viajantes para se informarem sobre as regiões mais distantes, a fim de orientarem a sua política de acordo com as circunstâncias e quiçá organizarem, eles próprios, uma caravana para aquelas regiões.

Desta forma, notícias e informações variadas espalhavam-se por centenas de quilómetros, como evidenciam os exemplos das caravanas comerciais de Saturnino de Sousa Machado e António Lopes de Carvalho, bem como da expedição de Hermann von Wissmann ao Lulua. As suas actividades e consequências foram

relatadas com surpreendente frequência e detalhe a Carvalho na sua viagem à capital da Lunda, a grande distância, principalmente pelas caravanas Mbangala de regresso, ou pelos chefes africanos que as tinham acolhido.²¹

Se, porém, as notícias trazidas de longe vinham tingidas de medo, era difícil avaliar a sua veracidade. Os relatos de conflitos armados, assaltos ou *razzias* de escravos, nomeadamente, eram muitas vezes reproduzidos de forma bastante exagerada e distorcida. O que podia transformar meia dúzia de assaltantes Chokwe numa invasão iminente «dos» Chokwe em geral.²² Carvalho permite-nos tomar consciência da dificuldade destes processos de avaliação. Em especial, quando se tratava das intenções secretas de caravanas de grandes dimensões, de algum modo incomuns, os rumores disparavam. Na maioria das vezes, expressavam, de um modo bastante exacto, os próprios receios resultantes de más experiências ou uma consciência pesada.

Não admira que as raras caravanas dirigidas por brancos fossem alvo de especial interesse. Os rumores acerca dos preparativos da expedição de Carvalho em Malanje depressa se espalharam, tornando-se um dos principais temas de conversa entre os Mbangala. A má experiência que tinham tido com os portugueses levava-os a prever o pior. Os soldados que acompanhavam a expedição despertaram especial desconfiança. Durante muito tempo, os Mbangala desconfiaram que a intenção de Carvalho era aliar-se ao rei da Lunda contra eles, para com a sua ajuda os expulsar dos seus territórios. Só os prudentes mais-velhos impediram que a situação se transformasse numa tentativa, possivelmente sangrenta, de fazer frente à expedição. Quando esta mais tarde se dirigiu ao Norte, desconfiou-se durante algum tempo que o seu destino era o Kongo. Só à medida que foram chegando cada vez mais informações sobre a forma correcta como Carvalho e o seu pessoal tratava as populações, as opiniões mudaram. A partir de então, os Mbangala passaram a vê-lo como alguém que abria novos caminhos ao comércio, uma opinião que se espalhou tão depressa como a primeira.²³

²¹ Ver Carvalho 1890-1894, II, pp. 192, 260-261, 277, 281-282, 297, 626, 646; III, pp. 498-499, 830; IV, pp. 507, 529.

²² Carvalho 1890c, p. 116.

²³ Carvalho 1890-1894, I, pp. 332, 435; II, pp. 286, 316; IV, p. 597.

Porém, o medo não constituía apenas um terreno fértil para o desenvolvimento de receios próprios, mas servia também para incentivar receios alheios através da divulgação de rumores e histórias de terror, como os dos canibais nas imediações.²⁴ Os Mbangala foram mestres nesta estratégia defensiva que, no interior da África, substituiu eficazmente barreiras e exércitos. A sua situação geográfica como guardiães das mais importantes travessias do Kwango e o seu domínio sobre o comércio de escravos e de borracha no Norte conferiam-lhes uma posição-chave. Independentemente das suas preocupações formuladas das mais variadas maneiras, sobre as verdadeiras intenções da expedição de Carvalho, o que lhes interessava sobretudo era manter intacto o seu monopólio comercial. Serviram-se então do receio geral que existia em relação ao rei da Lunda, para disporem as populações e os seus chefes contra esta expedição e os impedirem, por exemplo, de lhe fornecer carregadores. A divulgação do boato de que os Mbangala pretendiam barrar, de forma violenta, a passagem da expedição e que matariam qualquer carregador à mínima infracção tiveram como consequência o facto de ninguém querer entrar ao serviço de Carvalho, uma vez que este tencionava, alegadamente, entregar os carregadores contratados em Malanje e pelo caminho, ou as mulheres das aldeias por onde passava, ao rei da Lunda como escravos. Os seus cálculos revelaram-se acertados. A população local preferiu esconder-se dos portugueses no mato, ou então, render-se aos Mbangala em *razzia* sob protecção das suas caravanas, do que expor-se a um destino ainda mais ameaçador junto aos Lunda.²⁵

Os Mbangala procuraram também instrumentalizar os Chokwe para os seus propósitos, espalhando o boato de que Carvalho tencionava fazer guerra contra eles. Os Mbangala esperavam que com isto os Chokwe os aliviassem do seu trabalho, barrando a passagem aos portugueses e eliminando assim uma perigosa concorrência comercial.²⁶

Eles, por sua vez, barravam, sempre que possível, a travessia do Kwango às caravanas dos Lunda, a fim de impedir que estas estabelecessem contactos directos com os portugueses. A justificação «preventiva» era de que, no litoral, o que os esperava era escravidão por toda a vida. Em relação aos Lunda, receavam que

²⁴ Ver Heintze 2006.

²⁵ Ver Carvalho 1890-1894, I, p. 365; II, pp. 75, 390, 429, 459, 517, 782; III, p. 290.

²⁶ Carvalho 1890-1894, II, pp. 317, 339.

o seu rei tivesse enviado caravanas e missões diplomáticas, a fim de reunir soldados para os expulsar, a eles, os Mbangala, do seu território.²⁷

Se Carvalho não tivesse investigado todos estes boatos e mudanças de opinião, nos seus mais ínfimos detalhes, se não tivesse reconhecido as estratégias ocultas e, sobretudo, se não tivesse documentado o respectivo contexto e a sua sequência cronológica, não nos seria possível compreendermos hoje como as populações africanas se sentiam ameaçadas, não só pelas grandes caravanas comerciais de longa distância e as expedições científicas bem apetrechadas, mas também pelos seus vizinhos africanos e as reacções delas resultantes. Sem estes exemplos concretos, teríamos muita dificuldade em reconhecer a utilização intencional dos rumores como estratégia defensiva e em dar o devido valor aos sucessos por ela alcançados.²⁸

Consideremos ainda o meu terceiro tema.

3. O PARENTESCO PRETENDIDO E AS TRADIÇÕES DE ORIGEM COMO ESTRATÉGIAS POLÍTICAS

As tradições orais da África Centro-Occidental registadas nos séculos XIX e XX revelam duas características particulares: em primeiro lugar, narram a História sobretudo como uma sucessão de conflitos entre parentes próximos. Isto acontece sobretudo em relação às narrativas fundadoras de Estados, dinastias e grupos étnicos. Em segundo lugar, este princípio explicativo está, na maioria das vezes, relacionado com vastas migrações. Estas migrações ligam o fundador de um Estado ou o primeiro titular de um cargo político a uma outra unidade política ou étnica que, a nível cultural, linguístico e político, se distingue claramente daquela a cuja História a tradição se refere. Na maioria das vezes, o local de origem é, por qualquer razão, particularmente prestigioso.

O parentesco é definido de formas muito diversas no mundo. O círculo de pessoas que ele engloba difere de sociedade para sociedade e pode ser muito extensivo. A importância central das concepções relativas às categorias de

²⁷ Carvalho 1890-1894, III, pp. 168, 512.

²⁸ Para uma discussão mais aprofundada dos assuntos abordados neste capítulo ver Heintze 2008.

parentesco na África Centro-Occidental está patente sobretudo nos conceitos de «parentesco perpétuo» (*perpetual kinship*) e de «sucessão posicional» (*positional succession*). Os cargos políticos eram relacionados entre si de acordo com as categorias de parentesco vigentes que alegadamente reflectiam a situação do primeiro detentor do cargo, sem ter em conta as relações reais, por vezes mesmo inexistentes, de parentesco do respectivo governante, perpetuando-as até ao presente. Isto deu origem a uma apertada rede de «parentesco», no espaço e no tempo, que os Rund da África Centro-Occidental centraram na sua família real de então e nas suas origens lendárias, que durante muito tempo foram utilizadas eficazmente para a estabilização e expansão do seu domínio.

Os relatos de Carvalho dão-nos uma visão única da importância destas relações de parentesco a nível estatal no grande *commonwealth* lunda no século XIX e, o que é raro, da sua utilização concreta no quotidiano político. Os relatos revelam a grande margem de manobra dos órgãos decisores para a ocupação dos cargos por aptidão ou outras condições específicas e, simultaneamente, para o fortalecimento e manutenção da estreita ligação à dinastia dominante. É que estas relações fictícias criaram condições para que o pequeno centro de poder do núcleo dos Rund conseguisse estender eficazmente o seu domínio sobre um território gigantesco de diversas línguas e culturas, e o conseguisse manter quase sem contestação por muitas décadas.²⁹

Assim, segundo uma das diversas tradições, o primeiro Caúngula do Lóvua teria sido um descendente de um tio de Luéji, a mãe lendária do primeiro rei da Lunda (*mwant yav*). Com base nesta afinidade e de acordo com o sistema de parentesco da Lunda, a partir de então, todos os Caúngula passaram a ser considerados «avós» tanto do rei Lunda então no poder, como de todos os seus antecessores.³⁰ Apoiado pelo rei da Lunda, esse primeiro Caúngula do Lóvua teria mais tarde dividido o seu domínio com um irmão. Desde então, todos os descendentes desse irmão (nomeados pelo rei) representam o *irmão mais novo* do primeiro Caúngula do Lóvua, independentemente de existir ou não tal afinidade (ou outra qualquer) com aquele governante. Do mesmo modo, um Bungulo no

²⁹ Para uma discussão mais pormenorizada dos assuntos abordados neste capítulo, ver Heintze 2010b; 2013, cap. I e II; cf. também 2007a.

³⁰ Carvalho 1890-1894, II, pp. 568, 621.

poder representava sempre o *filho* do Caúngula do Lóvua, uma vez que o filho do primeiro Caúngula tinha (ou teria) sido um Bungulo.³¹ Esta hierarquia política (muitas vezes fictícia) estruturada de acordo com a idade (também geralmente fictícia) dentro do sistema de parentesco vigente estava também patente em toda a organização hierárquica visível da política quotidiana, como a disposição de lugares, a sequência das intervenções orais, as insígnias, os modos de tratamento, as interjeições e outras formas de etiqueta, independentemente da idade efectiva e da relação de idades de facto verificada entre os titulares presentes. Da posição que um titular ocupava nesta hierarquia decorria o seu peso político no *commonwealth* lunda e na corte do rei.

Como a constituição destas relações de parentesco tinha a ver com processos históricos que, por sua vez, estavam inseridos em contextos políticos diversos, seria errado supor que elas reflectiam «artefactos» de um passado extinto. É mais provável que, na maioria destes casos, se tenha tratado de construções políticas que, tal como outras constelações, estavam sujeitas a transformações e podiam ser adaptadas a novas realidades políticas. Sem as numerosas indicações, exemplos e esclarecimentos de Carvalho faltar-nos-iam as bases para compreendermos a função política destas estruturas de parentesco e não nos seria possível chegar a tais conclusões.

De acordo com os mesmos princípios era também possível estabelecer ligações entre outros grupos étnicos e o centro de poder dos Rund e Lunda, caso em que a iniciativa partia provavelmente desses grupos, visto que, sobretudo no século XIX, uma relação histórica de parentesco lhes trazia vantagens políticas e económicas, como a de poderem tornar-se parceiros comerciais, encontrar rotas abertas e minimizar situações de conflito com vizinhos, causadas pelo seu estabelecimento no *commonwealth* lunda. Nestes casos, a «afinidade original» estava geralmente ligada à emigração de um ou mais fundadores de outras etnias actualmente vizinhas.

Estas tradições foram interpretadas de forma muito diversa ao longo das últimas décadas. Inicialmente foram tomadas à letra, mais tarde foi-se relativizando cada vez mais a sua veracidade histórica e descobrindo nelas um número crescente de *topoi* e princípios estruturais recorrentes. Em especial, as migrações ligadas a estas histórias suscitaram grandes interrogações. Desde há alguns anos

³¹ Carvalho 1890-1894, II, pp. 433, 568; III, pp. 104, 919-923; 1890a, p. 235; 1890b, p. 231.

assiste-se a uma aceitação cada vez maior, com base em numerosos indícios, da ideia de que as referidas tradições, na sua forma actual, são, pelo menos na África Central, total ou parcialmente, um produto relativamente recente, por exemplo do comércio distante.³²

Graças sobretudo aos relatos de Carvalho, pude recentemente confirmar essas interpretações e mostrar que também entre os Lunda, os Mbangala e os Chokwe a constituição de tais tradições foi um processo permanente. As suas tradições falam, no século XIX, do parentesco genealógico original, primeiro dos governantes Mbangala e segundo de diversos chefes Chokwe com a dinastia real dos Rund. Os motivos são óbvios: tanto os Mbangala como os Chokwe tiveram, no século XIX, um contacto particularmente intenso com os Rund/Lunda: uns como comerciantes versados, os outros como imigrantes cada vez mais agressivos. Mas estas relações artificiais de parentesco inter-étnico não tinham uma duração eterna. Podiam desaparecer ou ser substituídas por outras, se as constelações políticas, económicas ou quaisquer outras que fossem decisivas para a vida política regional se alterassem.

Neste contexto, o valor extraordinário dos relatos de Carvalho reside não só no facto de ele não se limitar a expor as conclusões das suas averiguações, mas também — como no seu diário — descrever frequentemente a respectiva situação e o contexto em que ocorreram e em que as informações lhe foram fornecidas. É justamente este contexto que torna tão única esta fonte: pois algumas das tradições orais que documentou não resultaram, como hoje é habitual e necessário, de *perguntas* feitas numa situação de entrevista, mas sim *vividas* por Carvalho, enquanto testemunha ocular ou de ouvido, mais ou menos envolvida nos acontecimentos quotidianos, como parte de uma encenação política. O seu registo ímpar de alocuções e discursos oficiais, trocas de argumentos e conversas mostra, para além disso, como certos aspectos da tradição oral do século XIX constituíam

³² Miller 1978, 1980; Vansina 1998a (onde se faz também um resumo do debate) e em especial 1998b (manuscrito); MacGaffey 2000, p. 11 e cap. 4, em especial pp. 69, 72-77, 205; 2005, p. 200; Thornton 2001, p. 97; Heintze 2007a; 2007d, cap. I. 1; 2010b; 2013, cap. I e II. Há já várias décadas, Vajda (1973/74) tinha revelado o carácter tópico de histórias sobre migrações de povos. Há anos que Vansina tem procurado de forma convincente — depois confirmado por John H. Robertson e Rebecca Bradley 2000 — remeter também para o reino da fábula as «migrações Bantu», que há muito são consideradas uma forma de pensamento generalizada (ver por exemplo Vansina 1995, pp. 173-195).

a base da retórica nos debates políticos quotidianos e a forma hábil como foram instrumentalizados com fins políticos. Procedimentos deste tipo já não se podem observar hoje em dia e as fontes antigas pouco ou nada nos dizem sobre o assunto. Carvalho constitui, portanto, uma excepção única.

Um passado comum, mesmo que fosse num tempo muito recuado, podia ter grande peso político para o presente. Por um lado, era uma maneira de participar no prestígio de Estados renomados.³³ Por outro, estas afirmações de parentesco podiam ser úteis numa altura de contactos crescentes devido ao comércio (p. ex. dos Mbangala com os Lunda) e conflitos armados (por exemplo dos Chokwe com os Lunda). Para além de fornecerem argumentos para atirar à cara do adversário a perversidade da sua agressão, podiam, no caso de uma (re)aproximação, funcionar como um elemento unificador. Assim, nos anos oitenta do século XIX, por exemplo, quando a capital e muitos chefados dos Lunda foram, ou se sentiram ameaçados pelos Chokwe, foi particularmente importante para os Lunda poderem salientar a ascendência comum dos seus respectivos governantes hostis, embora não se tenha conseguido evitar a violência apenas através da retórica da memória.³⁴

A forma como estas concepções de parentesco já na altura estavam entranhadas na consciência geral está patente nas alusões estereotipadas registadas por Carvalho durante as conversas que teve com Mbangala, Lunda e Chokwe, ou nas quais participou. Nas suas respostas, tentativas de mediação e alegações, ele próprio recorria com grande frequência a elas, tornando-as ainda mais populares; no entanto, seria errado ver nele o causador e divulgador destas concepções de parentesco, conquanto as conheçamos quase só através do seu testemunho. Basta uma pequena selecção³⁵ de referências, mais ou menos explícitas, ao «parentesco ancestral» nas tradições das três etnias aqui abordadas, para constatarmos como na altura ele fazia parte de uma identidade colectiva e de uma cultura comum de memória, sendo utilizado tanto em circunstâncias banais como em ocasiões de grande relevância política.

³³ Cf. por exemplo *ngola a kiluanje*, reclamado como fundador, entre outros, também pelo reino de Wambu, situado muito a Sul, com ajuda do *topos* migratório. Childs 1964, p. 370; Heintze 1987: 276; cf. também 2011: 110 nota de rodapé 40.

³⁴ Ver exemplos in Carvalho 1890c, p. 123; 1890-1894, II: 723; cf. também Capello e Ivens 1881, I: 173; Wissmann, Wolf, von François e Müller 1891: 101.

³⁵ Detalhes in Heintze 2013, cap. I e II.

O apelo a uma relação de parentesco remota com os visitantes, ou os visitados, tornou-se, deste modo, uma estratégia para resolver conflitos. A repetição frequente ocasionada pelas crescentes intervenções diplomáticas e pelo adensamento da rede de caravanas levou à disseminação por extensas regiões de determinadas versões narradas nas audiências públicas nos centros de poder, acabando por se transformar num património comum. Como, no século XIX, as características fundamentais da alegada ascendência comum estavam bastante divulgadas, todos sabiam de que se estava a falar, quando em determinadas frases era feita alguma alusão a essa ascendência.³⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através destes pequenos exemplos, pretendi dar uma ideia de como os relatos de Carvalho da sua expedição à Lunda são ainda hoje, ou melhor, sobretudo hoje uma fonte única para a investigação da História pré-colonial (em sentido estrito) da África Central. É verdade que Angola, ao contrário de tantas outras regiões de África, foi abençoada com numerosas fontes escritas anteriores ao século XX. Contudo, em relação ao interior do continente, às regiões a Leste do Kwango, os relatos feitos no século XIX são raros e muitas vezes pouco específicos. Por isso, tive um grande empenho em mostrar aqui o quanto devemos a Henrique Dias de Carvalho, neste campo. Isto não foi suficientemente reconhecido até agora e, a meu ver, a verdadeira importância dos seus relatos de viagem tem sido bastante subvalorizada.

Independentemente do método rigoroso de observação e descrição de Carvalho e da sua curiosidade científica que não excluía detalhe algum, a qualidade desta fonte preciosa deve-se principalmente à sua concepção do Homem, que não colocava à partida os africanos e luso-africanos numa categoria diferente da dos europeus, como era habitual na sua época. Isto torna-se evidente se compararmos os seus relatos com os de outros exploradores em Angola, não só portugueses, mas também alemães. Em vez de, como a maioria deles, ver os

³⁶ Ver por exemplo Carvalho 1890c, pp. 151, 168, 180, 234, 240, 317, 318; 1890-1894, II, pp. 278, 280; IV, p. 581.

carregadores apenas como uma «corja» de «ladrões» «insolente», «descarada», «preguiçosa» e «cobarde» ou de descrever os «pretos de Angola» como sendo essencialmente «cobardes, preguiçosos, pouco fiáveis, mentirosos, devassos, levianos, espertalhões e supersticiosos», bem como ladrões e embusteiros, os tratar correspondentemente e não se interessar pelas condições de vida de cada um,³⁷ Carvalho representa os seus carregadores mais importantes com sensibilidade, contando, se bem que sucintamente, as suas histórias pessoais. Leva até um deles, a seu pedido, para Lisboa juntamente com um outro empregado africano, alberga-os por sua conta numa pensão e pede a um empregado europeu para lhes servir de guia na cidade. Quando um mês depois as saudades da família em Angola apertaram, Carvalho ainda tratou da sua viagem de regresso.³⁸

Deste modo, encontram-se repetidamente nas descrições daquele explorador indivíduos que se destacam da massa geralmente anónima de empregados africanos de outros relatos, que tentavam, de diversas maneiras, vencer as dificuldades da vida que Carvalho nos permite acompanhar em algumas das suas fases. Graças às invulgares fotografias da expedição, conhecemos os seus rostos, imaginamos alguns dos seus sentimentos íntimos e aprendemos, através dos dados biográficos fornecidos por Carvalho que os antigos escravos não viviam necessariamente uma vida obtusa, que eram curiosos e tinham uma grande vontade de saber, que utilizavam as suas capacidades especiais e que, de vez em quando, também sentiam prazer no seu trabalho. Carvalho apresenta-nos de modo semelhante muitos dos seus interlocutores africanos com que se cruzou pelo caminho, por palavras e imagens.

Por isso, penso que ainda há muito por descobrir nos relatos de Carvalho sobre a História e as condições de vida na África Central, no século XIX. Espero ter conseguido hoje transmitir uma pequena parte.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 28 DE MAIO DE 2009)

³⁷ Ver por exemplo Pogge 1880, p. 75. Outros exemplos in Heintze 2004, cap. I. 2; ver também 1999a, 2009.

³⁸ Ver Heintze e 2004, cap. II. 2.

BIBLIOGRAFIA

- Álbum de Fotografias da Expedição Portuguesa ao Muatianvua 1884/88 de Manuel Sertório de Almeida Aguiar (fotografias) e Henrique Augusto Dias de Carvalho (textos), [1890], (Arquivo Histórico Diplomático / Ministério dos Negócios Estrangeiros. Lisboa (AHD/MNE).
- Candido, Mariana P., 2007: «Género, raça e mobilidade social: as donas em Benguela, 1750-1850», comunicação no III Encontro Internacional de História de Angola: Para a Elaboração da História Geral de Angola: das Sociedades Antigas à Época Contemporânea, 25.-28.9.2007 in Luanda, Angola.
- 2011: «Tracing Benguela Identity to the Homeland», in Ana Lucia Araujo, Mariana P. Candido e Paul E. Lovejoy, *Crossing Memories. Slavery and African Diaspora*, Trenton et al.: Africa World Press, pp. 183-207.
- 2013: *An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its Hinterland*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Cantinho Pereira, Manuela, 2005: *O Museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Modernidade, Colonização e Alteridade*, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- 2012: «In memoriam», in *Memórias de um Explorador. A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Capello, H[ermenegildo] e R[oberto] Ivens, 1881: *De Benguella ás terras de Iácça*, Lisboa: Imprensa Nacional, 2 vols.
- Carvalho, Henrique Augusto Dias de, 1885: «Expedição ao Muata Yanvo», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 5 (8), pp. 476-492.
- 1889: *O Lubuco. Algumas Observações sobre o Livro do Sr. Latrobe Bateman intitulado The First Ascent of the Kasai*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- 1890a: *Ethnographia e História Tradicional dos Povos da Lunda*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- 1890b: *Methodo Pratico para Fallar a Lingua da Lunda Contendo Narrações Historicas dos Diversos Povos*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- 1890c: *A Lunda ou os Estados do Muatiânvua, Dominios da Soberania de Portugal*, Lisboa: Adolpho, Modesto & Ca.
- 1890-1894: *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*, Lisboa: Imprensa Nacional, 4 vols.
- 1892: *Meteorologia, Climalogia e Colonisação. Estudos sobre a região percorrida pela expedição comparados com os dos benemeritos exploradores Capello e Ivens e de outros observadores nacionaes e estrangeiros. Modo practico de fazer colonisar com vantagem as terras de Angola*, Lisboa: Typographia de Jornal.
- 1898: *O Jagado de Cassange na Provincia de Angola. Memoria*, Lisboa: Christovão Augusto Rodrigues.
- Carvalho, João Augusto de Noronha Dias de, 1975: *Henrique de Carvalho. Uma vida ao serviço da pátria*, Lisboa: Serviços Gráficos da Liga dos Combatentes.

- Childs, Gladwyn M., 1964: «The Kingdom of Wambu (Huambo). A Tentative Chronology», *Journal of African History* 5 (3), pp. 367-379.
- Corrado, Jacopo, 2008: *The Creole Elite and the Rise of Angolan Protonationalism 1870-1920*. Amherst, New York: Cambria Press.
- Dias, Jill R., 1984: «Uma questão de identidade: Respostas intelectuais às transformações económicas no seio da elite crioula da Angola portuguesa entre 1870 e 1930», *Revista Internacional de Estudos Africanos* 1, pp. 61-94.
- 1986: «Changing Patterns of Power in the Luanda Hinterland. The Impact of Trade and Colonisation on the Mbundu ca. 1845-1920», *Paideuma* 32, pp. 285-318.
- 1998: «Angola», in Valentim Alexandre e Jill Dias (eds.): *O Império Africano 1825-1890*, Lisboa: Editorial Estampa, pp. 319-556.
- 2000a: «Relações Portuguesas com as Sociedades Africanas em Angola,» in Valentim Alexandre (ed.), *O Império Africano. Séculos XIX e XX*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 69-93.
- 2000b: «Estereótipos e realidades sociais: Quem eram os “Ambaquistas”?», in *Construindo o Passado Angolano: As Fontes e a sua Interpretação*. Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 597-623.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral, 2003: *Transforming Atlantic Slavery: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola 1650-1800*, PhD dissertation, University of California, Los Angeles.
- 2007: «Africanidade, criouldade e o Atlântico: Trocas Culturais em Angola (séculos XVII, XVIII e XIX)», comunicação no *III Encontro Internacional de História de Angola. Para a Elaboração da História Geral de Angola: das Sociedades Antigas à Época Contemporânea*, 25.-28.9.2007 em Luanda, Angola.
- Heintze, Beatrix, 1987: «Written Sources, Oral Tradition and Oral Tradition as Written Sources. The Steep and Thorny Way to Early Angolan History,» in Beatrix Heintze e Adam Jones (eds.), *European Sources for Sub-Saharan Africa before 1900: Use and Abuse*, (= *Paideuma* 33), Stuttgart: Steiner, pp. 263-287.
- 1990: «In Pursuit of a Chameleon: Early Ethnographic Photography from Angola in Context», *History in Africa* 17, pp. 131-156. (Versão portuguesa actualizada in Heintze 2013, cap. X.)
- 1994: «Ethnohistorische Bildinterpretation im Kontext», *Tribus* 43, pp. 95-111. (Versão portuguesa actualizada in Heintze 2013, cap. XI.)
- 1999a: *Ethnographische Aneignungen: Deutsche Forschungsreisende in Angola*, Frankfurt am Main: Lembeck. (Segunda edição revista, Frankfurt am Main: Lembeck, edição online sob o título *Deutsche Forschungsreisende in Angola. Ethnographische Aneignungen zwischen Sklavenhandel, Kolonialismus und Wissenschaft*, Frankfurt am Main: Lembeck 2007). A partir de 2011 online: urn:nbn:de:hebis:30-102566.
- (ed.), 1999b: *Max Buchners Reise nach Zentralafrika 1878-1882. Briefe, Berichte, Studien*, Köln: Köppe.

- 1999c: «Die Konstruktion des angolanischen “Eingeborenen” durch die Fotografie», in Michael Wiener (ed.), *Ethnologie und Photographie, Fotogeschichte* 19 (71), pp. 3-13. (Versão portuguesa in Heintze 2013, cap. XII.)
- 2004: *Pioneiros Africanos: Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (entre 1850 e 1890)*, tradução de Marina Santos, Lisboa: Caminho/Luanda: Nzila.
- 2004/2005: «A lusofonia no interior da África Central na era pré-colonial — um contributo para a sua história e compreensão na actualidade», *Cadernos de Estudos Africanos* 6/7 (July 2004/June 2005), pp. 179-207 (publicado em 2006). (Versão portuguesa actualizada in Heintze 2013, cap. V.)
- 2006: «Contra as teorias simplificadoras: O “canibalismo” na antropologia e história de Angola», in Manuela Ribeiro Sanches (ed.), *Portugal não é um país pequeno. Contar o Império na pós-colonialidade*, Lissabon: Livros Cotovia, pp. 215-228, 369-395. (Também publicada in Heintze 2013: cap. IV.)
- 2007a: «The Extraordinary Journey of the Jaga through the Centuries: Critical approaches to precolonial Angolan historical sources», *History in Africa* 34, pp. 67-101. (Versão portuguesa in Heintze 2007c, cap. 1.)
- 2007b: «Between Two Worlds: the Bezerras, a Luso-African Family in Nineteenth-Century Western Central Africa», in Philip J. Havik e Malyn Newitt (eds.), *Creole Societies in the Portuguese Colonial Empire*, Bristol: Seagull/Faoiléan (Lusophone Studies 6), pp. 127-153. (Versão portuguesa in Heintze 2013, cap. VI.)
- 2007c: *Angola nos séculos XVI e XVII. Estudos sobre Fontes, Métodos e História*, Luanda: Kilombelombe.
- 2008: «Long-distance Caravans and Communication beyond the Kwango (c. 1850-1890)», in Beatrix Heintze e Achim von Oppen (eds.), *Angola on the Move. Transport Routes, Communication and History / Angola em Movimento. Vias de Transporte, Comunicação e História*, Frankfurt am Main: Lembeck, pp. 144-162. A partir de 2011: urn:nbn:de:hebis:30-102364.
- 2009: *Exploradores Alemães em Angola (1611-1954): Apropriações etnográficas entre comércio de escravos, colonialismo e ciência*. Tradução de Rita Coelho-Brandes e Marina Santos. Versão portuguesa da segunda edição revista pela autora de Heintze 1999a (ver *supra*, publicada em alemão em 2007). Manuscrito, a partir de 2011 online: urn:nbn:de:hebis:30-102349.
- 2010a: «Luso-afrikanische Dolmetscher und kulturelle Vermittler in Angola im 19. Jahrhundert», in Mark Häberlein e Alexander Keese (eds.), *Sprachgrenzen—Sprachkontakte—kulturelle Vermittler. Kommunikation zwischen Europäern und Außereuropäern (16.-20. Jahrhundert)*, Stuttgart: Steiner, pp. 203-222.
- 2010b: «Translocal “kinship ties” in Central African Politics of the 19th century», in Ulrike Freitag e Achim von Oppen (eds.), *Translocality. The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective*, Leiden e Boston: Brill, pp. 179-204.
- 2010c: «Hidden Transfers: Luso-Africans as European Explorers’ Experts in Nineteenth Century West-Central Africa», in Paul S. Landau (ed.): *The Power of Doubt: Essays in Honor of David P. Henige*, Parallel Press, pp. 19-40.

-
- 2011: «A Rare Insight into African Aspects of Angolan History: Henrique Dias de Carvalho's Records of his Lunda Expedition 1880-1884 [deve ser: 1884-1888]», in Joseph C. Miller, Philip J. Havik e David Birmingham (eds.), *A Scholar for All Seasons: Jill Dias, 1944-2008*, volume especial de *Portuguese Studies Review* 19 (1-2), pp. 93-113.
 - 2013: *A África Centro-Occidental no Século XIX (c. 1850-1890): Intercâmbio com o mundo exterior — apropriação, exploração e documentação*. Tradução de Marina Santos, Luanda: Kilombelombe.
 - Heywood, Linda M. e John K. Thornton, 2007: *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585-1660*, Cambridge: Cambridge University Press.
 - Livingstone, David, 1858: *Missionary Travels and Researches in South Africa*, New York: Harper & Brothers.
 - 1963: *Livingstone's African Journal 1853-1856*, I. Schapera (ed.), London: Chatto & Windus, 2 vols.
 - MacGaffey, Wyatt, 2000: *Kongo Political Culture. The Conceptual Challenge of the Particular*, Bloomington e Indianapolis: Indiana University Press.
 - 2005: «Changing representations in Central African History», *Journal of African History* 46 (2), pp. 189-207.
 - Memórias de um Explorador. A Coleção Henrique de Carvalho da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 2012: Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
 - Miller, Joseph C., 1978: «The Dynamics of Oral Tradition in Africa», in Bernardo Bernardi, C. Poni, e A. Triulzi (eds.), *Fonti Orali: Antropologia e Storia*, Milano: Franco Angeli Editore, pp. 75-101.
 - 1980: «Listening for the African Past», in *The African Past Speaks: Essays on Oral Tradition and History*, Folkestone: Wm. Dawson and Sons, pp. 1-59.
 - 1988: *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*, London: James Currey.
 - Mourão, Fernando Augusto Albuquerque, 1998: «A Evolução de Luanda: Aspectos Sociodemográficos em Relação à Independência do Brasil e ao Fim do Tráfico», in Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (eds.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 195-224.
 - Pantoja, Selma, 1998: «Três Leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro nos Setecentos», in Selma Pantoja e José Flávio Sombra Saraiva (eds.), *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 99-126.
 - 2007: «Lógicas dos poderes locais e redes transoceânicas: o Senado da Câmara de Luanda no século XVIII», comunicação no III Encontro Internacional de História de Angola: Para a Elaboração da História Geral de Angola: das Sociedades Antigas à Época Contemporânea, 25 a 28.9.2007 in Luanda, Angola.
 - Pogge, Paul, 1880: *Im Reiche des Muata-Jamvo*, Berlin: Reimer.
 - Robertson, John H. e Rebecca Bradley, 2000: «A New Paradigm: The African Early Iron Age without Bantu Migrations», *History in Africa* 27, pp. 287-323.
 - Thornton, John K., 2001: «The origins and early history of the kingdom of Kongo, c. 1350-1550», *International Journal of African Historical Studies* 34 (1), pp. 89-120.

Vajda, László, 1973/1974: «Zur Frage der Völkerwanderungen», *Paideuma* 19/20, pp. 5-53.

Vansina, Jan, 1995: «New Linguistic Evidence and “the Bantu Expansion”», *Journal of African History* 36, pp. 173-195.

— 1998a: «It Never Happened: Kinguri’s Exodus and its Consequences», *History in Africa* 25, pp. 387-403.

— 1998b: «Oral Tradition and Ethnicity: The case of the Pende», manuscrito.

— 1998c: «Government in Kasai before the Lunda», *International Journal of African Historical Studies* 31 (1), pp. 1-22.

— 2000: «Du nouveau sur la conquête lunda», *Congo Afrique* 341, pp. 45-58.

— 2001: «Portuguese vs Kimbundu: Language Use in the Colony of Angola (1575-c. 1845)», *Bulletin des Séances de l’Académie royale des Sciences d’Outre-Mer* 47(3), pp. 267-281.

— 2005: «Ambaca Society and the Slave Trade c. 1760-1845», *Journal of African History* 46 (1), pp. 1-27.

Wissmann, Hermann von, Ludwig Wolf, Curt von François e Hans Müller, 1891: *Im Innern Afrikas. Die Erforschung des Kassai während der Jahre 1883, 1884 und 1885*, Leipzig: F.A. Brockhaus (1888).

O conceito agregador da segurança ocidental

ADRIANO MOREIRA

O facto de a NATO ser uma Aliança, e as alianças terem num inimigo declarado ou pressentido a causa da solidariedade que une as soberanias, faz com que o próprio conceito agregador das potências exija discussão à medida que a circunstância que as rodeia mude de definição. A guerra contra o Nazismo foi um exemplo, com a rápida circulação da URSS a mudar de aliados, passando de aliados para inimigos, depois que a Alemanha foi vencida.

Quando, em 1949, os EUA se comprometeram numa aliança militar com os europeus, praticaram um acto que poucos tinham previsto no período que decorre entre o silenciar das armas de 1945 e aquela data. A crise de Berlim, marcada pelo facto de o General Sokolovski ter abandonado a reunião do Conselho de Controlo Aliado da Alemanha, em 18 de Março de 1948, por causa dos planos ocidentais da criação de um Estado alemão ocidental, definitivamente deu validade indiscutida à declaração que Spaak faria na ONU, dirigindo-se aos soviéticos: afirmou que a causa da política defensiva europeia era o medo em relação a Moscovo.

As iniciativas regionais europeias anteriores, sobretudo o Pacto de Bruxelas de 17 de Março de 1948, anunciando a política de uma estratégia comum de defesa da União Europeia Ocidental, foi logo considerada por Bevin, em nome da Inglaterra, como incapaz de responder à ameaça vinda do leste. Aquilo que convenceu o Congresso dos EUA, que gastou três meses em discussões, foi o facto de Dean Acheson ter assegurado que não se tratava de uma aliança euro-americana, mas sim de *defesa atlântica*, colocando o mar da sua retaguarda histórica, porque o seu mar nacional de destino é o Pacífico, no centro do conceito operacional.

O perigo era reconhecível em muitas acções e declarações soviéticas, mas basta recolher apenas uma das conclusões de Churchill, em Janeiro de 1945: «não tenham ilusões. Todos os Balcãs, à excepção da Grécia, vão ser bolchevizados e não há nada que eu possa fazer para o impedir. Também não há nada que possa fazer pela Polónia».

Na concepção soviética, explicitada claramente, a expansão militar seria sempre acompanhada pela instalação de um regime totalitário, de modo que o conceito democrático de Aliança dos ocidentais foi replicado pelo conceito do que seria o Pacto de Varsóvia, anunciado em 15 de Maio de 1955, depois da incorporação da Alemanha Ocidental na NATO e da extinção da Alta Comissão Aliada para a República Federal da Alemanha, sendo ao mesmo tempo decidida a anulação dos Tratados de Aliança da URSS com a Grã-Bretanha e com a França.

Muito claramente, o conceito da *ameaça* não diria apenas respeito à *expansão imperial vinda do leste*, também respeitaria à *concepção do mundo e da vida das democracias*, incluindo as que tinham passado pela prova do nazismo, e se viam agora sob a ameaça de lhes ser impedida a recuperação.

Depois, à medida que pelas margens dos Pactos Militares se desenvolveram tremendos conflitos armados como no Vietname e na Coreia, ou se afirmou a visível competição pela hegemonia nos vazios de poder deixados pela descolonização como na África ex-portuguesa, ou onde a longa mão de Moscovo animou lutas de tomada do poder pelas forças esquerdizantes como se passou em vários países da América Latina, a noção de que a *ameaça era globalmente contra o Ocidente* foi também incorporada ao conceito discursado dos valores da Aliança. Por isto, *quando falamos da NATO ou da Aliança do Atlântico Norte, não é apenas o conceito geográfico que está presente, também o conceito político da democracia, e depois o conceito da civilização ocidental, foram incluídos no valor global em perigo.*

A queda do Muro de Berlim em 1989, deu a muitos responsáveis europeus a ilusão de que tinham ganho esta verdadeiramente segunda fase da guerra Mundial de 1939-1945, quando a possível realidade é que apenas se tratava de a não terem perdido, *porque a manutenção do modelo estalinista não esteve internamente ao alcance do poder político soviético.*

Por outro lado, a noção de que o *resto do mundo*, que os europeus tinham hegemonizado, *considerava os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos*, tornou-se não apenas evidente pelo *poder do verbo* que os seus povos tinham progressivamente assumido na ordem internacional, mas pelos factos que foram revestindo a forma de *guerrilhas*, de *agressões isoladas*, de *guerras marginais*, e finalmente de *terrorismo global*, com a mais esclarecedora eficácia no 11 de Setembro, ponto alto de uma narrativa que inclui, designadamente, o assassinio de Judeus

nos Jogos Olímpicos de Munique, as Brigadas Vermelhas, o Exército Republicano Irlandês, a ETA, a Fracção do Exército Vermelho.

Esta mudança, que tem a origem mais importante da visibilidade específica que assumiu na desagregação do império soviético, a qual fez desvanecer a ameaça dinamizadora da Aliança, desafia, como na origem dela, um elemento fundamental do sistema, que é o da *legitimidade internacional*. Logo quando da sua criação, a legitimidade da Aliança Atlântica e da NATO foi discutida, tendo ganho adesão generalizada a opinião de Sir Eric Beckett (1950), no sentido de que o Pacto do Atlântico podia ser considerado como tendo, segundo a Carta da ONU, um carácter regional, *porque assumia um interesse comum da paz e segurança de uma certa região, o que não exige a posse do território de uma certa região*.

Agora, desaparecidos o inimigo e a ameaça que dinamizaram a Aliança, não se trata já do *interesse de uma região*, mas sim do *globalismo* dos riscos, das ameaças e das agressões na *fronteira dos interesses* sem necessariamente uma fronteira geográfica, esta sendo uma noção de coexistência difícil com o globalismo. Há portanto um novo problema, *com a legitimidade a discutir com os factos*, porque a legitimidade tende para mudar de fundamentos e objectivos à medida que a desordem mundial faz emergir poderes que se afirmam para responder a emergências sociais, políticas, e militares, que violam e excedem os quadros de referência em vigor.

Um caso evidente é o do G-20, no qual se destacam os EUA e a China, grupo sem existência legitimada pela Carta da ONU, com a natureza aparente de um Directório que refresca, ou pelo menos lembra, o velho conceito colonial do *resto do mundo*, aparentemente sem avaliar que o mundo tem agora na ONU cento e noventa países, e observadores, que não comungam em leituras iguais do passado, do presente, e do futuro.

Durante o meio século de guerra fria, a governança da segurança e paz mundiais, que deveria ser responsabilidade do Conselho de Segurança, de facto foi responsabilidade da Ordem dos Pactos Militares, cuja evolução ficou lembrada. Mas depois da queda do Muro de Berlim e da dissolução do Império Soviético, a globalização ficou sem qualquer governança, e a NATO, braço armado da Aliança Atlântica, foi sofrendo uma mudança gradual.

Esta mudança talvez não possa ser rigorosamente avaliada sem, simultaneamente, tentar uma visão dos poderes fácticos que se autonomizaram na área das

finanças mundiais e da economia, na área da comunicação social, na multiplicação das regionalizações de vários sinais, nos poderes estratégicos emergentes, e na vinculação de tudo à *teologia de mercado* que também se reflectiu nos domínios da segurança e defesa.

Para o objectivo desta comunicação serve de referência suficiente a *Declaration on Alliance Security* emitida pelos Chefes de Estado e de Governo reunidos em Strasburg/Kehl em 4 de Abril de 2009.

Talvez a primeira nota importante seja a do alargamento inspirado pela visão de uma «*Europe Whole and free*», e pela abertura a todas as democracias «*which share the values of our Alliance*», que possam ser úteis para a estabilidade e segurança comuns.

É evidente que esta premissa abre caminho à desterritorialização da ameaça à Aliança, em função do reconhecimento de que os desafios e ameaças ao *território da fundação* podem ter origem «*at strategic distance or closer to home*».

Quer porque os novos aliados não viveram a ameaça territorial dos cinquenta anos de guerra fria, quer porque é difícil identificar ameaças novas que sejam dirigidas à segurança e paz interiores em tabela diferenciada das ameaças que afectam especificamente os interesses dos aliados, esta visão do globalismo defronta-se com as fronteiras dos interesses regionalizados, e aponta para uma revisão global de responsabilidades da Aliança, distante das vivências de guerra fria.

Por isso, a Declaração de Strasburg/Kehl, assumindo o quadro global, reconhece a necessidade de estreitar relações com a ONU, com a União Europeia, com a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e União Africana.

Analisando os sinais, é enfatizada a capacidade de responder eficazmente aos desafios à segurança do território da Aliança, mas acrescenta-se o objectivo de assegurar uma combinação de recursos militares e civis que respondam à verificação de que «*our security is increasingly tied to that of other regions*», pelo que a definição de um novo *Strategic Concept* para o século XXI é esperada na próxima reunião do Conselho.

Tentando seriar os círculos de desenvolvimento que provavelmente definirão o perfil desse novo conceito, temos: 1) em primeiro lugar a defesa das populações, território, e forças dos aliados, objectivo da responsabilidade central da Aliança; 2) adesão aos princípios da Carta da ONU, o que significa disposição para

participar nas iniciativas da organização; 3) refazer a confiança na segurança Euro-Atlântica em cooperação com a União Europeia, a OSCE — Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, e com o Conselho da Europa, todos apoiados nos valores comuns de respeito pelos direitos humanos, integridade territorial, liberdade dos Estados, e respeito pelos objectivos e acordos internacionais.

Lembramos, referindo apenas intervenções mais significativas, a cooperação da NATO com a ONU, com anotação na declaração conjunta UN-NATO, com base na qual se esperam desenvolvimentos próximos de cooperação.

A narrativa destes anúncios e promessas, abrange a intervenção no Afeganistão (UN — Mandated International Security Assistance Force Mission — ISAF); a intervenção no Kosovo (Resolução 1244 do Conselho de Segurança); a NATO Training Mission on Iraq — NTM-I; a acção contra a pirataria dos mares, de acordo com as directivas da ONU; inquietação com o Darfur, com a Somália, e apoio à União Africana; organizar uma dimensão transatlântica contra o terrorismo global, observando a United Nations Global Counter — Terrorism Strategy. Entretanto desenvolve uma estratégia da comunicação, reforça o diálogo no âmbito da Assembleia Parlamentar, procurando reforçar os princípios e valores da Aliança, e tem um tema de excepcional relevância: a relação da NATO com a União Europeia. Vamos concentrar-nos neste ponto.

A primeira dúvida diz respeito à conceptualização da relação NATO – União Europeia, uma questão que apela ao exercício do pensamento complexo, porque, por um lado, a Aliança Atlântica é uma comunidade de Estados soberanos, que não inclui nenhuma comunidade regional; por seu lado, a União Europeia, em tempo de espera pelo Tratado de Lisboa, tende para a assumida personalidade internacional, e vai sublinhando que «*NATO and the EU share common values and strategic interest*».

A comunidade de valores não precisa de ser enfatizada, mas exige meditação que a NATO comunga interesses estratégicos e valores com a EU, sendo que os países da EU são membros individuais da NATO, pelo que se relacionam com eles próprios quando negociam com a Aliança cooperação e agendamentos.

A primeira europeização de que tivemos notícias teve em vista, sob proposta dos EUA, obter uma maior participação dos países europeus em encargos financeiros, o que não alterava o modelo do diálogo. Mas esta figuração de um diálogo

entre duas entidades, também de facto encaminha para transformar o diálogo interior numa conversa-disputa entre EUA, Canadá, e EU. Ou, mais simplificada-mente, uma vez entre *unilateralismo americano* e *européus*, outras entre todos os regressados à experiência solidária da guerra fria.

Se tivermos por referência a declaração do General Colin Powell, o primeiro negro americano a ascender ao centro do poder, como Chefe de Estado-Maior, depois como Comandante-Chefe da Operação Tempestade no Deserto na guerra do Golfo em 1991, e finalmente como Secretário de Estado, verificamos um realismo que esteve presente no discurso que Obama proferiu no Cairo em 9 de Junho corrente.

O General reconhece que a qualificação de superpotência já não se aplica, neste mundo de centros de poder em multiplicação, mas é fiel ao conceito do interesse permanente dos EUA, e à sua missão de liderança. Com estes pressupostos, sublinha que o fim da guerra fria não impediu que os membros da NATO passassem de 16 para 26, porque um futuro sem ameaças não é provável, e porque os novos membros passaram a contar dialogar *com os europeus — e com os EUA e o Canadá*. A partir desta simplicidade, o raciocínio prospectivo desenvolve-se ao redor das perspectivas com que os EUA seguem a evolução da União Europeia. Definitivamente é uma perspectiva de diálogo entre duas entidades, não uma perspectiva de aliança plural. O efeito desagregador viu-se quando a visão neoconservadora dos republicanos definiu a América como a nação indispensável, aceitou o fim da história, e optou pelo unilateralismo, com o desastre do Iraque. A divisão no Conselho de Segurança, e a divisão no Conselho Europeu, foram um custo negativo, que abriu caminho a esta perspectiva: os EUA não consideram a eventualidade de uma nova guerra civil europeia, como foram as de 1914-1918 e 1939-1945, mas necessitam de uma privilegiada relação com a Europa, que tem, como eles, interesses mundiais, no Pacífico, na África, na América Latina, e também uma relação especial com a China, com a União Indiana, com o cinturão Muçulmano, enfim com o globalismo. Esta visão tem uma referência de perigo agudo na proliferação nuclear, e um desafio evidente no Irão e na Coreia do Norte.

É tendo presente esta ameaça, que o Presidente Obama, no recente discurso do Cairo, avançou duas linhas: primeiro o apaziguamento do cordão muçulmano, assumindo que «o Islão é parte dos EUA. Acredito que os EUA guardam

consigo a verdade segundo a qual, independentemente da raça, religião ou idade, todos partilham aspirações comuns — viver em paz e segurança; obter boa educação e trabalho com dignidade; amar a família, a comunidade e nosso Deus. Tudo isso todos partilhamos. Essa é a esperança de toda a humanidade». Depois, declarou a urgência de chegar a um ponto final no Afeganistão onde os EUA, diz, se envolvem sem escolha própria, e no Iraque onde assumiram a guerra, mas lembrando agora Thomas Jefferson: «Espero que essa sabedoria aumente à medida que aumenta o nosso poder, e nos ensine que quanto menos usarmos nosso poder, mais ele aumentará». O princípio é aplicado para anunciar uma política de ponto final para o conflito Israel-Palestina, e para recordar que nenhum Estado pode impor a democracia a outro, nem qualquer Nação «pode escolher e decidir quais Nações tenham armas nucleares».

Trata-se de uma notável e importante declaração de propósitos, mas centrada sobre a liderança americana, sobre o interesse permanente da América, sobre os valores universais que professa essa Nação de múltiplas raízes: a União Europeia não é referida, a NATO não é mencionada.

E todavia, podemos talvez ter por evidente: que os valores que reivindica, são comuns aos europeus, são identificadores da Aliança que os defendeu por meio século, são comuns aos ocidentais que não pertencem à área Atlântica; que no que toca às responsabilidades pela segurança, que dificilmente tem violações que não desencadeiem efeitos colaterais, pelas dependências globalistas, a Europa não está no Conselho de Segurança, não está no G-20, e não está na NATO. Nestes casos, dois que dizem respeito à segurança, outro à economia, o diálogo tende para ficção, com as consequências que se verificaram com o caso do Iraque.

O indício que se retira, parece orientar no sentido de reconhecer que a debilidade da ordem internacional não apenas exige a reforma da ONU com redefinição dos titulares do Conselho de Segurança, com veto ou sem ele, permanentes ou com mandato temporal, mas com identidade e representação definidas; que a Europa, numa renovada ordem mundial, que tende para encontrar nas regionalizações os patamares da harmonia, tem de escolher entre a *unidade* ou a *desistência dela*, neste caso se algumas potências europeias continuarem a colocar a arrogância no lugar do realismo; uma Aliança que foi organizada para um conflito regional, o qual deflagrou no espaço europeu por obra dos seus demónios interiores e não por qualquer ataque externo, também não pode ignorar o

globalismo dos perigos, a desterritorialização das ameaças, a tendência para a multiplicação dos regionalismos, e para a multiplicação dos centros de poder.

Não é apenas com as culturas que ganham voz internacional, com destaque para o cinturão islâmico, que existem conflitos a exigir apaziguamento: entre os ocidentais, a começar pelo continente americano, de norte a sul, o apaziguamento é uma política necessária e urgente. O que faz inevitavelmente lembrar, com Toynbee, que os ocidentais são considerados, pelos que eles chamaram o *resto do mundo*, como os grandes agressores dos tempos modernos.

Talvez as circunstâncias estejam a enviar a mensagem de que a base regional da organização da segurança, que esteve, com discussão da respectiva legitimidade, na *área atlântica do Norte*, tenha que partir do reconhecimento de que os ocidentais pela cultura e pela história, o ocidente pela geografia, no pendor do regionalismo que se afirma como patamar do globalismo organizado, deve iluminar a reflexão sobre a revisão da governança, sobre a plataforma de apoio, que não pode contar com a complacência do tempo que passa: nós, *os ocidentais*, os utopistas da unidade do género humano, e da terra casa comum da humanidade, precisamos de entrar em meditação conjunta.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 2009)

Reformulação do conceito estratégico da NATO: a experiência e a mudança. Reordenar a segurança do Ocidente

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

1. A NATO, a maior aliança político-militar da História, garantiu a segurança do *espaço geográfico da região do Atlântico Norte* durante quarenta anos. Unia estados democráticos que se sentiam ameaçados pelo poder militar da União Soviética e satélites, organizados no Pacto de Varsóvia, cujo modelo político e económico de natureza messiânica rejeitavam. *O Ocidente geográfico que então contava* organizou-se para fazer face a um Leste ameaçador.

Tratava-se de uma organização eminentemente defensiva, que integrava uma região geopolítica marítima a que a bacia Norte do oceano Atlântico dava coesão estratégica. O cimento da atitude e da acção conjunta, que envolvia a ajuda mútua em caso de ataque, baseava-se no facto de serem comuns a todos os países-membros da organização os interesses vitais relativos à segurança. Os europeus defendiam-se de ser submetidos a uma ocupação que não desejavam; os americanos não queriam ver a Ilha Mundial controlada política e estrategicamente por uma única potência, pois essa situação corresponderia a ficarem em risco perante um potencial de combate que poderia vir a ser superior ao que eles detinham, portanto em condições de os vencer.

O que estava em jogo era bem claro — os participantes da NATO sabiam que, estando um deles em perigo, estariam todos. Mas a resposta automática em conjunto, quando um deles fosse atingido, aplicava-se apenas ao que acontecesse na área dos seus territórios, uma vez que esta era a área de interesse primário, portanto aquela cuja segurança interessava preservar.

No entanto, como a ameaça feria interesses vitais dos aliados, *a comunhão de percepções e de atitudes a que estavam obrigados pelo tratado fundador para a defesa da área NATO tendia a alargar-se face a acontecimentos fora dessa área que pusessem em causa a segurança de cada um*, embora os apoios não tivessem a mesma configuração daqueles que o tratado de Washington determinava. Nem sempre se

limitavam a aspectos directamente ligados ao emprego de forças militares: poderiam ser da área logística como da operacional, ser concedidos por um ou alguns dos aliados e não pela aliança como um todo, mas o apoio ou concordância política raramente faltavam.

O Sul do Atlântico e as respectivas margens não contavam — eram consideradas meras zonas de exploração das potências do Norte, onde obtinham matérias-primas (para fazer a guerra se fosse caso disso), e mercados para os produtos acabados produzidos no Norte. Isto, apesar da constituição da NATO ter lugar no período em que se iniciaram as lutas pela independência, que terminavam normalmente pela retoma dos laços do Sul com o Norte desenvolvido, agora numa relação de dependência neocolonialista que pouco alterava os respectivos pesos estratégicos.

2. O braço de ferro conhecido por «dissuasão pelo terror» terminaria em 1989, o que se deveu principalmente à acção de pressão da Aliança, obrigando o bloco soviético a investir na defesa para garantir a paridade estratégica num nível tão elevado, que a sua economia não conseguiu resistir e esboroou-se. *A NATO tinha logrado vencer sem ter tido necessidade de combater, o que para Sun Tzu, é a suprema arte da estratégia.*

Sem inimigo, o Ocidente desarmou, particularmente a sua componente europeia. Os países europeus reforçaram os investimentos em áreas não militares e melhoraram o seu modelo social — o famoso modelo social europeu. A reunificação da Alemanha, cuja divisão imposta pelos vencedores da segunda guerra mundial tinha congelado como pólo de poder europeu capaz de disputar a hegemonia na Europa com a Rússia e as potências ocidentais (Reino Unido/França mais EUA), fez ressurgir o espaço geopolítico anterior àquela guerra, que vigorava no continente desde que Bismarck a havia unificado, a partir da União económica dos principados alemães conhecida por *Zollverein*. Como capital de uma Alemanha unida, Berlim considera-se de regresso à sua posição de liderança europeia tradicional e com capacidade de ter uma voz importante a nível global.

A NATO avançou para Leste, na exploração do sucesso que tinha alcançado, com a finalidade de encostar a sua área até às fronteiras russas, através da integração dos países do antigo bloco soviético e mesmo de algumas das suas antigas

repúblicas. Esta ampliação, que ameaçava fazer desaparecer o espaço tampão entre a Rússia e o ocidente europeu, subordinou-se essencialmente a critérios de natureza política. *Não cuidou daquilo que constitui o elemento central caracterizador de uma aliança político-militar — a sua solidez militar.*

Proclamado o fim da História, com a vitória do Ocidente sobre o Leste, da economia de mercado sobre a economia de direcção central, da democracia sobre a autocracia, tratar-se-ia agora de estender ao planeta o modo de viver caldeado nas heranças culturais gregas, romanas e judaico-cristãs, pelo iluminismo e pela revolução industrial continuada num exponencial desenvolvimento científico-tecnológico que conduziria à globalização.

Para ampliar o estilo ocidental a todo o mundo seria indispensável acompanhá-lo das correspondentes forças militares de estabilização. Nestas condições, e para conseguir caminhar com êxito em direcção ao objectivo que os arautos do fim da História preconizavam, foi alterado o conceito estratégico da NATO, passando a Aliança a ter a possibilidade de actuar fora da área a que o Tratado de Washington a vinculava. *Transformada numa espécie de «polícia» do mundo*, já poderia intervir e projectar forças para qualquer parte onde estivesse em causa a concretização dos seus objectivos, agora milenaristas.

3. Mas o fim da guerra-fria, a revolução tecnológica e a globalização também alteraram a situação no que respeitava aos diversos actores que se perfilavam na cena internacional: uns reemergiam dos seus passados recentes de fraqueza estratégica, como a China e a Índia, ou afirmavam-se como potências de expressão global, como o Brasil; outros, como a Venezuela, a Nigéria, a República da África do Sul, a Turquia, o Irão, a Indonésia, etc., afirmavam-se como poderes regionais crescentes; surgiram outros poderosos actores, estatais e não estatais, que se serviam da religião como motivação das suas pulsões agressivas e alimento mobilizador de combatentes e de apoiantes; outros, mergulhados na instabilidade e na insegurança, transformaram-se ou estão em vias de se transformar em estados falhados, que constituem focos geradores e exportadores de ameaças.

Por outro lado, apareceram novas potências nucleares, surgiu a ameaça de proliferação de engenhos e/ou tecnologias de destruição massiva; agravou-se a escassez de produtos estratégicos, como os alimentares e energéticos; o planeta viu-se ameaçado pelos efeitos potencialmente catastróficos das alterações

climáticas; o ambiente operacional modificou-se, com novos espaços operacionais utilizados como áreas de confronto pelos diversos poderes, na defesa dos respectivos interesses, como o espaço exterior, o ciberespaço e o espaço mediático.

É este contexto de grande complexidade que caracteriza o caminho de uma ordem pós-unipolar em direcção a uma ordem internacional multipolar com o poder desequilibrado para a Ásia-Pacífico, e a crise financeira e económica a acelerar o processo de transformação da relação mundial de forças, em que nos encontramos. Nesta situação, até os EUA, a maior potência mundial, embora mantendo voz privilegiada na agenda internacional, precisa da colaboração de muitas outras potências para resolver os problemas que os afligem. *As interdependências são crescentes* e obrigam os actores a entender-se nas questões de natureza global — crises económicas e financeiras, alterações climáticas, proliferação de tecnologias e armas de destruição massiva, ameaças transnacionais como o terrorismo e a criminalidade organizada. O Conselho de Segurança, por si só, já não resolve os problemas. É o tempo dos Gs — G2, G8, G20.

Neste novo quadro, a *Rússia herdeira da União Soviética, de que tinha sido núcleo gerador e massa crítica, recuperou. Fez parar o alargamento da NATO e criou condições para lhe disputar zonas de influência.* Procura recuperar todo ou parte do espaço tampão perdido na sequência da derrota sofrida na guerra-fria. Tira vantagem da dependência que dela têm os países europeus da NATO situados no centro e a Leste da Europa e da existência de populações russófonas em alguns destes estados, muitos com numerosas minorias russas.

4. Na actual situação, os membros da NATO, particularmente os seus cidadãos, não têm uma percepção clara de serem objecto de ameaças comuns aos seus interesses vitais que exijam resposta conjunta.

Ao contrário da perigosa ameaça do Pacto de Varsóvia durante a guerra-fria que solidificava a Aliança Atlântica, *as ameaças que se percebem actualmente são indefinidas, relacionadas com acções a partir de actores não estatais (terrorismo e criminalidade organizada) e relacionadas com a escassez de recursos estratégicos, o que afecta desigualmente os diversos países — bens alimentares, minérios estratégicos, combustíveis fósseis.*

Ameaças que podem exigir respostas militares, mas precisam principalmente de respostas de natureza ideológica, política, económica, social, assim como da actuação dos

serviços de informações e das forças policiais. Em vez de combates de elevada/média intensidade no teatro de operações europeu, lutando pelo respectivo território e expulsando o inimigo para fora das suas fronteiras, a Aliança precisará prioritariamente de levar a efeito acções de pacificação das regiões onde os seus membros tenham interesses comuns a defender, o que pode ocorrer em qualquer parte do planeta, mas com perigo acrescido se tiverem lugar na região geopolítica em que os seus estados-membros se situam. Através de operações de todo o espectro de intensidade, com predominância na faixa da baixa/média intensidade, em operações humanitárias e de paz (manutenção e/ou imposição), de contra-insurreição, de recuperação e estabilização de estados falhados, de apoio à governabilidade e ao exercício de controlo do território; eventualmente, conflitos armados de média/elevada intensidade, limitados no tempo e na área geográfica.

Operações em que as manobras político-psicológica e económico-social serão prioritárias e terão de ser levadas a efeito com persistência, para o que são necessárias operações militares com a finalidade de permitir a sua execução em segurança, única forma de terem êxito.

Na situação presente, *sobressaem quatro factores de potencial divisão que podem paralisar ou mesmo desagregar a NATO:* 1) São diferentes, por vezes opostas, as percepções dos diversos membros face à necessidade de intervir fora de área, como aconteceu com o Iraque e está a suceder no Afeganistão; 2) Os estados-membros da área Centro/Leste, incluindo a Alemanha, interrogam-se quanto ao seu futuro, como resultado da recuperação do poder russo e do antimíssil dos EUA, e têm perspectivas diferentes entre si e com países membros a Ocidente, sobre como esta questão deverá ser enfrentada; 3) Os efeitos da crise financeira e económica fizeram reviver sentimentos de dúvida dos países de Leste em relação à Alemanha; 4) A dependência energética em relação à Rússia gera posições diferenciadas entre os países europeus: uns tendem a ser insensíveis (os países mais ocidentais); outros reagem com dureza (alguns dos seus vizinhos); e outros estreitam relações (Alemanha e Itália).

5. Diversamente do que se verificava no período fundacional da NATO e durante a guerra-fria, *o Sul Atlântico, que entretanto se desenvolveu ou fragilizou e assumiu a sua verdadeira independência, passando a contar em termos económicos e políticos, e emergiu como entidade com grande peso estratégico.* Mas ainda não atingiu o

nível correspondente em termos de segurança, pois tem convivido com situações de instabilidade e estados falhados, que agem como base de actuação de ameaças transnacionais não estatais. Isto pode prejudicar fortemente o progresso conjugado do Norte e do Sul, agora constituindo partes equivalentes da grande região geopolítica do Atlântico: dois continentes no sentido dos meridianos, estendidos de Norte a Sul (americano e euro-africano) separados pelo mesmo «rio», o Atlântico.

Actualmente, o Ocidente que conta já se não limita ao que se encontra localizado geograficamente no hemisfério Norte, nas margens da bacia do Atlântico. Ele alargou-se a Sul, embora se mantenham manchas de subdesenvolvimento e instabilidade, que é necessário fazer prosperar e estabilizar.

As bacias atlânticas Média e Sul banham países emergentes cada vez mais desenvolvidos e poderosos, com vastos recursos e constituindo apetecíveis mercados, que são capazes de ombrear com os seus vizinhos do Norte na segurança e defesa de toda a região atlântica, de Norte a Sul. Como: o Brasil, já potência de expressão global, a chamada quinta do mundo pela sua produção agrícola, com indústrias competitivas — a única grande potência, além da Rússia, que é auto-suficiente em combustíveis; Angola, já potência regional; a República da África do Sul, também potência em ascensão; a Nigéria, que dispõe de vastos recursos energéticos, etc.

Aliás, o Norte atlântico, muito dependente em combustíveis fósseis da Rússia e do Médio Oriente, encontra-se em processo de transferência de fontes do seu abastecimento para os grandes produtores do Sul, entre os quais, os países do Magrebe, Nigéria, Venezuela, Angola, etc.

Parece poder afirmar-se que, actualmente, *o Ocidente geográfico que conta abrange toda a região geopolítica do Atlântico e não apenas a sua sub-região Norte*. O que levanta a questão da criação de um sistema de segurança do Atlântico Sul e da sua articulação com a NATO actual.

Torna-se urgente criar um sistema de segurança da sub-região do Atlântico do Médio/Sul, para a sua segurança e a segurança do Atlântico Norte. Os países lusófonos podem desempenhar um papel de primeiro plano nesta questão — de dinamizador e de suporte. De facto, *os espaços geográficos dos vários membros atlânticos da CPLP são de crucial importância estratégica*.

O triângulo Lisboa, Brasília, Luanda, tem condições para constituir o quadro em que assenta esse sistema de segurança, ancorado ainda nas posições

estratégicas relevantes dos restantes países lusófonos atlânticos — Cabo Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe.

O eixo Lisboa-Brasília poderá funcionar para o Atlântico Médio/Sul como contraponto do eixo Lisboa-Washington para o Atlântico Norte. No século XXI, Portugal deve posicionar-se face ao Brasil potência global, como o Reino Unido se posicionou face aos EUA durante o século XX.

E claro que, além dos países lusófonos, o sistema de segurança a criar no Atlântico Sul terá de abranger outros importantes estados que o marginam.

6. Portanto, parece evidente a necessidade da Aliança regressar à região geográfica do Atlântico, pondo fim à NATO polícia do mundo. Articulando-a com os sistemas de segurança que urge formar no Atlântico Sul (América do Sul e África), que, juntamente com a América do Norte e a Europa, constituem a região geopolítica cuja estabilidade e desenvolvimento mais nos interessa assegurar. Já que a complementaridade entre as várias sub-regiões atlânticas existe do ponto de vista estratégico tanto como do ângulo económico e político.

Neste contexto, a NATO ou OTAN deverá constituir uma aliança de geometria variável com três posicionamentos diferenciados que se complementem: 1) *Região actual da OTAN (NATO)*, porventura ajustada à comunhão dos interesses vitais de segurança dos respectivos países, no sentido de definir os que poderão ser contemplados pela cláusula de colaboração obrigatória na defesa de um membro atacado, qualquer que seja a natureza da ameaça, incluindo ataques militares de elevada intensidade, o que implica a viabilidade prática de o fazer; 2) *Grande região geopolítica do Atlântico (articulação dos sistemas de segurança OTAN mais OTAS — Organização do Tratado do Atlântico Sul)*, cuja estabilidade e desenvolvimento haverá que preservar em prioridade, englobando a área da OTAN e a do sistema de segurança do Atlântico Médio/Sul, através do apoio mútuo entre ambos os sistemas para fazer face a todo o tipo de ameaças; 3) *Região fora da área abrangida pela NATO mais SATO*, onde qualquer dos sistemas de segurança (do Norte e do Sul) ou dos seus estados membros actuará, em função dos interesses respectivos, por intermédio de coligações de vontade que poderiam (com a concordância dos aliados) servir-se dos apoios dos próprios sistemas de segurança.

Como medida complementar de grande importância e urgência, as relações da NATO com a Rússia deverão ser enquadradas pelo reforço da parceria NATO/

Rússia e pela discussão e possível entendimento sobre a proposta de Medvedev para a segurança europeia alargada, da costa Ocidental da América do Norte a Vladivostok, possivelmente no quadro da OSCE.

7. Conclusões.

- 1) É preciso recentrar a NATO na região geopolítica que lhe interessa — o Ocidente geográfico.
- 2) Hoje, o Ocidente geográfico que conta deixou de ser apenas a bacia do Atlântico Norte. Alarga-se a toda a bacia atlântica. Norte e Sul.
- 3) Portugal, através da sua ligação a Washington e dos laços que o unem aos países do Atlântico Sul, particularmente os da CPLP, com destaque para o Brasil e Angola, tem condições privilegiadas para ser o elo de articulação entre o sistema de segurança do Atlântico Norte e um sistema de segurança do Atlântico Sul, cuja implantação tem condições e necessidade de dinamizar.
- 4) Os dois sistemas de segurança (NATO e SATO), em articulação, devem fazer face a todo o leque de ameaças que pode perturbar a região geopolítica do Atlântico, o que gerará dinâmicas de actuações conjuntas dos seus membros fora desta região, mas sem que isso seja obrigatório, como se fossem «polícias» do mundo.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS,
NA SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 2009)

Os 60 anos da NATO. Um testemunho e a prospectiva

NUNO GONÇALO VIEIRA MATIAS

1 — INTRODUÇÃO

É normalmente aceite que as alianças se desfazem depois de alcançada a vitória a que se propuseram.

A história relata-nos muitos exemplos ilustrativos. Basta lembrarmo-nos do fim da aliança europeia contra Napoleão ocorrido sete anos depois do Congresso de Viena ou da forma como acabou a aliança Soviético-Americana, praticamente a seguir ao Dia da Vitória, em 1945.

Esta lógica da história já tem servido para alguns cépticos da NATO, ou pelo menos pouco crentes da Aliança, vaticinarem o seu fim. Foram, entre outros, os casos de Henry Kissinger que, em 1961, pressagiava: *«A NATO, pedra angular da nossa política externa, não se adaptou à evolução das relações estratégicas e políticas... a não ser que o grupo de países do Atlântico Norte estabeleça um objectivo mais claro estará condenada»*.

Mais tarde, em 1982, o *The Economist* afirmava que *«A Aliança do Atlântico está na fase inicial do que poderá ser uma doença terminal. A Aliança já esteve em dificuldades muitas vezes, mas esta é a pior crise»*.

Também, Christoph Bertram, director do International Institute for Strategic Studies, já após a queda do Muro de Berlim, em 1994, afiançava que *«A NATO atravessa uma crise profunda e duradoura e pode mesmo não chegar ao fim da década»*.

E porque a Aliança está, afinal, viva já no fim da década seguinte, a primeira do século XXI, tenho-me interrogado sobre as razões de tal longevidade. Essa reflexão, que aqui procurarei fazer, tem alguma base na experiência, na convivência, que tive com a NATO ao longo da carreira, continuar-se-á com a análise, qual avaliação, do desempenho da nossa Aliança e prolongar-se-á com os sinais indiciadores de uma existência ainda com futuro. Este, o devir, será, seguramente,

regido por um novo conceito estratégico que antecipo corresponder a uma evolução na continuidade dos documentos equivalentes de 1991 e 1999.

2 — O TESTEMUNHO

Há mais de 50 anos, na Escola Naval, tive o primeiro contacto com a Aliança Atlântica materializado no estudo das noções da sua organização e no começo da aprendizagem da táctica e das comunicações NATO. Manuais como o *ATP1* — *Allied Tactical Publication 1* ou os diversos *ACP* — *Allied Communications Publication* eram verdadeiras «bíblias», indiscutíveis, que, desde o princípio da década de 50, revolucionavam a táctica naval nacional, ainda com resquícios perceptíveis em livros escolares de conceitos exemplificados com a Batalha da Jutlândia. As dezenas, talvez centenas, de manuais de táctica, procedimentos e comunicações eram como que um admirável mundo novo. Admirável, mas difícil pelo estudo profundo que envolvia, para mais sempre em inglês, no caso dos oficiais, e com apenas alguns livros, poucos, traduzidos para uso sobretudo dos praças.

Mais tarde, a meio da década de sessenta, como oficial especializado em artilharia e servindo na direcção técnica respectiva, observei uma amostra de uma tarefa gigantesca que a nossa Aliança estava a levar a cabo. A da standardização de material, de procedimentos técnicos, de nomenclatura, etc. que visavam conseguir uma interoperabilidade perfeita. Aspectos complexos como a medição de parâmetros de balística interna e externa, a transmissão automática de dados ou questões mais simples como a adaptabilidade das mangueiras dos petroleiros, a padronização de combustíveis ou a elementar marcação de embalagens de munições todos eram definidos nos *Standardization NATO Agreements* — (STANAGS). Tudo, nos mais pequenos detalhes, tinha de ser acordado por todas as nações. E sublinho a palavra acordado, porque não era imposto.

Tem sido um esforço que se tivesse de ser medido em páginas escritas, seguramente atingiria cifras de milhões.

Comecei cedo a entender a cultura vantajosa do consenso e a do respeito por todos os membros, mesmo os pequenos. Foi uma ideia que viria a reforçar em 1983-1984, quando testemunhei o funcionamento da Esquadra Permanente do Atlântico, onde, como comandante do NRP Cte. João Belo, estive integrado por

duas vezes. Os navios, de nove nacionalidades, operavam em conjunto tão bem, ou mesmo melhor, na opinião de alguns, do que se pertencessem a uma só Bandeira. Em grandes exercícios, juntavam-se-nos muitas dezenas de navios de superfície, de submarinos e de aeronaves e era impressionante verificar como a colossal máquina de guerra interagia e era eficiente. Relembro a forma elogiada como um dos meus segundos-tenentes coordenou a defesa aérea de Força feita com caças ingleses contra aviões de ataque de várias nacionalidades. E recordo ainda a exímia perícia com que os nove navios reabasteciam, a navegar, às vezes com mar mexido, de um petroleiro de uma qualquer dessas marinhas, mesmo de noite. O processo consistia em posicionar com grande rigor uma fragata de cada bordo do petroleiro e uma à popa, navegando a curtíssimas distâncias, com mangueiras e cabos diversos passados. Isso permitia que a vulnerável operação estivesse concluída, para as nove sequiosas fragatas, em cerca de três horas.

Comparei, meses mais tarde, esta eficiência com a de uma força soviética que cruzou, de Norte para Sul, a nossa área marítima. Durante a vigilância que fui mandado fazer, observei que o petroleiro «Boris Chilikin» demorou 12 horas a reabastecer os três *destroyers* que navegavam em companhia. A minha guarnição, qual equipa vencedora de que todos faziam parte, exultou com a comparação tão positiva. Isso só tinha sido possível devido, sem dúvida, ao nosso melhor material, mas, acima de tudo, a muito treino, a uma muita afinada organização e também a boa mão de leme.

Percebi, até, o orgulho que, do grumete ao comandante todos tínhamos em fazer parte de tal equipa multinacional que operava bem no mar e que se relacionava com grande amizade e respeito, em terra.

Foi, igualmente, o espírito de missão, o sentido de busca do consenso e o valor da consideração multinacional que encontrei entre a comunidade que servia no Quartel-General do Iberlant que tive a honra de comandar nos meados da década de 90. Nessas funções, ao falar para um curso de políticos de países recentemente saídos de trás da «Cortina de Ferro», recordo que, ao responder à questão de qual seria a maior dificuldade a ultrapassar pelos países candidatos à NATO, se a estrutura de forças, se o orçamento, lhes respondi que considerava como mais difícil a obtenção do espírito de procura do objectivo comum e a aquisição da cultura do consenso.

Continuo hoje a manter a mesma opinião.

3 — A AVALIAÇÃO

Essa é uma percepção que obtive da experiência directa. Contudo, a avaliação mais distante e ampla que tenho feito da nossa Aliança não contradiz em nada essa ideia de raiz prática. Antes a reforça.

De facto, a NATO criou um notável espírito de coesão e de solidariedade, mantido apesar dos sucessivos alargamentos, e sedimentou valores e capacidades verdadeiramente únicos, que seria agora desastroso para o Ocidente serem perdidos.

Trata-se de um património moral resultante do somatório de um conjunto de factores de grande significado, que posso tentar sintetizar nos seguintes pontos:

- Existe uma grande identidade quanto ao interesse vital comum, traduzido como «a defesa da integridade territorial e do respeito pela soberania de todos e de cada um dos seus membros». Trata-se do conceito da «defesa colectiva».
- Este entendimento é comum aos Estados membros que estão em consonância quanto ao modo de conseguir a sua defesa, para o que muito contribui a mesma base cultural, alicerçada nos valores do Ocidente.
- A NATO, ou os seus membros, têm tido a sabedoria de sobrepor aos interesses individuais o interesse comum.
- A cultura do consenso, desenvolvida, ao longo de décadas, em todos os patamares da organização da Aliança, tem facilitado a tomada de decisões por unanimidade.
- O processo decisório torna-se aparentemente simples pela visão comum dos «valores, objectivos, propósitos e modos de agir» inscritos nos documentos conceptuais da Aliança.
- As limitações de soberania que a Aliança provoca são muito limitadas e encontram valiosa compensação nos resultados obtidos. São aliás constrangimentos incomparavelmente inferiores aos impostos pela União Europeia.

Neste quadro de partilha de interesses e de valores comuns, a NATO tem-se adaptado às enormes mudanças da situação internacional e tem demonstrado

uma grande capacidade para acomodar pressões externas, evoluindo também no seu conceito estratégico já reformulado por duas vezes depois do fim da Guerra Fria.

Durante as celebrações do meio século de vida, a NATO promulgou um conceito estratégico, que substituiu o de 1991. Agora, com seis décadas acabadas de cumprir, está prestes a surgir um novo conceito, a aprovar pelo final do ano, aqui, em Portugal.

4 — A PROSPECTIVA

É sempre arriscado fazer previsões a curto prazo, mas não me parece impossível prospectivar a NATO na próxima década, nem alguns aspectos do seu novo documento enquadrador da estratégia a seguir. Atrever-me-ia a dizer que haverá uma evolução com continuidade, adaptada ao móvel ambiente político internacional, considerado em fronteiras tão alargadas quanto o mundo em que vivemos.

De facto, e indo mais longe do que a avaliação que já fiz, parece haver na NATO muita sabedoria para garantir um caminhar contínuo. Ocorre-me a frase do primeiro Secretário-Geral que, logo em 1949, sintetizou as três funções da Aliança: *«Keep the Americans in, the Russians out and the Germans down!»*

É um princípio ainda hoje válido, certamente merecedor de alguma ironia para nós, no extremo da Europa, mas encarado, possivelmente com grande seriedade pelos países do centro-leste europeu.

Também a continuidade dos três pilares fundamentais da Aliança parece manter-se inquestionável. A «defesa comum» como objectivo primeiro, secundado pela solidariedade e capacidade garantidas pelo «elo transatlântico» e a «dissuasão nuclear», o terceiro, como princípio, certamente que se manterão. Este último tem, até, intensidade e actualidade preocupantemente renovadas.

Esta sabedoria parece-me continuar presente nos documentos publicados pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, comemorativa dos 60 anos da Aliança, que teve lugar em Estrasburgo – Kehl, em 4 de Abril do ano passado.

Ao longo dos 62 pontos do documento principal, entende-se a continuidade, logo na reafirmação inicial dos «valores básicos, princípios e propósitos da nossa

Aliança» e também a ideia da evolução ao indicar, de seguida, que «a corrente transformação da NATO fortalecerá a capacidade da Aliança para confrontar as ameaças actuais e as emergentes no século XXI, incluindo a existência de forças projectáveis bem preparadas para a condução da gama completa de operações e missões militares no seu território e para além dele, na sua periferia e a uma distância estratégica». (O itálico é meu).

Parece-me de salientar o detalhe usado na especificação da área de actuação, incluindo a expressão: «a uma distância estratégica». Trata-se, claramente, da assumpção de fronteiras de segurança alargadas ao globo terrestre, como de resto, a intervenção no Afeganistão já materializa.

Estes tópicos iniciais do documento constituem a introdução para um largo conjunto de ideias a seguir, metodicamente explanadas. No seu todo, penso tratar-se de uma directiva, ou mesmo da directiva, para a produção do novo conceito estratégico da NATO.

As questões de natureza política ocupam o maior conjunto de tópicos, ultrapassando em muito as referências à estrutura de forças, à organização da Aliança e ao controlo de armamento.

Do todo, valerá a pena evidenciar alguns aspectos, mesmo de forma necessariamente breve.

1. Os Chefes de Estado, pensando no futuro, evidenciaram o seu empenhamento numa aproximação comum aos desafios da paz e da segurança na área Euro-Atlântica, aproveitando as possibilidades das actuais instituições, NATO, União Europeia, Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e o Conselho da Europa. Também é salientado o progresso conseguido na cooperação e na coordenação entre NATO e as Nações Unidas, nomeadamente com a declaração conjunta feita no ano passado.

2. O relacionamento com a Rússia é abordado a partir de diferentes azimutes. Segundo um, é referida a importância do diálogo e da cooperação, numa aproximação comum frente às actuais ameaças e desafios, como, por exemplo, a estabilização do Afeganistão, o controlo de armamentos, o desarmamento, a não proliferação das armas de destruição em massa, gestão de crises, contra-terrorismo, contra-narcóticos e contra-pirataria.

Num diferente sentido, a Rússia é vista com preocupação pelo seu relacionamento com a Geórgia pela não implementação, ou «suspensão», desde 12 de Dezembro de 2007, do regime das Forças Convencionais da Europa (CFE) e também pela falta de cooperação com os Estados Unidos quanto à defesa anti-míssil.

3. O alargamento da NATO é abordado relembando que o Artigo 10 do Tratado de Washington abre a porta a todas as «democracias europeias que partilham os valores da nossa Aliança e que queiram e sejam capazes de assumir as responsabilidades e obrigações de membro.» É feita referência específica aos casos da Macedónia, dos Balcãs Ocidentais, da Bósnia Herzegovina, do Montenegro, da Ucrânia e da Geórgia, assim como ao primeiro partenariado individual da Sérvia com a NATO.

4. Muito provavelmente, o novo conceito estratégico referirá a necessidade da contínua adaptação e evolução das forças da NATO para fazerem face aos desafios que se enfrenta. Logicamente, deverão ter mais capacidade de projecção, de sustentação e de interoperabilidade, para além de deverem ser servidas pelos mais evoluídos sistemas de comunicações e de tecnologias de informação, também capazes de proteger a Aliança contra ataques cibernéticos.

Daqui resulta a preocupação quanto aos investimentos, sobretudo por parte dos parceiros europeus cujas capacidades tecnológicas são, claramente, menos evoluídas do que as dos americanos.

5. Outra área de atenção do documento é a do desarmamento, do controlo de armas e a não proliferação de armas nucleares. Em 2010, durante uma conferência, será passado em revista esta problemática donde se espera um resultado positivo.

Parece-me, pelo exposto, poder concluir que a Aliança Atlântica tem uma história de sucesso e que, apesar dos seus 60 anos, continua funcional e até a ser cortejada por várias nações, como a Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Moldávia e Ucrânia. São vários os que querem entrar e nenhum pretende sair e até mesmo a França, que esteve fora da estrutura militar, regressou passados longos 43 anos.

A NATO continua forte e a última Cimeira deu uma prova da sua coesão. O único problema que transpareceu foi o da disputa entre a França e a Alemanha, quanto ao local da cerimónia.

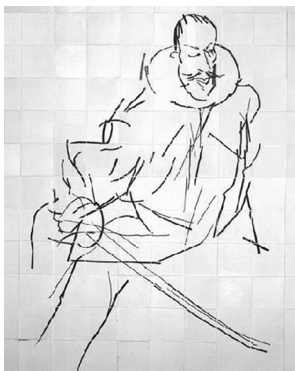
Por isso, e para terminar, não resisto em transcrever, traduzindo o último parágrafo de um artigo de Josef Joffe na publicação semanal *Time*:

«Enquanto os presidentes americanos vierem para jantar e os líderes europeus competirem para os receber, a NATO sobreviverá. As instituições moribundas não são elogiadas nem condecoradas. Por isso, podemos esperar já pelo septuagésimo aniversário da Velha Senhora em 2019».

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 25 DE JUNHO DE 2009)

«Ditosa pátria que tal filho teve»: a voz de Camões por Nun'Álvares Pereira

AIRES A. NASCIMENTO



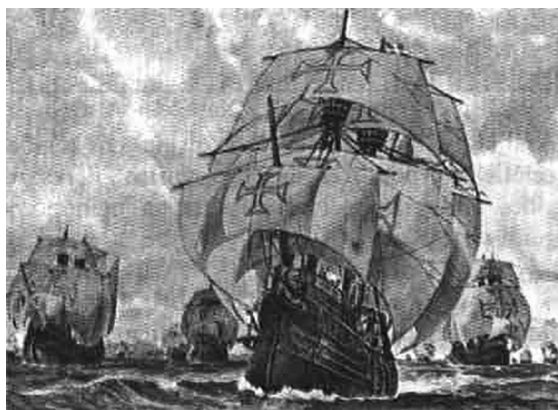
«Ditosa pátria que tal filho teve»! A expressão poderia ser de epigrama, mas é de poema épico, pertence a Camões e sintetiza a admiração e o respeito de um povo inteiro pela figura de Dom Nun'Álvares Pereira, apresentando-o perante outros povos como uma das mais relevantes figuras da sua terra. O contexto em que ocorre tal expressão (VIII, 28-32) é por demais significativo para necessariamente merecer a atenção de quem lê *Os Lusíadas* e procura apreender o processo da sua construção para melhor seguir as intenções que subjazem à sua estrutura.

É de louvor essa expressão posta na boca de Paulo da Gama e colocada em momento de solene apresentação da «história» portuguesa perante o Catual, que acabara de ser enviado pelo Samorim às naus portuguesas fundeadas ao largo da cidade de Calecute, com o fim de indagar da identidade dos navegadores que chegavam à Índia, vindos de parte desconhecida.

Na sequência dos factos narrados e supostos, Vasco da Gama deslocara-se ao palácio do Samorim para negociar um pacto de cooperação, mas o hindu, desiludido com a insignificância dos presentes e desinteressado da escassa qualidade das mercadorias que o capitão lhe propõe, desconfia das palavras de apresentação e das intenções por elas manifestadas. O rajá, aliás, não se considera instruído com o testemunho genérico dado pelo mouro Monçaide que, colhido em Melinde, parecia conluiado com os estrangeiros, de quem se diz conhecedor por ser originário das partes longínquas de onde eles provêm e estar ao corrente da fama que ali corre sobre os portugueses; enaltecera ele a bravura em combater os inimigos, mas ficava em suspenso se eles, vindos de tão longe, simulavam propósitos de guerra ou traziam razões de paz. Em atitude inopinada, o Samorim manda ao

Catual inteirar-se do que há nas naus que haviam ficado ao largo, sem pedirem licença para entrar no porto¹.

A estratégia do Samorim pretende surpreender e esconde segundas intenções; em construção épica, o episódio serve para revelar a identidade de um povo que se orgulha de uma história erguida ao longo de séculos, por entre ameaças alheias, e para apresentar os heróis cuja memória desencadeia e sustenta uma nova acção. Literariamente, adequa-se tal episódio ao desvendamento da razão do poema épico (celebrar a heroicidade de acções que se prolongam por séculos); presta-se igualmente a enunciar uma mensagem particular, qual é a da novidade do encontro de dois povos culturalmente diferentes, sublinhando com isso as contingências da descoberta de povos longínquos e deixando em aberto a afirmação da possibilidade de, por entre diferenças, construir uma nova experiência histórica que revele o homem a si mesmo no concerto do universo².



A chegada de um grupo desconhecido ao porto provoca natural desconfiança, mas não tem que gerar aversões e animosidades, tanto mais que, pela tradição dos povos, o estrangeiro deve ser respeitado, por ter por ele a protecção dos deuses; porém, a ambivalência dos sinais, mesmo quando enviados pela divindade,

¹ Não faltam obras que instruem sobre os factos históricos; aqui interessa-nos a construção camonianiana. Para discussão de dados concretos, cf. Sanjay Subrahmanyam, *The career and legend of Vasco da Gama*, Cambridge University Press, 1997; Luís de Albuquerque (coord.), *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Caminho, 1994; Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994; Luís de Albuquerque, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Vega, 1979; José Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama e a sua viagem de descobrimento*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1969; Jaime Cortesão, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1960-1962, 2 vols. A ilustrar a nossa análise socorremo-nos do azulejo pintado por Júlio Pomar e que se encontra a ornamentar a estação do metropolitano do Alto dos Moinhos, em Lisboa.

² Não pretendemos aqui sublinhar as diferenças e as novidades que tudo isso representa relativamente a poemas que servem de modelo ao nosso épico: se tem ele presente a chegada de Eneias a Cartago, onde rememora os acontecimentos em que esteve envolvido porque outros contribuíram para que a «muda poesia» já o tivesse precedido nas paredes no templo a que é conduzido, não terá menos presente o relato feito em terra estranha por Ulisses.

constitui interpelação e desafio à inteligência e compromete os intervenientes da acção a buscarem os meios de entendimento: sem concessões imprudentes e sem desconfianças extremadas, a colaboração deverá passar por pactos entre iguais, em que a recta intenção tem de ser não só presumida, mas também declarada e sustentada para que a razão fique esclarecida e dê legitimidade aos pactos.

O canto épico (que assenta na acção dos heróis em favor de um povo e no louvor colectivo que este lhes dedica) tem de particular que deixa para segundo plano as conveniências pragmáticas, nomeadamente as de âmbito comercial; todavia, não tem que as menosprezar e pode fazer delas razão de empenhamento mútuo em acções comuns. O encontro realizado com desconhecidos, quando visa objectivos comuns, ganha tanto mais relevo quanto os dois povos pretendem a superação do desconhecimento que a distância podia desculpar.

Na gesta de chegada dos Portugueses à Índia, cantada por Camões, há toda a superação heróica das vicissitudes marítimas, em esforço de um século inteiro³, mas também o confronto com a ambiguidade da força humana⁴ e bem assim, ao menos, em registo camoniano, a determinação de assentar novos feitos e promover conhecimentos que ultrapassam os antigos; em plano literário, fica aberto caminho para a afirmação de intenções destinadas à celebração de um pacto de civilizações que, no caso e na proposta assumida pelo poema épico de *Os Lusíadas*, põe lado a lado dois mundos diferentes, numa **idealização**

³ Basta-nos evocar aqui o contributo que a carta do Preste João das Índias (que, com razão, faz parte da literatura utópica) dera para suscitar ou secundar interesses que se lhe acrescentaram. Em versão peculiar, ela existia entre nós pelo menos em Alcobaça e certamente outras leituras se faziam fora desse claustro. Retenha-se que em finais do séc. XII, entre 1160 e 1177, circula nos meios ocidentais uma carta em latim (presumivelmente forjada na chancelaria imperial de Frederico II), endereçada por um tal Prestes João, imperador de um reino do Oriente, ao imperador Manuel Comneno de Bizâncio, a quem confessa a sua fé cristã (levada pelo apóstolo Tomé) e declara a plena realização do reino de Cristo expressa no cumprimento da mensagem evangélica (não há pobres) e nas grandes riquezas que revelam e antecipam o mundo escatológico; em plano estratégico, João oferece os seus préstimos para reconquistar Jerusalém, numa aliança que deite a perder os reinos muçulmanos que indevidamente retêm aquela terra sagrada. Cf. *Carta do Preste João das Índias. Versões Medievais Latinas* (trad. Maria Leonor Buescu), Lisboa, Assírio & Alvim, 1998; Ricardo da Costa, «Por uma geografia mitológica: a lenda medieval do Preste João, sua permanência, transferência e morte», *História*, 9, 2001, pp. 53-64.

⁴ A guerra é circunstância que parece inevitável na história humana, embora abominável (cf. IV, 44: «Alguns vão maldizendo e blasfemando / Do primeiro que a guerra fez no mundo; / Outros a sede dura vão culpando / Do peito cobiçoso e sitibundo, / Que, por tomar o alheio, o miserando / Povo aventura às penas do Profundo»). Quem se presta a ela, só com esforço a ela não se rende (cf. IV, 48: «Não sofre o peito forte, usado à guerra, / Não ter inimigo já a quem faça dano»).

utópica de experimentar e julgar o que de melhor, de uma parte e doutra, se fez na história.



O deslumbramento dos navegantes perante um Oriente sonhado e feérico leva em si mesmo a sua recompensa, pois cumpre o sonho que impulsionava a acção — o conhecimento através do descobrimento⁵ (em experiência e não em leitura do registo feito por outros; em desvendamento de natura e não em registo de escritura; em reconhecimento

e não em formulação de autoridade); além disso, para que o esforço não seja vão, na perspectiva camonianiana, esse deslumbramento tanto é regressivo (pois mergulha na **espessura da memória histórica** que esses mesmos navegantes transportam consigo) como é projectivo (a memória fundamenta o futuro que se abre e se pretende fazer com outros).

Essa memória tem componentes negativas e positivas: está a condição humana condenada a defrontar-se com a guerra (disso têm experiência todos os heróis do poema épico e não escapam à tentação de lhe dar continuidade: cf. IV, 48). Em contrapartida (e numa dinâmica que não escapara a Heraclito de Éfeso), essa mesma condição humana aspira sobretudo a ser regida pela Harmonia e por isso a essa alegoria/transposição reserva o poeta o final do poema, quando, pela mão de Téthys (deusa do mar e esposa de Oceano) e em nome da «Sapiência suprema» (X, 75 e ss.), leva o seu herói a contemplar a «Máquina do Mundo» (X, 80, 1)⁶.

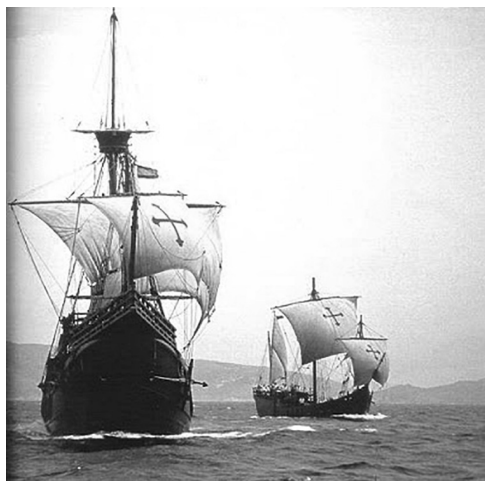
Porém, no episódio concreto da chegada à Índia, Vasco da Gama e o Samorim de Calecute representam dois mundos em que estão suspensos conflitos, até pelo

⁵ Propositadamente evitámos o termo «descoberta», que, sendo posterior (e de raiz francesa), não corresponde ao uso linguístico do tempo nem à atitude de «achar» e «saber novas». Cf. J. Barradas de Carvalho, *À la recherche de la spécificité de la Renaissance Portugaise*, 2 vols., Paris, Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais, 1983.

⁶ A imagem que incluímos reproduz a que encontramos no blogue realizado pelo Campus de Angra do Heroísmo da Universidade dos Açores, a que é dado o título de «A astronomia na obra de Camões (III)».

desconhecimento mútuo. A questão é a de saber se será possível a superação desses conflitos: um dos antagonistas tudo procura para relançar o seu tempo histórico e por isso abre as portas da Memória; o outro guarda a reserva de quem nada procura, mas, ao sentir-se interpelado e, mesmo que lhe interesse declaradamente descortinar a sinceridade de quem o demanda, dá ocasião a que o **estrangeiro revele a sua identidade**. Este, por seu lado, tem nisto momento privilegiado para recuperar a **memória** e sobretudo para a purificar, de forma a obter o que de melhor retém, como modo de fazer acreditar uma proposta de pacto para uma história futura.

*



Nesta recuperação da história, feita em forma sintética (de concentração no tempo narrativo) e em modo épico (de tom grandioso e grandiloquo), têm funcionalidade decisiva as **figuras evocadas** e importará atender ao lugar que elas ocupam na economia do poema, ao modo de encarecimento e aos dados retidos para as retratar.

As figuras históricas são as referências fundamentais da memória; as bandeiras, que exornam a nau capitaina,

são instrumento dessa memória para um cenário em que o processo literário, sendo inventivo, pressupõe coerência com o que se pretende celebrar; as figuras e as gestas dos heróis pintadas nessas bandeiras são «muda poesia» (VII, 76, 8) que, remetendo para a memória, a tornam presente e activa, em momento de viragem da história como acto de reconhecimento do valor colectivo e afirmação do comprometimento com novas gestas. Assim, transforma-se uma viagem de interesses económicos e/ou militares em acto significativo que relança a história de um povo na história universal — dando perspectivas à utopia que o mito do Preste João alimentava nas mentes ocidentais, mas fazendo das figuras maiores de uma história os esteios de um futuro que parece ao alcance da mão, pesem embora as contradições e as peripécias de um encontro sem entendimento.

*

A forma específica de cada uma dessas figuras e a diferença de tratamento delas são factores que não podem ser indiferentes à análise. Uma dessas figuras tem relevo particular: a de **Dom Nuno**. A sua singularidade vem tanto dos traços directos que a compõem e a tornam distintiva, como do modo como é evocada na relação de complementaridade que tem com as outras.

Venhamos ao texto camoniano. Abre-se nele uma lição de história que define o carácter dos portugueses e dá ao estrangeiro razão para julgar das vantagens de acordos de paz e de comércio (que nisso estavam assumidamente comprometidos os Portugueses, por iniciativa do próprio iniciador dos Descobrimentos⁷).

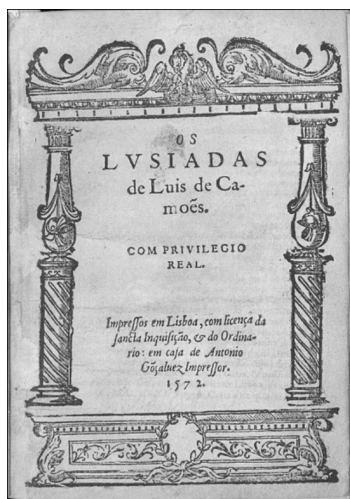
Ao receber o Catual na sua nau, é preocupação do comandante português (aliás, precavido pela retenção em terra do seu capitão) encarecer os motivos que possam tornar favorável o juízo do senhor daquela terra.

A sequência narrativa constrói um cenário em que os «purpúreos toldos» e as bandeiras de seda se desfraldam para a recepção festiva, mas se abrem para mostrarem «pintadas as guerreiras / obras que o forte braço já fizera» (VII, 74). A «muda poesia» necessita de intérprete e essa função é entregue a Paulo da Gama. Interessado se mostra o Catual por ouvir o que se representa nas bandeiras. O intérprete detém-se em cada uma das figuras que lhe são referidas em modo de admiração.

A primeira é a de Luso: «no trajo a grega usança perfeita» e com «um ramo, por insígnia, na direita», em traje e figura de ancião de «aspeito venerando». A matéria épica é demasiado alta, pois o tempo fica distante e atinge a esfera sagrada da Memória; o poeta impõe-se, por isso, a suspensão da narrativa para invocar os favores das Musas e as Camenas sob o nome de Ninfas do Tejo e do Mondego, com isso assinalando a solenidade do que vai descrever (VII, 78-87).

⁷ Veja-se como se evoluiu nos contactos com os outros povos, no relato feito por Diogo Gomes de Sintra, *Descobrimento primeiro da Guiné — De prima inuentione Guinee* (Manuscrito de Valentim Fernandes): edição crítica, tradução, notas de comentário por Aires A. Nascimento, Lisboa, Ed. Colibri, 2002. Nas circunstâncias do poema, por ausência do capitão da armada, retido no palácio senhorial, compete a seu irmão, Paulo da Gama, responder à inquirição do enviado pelo Samorim e acolher o Catual que vem não apenas «desejoso / de poder-se informar da gente nova» (VII, 67, 3-4), mas disposto a escrutinar «a frota, as armas e a maneira / Do fundido metal que tudo rende» (VII, 72, 4-6). A operação escrutinadora que o Catual vem executar não estava prevista; na antecipação que literariamente se monta, previra-se o cenário das bandeiras que exornam a nau capitaina e que, diferindo e anulando o escrutínio, espicaçam a curiosidade de quem se considera com direito a tudo observar, com reserva mental de quem não revela as intenções.

Ora, esse tempo de suspensão serve para deixar entrever, na distância, o carácter excepcional dos tempos maiores da terra lusitana e dos seus heróis. Luso, Ulisses, Viriato, Sertório são individualidades que, efectivamente, remetem para momentos remotos: servem para delimitar uma fronteira (com os deuses) e anunciam o provir a que dão origem; por isso não se detém nelas o capitão e o enunciado é simples e breve. É breve também a contemplação das figuras dos «reis primeiros» e dos heróis que os acompanham ou prolongam; excepção é Afonso Henriques que preenche o espaço de três estrofes, a primeira das quais é artifício retórico de ampliação do interesse posto nela por parte do Catual que, em forma interrogativa, exprime a sua surpresa pela abundância de acções bélicas que a bandeira sugere.



Por contraste, impressiona a demora consagrada à figura de **Dom Nuno** e a insistência nos predicados que concita a sua gesta militar. No discurso de Paulo da Gama, são cinco as estrofes que lhe são dedicadas e a cadência de verbos de chamada de atenção marca o interesse em acentuar as suas qualidades perante o interlocutor e salienta igualmente o envolvimento do próprio narrador no enunciado de tais qualidades. Não é o espanto da representação que deve prender o olhar de quem analisa, pois o valor de significado está no que se enuncia e se marca:

*«Atenta num que a fama tanto estende
Que de nenhum passado se contenta,
Que a pátria, que de um fraco fio pende,
Sobre seus duros ombros a sustenta».*
(VIII, 28, 1-4)

Em enunciado simples, quer o poeta dizer que Nuno sobrepuja toda a fama e toda a glória dos antepassados; a razão é proporcional ao mérito: quando a independência da pátria estava presa por um fio ténue, tomara ele sobre si a tarefa hercúlea de tudo assumir sobre seus ombros — a imagem remete

necessariamente para Hércules que, traído por Atlas quando dele se aproximou para saber do paradeiro das Hespérides, aceitou tomar a seus ombros o orbe da terra.

Nos versos e estrofes que se seguem (VIII, 28, 5-8; 29-31), desenha-se esse herói de muitas e altas **qualidades** de chefe: determinante para joeirar os duvidosos da sorte, capaz de incutir confiança aos cépticos, é decisiva a sua intervenção para designar um rei que, sendo natural da própria terra, aos seus conaturais dê razões para excluir um estrangeiro; por seu conselho e ousadia, com os olhos postos em Deus, dá cumprimento ao que «impossível parecia»; lutando contra «o povo ingente» dos inimigos, por «indústria, esforço e valentia», consegue sucessivas vitórias, cada qual a mais «clara e bela»; no campo de batalha dá prioridade à devoção, pois, «orando, invoca a suma e trina Trindade» e assim encontra a hora mais propícia para o combate, por tal modo que, uma vez retemperada «em Deus a segurança da vitória», a luta, tornada inevitável pela parte contrária, tem garantia de êxito na confiança em Deus com que é aceite e acometida.

Na obediência à técnica narrativa mais consumada, não é suficiente a ostentação das qualidades. Segue-se por isso a **enumeração das façanhas**; só depois surge o **nome do herói**, para que mais atenta se torne a sua revelação: não a faz, porém, o narrador sem que antecipe uma figura maior com a qual se irmana e a quem supera:



*«Se quem com tanto esforço em Deus se atreve
Ouvir quiseses como se nomeia,
Português Cipião chamar-se deve;
Mas mais de Dom Nuno Álvares se arreia.»* (VIII, 32, 1-4)

Ou seja (interpretamos): poderia parecer temerário colocar em Deus a confiança em circunstâncias duvidosas e erichadas das maiores dificuldades; um homem houve na história da terra portuguesa que ousou fazê-lo e não ficou frustrado nas suas expectativas; cabe-lhe por inteiro o nome de Cipião, o Africano. Este, em circunstâncias difíceis, ousou incutir confiança aos seus e enfrentar os inimigos da pátria; não ficando atrás do

herói romano, Dom Nuno superou-o e pode ter orgulho de ostentar um nome singular — Nuno Álvares, na sua estratégia, combinava perspicácia, confiança nos seus, valentia militar e santidade exímia, pois, nas suas acções, dava a Deus a primazia, daí retirando coragem e serenidade.

Continua o canto épico a acentuar os méritos do seu herói preferido e chegamos ao enunciado de onde partíramos para reaver o sentido da sequência:

*«Ditosa pátria que tal filho teve!
Mas antes, pai; que enquanto o Sol rodeia
Este globo de Ceres e Neptuno
Sempre suspirará por tal aluno.»* (VIII, 32, 5-8)

O simples e o erudito combinam-se nestes versos para encher de luminosidade e emoção a lembrança do herói: foi ele digno filho da sua terra; mas, mais do que isso, por tudo quanto fez, pela liberdade por que lutou, pela defesa que montou e pelas orientações que criou, merece ser apontado como verdadeiro pai da pátria e por isso sempre ela o lembrará e por ele há-de suspirar. «Ditosa pátria que tal filho teve»! O verso traz-nos de pronto à memória um outro do mesmo poema: «Esta é a ditosa pátria minha amada»! (III.21) Ditosos são outros (11 são as ocorrências do adjectivo em todo o poema), mas este de forma mais sublime, pois tem o condão de tornar ditosa a pátria que lhe deu berço.

*

Se do conteúdo passarmos ao estudo da forma, não é menor a nossa surpresa pelo modo como o poeta processa o seu discurso neste passo excepcional. Tão envolvido está o narrador no que conta que não prescinde de solicitar vezes sucessivas a atenção do interlocutor: «atenta / não vês / olha / vês / não vês / vê-lo / olha» são formas verbais que apelam para o sentido da vista (mais insistente e mais envolvente que o do ouvido, a que se dirige a palavra — já o sabíamos desde Aristóteles, mas ganhara novos interesses com a dinâmica dos Descobrimentos⁸ e pressupõe uma disponibilidade nova para atender à novidade quer da natureza quer das culturas dos outros povos).

⁸ Maria Adelaide Godinho Arala Chaves, *Formas de pensamento em Portugal no século XV — Esboço de análise a partir de representações de paisagem nas fontes literárias*, Lisboa: Livros Horizonte, s.d. [1975].



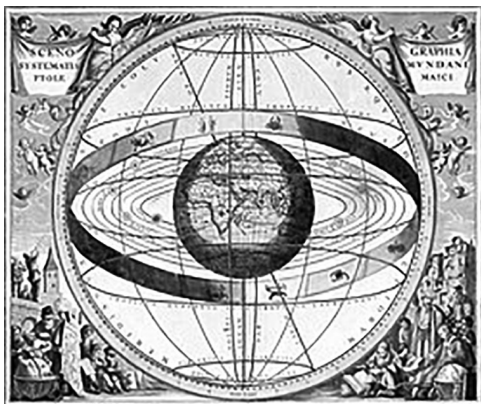
A cadência formada por esses apelos não é feita a esmo, mas em modo regular (de 4 em 4 versos, dividindo a oitava em duas semi-estrofes). Na forma, o enunciado alterna, mas o contraste da frase afirmativa com a negativa confere maior intensidade à interpelação.

Percebe-se a intenção deste jogo formal: fazer com que seja proposta explanação pela palavra a elementos que porventura não tivessem sido notados e muito menos entendidos na «muda poesia» (ou seja, na representação das bandeiras) é forma hábil de prender quem solicita esclarecimentos e ter autoridade para enunciar virtudes; é também modo subtil de emocionar pela intensidade posta na sequência construída em favor do herói.

Não nos pode passar despercebido que, na economia do poema, não é tanto a personagem do Catual que se pretende cativar, mas sim a do leitor/ouvinte do enunciado épico: mais que o Catual é o homem português quem é interpelado para atender à figura singular de Dom Nuno que se apresenta sem igual na história pátria.

Atentando na forma, importa atentar no facto de que este trecho faz parte de um episódio que vem já do canto anterior e se alarga por um canto inteiro e por isso há que prestar-lhe valor significativo. Analise-se a estrutura sintáctica do período inicial deste passo: pode parecer descuidada essa estrutura pela repetição de «que», mas, atendendo à sua função, somos levados a ver consagrada a virtuosidade do poeta que retém a atenção pela polivalência de uma mesma forma: o «que» relativo passa a «que» consecutivo e chega a «que» causal até regressar a novo «que» relativo — a caracterização é assim afirmada e motivada.

Por sua vez, os lexemas das palavras mais significativas enunciam traços que se sucedem, aparentemente sem um cume específico, porque todas essas palavras procedem da vida quotidiana, mas havemos de conceder que se dispõem em ordenação intensiva para activar o jogo da memória e para compor uma figura hercúlea: são menos estáticos do que aparentam os substantivos «fama – passado – pátria – fio – ombros»; são altamente tensos os significados dos verbos «estende – contenta – pende – sustenta»; o equilíbrio do passado fora rompido ou estava em risco de desmoronar: o novo herói não se limita a



salvaguardar o passado, mas satisfaz as exigências que o respeito por esse passado reclama e dá-lhe o alento necessário para projectar uma nova idade em estrutura mais vigorosa.

Em linguagem de Fernão Lopes e em concordância com ele, podemos assegurar que Nuno Álvares é o novo herói que prepara uma sétima idade que será iniciada pela «íclita gera-

ção, altos Infantes» (IV, 50); na expressão de Camões, quando as caravelas partem do Tejo, «O Mundo, que co tempo se consume, / Na sexta idade andava, enfermo e lento». Essa idade atinge o seu cumprimento na gesta da Índia⁹.

Atendamos a uma estrutura maior. O número de estrofes (cinco) e de versos (quarenta) é numericamente largo; é, no entanto, a cadência formada pela variação das estrofes consagradas às diversas figuras que nos chama mais a atenção, pois, analisada em perspectiva de proporção, alcança um crescendo ou gradação que nos parece portadora de significação e com relevo marcado para a figura de Nuno Álvares; não será certamente casual que o número de estrofes consagrado à maior parte das figuras seja de uma estrofe, enquanto para a figura de Afonso Henriques é de três e para a de Nuno Álvares lhe são reservadas cinco: ora, facilmente reconheceremos que a relação aponta para a «divina proporção»¹⁰; daí, dessa sequência e dessa contraposição, parece-nos deduzir uma intensidade que tem o equilíbrio da harmonia.

⁹ Fernão Lopes vê a sétima idade abrir com a geração de Avis; o cronista não podia, ao tempo, prever a chegada à Índia que Camões coloca como momento decisivo.

¹⁰ A sequência faz lembrar a dos números irracionais enunciada pelo matemático Leonardo Fibonacci — 1, 3, 5: mesmo se falta 2, há que atender à relação terminal que exprime o valor de $\phi = 1,1618$, mas sobretudo atende à relação final que exprime um engrandecimento de 5 contra 3 e contra 1. Outros, para razões diversas, comentaram a «divina proporção» que se divisa em Camões; cf. Vasco Graça Moura, *Camões e a Divina Proporção*, Lisboa, 1985. Não é por redução a números que se alcança o sentido do discurso, como não é ela que define a obra de arte; facto é que a harmonia é pressentida em formas consagradas desde Fídias a Almada Negreiros. Como crítico abonamo-nos na sua verificação para nos certificarmos de que não extravasamos na análise. Cf. Luís de Sousa, «Recensão crítica a “Camões e a Divina Proporção”, de Vasco Graça Moura», *Colóquio/Letras*, 92, Julho 1986, 107-109.

Acresce também a consideração do número de vezes que a figura de Dom Nuno é mencionada na economia do poema em distribuição que o abrange num horizonte largo e compreensivo de uma cadência: nada menos que nos cantos I, IV, VIII.

Com tudo isso teremos legitimidade para reconhecer uma intenção de apontar para uma figura heróica de excelência máxima.

No modo de atender a essa figura fica construída uma mensagem e talvez na sua aceitação tenhamos condições para perceber tanto a estrutura épica do poema em si como os nódulos fundamentais dessa mesma estrutura e o valor estruturante do próprio episódio.

*



Em termos simples, é evidente que o poeta enuncia a grandeza da pátria através das figuras principais; ora, na apresentação pública que Camões delas faz, a figura de Nuno Álvares tem um **relevo singular**: para um estrangeiro seria indiferente que outro tivesse o seu lugar, mas não assim para o poeta que procura expressar a memória e a verdade da história da sua pátria: o relevo com que a marca é sinal de uma excelência que se celebra. Por Nuno é ditosa a pátria; ditosos são todos aqueles que nessa figura se louvam e se revêem!

*

Abrindo mais o horizonte do poema, importará acentuar o valor e o significado de por em três momentos o nome e a figura de Nun'Álvares serem trazidos à memória no poema camoniano. Perceberemos agora melhor por que razão o seu nome é o primeiro a ser evocado perante o monarca português, logo na dedicatória do poema ou também por que nessa evocação se perverte a ordem cronológica na menção dessas figuras, quando se promete um canto em que as façanhas singulares dos heróis pátrios serão celebradas. Trazê-la à cabeça da evocação é apontar-lhe singularidade. Atendamos aos versos do épico:

*«Ouvi: que não vereis com vãs façanhas,
Fantásticas, fingidas, mentirosas,
Louvar os vossos, como nas estranhas
Musas, de engrandecer-se desejosas:
As verdadeiras vossas são tamanhas,
Que excedem as sonhadas, fabulosas,
Que excedem Rodamonte e o vão Rugeiro,
E Orlando, inda que fora verdadeiro.*

*«Por estes vos darei **um Nuno fero**,
Que fez ao Rei e ao Reino tal serviço,
Um Egas e um Dom Fuas, que de Homero
A cítara para eles só cobiço» (I, 11-12, 1-4).*

Pela verdade e contra a fábula situa o poeta o seu «fingimento épico» para enobrecer quem à fraqueza não cedeu; dentre todos destaca-se «Nuno fero» (entenda-se o adjectivo com o valor originário de «intrépido»).

Outra situação particularmente marcante traz à liça a memória de Nun'Álvares. No discurso de apresentação da sua terra e das suas gentes ao rei de Melinde pelo próprio capitão da armada, Vasco da Gama, o épico entrega a essa mesma personagem o discurso fundamental e a atitude desassombrada que decide os temerosos perante o poder estranho que avança sobre a terra portuguesa (IV, 15-19); nele, «grão Pereira», se ergue a força na luta contra «os immitos» que «recrecem sobre a sua pouca gente» (IV, 31 ss.), pois, «Nuno (...) como

sábio capitão / tudo corria e via e a todos dava, / com presença e palavras, coração». Não seria «facundo» o herói, mas a ele pertenciam as melhores provas de lealdade e de destemor, de perspicácia e afoiteza.

Para quem conheça a análise ímpar da figura de Dom Nuno na *Crónica de D. João I* de Fernão Lopes



feita por um dos melhores conhecedores do texto que é William James Entwistle reconhecerá na figura do mesmo Dom Nuno desenhada por Camões os traços fundamentais de um chefe que se faz notar pelas suas qualidades superiores¹¹.

Não hesitamos em conceder que a análise de W. J. Entwistle descobre em Dom Nuno qualidades raras de estratega consumado e de herói de humanidade serena e compreensiva, racional, não subordinado a estratégias de destruição, estrénuo e cordial pelo que compreende e pelo que reparte: intuiu ele com precisão a vontade do povo a quem servia como cavaleiro dedicado ao seu rei; aprendeu depressa a lição dada pelos mestres ingleses ao exército português; a sua inteligência levou-o a perceber as vantagens das acções de movimento (e não de cerco), a sua lucidez deu confiança a quem o seguia, a sua firmeza deu coesão a homens que não tinham sido preparados para qualquer acção militar e evitou dispersões ou invejas; a sua capacidade de decisão rápida, aproveitando ao máximo os meios disponíveis, no terreno mais adequado (como em Aljubarrota)¹², permitiu-lhe sair vencedor em momentos dos quais seria de esperar outro resultado; por sentido de humanidade, renunciou a planos formados (como foi o de ir a Santa Maria de Guadalupe em romaria), pois (assegura Fernão Lopes) «lhe disseram que era forçado de suas gentes fazerem dano naquela terra; e por este azo se tornou atras»; sem hesitar, no entanto, impôs a sua vontade quando as indecisões dos medrosos comprometiam o que não podia ser adiado e fez com que o rei, recém-eleito, não se fosse para Inglaterra, em nau já preparada (e a pretexto que aí podia evitar ser capturado pelo inimigo). A oração a que se entregava em batalhas não era gesto supersticioso, mas contenção de espírito e vibração da consciência perante um dever que sentia vindo do Alto; com ela reafirmava as suas convicções e retemperava energias de reserva, ao mesmo tempo que, como em Valverde, dilatava o olhar sobre o terreno para melhor entender as posições estratégicas, arriscando com objectivo calculado e em momento mais propício.

*

¹¹ William James Entwistle, «Nun'Álvares e a defesa de Portugal», *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 2. Lisboa, 1949, pp. 164-178. O texto foi inicialmente conferência pronunciada em 1941, em tempos de plena Guerra Mundial.

¹² Cf. João Gouveia Monteiro, «La bataille d'Aljubarrota et la tactique au XIV^{ème} siècle», in *Quatre études d'histoire militaire médiévale portugaise*, Leiria, Palimage, 2007, pp. 87-109; Id., *Aljubarrota revisitada*, Coimbra, 2001, pp. 193-286.

Quanto às suas virtudes «naturais, morais e teológicas», para vertermos em linguagem mais inteligível para hoje os termos do próprio rei D. Duarte, bastará remeter para o sermão composto por este rei no *Sumário que o Infante [D. Duarte] deu a Mestre Francisco pera pregar do Condestabre Dom Nuno Alvarez Pereyra*, ou ler o capítulo final da *Crónica de D. João I*. Para sermos breves, aceitemos por todos dois parágrafos que aí colhemos, pois Fernão Lopes uma vez mais é insuperável:

«E por em se escrepve delle que foy grande e forte muro, segumdo braço da defenssom do reino. Assim que com gram voontade diziam delle depois os povos que nenhuñ podera seer emlegido a semelhante honrra [de Condestável] de que tantos proveitos vehessem ao reino e a alteza reall como deste.

Como a estrella da manhã foi claro em sua geeraçom, sendo de honesta vida e homrosos feitos, no quall parecia que relluziam os avisados costumes dos antiigos e grandes varoões.»

Não leu Camões por certo ao rei D. Duarte no seu *Livro dos Conselhos*, pois este ficou nos escrínios familiares; leu certamente a Fernão Lopes: porventura não há coincidência nas palavras, mas há convergência no juízo por eles feito quanto à personalidade de Dom Nuno.

*

Efectivamente, que Camões coloque a figura de Dom Nuno nos cantos I, IV, VIII, merece atenção. São cantos charneira da narrativa épica, dão-lhe travejamento e sustentam a estrutura da memória histórica a que dão consistência. Não pode senão significar o preito de homenagem épico à «estrela da manhã» que mais que todos os heróis portugueses merece as honras de quem interpreta o sentido da Memória da colectividade a que pertence. Com ele proclamamos «Ditosa pátria que tal filho teve». Filho? — estranhará alguém. O épico responde. «Mas antes, Pai!»

Terá o épico sido condicionado por outros para este encarecimento — especificamente pela Casa de Bragança, que, ao longo do séc. XVI se ocuparia em resgatar um prestígio posto em causa? O tema é melindroso, mas não nos parece que alguém o queira assumir numa tradição que esquadrinhou o poema à exaustão; na própria Casa de Bragança, possivelmente, D. Jaime terá querido que Juan Fernández passasse para latim a *Crónica do Condestável*; no entanto, não

conhecemos documento que nos informe de que o seu filho, D. Teotónio, arcebispo de Évora, cuja formação teológica e espiritual passou por Roma, tenha assumido qualquer acto em favor de Nuno Álvares, nomeadamente da sua canonização. A promoção da edição de 1526 é certamente iniciativa da Casa de Bragança; porém, essa iniciativa não condicionava ninguém; D. João III acompanhou, no Carmo, a mudança do mausoléu do lado da epístola para o lado do evangelho, mas não lhe conhecemos qualquer outro gesto relativo à manipulação da memória quanto a D. Nuno. Por nossa parte, não conseguimos ver o poeta Camões em concessões condicionantes do seu génio. Sem condicionantes, declara ele: *Ditosa pátria que tal filho tem!* E, como que voltando sobre si, recupera como protector e pai quem lhe infunde confiança e dilata a alma!

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 2009)

Vocabulários da língua portuguesa editados em Portugal (1866-1970)

ARTUR ANSELMO

É conhecido (e numerosas vezes citado) o desabafo de Garrett no prefácio à 1.^a edição do seu poema *Camões*, em 1825:

Sobre ortografia (que é força cada um fazer a sua entre nós, porque a não temos), direi só que segui sempre a etimologia em razão composta com a pronúncia; que acentos só os pus onde sem eles a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer método mais acertado, apenas haja algum geral e racional em português; o que tão fácil e simples seria se a nossa Academia e Governo em tão importante coisa se impenhassem.

Alguns anos depois (em 1839), prefaciando a 2.^a edição do mesmo poema, acentuava Garrett:

Por parte dos editores [*leia-se José Baptista Morando, com oficina gráfica na Rua do Moinho de Vento, n.º 59, em Lisboa*] houve todo o esmero e cuidado: algumas pequenas incoerências ortográficas são devidas à incerteza da medida legítima entre nós, que o autor tem forcejado por fixar, aferindo-a pelo seu único tipo verdadeiro e possível, a etimologia modificada pela pronúncia.

Parece, pois, claro que as preocupações de Garrett em matéria de ortografia nacional eram essencialmente duas: o estabelecimento de regras gerais «racionáveis» — tarefa cultural que incumbiria à Academia das Ciências, com o apoio político do Governo — e o apelo a favor de um método que respeitasse, por um lado, a etimologia e, por outro, a pronúncia.

Tanto nestes passos como num outro que julgo ser também da sua mão — o prefácio ao *Parnaso Lusitano* —, mostrava Garrett acentuado pendor para a chamada «ortografia etimológica», sempre que conhecidas as raízes das palavras.

Isso lhe valeu, cinquenta anos após a sua morte, crítica contundente de Aniceto Gonçalves Viana nessa obra clássica, *vade-mecum* de todas as simplificações e uniformizações ortográficas, que é a *Ortografia Nacional* (1904).

Mas foi, sem dúvida, o lamento desencantado de Garrett que esteve na origem do aparecimento do primeiro *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, publicado em 1866 por iniciativa de Thomaz Quintino Antunes, o editor, e organizado por Gaspar Álvares Marques. Os dois homens conheciam-se bem. Na Tipografia Universal, de que Thomaz Quintino era proprietário, imprimiam-se obras escolhidas de literatura, trabalhos comerciais de todo o género e vários jornais diários, um dos quais, fundado pouco antes, estava destinado a um êxito sem precedentes: intitulava-se *Diário de Notícias* e nascera de um desafio de Thomaz Quintino Antunes ao jornalista Eduardo Coelho, responsável pela publicação do diário *O Conservador*, habitualmente impresso nas máquinas da Tipografia Universal. Ora, vigiando os textos das principais publicações saídas da oficina de Thomaz Quintino, numa época da mais completa anarquia ortográfica, perfilava-se, com o seu olhar atento, a sua cultura filológica, um revisor tipográfico (ou corrector, como então se dizia) que foi considerado, no seu tempo, o profissional mais competente em assuntos ortográficos. Refiro-me, obviamente, a Gaspar Álvares Marques, injustamente esquecido hoje, como sucede com a maioria dos revisores de textos, mas ligado, pelo seu trabalho de compilação e sistematização, à primeira tentativa de inventariação lexicológica com alguma normatividade ortográfica.

Se Gaspar Álvares Marques foi o realizador, Thomaz Quintino Antunes foi o projectista da ideia. Nascido em 1820, tipógrafo desde os 14 anos, doía-lhe que os prelos portugueses dessem a lume escritos sem um mínimo de uniformidade ortográfica; sobretudo, agora que decidira lançar um grande jornal diário, o futuro Conde de São Marçal (título com que passaria à História após a sua morte, em 1898) raciocinava assim:

Portugal é o único país em que a ortografia é desconhecida ou desprezada. Cada qual escreve como lhe parece, e não há um único livro destinado a auxiliar nesta parte da gramática aos que têm de escrever. Para acabar com esta anarquia, que todos lamentam, pareceu-me que o único meio eficaz seria a publicação de um vocabulário, onde se encontrassem todas as palavras da língua, e tive a satisfação de ver que este pensamento merecia a aprovação

de uma das primeiras ilustrações desta terra. [*Provavelmente alusão à «Revista Universal Lisbonense».*] Restava achar pessoa habilitada para o desempenho deste trabalho, e tive a fortuna de conseguir que dele se incumbisse o Sr. Gaspar Álvares Marques, pessoa de todo o ponto competentíssima, e que ao mais aturado estudo nesta matéria junta uma modéstia pouco vulgar.

Estas palavras abrem a advertência «Ao leitor» com que se apresenta a obra. Seguidamente, transcreve-se o sempre citado lamento e protesto de Garrett, o que mostra à evidência como, em meados da década de 60 do século XIX, era geral o descontentamento quanto à falta de rumo da ortografia nacional. Por isso, o editor fazia questão de salientar as grandes vantagens do novo *Vocabulário*:

Com este livro acaba a incerteza da medida legítima entre nós, e escusa cada um de fazer a sua ortografia, porque ficamos com método geral e creio que racionável. O autor seguiu também a etimologia modificada pela pronúncia; e, forte com a opinião do Sr. Garrett, não hesitou em assentar bases, que, ao menos, têm o mérito de acabar a anarquia ortográfica.

Do *Vocabulário* de 1866 vendeu-se em poucos dias a totalidade da 1.^a edição, de que se tiraram 2 000 exemplares. No ano seguinte (1867) apareceu a 2.^a edição e em 1896 a quinta, última que pude consultar. Apresentado como «método seguro de escrever correctamente as palavras do nosso idioma», contém, na última edição, cerca de 56 000 entradas e um vocabulário das cidades, províncias e vilas de Portugal, ilhas adjacentes e ultramar. Deve notar-se que as palavras cognatas ocupam cerca de um terço dos lexemas, pelo que, em rigor, as entradas andarão à volta de 30 000.

Comparando o *Vocabulário* da edição de 1896 com os que se lhe seguiram, não encontrei, numa análise perfunctória, grandes diferenças de tipo lexical. Um exemplo: enquanto, entre os lexemas «serpente» e «sestroso», o vocabulário de 1896 tem 97 entradas, o da Academia das Ciências, na edição de 1970, tem 67, isto é, menos 30. Mas esta diferença explica-se facilmente por motivos de ordem metodológica. De facto, nos vocabulários posteriores, é geralmente seguida a norma de se excluírem das listas de palavras os nomes femininos formados a partir de nomes masculinos, quando não são independentes, os superlativos

regulares, os advérbios em *-mente*, os participios passivos regulares sem acentuação diferencial, os diminutivos e aumentativos, etc.

A notar que os lexemas «Semiologia» e «Semiótica» — duas das lacunas mais significativas do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia de 2001 — já estão registados na edição de 1896. Na 2.^a edição (de 1867) aparece apenas «Semeiologia», como então se usava nos estudos de medicina.

O êxito editorial do *Vocabulário* de Álvares Marques deve-se, em boa parte, à forma inteligente como o autor, na falta de critérios filológicos de aceitação generalizada, conseguiu respeitar os princípios básicos em que deve assentar um bom Vocabulário: racionalidade e operacionalidade, sem conservadorismos ancilostantes nem hostilidade sistemática ao natural espírito de conservação que sempre existiu e existirá na forma escrita das línguas mais antigas; racionalidade fundada no estudo científico dos fenómenos fonéticos e lexicais; operacionalidade, desde logo, no evitar de imposições de modelos rejeitados pela maioria dos utilizadores e, por isso, de aplicação restrita.

Os primeiros anos do século xx são marcados pela presença assídua de Aniceto Gonçalves Viana nas questões ortográficas. De facto, ninguém como ele se bateu, *coram populo*, pelo estudo científico do vocabulário, expurgado, na transposição da língua falada para a língua escrita, de todos os elementos espúrios que lhe tinham sido acrescentados desde o século xvi até ao século xix. A praga das «falsas etimologias», os pseudo-grecismos, os pseudo-latinismos, e até os pseudo-arabismos, males nascidos do pretensiosismo de alguns eruditos, expulsou-os Gonçalves Viana do português ortografado, em nome da simplificação e da uniformização sistemática. Das suas obras *Ortografia Nacional* (1904) e *Apostilas aos dicionários portugueses* (1906) provém a publicação de um *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da língua portuguesa* (1909), cujos preceitos básicos são, nas palavras do autor, os seguintes:

- 1.º — Tudo o que se diferencia na fala tem de ser diferenciado na escrita.
- 2.º — Todas as pronúncias legítimas devem ser representadas na escrita comum, para que a língua escrita seja uma só.
- 3.º — Todos os artificios etimológicos inúteis, ou que se não expliquem pela evolução da língua falada, serão desterrados da escrita portuguesa, como contrários à sua expressão gráfica.

Após a proclamação da República, o Estado Português decidiu finalmente intervir na questão da ortografia, nomeando, em 1911, uma Comissão da Reforma Ortográfica, de que faziam parte Carolina Michaëlis, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo e, como relator, Gonçalves Viana. Em 1 de Setembro, após seis meses de trabalho, aprovaram-se as resoluções principais. Mas algumas propostas anteriores de Gonçalves Viana, objecto de fundamentação e análise na citada *Ortografia Nacional*, foram rejeitadas: assim, restabeleceram-se certos traços conservadores da ortografia, que Viana tinha abolido, como a manutenção do *x* com todos os seus valores, do *h* inicial etimológico, de *ge* e *gi* mediais, do mesmo modo que se rejeitou o *ç* (*c* cedilhado) inicial, assim como o *z* final de sílaba átona. As reuniões da Comissão nem sempre foram pacíficas, como lembraria mais tarde José Leite de Vasconcelos:

Na comissão entravam os grandes filólogos Adolfo Coelho e Gonçalves Viana, com os quais, pelo génio exaltado de cada um, era impossível discutir de viva voz com serenidade.

A verdade é que, mau grado estes desentendimentos, a Comissão cedo aprontou o seu relatório, o que permitiu ao Governo autorizar a publicação, em 1912, de um *Vocabulário ortográfico e remissivo da língua portuguesa*, cujo subtítulo informava que nele se continham «cerca de 100 000 vocábulos, conforme a “ortografia oficial”». Note-se que a expressão «ortografia oficial» é usada pela primeira vez, significando, sem margem para dúvidas, que o Governo da República chamara a si a tarefa de impor uma norma-padrão aos utilizadores da língua portuguesa escrita. Do *Vocabulário* de 1912, prefaciado por Gonçalves Viana e editado pelas Livrarias Aillaud e Bertrand, do lado português, e pela Livraria Francisco Alves, do lado brasileiro, fizeram-se, até 1931, sete edições.

Como é geralmente sabido, a reforma ortográfica de 1911 agradou a muitos filólogos brasileiros (como Medeiros e Albuquerque, Mário Barreto, João Ribeiro, Silva Ramos ou Sousa da Silveira), mas desagradou a alguns outros, bem como a políticos influentes. Não se estranhou, por isso, que, em 1919, por indicação de Osório Duque Estrada, a Academia Brasileira de Letras tivesse sustado as negociações para um acordo ortográfico com Portugal, acordo que então parecia iminente. «A rotina saiu vitoriosa e regrediu-se à antiga

balbúrdia» — escreveria, anos mais tarde (em 1949) o respeitadíssimo filólogo Gladstone Chaves de Melo.

Porém, em matéria de ortografia, nunca se diz a última palavra. E assim, em 1931, correspondendo ao sentimento da maioria dos académicos portugueses e brasileiros, sendo Júlio Dantas presidente da Academia das Ciências de Lisboa e Fernando de Magalhães presidente da Academia Brasileira de Letras, é assinado o primeiro acordo ortográfico entre as duas academias, sob proposta da parte brasileira e com o assentimento de ambos os Governos. Não abarcando senão um pequeno número de casos de simplificação, nomeadamente o das consoantes mudas em palavras como *ceptro*, *fructo* e *signal*, o acordo, embora carregado de imperfeições, era visto como um ponto-de-partida para a desejável unificação ortográfica luso-brasileira. Mas bastaram duas linhas da nova Constituição do Brasil, de 1934, para repor a ortografia usada na Constituição de 1891. Arrastam-se então penosas negociações entre o ministério da Educação e a Academia Brasileira de Letras, acabando esta por ter a última palavra na questão. E, uma vez mais, pela voz do filólogo e académico brasileiro José de Sá Nunes, é para a Academia das Ciências de Lisboa que se voltam as atenções de todos quantos, no Brasil, ciosos embora dos particularismos ortográficos brasileiros, desejam sinceramente um acordo com Portugal.

É neste contexto politicamente acidentado que a Academia das Ciências de Lisboa publica, em 1940, numa edição primorosa da Imprensa Nacional, o seu *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*. Prefaciado por Francisco Rebelo Gonçalves — sem dúvida, a par de Aniceto Gonçalves Viana, um dos dois grandes filólogos-ortógrafos do século xx em Portugal —, o *Vocabulário* de 1940 ostenta a seguinte dedicatória: «Às Nações Portuguesa e Brasileira oferece e consagra, no Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, a Academia das Ciências de Lisboa». Está dividido em duas partes: a primeira é constituída por cerca de 150 000 palavras do chamado «vocabulário comum» e a segunda por cerca de 2 000 palavras do «vocabulário onomástico». Na primeira parte incluem-se os vocábulos entrados na língua depois de 1500, com maior amplitude do que a de qualquer outro léxico publicado anteriormente; na segunda parte registam-se não apenas antropónimos, topónimos e patronímicos mas também várias outras categorias de nomes próprios, tais como etnónimos, hierónimos, mitónimos, cronónimos e até bibliónimos. O *Vocabulário* apresenta ainda, em apêndice,

um «registo de abreviaturas» (portuguesas ou não) mais usadas na língua escrita de Portugal e do Brasil em fins da década de 30 do século xx.

Para os estudiosos dos fenómenos linguísticos na perspectiva etimológica e ortoépica, revestem-se do maior interesse, tanto para especialistas como para simples autodidactas, os «Comentários ortográficos» redigidos por Rebelo Gonçalves no último capítulo da introdução ao *Vocabulário* de 1940. Aí se explicam pormenorizadamente as razões que levaram o autor a grafar lexemas envoltos em alguma polémica, tais como: *alvíssaras*, *cardeal*, *cinquenta*, *Cleópatra*, *criar*, *Dinis*, *discrição*, *Egito*, *Filipe*, *maciço*, *mister*, *preguntar* e *perguntar*, *quere* e *quer*, *sobresselente*, *tejolo*, *Vosselência* ou *xícara*.

Por motivos de ordem conjuntural, aos quais não foi estranho o entendimento político entre os Governos de ambos os países, Portugal e o Brasil assinaram, em Lisboa, a 29 de Dezembro de 1943, a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, pela qual se obrigaram a estabelecer como regime ortográfico da língua portuguesa «o que resulta do sistema fixado pela Academia das Ciências de Lisboa e pela Academia Brasileira de Letras para organização do respectivo vocabulário, por acordo das duas Academias». Para este fim, após um acordo complementar de 10 de Agosto de 1945 e uma conferência inter-académica em 6 de Outubro do mesmo ano, foi a Academia das Ciências de Lisboa encarregada de organizar, com a Academia Brasileira de Letras, um *Vocabulário Ortográfico Resumido da Língua Portuguesa*.

Nasce desta actividade frenética mas estimulante o *Vocabulário* em vigor até 2011, que teve duas edições: uma datada de 1947, revista em conjunto pelas duas academias, e outra em 1970, da responsabilidade exclusiva da Academia das Ciências de Lisboa. O texto de ambas as edições é praticamente igual, mas enquanto o de 1947 teve a aprovação da Academia Brasileira de Letras, o de 1970 já não podia ser aplicado ao Brasil, uma vez que, entretanto, desde 1955 que o Congresso Brasileiro, contra a opinião do Presidente Café Filho, decidira congelar o acordo de 1945.

Em relação à edição do *Vocabulário* de 1940, este último, de 1947 e reeditado em 1970, resulta de um projecto menos ambicioso: dele se excluíram os nomes próprios, bem como todas as páginas introdutórias que marcavam a singularidade doutrinária do *Vocabulário* de 1940: atitude perfeitamente compreensível, uma vez que, vindo depois do Acordo Ortográfico de 1945, o novo *Vocabulário*

pretendia dar a conhecer o texto subscrito pelas duas academias e fazer a listagem das palavras do vocabulário comum a Portugueses e Brasileiros, tão-somente. Daqui a diminuição do número de entradas para cerca de 40 000.

O impasse das negociações ortográficas com o Brasil, durante o período que vai de 1955 a 1966, explica a razão do aparecimento, neste último ano, do *Vocabulário da Língua Portuguesa*, de Rebelo Gonçalves. Como o próprio autor salienta nas «Considerações preliminares» da edição lançada no mercado pela Coimbra Editora, a sua nova obra nasceu do «registo vocabular» que foi elaborando ao longo dos muitos anos de convívio com as questões lexicais e ortográficas. Em vez de separar o vocabulário comum e o vocabulário onomástico, como sucedera na edição académica de 1940, Rebelo Gonçalves juntou no mesmo corpo os dois conjuntos lexicais. E foi mais longe: deu largo aproveitamento dos regionalismos portugueses e brasileiros, enquanto, do *mare magnum* do vocabulário científico, há quarenta anos a aumentar constantemente, como ainda hoje acontece, seleccionou o que se lhe afigurou de mais comum e menos especializado.

Chegados ao termo dos trabalhos de revisão do *Vocabulário* da Academia das Ciências, a fim de se lançar no mercado uma nova edição (que será a 4.^a), e porque este assunto interessa a todos os académicos estudiosos da matéria, da Classe de Letras e da Classe de Ciências, seja-me permitido recordar a doutrina perfilhada na nossa Academia em matéria de terminologia científica, tal como a sintetizou um dia Júlio Dantas:

O *Dicionário* e o *Vocabulário* devem, evidentemente, comportar as terminologias científicas e técnicas. Não, porém, todas as terminologias de cada ciência ou de cada técnica; mas a parte dela que possa considerar-se definitivamente incorporada na língua portuguesa. O primeiro trabalho a realizar pelas secções será, portanto, o da selecção das nomenclaturas científicas a incluir no léxico, tendo em consideração que não se trata de um dicionário ou de um vocabulário especial desta ou daquela ciência, mas do dicionário da Língua. O critério que presidirá a essa selecção tem de ser, naturalmente, definido pela assembleia plenária. Em qualquer caso, porém, convém desde já excluir:

1.º — As nomenclaturas científicas obsoletas, isto é, aquelas que caíram em desuso, ou porque não foram geralmente aceitas (erro etimológico,

formação defeituosa), ou porque correspondem a concepções ou aquisições científicas ulteriormente rectificadas, ou, ainda, porque lhes foram preferidas sinonímias mais fáceis ou etimologicamente mais perfeitas;

2.º — Os neologismos científicos ainda não revistos e só excepcionalmente adoptados;

3.º — Os vocábulos já postos de parte [...] pelas comissões internacionais de revisão e de coordenação das tecnologias [...].

Vem a propósito lembrar, à semelhança do que, também na nossa Academia, foi sugerido por Celestino da Costa, a conveniência de não se incluírem no *Vocabulário* da Academia termos científicos ainda não incorporados nos hábitos linguísticos, guardando-se para mais tarde a publicação de um *Vocabulário Científico e Tecnológico* ou de alguns (muitos ou poucos) glossários especializados.

No fundo, debatemo-nos hoje com os mesmos problemas que tiveram de enfrentar todos quantos nos precederam nestas andanças.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 9 DE JULHO DE 2009)

Pontos críticos da CPLP

ADRIANO MOREIRA

Os valores que orientaram a criação da CPLP estão assumidos pelas soberanias envolvidas, as declarações de confiança no futuro da organização são frequentes, mas a evolução da ordem internacional, hoje de contornos imprevisíveis, também suscita dúvidas e hesitações sobre a mais viável definição de um conceito estratégico, e ainda sobre a capacidade de reunir os recursos exigíveis para acompanhar com êxito a referida acidentada evolução.

Talvez, nesta adiantada hora da vida da CPLP, a contribuição mais oportuna seja a de tentar enunciar os *pontos críticos* da conjuntura, e escutar o diálogo construtivo sobre as respostas sustentáveis.

1) A LIDERANÇA

Não será posta em dúvida a natureza de instituição baseada na igualdade dos Estados participantes, uma das exigências irrenunciáveis de um projecto viável de reorganização da governança mundial. Mas esta igual dignidade não é incompatível com *lideranças destacadas*, porque estas se apoiam em autoridade reconhecida, e não em poder imposto. Talvez os exemplos não sejam numerosos, mas seguramente a história da NATO, longa de cinquenta anos até à queda do Muro de Berlim em 1989, parece servir de paradigma: nunca foi posta em dúvida a liderança dos EUA, nunca foi violada a regra de igualdade de voto dos Estados membros, nunca aconteceu que o valor do sempre procurado *consenso* fosse posto em causa, em caso algum houve notícia de que a dignidade de um dos aliados fosse beliscada, sem diferença de poder na real hierarquia das potências.

A CPLP nasceu vinculada a esse paradigma, o que foi um notável exemplo de concórdia em vista da história recente de luta militar pelas independências, e até de luta do povo contra o ocupante violento como se passou com Timor.

Temos por comprovada, e não posta em causa, a adesão de todos os Estados-membros ao referido paradigma, condição irrenunciável de bom funcionamento interno, mas também exemplo para os regionalismos de vários sinais que se vão multiplicando pelas diferenciadas regiões do mundo globalizado.

Por tudo isto, talvez seja oportuno meditar sobre uma liderança, ainda que mais pressentida e desejada do que efectiva, mas seguramente desafiada e desafiante, que é a do Brasil.

Recentemente, o nosso confrade Soromenho-Marques, num estudo sobre o papel dos EUA na presente conjuntura, recordou uma troca de correspondência entre o Abade Correia da Serra, fundador da Academia das Ciências, e o seu amigo Jefferson, a respeito das lideranças internacionais, pensando no Atlântico. O Abade, que tinha na data em vista o Reino Unido de Portugal e Brasil, tentativa, sem futuro, de D. João VI, imaginava que o papel liderante dos nascentes EUA ao Norte poderia ter uma contrapartida liderante ao Sul, este a ser exercido pelo Reino-Unido, digamos que pelo Brasil.

Nessa data o comentário não pareceu ter qualquer eco no espírito aberto para a grandeza dos EUA de Jefferson, mas nesta entrada no III Milénio em que nos encontramos, com a ordem mundial à espera de reformulação, com os regionalismos a nascer como patamar de arranque para um resultado final que controle as ameaças e os riscos, o Brasil emerge como um poder a respeitar e a não dispensar na definição da liderança global, designadamente no que respeita à exigência da *segurança do Atlântico Sul*, articulada com a segurança do *Atlântico Norte*, esta que foi o interesse dinamizador da NATO, hoje a braços com a redefinição do seu originário conceito estratégico.

Sem esquecer as dúvidas, em que participo, sobre se o conceito integrador de nova formulação deve organizar-se tendo em vista o *Ocidente* e não já e apenas o *Atlantismo*, a questão deve ser posta no primeiro plano das exigências.

São várias as soberanias de língua oficial portuguesa que estão envolvidas neste tema, muitas delas são parte da CPLP e situadas na costa de África, alguns dos territórios, com destaque para as regiões portuguesas dos Açores e da Madeira e para o Estado de Cabo Verde, na linha de futura articulação do Norte e do Sul do Oceano Atlântico.

Não se trata, evidentemente, de a CPLP ser ela, como organização, necessariamente parte da segurança a definir, mas trata-se de assumir que algumas das

soberanias participam na mesma condição, e que o diálogo interno é sempre um instrumento útil para conseguir desenvolver uma acção concertada e produtiva na organização da segurança.

2) A MÚLTIPLA PERTENÇA

Uma das circunstâncias da CPLP, que exige meditação e resposta ponderada, é a da múltipla pertença de cada um dos Estados-membros a organizações internacionais especializadas por objectivos, ou, o que mais interessa neste caso, pelas regionalizações que se multiplicam.

Portugal serve imediatamente de exemplo, porque pertence à União Europeia e pertence à NATO, as duas pertenças mais significativas para a temática da CPLP.

Justamente o Brasil tem o mesmo tipo de desafio, neste caso implicando inevitavelmente com a liderança pressentida.

Por um lado, a pujança do Brasil faz revisitar acusações antigas de vocação imperialista, uma infundada alegação de debilidades circundantes, que mais rigorosamente devem ponderar a consistência do poder nacional brasileiro, que apoia a defesa de uma política internacional independente. Uma política que orienta o Brasil para conseguir um alinhamento militar na América do Sul, de algum modo preenchendo o vazio que vai sendo aberto pela diminuição da influência dos EUA. Por isso, a actual Presidência do Brasil procura «disseminar na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) as directrizes militares da Estratégia Nacional de Defesa», elaboradas pelos ministros Nelson Jobin (Defesa) e Mangabeira Ungar (Assuntos Estratégicos). A tipologia dos conflitos da área implica o Brasil com os narcotraficantes da Colômbia, e os seus interesses «nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior», como na Bolívia, exigem-lhe prontidão, e pragmatismo na formulação das políticas que visam a integração regional. O Brasil possui o maior contingente militar de toda a América do Sul, e alguma inquietação de vizinhanças não afecta o crescente prestígio internacional, e a dinamização da referida integração regional.

Nesta integração está incluído o interesse brasileiro na dimensão estratégica marítima, um dos grandes temas estratégicos globais: o Atlântico está presente, e,

ao mesmo tempo, Joseph Stiglitz vaticina que «o Brasil vai beneficiar-se com a crise, devendo passar a compor o grupo de países industriais ricos dentro de duas décadas, em 2030». Na síntese da *Newsweek* (24-04-2009), «*Lula is building a unique regional giant*», animando o patriotismo da esperança que leva Murillo Aragão a proclamar (*Correio Brasiliense*, 11-05-09) *Brasília, capital do hemisfério*. Não há todavia indícios de que o objectivo da paz não domine toda a prospectiva estratégica brasileira.

Este exemplo da múltipla dependência encontra-se evidente na necessidade que Moçambique teve de se ligar à Comunidade Britânica, olhando à sua natureza de *país de serviços* que o ligam às exigências dos territórios que se foram tornando independentes no corredor que os ingleses abriram do Cabo ao Cairo.

Na situação de mais jovem dos Estados envolvidos na CPLP, Timor, depois do martírio e do genocídio da ocupação pela Indonésia, tem de dormir com o inimigo, e de prestar atenção à poderosa Austrália, ambiciosa do petróleo timorense, e ambiciosa de facilitar a política económica fazendo prevalecer a língua inglesa no pequeno Estado vizinho.

Esta múltipla dependência dos Estados da CPLP é um desafio para elaborar políticas coerentes sem experiência passada, em vista de um futuro sujeito a condicionamentos de terceiros, futuros abertos a uma complexidade que torna frágeis todas as perspectivas.

Ensaiai uma visão integrada, que assegure o eixo articulador da CPLP sem ferir nenhum dos interesses vitais do conceito estratégico de cada um dos Estados-membros, é um exercício que exige método, persistência, organização, recursos, e razoabilidade.

3) A LÍNGUA

A língua aparece como elemento estrutural na própria designação do grupo, e sem dúvida tem a natureza de elemento estruturante fundamental do património imaterial que todos comungam. Recentemente, a questão do Acordo Ortográfico provocou divisões nas elites mais responsáveis, uns aprovando a orientação que dirige para a unidade que o Acordo consagra, outros rejeitando, muitas vezes com fervor nacionalista, a mudança que é sobretudo animada pelas evoluções da língua no Brasil.

Tem-nos parecido que o bom conceito é o de aceitar que a língua não é nossa, também é nossa, e que a questão ortográfica não é a mais importante nem a mais exigente de confrontos.

O mais importante, parece-nos, é que a língua tem uma circunstância que afecta todos os povos que a adoptam, a qual se traduz no facto de a língua não ser neutra: transporta valores, que inspiram o tecido cultural da população, e também o diálogo convergente das respectivas soberanias nos foros internacionais onde todos falam com todos, como é o caso da ONU.

Por isso, a exigência mais evidente é a de acelerar a relação consistente da língua com as necessidades do povo que a fala, e por isso com solicitações diferentes conforme as latitudes e a composição, por raízes, dos povos que se fundiram naquela unidade política. Que as exigências e interesses do Brasil sejam reprodução do quadro de exigências internas de Angola não é de supor, assim como os interesses de Timor certamente não têm paralelo com os das referidas soberanias: trata-se de um povo privado de escolaridade por gerações, com o antigo invasor a impor a sua língua, pelo que são recursos humanos e financeiros vultuosos que a implantação e fortalecimento da língua portuguesa exige, no caso de se pretender apoiar o projecto estratégico do governo de Timor.

Por outro lado, quando o governo da China (2005) delega no governo de Macau as relações com os Estados da CPLP, para utilizar a herança cultural portuguesa, o interesse da China, de Portugal, e dos restantes Estados, é o de assegurar o ensino da língua para elites diplomáticas e económicas, uma tarefa que pode ajudar a impor a língua nos centros de diplomacia colectiva, de novo a começar pela ONU.

Tratando-se de uma componente essencial do património imaterial da área lusófona, parece exigir meditação o facto de a atenção governamental portuguesa se concentrar ultimamente no que entende ser a incapacidade da Academia das Ciências de Lisboa para lidar com o património linguístico, parecendo adoptar uma reserva de maior cortesia para a Academia Brasileira de Letras, esta rápida em publicar o seu vocabulário ortográfico.

Sugiro que é exigível não confundir a responsabilidade científica das Universidades e Academias, com a responsabilidade do governo pela defesa da língua implantada, pela atenção à sua expansão, em função da diferenciada relação de

interesses em cada região, e também no que toca à sua promoção, o que exige recursos humanos e financeiros, e conceito estratégico de governo.

Foi assim que, coincidindo, e talvez tendo em conta uma intervenção que fiz no Recife, sobre a necessidade de criar um Instituto Internacional da Língua Portuguesa, no qual todos os Estados lusófonos estivessem em pé de igualdade e alheios à natureza de Academias que não possuíam, o meu amigo José Sarney, Presidente da República do Brasil, criou aquele Instituto, agora com sede em Cabo Verde. Todos os governos da CPLP são responsáveis pelo seu funcionamento, nenhum por isso está legitimado para ignorar a sua obrigação de contribuir para o cumprimento das obrigações assumidas.

Não é pois uma Academia da Língua Portuguesa que faz falta, o que falta é assumir responsabilidades governamentais pela coordenação e por recursos para dar consistência às obrigações nacionais assumidas, com evidência na área da preservação, implantação, difusão da língua estruturante do tecido cultural de cada comunidade, deixando tranquilas no seu trabalho as instâncias seculares que se ocupam da ciência da língua e das artes que usam a língua, instâncias que apenas lentamente serão reproduzidas nesses países recentemente chegados ao diálogo internacional em liberdade.

4) OS CENTROS DE FORMAÇÃO

Urgente parece a criação de uma rede lusófona de ensino superior, universitário e politécnico, civil e militar, de que foram dados primeiros passos de qualidade por iniciativa das instituições existentes, mas tudo a exigir estrutura articulada dentro da CPLP.

A globalização teve efeitos inovadores na formação de redes transnacionais, voltando à tradição, agora fortalecida, de uma circulação de saberes, professores e alunos, um forte movimento europeu consagrado na Declaração de Bolonha.

Não é aqui o lugar para dissecar o simplismo da leitura com que a Declaração foi governamentalmente imposta à rede nacional, encomendando à OCDE o plano de governo pelo qual esperamos longamente, e que reproduziu, para o nosso espaço pobre, traços fundamentais da economia de mercado americana, antes da crise global que enfrentamos.

Mas é lugar e tempo para advertir que a transformação do *princípio de cooperação*, que orientou o projecto da rede europeia, em *princípio de competição*, apoiado numa hierarquia de excelência, foi debilmente avaliada pela intervenção governativa, e daqui a crise financeira que atinge a rede pública, e, para vencer os efeitos negativos em progresso, a falta de uma política de reforço da rede lusófona, em termos de a sua excelência orientar, para os centros portugueses com preferência, a circulação dos estudantes e mestres disputados por centros que ficam noutras latitudes e sedes de interesses competitivos.

Naturalmente, os interesses económicos exigem a meditação sugerida pelo marinheiro anónimo do *Roteiro* de Vasco da Gama, ao juntar a busca de cristãos à busca de especiarias, e agora com exigências maiores, e deles vamos ter avaliação autorizada nas comunicações que ouviremos. O enquadramento político exige uma meditação, em que na Academia das Ciências participamos, que enquadre a definição de uma estratégia, que foi justamente o que fizeram os Infantes, consultados por D. João I, antes de concluir que estavam prontos para o arranque.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE JULHO DE 2009)

Património cultural nos países da CPLP em termos de globalização

ILÍDIO DO AMARAL†

No Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento construtor de um futuro sustentável para todos, celebrado a 21 de Maio, o Director Geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, teve mais uma vez a ocasião de pôr em relevo a independência, a integridade e a diversidade das culturas dos Estados-membros, e a importância da promoção dos princípios democráticos da dignidade, da equidade e do respeito mútuo, por meio da educação, da ciência, da cultura e da comunicação.

A UNESCO tem defendido que nenhuma cultura é monolítica e estática. Muito pelo contrário, todas são dinâmicas, «adquirem formas diversas ao longo dos tempos e nos espaços» resultantes de intercâmbios e de empréstimos mútuos de umas com outras; e que a diversidade cultural é «uma característica essencial da Humanidade», uma das fontes do desenvolvimento, de força e de unidade. A sua defesa «é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana». A sua gestão constitui, sem dúvida, um dos desafios mais importantes colocados às tentativas de construção de sociedades do conhecimento plurais e inclusivas em tempos de globalização. São estas algumas das linhas gerais do que se encontra explanado em vários documentos normativos emitidos pela UNESCO e aceites por quase todos os países.

Têm a maior importância a Declaração da Diversidade Cultural (2001), a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), a Convenção sobre a Protecção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais e Artísticas (2005), que complementam a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Natural e Cultural (1972). Um outro documento deve ser referido: *Nossa Diversidade Criativa* (1998), no qual se afirma que é tão importante a defesa da diversidade cultural como é a da biodiversidade, a qual constituiu matéria do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987), ou *Agenda Global para Mudança*, também conhecido por *Relatório Brundtland*, do nome da Senhora Gro Harlem Brundtland,

Presidente da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que elaborou o documento, distinta ecologista que, entre muitos cargos políticos, teve o de Primeiro-Ministro do seu país, a Noruega. Como síntese-chave desse relatório, «o objectivo de um desenvolvimento humano sustentável de modo a permitir satisfazer as necessidades das gerações actuais sem contudo comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas».

O documento da UNESCO *Nossa Diversidade Criativa*, preparado por uma Comissão Mundial sobre Cultura e Desenvolvimento, sob a bandeira de «cultura da paz», que tomou por base dois textos do antropólogo estruturalista Claude Lévi-Strauss, foi alvo de muitas críticas. Foram eles o livro *Race et histoire* (1952, com reedições posteriores) e o artigo «Race et culture» (1971, igualmente com reedições posteriores) que, para uns, eram contraditórios e, para outros, nem tanto. Mas de comum reconheciam a indecisão do uso do conceito de cultura, o facto de enfatizar o direito de povos à autodeterminação cultural e a necessidade de ética global, como se a ética e a moralidade não tivessem nada a ver com a cultura. Mais ainda, os críticos acusaram a UNESCO de tendência para o regresso à antiga distinção germânica entre *Kultur*, por vezes associada com a noção de *Gemeinschaft*, a «comunidade», do sociólogo Ferdinand Toennis (1856-1936), e *Zivilisation*, associada com a *Gesellschaft*, a «sociedade», do mesmo autor, conceitos muito populares nos anos entre as guerras de 1914-1918 e 1939-1945.

Nas bases de todos os documentos anteriormente citados sobressaem uma filosofia de unidade cultural assente na diversidade e um desvio da noção de globalização para o de defesa daquela diversidade, que constituem uma das plataformas mais importantes neste princípio do século XXI. A ênfase dada à diversidade cultural a um nível universal introduziu uma nova forma de observação do mundo contemporâneo, cujo propósito não é o de destronar a globalização mas antes o de demonstrar que a civilização humana é, e sempre foi, cultural. Valorizando a diversidade cultural constrói-se uma contrapartida para aquelas teorias que defendem o mundo como um espaço global de selecção natural, do qual desaparecerão rápida e inexoravelmente os elementos culturais mais fracos (linguísticos e outros), à medida que o mundo se torna dominado por uma matriz única, linguística e cultural.

É uma realidade que, em todos os continentes, nuns mais do que noutros, têm desaparecido ou perdido vitalidade muitas línguas, e com isso se tem

empobrecido o mundo. Apenas um exemplo: nesse enorme bloco insular que é a Austrália, com uma parte desértica muito grande, estudos feitos cuidadosamente em 2005 permitiram concluir que das mais de 250 línguas autóctones faladas que existiriam na altura da chegada dos primeiros europeus, somente sobreviviam 140 e cerca de 110 estavam em riscos de desaparecimento; apenas 18 foram dadas como «sólidas», pela sua transmissibilidade actual de geração para geração. De todos os continentes também se sabe que, no decorrer dos tempos, têm desaparecido muitas línguas.

Tendo em conta que no conjunto da CPLP três países africanos continentais — Guiné-Bissau, Angola e Moçambique — e Timor Leste contêm mosaicos de etnias e são nitidamente plurilinguísticos, que na impossibilidade do desenvolvimento de cada uma das «línguas nacionais» ou «maternas» têm de seleccionar umas tantas, muito embora nas suas Constituições seja assumida a defesa de todas, adivinham-se os desafios postos à definição dos graus de vitalidade de cada uma delas, muitas das quais sempre foram e continuam a ser mal conhecidas. E para quase todas faltam a fixação ortográfica — recorde-se que são línguas faladas, com muitos registos aportuguesados de vocábulos — e os instrumentos essenciais de aprendizagem generalizada e de transmissão, como sejam os vocabulários, os dicionários, as gramáticas.

À UNESCO se devem os estudos de metodologias aplicáveis aos levantamentos das diversidades linguísticas, das suas evoluções e dos graus de vitalidade, com resultados publicados num *Atlas das línguas em perigo no mundo* cuja edição mais recente está anunciada para este ano e conterá informações sobre mais de 2.500 línguas.

As políticas de diversidade cultural e de globalização, ainda que à primeira vista pareçam contraditórias, de facto intersectam-se em muitos pontos e não se excluem uma à outra: se no plano universal, o mundo é um sistema complexo de diversidades culturais, jamais poderão ser esquecidos os valores locais. Neste sentido os cientistas sociais criaram a expressão «glocal» e as suas variantes como «glocalidade» e «glocalização» propondo para esta «a promoção de direitos legais e de identidades culturais de populações locais de modo a serem coordenados com os desenvolvimentos políticos a nível global», ou por outras palavras, a capacidade de alguém ser capaz de viver, ética e culturalmente, ao mesmo tempo, no global e no local. Como curiosidade, a adopção da expressão «glocal» teve na

base a «dochaku» japonesa e de modo igual a «glocalização» assenta na «dochakuka».

Perante os termos de «cultura» e de «património cultural» é inevitável perguntar como se definem hoje cultura e património cultural, que tanto importa preservar, sobretudo quando sabemos que ao longo da história os seus conceitos variaram consoante uma escola de pensamento, uma sociedade, uma época, assim como a sua aplicação em vários campos de estudo.

Pode dizer-se que as tentativas de delimitação conceptual não têm chegado a avanços significativos. Basta referir alguns exemplos: Em 1952 quatro antropólogos norte-americanos, Clyde Kluckhohn, Alfred Kroeber, A. Meyer e W. Untereiner publicaram uma lista de 160 definições diferentes de cultura feitas na primeira metade do século xx, podendo ser arrumadas em grandes grupos com base em certos tópicos (organização social, religião, economia, etc.), em fases de progresso histórico, em comportamentos, em aspectos normativos, funcionais, mentais, estruturais e simbólicos. Em 1973 Clifford Geertz (pseudónimo de Harold F. Lincher) diria que a cultura era um «pot au feu *made with the throwing of anything and everything into the conceptual stew that is the complex whole of human existence*». Em 2000 era a vez de Jacques Barzun escrever o seguinte: «Cultura... que palavra! Até há alguns anos atrás significava duas ou três coisas aparentadas, fáceis de apreender e manter separadas. Hoje, é uma peça do jargão para tudo, cobrindo uma mistura heteroclita de coisas que se sobrepõem». A um colega e amigo alemão, especialista em assuntos de cultura e património cultural, a quem pedi que me elucidasse, respondeu-me de um modo quase decalcado de Santo Agostinho quando, no capítulo XIV do Livro XI das suas *Confissões*, depois de muito reflectir sobre o Tempo passado, presente e futuro, escreveu: (afinal) «que é pois o tempo? Se ninguém me pergunta, eu sei; mas se quiser explicar a quem indaga, já não sei».

O património, por sua vez, é uma palavra antiga, que na origem estava ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Com o decorrer do tempo isto foi-se alterando com as transformações das sociedades, com a sua maior mobilidade, até ao ponto de se inserir num projecto mais amplo de construção de uma identidade nacional e de passar a servir ao processo de consolidação dos Estados-nação modernos. A noção de património, que engloba hoje o natural ou físico e o cultural, e deste o

material e o imaterial, continua vaga e imprecisa para chegar a ser efectiva e operativa. Em torno dela continuam as discussões teóricas e, tal como sucedeu com a cultura, do mesmo modo o património tem sido objecto de uma série de instrumentos jurídicos, convenções, declarações, resoluções e recomendações relativas à sua defesa. Os documentos aprovados pela UNESCO têm enriquecido o Direito Internacional da cultura e os direitos internos com a elaboração de leis próprias de cada país. Sendo a diversidade cultural um direito fundamental, os Estados devem assegurar a sua salvaguarda e a sua promoção.

Uma matéria que tem ganho lugar central e tem sido alvo de muitas controvérsias é a da confrontação entre cultura e comércio internacional, muitas vezes demasiado prisioneira de discursos jurídicos e técnicos que levam os cidadãos a afastarem-se dela, preferindo deixá-la noutras mãos. Contudo, se a cultura for abandonada às forças do mercado, corre-se o risco da perda de acesso ao passado e até ao presente. Foi preciso chegar aos finais dos anos 90 do século passado para surgir a Convenção sobre a Protecção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e das Expressões Artísticas, que pretende ser uma contrapartida à liberalização económica e uma defesa da liberdade criativa, que procura escapar às tiranias dos objectivos de rentabilidade financeira. Para Amartya Sen, Prémio Nobel de Economia, a liberdade cultural é a forma mais nobre de avaliar a «dimensão cultural da vida humana».

Problema que se põe aos países de independências recentes é o tombo dos bens culturais, e daí a sua defesa, para a definição de políticas culturais em regime de abertura democrática. Como escreveu Marilena Chaul em 1992, filósofa brasileira e estudiosa dos problemas de bens culturais, «uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes de dominação, herdadas de um passado ignorado e de submissão colonial. Fadada à repetição e impedida de inovação tal política cultural é cúmplice do *status quo*».

Postas estas ideias gerais, mas necessárias, passo então à CPLP — Comunidade de Países de Língua Portuguesa, criada em 1996, isto é, há 13 anos, constituindo o quadro institucional da Lusofonia. Juntava 7 parceiros — um pequeno país no extremo ocidental da Europa e integrado na União Europeia (Portugal, com as suas duas Regiões insulares Autónomas); um país sul-americano de escala

sub-continental (o Brasil), locomotiva do MERCOSUL e já no grupo das potências emergentes, o G5; cinco africanos (dois arquipelágicos, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, e três continentais, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, de tamanhos, povoamentos e recursos económicos muito diferentes). Muito mais tarde entraria Timor-Leste (parte de uma ilha nos limites do Índico com o Pacífico). Tanto a área como a população do Brasil representam cerca de 80% dos valores totais dos países da CPLP (cerca de 10,7 milhões de quilómetros quadrados e de 220 milhões de habitantes); relativamente ao IDH referível a 2004, de um conjunto de 177 países, no extremo longínquo do 26.º lugar atribuído a Portugal, do 72.º ao Brasil e do intermédio 102.º a Cabo Verde, estavam os outros — São Tomé e Príncipe em 123.º lugar, Angola em 166.º, Moçambique em 171.º e Guiné-Bissau em 172.º.

Este enunciado alerta para a realidade não só das diversidades e descontinuidades geográficas, mas também das diversidades económica, política e social de Estados que se ligam pela utilização de uma língua comum (a portuguesa) e pela partilha de valores culturais alóctones semelhantes, ou pelo menos próximos, uma vez que sete foram produtos da colonização portuguesa. Encontram-se em estágios distintos de desenvolvimento, têm diversidade de situações, quer no que respeita a condicionamentos internos, quer a regionais e globais; sofrem os efeitos da globalização com intensidades diferenciadas. Os países continentais africanos e Timor-Leste foram cenários de guerras, primeiro para se libertarem de regimes coloniais e depois, ainda mais destrutivas, as guerras civis. Todas as estruturas físicas, humanas, económicas, sociais e políticas foram fortemente alteradas; são países em reconstrução com ritmos e capacidades diferentes.

Assim a variabilidade de referenciação à CPLP, que não tem nada de surpreendente. Ela foi criada quase dois séculos após a emancipação do Brasil e cerca de vinte anos depois das independências das cinco colónias africanas; Timor-Leste, pelas circunstâncias bem conhecidas, entraria há poucos anos. Todos eles foram descobertos nos séculos xv e xvi. Datam daí as histórias humanas das ilhas, incluindo as das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, porque foram achadas desertas, isto é, sem habitantes e os povoamentos fizeram-se com gentes da Metrópole e doutras partes europeias nuns casos, e noutros também com a junção de africanos tomados no continente próximo como escravos. Não se passou exactamente o mesmo com os territórios continentais e o da ilha timorense

porque neles os portugueses encontraram populações em diversos estágios de desenvolvimento, eram nítidas as diversidades étnicas e culturais, e, consequentemente, diferentes os patrimónios culturais.

Tal como sucedeu em processos de colonização em todas as épocas da história humana, o invasor, dotado de meios mais fortes (avanços tecnológicos, armas de fogo, cavalaria, móveis de expansão mercantilista e enriquecimento rápido, espírito religioso de cruzada contra os «pagãos» ou «infiéis», etc.) pôde impor os seus valores culturais, procurando difundi-los rapidamente, sobrepondo-os às culturas e sociedades autóctones. Contudo isso, feito o balanço, não conseguiu destruir de todo os valores fundamentais destas sociedades.

Portugal foi reino independente no século XII depois de se emancipar da tutela leonesa; o seu território foi sendo alargado em lutas contra os árabes que ocupavam a Península. Nos finais do século XIII conseguiu fixar as suas fronteiras de Estado unitário (Alcanizes, Setembro de 1297). O Brasil tornou-se independente desde 1822, tornando-se um Estado federal que se foi enchendo de gentes de vários países dos diferentes continentes. Cadinho de culturas, é hoje um País Arco-Íris, usando a expressão de Nelson Mandela aplicada à sua África do Sul. Nos finais do século XIX, para dirimir as rivalidades criadas entre potências europeias com presenças e interesses em África, a célebre Conferência de Berlim de 1884-1885, na qual não houve qualquer representação de africanos, ao determinar a necessidade da definição de ocupação efectiva de territórios levou à partilha do continente, com o traçado apressado de fronteiras, constituindo-se uma carta política como as potências europeias quiseram.

Com algumas alterações resultantes da entrega das colónias alemãs aos vencedores da Guerra (europeia) de 1914-1918, cerca de trinta anos depois, finda a Guerra (mundial) de 1939-1945, quando se iniciam as independências, as antigas colónias recebiam como heranças Estados imperfeitos e fronteiras coloniais. Preferiram assumir entre si, desde a Carta da Organização de Unidade Africana (1963), o compromisso de se oporem a modificações de tais delimitações políticas, a todas as pretensões secessionistas ou irredentistas. Em todos esses países, multi-étnicos, com alguns grupos, que dotados de certa homogeneidade cultural ficaram separados pelo traçado de fronteiras, e outros, de marcadas rivalidades seculares, ficaram englobados no interior de uma mesma fronteira, se procura redefinir o Estado e, sobretudo, construir a partir da diversidade étnica a unidade

atribuível ao Estado-nação de modelo vestefaliano que no próprio continente da sua criação, a Europa, tem sido posto em causa.

Ao mesmo tempo, envolvidos pelos processos da globalização, têm de atender com celeridade às necessidades da regionalização interna, para melhor se auto-administrarem, e da regionalização externa, para participarem em blocos de interesses comuns (fundamentalmente económicos) no interior do continente, passíveis de ligações com o exterior. São países afligidos por muitas doenças e pela fome, com fortes desigualdades sociais e desequilíbrios económicos, ainda dependentes do exterior. Lembro-me sempre da resposta de um Ministro das Finanças e Economia de um país africano, que surpreendeu muita gente. A um jornalista que lhe perguntava sobre o estado da economia do país, ele respondeu: «Qual delas? Temos três — a informal, a formal e a global».

Ora bem, cada um dos Estados mais jovens da CPLP deseja, entre muitas coisas, ter uma História cientificamente elaborada dando relevo aos passados ameríndios, africanos e timorenses, às suas diversidades culturais e étnicas, aos respectivos patrimónios culturais cujas raízes mergulham em muitos séculos antes das entradas tardias de gentes de fora. Ninguém recusa a importância dos documentos que, ao longo dos tempos, foram escritos por autores europeus, e por isso mesmo marcados por uma visão de fora. Ameríndios, africanos e timorenses têm consciência de serem partes de continentes de oralidade, isto é, sem escritas. Mas também sabem que os seus patrimónios materiais, construídos ou tangíveis, não são apenas e somente os de introdução alóctone (casas, igrejas, monumentos, cidades, etc. do tipo ocidental); têm de ser valorizados os patrimónios de construção autóctone. Mas mais do que isso, no conceito actual de património cultural, normalizado por instâncias internacionais, como a UNESCO, ele não se resume às coisas do passado mas também às dos tempos que correm.

A par disso existem os ainda mal conhecidos patrimónios culturais imateriais ou intangíveis que, seguindo o texto do parágrafo 2 do artigo 2.º da Convenção da UNESCO para a sua Salvaguarda, «se manifesta nos seguintes domínios: as tradições e expressões orais, compreendendo a língua como vector importante; as artes do espectáculo; as práticas sociais, rituais e eventos festivos; os conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; os saber fazer ligados ao artesanato tradicional». É extensa a lista de aspectos particulares enunciados no parágrafo 1 do mesmo artigo. Naturalmente que se trata de um articulado

geral, passível de inclusão de modalidades mais específicas desta ou daquela cultura. Adivinha-se a importância dos desafios postos aos países caracterizados pela multiplicidade de etnias e de grupos étnicos, com histórias e falares diferentes, lealdades múltiplas a chefias tradicionais, locais, regionais, e outras.

Porquê este exemplo da elaboração de uma História científica? Porque as que existem são imperfeitas e incompletas, com visões parciais e partidárias. É natural que um País queira ter o conhecimento mais completo possível do seu passado para melhor avaliar o seu presente; por outro lado, para melhor formação cívica das suas populações, para ter um documento ou registo magno de promoção e coesão política e social, para gerar novas representações simbólicas e resolver as suas questões de ordem identitária que vão do cidadão ao Estado. Se a compreensão do que é o património cultural material e imaterial de uma só cultura como um «bem público» já é um desafio importante, as dificuldades tornam-se maiores quando se trata de patrimónios resultantes da confluência ou coexistência de várias culturas.

As culturas nunca foram compartimentos estanques, as etnias nunca foram grupos humanos eternamente fixados num determinado território. Uma e outras tiveram modificações ao longo dos tempos e nos espaços. Há razões indiscutíveis para se falar de fenómenos de desterritorialização ou deslocalização, umas pacíficas, outras incentivadas por conflitos, que vão desde os menos gravosos aos bélicos. A desterritorialização é a expressão de um processo tão antigo como o homem, mas a palavra entrou recentemente na linguagem dos cientistas sociais perante a aceleração da mobilidade física graças ao desenvolvimento dos transportes e às novas tecnologias de comunicação e informação. A cultura raramente esteve fixada num único território; houve sempre a propensão para se libertar da «tirania do território». Numa expressão feliz de James Clifford, tem de se falar em *travelling cultures*, conceito que abarca não só a mobilidade generalizada das pessoas, dando às sociedades contemporâneas contornos essencialmente diaspóricos, mas que envolve também forças que passam através da TV, da rádio, da *internet*, do turismo, de inúmeras mercadorias, etc. Os homens quando migram para longe do seu território de nascimento (seja a aldeia, a cidade, a região ou o país) desterritorializam-se e com eles as (suas) culturas. E se regressam à base, reterritorializam-se, mas com conexões complexas algo diferentes das anteriores.

No âmbito dos países da CPLP considero como importantes as abordagens das relações entre cultura e território (aldeia, vila, cidade, região, país, etc.) dado o facto da existência das numerosas comunidades de falantes da língua portuguesa em vários países e continentes. A maior parte delas, tendo criado raízes nos países de destino, mantiveram os hábitos culturais das suas terras de origem, procuram implantar onde vivem as suas culturas (formas de viver em casa, tipos de relações familiares, comidas e falares, associações recreativas, eventos festivos, crenças religiosas, etc.). Isto é, manifestam plenamente fenómenos de desterritorialização ou deslocalização, física e cultural.

O mesmo se pode dizer, por exemplo, dos estrangeiros, sobretudo os dos países da CPLP, imigrados em Portugal. Na freguesia onde habito (Ramada), de concelho a norte de Lisboa, em terra que foi dos saloios, tão cuidadosamente estudados por Mestre Leite de Vasconcelos, e porque frequento os transportes públicos colectivos nas quase diárias deslocações, passo por duas ou três igrejas de filiações em correntes religiosas norte-americanas, uma mesquita, um templo hindu e uma igreja católica.

Os autocarros que utilizo são transformados em verdadeiras torres de Babel porque neles se cruzam, bem audíveis, por mal da necessidade de falares altos pelos telemóveis, instrumentos tipicamente nómadas e de uso generalizado, não só o português com as variantes dos diversos países da CPLP (cada vez mais brasileiros), mas também diferentes falares próprios dos PALOP (o crioulo da Guiné-Bissau e algumas das suas línguas autóctones; o crioulo do Cabo Verde e as suas variantes insulares; o kikongo e o kimbundo de Angola; falares de Moçambique), o indiano e o paquistanês, o chinês, o ucraniano e o russo, o espanhol e as suas variantes americanas, o inglês e o francês também com as suas variantes africanas e asiáticas, o inglês ianquizado, e outras que não consigo destrinçar. E não é raro o uso de trajos característicos: os saris das senhoras indianas, as vestes longas e pequenos barretes dos muçulmanos, quer africanos, quer asiáticos, as cabaias chinesas, os panos coloridos africanos e os penteados entrançados com fios de missangas, etc.

No prédio em que resido tenho, por vizinho do lado, um agregado familiar norte-americano: ele é professor de Matemática num estabelecimento português de ensino superior, norte-americano com ascendência judaica, casado com uma norte-americana descendente de peruanos, entretanto falecida; os meninos

falam um ianque cerrado e sincopado, mesclado com algumas palavras apor-tuguesadas. A família frequenta a *Sending Church* instalada na Ramada, uma filial da *Reston Bible Church* dos EUA, que fica não muito longe da volumosa igreja católica.

Tenho assim o meu laboratório de observações pessoais e reflexões sobre a diversidade cultural, o multiculturalismo, a desterritorialização, o cosmopolitismo, matérias sobre as quais vou colhendo informações junto deste e daquele, em curtos diálogos nas viagens de 20 a 30 minutos de autocarro, ou prestando atenção à variedade de palavras e conversas «gritadas» pelos telemóveis. Gostaria de saber escrever literariamente um livro, uma novela ou um romance, cujo título seria *A «Torre de Babel» no meu autocarro multicultural*.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE JULHO DE 2009)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS NO TEXTO

Documentos da UNESCO, Paris, devidamente assinalados.

Relatório Brundtland (1987). Nova Iorque, ONU, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

BARZUN, Jacques Martin (2000), *From Dawn to Decadence: 500 Years of Western Cultural Life, 1500 to Present*. Nova Iorque e Londres, HarperCollins.

CHAUL, Marilena (1992), *Política Cultural, Cultura Política e Património Histórico. O Direito à Memória: património histórico e Cidadania*. São Paulo, Secretaria Municipal da Cultura.

CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation of the Late Twentieth Century*. Harvard University Press.

GEERTZ, Clifford James (1973), *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque, Basic Books.

KLUCKHON, Clyde, KROEBER, Alfred L, MEYER, Alfred e UNTEREINER, Wayne (1952), *Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions*. Cambridge MA., Peabody Museum.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1952), *Race et histoire*. Paris, UNESCO. Tem várias edições posteriores, uma das mais recentes é de 2007, Paris, Gallimard.

LÉVI-STRAUSS, Claude (1971), «Race et culture», em *Le Regard Éloigné*. Reedição posterior em 1983, Paris, Plon.

SANTO AGOSTINHO, *Confissões*. Utilizada a edição de 2006, texto integral, São Paulo, Martin Claret.

SEN, Amartya (1999), *Development as Freedom*. Nova Iorque, Alfred Knopf.

TOENNIS, Ferdinand (1887), *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Leipzig, Fues's Verlag. Reeditado recentemente em 2005, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft. Tradução inglesa em 1963, *Community and Society*. Nova Iorque, Harper & Row.

Sobre lusofonia global

JORGE BRAGA DE MACEDO

1. INTRODUÇÃO

Em 23 de julho de 2009, logo após ter apresentado uma comunicação na sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa dedicada à CPLP — onde também falou o confrade guineense Carlos Lopes, alto funcionário da ONU — coube-me proferir uma conferência na sede da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Como se pode ler em *Diálogos de Internacionalização da AICEP Livro de Actas Formando Conhecimento* (pp. 41-46), um *e-book* divulgado em janeiro de 2012, a conferência visava «perspetivar o valor de Portugal no mundo e compreender a importância do povo, da língua e da diáspora portuguesa, sem esquecer a nossa integração europeia e o panorama internacional».

Ao visitar de novo o texto, aproveito para dar conta da evolução subsequente da CPLP. De acordo com os respetivos estatutos, esta organização intergovernamental «é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros»: a declaração assinada pelos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, inclui, entre muitos outros objetivos, a «cooperação económica e empresarial» bem como «no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica». Timor-Leste tornou-se membro em 2001 e Guiné-Equatorial em 2014, depois de uns anos como observador, categoria onde se encontram Maurícias, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia e Japão.

O texto divide-se em cinco secções, incluindo esta introdução e a conclusão. Na secção 2, recorro a declaração da Cimeira de Bissau sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovada no décimo aniversário da CPLP, que acrescenta o «conhecimento mútuo» à «amizade mútua» entre os

Estados-membros. Apresento na secção 3 a declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global. Aprovada em finais de 2008 numa conferência realizada no Centro Científico e Cultural de Macau pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, IP (IICT) e outras entidades, sob a coordenação do confrade da Academia Real da Bélgica, Jean-Pierre Contzen, conselheiro do governo sobre ciência, concretizou tal conhecimento mútuo em áreas científicas chave para o desenvolvimento na CPLP.

A secção 4 aborda a lusofonia económica que, em Portugal, tem sido analisada pelo Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE), no qual têm assento os membros do governo e as confederações empresariais relevantes para o que se passou a denominar diplomacia económica. Entre estas, figura a CIP–Confederação Empresarial de Portugal, que, em meados de 2014, passou a presidir à ELO — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, entidade fundadora do Conselho de Orientação do IICT em 2005 (estando desde 2012 na respetiva Unidade de Acompanhamento) que, desde o início, deu apoio estratégico ao projeto da lusofonia económica.

A conclusão radica a necessidade da lusofonia ser global nas respostas nacionais às três vagas da globalização. Tal como a da primeira vaga, a resposta atual relaciona o *Saber Tropical* com a internacionalização das empresas portuguesas para além do mercado único europeu — ou seja visa alinhar conhecimento e investimento. Por exemplo, a crise global levou confrades de ambas as classes a investigar as perceções dos economistas, tal como a Academia Britânica o fizera na carta que dirigiu à Rainha de Inglaterra. Fê-lo numa perspetiva que incorpora as ciências naturais e os países em desenvolvimento, nomeadamente lusófonos, tendo dado lugar ao opúsculo *Writing to Queens while Crises Proceed*, publicado pelo IICT em 2013. Em 2015, um projeto no âmbito da lusofonia energética deverá continuar a aproximar as duas classes visto que, como refere a proposta de 10 de dezembro de 2014, se trata de «um problema eminentemente pluridisciplinar envolvendo aspetos de física, engenharia, geologia, economia, sociologia e política.»

A bibliografia inspira-se nas referências da minha homenagem ao confrade António Dias Farinha, Secretário-geral na altura e querido amigo, com o lindo título *D'aquém, d'além e d'ultramar*, onde evoco uma perspetiva sobre Globalização

e Governação (G&G) cujas raízes remontam à criação da ELO, que começou por funcionar no Centro de Socioeconomia do IICT, em 1986, e que defendi, ainda antes da criação da CPLP, numa homenagem ao saudoso confrade Manuel Jacinto Nunes por ocasião da sua jubilação em 1996. A interação entre G&G está refletida em trabalhos que envolvem confrades de ambas as classes em colaboração com o IICT e o *Center for Globalization and Governance, Nova School of Business and Economics* (CG&G/NOVASBE), nomeadamente o referido opúsculo *Writing to Queens*. Reforço a tónica na lusofonia científica e económica com excertos de «Mutual knowledge and global lusophonia», publicado na revista moçambicana bilingue *Capital*, e da apresentação ao conselho diretivo do *European Business Council for Africa and the Mediterranean* na sua reunião em Cascais a 13 de novembro de 2014, subordinada ao tema *Promoting business across the regional integration platforms of CPLP*.

Em suma, decorre da lusofonia global uma abordagem específica para avaliar o «valor económico da língua portuguesa», a qual exige que se combine história e geografia, economia e política, nacional e internacional, com atenção a áreas da política externa portuguesa, como a científica e a económica, onde o efeito da pertença lusófona costuma ser ignorado em detrimento da pertença europeia. A política externa portuguesa relativa à CPLP deve ir além do facto de existirem mais oito países membros, seis observadores e outras comunidades espalhadas pelo mundo onde se conhece a cultura portuguesa: tal como a língua comum se fala com sotaques próprios e se escreve com ortografias diversas, a diversidade lusófona não deve impedir as empresas de competir nas plataformas regionais dos países da CPLP.

Embora se continuem a contrastar motivações religiosas, políticas, científicas e comerciais para a participação empenhada de Portugal em ambas as vagas da globalização, o espírito da lusofonia global é procurar o bem comum lusófono gerindo a diversidade das situações. Documentos recentes coligidos pelo confrade Duarte Ivo Cruz confirmam que, como Jorge Borges de Macedo (1921-96) afirmou na comemoração do centenário da Conferência de Berlim em 1985: «Angola compensava largamente os portugueses quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo». Berlim é a primeira paragem da lusofonia global porque teve consequências para as pessoas e as empresas por via da abertura da economia e da sociedade à Europa e ao Atlântico, que iremos definir como

esteios da diferencialidade portuguesa, no contexto doutras paragens dessa mesma lusofonia global.

2. CONHECIMENTO MÚTUO E DIFERENCIALIDADE

A Declaração de Bissau sobre os ODM é a melhor ilustração do conceito, revelando originalidade a nível de outras declarações, ao realçar a dimensão do «conhecimento mútuo» como um aspeto indispensável da parceria global para o desenvolvimento entre os países membros. Ou seja, vontade política e recursos financeiros são necessários mas não suficientes para atingir os ODM. Sem conhecimento, e não é qualquer conhecimento, mas conhecimento mútuo, não existem resultados no terreno que permitam cumprir tais objetivos e que potenciem o valor de todos países da CPLP. Para além do princípio geral da partilha entre os membros, o conhecimento mútuo não pode existir sem colaboração entre cientistas e empresas. Ora mau grado esse objetivo, que já consta da declaração de Lisboa e do horizonte 2020, esta é uma deficiência que a Comissão Europeia encontra em muitos Estados-membros da União.

No balanço dos ODM, levado a cabo pelo IICT em 2007 a pedido da presidência guineense, viu-se que só Cabo Verde conseguiu cumprir quatro dos objetivos quantitativos, sendo que os outros países da CPLP que recebem ajuda externa apenas alcançam um ou dois deles. Acrescente-se que o conhecimento estatístico continua insatisfatório, mau grado os trabalhos do Centro do Desenvolvimento da OCDE, sobretudo o relatório *Perspetivas Económicas em África* (AEO) financiado pela Comissão Europeia desde 2001 e realizado em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento. Também tem havido uma crescente colaboração entre bancos centrais concretizada nos 24 encontros anuais em Lisboa, nas vésperas das assembleias gerais do FMI e do Banco Mundial.

Mutualizar o conhecimento passa por uma análise multidimensional de diversos planos e indicadores. De facto, o enquadramento interdisciplinar deve conseguir juntar os vários aspetos específicos da realidade que resultam da reflexão de cada disciplina bem como a forma de os potenciar em países em vias de desenvolvimento. Assim se transforma o conceito de competitividade num conceito político — que Borges de Macedo denomina de diferencialidade. A diferencialidade define

a forma como uma Nação-Estado é igual, sendo diferente, ou melhor, sendo comparável.

Desconstruindo o conceito no caso de Portugal, vem uma combinação de liberdades e de pertenças que tanto pode ser virtuosa como viciosa, sendo que tanto estas como aquelas devem ser complementares. Assim, a liberdade política e a liberdade financeira não devem ser vistas como conflitantes mas uma ignora frequentemente a outra. Se analisarmos a nossa história desde 1820, verificam-se tantos períodos em que a liberdade política e a liberdade financeira se não compatibilizam como períodos em que se reforçaram mutuamente. Uma fonte de conflito que prevaleceu entre 1890 e 1992 foi a inconvertibilidade da moeda, que ressurgiu enquanto incapacidade de encontrar financiamento de mercado durante a crise da zona do euro e o subsequente pedido de ajuda externa. Acrescem à liberdade política e financeira das pessoas as suas pertenças e conceções do mundo. Neste ponto, para além da identidade local, tradicional do nosso país, existem, de facto, a europeia e a atlântica, ou lusófona.

O valor económico de Portugal no mundo deve avaliar-se antes de mais na perspectiva do mercado nacional relativamente ao mercado global, e depois pela introdução da dimensão política, a nível da Nação. A esse respeito, existe perigo de conflitos dentro dos próprios governos, às vezes mais graves do que entre o governo e a oposição, verificando-se tentativas de destruição mútua entre órgãos de soberania, cujas consequências, mesmo não atingindo sobremaneira os titulares, afetam o sistema político. Assim, a separação de poderes, posto que desejável, pode levar a ineficiências que também deterioram o sistema político: durante o período de emergência financeira, verificou-se um ativismo do Tribunal Constitucional sem paralelo na zona do euro, o qual dificultou entendimentos de médio prazo entre as principais forças políticas.

A nível externo, o caminho da diferencialidade passa pela cooperação com países dependentes da ajuda externa, de maneira que reflita a pertença lusófona dos portugueses. Assim, ter-se-á de introduzir as dimensões da cooperação e da competitividade, medida esta nos termos habituais — através das taxas de câmbio reais efetivas e outras medidas que permitam ver como a produção no mercado nacional se compara aos outros concorrentes no mercado global.

Para situar o peso da lusofonia no mundo, usam-se valores comparáveis do PIB e da população coligidos pelo saudoso Angus Maddison para o período

1-2006 para calcular a quota respetiva da CPLP no mundo, sendo que os dados para o Brasil começam em 1500 e para os países africanos em 1950. Antes da independência do Brasil, o peso do PIB e da população da CPLP no mundo ficam abaixo de 1%, em 1950 ultrapassam os 2% e andam pelos 3,5% em 1980. Até ao virar do milénio, a população mantém-se mas o PIB baixa para menos de 3%. Nesse período, o PIB por lusófono é superior à média mundial em 1820 e 1980 mas desce para quase metade em 1913. Volta a subir até 1980, descendo no início do século XXI para valores próximos dos registados em 1950 (observa-se este padrão no quadro 3 da contribuição para o volume de homenagem a Dias Fari-nha, p. 107, embora a percentagem incorreta da população subavalié o PIB por lusófono em 2003 de mais de 80% da média mundial para 50%). Outro aspecto marcante, em particular dos PALOP, é uma volatilidade do PIB por cabeça muito superior à média da África subsaariana, pois são países pujantes quando crescem mas com quedas também substanciais.

Na área da CPLP existe convergência através de um ganho de competitividade e diferencialidade até ao princípio da era industrial. A revolução do conhecimento ocorreu no século XV, com a primeira vaga da globalização, e a visão moderna da globalização dá uma grande importância a este crescimento de diferencialidade. No século XIX, as consequências das invasões napoleónicas para Portugal continental e o drama da Revolução Francesa no Brasil, caso único na América do Sul em que não foi a Revolução Americana que agitou as elites, confirmam que a diferencialidade desapareceu até meados do século XX. Com a pujança do crescimento asiático a partir de 1980, o nível de vida relativo da CPLP decresceu até ao início do século XXI, embora o potencial da lusofonia se mantivesse ao nível das relações bilaterais entre Portugal e os restantes países. Dada a prevalência de visões bilateral-protecionistas que ignoram o bem comum lusófono, a nossa diferencialidade não dispensa que se analise em concreto em que termos os nossos interesses podem estar alinhados com aqueles de um país de dimensão continental como o Brasil, para mais identificado com Rússia, China, Índia e África do sul, os BRICS.

Outro ponto relevante nesta ação relaciona-se com uma dimensão financeira, incompreensivelmente ignorada até à crise global. Historicamente, Portugal teve uma sólida reputação financeira reconhecida até ao liberalismo, mas que se deteriorou substancialmente a partir do século XIX. O choque com repercussões a

médio e longo prazo que se seguiu aos pedidos de ajuda externa por parte de países endividados da zona do euro, entre os quais Portugal, ilustra como a estabilidade financeira se pode perder instantaneamente, ainda que a bancarrota não seja inevitável nem eterna...

De novo, os nossos ciclos de governação desde as guerras liberais oscilaram não só entre Europa e lusofonia mas também entre liberdade política e financeira. Mesmo na construção da lusofonia global, é de sublinhar a vertente financeira. Assim, numa altura de emergência como a que vivemos nos últimos cinco anos, sobretudo durante a vigência do Memorando de Entendimento com o FMI e a UE, a estratégia de abertura deve passar tanto pelo comércio e investimento externos como por instrumentos de índole financeira. Além disso, mesmo que a CPLP não se possa constituir como uma realidade comum em termos de comércio por ser impossível alinhar os interesses de todos os países, pode fomentar-se a ligação dos membros com os seus blocos de integração regional, da UE e Mercosul à África austral, sem esquecer Macau, China — o que pode facilitar as relações com outro membro fundador dos BRICS.

Relativamente à CPLP os níveis díspares de diferencialidade saltam à vista entre um membro fundador da OCDE, o gigante brasileiro, quatro micro-Estados na África ocidental e central, dois países da África austral e Timor-Leste — sugerindo que a métrica não pode ser nem a população nem o PIB, nem sequer o rácio deste com aquela. Por último, existe uma divergência na CPLP derivada da sua dispersão geográfica, sendo que a distância média entre capitais ou cidades principais é de 7200 km, quando na Europa dos 27 é de 1400 km. Estrategicamente, se perspetivarmos apenas os cinco estados atlânticos da CPLP, esta seria filha daquele oceano, pois passamos a ter uma distância reduzida a metade, havendo inegavelmente, quer histórica quer geograficamente, um elevado potencial. No entanto, para a lusofonia ser global deve olhar para o mundo.

Em suma, a CPLP continuará a ser ignorada enquanto não se compreender que a riqueza desta comunidade está precisamente na sua diversidade e que a cultura não é inimiga da economia. E, para a gestão dessa diversidade, não basta a aplicação dos recursos financeiros, pelo que se torna imprescindível a existência de confiança e de um conhecimento mútuo. O multilateralismo baseado na cultura não é um entrave porque os empresários necessitam de conhecimento científico e este só se torna concreto quando mediado na cultura, que facilita a sua mutualização.

3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Já na cooperação em ciência e tecnologia é mais fácil dinamizar esquemas Norte-Sul-Sul, como se tentou com a Declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global, aprovada pelo Secretariado Executivo da CPLP no quadro do seu protocolo de colaboração com o IICT, assinado em março de 2004.

A Declaração de Lisboa, de 18 de setembro de 2008, aprovada no final da conferência coordenada pelo confrade Contzen, refere a importância de indicadores comuns que permitam avaliar o progresso da educação e da pesquisa da inovação, insistindo que este esforço em torno do conhecimento para o desenvolvimento global deve alargar-se a mais entidades. Assim a Declaração foi avançada logo em dezembro em Maputo com a própria CPLP e com o Ministério da Ciências e Tecnologia de Moçambique, que fizeram suas as considerações da Declaração de Lisboa. Seguiu-se uma reunião em Brasília dos Ministros da Agricultura da CPLP a respeito da qualidade alimentar, tendo sido reforçado o interesse pelo tema na cimeira que iniciou a presidência angolana em 2010 ao ponto de, durante a presidência moçambicana, ter fortemente aproximado a CPLP da FAO, dirigida por um brasileiro.

Neste contexto, a crise financeira global de 2008 não impede que se usem a ciência e a tecnologia como alavancas, porque a base do conhecimento e as infraestruturas tecnológicas não se alteram. Dever-se-á, portanto, estimular a inovação local que permita utilizar a capacidade já instalada. E essa inovação terá que ser determinada pela procura societal e local, já que o comércio mundial caiu fortemente. Tal inovação depende mais do facto de se poder aproveitar o conhecimento já existente para inovar do que apenas de investigação e desenvolvimento.

Como exemplo, cito comunicações do confrade Contzen ao IICT e à Academia Real da Bélgica que salientam as parcerias público-privadas relativamente às energias renováveis, as quais estão a funcionar entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Ele insiste ainda que os pacotes de estímulo adotados em 2009 e 2010 levam muitas vezes a que não se possa discriminar em função da nacionalidade, existindo um montante de fundos a que se pode e deve recorrer. Os pacotes de estímulo orçamental feitos por Estados desenvolvidos, como os

Estados Unidos, alguns Estados europeus e também a China são assim potenciais de oportunidades excepcionais a nível da energia e do ambiente, que podem ser trabalhadas fora do plano interno dos países.

Contzen lembra que as inovações podem usar serviços de fonte aberta, e não apenas o *software*. Assim, dever-se-á aproveitar o conhecimento que existe e recorrer ao seu uso, através do aproveitamento do investimento de outrem para conseguir fazer ou utilizar os *softwares* que existem na *Internet*. Também aborda a questão das chamadas inovações negligenciadas e nota o papel crescente de Portugal na inovação, justificando este desempenho pelo esforço nacional que tem sido visível nos últimos anos. A par disso, salienta que existem inovações que não são baseadas na tecnologia. Ou seja, a capacidade de aproveitar infraestruturas configura a diferencialidade portuguesa.

A lusofonia económica assenta ainda no conhecimento relativamente ao desenvolvimento, também chamado saber tropical. Além da Declaração de Bisau, pode mencionar-se a «iniciativa portuguesa» aprovada na reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP no Rio de Janeiro em 2003 relativa às coleções históricas e científicas do IICT e a reflexão internacional em curso sobre a sustentabilidade dos ODM depois de 2015: a chave está na parceria global para o desenvolvimento, único dos ODM que conta com a iniciativa privada e com a cooperação científica e cultural.

É que a cultura pode alargar o âmbito da interdependência económica para além da comunidade de segurança do Atlântico norte. Assim, as plataformas CPLP vão além da «amizade mútua» citada nos estatutos: sustentam o ciclo virtuoso entre globalização, democracia e desenvolvimento estimado numa comunicação à Academia Real da Bélgica em 11 de janeiro de 2014, mostrando a relevância de grupos de países próximos, não só pela geografia e história mas também pelas políticas, como a OCDE. As perceções culturais (que se costuma chamar «tribais», para vincar a raiz antropológica) têm implicações para a pressão dos pares, sem a qual não há vigilância multilateral que funcione. Importa pois estar atento ao perigo do conhecimento pretensamente aplicável a todas as geografias e culturas, até porque a sensibilidade pessoal aos seus efeitos nem sempre consegue corrigir excessos disciplinares. Assim, as condições de sucesso das plataformas CPLP confirmam que países muito diferentes podem usar a amizade e o conhecimento mútuo, enquanto valor político genuíno, porque o

termo global se refere ao facto de nove países tão diferentes terem qualquer coisa a acrescentar em conjunto.

Igualmente, encarar a CPLP como um fórum multilateral capaz de gerir a sua própria diversidade permite lançar alertas quando as relações bilaterais prevalecem sobre uma estratégia comum. A relevância de Portugal como um ponto geográfico estratégico decorre de ser portador de um papel inigualável na projecção da lusofonia. Compreende-se, assim, como é essencial potenciar a História, a Geografia e os dados recolhidos e apresentados para cultivar uma maior atenção das elites empresariais, universitárias e políticas à lusofonia global.

Relaciona-se também a mutualidade do conhecimento com a consciência das empresas portuguesas de que os fenómenos de cooperação, de internacionalização e de desenvolvimento internacional se devem fazer com base em tecnologia e são imprescindíveis para construir conhecimento mútuo e desenvolver inovação.

O debate na AICEP trouxe sugestões para constituir uma plataforma de conhecimento capaz de disseminar todo o conhecimento que temos pelas empresas e pelos organismos públicos, bem como de um Centro Português de Internacionalização Empresarial portador de várias valências, como a reflexão sobre os instrumentos de política legislativa e administrativa essenciais à internacionalização a nível fiscal, no âmbito financeiro, na utilização dos fundos estruturais e em tudo o que se relacione diretamente com a internacionalização. Também se desejou estudar a internacionalização sectorialmente identificando sectores prioritários para criar *clusters* em volta de uma empresa âncora e assim aperfeiçoar práticas institucionais, como se descreve na secção 4, relativamente à lusofonia económica.

De novo, a primeira vaga da globalização resultou de um desígnio português. Nesse sentido, recuperar a diferencialidade assenta na combinação virtuosa das pertenças europeia e lusófona e das liberdades política e financeira. A diferencialidade inclui, para além das políticas intergovernamentais, processos de colaboração entre órgãos de soberania que evitem eventuais excessos da separação dos poderes, sendo que os seus efeitos devem ter em conta a volatilidade dos mercados, mesmo quando ela se não manifesta, como tem sido o caso depois do fim do programa de ajustamento em meados de 2014.

Está muito facilitada a comunicação entre pessoas e empresas a nível global e esse facto ilustra a aceleração da interdependência, ou da sensibilidade, das economias nacionais entre si. A interação entre G&G em Portugal deve assentar na gestão da diversidade relativamente a outros Estados de modo a que relações bilaterais e multilaterais estejam alinhadas com a globalização. Seguindo o caminho da diferencialidade política e da cooperação em termos de mercado no plano global e a competitividade interna em termos de mercado aliada a uma cooperação política nacional, Portugal melhorará o seu desempenho internacional.

4. LUSOFONIA ECONÓMICA

Sem a lusofonia global, Portugal vale menos na Europa. Este valor depende em grande parte do que Portugal consegue trazer para a Europa, pelo que é fundamental operacionalizar uma estratégia com credibilidade e segurança. Estar aberto à globalização é o critério para fomentar as zonas de integração económica de Portugal e dos outros oito países da CPLP. Além da União Europeia, estas plataformas da CPLP incluem: Comunidade de Desenvolvimento da África austral para Angola e Moçambique, Comunidade Económica dos Estados da África central para Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, Comunidade Económica dos Estados da África ocidental para Cabo Verde e Guiné-Bissau, Mercado Comum do Sul para o Brasil, Associação das Nações do Sudeste asiático — à qual Timor-Leste está para aderir — e Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Explorando a complementaridade entre estas plataformas, potencia-se a interação positiva entre G&G.

A lusofonia global adquiriu maior visibilidade, não só por causa da crise da zona do euro e a resposta das empresas portuguesas ao desafio da exportação durante o período de ajustamento que se seguiu ao pedido de resgate — mas também por opção do governo. Na sequência do relatório do grupo de trabalho *Internacionalização e Desenvolvimento* entregue ao Primeiro-ministro no verão de 2011, o Conselho de Ministros criou o já referido CEIE, secretariado pela AICEP. Em 2013, apreciou o relatório do projeto da lusofonia económica contendo uma lista de 45 propostas para ultrapassar os constrangimentos identificados na

atividade das empresas portuguesas nos outros países da CPLP e suas zonas de integração regional através da facilitação de investimentos e comércio, de acordos internacionais, da formação e capacitação e da circulação de pessoas, incluindo esquemas de implementação e monitorização das medidas e sua potencial abertura às respetivas zonas de integração regional.

Em janeiro de 2014, a pedido do presidente do CEIE, o projeto foi assumido pelas empresas representadas no Conselho Geral da ELO, então presidido pela Galp, tendo-se decidido declinar as medidas em cinco sectores, a começar pela energia e recursos naturais, no quadro da chamada lusofonia energética. Com a consultora PwC, que já apoiara o primeiro relatório, este grupo de trabalho que inclui EDP, Galp, REN, Visabeira, pretende reforçar sinergias entre as empresas lusófonas do *cluster* energético, concentrar esforços e valências em termos de conhecimento e talento a ser aportado pelas empresas e pelo seu capital humano de maneira a afirmar Portugal como centro de competências e de excelência no setor. Cada um dos outros países da CPLP foi assim apreciado através dos eixos de ação seguintes:

1. Acesso aos mercados (obtenção de vistos, importação de capitais, repatriação de capitais e dividendos, financiamento, regulamentação da concorrência, risco de crédito, risco de câmbio);
2. Instrumentos de atenuação do risco de internacionalização (seguros de risco de crédito e apoio à facilitação de garantias de investimento);
3. Capacitação e formação (divulgação sobre os mercados e estratégia das regiões económicas);
4. Segurança jurídica (leis sobre a propriedade, leis sobre investimento, repatriamento de capitais e arbitragem internacional);
5. Tributação e segurança social (onerosidade acrescida em contexto internacional);
6. Acordos comerciais (facilitação do comércio);
7. Proteção recíproca de investimento (segurança);
8. Burocracia (redução dos custos de contexto).

Os relatórios intercalares sobre serviços financeiros (do qual fazem parte BPI, CGD, Millennium, Santander Totta, CTT e BIC); comunicações e infraestruturas

(do qual fazem parte Cimpor, Mota-Engil, CTT, NOS, Revigres e Visabeira) são facilitados pela KPMG, também membro do Conselho Geral da ELO. A título de exemplo, os constrangimentos identificados na atividade quer das instituições financeiras quer das empresas que são seus clientes foram agregados de acordo com as seguintes dimensões:

1. Circulação de pessoas e capitais, nomeadamente quanto à obtenção de vistos ou repatriamento de dividendos;
2. Leis sobre a propriedade e segurança jurídica, nomeadamente quanto a regimes de propriedade ou o funcionamento do sistema judicial;
3. Literacia económica e formação, nomeadamente quanto à capacitação de agentes económicos e recursos humanos;
4. Tributação, nomeadamente quanto a acordos de dupla tributação ou o regime aduaneiro;
5. Acordos comerciais, proteção recíproca de investimentos e investimento direto, nomeadamente quanto aos Regimes de proteção recíproca de investimentos ou aos Regimes de investimento privado;
6. Outros constrangimentos, nomeadamente quanto à constituição de empresas, acesso a financiamento, temas logísticos, etc.

Estão previstos mais dois grupos de trabalho, agricultura e mar; turismo, serviços, saúde e educação, sendo que já existe um relatório intercalar sobre mar, também facilitado pela PwC. Espera-se que os restantes setores possam arrancar em breve para melhor superar deficiências de execução do projeto em Portugal ou noutras plataformas CPLP. Os três relatórios foram debatidos no CEIE e o referente à energia será seguido mais de perto pela Academia, como sequência do projeto da lusofonia energética em 7 de novembro de 2014.

9. CONCLUSÃO

A vasta dimensão do tema dito do «valor económico da língua» exige uma análise multidimensional que varia consoante a língua. No que toca à portuguesa, deve compreender-se a potencialidade específica na projeção das economias não

só dos países membros da CPLP e suas áreas regionais mas ainda das comunidades falantes, abundantes em países da OCDE.

Nesse sentido, os indicadores relevantes diferem dos relevantes para a francofonia, por exemplo, que se inscrevia em competição com o inglês, ao passo que o português seria complementar no espírito do conhecimento mútuo. Atente-se que a dimensão cultural sempre mereceu mais destaque na CPLP do que noutras formações de base linguística, como a *Francophonie* e a *Commonwealth*, até por causa da grande diversidade dos países membros e observadores.

Em conclusão, num mundo com concorrência à escala global, a lusofonia deve projetar esses países e comunidades em direções comuns, tornando-se um desígnio nacional em todos eles, na linha do que Antoine de Saint-Exupéry escreveu em *Terre des hommes*, 1939: «*aimer ce n'est pas se regarder l'un l'autre, c'est regarder dans la même direction*».

Recordo essa expressão no artigo em inglês citado na introdução para repisar que a lusofonia tem de ser global e radico essa necessidade nas motivações nacionais não só da primeira globalização, associada às viagens marítimas, mas também da segunda, em que predominaram viagens terrestres no interior da África austral, como ilustrado nas publicações do IICT que comemoraram os 125 anos da Comissão de Cartografia e o Centenário da República. Aí se puderam identificar paragens da lusofonia global não apenas nas capitais dos Estados-membros da CPLP, atualmente sob presidência timorense, mas também em Berlim, Rio de Janeiro, Macau, etc.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 23 DE JULHO DE 2009)

BIBLIOGRAFIA

African Economic Outlook, vários anos, Paris: OCDE.

Borges de Macedo, J. 1985, «A conferência de Berlim cem anos depois», *Democracia e Liberdade*, n.º 35.

Borges de Macedo, J. 1987, *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2.ª edição 2006.

Braga de Macedo, J. 2005, organizador, *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático.

- Braga de Macedo, J. 2006, «Não esquecer Bissau», *Cooperação*, série II, n.º 1, pp. 15-16 (versão completa no blogue História Lusófona do Instituto de Investigação Científica Tropical, 5 de Novembro).
- Braga de Macedo, J. 2010, «Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global», Apresentação, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, pp 5-7, disponível no respectivo blogue História Lusófona de 9 de Dezembro.
- Braga de Macedo, J. 2011, «Global crisis and national policy responses: together alone?», separata de *Ética, Crise e Sociedade* coordenação de Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, pp. 91-159.
- Braga de Macedo, J. 2013, «Globalisation et gouvernance tous azimuts», *Actes de Colloque «La Démocratie, enrayée?»*, Bruxelas: Academia Real da Bélgica, pp. 75-96.
- Braga de Macedo, J. 2014a, «A globalização liberta ou apavora?», *Lucere*, Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Braga de Macedo, J. 2014b «Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa», *D'aquém, d'além e d'ultramar Estudos de homenagem a António Dias Farinha*, no prelo, pp. 93-134.
- Braga de Macedo, J. 2014c, «A globalização liberta a lusofonia», Comentário a *Strategy for Portuguese-speaking market one vision one strategy one execution*, por João Araújo e José Tenório de Figueiredo, Lisboa: Universidade Católica Editora, Setembro.
- Braga de Macedo, J. 2014d, «A globalização liberta aproximando», intervenção no colóquio *A procura da liberdade*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Outubro.
- Braga de Macedo, J. 2014e, «Manuel Jacinto Nunes Cidadão Economista», *Nova Cidadania*, 54 Outono Inverno, pp. 51-56.
- Braga de Macedo, J. 2014f «Conhecimento mútuo e lusofonia global», «Mutual knowledge and global lusophonia», *Capital Magazine*, 81, Dezembro Janeiro.
- Braga de Macedo, J. 2014g «Ultimato e lusofonia global», IICT Blogue de História lusófona, Dezembro.
- Braga de Macedo, J. e Brites Pereira, L. 2007, «Diferencialidade Portuguesa na Globalização», *Negócios Estrangeiros*, n.º 11.2, pp. 223-236.
- Braga de Macedo, J., Oliveira Martins, J., Brites Pereira, L. & Tovar Jalles, J. 2013, « Globalization, Democracy and Development » *NBER Working Paper* No. 19575, Outubro.
- Brites Pereira, L. 2009, «Portugal e a Globalização: Um Destino Histórico? », *Nove Ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo* 2009, organizado por J. Braga de Macedo, Ferreira da Silva, A., Amaral, L. e Castro Henriques, A., Lisboa: Tribuna da História em colaboração com IICT e CG&G, pp. 155-176.
- Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro* 2013 brochura bilingue com DVD coordenada por Vítor Rodrigues, Ana Cristina Martins, Maria Cristina Duarte, Maria Otilia Carvalho e Luís Frederico Antunes (inclui *Writing to Queens while crises proceed* por J. Braga de Macedo, J.F.P. Santos e R. Malhó), Lisboa: IICT.

- Cruz, D.I. 2013, *Portugal na conferência de Berlim*, Lisboa: Almedina e Fundação Luso-Americana.
- Futuro e História da Lusofonia Global*, organizado por Miguel Jasmins Pereira, Lisboa: IICT 2008.
- Internacionalização e Desenvolvimento*, Relatório entregue ao Primeiro Ministro, Presidência do Conselho de Ministros e IICT, 2011.
- Maddison, A. 2001, *The World Economy: a Millennial Perspective*, Paris: OCDE.
- Maddison, A. 2007, *Contours of the World Economy, 1-2030 AD, Essays in Macroeconomic History*, Oxford: Oxford University Press.
- OECD 2003, *Globalisation and Governance Main results of the OECD Development Centre's 2001-2002 Programme of Work*, Paris.
- OECD 2010, *Perspectives on Global development: shifting wealth*, Paris.
- Parcerias Público-Privadas e Integração Económica na África austral* 2004, organizado por J. Braga de Macedo e C. Feijó, Lisboa: IICT & UCAN.
- Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, coordenação Ana Cristina Martins e Teresa Albino, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa: IICT 2010.
- Writing to Queens while crises proceed*, in *Ciência nos Trópicos* 2013.

O Futuro de África: lições aprendidas com os motores de crescimento do Sul

CARLOS LOPES

Uma das questões mais discutidas actualmente recai sobre as oportunidades do continente comparativamente ao caminho de desenvolvimento das grandes economias emergentes do Sul, na Ásia ou na América Latina. Uma das respostas poderá residir no facto de que África tem muito para aprender, mas tem de o fazer rapidamente.

Coexistem duas narrativas sobre o momento presente de África e, na verdade, o actual debate africano é um reflexo da realidade complexa no terreno — há motivos para a esperança e para o optimismo, mas também há motivos de preocupação. Começemos pela história do sucesso económico. O PIB de África cresceu a uma taxa de 5,2% ao longo da última década, além de que a região registou seis das dez economias que mais rapidamente cresceram no Mundo [*The Economist*, 2011]. Das 30 economias, a nível mundial que mais cresceram em 2012, metade foram africanas, segundo a previsão do FMI, e duas delas estão bem no topo da lista [*IMF World Economic Outlook*, 2012]. Especialistas prevêem que nos próximos cinco anos, a economia de África irá crescer, em média, a um ritmo mais acelerado do que a sua homóloga Ásia [*The Economist*, 2011]. As projecções actuais mostram que o PIB africano crescerá a uma taxa de 5,5 por cento em 2012.

Estas notícias provocaram uma euforia económica, naturalmente bem-vinda, mas não nos deve impedir de lembrar a outra realidade africana — a dos complexos desafios de segurança humana. Bolsas de conflitos de baixa intensidade têm vindo a perpetuar a instabilidade na região. Além disso, apesar do rápido crescimento económico, a taxa de desemprego estimada em África, em 2009 foi quase o dobro da da Ásia, e a sua percentagem no PIB mundial, em 2001, ficou-se por uns meros 3,97%, contra os 5,65% da Índia, os 14,32% da China ou os 8,6% da América Latina e das Caraíbas [*IMF World Economic Outlook*, 2012]. Embora a fraca capacidade estatística do continente possa explicar parcialmente esta

situação, África tem vindo a preterir áreas em que a China, a Índia, o Brasil e outros países do Sul progrediram significativamente.

Temos vindo a assistir à proliferação de estudos de organizações internacionais e de grupos de consultoria de vanguarda que apontam na direcção de um «momento africano». O aumento do poder económico do continente tem vindo a ser acompanhado por uma postura mais assertiva dos gigantes do continente no cenário internacional, como parte do que se tem vindo a denominar por Sul Global. No momento do lançamento da sua nova estratégia para a região, no ano de 2011, o Banco Mundial anunciou o seguinte: «África pode estar à beira de uma descolagem económica, como a China há 30 anos atrás e a Índia há 20» [The World Bank, 2001]. Um famoso perito indiano, Vijay Mahajan, no seu mais recente livro *Africa rising: How 900 Million African Consumers Offer More Than You Think*, veio lembrar-nos de que se pode estabelecer o mesmo paralelo que costuma preceder às descolagens económicas entre a China e a Índia há umas décadas atrás e África nos anos 90 [Mahajan, 2011].

ÁFRICA — OUTRO GIGANTE?

Ao longo da última década, a China, a Índia, o Brasil e uma série de outras economias emergentes têm vindo a ser apresentadas como os novos pesos pesados da futura economia mundial. Uma das premissas-chave para tais previsões foi o factor demográfico [cf. Zakaria, 2008, por exemplo]. A demografia é onde precisamente África, no seu conjunto, não apenas é bem sucedida, como daí aufere vantagens comparativas relativamente aos países mencionados.

- O número da população é comparável ao da China e ao da Índia, sendo quase duas vezes maior relativamente à América Latina e Caraíbas. Em 2011, a população do continente atingiu 1 milhar de milhão, enquanto as populações da China e da Índia, respectivamente, montavam os 1,3 e os 1,2 mil milhões. A Nigéria é o sétimo país mais populoso do Mundo e a sua população, no ano anterior, estimou-se em 162 milhões, enquanto a do Brasil — em 196 milhões;
- A população africana é a mais jovem em termos mundiais. A amostra populacional das idades entre os 10 e os 24 anos situa-se em 30% do total da

população. A juventude é considerada, sem dúvida, o bem mais valioso e a principal promessa de futuro — o continente possui já um sexto dos jovens em termos mundiais;

- A população de África vai crescer mais rápido do que a de qualquer outra região, vai duplicar para 2,1 mil milhões em 2050 e já equivale a 61% da população das Américas, Europa e Oceânia no seu conjunto. No final do século, a população africana será 4 a 5 vezes maior do que a da América do Norte ou do que a da Europa;
- A população da Nigéria, por exemplo, é já maior do que a da Rússia. Será ligeiramente menor do que a dos Estados Unidos da América e quase duas vezes maior do que a do Brasil em 2050. A Nigéria terá mais de 700 milhões de habitantes no final do século e ambas as populações da Tanzânia e da República Democrática do Congo serão maiores do que a do Brasil [Nações Unidas, 2011].

O crescimento demográfico faz-se acompanhar por uma rápida urbanização e pela consolidação das mega-cidades — de notar que o actual equivalente de toda a população africana viverá em cidades daqui a 38 anos! A taxa de urbanização de África já ultrapassou a da Índia: tem três mega-cidades, como a Índia, aproximando-se da América Latina com quatro, enquanto a China possui o dobro. Os especialistas esperam que, a longo prazo, população e crescimento urbano aumentem o consumo interno, alterando a dinâmica actual das economias africanas. Quais serão as reais implicações desta tendência demográfica?

A ACTUAL CLASSE MÉDIA AFRICANA SERÁ EM NÚMERO SUFICIENTE PARA ALTERAR OS PADRÕES GLOBAIS DOS CONSUMIDORES?

Surgiu uma nova tendência importante na visão das firmas de consultoria sobre África: estas firmas têm estado a aconselhar os seus clientes mundiais a rever as suas estratégias. Prevêem que a produção global terá de se ajustar às necessidades de uma classe média crescente, alguma possivelmente, com um rendimento limitado nos países em vias de desenvolvimento.

O relatório «Innovating for the next three billion: The rise of the global middle class» da Ernst&Young (E&Y) sublinha que, em 2030, 40% dos gastos da classe média mundial situar-se-ão na Ásia, em oposição aos actuais 10%, e que a demanda da classe média global vai aumentar, embora o relatório não refira África em particular. Na verdade, a análise patente no relatório é feita em torno de uma metodologia que mede o número da classe média com base num poder de compra discricionário, identificado entre os 10 e os 100 dólares em PPP [Kharas, 2010]. Neste caso, os resultados mostram que a classe média da China ronda os 157 milhões, a da Índia oscila entre os 60 e os 120 milhões, e da África subsariana apenas 32 milhões.

O Brasil, considerado, de certa forma, uma experiência falhada até há uma década atrás, na medida em que não foi capaz de beneficiar das elevadas taxas de crescimento entre as décadas de 1960-1980, tornou-se, recentemente, num país promotor da igualdade de rendimentos, aumentando a sua classe média. A classe média brasileira atingiu os 38% no conjunto da população em 2010, o equivalente aproximado a 75 milhões [Kharas, 2010].

No entanto, segundo os cálculos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), 326 milhões de africanos poderiam ser considerados parte da classe média. O BAD considera que mais de metade — ou seja, 198 milhões — é uma «classe média flutuante», por assim dizer, vivendo com 2 a 4 dólares por dia. Com base nesta perspectiva, o número da classe média em África é comparável ao da China ou Índia, embora mais pobre (ou menos homogénea!). A título de exemplo, o total de poder de compra da classe alta de Lagos é o mesmo da de Mumbai, rondando os 25 mil milhões de dólares.

Segundo E&Y, será fundamental que as estratégias futuras das companhias se adequem ao aumento da demanda da classe média crescente nos mercados emergentes: esta recentragem tem de ser feita, mais especificamente, através da inovação racional ligada às especificidades da demanda local e na certeza de que o modelo de negócio é «*appropriate for a lower-income customer base*» [E&Y, 2011]. Na verdade, almejar a base da pirâmide tem vindo a constituir uma nova estratégia adoptada por várias corporações multinacionais.

O CRESCIMENTO AFRICANO É MOTIVADO PELA PROCURA DE PRODUTOS?

Muitos acreditam que mais do que o aumento da classe média, o verdadeiro motor de África será o da sua riqueza em recursos naturais. As indústrias extractivas representam ainda, indubitavelmente, uma parte importante da economia de África, e a exportação dos produtos foi a responsável, em larga medida, pelo crescimento da última década. O crescimento recente de economias bem sucedidas no continente ficou a dever-se ao sucesso da agricultura, manufactura ligeira ou aos sectores da inovação e tecnologia.

A dependência da África do Sul dos recursos naturais, por exemplo, é apenas parcial. O sector da inovação e tecnologia, por si só, contribui em mais de 7% para o PIB nacional, comparativamente à quota de 6% do sector da indústria mineira. Na Tunísia e na Tanzânia, a quota do sector da inovação e tecnologia atingiu os 10% e os 20% do PIB, respectivamente [Essoungou, 2011]. No geral, a indústria extractiva representa apenas 32% do PIB africano.

Para além dos dois factores mais referenciados como influentes sobre o futuro de África — a demografia e a indústria extractiva — argumentarei sobre a existência de outras áreas de enorme potencial. Duas delas merecem prioridade e têm força para mover o desenvolvimento rápido do continente, nomeadamente, a agricultura e a inovação e tecnologia.

O ENORME POTENCIAL AGRÍCOLA DE ÁFRICA

A produção agrícola continua a representar uma parte significativa do rendimento africano, mas a produção é baixa, além de que a insegurança alimentar ainda é um problema de maior. Enquanto a produção agrícola na China, no Brasil e na Índia passou dos 1,21, 1,35 e 0,95 toneladas por hectare para os 5,52, 4 e 2,53, respectivamente, ao longo dos últimos 50 anos e de a fome ter sido erradicada em ambos os países em resultado das revoluções agrícolas, a produtividade das terras em África estacou em 1,5 [World Bank, 2012]. Não esqueçamos, no entanto, que 60% da terra arável não cultivada, a nível mundial, se situa em África e investidores estrangeiros já identificaram oportunidades neste sector.

O que é considerado como «apropriação da terra» em África é, na verdade, um fenómeno muito complexo. Por um lado, a alegada quantidade de aquisições de terra em grande escala destinada à produção agrícola corresponde a 4,8% do total das áreas agrícolas de África [Anseew, W., al., 2012]. Esta percentagem é relativamente baixa, comparativamente ao total da terra arável, ainda assim mais elevado do que na Ásia.

No entanto, o problema maior reside na forma como os mercados globais da alimentação funcionam, e nos objectivos que pautam a aquisição das terras. A título de exemplo, investidores da China, bem como da Alemanha, Suécia e Reino Unido adquirem quantidades significativas de terra em África para a produção de biocombustíveis (em parte para atingirem metas traçadas pela EU). As aquisições de terras pela Índia almejam a produção de bens alimentares mas também de flores. Investidores da China, Egipto e Coreia do Sul adquirem terras com vista à produção de trigo e arroz [UNECA, 2012] e nenhum destes países se interessa pela questão da segurança alimentar. Este permanece um assunto que cabe aos Africanos liderar, começando por reconhecer que décadas de fome e de deficiência alimentar constituem não falhas naturais, mas de políticas.

Ao mesmo tempo, subestimamos o papel que os investidores externos podem desempenhar na modernização da tecnologia agrícola e na industrialização do sector — há uma tendência para olhar para a questão da terra com sentimentos nacionais, ao invés de se adoptar uma perspectiva económica e social. O que realmente faz falta é a identificação de um misto correcto de incentivos, medidas fiscais e políticas sociais que possam auxiliar a transformar investimentos estrangeiros no sector numa fonte de crescimento e equidade.

Até ao momento presente, África tem vindo a falhar na importação de tecnologias da China, da Índia ou, mais apropriadamente, do Brasil, de forma a melhorar a produtividade agrícola e a resolver a questão da insegurança alimentar, persistindo uma tendência para se simplificar esta falha. O caso recente dos biocombustíveis é um excelente exemplo: tem-se vindo a oferecer a explicação fácil de que os biocombustíveis substituem automaticamente a produção de bens alimentares, quando não é bem o caso. Seria mais importante atender a se os biocombustíveis estão a ser produzidos para o consumo em África ou se em benefício de terceiros e, claro, atender à «forma» como estão a ser produzidos.

A falta de segurança alimentar em África tem perpetuado a ajuda alimentar, ao invés de criar incentivos para que os pequenos produtores locais aumentem a sua produtividade — e aqui a agricultura merece uma análise mais cuidadosa. O recente Africa Human Development Report (HDR) coloca a agricultura no centro de uma estratégia vencedora: a transformação agrícola pode reverter completamente o destino de África. Com mais de um em quatro africanos subnutridos, o HDR de África analisa as razões por detrás da continuada insegurança alimentar, apesar da disponibilidade de conhecimentos e tecnologia para se resolver a questão. A produtividade agrícola pode contribuir para a segurança alimentar, não só através de uma maior disponibilidade de alimentos, como também através do aumento dos rendimentos das populações rurais. As medidas a tomar nesta área têm de ser complementadas com o esforço para aumentar os padrões nutricionais, consolidar a capacidade de resistência das comunidades e habilitar as pessoas ao acesso à alimentação [Africa, HDR, 2012].

O compromisso dos governos será fundamental para a implementação das recomendações do Africa HDR. Actualmente, os governos africanos dispendem apenas entre 5 a 10% dos seus orçamentos na agricultura, comparativamente aos 20% dispendidos pelos governos asiáticos durante as suas revoluções «verdes».

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA EM ÁFRICA

A segunda área em que África possui um enorme potencial devido, especificamente, ao peso da sua população jovem, é a do sector da inovação e tecnologia, motor de uma economia orientada para o conhecimento. A criação de emprego e uma melhor qualidade de vida requerem inovação — as economias africanas, com uma média de 10 a 14 milhões de jovens que anualmente dão entrada no mercado de trabalho, a que se junta uma crescente procura de serviços básicos (acesso amiúde dificultado por uma infraestrutura deficiente), precisam de colocar o emprego na linha da frente.

Uma das formas de medir os compromissos dos governos para um crescimento orientado para a inovação baseia-se nos gastos com a Inovação e Desenvolvimento (I&D) e o número de investigadores. Segundo a UNESCO, a quota de gastos em I&D global dos países em vias de desenvolvimento aumentou para

6,5% e o número de investigadores aumentou para 7,6%, entre 2002 e 2007, números ainda muito atrás dos países desenvolvidos. Na China, o rácio das despesas com o I&D relativamente ao PIB praticamente triplicou, entre 1996 e 2008. A China fixou o objectivo de um rácio de 2% do investimento na I&D para 2010 e de 2,5% para 2020, estando a progredir significativamente. O Brasil está na linha da frente de outros países da América Latina com a percentagem de 1% da despesa em I&D, enquanto que a Índia regista uma percentagem abaixo de 1%. Esta taxa é bem mais baixa do que em África, apesar de o African Science and Technology Consolidated Plan ter fixado igualmente a meta de 1%. Em termos de investigadores, a quota dos países em desenvolvimento aumentou de 30,3% em 2002 para 38,4%. A China já conta com 20% de investigadores a nível mundial, a Índia com 2%, o Brasil apresenta uma percentagem ligeiramente menor e África — 3% [UNESCO, 2011].

O crescimento orientado para a inovação na China, na Índia e no Brasil resulta de deliberadas políticas públicas. A China e a Índia são, por exemplo, famosos por serem capazes de agarrar as oportunidades a partir do fomento da chamada «inovação-parcimoniosa»: transformaram o significado das «inovações-incrementais», aceitando pequenas margens de lucro mas ganhando volume e oferecendo produtos redesenhados a um preço mais baixo, almejando a camada média ou mais baixa da pirâmide de rendimentos [The Economist, 2010]. Esta transformação na natureza da inovação tem vindo a acontecer no contexto da explosão demográfica e no aumento rápido da classe média nos países em desenvolvimento, como referido anteriormente. África tem de seguir este exemplo.

Uma taxa elevada de investimento no sistema educativo constitui outro factor importante para a inovação: dotar a força de trabalho com competências relevantes é sinal de compromisso com uma economia baseada no conhecimento. A China, e numa extensão menor a Índia, aumentou consideravelmente a despesa com a educação nas duas últimas décadas, embora tendo ainda algum caminho a percorrer em termos de qualidade. Estes dois países formam duas vezes mais pessoas em engenharia avançada e em ciências computacionais do que os Estados Unidos, sendo que mais de 50% dos seus graus são atribuídos a estrangeiros, na sua maior parte chineses e indianos [The Economist, 2010].

África, por outro lado, encontra-se bem atrás do Brasil, da China e da Índia — o seu número de estudantes em educação pós-secundária por 100 000

habitantes é significativamente mais baixa [UNESCO, 2012]. Além disso, grande parte dos estudantes africanos está a formar-se em educação e embora esta área seja, sem sombra de dúvida, um bom investimento para o desenvolvimento da educação primária e secundária, não dá conta da promoção de um crescimento orientado para a inovação e tecnologia no continente. África deveria criar a sua própria reserva de especialistas formados em ciência e engenharia.

Houve uma altura em que os doadores não favoreciam a educação superior em África, nem tal constituía prioridade para os governos africanos. A importância da educação superior regressou à agenda dos doadores habituais, mas para África, infelizmente, regressa também num momento de recessão destes mesmos doadores, com cortes orçamentais significativos. Neste sentido, a verdadeira mudança terá de vir dos investidores do sector privado e dos governos africanos — ambos têm vindo a demonstrar um forte interesse em responder à demanda da população jovem. Uma forma de responder ao desafio seria através de três passos importantes levados a cabo na China e na Índia: mobilização da diáspora, assegurar grandes investimentos em programas de intercâmbio em ciência e engenharia e regulamentar os investidores para abrir espaço ao conteúdo local.

Apesar dos baixos indicadores da I&D e da educação superior, há vários elementos encorajadores sobre o sector das inovações em África. A África do Sul, por exemplo, aparece em praticamente quase todas as listas dos países pioneiros em termos de patentes numa série de indústrias e os sucessos do país são impressionantes: o carro eléctrico Joule, com zero emissões de dióxido de carbono, totalmente montado em África e com uma bateria recarregável a 220 Volt *plug-in* é uma inovação pioneira e amiga do ambiente [BAD, 2011].

Por todo o continente já se vêem exemplos de inovações parcimoniosas semelhantes às que podemos encontrar na Índia e na China, quando produtos e serviços são redesenhados para a classe média local emergente, com orçamentos mais baixos e diferentes preferências e necessidades. A comunicação móvel é uma das áreas em que a produção de soluções locais é particularmente dinâmica: a maior parte dos operadores no continente são africanos, ou são lançados por iniciativas empresariais africanas. O continente experiencia, actualmente, a mais rápida cobertura móvel no Mundo e o número de telefones móveis ultrapassa largamente o das linhas fixas — uma média de 8 na África do Sul. Compare-se

os 15 000 telefones móveis em 2000, no Quênia, com os 15 milhões do momento presente [BAD, 2011]; o número de subscrições móveis em África já atingiu os 500 milhões (quase metade da população do continente). Trinta e um milhões de africanos têm subscrições activas de banda larga e 105 milhões utilizam a *Internet*.

O *M-banking* é exemplo surpreendente da forma como as inovações estão a funcionar em África e de como uma inovação adaptada ao contexto local pode encorajar uma onda de soluções inovadoras de vanguarda — a *E-Tranzact* e a *Flash-me-Cash* constituem bons exemplos [BAD, 2011]. No Quênia, mais de 30% da população tem contas virtuais — as transferências entre clientes atingem 17% do PIB e metade destas transacções não ultrapassam os 10 dólares. As contas virtuais são utilizadas para transferir dinheiro rapidamente entre parentes e permitem pagar contas sem os elevados custos dos bancos normais. No Gana, o número de pessoas que possui uma conta bancária virtual é superior ao número das que possuem contas em bancos normais — uma companhia de telecomunicações sul-africana juntou-se a uma companhia de seguros para permitir pagamentos de seguros de vida por *e-banking* no país. Na Nigéria, a regulamentação do banco central acompanha o ritmo das inovações *e-banking*, uma área com que os reguladores da EU e outros se debatem [BAD, 2011].

Outra área de enorme potencial para a inovação é a dos média sociais e aqui África é um dos mercados que mais rapidamente cresce. O Google registou um crescimento anual de 50% nos pedidos de busca da África do Sul, onde 4 em cada 10 destes pedidos vem de um telemóvel; o Facebook acolhe 100.000 novos utilizadores senegaleses por mês e o número de vídeos tocados no Youtube, na África subsariana, duplica anualmente.

O continente precisa de uma estratégia que torne as suas economias inovadoras e orientadas para o conhecimento. Algumas das ideias já anunciadas incluem 1) a criação de pólos de inovação, 2) a maximização de nichos em que países africanos, particularmente a África do Sul, já sejam pioneiros, 3) a promoção de ligações do comércio ao longo das cadeias de valor, e 4) a criação de um ambiente favorável através do financiamento da Investigação e Desenvolvimento, incluindo o apoio a Universidades-chave e, claro, políticas sólidas [BAD, 2011].

Como a crise global já demonstrou, o comércio não pode estar, isoladamente, na linha da frente a delinear o nosso futuro. Os governos africanos deveriam

apoiar a criação de uma bolsa de competências locais e trabalhar com as comunidades de investigação e de comércio para promover o conteúdo local e o crescimento da inovação no continente.

RENOVAÇÃO DA PLANIFICAÇÃO

As duas áreas que acabo de descrever demonstram a importância da planificação, se quisermos enfrentar desafios e abarcar todo o seu potencial. Grande parte das lacunas na área do desenvolvimento de África são as culpadas de uma década perdida em que os Estados recuaram perante a possibilidade de «pensarem nas suas próprias políticas», em resultado das prescrições do Consenso de Washington, em vez de planificarem e orientarem estrategicamente o seu futuro. Agora, para que África recupere e rapidamente, advogo a necessidade de uma nova visão, bem como de uma planificação estratégica moderna, com uma forte dimensão nacional, sub-regional e continental.

O que é que se pode entender por planificação nos dias de hoje? Certamente mais do que práticas regulatórias. Algumas teorias definem planificação como uma ideia de valor, na medida em que envolve julgamentos éticos para fazer escolhas «*with and for others, about what makes good places*» [Campbell, 2002]. Outras teorias referem que o modelo clássico de planificação baseado no racionalismo é altamente contestado e várias das suas premissas estão incorrectas. «Uma situação de planificação conhecida» é impossível, pois não abre espaço para o dinamismo ou para margens de compreensão impostas pela complexidade. Não pode haver um «centro único de planificação» na medida em que a planificação envolve uma série de actores sociais. Por fim, a racionalidade pode impedir-nos de ter em linha de conta a subjectividade nos interesses e estratégias dos actores [Woerkum et al., 2011].

Na verdade, o conceito de planificação, tal como surgiu na era do pós-guerra, era bastante rígido. Agora já é possível uma renovação da planificação, dado o surgimento de novas abordagens. A planificação é actualmente *flexível*, compreendida como um processo contínuo aberto a mudanças dependendo do seu contexto; é *participativo*, elaborado a partir do conteúdo local, envolvendo a participação de vários actores com interesses vários e diferentes; é mais *dinâmico* do

que estático, dado os múltiplos dados possíveis e as avaliações em tempo real ou quase real, facilitados pelas novas tecnologias.

Uma mente brilhante e um amigo próximo, octogenário, Ignacy Sachs, o criador do conceito do eco-desenvolvimento, forneceu-nos observações sumamente influentes sobre a planificação, em 1971. As suas observações continuam a ser tão relevantes hoje como naquela altura, apesar dos revezes nas teorias sobre a planificação. Crítico da abordagem da «mão invisível», Ignacy Sachs alertou-nos para os perigos de uma visão mecanicista dos processos de planificação, da cópia de práticas ou de soluções prontas a aplicar. Segundo o autor, o traço negativo de muitos planificadores foi o seu conservadorismo inerente, obliterando o pensamento social criativo — um plano muito coerente constituiu obstáculo à inovação. No entanto, Sachs apelou para um *adaptive institutional procedure* na planificação onde «*the discussion of the alternative will loom large*», e onde o número restrito de cenários para o futuro será construído e discutido com as pessoas envolvidas. Para ele, o que importava era «*the institutionalization of the planning process conceived as a future-oriented, participatory decision-making mechanism*». A interdisciplinaridade e a consideração de factores políticos têm de estar imbricados. [Sachs, 1998]

Surgiu recentemente um debate que ecoa alguns destes pensamentos. A teoria comunicativa tem-se posicionado como o novo paradigma, em substituição de abordagens sistemáticas. Tem sido argumentado que os peritos em planificação devem priorizar a análise qualitativa e um inventário de casos específicos, em relação a abordagens sistemáticas desligadas de resultados e da prática. Na verdade, a dependência excessiva no modelo económico neo-clássico e a selectividade de dados que servissem para a análise e hipóteses relacionadas matou a planificação. O Gabinete de Avaliação Independente do FMI reconheceu, no ano anterior, que entre as principais razões na falha da função de vigilância/supervisão do Fundo, se encontravam a «*high degree of group think*», «*intellectual capture*», «*inadequate analytical approaches*», falta de imparcialidade no tratamento dos diferentes países, bem como a selecção de dados em nome da coerência [FMI EVI, 2011].

Neste momento persiste a aceitação retórica de que os mercados não se podem auto-regular e de que serão necessárias intervenções públicas seleccionadas para a promoção de um desenvolvimento sustentável social e ambientalmente

inclusivo. Esta inversão dos julgamentos de valor sobre o papel das intervenções públicas promoveu a renovação da planificação — durante a era do Consenso de Washington esta visão estava amplamente confinada ao discurso internacional do desenvolvimento na planificação urbana. Contrariamente ao relatório do Banco Mundial (de 1993) que atribuiu o milagre dos países da Ásia Oriental às políticas de liberalização dos FII, hoje é sobejamente reconhecido que o «milagre» adveio dos resultados de intervenções deliberadas do Estado através da planificação.

A renovação da planificação já está em curso, e é fascinante aprender com o exemplo de várias economias emergentes: com o da mobilidade e planificação urbana — no caso da China, planificação urbana — com a cidade-estado Singapura, na planificação social — ou com o Brasil e a Índia. Irei rever, seguidamente, vários exemplos de técnicas de planificação moderna que ajudaram a responder aos desafios da criação de uma atmosfera ambientalmente inovadora e socialmente amigável em novos espaços urbanos, resolvendo problemas de fome e pobreza promovendo, ao mesmo tempo, o acesso à educação e a facilidades de mobilidade social; empoderando as pessoas através do direito ao emprego e colocando as comunidades no centro da planificação local integrada.

Mobilidade e planificação urbana na China

Na China, país onde a urbanização progride aceleradamente, tem-se refletido bastante sobre a sua respectiva configuração, de forma económica, social e ambientalmente viável. Algumas das soluções para os transportes públicos em Beijing e Guangzhou constituíram resposta imediata à rápida urbanização dos últimos anos. Guangzhou, vencedora do 2011 Sustainable Transport Award, possui corredores de autocarros rápidos (Bus Rapid Transit — BRT), de 22,5 quilómetros, compostos por vias separadas para autocarros, bicicletas, áreas para peões e estacionamento, 26 estações de autocarros rápidos e trinta e uma estradas para autocarros. A acrescentar que a BRT é integrada com outros transportes, como o metro, localizada perto de um elevado número de parques públicos e instituições e de complexos industriais e agrícolas. O transporte de autocarros é subsidiado, o que diminui o custo dos bilhetes. O resultado é o de que transporta

um milhão de passageiros por dia, tendo ainda contribuído para um aumento de 50% no uso de bicicletas e uma redução da emissão de CO₂ em 86 000 mil toneladas anuais [Hughes et al. 2011]. A cidade de Beijing tem cerca de 16,5 quilómetros de linhas, valendo cada uma 5 milhões de dólares por quilómetro, incluindo o custo dos veículos. Tem 19 estações que ligam 8 áreas residenciais e 4 comerciais e transporta 85 000 passageiros por dia.

Já se assiste ao debate sobre uma resposta mais estratégica e de longo prazo ao contínuo movimento de pessoas das zonas rurais para as zonas urbanas na China e sobre a necessidade de criar um espaço urbano social, económica e ambientalmente atractivo. Dois sistemas começam a ganhar forma em processos dinâmicos de planificação: «pequenos» agrupamentos de cidades entre 10 a 25 milhões de pessoas, e zonas urbanas com cerca de 50 a 100 milhões de pessoas. Alguns veem uma oportunidade, no desenvolvimento das pequenas cidades, de grande potencial, entre outros elementos, de um impacto ambiental reduzido, enquanto as cidades já existentes, com uma identidade específica, podem ser utilizadas como ponto de partida.

Há uma série de projectos virados para a integração das cidades existentes e para a criação de zonas urbanas gigantescas ou mega-cidades. Um exemplo seria o da junção de 9 cidades no Sul do país, para formar uma mega-cidade de 42 milhões de habitantes e 16 000 quilómetros quadrados de área urbana. Conhecido como o esquema «Turn The Peral River Delta Into One», a área deste ambicioso projecto irá estender-se de Guangzhou a Shenzhen, cobrindo as cidades fabris que montam a aproximadamente um décimo da economia chinesa. O esquema de integração a seis anos inclui 150 grandes projectos de infraestrutura que atingirão os 2 triliões de yuan, agrupando os sectores dos transportes, energia, água e telecomunicações das nove cidades. Este núcleo poderoso, que incluirá 29 novas linhas de comboio, reduzindo para menos de uma hora a distância entre os diferentes centros das cidades, estará conectado a Hong-Kong através de uma linha de comboios-expresso [Moore et al, 2012]. Uma rede de comboios-expresso de alta velocidade no norte do país, entre Beijing e Tianjin, vai criar outra super área urbana, conhecida como a Bohai Economic Rim, com 260 milhões de pessoas. O coração da região será uma linha de alta velocidade entre as duas maiores cidades que permita deslocações entre uma e outra em menos de meia hora.

Planificação urbana em Singapura

A planificação a longo prazo esteve no centro da estratégia de desenvolvimento de um dos Tigres Asiáticos — a altamente urbanizada, ilha cidade-estado, Singapura. «Plano Conceptual» e «Plano de Ordenamento» representam duas ferramentas fundamentais — longo-prazo e médio-prazo — utilizadas para orientar o uso dos transportes e de 90% do território agora propriedade do estado — em resultado gradual da Lei da Regulamentação do Território de 1967, aprovada num país com limitados recursos terrestres e uma elevada densidade populacional. Estas ferramentas são também compreendidas como um quadro de planificação abrangente, visionário e integrado para o desenvolvimento sustentável. As áreas em que se atingiram resultados espectaculares incluem a planificação interna e os transportes públicos. Em resultado de políticas estatais deliberadas, a crise imobiliária dos anos 60 resolveu-se de forma a que os mais desfavorecidos pudessem beneficiar de apartamentos arrendados, construídos especificamente para este efeito. Ao mesmo tempo, a propriedade de casas, que é actualmente a mais alta do Mundo — uma percentagem de 93% — foi estimulada através de um enquadramento legal que permite a aquisição de empréstimos através de fundos pessoais de pensão em fase inicial [IFHP, 2012], bem como por políticas que apartaram o custo da terra do preço de venda dos apartamentos [Tay Heng Hock, 2010].

As políticas de alojamento e de desenvolvimento de Singapura serviram para evitar a segregação étnica, mais especificamente, através do estabelecimento de um limite à habitação numa determinada área habitacional do número de pessoas de um entre os três grupos étnicos predominantes — chinês, malaio e indiano [IFHP, 2012]. Simultaneamente, a parca disponibilidade de terras em Singapura estimulou políticas eficientes de transportes públicos, incluindo um sistema de Transportes Urbanos Rápidos, uma rede extensa de autocarros, bem como de taxas de utilização para determinados períodos do dia. O resultado é o de que, actualmente, apenas 16% dos singapurianos utiliza os carros! [Hock Yong, 2012]

Planificação social no Brasil

O sucesso do programa Bolsa Família é já amplamente reconhecido. Beneficia 13 milhões de famílias, mais de 50 milhões de pessoas, isto é, uma percentagem significativa da população empobrecida do país. No entanto, aquando do seu início, foi entendido como uma experiência que ia contra a, na altura, perspectiva económica pré-dominante — baseada em noções de eficiência dos mercados. Numa combinação de medidas de transferências monetárias e de combate à fome, o Programa Bolsa Família foi criticado por várias vozes como uma perpetuação da dependência das transferências monetárias. Contudo, o resultado foi surpreendente, na medida da diminuição da pobreza e da desigualdade desde o lançamento do programa em 2003, tendo tido um impacto positivo na educação, no consumo de bens alimentares, na qualidade da nutrição e crescimento das crianças, bem como na redução do trabalho infantil. Estima-se que, em conjunto com outro programa de protecção social — benefícios para os mais velhos e para pessoas com deficiência (BPR), este programa contribuiu em cerca de um terço para a diminuição das desigualdades recentes. [LAL, 2010]

Na sua essência, o programa era bastante simples: as famílias desfavorecidas com crianças beneficiam de uma média de 35 dólares em transferências directas, em troca do compromisso de manterem as crianças na escola e de as levar a exames médicos regulares. Longe de ser um simples sistema de assistência, este programa é agora visto como conducente a uma verdadeira transformação social, sendo que o seu modelo está a ser replicado, em diferentes versões, em quase uma vintena de países. [Banco Mundial, 2012]

Planificação social na Índia

Outro exemplo de planificação social moderna vem-nos da Índia. Trata-se de um esquema pouco convencional de obras públicas, que ao invés de constituir uma medida temporária em tempos de crise, foi institucionalizado como um mecanismo continuado de segurança social, apoiado num quadro baseado em direitos. A Lei Mahatma Gandhi National Rural Employment Guarantee (MGN-REGA) de 2005 introduziu um direito legal de 100 dias de trabalho por agregado

familiar rural, para resolver o problema do sub-emprego rural. A falha em atender o pedido de emprego da parte de um agregado familiar no prazo de 15 dias, obriga ao pagamento de um subsídio de desemprego.

O impacto do programa estendeu-se para além do seu primeiro objectivo, dada a sua configuração. Enquanto a lei provê um enquadramento geral, as decisões relacionadas com uma planificação específica são descentralizadas e delegadas nos distritos e aldeias para se aumentar o sentido de propriedade, bem como a relevância dos projectos de obras públicas levados a cabo por e para os habitantes locais [Sharma, 2010]. Na prática, as assembleias das aldeias e as instituições locais formulam os projectos e orçamentam propostas para as obras públicas que estejam em fase de revisão, enquanto os estados negociam a extensão da assistência central. 90% dos custos do emprego são cobertos pelo orçamento central enquanto os estados provêem o subsídio de desemprego. Ao mesmo tempo, existe uma tipologia de trabalho que liga as remunerações aos resultados de uma determinada tarefa, mais do que ao trabalho propriamente dito, alavancado na perspectiva dos empregos verdes [Sharma, 2010]. Os respectivos resultados incluem conservação das águas, períodos de seca e de cheias, irrigação de pequena escala, desenvolvimento da terra e, nesse sentido, contribuem para os objectivos de um desenvolvimento sustentável e inclusivo, sendo visível a concretização de uma planificação descentralizada, integrada e multi-dimensional. Os resultados falam por si: em 2010, os dias de trabalho de um número equivalente a 230 milhões de pessoas melhoraram a utilização eficiente da água com cerca de 50% dos 46 trabalhos virados para conservação das águas e permitiram a convergência de diferentes objectivos de planificação de desenvolvimento sustentável, incluindo a utilização da água, florestamento, agricultura, promovendo ainda a acessibilidade ao emprego para as mulheres e o reforço de processos democráticos [Sharma, 2010].

Estes exemplos de planificação de alguns dos motores de crescimento do Sul dão-nos grandes lições, se África deve progredir rumo a um desenvolvimento socialmente inclusivo e amigo do ambiente. Na verdade, a renovação de um compromisso com o desenvolvimento sustentável demanda a revisão dos nossos indicadores económicos tradicionais e a renovação, quer dos indicadores estatísticos, quer de um novo pensamento económico.

PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA PARA ÁFRICA

África precisa de fazer a sua parte. O que deve ser feito?

A planificação, nos dias de hoje, não apenas deve ser estratégica, como deve edificar-se em interconexão, conhecimento, técnicas de *crowd-sourcing* e em outros avanços da IT, que criaram condições sem precedentes para uma governação participativa. A planificação deve abarcar novas formas de promoção de capacidades de síntese, incluindo peritos de diferentes áreas e assegurando uma perspectiva multidisciplinar. Em segundo lugar, a planificação deve incluir várias camadas: as novas metodologias de planificação devem ter em conta a necessidade de uma nova reconfiguração do espaço físico e do território, o que inclui o surgimento não apenas de novas mega-cidades mas também de mega-regiões, em resultado dos processos demográficos — planificação a nível do estado desempenhará um papel fundamental nas áreas acima mencionadas. A perspectiva continental na planificação será igualmente essencial se África quiser atingir o seu potencial ao mesmo nível da China ou da Índia, fazendo convergir todos os recursos numa proporcional dimensão continental.

Temos trabalho a fazer!

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 30 DE JULHO DE 2009)

Perspectivas do Ensino Superior

ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA*

No momento em que intervenho, pela primeira vez, na Academia das Ciências de Lisboa permitam-me que dirija uma palavra de muito apreço e consideração ao seu Presidente, Professor Arantes e Oliveira, e ao seu Vice-Presidente, Professor Adriano Moreira, e através deles a todos os titulares de cargos académicos e sócios da Academia.

É uma honra tomar a palavra nesta sessão, para partilhar algumas reflexões, necessariamente breves, sobre perspectivas de futuro do ensino superior. É grande a tentação de me fechar no presente, tantas e tão difíceis — e tão estimulantes também — são as tarefas que hoje nos mobilizam. Mas não. Procurarei antes pensar as universidades no futuro, se bem que num «futuro próximo».

Hesitei em revelar, nesta intervenção, o meu escrito do último fim-de-semana. Mas entendi que era um futuro demasiado longínquo e que o género «ficção universitária» talvez não fosse o mais adequado para esta sessão.

Que escrito é esse? É a resposta a um pedido da Reitora Alison Richard da Universidade de Cambridge. No quadro das comemorações do 8.º centenário desta Universidade, fundada em 1209, alguns reitores receberam um convite para escrever uma carta àquele ou àquela que, daqui a 100 anos, ocupará o seu cargo. A Universidade de Cambridge compromete-se a conservar esta carta, selada, nos seus arquivos e a entregá-la em mão ao Reitor ou Reitora da Universidade de Lisboa em 2109.

Não desvendarei o que escrevi ao meu sucessor dentro de um século. Mas a iniciativa de Cambridge permite-me registar o sentimento de perenidade que habita os universitários. Não a perenidade das certezas, da arrogância, da altivez,

* Reitor da Universidade de Lisboa. Transcrição da comunicação proferida na Sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa, que teve lugar no dia 8 de Outubro de 2009. O texto mantém os traços da oralidade.

mas essa outra que se forma dia após dia, na dúvida, no debate, no esforço para estarmos à altura de um passado com tanta história.

Perenidade e urgência, porque, ao mesmo tempo, habita-nos um sentimento de urgência, a urgência de pensar o futuro, a urgência de agir, esse «desespero mudo pela acção» assumido por Anísio Teixeira quando, em 1947, se referiu à necessidade de dar vida a tantas palavras que foram ditas, repetidas, mas que ficaram vazias, inconsequentes.

Cambridge está a celebrar 800 anos. Iniciam-se agora as comemorações dos 200 anos da Universidade Humboldt, de Berlim, fundada em 1810, que se transformará ao longo dos séculos XIX e XX no modelo universitário de referência.

Por isso, vale a pena começar pela pergunta: o modelo humboldtiano ainda faz sentido nos dias de hoje? E depois continuar por duas metáforas que permitem abrir novas perspectivas para as universidades: a criação e a cidade. São estas as três partes em que se organiza esta comunicação.

Procurarei escapar a uma certa linguagem da moda, que se tem transformado numa espécie de «vulgata planetária»: da garantia de qualidade à *accountability*, da governação à gestão profissionalizada, da excelência ao empreendedorismo, da competitividade à empregabilidade, e por aí adiante.

1. HUMBOLDT 2010: O CLÁSSICO MODERNO

Começemos então por uma interrogação sobre o *clássico moderno*, expressão que os nossos colegas berlinenses escolheram para título das comemorações dos 200 anos da Universidade Humboldt.

O modelo humboldtiano tornou-se dominante em todo o mundo, pelo menos, como ideal a atingir. Todavia, a ligação entre ensino e investigação, e o modo como a ciência se desenvolveu sobretudo no final do século XIX, levou a dois desvios indesejáveis.

O primeiro traduz-se numa especialização dos saberes — Edgar Morin chama-lhe mesmo uma «hiperespecialização» — que conduziu à fragmentação do conhecimento e da educação superior. Este desvio esteve na origem da substituição gradual de uma formação universitária ampla pela lógica de uma formação especializada, cada vez mais estreita e circunscrita.

O desafio actual não passa pela «divisão disciplinar», mas antes pela reconfiguração da Universidade em torno de grandes áreas do saber, e de convergência, nos cruzamentos e nas fronteiras do conhecimento, construindo assim as bases para uma educação superior que tenha como referência a formação pessoal, cultural e científica. Esta é a orientação central que temos adoptado na Universidade de Lisboa e que, entre tantas outras iniciativas, nos leva a trabalhar na criação de uma licenciatura em Estudos Gerais.

O segundo desvio — que nasce de uma concepção errada do modelo humboldtiano — reside na ideia de que se ensina aquilo que se investiga, ideia bem mais corrente do que se possa imaginar e que tem conduzido ao empobrecimento da relação entre investigação e ensino.

É fundamental afirmar a importância da ciência na universidade e construir, dentro das instituições, um ambiente de investigação, de descoberta e de estudo, que é decisivo para uma educação de nível superior. Mas não se deve confundir esta necessidade com uma relação directa, estreita, imediata, entre o trabalho de investigação e o trabalho de formação. É importante, sim, que haja uma fertilização mútua, a criação de um ambiente universitário marcado pela curiosidade, pela descoberta, uma educação inspirada pelo espírito científico e uma ciência que se compromete com a formação das novas gerações.

Se conseguirmos superar estes dois desvios, o modelo humboldtiano mantém grande parte das suas virtualidades, como prova a experiência das grandes universidades norte-americanas. Em Portugal, infelizmente, há uma grande incapacidade para compreender as duas realidades descritas e, muitas vezes, caímos na tentação de separar em vez de transformar, de dividir em vez de construir as condições e as dinâmicas de renovação.

Vale a pena percorrer, de forma brevíssima, cinco políticas que tiveram lugar em décadas passadas.

Década de 1930. Como a Universidade de Lisboa era «clássica» criou-se uma outra «técnica»: as duas ficaram amputadas de dimensões essenciais do saber e, por isso, se torna urgente iniciar, com coragem e ousadia, um processo que conduza à sua reunião.

Década de 1970. Como estas duas universidades, e as de Coimbra e do Porto, eram «antigas» e, dizia-se então, «irreformáveis», criaram-se «universidades novas». As antigas tinham «escolas» ou «faculdades», as novas deveriam estar

organizadas em «departamentos», ao jeito anglo-saxónico. Em pouco tempo, ficaram todas iguais e, por isso, se torna hoje tão necessário afirmar a diversidade das instituições e consagrar a identidade e distinção dos seus projectos estratégicos.

Década de 1980. Como nem antigas nem novas se revelavam capazes de responder às necessidades de expansão do ensino superior e de formação profissionalizante, criaram-se «escolas de ensino superior não universitário», que viriam a chamar-se «institutos politécnicos». Claro que rapidamente se esbateram as fronteiras entre cursos universitários e politécnicos e, por isso, se torna inevitável repensar o «sistema binário», não para homogeneizar, mas justamente para assegurar uma diversidade e diferenciação de formações que será mais fácil de alcançar no interior de um mesmo espaço institucional.

Década de 1990. Como as universidades, dizia-se, não respondiam às necessidades da investigação, inventaram-se centros, unidades e laboratórios, cuidadosamente separados da tutela universitária. A lógica das duas velocidades — lenta para a universidade, rápida para a ciência — pode ter sucesso imediato, mas é um beco sem saída, pois destrói qualquer possibilidade de mudança do espaço universitário e não assegura nem a sustentabilidade nem a renovação do sistema científico e tecnológico.

Década de 2000. Como era preciso ter uma ou duas «instituições de excelência», tentou-se, recentemente, no âmbito do RJIES, separá-las do resto das universidades, dando-lhes um estatuto e financiamentos à parte, através de uma estranha invenção — «fundações públicas com regime de direito privado» — fruto dessa ideologia de mistura entre público e privado que acaba sempre com o interesse colectivo refém de lógicas privadas.

Tantas décadas de opções erradas, com custos enormes para o país e para as universidades. Precisamos, agora, de aprofundar a autonomia das universidades e de permitir que cada uma percorra o seu caminho, dele prestando contas à sociedade. Sem nunca esquecer, como bem recordou a Reitora Drew Faust, da Universidade de Harvard, na sua tomada de posse no dia 12 de Outubro de 2007, que «a universidade é responsável perante o passado e perante o futuro — não só, nem sequer primordialmente, perante o presente».

É justo reconhecer, nesta Academia, que muito do que acabo de enunciar se encontra escrito num Parecer do Conselho Universitário da Universidade

Técnica de Lisboa, de Junho de 1971, que teve como relator o Prof. Adriano Moreira:

«Sintetizando as observações feitas, entende-se que a reforma do ensino superior que se deseja e parece ser viável, não se compadece com as seguintes normas ainda acolhidas na proposta ministerial:

- a) não se compadece com a distinção entre ensino superior universitário e ensino superior não universitário;
- b) não se compadece com a adopção de duas ópticas de aproximação do problema da reforma:
 - 1) uma tendente a reestruturar as velhas universidades, mas confinando-as no seu antigo campo de acção, alheias aos processos de mudança social;
 - 2) outra que, cobrindo os processos de mudança e inovação sociais, se desenvolverá fora da universidade, usando, como instrumento anunciado, os Institutos Politécnicos.

Pelo contrário, entende-se que todo o ensino superior deve estar subordinado à mesma ética universitária, garantia indispensável de uma busca desinteressada da verdade e de uma formação integral do indivíduo.»

Hoje, os tempos são outros e as universidades mudaram e, felizmente, mudaram muito. Mas as grandes questões permanecem e é indispensável compreender que nada se conseguirá separando. Dividir e segregar é sempre mais fácil, mas o futuro passa por um reforço da autonomia e da capacidade de renovação das instituições.

Tudo se fará unindo e transformando. Precisamos de um espaço universitário amplo, com grande diversidade de formações, mas sempre imbuído de um mesmo espírito e de uma cultura forte de investigação. Só assim seremos capazes de continuar a democratização do ensino superior e de promover a indispensável dinâmica de internacionalização das nossas universidades.

Depois desta primeira parte, que teve como inspiração principal os 200 anos da Universidade Humboldt, avanço para duas metáforas que ilustram as perspectivas de futuro do espaço universitário: criação e cidade.

2. A CRIAÇÃO COMO METÁFORA DA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

Através da metáfora da *criação* é possível analisar dois problemas centrais para o futuro das universidades.

O primeiro prende-se com a passagem de uma lógica de consumo para uma lógica de criação. O futuro das universidades passa pela criação, seja no que diz respeito à investigação e à ciência, seja no plano da invenção, das artes, da cultura, da participação social. Colocar o problema a partir desta perspectiva é abrir as universidades a dimensões que nem sempre têm estado presentes na sua vida e que certas tendências recentes contribuem mesmo para desvalorizar.

Na verdade, a popularidade de conceitos como «empregabilidade», que reduz a educação superior à preparação profissionalizante, ou de «empreendedorismo», que considera apenas a ciência tecnológica, levam a um empobrecimento do ensino superior. Neste início do século XXI, eles têm vindo a tornar-se dominantes nas políticas e no governo das universidades, sempre legitimados por estratégias de comparação e de *benchmarking* que os elevam aos lugares cimeiros.

A avaliação das universidades, e dos seus professores e investigadores, com todas as consequências daí resultantes, desde o financiamento até à autonomia, desde o acesso a fundos de ciência até à captação de estudantes internacionais, faz-se através de um conjunto de indicadores que se apresentam como «neutros», mas que, na verdade, são poderosos instrumentos de regulação. Analisar o que estes indicadores incluem e excluem é a melhor maneira de compreender as tendências dominantes no espaço do ensino superior e o modo como se definem estratégias e prioridades institucionais.

Estes modos de governação são muito eficazes, pois conseguem «naturalizar» as políticas criando um sentido de evidência e de inevitabilidade. Como se não houvesse alternativa. Como se se tratasse apenas de organizar dados ou de identificar as melhores soluções. «Naturalmente», estes indicadores tendem a valorizar a ciência, sobretudo a ciência que é tecnologia (o famoso acrónimo STEM — «Science, Technology, Engineering, and Mathematics»), e tudo o que está contido na ideologia do «valor económico das universidades»; e tendem a desvalorizar as dimensões culturais, artísticas, humanas e sociais, bem como o trabalho pessoal de formação que está no coração daquilo que se faz numa universidade.

Nos tempos actuais, de grande expansão do ensino superior, atribuir importância à *criação* é fundamental para equilibrar as diversas dimensões da universidade e assim evitar que elas se transformem ou em «escolas secundárias melhoradas», desligadas do trabalho de criação científica, ou em «centros de ciência e tecnologia», desinteressados das dinâmicas de criação pedagógica.

O segundo problema que pretendo abordar através da metáfora da *criação* é aquilo que na linguagem de Bolonha, não na minha, se designa por «mudança de paradigma» (não utilizo esta linguagem, que vai da aprendizagem centrada no aluno aos *learning outcomes* e às competências, porque conheço bem demais as suas consequências negativas para pensar a educação).

O meu interesse é a reforma dos estudos e a necessidade de colocar o estudo (*o estudo criativo*) no centro da actividade universitária. Trata-se de adoptar uma concepção radicalmente diferente da pedagogia universitária, que conduza a novas formas de trabalho: o estudo, o estudo acompanhado, a tutoria, a iniciação científica, o recurso às novas tecnologias, as redes de aprendizagem, etc.

É uma mudança decisiva, apenas esboçada nas nossas universidades, que a Reitora da Universidade de Harvard sintetizou num discurso notável que intitulou: «*We are all teachers and we are all learners*». O estudo criativo permite superar dicotomias entre ensino e investigação, mas também entre ensino e aprendizagem.

A pedagogia universitária distingue-se pela partilha, pela cooperação, por um trabalho que se faz em comum numa permanente «interrogação sobre a interrogação». É um trabalho duro, difícil, exigente, que implica uma dimensão de risco e de descoberta, uma produção de sentidos que vai muito para além da transmissão de uma herança. Aprender é um acto de criação cultural e científica.

Hoje, são imensos os desafios que a revolução digital coloca à universidade, no que diz respeito ao acesso e à difusão do conhecimento, às matérias relacionadas com o ensino e a pedagogia, e mesmo à organização física do campus e dos seus espaços. A universidade vive uma das mais profundas mudanças da sua história. O encontro humano e a proximidade física são fundamentais, mas serão inevitavelmente acompanhados por outras formas de estudo, de conhecimento e de formação.

E, ao mesmo tempo, temos de lidar com a desvalorização social dos diplomas universitários, um dos efeitos mais negativos do Processo de Bolonha.

A «armadilha do diploma», conceito que a sociologia vulgarizou, atinge sobretudo aqueles que, legitimamente, olham para a universidade como um lugar de mobilidade social.

É por isso que o crescimento incontrolado de instituições sem qualidade constitui um erro de consequências graves. Não há nada pior do que defraudar as expectativas dos estudantes e das suas famílias através da atribuição de diplomas sem valor.

Os dois problemas que procurei identificar nesta segunda parte têm como denominador comum a ideia de *criação*. No primeiro caso, trata-se de agregar diversas dimensões, da arte e da ciência, da cultura e da vida, chamando a atenção para o acto criativo como fundador do trabalho universitário. No segundo caso, recusa-se uma visão empobrecida do ensino, como mera transmissão de conhecimentos, e sublinha-se a necessidade de uma pedagogia que se organiza em torno do estudo criativo.

3. A UNIVERSIDADE QUE É UNIVERCIDADE

A minha última metáfora é a *cidade*, a univercidade.

Nas últimas décadas, as universidades tornaram-se instituições centrais para o desenvolvimento social e económico. No entanto, vários autores têm alertado para a possibilidade de se estar a romper o equilíbrio entre a sua função social e cultural e a sua função económica.

Não se pode duvidar da importância de ligar a universidade e a economia, através da transferência de tecnologia e dos processos de inovação. Mas esta orientação não pode remeter para segundo plano o vínculo da universidade com a cultura e a sociedade. A dimensão do pensamento crítico, num quadro de liberdade académica, é fundamental ao exercício pleno da missão universitária.

Actualmente, mais de 70% da população europeia vive em contexto urbano. As universidades são, cada vez mais, *univercidades*. A realidade que as circunda é fundamental para a definição dos seus modos de organização e de trabalho. E vice-versa. Não é hoje possível pensar as cidades e o seu futuro sem uma referência às universidades que as povoam.

Repare-se numa cidade como Lisboa que tem mais de 100 000 estudantes a frequentarem o ensino superior. O modo como estes estudantes vivem e se

deslocam, os seus hábitos de consumo e de lazer, as suas vivências culturais e sociais, a forma como se relacionam entre si e com as outras gerações, todos estes comportamentos são fundamentais para compreender a realidade de Lisboa e os seus processos de renovação.

Se a universidade se desenvolveu, sobretudo nos séculos XIX e XX, como elemento central do Estado-nação e da sua soberania, hoje é preciso enraizá-la na «cidade», metáfora que traduz o local, mas sobretudo a dimensão cosmopolita. O enraizamento na «cidade» é central para consolidar a dimensão social da universidade. E, por paradoxal que possa parecer, é esta inserção que projecta internacionalmente as universidades. É assim em Berlim, em Zurique, em Estocolmo, em Copenhaga, em Edimburgo, em Roma, em Amesterdão, para só citar algumas das melhores universidades europeias. Assim tem de ser, também em Lisboa.

Construída de maneira diferente, a ideia de *univercidade* não deixa de recuperar o conceito de *multiversidade*, da autoria de Clark Kerr, que, em Portugal, foi trabalhado e aprofundado pelo Professor Barahona Fernandes, primeiro Reitor da Universidade de Lisboa depois do 25 de Abril.

Num e noutro caso, estamos perante um esforço para pensar a universidade como diversidade e como compromisso público, como enraizamento na cidade e na sociedade. Unindo, e não separando. Ligando a universidade à cidade, e vice-versa, como já André de Resende propunha na sua Oração de Sapiência (*Oratio Pro Rostris*), proferida na Universidade de Lisboa, no dia 1 de Outubro de 1534: «É vosso dever conseguir, com empenho e trabalho fiéis, que a Universidade de Lisboa se torne não menos celebrada em todo o mundo do que a própria cidade».

* * *

Ficam aqui estas notas soltas sobre algumas perspectivas de futuro para as universidades. Não quis repetir as linguagens do costume, que todos tomam como «evidentes», como se não houvesse alternativa. Olho para essas linguagens com a mesma desconfiança de António Sérgio que um dia escreveu: «Conta-se que um dicionarista definiu caranguejo assim: *peixe vermelho que caminha às arre-cuas* e que um leitor gracioso anotou por esta forma: *não é peixe, não é vermelho, não caminha tal às arre-cuas; o resto está certo*».

O resto é o «espírito do tempo», sentenças que se repetem desenraizadas, sem um olhar crítico, com a repetição incessante de palavras que não são apenas palavras, que são maneiras de inclinar as universidades para a função económica em detrimento da função cultural e para as lógicas de gestão em detrimento das práticas de liberdade. Razão tem Sophia de Mello Breyner Andresen: «Perdoai-lhes Senhor, porque eles sabem o que fazem».

Para concluir, volto a Clark Kerr quando nos diz que as universidades se revêem orgulhosamente no seu passado, seja nos 800 anos de Cambridge ou nos 200 de Humboldt, e se projectam facilmente no futuro, como se percebe no atrevimento de escrever uma carta com 100 anos de antecedência. Mas, por vezes, sentem grandes dificuldades em lidar com o presente. Como se tivessem um grande passado e um grande futuro, mas um pequeno presente.

Foi precisamente por isso que quis falar da *perenidade*, mas também da *urgência*: não há futuro se não houver hoje, agora, uma acção determinada, concreta e renovadora. Para isso, é decisivo que, no meio de tantas e tantas dificuldades, seja nos cortes de financiamento que ocorrem regularmente desde 2006/2007, seja através de reformas medíocres como o «Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior», haja confiança e credibilidade.

A confiança que pedimos justifica-se pelo trabalho que fizemos nas últimas décadas, pois todas as grandes mudanças sociais tiveram como epicentro as universidades — a liberdade, a participação cívica, a presença das mulheres na sociedade, a mudança dos costumes, a abertura à Europa e ao mundo, etc. —, mas também pela capacidade recente de abandonar uma lógica corporativa e partir à procura da *univercidade*.

A credibilidade que buscamos tem como referência um compromisso forte com a sociedade portuguesa e com o seu desenvolvimento. Sem universidades dinâmicas e credíveis, Portugal não tem futuro. A coragem, a lucidez e, acima de tudo, a liberdade são elementos decisivos para construir uma universidade intelectualmente criativa e socialmente responsável. É esta a universidade que estamos a fazer todos os dias. Desta vez, não podemos falhar.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 8 DE OUTUBRO DE 2009)

Problemas e desafios da universidade

MANUEL BRAGA DA CRUZ

Entre os grandes desafios que hoje se colocam à Europa está seguramente o da capacidade de inovação científica e tecnológica, que depende, em larga escala, da capacidade de resposta das Universidades.

Na sociedade do conhecimento, em que os países europeus se vão inserindo, a ciência tornou-se o principal factor de desenvolvimento, e os centros de criação e transmissão do conhecimento científico, à cabeça dos quais estão as Universidades, passaram a ser os seus principais actores.

Como nunca antes na história, pesa hoje sobre as Universidades, como centros científicos, uma enorme responsabilidade social. Delas depende, em grande medida, a criação das condições e dos meios de desenvolvimento das sociedades, quer do ponto de vista económico e social, quer do ponto de vista cultural.

Desde logo, a formação dos agentes do desenvolvimento, não apenas a sua formação inicial, mas também a formação ao longo da vida, que não pode deixar de articular cada vez mais o saber teórico com o saber prático, o conhecimento científico e a experiência profissional.

Mas também, e sobretudo, a invenção e a inovação do conhecimento, a descoberta do saber, a inculcação de valores e, entre eles, a criação de uma cultura de iniciativa.

Por outro lado, a sociedade do conhecimento instala-se num mundo cada vez mais configurado pela globalização, obrigando os países a inserirem-se em lógicas de actuação de grande escala. A internacionalização é hoje não apenas uma condição mas também uma exigência e um destino. As Universidades estão por isso a deixar de ser nacionais para passarem a inserir-se em espaços internacionais, sendo obrigadas a uma abertura de horizontes e a uma mobilidade de professores e de alunos sem precedentes. A competitividade económica global obriga as instituições universitárias a uma competição que é também universal.

1. DESAFIOS DA SOCIEDADE GLOBAL DO CONHECIMENTO ÀS UNIVERSIDADES EUROPEIAS

Esta sociedade global do conhecimento coloca novos problemas e desafios à Europa e às suas velhas e novas universidades.

Em primeiro lugar à sua natureza. Com efeito a que chamamos Universidade? Não a qualquer centro de ensino superior, de transmissão de conhecimento, mas tão só a centros de criação de saber, onde a investigação assuma o papel primacial e fundamental, e seja critério diferenciador de qualidade e de hierarquização de posições. Não a qualquer instituição especializada, mas a centros de saber integrado e pluridisciplinar. Não a qualquer estabelecimento massificado e rotinizado, mero distribuidor de certificações e de títulos para o mercado de trabalho, mas a instituições empenhadas na formação das elites sociais. A qualificação superior, para o ensino onde a universidade se integra, traduz um grau de exigência que aponta para níveis de excelência.

Ora a Europa assistiu nas últimas décadas a um aumento do número de alunos e de professores, e a um crescimento do número de instituições universitárias, sem que a esta expansão quantitativa tenha correspondido idêntica preocupação de desenvolvimento qualitativo. Não é pois por acaso que a exigência de qualificação se tem vindo ultimamente a afirmar enfaticamente, e que as agências de avaliação e de certificação têm proliferado como instrumentos de qualificação, de classificação e de diferenciação.

À massificação das universidades correspondeu uma preocupação de disseminação de instituições, assumidas como meios de desenvolvimento regional. Com a preocupação de aumentar a taxa de escolarização superior, fomentou-se a proximidade da oferta com a procura, na ideia de colocar Universidades «ao pé da porta», com manifesto sacrifício da mobilidade.

Consequências desta tendência foi a perda de dimensão de algumas das antigas universidades, que de nacionais se viram regionalizadas, por um lado, e a pulverização de instalações, muitas vezes sem as condições necessárias e indispensáveis para a criação científica, nem sem a suficiente massa crítica para o aparecimento de verdadeiras comunidades científicas e académicas.

A defesa de um sistema socialmente aberto e não discriminante, não deve iludir a necessidade de uma superioridade deste grau de ensino, que deve

traduzir-se em termos de exigência e selecção académica, e também de condições de qualidade, entre as quais a mobilidade, tanto social como também geográfica.

Em segundo lugar, esta sociedade global do conhecimento coloca novos desafios às funções das universidades europeias. Universidades não são meros centros de formação profissional de técnicos, por mais imperioso que hoje se torne responder às reais necessidades do mercado de trabalho.

Todos sabemos que as Universidades, qualquer que fosse a sua natureza, sempre aliaram, entre os seus fins, à criação científica, a formação técnica e profissional e a educação cultural. E que esse equilíbrio nem sempre foi fácil de conseguir, tendo a sua perda gerado inclusivamente graves consequências sociais.

A que chamamos conhecimento, quando nos referimos a esta sociedade? Não apenas à ciência mas à cultura, aos valores. A Universidade deve ser não apenas a vanguarda da ciência mas também da cultura, na sociedade do conhecimento. E a educação que ministra deve ser, também ela, uma educação orientada por valores. O que coloca a questão do pluralismo, em termos novos.

A pretensão de uma universidade neutra é uma falácia, que tantas vezes pretende encobrir estratégias de controlo ideológico, quando não político, das instituições de ensino. O pluralismo axiológico é uma característica das modernas sociedades livres e democráticas.

A melhor forma de o garantir não está no carácter pretensamente asséptico das instituições, mas no reconhecimento e consagração do pluralismo institucional.

As Universidades devem ter nomes e identidades, cartas de educação, onde se clarifiquem os valores em que se inspiram e pelos quais pautam a sua orientação.

2. CONDIÇÕES PARA A LIBERDADE DE CRIAÇÃO E DE TRANSMISSÃO DO CONHECIMENTO E DA CULTURA

A primeira das condições indispensáveis para que a Universidade seja de facto criadora e transmissora de conhecimento e de cultura é a sua autonomia científica e cultural, a sua independência perante os poderes e os interesses organizados, para conseguir a liberdade de investigar, de ensinar e de aprender.

Comecemos pela autonomia. Para ser real, no domínio científico e pedagógico, a autonomia deve também traduzir-se no domínio administrativo e financeiro.

A autonomia não pode porém deixar de ser acompanhada com o sentido de responsabilidade social, não podendo perverter-se, como tanto acontece, no corporativismo, no fechamento e na defesa de interesses dos seus corpos, sejam eles o dos professores ou o dos alunos. Atente-se na quantidade de actividades e iniciativas das Universidades — designadamente oferta de cursos — que, longe de visarem a satisfação de necessidades da sociedade, apenas satisfazem interesses particulares de professores.

A autonomia é condição para um exercício responsável da liberdade, para melhor traduzir e servir o interesse social.

Mas esta autonomia de recursos sem a responsabilidade de ter de os conseguir, pode ser altamente irresponsabilizante. Autonomia para gastar o que se não ganha, mas é dado por outros, nada ajuda a ser responsável. Muito menos responsabilizante é permitir que se gaste no que não é fundamental o que se ganha, garantindo o essencial com o que se não ganha, como sucede com o uso do dinheiro das propinas em Portugal.

A primeira exigência da responsabilidade social da Universidade obrigaria assim a rever o seu financiamento e o seu funcionamento, o mesmo é dizer o seu estatuto e o seu governo.

Na Europa continua a dominar um fortíssimo estatismo no ensino universitário. Enquanto nos Estados Unidos, a maioria das melhores universidades são privadas, e vivem fortemente ancoradas na sociedade civil, na Europa, a maioria das universidades são estatais, dependentes financeiramente dele, protegidas por ele da concorrência.

Não é possível atingir o nível das melhores universidades americanas, nem o nível pretendido de financiamento da investigação e do ensino superior, sem reduzir o peso do Estado no ensino superior, sem responsabilizar a sociedade, e sem abrir as universidades estatais à participação da iniciativa privada e da sociedade civil. Isso mesmo o reconheceu há anos a Comissão Europeia, no relatório apresentado pelo Comissário Figel, ao apontar como meta europeia para os anos imediatos, o aumento do investimento no Ensino Superior dos Estados-membros até 2% do PIB, não através do investimento público mas sim do investimento privado.

Da mesma maneira, autonomia administrativa que se traduza numa fechada auto-designação dos seus dirigentes, reféns de clientelas eleitorais internas, em nada contribui para a modernização da Universidade e para a sua responsabilização social.

É fundamental que a sociedade entre a participar no financiamento e, por conseguinte, também na gestão do funcionamento das Universidades, no seu governo.

As Universidades não estão apenas ao serviço dos que a procuram, ou dos que nela trabalham, mas da sociedade no seu todo.

As Universidades não estão apenas, nem sobretudo, ao serviço do Estado, mas do desenvolvimento da sociedade. Todos sabemos que o Estado foi durante muito tempo o principal cliente da Universidade, o principal empregador na administração pública dos que saíam das Universidades. Frequentava-se a Universidade para se obter um emprego no Estado.

Hoje não é assim, e é-o cada vez menos. Daí que a sociedade tenha algo a dar e a dizer às Universidades.

A responsabilidade social da Universidade não pode deixar de ser acompanhada por uma responsabilidade da sociedade pela Universidade. Tornar a Universidade socialmente responsável obriga a tornar a sociedade responsável pela Universidade.

Se queremos uma Universidade ao serviço da sociedade global do conhecimento, a sociedade deve tomar também cargo da Universidade, e não deixar essa responsabilidade apenas ao Estado.

Mas estar ao serviço da sociedade não significa estritamente colocar a Universidade a reboque do mercado, embora ela não se possa alhear dele. Há necessidades que o mercado não sente, porque o seu imediatismo e pragmatismo as não formulam, mas que nem por isso deixam de ser exigências estratégicas da sociedade perante a Universidade, designadamente no tocante à cultura. O papel de liderança social que a Universidade deve ter em relação à sociedade, obriga-a a formular exigências à sociedade.

A responsabilidade da sociedade pela Universidade leva à questão do maior envolvimento da sociedade no financiamento das suas actividades, e desde logo a questão da pretendida gratuitidade da sua frequência, mesmo que tendencial, gratuitidade essa que, por ser irresponsabilizante, é dos grandes factores de insucesso académico.

O uso responsável dos recursos que a sociedade põe à disposição dos seus membros na Universidade, conduz à necessidade de aplicação do princípio do utilizador pagador, sem ferir a igualdade de oportunidades.

Os beneficiários da Universidade devem contribuir para o seu funcionamento, quer se trate dos individuais quer dos colectivos.

Os alunos da Universidade, pelo facto de o serem, estão destinados a usufruir do mais elevado estatuto social e remuneratório. A frequência da Universidade é uma oportunidade que constitui um privilégio social, para cujos custos devem contribuir, ou durante ou após a sua formação inicial.

As instituições que beneficiam com a formação dos seus quadros na Universidade, e com a investigação que nela se realiza, devem igualmente assumir responsabilidades no seu financiamento, não só através da comparticipação dos custos da sua formação básica e continuada, mas através de apoios à investigação, e à sua realização em conjunto, através de consórcios e parcerias, e ainda através de ajudas mecénicas de apoio às funções científicas e culturais da Universidade.

A investigação que compete à Universidade desenvolver, não pode porém nem sacrificar a sua independência, nem abandonar a sua responsabilidade social e moral. O que significa que, cabendo à Universidade a obrigação de promover a investigação fundamental, e não só a aplicada, isso não a exime nem da responsabilidade de cuidar da relevância social da investigação produzida, nem da responsabilidade moral da sua condução e aplicação.

Os critérios fundamentais de orientação da investigação deverão ser os da sua relevância científica, por um lado, mas também os da sua relevância social, por outro, sem nunca abandonar a responsabilidade moral.

É a esta luz que deve ser vista a prestação de serviços, pela sua relevância científica e social, e que não deve ser prestada em competição desleal com o mundo empresarial.

O aumento do financiamento social da universidade conduz-nos ao problema do estatuto da grande maioria das Universidades actuais que são estatais. Não é expectável que o investimento privado aumente, como se deseja, num ensino superior que se mantém quase exclusivamente estatal.

Impõe-se por isso pensar numa progressiva alteração do estatuto das Universidades públicas, para que se retirem da dependência quase exclusiva do

orçamento do Estado, e passem a ver o seu financiamento ser cada vez mais compartilhado pela sociedade.

A criação de Fundações públicas, abertas a participações privadas, como suportes das actuais Universidades estatais, pode e está a ser um caminho, sem que outros se excluam, como sejam outras formas de parceria público-privada, ou até o caso da privatização.

Passemos à participação da sociedade no funcionamento da Universidade, designadamente no seu governo.

Não é tanto ao nível das orientações científicas e dos critérios académicos que compete à sociedade dar indicações à Universidade, embora possa e deva chamar a atenção da Universidade para as prioridades que no seu entendimento se colocam nesse plano, mas sim ao nível da definição dos seus objectivos estratégicos, dos meios institucionais para os conseguir, dos mecanismos do seu funcionamento e organização. É sobretudo ao nível dos seus Conselhos estratégicos, não apenas de âmbito consultivo, mas também deliberativo, que se deve convidar a intervir a sociedade na Universidade.

Por outro lado, quando se discutem formas de governo das Universidades, há que diferenciar os níveis de responsabilidade dos vários corpos que integram a Universidade, e não equipará-los demagogicamente, com os mais nocivos resultados que nos foi dado presenciar. Não se deve tratar como igual o que é diferente, nem representar da mesma maneira e ao mesmo nível o que não é equiparável em termos de estatuto e função.

Tratemos agora da liberdade de investigar, de ensinar e de aprender, que, além de ser uma liberdade institucional da Universidade, é também uma liberdade do cidadão.

A liberdade de investigar, de ensinar e de aprender remete para as oportunidades de acesso e de escolha dos cidadãos, e pede condições de competição livre e aberta.

O que sucede, em muitos países da Europa, nomeadamente nos do Sul, e de forma mais agravada em Portugal, é que os candidatos à Universidade não têm liberdade de escolha, nem as Universidades podem competir livremente entre si.

Não existe verdadeira liberdade de escolha nem real competição, pelas desiguais condições de frequência e de actuação, nomeadamente pela enorme diferencial de propinas nos diferentes ramos de ensino.

Os alunos que, ao abrigo de um direito que a Constituição lhes confere, optem pela frequência do ensino não estatal, são discriminados, obrigados a pagar duplamente os seus estudos, através dos impostos e das propinas. O dinheiro público com que o Estado decide financiar grande parte dos estudos dos universitários, que é dinheiro de todos, apenas é aplicado na formação de alguns, por sinal os que provêm maioritariamente dos estratos mais favorecidos, o que constitui, além de uma discriminação uma injustiça social, pela sua falta de equidade.

As Universidades não estatais, ao serem obrigadas a cobrar propinas muito mais elevadas que as públicas, subsidiadas pelo Estado, estão em clara desvantagem no mercado de ensino superior, tendo por isso enorme dificuldade em se qualificarem, em disputarem professores e alunos.

Em Portugal, o ensino não estatal tem continuado a ser concebido como supletivo do estatal, apesar da revisão da Constituição de 1982 neste capítulo. Não goza de verdadeira e inteira liberdade, é meramente tolerado, como subsidiário do estatal, e apenas enquanto este não cobrir as necessidades do país inteiro.

Mais: existe uma clara tendência para a concentração da oferta universitária nas Universidades estatais. Independentemente da real necessidade, as Universidades estatais abrem, ao lado de cursos já existentes nas Universidades não estatais, cursos iguais, a custos muito mais baixos, porque financiadas pelo dinheiro de todos, eliminando qualquer hipótese de competição real e leal.

A razão para tal procedimento está no financiamento baseado na quantidade, que leva à procura desenfreada de alunos, com intuito de maximizar recursos financeiros, em detrimento da procura de qualidade.

Ora um dos objectivos da Declaração de Bolonha é tornar os sistemas europeus de ensino superior mais atractivos e competitivos, no plano externo. Tal objectivo não pode ser alcançado sem que esses sistemas o sejam também no plano interno. Não haverá competitividade sem liberdade, sem lealdade de concorrência dentro de cada sistema de ensino, sem que a qualidade prevaleça sobre a quantidade nos critérios de financiamento.

São várias as soluções possíveis para encontrar a paridade de condições e de tratamento entre universidades e estudantes, desde o nivelamento de propinas em todos os graus de ensino, incrementando a responsabilidade da sociedade¹,

¹ Na China de hoje, os universitários pagam propinas que já são superiores a 1000 dólares anuais.

reservando a intervenção do Estado para suprir as incapacidades dos mais carenciados, até ao igual financiamento quer das instituições quer dos estudantes.

O aumento das propinas pelos alunos², pode ser pago, ou no decurso dos estudos, ou após a sua conclusão, sob a forma de imposto de graduação (solução australiana).

O financiamento estatal por igual, tanto pode ser feito às instituições, como acontece nos países da Europa do Norte (Holanda, Bélgica, Hungria, Alemanha, Polónia), como pode ser feito aos estudantes, através do «cheque-ensino».

Afiguram-se mais adequadas e mais justas, as medidas tendentes a aumentar a comparticipação dos universitários e das suas famílias, com a salvaguarda do apoio aos mais carenciados, para que ninguém seja impedido de frequentar a Universidade por razões económicas. A comparticipação do Estado, por razões de estratégia de desenvolvimento, não pode ser discriminante, e deve privilegiar a qualidade³.

3. PAPEL DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR

É tempo de analisar o papel do Estado no Ensino Superior.

Uma das razões da debilidade do sistema universitário europeu reside no excessivo papel do Estado como prestador de ensino universitário. Esse papel tem crescido aliás desmedidamente nas últimas décadas, inserido numa estratégia de estatização progressiva do ensino superior, em detrimento da responsabilização da sociedade, sob o pretexto de que a pretendida democratização do ensino superior, com a inerente igualdade de oportunidades só o Estado a poderia garantir, sendo ele próprio o prestador dessa oferta educativa.

Décadas volvidas constata-se que essa estratégia igualitarista não só falhou nos seus propósitos, como introduziu profundas desigualdades sociais no acesso e no sucesso no ensino superior.

² Estratégia adoptada pelo governo inglês recentemente.

³ Por isso, tenho apresentado aos sucessivos governantes, uma proposta de alargamento das bolsas de mérito, já atribuídas às Universidades estatais, às Universidades não estatais, como estratégia de promoção da qualidade e da paridade entre instituições e alunos.

O grande equívoco reside precisamente na confusão entre a função de garantia e a função de prestação. Entendeu-se que o serviço público de educação superior não poderia ser prestado senão pelo Estado, e que a obrigação de o garantir a todos, justamente atribuída ao Estado, não poderia ser cumprida senão fosse ele próprio, através dos seus estabelecimentos, a fornecê-la. Daqui resultaram custos e vícios burocráticos e corporativos de funcionamento, que hoje entravam quer a democratização quer a igualdade de oportunidades no acesso e no sucesso.

Ora o Estado pode garantir o serviço público sem ser o organizador e prestador dele. E desempenhará melhor a sua função de garantia e de regulação, se entregar a outrem a função de prestação.

Desde logo por razões doutrinárias. O primado do dever e do direito de educar não pertence ao Estado, mas à sociedade e às famílias. E o Estado dificilmente garantirá o direito à liberdade de educação, entendida como liberdade de escolha, sem o pluralismo institucional que ele, por impedimento de assumir ou dar orientação axiológica ao ensino, se vê incapacitado de traduzir.

O papel do Estado na educação não pode deixar de ser supletivo em relação ao papel da sociedade e das suas instituições, e a sua actuação terá por isso que se guiar pelo princípio da subsidiariedade.

Mas também por razões económicas e de eficácia. Entregar à sociedade a responsabilidade de prestação da oferta educativa superior, e reservar para o Estado a regulação e a garantia de que todos podem aceder, em condições de igualdade de oportunidades, a essa oferta, traduz-se em ganhos económicos para o Estado e cria condições para uma maior eficiência e resultados de sucesso.

Isso obriga, no caso português, a rever a Constituição, a eliminar dela a gratuitidade tendencial da frequência de todos os graus de ensino (CRP, art. 74, 3.º), sobretudo dos que não integram a escolaridade obrigatória, e a conferir ao Estado tão só a obrigação de garantir para todos oportunidades de frequência do ensino superior, e não a de satisfazer ele próprio as necessidades de formação superior (CRP, art. 75, 1.º), porque torna o privado supletivo do público, entendimento que, embora constasse do texto colectivista da Constituição de 1976, dele foi suprimido na revisão de 1982, e contraria a liberdade de ensinar e de aprender que a mesma Constituição solenemente consagra (CRP, art. 43).

4. CONCLUSÃO

Se a área europeia de ensino superior pretender assumir de novo um papel de liderança mundial, na atracção de investigadores, professores e alunos de outros continentes, tem que operar importantes reformas nos sistemas de ensino superior, tornando-os competitivos, fazendo-os passar de um sistema protegido para um sistema de concorrência leal e aberta, abrindo as Universidades à sociedade, tanto no seu financiamento como no seu funcionamento, e diminuindo o peso protector do Estado. Só assim a Universidade estará em condições de contribuir na Europa, de forma decisiva, para os desafios da sociedade do conhecimento, que assentam muito mais na iniciativa privada, na capacidade empreendedora dos cidadãos, nas suas qualificações e na sua capacidade de inovação, do que no alargamento da presença de um Estado pesado, de um Estado empregador, cuja protecção fomenta o corporativismo em detrimento da verdadeira autonomia, e que não tem a suficiente agilidade para responder rapidamente a esses mesmos desafios.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 8 DE OUTUBRO DE 2009)

Quatro décadas: da mudança à incerteza

ANTÓNIO BARRETO

Era um país fechado. Um Estado autoritário. E um povo inculto. Era Portugal do início dos anos sessenta. Pequeno, pobre e periférico. País rural, quarenta por cento da população, mais do que qualquer outro na Europa ocidental. Uma alta natalidade estava na origem da população mais jovem do continente. Uma obscena mortalidade infantil (mais de oitenta por mil) e uma esperança de vida reduzida (sessenta anos para os homens e sessenta e cinco para as mulheres) denunciavam o atraso social e económico. Os horizontes eram fechados, a escola medíocre e insuficiente, a saúde pública quase inexistente, poucos os empregos industriais e a liberdade diminuta. A maior parte dos agregados domésticos não tinha acesso aos serviços públicos de água, de electricidade ou de saneamento. As infra-estruturas eram pobres e ineficazes, as deslocações eram difíceis. Os portugueses viajavam pouco dentro do seu próprio país. O número de analfabetos elevava-se a quarenta por cento da população. Legalmente oprimidas, as mulheres tinham pouco emprego (apenas quinze por cento da população activa), eram mantidas à margem do espaço colectivo e não tinham o mesmo estatuto de cidadania que os homens: viviam e morriam, em maioria, fechadas nas suas vidas domésticas. Era assim que viviam os portugueses há cinquenta anos.

À margem da Europa, o país vivia um relativo isolamento. Virado para o Atlântico e para África, onde possuía o último e imenso império colonial, os seus contactos com os países vizinhos eram reduzidos. Para as autoridades políticas, o isolamento era uma virtude. A tradição nacional, que valorizava o catolicismo e a ruralidade, era defendida e cultivada. A memória de um passado glorioso era o substituto de um futuro incerto. O oceano, fonte de memórias antigas, abria o país ao mundo. Mas a fronteira terrestre separava-o, mais do que aproximava, do único e grande vizinho, com o qual as relações não eram, quase nunca tinham sido, próximas, boas e amistosas. O Ultramar era o horizonte. Poderoso na ideologia e na retórica, mas afastado na geografia e na economia. A versão oficial proclamava uma sociedade multirracial, da Europa à Ásia. Mas, na verdade, a

sociedade portuguesa era uma das mais homogêneas de todas as europeias. Os seus traços característicos punham em evidência uma grande unidade cultural, religiosa e étnica. Uma só língua dava forma a esta homogeneidade. Nas ruas das cidades, era raro, muito raro, cruzar um africano, um asiático ou qualquer outro estrangeiro. Além de tudo isto, o regime autoritário reforçava a ausência de pluralidade na sociedade portuguesa.

Sem vocação agrícola notável e sem recursos minerais (carvão, ferro, petróleo), a economia exibia as taxas de produtividade mais baixas da Europa. O nível de vida das populações era de uma pobreza certa. A permanente emigração para o Brasil e outros países da América Latina traduzia as dificuldades do desenvolvimento. Só em finais dos anos cinquenta e início dos sessenta é que a emigração para o Ultramar, Angola sobretudo, ganhou algum relevo. Curiosamente, aumentou durante os anos de guerra.

No final desta década de cinquenta, o regime corporativo ou do «Estado Novo» conhecia uma espécie de apogeu. O país tinha sido poupado à guerra e as reservas financeiras eram boas. Apesar da pobreza do povo, o Estado era relativamente rico. O governo acreditou que poderia, a partir de então, sem correr os riscos do capitalismo de livre iniciativa, prever e conduzir o crescimento económico. Apesar da ditadura de vinte anos, Portugal acabara de ser aceite pela comunidade internacional: a OTAN, a ONU e a EFTA receberam a adesão do país. O governo não tinha cedido, após o fim da guerra, aos direitos do homem, à democracia ou às liberdades públicas. Mau grado essas circunstâncias, podia agora sentar-se à mesa internacional, ao lado das democracias ocidentais e dos vencedores da segunda guerra. O facto era tanto mais notável quanto a Espanha não fora aceite na OTAN e não apresentou a sua candidatura à EFTA. É possível que, sem esta complacência ocidental e democrática, o regime não tivesse durado tanto, ainda mais vinte anos. Não o saberemos nunca. Mas é verdade que o clima internacional, a guerra fria e a cumplicidade amistosa de bom número de governos ocidentais contribuíram para a longevidade do regime.

Mas a História tem os seus caprichos. Nos últimos anos de cinquenta e primeiros de sessenta, uma série de acontecimentos vai mudar o panorama nacional. Novas forças começam a preparar-se para que o povo, as instituições e as empresas encetem uma longa e surpreendente jornada. A campanha eleitoral de 1958, durante a qual surgiu a figura do general Humberto Delgado, deu esperança aos

opositores e ameaçou o governo. O início do Concílio Vaticano II inquietou os poderes estabelecidos e abriu novas vias aos católicos portugueses. Ou, em qualquer caso, inquietações e esperanças. A famosa «carta do Bispo do Porto» deixou o governo crispado e comoveu muitos católicos. A ponto de o Bispo, no regresso de uma viagem a Roma, ter sido impedido de regressar a Portugal. Os movimentos estudantis, muito activos, revelaram um embrião de classe média e uma nova audácia. O início das guerrilhas em Angola foi a prova maior. A conquista de Goa, pelos exércitos da União Indiana, em 1961, deixou o país e o seu chefe de governo em estado de choque. E nem sequer a violência indiana ou o terrorismo das primeiras acções independentistas foram motivos suficientes para conferir razão e solidez à causa do governo.

Ao mesmo tempo, a energia e a pressão económica da Europa em reconstrução estimularam uma emigração sem precedentes: mais de um milhão e meio de portugueses vão emigrar no decurso dos próximos anos. Já não vão para as Américas: é a Europa, especialmente a França, o novo destino. A integração europeia de Portugal começou então, com os cidadãos, antes do Estado. Ao mesmo tempo, o turismo fez vir ao país milhões de estrangeiros. Em conjunto, estas novas realidades, emigração e turismo, tiveram consequências indeléveis nas mentalidades e nos comportamentos. No mesmo sentido contribuiu, apesar do controlo do Estado, a televisão, criada em 1957. Nessa altura, a escola ainda não assumia uma cobertura completa do país e a escolaridade estava longe de ser universal. Quer isto dizer que a televisão se transformou no principal unificador cultural do país. Antes de os portugueses saberem todos ler e escrever, antes de terem adquirido hábitos de leitura, nomeadamente de jornais, já se tinham adaptado à televisão como meio de informação.

Na economia, preparava-se uma nova era. A adesão à EFTA teve efeitos imediatos: a abertura comercial permitiu um formidável crescimento industrial. Os investimentos estrangeiros apareceram e novas empresas viradas para a exportação instalaram-se por todo o país. Criaram-se novos hábitos. Uma nova organização do trabalho, uma produtividade elevada e salários superiores eram agora possíveis. Em muitas áreas rurais, foi esta a altura da revolução industrial. Tanto para a manufactura, como mesmo para certo tipo de agricultura, abriam-se novas oportunidades. Cerca de 1974, o país conhecia o pleno emprego, para o que contribuíram a industrialização, a guerra colonial e a emigração. Pela primeira vez,

havia emprego abundante para as mulheres. Vinte anos mais tarde, elas serão metade da população activa.

Toda a sociedade estava em mudança. Por efeito de várias forças, incluindo a guerra do Ultramar que ocupava, anualmente, bem mais de cem mil soldados. As consequências deste esforço foram devastadoras. Tanto social, como económica e politicamente. A guerra esgotava os recursos e os espíritos. Por causa da guerra, as hipóteses de democracia eram menores. Por causa da guerra, jovens partiam para o estrangeiro. Mas, paradoxalmente, a guerra tinha outros efeitos. Por um lado, provocou a mistura, o *brassage* das populações, até então fechadas nas suas regiões e nas suas comunidades rurais. Por outro, estimulou a democratização dos costumes: a hierarquia militar e a camaradagem reinam na guerra e no regimento onde as divisões sociais se esbatem. A mudança surgia por todo o lado. Só a política parecia resistir. Apesar de se terem desenhado alguns conflitos dentro das esferas do poder, os responsáveis políticos estavam convencidos de que era possível resistir e fazer frente à nova sociedade que nascia sob os seus pés e diante dos seus olhos. Sem as colónias, dizia-se, o regime acabaria e Portugal não sobreviria. A primeira parte da previsão seria talvez verdade, como se verificou. A segunda era evidentemente retórica. Portugal mudaria com certeza. Autista, a elite política preparava o seu túmulo e seria varrida de cena em 1974. Mas a revolução e a contra-revolução que se seguiram e conduziram à fundação do primeiro regime democrático português, foram sobretudo o resultado das mudanças sociais que as precederam.

Aparentemente, a revolução de 1974 teve como causa a recusa dos soldados de prosseguirem uma guerra sem solução à vista. A descolonização que se seguiu foi feita à pressa e desajeitadamente, num processo que não deixa razões para orgulho. Em casa, o movimento político transformou-se rapidamente em revolução. Democrática para uns, socialista para outros. Na verdade, como todas as revoluções, foi ambígua. Depois de um ano de vitórias radicais (com nacionalizações de empresas e sectores produtivos, ocupações de casas e terras, expropriações sem compensação, prisões arbitrárias e controlo estatal da imprensa e da televisão), os moderados levaram a melhor e, como quase sempre depois de acontecimentos deste alcance, ganharam as eleições. Militares e partidos de extrema-esquerda são afastados do governo. Entre 1976 e 1982, as instituições do poder político ficam civis e legítimas. Uma espécie de normalização democrática

corre o seu curso. Começaram as reprivatizações. A pluralidade de partidos, da imprensa e de opiniões é restaurada, ou antes, estabelecida.

Apesar do êxito deste processo, Portugal perdeu tempo. Precioso, segundo o que sabemos hoje. Com a guerra que se eternizava, o regime autoritário que se arrastava, uma revolução que perturbou e uma contra-revolução que se improvisou, o país perdeu tempo, energias e recursos, assim como criou conflitos e abriu feridas que perturbaram ou atrasaram a evolução futura. Conhecemos hoje, da Península Ibérica à Europa central e de Leste, experiências pacíficas de transição rápida, tão surpreendentes quanto a portuguesa, que demonstram como, com outros tipos de mudança radical, se ganhou tempo e energia, em vez de perder.

É possível, no entanto, que, de todo este processo, não tenham sobrado, para além da evidente crispação da vida política que dura até hoje, sequelas irreversíveis. O crescimento económico, o regime democrático inexperiente mas funcional e a integração europeia ajudaram a esta espécie de reconstrução necessária depois das vicissitudes políticas. A ponto de se poder falar, hoje, pela primeira vez em dois séculos, de uma espécie de «consenso constitucional». Apesar das divergências e dos conflitos, mau grado a crispação, o essencial parece ser aceite pela maioria. Ninguém fica de fora: não há exilados, deportados ou refugiados; não existe o delito de opinião, não há presos políticos nem censura. Monárquicos e republicanos, católicos e ateus, capitalistas e socialistas, judeus e muçulmanos, todos coexistem. «Coisa pequena», dirão alguns. Talvez. Mas, em Portugal, acontece pela primeira vez.

Até ao fim dos anos 1990, vários ciclos caracterizam a vida colectiva dos portugueses. Aqueles foram percorridos a uma grande velocidade. Em primeiro lugar, o crescimento económico. Segundo, a transição demográfica. Terceiro, a fundação do Estado democrático. Finalmente, a integração europeia. Não obstante as dificuldades e a sucessão de crises que levaram o país à beira de desastres maiores, estas diversas etapas foram completadas com uma certa euforia. Nesse período, o espírito do tempo foi feito de muitos e contraditórios sentimentos. O de libertação e de paz, depois de uma guerra e de uma ditadura. O de abertura a espaços e horizontes ilimitados. O do consumo e do conforto material acrescido. O das benfeitorias de um Estado de protecção universal e igualitário. O do acesso generalizado à escola e à cultura. O da modernidade longamente adiada. O do

crescimento das aspirações sem entraves. Os portugueses passaram a sonhar menos com glórias do passado e a pensar mais, com realismo relativo, no presente. Na verdade, o balanço de três décadas vividas a passo estugado é impressionante.

Em trinta ou quarenta anos, a mudança foi vasta e profunda. Um país tradicionalmente patriarcal e «machista» cedeu diante da nova igualdade entre sexos. As mulheres são finalmente integradas na vida pública, no trabalho e na escola. Estão ainda longe de chegar aos cargos mais altos da política e da grande empresa económica e financeira, mas já fazem parte, sendo por vezes maioritárias, da Administração Pública e das Universidades. Ainda não obtiveram a igualdade de salários na empresa privada, mas aquela já vigora na administração. O seu estatuto social e político é talvez equivalente ao das mulheres europeias, mas foi conseguido num curto espaço de tempo. Foi esta, com certeza, uma das principais revoluções silenciosas do Portugal contemporâneo.

Ainda neste período, a população mais jovem da Europa, com uma alta natalidade e uma baixa proporção de idosos, envelheceu rapidamente e regista hoje muito baixas natalidade e fecundidade, fenómeno que, estranhamente, parece não preocupar, nem sequer ocupar as atenções dos responsáveis ou das elites. No decurso desta transição demográfica, graças ao desenvolvimento da saúde pública e dos costumes, a mortalidade infantil recuou para níveis surpreendentes: a sua taxa é hoje uma das mais baixas do mundo. Paralelamente, as famílias reduziram-se e estão limitadas a duas gerações e a menos de três pessoas em média. O número de pessoas vivendo sozinhas cresce. Aumenta rapidamente o número de idosos a viver em instituições especializadas. A permissividade de costumes está na origem da diversidade de famílias: casamentos serôdios, filhos «fora do casamento», divórcios, segundos e terceiros casamentos e uniões de facto são numerosos. Estas são tendências previsíveis e semelhantes às que se verificam noutros países. O que surpreende é a rapidez da transição, assim como o seu carácter tardio.

Herdeiro aparente de uma só cultura, Portugal era um país homogéneo onde se falava apenas uma língua, se rezava a um só Deus, se obedecia a um patrão, seguia um partido ou pertencia a uma etnia. Este país já quase não existe, está em transformação acelerada. A pluralidade de pessoas e culturas é visível nas ruas e nos espaços colectivos. Mais uma vez, é como alhures na Europa, mas,

para os portugueses, é uma novidade absoluta e uma realidade construída de fresca data. Da mesma maneira, um poder opressivo, piramidal, vertical, unitário e fortemente centralizado fragmenta-se e divide-se: hoje existe uma diversidade de centros de poder, nacionais e locais, políticos e económicos, sociais e culturais.

Um fornecedor tradicional de mão-de-obra para as Américas e África e, mais recentemente, para a Europa, transformou-se, desde os anos noventa, num país de acolhimento de centenas de milhares de imigrantes de África, do Brasil e da Europa central e de Leste. Esta é uma viragem absoluta e uma ruptura fundamental com o Portugal tradicional. Depois de séculos de emigração, eis que o país é também de acolhimento. Antes dos imigrantes, já o país tinha recebido, num só ano, cerca de 600.000 ditos «retornados», naquele que foi talvez o maior e mais rápido movimento de população, em tempos de paz, da história da Europa. A relativamente fácil e pacífica integração desta população constitui ainda hoje um feito ímpar e pouco estudado.

O crescimento industrial e de serviços foi, durante vinte a trinta anos, muito significativo e semelhante ao dos «tigres asiáticos». Entre 1960 e 1990, Portugal registou um crescimento superior a todos os países europeus. Taxas anuais da ordem dos 7% ou 8% eram possíveis. Crescimentos industriais anuais superiores a 15% verificaram-se neste país, onde, aliás, caso único na Europa, a população activa industrial nunca foi maioritária. Com efeito, a população do sector dos serviços passou directamente do terceiro para o primeiro lugar.

Uma sociedade que deixava os mais fracos, os idosos, os pobres e os doentes ao cuidado da sorte, da caridade, do gesto privado e das igrejas conseguiu organizar, em muito pouco tempo, um Estado de protecção, um Estado Providência. Este, embora pobre, é universal e não discrimina. Em 1960, a Segurança Social apoiava cerca de 120.000 pensionistas. Estes são hoje perto de dois milhões e meio, o que não deixa de criar problemas muito sérios, dada a pressão demográfica e financeira exercida sobre o sistema. Com efeito, só 1,7 trabalhadores activos suportam um pensionista, o que é o mais baixo rácio de toda a Europa.

Uma sociedade onde o «caciquismo», a «cunha», o favor cúmplice, o nome de família e os «conhecimentos» tinham, ainda recentemente, toda a importância, começa a conhecer um *volte face*. Não que o mérito tenha já, de um dia para o outro, ganho o predomínio. Mas percebem-se os sinais de começo de uma nova ordem, de novos costumes. A igualdade perante a lei é reconhecida. O mérito e

a avaliação técnica independente começam a ser praticados. O reconhecimento do primado do cidadão e de seus direitos foi um passo importante. Cada vez mais, pensa-se que os conflitos possam ser resolvidos em tribunal ou, pelo menos, com recurso ao Direito. Todos os domínios da vida, da família à herança, do comércio ao trabalho, são abrangidos pelo novo entendimento da força da lei e do Direito. Os cidadãos tomam consciência dos seus direitos. A procura de Justiça cresce. Os empresários e os trabalhadores, assim como os proprietários, os inquilinos e os agricultores assinam contratos escritos e formais. Estamos ainda longe de uma sociedade meritocrática, mas os símbolos e as formas começam a ser visíveis.

Uma população pobre, realmente pobre, mal alimentada, frequentemente doente, mal alojada e sem acesso aos serviços públicos básicos, conheceu finalmente trinta anos de melhoramento constante do seu bem-estar. Mais de dois terços das famílias vivem hoje em casas de que são proprietárias. A quase totalidade é servida de água, gás e electricidade, usufruindo de cozinha, de uma qualquer forma de aquecimento e de água quente. Tudo isso está longe, muito longe dos menos de um terço dos agregados familiares que tinham esses benefícios. Entre os anos setenta e oitenta, o primado foi para os grandes equipamentos colectivos, as redes de esgotos, de electricidade, de gás e de água. Depois, com os anos noventa, chegou o tempo dos electrodomésticos: telefone, televisão, frigorífico, automóvel e outros. Gradualmente, a estrutura de despesa e de consumo dos agregados mudava também. A alimentação e a renda de casa representam uma muito menor proporção, enquanto as deslocações, a roupa, a educação e a cultura aumentam a sua parte.

Desde a década de ouro, na economia, dos anos sessenta a setenta, os portugueses viveram vinte a trinta anos de progresso permanente. É verdade que fizeram a experiência de várias crises, na política ou na economia. Mas nada interrompeu, de modo profundo, um melhoramento real do bem-estar. A esperança era mais do que um sentimento: era uma certeza. O presente parecia bom, o futuro ainda melhor. No entanto, por volta dos finais dos anos noventa, a euforia começou a ser posta em causa. A incerteza apareceu. Seguida de perto pela dúvida e a inquietação. O que parecia ter sido adquirido já o não era. O progresso já não era constante e linear. Depois de ter conhecido as delícias do crescimento e do conforto, os portugueses compreenderam que nada é definitivo.

A democracia não era, afinal de contas, igual a educação, emprego ou eficiência da Administração Pública. A Europa não era a garantia do bem-estar e da segurança. O país começou a ver as suas taxas de crescimento abrandar e ficar aquém das médias europeias. Não era uma tragédia, mas, sofrendo de uma espécie de obsessão comparativa, com os outros países da Europa, descobriu-se que, desde o início dos anos 2000, o endividamento nacional aumentava muito rapidamente. Gastava-se muito mais do que se tinha e produzia. No conjunto, Estado, empresas, bancos e famílias devem mais de cem por cento do produto nacional. Este estado de coisas fica a dever-se ao crescimento rápido, a bastante demagogia política e ao consumo público e privado quase sem limites. Mas também a um défice comercial permanente. A parte dos recursos naturais e dos bens manufacturados ronda um terço da produção nacional, o que é sinal alarmante, sobretudo num país cujos serviços são pouco competitivos. A insuficiência de recursos tornou-se evidente: além da pobreza natural, faltava inteligência profissional, organização e capital.

A própria vida política tornou-se fonte de inquietação. A aparente estabilidade era, afinal, frágil. Um número excessivo de ministros (mais de vinte e cinco...) nalguns postos-chave (Educação, Saúde, Obras Públicas, Finanças...), em trinta anos, mostra uma das razões pelas quais as políticas públicas não foram constantes, a ponto de darem frutos. Sinais de corrupção apareceram com insistência. Em dez anos, dois Primeiros-ministros abandonaram as suas funções e um foi demitido. Por duas vezes, realizaram-se eleições antecipadas. Por duas vezes, o Parlamento foi dissolvido, uma delas contra a vontade da maioria dos deputados. Uma legislatura completa, de quatro anos (de 2005 a 2009), não bastou para criar o sentimento de estabilidade. Até porque foi seguida, há poucos dias, de um Parlamento e de um governo sem maioria.

A explosão das classes médias, em plena expansão da sociedade de consumo, foi acompanhada do crescimento das desigualdades sociais e económicas. Não houve, é certo, aumento dos excluídos, mas a distância entre os mais ricos e os mais pobres é maior. Sabe-se que o progresso económico, assim como o da educação e da formação profissional, podem, numa primeira fase, reforçar as desigualdades. Foi o que aconteceu em Portugal. Todas as classes sociais ganharam e viram aumentar o seu nível de vida, mas as diferenças entre elas são mais nítidas. Há, na tradição, na cultura, nas políticas públicas e nas estruturas sociais,

factores que reforçam a desigualdade. Nesse sentido, a sociedade portuguesa é injusta.

O desemprego, que nunca atingiu em Portugal os valores da maior parte dos países europeus, começou a crescer bem antes da grande crise de 2008-2009. As empresas portuguesas têm dificuldade em suportar a concorrência dos países asiáticos, tanto quanto a de países mais produtivos da Europa. A chegada, ao mercado interno europeu, dos países da Europa central e de Leste, deixou a economia portuguesa debaixo de uma pressão para a qual não estava preparada. Apesar dos esforços de vários governos, as finanças públicas não conseguem chegar a um equilíbrio sustentado. A instabilidade financeira ameaça os sistemas sociais públicos, cuja despesa é já superior, proporcionalmente, à da maior parte dos países europeus. Aquando da grande crise de 2008-2009, um elemento perturbador surgiu ainda: o Estado português, tal como tantos outros na Europa, demonstraram crescente incapacidade de prevenção e deficiente capacidade de reacção diante dos problemas modernos e das ameaças contemporâneas.

Depois de um crescimento extraordinário, a educação pública revelou uma qualidade medíocre: o abandono e o insucesso são os mais elevados do mundo ocidental; a formação cultural e técnica dos alunos deixa a desejar, como o demonstram as estatísticas internacionais. Em termos comparativos, as capacidades técnicas da mão-de-obra portuguesa são muito inferiores às dos países parceiros ou concorrentes. A produtividade dos trabalhadores portugueses encontra-se no fundo da escala. E as tentativas de reforma, feitas em sucessão, parecem não melhorar significativamente este estado de coisas, numa altura em que a ideia de aprendizagem, quase lúdica, se sobrepõe à de ensino, que desvaloriza. Num tempo em que a equívoca noção de competência adquire o primado sobre a de saber. Ou numa altura, enfim, em que se tenta reduzir a Universidade a um tecto, retirando-lhe o papel orientador da ciência e da investigação que devia ter.

Por sua vez, o sistema de saúde pública, o Serviço Nacional de Saúde, não mostra resultados em linha com o enorme esforço financeiro de que é responsável. Não parecem faltar médicos, enfermeiros, hospitais ou equipamentos, em paralelo com os nossos vizinhos: mas a organização dos serviços e o poder das corporações profissionais são tais que o tempo de espera médio e o desperdício de recursos, segundo o Tribunal de Contas, são enormes.

O sistema de Justiça, servido proporcionalmente por mais juízes, procuradores e advogados que em outros países europeus, está em crise séria desde há vários anos: os atrasos são excessivos, os custos são elevados e a confiança que os cidadãos depositam nos seus juízes e tribunais, encontra-se, segundo sondagens sustentadas, no mais baixo ponto.

A abertura económica à Europa e ao mundo, provável responsável por alguns dos êxitos mais notáveis das últimas décadas, está também na origem de ameaças de que se não tem tomado suficiente consciência. As empresas, pouco habituadas à mudança e à inovação, largamente dependentes do Estado ou de grupos internacionais, têm dificuldade em colocar as indústrias e os serviços à altura da concorrência internacional. Em certa medida, muitas recorrem ainda a um trunfo do passado: o custo reduzido da força de trabalho. Mas é agora tarde demais: outros, na Europa de Leste e na Ásia, fazem-no melhor.

É verdade que a indústria portuguesa está longe do que era há trinta anos. O têxtil já não é o primeiro sector de exportação e os recursos naturais já quase não pesam na balança. Agora, são as indústrias mecânicas, electrónicas e do automóvel que ocupam os primeiros lugares na produção e na exportação. É verdade. Mas a dependência do exterior e a fragilidade subsequente, nomeadamente em tempos de crise internacional, são sinais de fraqueza do sector no seu conjunto. A isso acrescenta-se o declínio das actividades do mar, da terra e da floresta. A euforia da industrialização tardia e da urbanização dos anos sessenta a oitenta relegou estes sectores para as margens das preocupações políticas e das orientações estratégicas nacionais.

A União Europeia, com as suas políticas comuns desenhadas para outros países e outros climas, estimulou no mesmo sentido. Deu-se uma espécie de troca: a indústria, as estradas, as comunicações e a energia contra o mar, a agricultura e a floresta. Os recursos europeus e nacionais foram canalizados para as primeiras, enquanto nos outros sectores, considerados pertencerem ao passado, o esforço foi sobretudo o de retirar activos. O país importa hoje mais de dois terços da sua alimentação e metade dos produtos do mar que consome. Em poucos anos, a população activa na agricultura e outros sectores primários passou de 40% a menos de 6% do total. Trata-se de uma mudança previsível, em acordo com as tendências das sociedades contemporâneas, mas que decorreu demasiado rapidamente sem deixar uma agricultura produtiva à altura das necessidades.

O mundo rural português é hoje povoado de pessoas idosas ou simplesmente abandonado. Muito poucas explorações tiveram êxito na reconversão e na adaptação às exigências europeias e internacionais.

Paralelamente, uma urbanização demasiado rápida conduziu milhões de pessoas às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Inevitavelmente, nestas condições e na ausência de um Estado com tradição e competência de ordenamento, este processo foi desordenado, mesmo caótico em muitos casos. Os principais problemas sociais contemporâneos encontram-se hoje nestas áreas urbanas. Não mais, como se dizia há três ou quatro décadas, no mundo rural atrasado e pobre, mas no universo urbano descuidado, onde, além do mais, morrem os centros urbanos históricos e se desvitaliza uma parte essencial da identidade nacional.

É nestas aglomerações que o tráfico automóvel se transformou num problema maior. Os portugueses renderam-se ao automóvel, no que foram ajudados por uma política de construção de auto-estradas que mudou o país. As deslocações internas, tradicionalmente difíceis, podem hoje ser rápidas e simples num país «mais pequeno» onde todos estão perto uns dos outros. Mas o tempo perdido, todos os dias, nos movimentos pendulares, mostra que os ganhos em eficiência tiveram um preço elevado.

Na vida pública e política, a corrupção tornou-se entretanto um problema real. Ajudada pela democracia, assim como pela liberdade de imprensa, a informação sobre a corrupção está generalizada, se bem que quase nunca fundamentada e identificada. O dinheiro aparentemente fácil, as tentações de um mercado aberto e a inexistência de poderes de regulação eficazes ajudam. Os hábitos dos grandes grupos económicos que viveram sempre perto do Estado e o peso excessivo de uma Administração minuciosa criaram uma situação pouco confortável, agravada pela eventual colaboração de alguns políticos e eleitos. Pior: parece haver poucos meios de luta contra esta praga. A Justiça funciona mal e não está à altura. Há momentos em que se tem a sensação de que não existe antídoto para a actividade dos predadores do Estado e do bem público.

O crescimento rápido da população estrangeira, mais de 5% do total, é uma das grandes novidades da sociedade portuguesa. Africanos de Cabo Verde, de Angola e da Guiné, Brasileiros e Ucrânianos formam os principais grupos de estrangeiros estabelecidos. Esta nova experiência, a coexistência com imigrantes dentro das nossas fronteiras, revelou-se, após duas ou três décadas, geralmente

positiva. Isto é, estabeleceram-se relações cordiais, sem atritos ou conflitos excessivos, entre as várias comunidades. As condições sociais de alguns destes grupos, nomeadamente nas concentrações em bairros degradados de carácter étnico, não são as melhores e podem transformar-se em fonte de perturbações. Mas pode dizer-se que, até hoje, ocorreu uma espécie de integração natural. De qualquer modo, esta realidade, paralela ao movimento de emigrantes portugueses para o estrangeiro, obriga a sociedade e as autoridades a reflectir na inescapável natalidade e na dinâmica demográfica. São estes problemas invisíveis, que as populações evitam, mas que estão sempre presentes. Em geral, quando se tornam evidentes, é tarde de mais.

Os portugueses vivem muito melhor do que há trinta anos. A Europa, a globalização, o crescimento económico e a liberdade diminuíram os efeitos dos principais constrangimentos históricos: a pequena dimensão, a pobreza de recursos e a situação periférica. No entanto, apesar de transformados, ainda pesam. Ainda somos periféricos, pobres e de relativa pequena dimensão. E sobretudo incultos, que é uma forma de pobreza. Vivendo numa sociedade aberta, aspiram ao que conhecem, que é quase tudo, os mais altos níveis de consumo, segurança e conforto. Viajando, recebendo turistas e olhando para a televisão, os portugueses formam as suas aspirações, as ideias de bem-estar ao qual sentem ter o direito. Mas, sendo os mais pobres do grupo dos mais ricos, sabem que são, entre todos, os que estão mais afastados da possibilidade de satisfazer as suas expectativas.

Entre os anos sessenta e os noventa, os portugueses revelaram uma surpreendente plasticidade, quer dizer, uma enorme capacidade de adaptação a novas circunstâncias: a guerra e a paz, o autoritarismo e a democracia, a África e a Europa, a sociedade fechada e a aberta, a emigração e a imigração. Fizeram-no por vezes com energia dramática, correndo riscos, mas sempre souberam evitar o pior. Da ditadura, da guerra, da revolução e da contra-revolução sobram talvez recordações crispadas, mas não sequelas irreparáveis. Os sectores mais abertos à sociedade e ao mundo exterior, à comparação e à emulação, souberam ser flexíveis e empenharam-se numa via de renovação e reconversão. São os casos da banca, das telecomunicações, da grande distribuição, da hoteleira, de alguns serviços de turismo e de certas actividades ligadas à ciência e à cultura. Noutras, reina ainda um certo imobilismo e é mais difícil o desenvolvimento, como são exemplos a justiça, a educação e a Administração Pública, ao lado de sectores

produtivos como os têxteis, a construção, a metalurgia e o agro-industrial. São em geral sectores fechados à exposição externa, à sociedade e à emulação. São sectores e sistemas organizados sobretudo com vista à satisfação dos interesses dos seus corpos instituídos aos quais os poderes democráticos não souberam impor uma lógica de serviço público ou um ânimo concorrencial.

A democracia, apenas nascida em 1974, ou antes, em 1976, era uma esperança maior. A Europa também, como horizonte capaz de substituir os antigos sonhos atlânticos e africanos. Temos democracia e temos Europa, pelo que se poderia falar de êxito. Mas eram também, com mais ou menos fantasia, o resumo e o símbolo de todas as esperanças e aspirações, do desenvolvimento à justiça, do conforto à educação e à cultura. Nisso, a democracia e a Europa foram também uma ilusão.

A Europa, em especial, mais concretamente a União Europeia, obriga-nos, obriga todos os povos, a uma reflexão essencial e permanente, o que está longe de acontecer. A Europa é talvez o mais forte motor de mudança que se conhece. Mudará tudo, da civilização material à cultura. Até à alma, poder-se-á dizer. Apesar desta enorme importância, o debate público, motivador de consciência, é quase inexistente. Nem em período de eleições, nem em tempos normais. Os Estados, os poderes públicos e os partidos políticos não querem partilhar com os cidadãos as suas reflexões sobre a Europa, sobre a realidade futura do Estado e da nação, nem sequer sobre as dificuldades do nosso país. A Europa não se discute. A Europa não discute. A Europa não quer ser discutida.

Sob o peso de uma identidade forte, os portugueses encontram-se hoje diante da necessidade de se comportar como toda a gente. De considerar que o seu país é como os outros. Os quarenta anos de ditadura não são mais desculpa nem pretexto. Os traços especiais que distinguiam Portugal, a pobreza, o atraso, o analfabetismo e a falta de liberdade, esbateram-se. Ser como os outros pode parecer um programa vil e triste, mas é, em última análise, uma grande ambição. Com uma certeza: apesar de igual aos outros, é o nosso.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 22 DE OUTUBRO DE 2009)

Amália Rodrigues: dos poetas populares aos poetas cultivados

VASCO GRAÇA MOURA†

Procuro apresentar, nesta intervenção na Academia das Ciências de Lisboa, a integração mais ou menos poliédrica de várias reflexões e textos que, ao longo do tempo, tenho vindo a fazer sobre Amália Rodrigues e o fado.

Entre as justificações para esse efeito não se conta apenas o facto de terem passado dez anos sobre a morte de Amália, estando em curso celebrações dessa efeméride. A verdade é que, em grande parte graças a Amália, o fado adquiriu nas últimas décadas um novo e importante estatuto cultural, encontrando-se em vias de ser classificado como património cultural da Humanidade.

E, além disso, Amália cantou textos de, pelo menos, três membros da Academia, dos quais um que foi seu presidente, Júlio Dantas, outro que foi um dos seus principais letristas, David Mourão-Ferreira, e outro ainda que foi um dos novos poetas que ela cantou a partir dos anos 70, podendo dizer-se que, de algum modo, estes três autores/académicos cobrem o grande espectro temático do seu repertório fadista, ou pelo menos uma grande parte dele, do registo divertido e popular ao registo trágico, passando por textos de inegável incidência política.

No «mito» de Amália intervêm várias ideias feitas sobre o fado na sua aceção de destino e um certo pessimismo nacional-sentimental, a que mais ou menos todos nós vamos beber lancinantemente quando é preciso. O desespero da condição saudosa e amorosa lusitana encontrou em Amália a sua voz de excepção e uma carreira que, por décadas e décadas, a projectou no mundo. E que também nos projectou, embora nem sempre nos termos que seriam desejáveis, sobretudo quando o fado era um dos ingredientes a que, no regime derrubado no 25 de Abril, o poder recorria para a sua propaganda.

A grandeza de Amália está em ter sabido assumir tudo isso como se fosse a grande vestal de um culto trágico da memória, da saudade e do sentimento, numa liturgia em que a qualidade da palavra se foi tornando cada vez mais importante. Em grande parte graças a Amália, a grande literatura portuguesa

entrou no fado, com a não pequena ironia de, muitas vezes, um francês, Alain Oulman, a partir de certa altura ter contribuído para isso, numa excepcional articulação criadora de duas formações, a francesa e a portuguesa. A ambos se deve uma importante inflexão dos rumos da poesia e da música do fado, a partir de princípios dos anos sessenta.

O fado tradicional, na primeira metade do século xx, apresenta características de grande regularidade estrófica e métrica nos textos que utiliza e a que corresponde também uma certa regularidade de matrizes e esquemas musicais que servem de suporte ao canto do fadista.

Qualquer antologia dos maiores sucessos de Amália permite observar que algumas das peças em questão estavam já consagradas na tipologia fadista tradicional, aquilo a que Rui Vieira Nery chama «fados estróficos de recorte castiço» que «de um modo geral, (...) designam apenas as melodias dos fados em causa, independentemente dos diferentes poemas que a cada um deles possam vir a ser adaptados».

É o caso do «Fado Mayer», do «Fado Tango», do «Fado Corrido», do «Fado Blanc», do «Fado Franklin», do «Fado Mouraria», do «Fado Pedro Rodrigues», do «Fado Meia-Noite» e do «Fado Menor do Porto». Em nada menos de nove dos 16 fados apresentados no célebre concerto do Café Luso recorre-se a matrizes melódicas pré-existentes. Isto indicia também a que ponto Amália Rodrigues, em 1955, utilizava de preferência o rico património musical da tradição fadista assim tipificada e construía uma boa parte da sua carreira com base nesses materiais.

Por outro lado, há que reconhecer que, não obstante o ingénuo encanto de muitas letras dos poetas ditos populares, o fado é fortemente banalizado a partir de meia dúzia de tópicos que balizam o género no seu *pathos* mais escuro e melancólico, bem como a relação entre o fado (na ambiguidade das suas acepções) e o destino, explorada em vários registos e modulações que cobrem todo um leque de situações típicas do fado de Lisboa, tais como o amor, a paixão, o ciúme, a saudade, o destino a que não se foge, o abandono, o desencontro, a separação, o sofrimento, a esperança desenganada, a troca fatal de olhares, a divergência de caminhos dos amantes, a vontade da morte após a plenitude, o remorso, os presentimentos e presságios, as ameaças, a desilusão, o despeito, a vida airada, a rua da infância, por um lado e, por outro, Lisboa e os seus bairros, uma certa alacridade popular que se prende com as festas dos santos próprias da passagem do

solstício de Verão, com os amores entre varinas e marujos, com o rio e os bairros populares de Lisboa (em especial, Alfama, Mouraria, Madragoa), enfim, com certos tipos de devoção religiosa, também fatalista à sua maneira, e, mais ribatejanamente falando, com a tourada e os seus protagonistas.

É nesse quadro que Amália Rodrigues começa a cantar e a tornar-se conhecida. Convém notar que, hoje em dia, tende a tornar-se um tanto ou quanto artificial, embora perfeitamente compreensível, a distinção entre poetas populares e poetas cultivados, tal como aconteceu, já há alguns anos, com a distinção entre música ligeira e música clássica. Mas nas décadas de 1940 e de 1950 não era bem assim. E todavia há poetas populares que se revelam exímios em géneros de ilustre tradição na nossa literatura «cultivada» como as voltas a mote, as glosas em décimas, a quadra ou sequência de quadras recheadas de ágeis oposições e conceitos, com ilustre precedente na lusitana arte de engenho e agudeza desde finais do século XVI, quando não nalguns poetas do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, que é de 1516... Há autênticas obras-primas da glosa em décimas em fados marcadamente populares, como «A casa da Mariquinhas» ou «O lenço» e outros mais... Nessa medida, uma primeira transposição do fosso que separa a poesia popular da poesia cultivada já se encontrava *in nuce* em várias produções populares que criavam uma atmosfera receptiva à qualidade e expressividade das letras e a uma exigência posta na sua escrita.

Todavia, é com Amália que o passo decisivo é dado, logo nos primeiros anos em que se afirma como uma estrela de primeira grandeza. Sem abandonar as letras do fado tradicional e os seus derivados, que de resto continuou a cantar ao longo de toda a sua carreira, é ela quem começa a procurar, a fazer musicar e a cantar uma série de autores que não se confundiam com os letristas típicos do fado.

Esses primeiros autores cultivados assim trazidos para a área do fado tinham em comum uma grande mestria de oficina, uma utilização bem conseguida das técnicas de versificação tradicional, uma excelente e bem recortada sonoridade verbal, uma grande sensualidade do som e dos sentidos. Os mais cantados, como Pedro Homem de Mello e David Mourão-Ferreira, transportavam essa sensualidade para o plano dos impulsos genesíacos e da transfiguração erótica, o primeiro, aliás, mais ligado a uma tradição peninsular a que Jorge de Sena chamava tão desdenhosa quanto injustamente de «garcilorquismo minhoto», e o segundo

aliando todas as técnicas do Parnasianismo para a exploração da dialéctica amorosa, da esperança e do desespero e da explosão da sensualidade. Ambos com vozes pessoalíssimas e inconfundíveis, sabendo aliar a esquemas poéticos de grande simplicidade aparente (e portanto mais facilmente cantáveis) uma extrema sofisticação de gosto literário e um sentido dramático e pungente que leva mais longe a noção do fado como destino e portanto de destino como dimensão inseparável do fado como expressão musical.

Mas outros autores devem ser considerados. Por exemplo, Sidónio Muralha ou Luís de Macedo, um mais próximo dos neo-realistas, outro pertencente ao grupo da *Távola Redonda*. E também autores a que poderíamos chamar «de fronteira», gente ligada ao espectáculo e ao jornalismo, como Reinaldo Ferreira e Norberto de Araújo, que Amália também já canta por essa altura.

Em todo o caso, em 1945, a jovem Amália, em início de carreira, ainda não conta com a plêiade de escritores que virão a escrever para ela uns anos mais tarde. Alguns, é certo, não tardarão, como Pedro Homem de Mello e David Mourão-Ferreira. Mas nessa altura, são ainda as produções dos chamados poetas populares que retêm a sua atenção predominante e que ela canta como ninguém.

Que pensar desses textos, de ambições literárias mais modestas, de formulações mais directas quanto a situações concretas da vida, e recorrendo a uma matéria verbal normalmente de uso muito simples e quotidiano? Com poucas excepções, eles não são, por via de regra, poemas muito notáveis. Mas são utilizados de tal modo que, cantados por Amália, dão lugar a peças excepcionais, a ponto de, logo na década de 1950, alguns deles se tornarem verdadeiros «clássicos» do fado.

Mas temos também, está claro, desta vez já num voo poético que se eleva a grande altura, o célebre «Libertação», de David Mourão-Ferreira (1955) que ainda hoje não se escuta sem um estremecimento de emoção. Nesta letra de David há um lado dramático veemente que vem a resumir por antecipação muitos dos temas que Amália e os seus poetas mais tarde explorarão: na letra conjugam-se adivinhação e destino, desejo de evasão e proposta de fuga dos amantes, arrastamento pela pulsão dos sentidos e ameaças surdas, obstáculos em tudo o que os rodeia e convite à partida para longe, a culminar numa insistência obstinada na partilha urgente do que ambos têm para dar um ao outro enquanto seres vivos sobre a Terra.

Nestes primórdios da grande cantadeira, o fado enquanto poema de amor não é necessariamente apenas uma expressão da paixão. O fado joga-se também

entre a fatalidade e o acaso. São, por vezes, histórias populares corriqueiras, cenas de um quotidiano lisboeta flagrante, que poderiam ter sido desenhadas em forma plástica por um Stuart Carvalhais, com um toque de humor e um desfecho feliz evidentemente previsível, como no final ingenuamente tocante de «Sardinheiras» (Linhares Barbosa):

*Hoje moro onde ele mora
Hoje durmo onde ele dorme
E há sol por dentro e por fora
Da minha alegria enorme.*

A voz de Amália, as suas intenções de leitura interpretativa, o recorte imponderável do fraseado musical e o equilíbrio mais ou menos instável posto na dicção, a colocação certa dos melismas nos momentos em que o fado carece de expressividade, a transparente franqueza com que tudo é agenciado e que, felizmente, podemos apreciar hoje em excelentes recuperações discográficas, tudo isso transfigura versos que por vezes são perfeitamente banais em momentos de grande intensidade poética e... fadista. Isto é, a interpretação revela-se aqui como uma apurada forma de arte, sem cujo concurso os textos não teriam o mesmo valor. E por sinal, nessa altura quase não ocorre ainda uma das características, tornadas «musicais», da Amália que virá mais tarde, com a voz a transformar-se em instrumento — guardadas as devidas proporções, um pouco como na tradição do jazz —, em que as sílabas acabam por ser de articulação menos clara nos *glissandi* murmurados em que escorregam de umas para as outras, e com algum preço para a inteligibilidade dos textos, embora sempre de grande efeito e acentuando algumas dilacerações da alma. Antes de mais, Amália canta para si mesma, revendo-se e revivendo-se no espelho do drama que se encena em cada fado, o que também permite compreender que, por vezes, a utilização instrumental da voz sobreleve à clareza da dicção verbal.

Um dos tópicos mais relevantes do fado de Lisboa é o ciúme. O ciúme, no sentido de sentimento, ao mesmo tempo doloroso e despeitado, que alguém experimenta e vive no mais íntimo de si devido a uma funda inquietação amorosa, ao desejo de posse da pessoa amada correlacionado com o medo, a suspeita ou a certeza da sua infidelidade, ou do risco de ela se concretizar.

O ciúme é assim uma dimensão do amor e da paixão, tal como virá a sê-lo do «abandono». A música e a interpretação da fadista transfiguram versos que continuam a ser quase sempre banais, exprimindo o desassossego das recordações amorosas, a amargura de ver o ser amado noutras companhias, o sentimento da traição, algum respeito, apesar de tudo, por quem abandonou a personagem que canta, a coexistência da relação entre quem é vítima do engano e quem engana com uma outra mulher («Dá-me o braço, anda daí», de Linhares Barbosa e José Blanc), o desafio que envolve e o engenhoso remate:

*Quero sentir o prazer
De passarmos, lado a lado,
Ao lado dessa mulher
Que tens agora e não canta o fado,
Ao lado dessa mulher
Com quem me tens enganado.*

*Depois bate-se pràs hortas.
Adoro esta vida airada,
Beijar-te fora de portas
E alta noite à hora calada
Beijar-te fora de portas
E amar-te à porta fechada!*

São versos que todavia, conquanto banais ou muito pouco sofisticados, arrançam belos efeitos, como o que fica acima citado ou o inesperado final de indiferença e despersonalização de «Amália» (José Galhardo e Frederico Valério):

*Alguém o encontrou
Na rua com a outra ao pé
E a quem lhe fala de mim
Já se responde assim:
— Amália? Não sei quem é!*

Os fados que falam destes ciúmes têm poucas preocupações literárias e estilísticas. Expressam a vibração inquieta de um sentimento humano do modo mais

popularmente sentido nas vielas e becos de Alfama e de outros lugares de rameiras, varinas e marinheiros, com os seus correlativos de sangue, violência, dinheiro, maldição e vingança.

Funcionalmente, todas essas expressões do ciúme retratam com fidelidade o sentir elementar de quem ama e vê em risco a construção ou a permanência do seu amor e traduzem-se num elenco de respostas que vão da tristeza e do desespero à ironia ácida, como no último aqui apresentado, «Faia» (de Linhares Barbosa e Martinho da Assunção), em que são extremamente bem observados, na elegante economia do poema em que alternam heptassílabos e quadrisílabos, o contraste e a competição entre a varina e a senhora chique e «fina» que disputam o mesmo homem:

*Se foi a tua guitarra
Musa bizarra
Que ao fado a trouxe,
Que seja muito feliz
Já que Deus quis
Que eu o não fosse.*

O tema do ciúme na voz desta primeira Amália já então prenuncia o que virá a ser a Amália da época de ouro e o dramatismo lancinante e trágico que virá a caracterizar as letras dos grandes fados que ela cantou mais tarde. Convém aproximá-lo do tema da solidão de alguém, provocada pelo seu abandono pela pessoa que ama, abandono esse sentido como injusto, inesperado e, sobretudo, fonte de enorme sofrimento, quando não de expiação desenganada pela generosidade de uma entrega total que desse modo se frustrou. O abandono é o correlativo do cessar, contrariado para alguém, de uma relação amorosa em que tenha estado envolvido.

É certo que a solidão, tal como ela se manifesta em «Fria claridade», de Pedro Homem de Mello e José Marques do Amaral, parece ser anterior a um determinado envolvimento amoroso. Mas será assim? O despertar é-o de uma sensação de ter sido abandonado, isto é, deixado «só e ignorado», pelos dois olhos com quem os do poeta se cruzaram fugazmente, cheios de promessas de uma plenitude dos sentidos («presságios de Deus»), num dia triste e numa cidade onde todos se perdem, real e metaforicamente. O mesmo Pedro Homem de Mello assina também o poema «Quando os outros te batem, beijo-te eu», com música

de Armando Machado, em que o sentimento do abandono, após a entrega total, se converte em saudade, para em seguida se formular exemplarmente o princípio vivencial, muitas vezes seguido e corroborado, de que «o fado, quando é triste, é que é verdade», de alguma maneira um ser triste «porque sim», que poderia remontar a António Nobre como atitude.

Acontece que, por vezes, o facto de um texto ser cantado por Amália, lhe modifica por completo as intenções do autor: basta pensar em dois poemas, exactamente de Pedro Homem de Mello, «O rapaz da camisola verde» ou «Fria claridade», cujas notas homoeróticas (evidentes no contexto da obra) desaparecem por inteiro quando cantados na voz feminina.

Nestes, como em muitos outros fados, a voz de Amália sobrepõe-se à literalidade do poema, torna-se ela própria uma espécie de valor acrescentado, de modo de respiração dos valores da escrita pela elasticidade com que revitaliza a prosódia de uma maneira única, pessoal e intransmissível. E outras vezes, é a arte de Amália que carrega de uma energia e de uma aura ainda mais trágicas um poema de amor, desespero e tristeza como alguns dos que David escreveu.

O abandono tem também como consequência o sentimento de se ter sido vencido e o de se ficar perdido no mundo, como em «Confesso», de José Galhardo e Frederico Valério, um dos grandes fados da época que anda hoje se escuta como um clássico. O mesmo se diga de «Lá porque tens cinco pedras», de Linhares Barbosa em música de fado corrido, no seu jogo de virtuosismo quase conceptista entre várias acepções da palavra «pedra»: a pedra que ornamenta uma jóia, a pedra sobre que se caminha, a pedra que o pastor arremessa certamente com a sua funda, a pedra a que se pode ser chamado a prestar contas e a pedra que não deve ser atirada por quem tem telhados de vidro.

Quanto a «Solidão», de David Mourão-Ferreira, Ferrer Trindade e Frederico de Brito, que é posterior à «Canção do Mar», também cantada por Amália e que se celebrizou com a mesma música, constrói-se como uma espiral rítmica e melódica de cujos meandros musicais e verbais ressalta o abandono e o ficar só pelo caminho:

*Por mim, ninguém
Já se detém
Na estrada.*

E é inevitável falar de saudade. «Com a saudade não recuperamos apenas o passado como paraíso; inventamo-lo», escreve Eduardo Lourenço, cuja deriva filosófica e cuja meditação antropológica sobre o destino português o tem levado a atribuir à saudade um papel especial, uma espécie de carne do nosso ser, fazendo-a participar também do sonho enquanto recusa da realidade típica do nosso modo de estar no mundo. A saudade é pensada por ele como uma categoria do tempo humano: «a saudade, a nostalgia ou a melancolia são modalidades, modulações da nossa relação de ser de memória e de sensibilidade ao Tempo», acrescentando: «A saudade participa de uma e de outra, de um modo tão paradoxal e estranho», que se tornou «um enigma e um labirinto, à imagem da relação estranha e paradoxal dos Portugueses com o seu tempo». Ao relacionar a saudade com a nostalgia e sobretudo com a melancolia, Eduardo Lourenço reconduz-nos à grande matriz saturniana e criadora da cultura europeia. Mas, quanto às formas por que ela se exprime, intui que o canto e a palavra poética foram o seu primeiro veículo, isto é, antes de ser pensada, a saudade foi cantada.

No fado de Lisboa, essa melancolia do sentimento da saudade é concretamente assumida a cada passo. Assim também nos fados de Amália Rodrigues, como não podia deixar de ser. Não se trata de enunciar ou desfibrar, de um ponto de vista teórico, as componentes da saudade, nem de perspectivá-la num plano do transcendente ontológico ou metafísico. A menção da saudade no fado não procede pela análise. Nem mesmo pela síntese.

No fado, em especial nos fados da «primeira» Amália, trata-se de exprimir o sentimento comezinho, em palavras terra-a-terra, da angústia que alguém sofre devido à ausência de outrem. As causas dessa carência que, no fado, é quase sempre irremediável, embora por vezes pareça ver entreluzir alguma pequena luz de esperança ao fundo do túnel, ocorrem quase sempre no plano amoroso e têm quase sempre a ver com o abandono, isto é, a troca de alguém por outra pessoa, ou com a sua partida para longe (para «longes terras», como já na *Menina e Moça*, se dizia, em tempos de Bernardim). Há nesta saudade expressa pelo fado uma noção implícita e necessária de perda e de afastamento, de hiato desesperado na relação amorosa, de confusão de sentimentos e perturbação provocada pelo sucedido, como se vê na letra do «Fado Eugénia da Câmara», de Pereira Coelho, a recuperar talvez sem o saber uma passagem do episódio de Paolo e

Francesca n' *A Divina Comédia*: «*Nessun maggior dolore / che ricordarsi del tempo felice / nella miseria*»:

*Só quem perde um grande amor
É que sabe dar valor
A todo o bem que perdeu!*

E há muitas vezes aquilo a que poderíamos chamar de saudade do futuro, isto é, a esperança de que tudo venha a recompor-se e a ventura do tempo passado seja restituída de modo a reintegrar uma plenitude da vida («Todos os dias te espero, / Todos os dias me faltas», diz Linhares Barbosa no remate da letra de «Os meus olhos são dois círios»). É aí que ganha todo o sentido de expectativa vivencial a «reinvenção» do passado como paraíso de que fala Eduardo Lourenço e em que tem lugar também uma sensação física repassada de sensualidade, a tornar a carência ainda mais dolorosa. Em «Minha canção é saudade» fala-se «...nesta sinceridade / De amor e sensualidade», ao mesmo tempo que a saudade também o é «do amor sonhado em vão» e uma incessante busca do tempo perdido: «Nesta saudade sem fim / Choro saudades de mim...» A saudade tornou-se uma espécie de utopia espectral.

Em «Saudade vai-te embora» (Sousa Henriques e Júlio de Sousa), outro clássico que continua a funcionar na memória colectiva, fala-se na «cor / tão bela e triste da saudade» que prossegue profundamente radicada no peito de quem canta, do mesmo passo que se exprime a vontade de esquecer a saudade, para se constatar ser isso impossível, insistindo-se no regresso do amado, «porque é verdade». A saudade no fado é pois construída pela espessura de experiências sentimentais profundamente vividas, aquilo a que o filósofo alemão Dilthey chamava *Erlebnisse*, de memórias concretas de um tempo supostamente feliz ou como tal recuperado pela memória.

A sujeição da condição humana ao destino, ao fado, à fatalidade, é perfeitamente resumida em duas palavras: «triste sina» e tem uma longa história na literatura portuguesa.

Como não podia deixar de ser, no fado de matriz mais popular essa triste sina também encontrou a sua expressão directa, muito antes de, por via de Amália Rodrigues, se ter engendrado uma concepção do Destino ligado miticamente ao

fado de Lisboa e melancolicamente mediatizado por ela, em que a veemência visceral se implicava numa dimensão existencial própria, a da experiência íntima de uma fatalidade irracional do sofrimento a pesar sem remédio sobre a condição individual.

A triste sina de que nos falam os fados é mais simples e directa, menos elaborada e mais em correspondência com o que, em geral, era cantado pelos principais fadistas da época, uma época em que a grande literatura, apesar de algumas exceções proféticas, ainda não tinha feito, de pleno, a sua entrada no fado.

Aqui, no plano em que se diz que o destino intervém, põe-se menos a questão filosófica das condições do livre arbítrio e da liberdade do que o lamento correspondente a uma triste sina ligada ao que o coração apaixonado não entende, nem aceita, ao que é inexplicável para ele: a desgraça decorrente da separação dos amantes ou do fim irremediável da sua relação. «Irremediável» é também um adjetivo que diz bem com o sentido profundo de sina ou fatalidade. Ou com o despedaçamento trágico referido em «Amantes separados», de Sidónio Muralha e António Mestre:

*A vida quis que fosse assim nosso destino,
Do grande amor que quis vencer os vendavais.
A vida quis que fosse assim nosso destino,
Onda quebrada contra a praia e nada mais.*

Ou ainda, no «Fado da Adiça» (Rodrigo de Melo e Armandinho), em que se atribui ao destino a própria condição de fadista, esta maneira de articular o fado que se canta ao fado (*fatum*), destino, ou sina:

*O fado que nós cantamos
É sina que nós cumprimos.*

E a ideia de sina de nascença, também aflora, de algum modo, no célebre «Sabe-se lá», de Silva Tavares e Frederico Valério:

*Ninguém sabe, quando nasce,
Pró que nasce uma pessoa.*

Essa é ainda a «sina desventurada» de que começa por falar o «Fado Hilário» aqui apresentado, cuja última quadra, por sinal, tem, desde o século xvi, uma ilustre genealogia na nossa cultura:

*Já não posso ser contente,
Trago a esperança perdida.
Ando perdida entre a gente,
Não morro nem tenho vida.*

Esta quadra, incluída na letra do «Fado Hilário» e cantada no seu arrebatamento final, chegou a ser atribuída num manuscrito à Infanta D. Maria, filha de D. Manuel I, e foi glosada pelo conde de Vimioso, por Francisco de Sá de Menezes, por Camões e Diogo Bernardes, por Rodrigues Lobo e Simão Machado... ou seja, estes versos introduzem uma dimensão literária erudita que talvez tenha chegado à tradição da poesia popular e sido transportada por ela, que Amália terá cantado *à son insu* e que anuncia também outras e decisivas incursões literárias que ela fará mais tarde.

Mas há outras notas importantes a registar.

Assim, em «Foi Deus», de Alberto Janes, um dos fados mais significativos do primeiro repertório amaliano, a dimensão do destino tem a ver com uma espécie de relação «cósmica» entre a voz de Amália e o mundo, enumerada através de uma série de exemplos da criação divina (rosas, sol, luar, estrelas, espaço, andorinhas, vento, firmamento, azul do mar, rouxinol, alecrim, flores primaveris e a voz dela) por isso se tornando uma manifestação da intervenção do Todo Poderoso.

Num outro clássico de Amália, «Tudo isto é fado», de Aníbal Nazaré e Fernando de Carvalho, depara-se-nos esta formulação lapidar:

*O fado é tudo o que eu digo,
Mais o que eu não sei dizer.*

Isto é, tudo o que a voz dela carrega de sentido de vida e do mundo, de angústias e ansiedades da alma e do corpo, de confinamento a uma espécie de servidão amorosa, enfim, de «força do destino», mais tudo o que acaba por se

tornar indizível por essas palavras. Mas «Tudo isto é fado» apresenta também um breve e excepcional filme sincopado da Lisboa fadista, numa síntese em que perpassam a melancólica errância das suas sombras, os ruídos da sua noite, os sentimentos dos seus frequentadores, a exaltação e a tristeza soturna das almas, numa espécie de recapitulação dos principais tópicos do fado e como se o fado tivesse encontrado o seu Cesário Verde:

*Almas vencidas,
Noites perdidas,
Sombras bizarras.
Na Mouraria
Canta um rufia,
Choram guitarras.
Amor, ciúme,
Cinzas e lume,
Dor e pecado.
Tudo isto existe,
Tudo isto é triste,
Tudo isto é fado.*

Enfim, tal como ao fado, à sina não se escapa. O sofrimento torna-se fingimento no acto do canto e só assim é, ao mesmo tempo, pessoal e partilhável. O fado que se canta e o fado que nos determina a vida acabam por tender um para o outro e tornar-se uma única pulsão de angústia. E Amália não podia fugir a qualquer deles, como se diz noutro fado famosíssimo, «Que Deus me perdoe», de Silva Tavares e Frederico Valério:

*Mas eu sou assim
E fugindo ao fado,
Fugia de mim.*

Tudo isto se prende com a tradição. Quando falamos em «tradição» não estamos apenas a referir a carga de elementos que o fado veio transportando consigo ao longo das décadas, desde os tipos de forma musical e instrumental em que se

impôs até às formas estróficas, como a quadra, a quintilha, a sextilha, a glosa de um mote em décimas, o emprego do refrão e coisas assim, bem como aos tópicos que, mais frequentemente, as suas letras percorreram e que, recordemos, se prendem com o amor, o ciúme, o sentido do destino, o abandono, a saudade, a noite, o Tejo, a cidade de Lisboa, etc., etc., aspectos que abundantemente se podem documentar, e a que se acrescenta, numa faixa mais específica, o fado mais alegre e mais marialva, ligado ao Ribatejo, ao toureiro, ao campino, ao forcado, ao cavalo e ao toiro e que Amália também cantou.

Também poderíamos confrontar uma tradição popular, ligada à rua, aos bairros pobres e castiços de Lisboa, com frequência à «mulher perdida», à varina, ao marinheiro, à violência passional e à viela e, por vezes, ao mundo rural, com uma outra tradição, esta aristocrática, ligada à ascendência de classe de quem canta, escreve ou compõe, ao tipo de sentimentos e de expressão deles e aos comportamentos sentimentais insinuados, que influi em todas as componentes do fado, sendo possível surpreender como, por vezes, essas duas tradições se encontraram e combinaram em acasos felizes de jogos da memória e do destino. Falando de mulheres fadistas, hoje, e mais do que em Amália, a tradição popular pode corporizar-se numa Argentina Santos e a tradição aristocrática, bem vincada numa Maria Teresa de Noronha, vem, pelo menos, até uma Maria Ana Bobone que a assume plenamente nos nossos dias.

Mas o certo é que se deparam outras possibilidades importantes para a abordagem do tema genérico da tradição. E, nessa perspectiva, equacionar a tradição com a história portuguesa anterior ao 25 de Abril implica também visitar o mundo que essa tradição não só espelhava como propunha como «ideal de felicidade», diga-se que entre aspas muito carregadas. E esse mundo era um mundo de religiosidade elementar de nota católica e conservadora cujos pilares são Deus, Nossa Senhora, a Senhora da Saúde, os santos populares, alguns lugares de culto, igrejas e capelas e pouco mais.

À religiosidade simples, a que o fatalismo respirado na sina vivida não vai sem acrescentar uma nota supersticiosa, acresce um mundo que se pretende pitoresco, mas que é de carência apresentada, vivida e tomada metaforicamente como «abastança». O fado tradicional dos anos 30, 40 e 50, nesse sentido, faz gala da escassez, da pobreza e da humildade da condição em que, segundo as letras, vivem as suas personagens, em especial os amantes, o que também acabaria por

ter, evidentemente, um sentido político de rejubilação legitimadora da propaganda nacional promovida pelo respectivo secretariado. «Uma casa portuguesa», de 1953, com letra muito habilmente engendrada por Reinaldo Ferreira e Vasco de Matos Sequeira e música de Artur Fonseca, e esplendorosamente interpretado por Amália Rodrigues, tornou-se um autêntico cartaz musical de propaganda do SNI, em Portugal e no estrangeiro. Neste paradoxo de se tratar de um belo fado, um dos melhores de Amália, que serviu mediócras motivações políticas, todos os rodriguiños são convocados: o sabor do pão e do vinho oferecidos a quem bate à porta, a «alegria da pobreza», o «fumegar da tigela», o ambiente modesto da casa, do «conforto pobrezinho do meu lar», o «pouco, pouquinho» que basta «para alegrar uma existência singela», entrelaçando-se com o registo do amor e do carinho de quem oferece hospitalidade...

É uma casa portuguesa, com certeza!
É, com certeza, uma casa portuguesa!

A passagem da apresentação do fado, dos pequenos espaços para o palco e com acompanhamento de orquestra não teria sido possível se o género tivesse permanecido confinado à estrutura estrófica e musical do fado dito clássico, com as suas quadras e sextilhas e as repetições regulares da primeira e da segunda metade de cada estrofe. A monotonia do processo ficaria mais depressa à vista com um conjunto instrumental que não poderia correr grandes riscos melódicos ou harmónicos.

É aí que surgem alguns autores e compositores com ideias musicais diferentes, sendo certo que essas ideias procuram trabalhar com novos tipos de texto, recorrer a formas métricas mais variadas (por exemplo, «Não sei porque te foste embora», de José Galhardo e Frederico Valério, com a sua sequência algo complexa de octossílabos, decassílabos e heptassílabos), acompanhar mais de perto a articulação lexical e semântica de cada verso, propor novas inflexões e novos aspectos rítmicos e prosódicos ao intérprete, valorizar as possibilidades expressivas da sua voz, afastando-se dos esquemas mais «lineares» do fado castiço e contra mais densas sonoridades instrumentais. Num certo sentido, é muito provável que a voz da grande Amália tenha feito aí as suas provas de fogo para uma transição renovadora na sua carreira.

Estava assim pronto a nascer o «fado-canção», designação que o aproximava mais de um plano internacional, e que, por sua vez, veio permitir que formas do fado tradicional passassem também com orquestra de cordas. Foi provavelmente Frederico Valério o compositor que maior importância teve para essa transformação das interpretações de Amália. Há composições famosíssimas que se lhe devem («Sabe-se lá», «Não sei porque te foste embora», «Amália», «Que Deus me perdoe», «Eu disse adeus», «É pecado», «Confesso», «Ai Mouraria», «Fado do Ciúme»...).

Mas se os aspectos formais e interpretativos evoluíram consideravelmente a partir desses contributos e dos seus reflexos directos no estilo, nas preocupações interpretativas e vocais de Amália e nos textos por ela cantados ou na sua forma de abordá-los, a temática não teve alterações significativas em relação à tradição popular do fado castiço. A sorte, boa ou má, o papel do destino, o abandono, o ciúme, a desventura e a desgraça, pequenas narrativas iniciadas pela evocação do namorico, ou situações de amor, amargura e solidão, de traição, da «esquina do pecado», do pecado propriamente dito, do remorso e da expiação de amor, são outros tantos tópicos do fado na sua sentimentalidade trágica, que se mantêm, agora com acompanhamento orquestral.

Lisboa é, ao mesmo tempo, a protagonista, o tema e o cenário de uma infindável quantidade de fados. Está presente em muitas imagens, metáforas, alusões, figuras de estilo que supõem uma vivência citadina dos meios pobres, operários ou ligados à pesca e à venda do peixe, às fainas de rio e mar, à partida para longe, à saudade. As suas ruas, os seus pregões, as suas freguesias e bairros populares, as colinas e o castelo de S. Jorge, são também uma referência constante no pequeno labirinto da «Lisboa, velha cidade, cheia de encanto e beleza».

Essa mesma Lisboa, que é a Lisboa do fado, é atravessada por uma vida rica de contrastes sentimentais dos seres que a povoam, gente de condição humilde, entre a paixão e o vício, o ciúme e o abandono, a prostituição e a expiação, a traição e a navalhada, a fé e a descrença, a força do destino e a reivindicação orgulhosa da independência e liberdade pessoais.

Não admira por isso que se encontre presente num sem número de fados cantados por Amália Rodrigues. Uma vez essa presença é implícita, nos seus espaços de rua, de viela, de tendinha, de boémia nocturna, de horas mortas, de obscuridade mal alumiada, de lugar de vivas saudades e de funestas amarguras,

de encontro de amantes e de desgraças; outras vezes é ostensiva e arrebitada, falando da paisagem urbana e fluvial, das gaivotas sobre a água, das belezas do Tejo, dos tipos como o Xico pescador e a Rita peixeira, a Mariquinhas e a Rosa Maria e tantos mais, dos santos populares e das manifestações alegres e ingénuas a que eles dão lugar, com as suas procissões, as suas marchas, as suas danças e as suas ruas, becos, pracetas e largos, ornamentados com luminárias, recortes de papel colorido, balões, flores, alcachofras e ervas de cheiro, sardinhas assadas e vinho, por vezes com uma memória histórica entrevista de relance («És o castelo da proa / da velha nau Portugal»).

A Lisboa que se recolhe em muitos desses fados é mais a das procissões e a das marchas populares («doida nas marchas de rua»), aquela em que o Tejo é tratado como um noivo, que há que seduzir e acalmar, que traz enxoval de espuma, tem lençol de prata à noite e veste «pijama de sol» de dia, que é violento mas fiel, com as suas boas e más marés e os seus ciúmes...

No conjunto, não falta a ressaca da saudade, como em «Lisboa à noite», de Carlos Dias-Santos:

*Ouviu cantar o fado, então sonhou
Que era a saudade aquela voz que ouvia.*

Segundo o catálogo que, sob o título de *Primavera*, o Museu do Fado dedicou a David Mourão-Ferreira, e a lista que a Fundação Amália Rodrigues elaborou, o elenco dos poetas «cultivados» cantados por Amália abrange pelo menos os seguintes nomes:

Do século XIII, Mendinho, Pêro de Viviães e D. Dinis;

Do século XVI, João Roiz de Castelo Branco, Bernardim Ribeiro e Luís de Camões;

Do século XIX, António Feliciano de Castilho e Fernando Caldeira;

Do século XX, António Feijó, Júlio Dantas, Afonso Lopes Vieira, Almada Negreiros, António de Sousa, José Régio, Sidónio Muralha, Vasco de Lima Couto, Luís de Macedo, David Mourão-Ferreira, Pedro Homem de Mello, Norberto de Araújo, Reinaldo Ferreira, Francisco Bugalho, Sebastião da Gama, Henrique Segurado, Alexandre O'Neill, José Carlos Ary dos Santos, Manuel Alegre, Teresa Rita Lopes, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes. E, claro está, deveremos incluir

neste grupo a própria Amália Rodrigues, cujos poemas, oscilando entre a tentação do popular e o tropismo do trágico, têm muito mérito literário.

As características temáticas destas letras também oscilam entre, por um lado, aquilo a que, na própria área dos poetas cultivados podemos considerar «popular», por outro lado, o poema de amor, solidão e abandono a exprimir-se numa *vox tragica* e, ainda por outro, o fado propriamente dito, pensado e escrito como tal. A regularidade formal é de regra, embora nalguns casos coexistam metros diferentes no mesmo poema. Alguns poetas, muito especial Pedro Homem de Mello e David Mourão-Ferreira contribuem, cada um deles, com um numeroso grupo de poemas. Contei nada menos de 11 do primeiro e 17 do segundo, embora, quanto a David, haja que ter em conta algumas adaptações e letras que ele assinou com diferente nome literário, «D. J. Ferreira». Seguem-se Luís de Macedo e José Carlos Ary dos Santos com sete letras cada um, tantas quantas as fornecidas pela lírica de Camões, a que deve acrescentar-se Manuel Alegre, com quatro textos.

Os poetas mais cantados, Pedro Homem de Mello, David Mourão-Ferreira, Luís de Macedo e Ary dos Santos, são, com excepção do último, uma presença constante na voz de Amália desde o início da década de 1950. Isto quer dizer que é entre vozes da *Presença* (mais tarde Régio também é cantado) e da *Távola Redonda* que o repertório mais literário de Amália começa por se construir. Ary dos Santos e Manuel Alegre só começam a sê-lo uns vinte anos mais tarde.

Todos estes autores dispõem de uma grande agilidade de oficina, de uma forte densidade verbal e de um sentido excepcional da musicalidade e da sonoridade do verso. É interessante notar que, sendo David um dos nossos maiores poetas eróticos, esse registo erótico quase não aparece, a não ser de modo implícito, nos textos que escreveu para Amália. A nota dominante, para além das articulações das personagens femininas a uma «naturalidade», luminosidade e colorido lisboetas, prende-se mais com o trágico da paixão que enfrenta obstáculos insuperáveis. Também Pedro Homem de Mello fornece textos em que o trágico da solidão humana ou do desencontro alterna com o pitoresco minhoto das paisagens tudo caldeado pelas pulsões da sua instintiva sensorialidade.

Os temas que Amália vai buscar a Ary dos Santos e a Manuel Alegre são já de outro tipo, em que uma intenção mais ostensivamente política vem agregar-se

a notas de enamoramento, metáforas de combate e vivências lisboetas. Em Manuel Alegre conflui uma rica herança da poesia portuguesa, de Camões a Junqueiro e a Gomes Leal, de António Nobre e Pessanha a Miguel Torga, na destreza versificatória, na sonora musicalidade e na eloquência poderosa de um lirismo cuja veemência tanto se exprime na poesia de amor e de exílio como na de indignação e de protesto. Por sua vez, Ary dos Santos, com um notável sentido da palavra cantada, alterna o poema de marcada intenção social e uma lírica amorosa de forte expressão metafórica, tudo com uma maneira muito pessoal de cantar Lisboa e a sua vida.

Assim, muitos anos depois de «Abandono», de David Mourão-Ferreira, Amália também acabou por incorporar no fado, sob uma capa de arrebatamento lírico que, no caso de Alegre, não esqueceu alguns acentos próprios da «Balada de Coimbra», o poema de combate e de resistência ao Estado Novo.

É a partir de Amália, mesmo antes da colaboração genial que ela recebeu de Alain Oulman, estando ainda por estudar o papel que a canção francesa desempenhou na génese das músicas que ele escreveu para a nossa artista, que os fadistas passam a tornar-se muito mais exigentes quanto à qualidade literária e à autoria das novas letras que procuram arranjar para os seus fados.

Mas passemos à poesia da própria Amália que tem sido objecto de menos atenção do que a obra de qualquer dos poetas citados, em curar de classificá-la de popular ou de cultivada, porque ela foi ambas as coisas.

Amália Rodrigues não teve qualquer espécie de educação formal. Na sua segunda carta a Vitorino Nemésio, ela assumia a confirmação disso mesmo: «Ai meu querido professor / Eu nunca fui sua aluna / Não tenho instrução nenhuma, / Como é que posso entender / O que o senhor quis dizer / Sem saber ler nem escrever?» E esse é um dos aspectos, talvez o menos referido e tratado, do milagre de Amália.

Será injusto esquecer que Amália cantou excelentes letras populares e escreveu excelente poesia, que umas vezes cantou («Lágrima», «Estranha forma de vida»...) e outras se limitou a publicar. São poemas intuitivamente relacionados com a sua maneira de estar na vida, quase sempre com uma recuperação requintadamente visceral de formas populares, mas que não desdenham aparentar-se, na sua sinceridade e espontaneidade, com alguma outra poesia que ela cantou como ninguém.

Nos seus versos, ela soube lançar mão de uma escrita poética intuitiva e certa, formalmente muito ancorada na tradição de matriz popular, com uma grande fluência, belos achados e, por vezes, algumas agudezas quase maneiristas.

A chave para entender o fenómeno, na parte em que ele pode ser entendido, creio que está precisamente nessa aliança de gosto apurado, sentido da musicalidade e do ritmo, simplicidade verbal e naturalidade de expressão que Amália soube processar com requintada destreza entre a ingénua frescura da tradição e da poesia do povo (da toada beirã às criações dos letristas populares que cantava) e o trato aturado com a poesia mais elaborada dos escritores que foi incorporando no seu repertório. A influência das oficinas de David Mourão-Ferreira e a de Pedro Homem de Mello nalguns dos seus temas próprios parece-me evidente. Mas as coisas não ficam por aí e há outros aspectos que surpreendem, como, em «Flores do verde pinho», esta habilíssima utilização de uma forma verbal arcaica: «Ai flores do verde pinho, / dizei que novas sabedes / da minha alma, cujas sedes / ma perderam no caminho!»

E há momentos de grande eficácia técnica. Recordo os meus dois fados favoritos de que Amália escreveu a letra, «Estranha forma de vida» e «Lágrima», o primeiro com a sua intensificação repetitiva pela retoma do primeiro verso de cada quintilha no remate dela, a acentuar a «estranheza» da vida daquele «coração independente», o segundo com a reiteração sincopada da primeira metade de cada verso, como se o próprio avançar do poema fosse depender desse «tactear», desse recommençar da procura da maneira de dizer para chegar à máxima intensidade lírica, a exprimir a fragilidade com que o ser humano se expõe desamparadamente na paixão. O texto de «Lágrima», obra-prima da Amália letrista, poderia ser quase integralmente reduzido a quatro quadras, mas a sua transfiguração dramática deve-se a essa espécie de leixa-pren, de retomar insistente e fracturante do teor de cada verso, reforçando uma dialéctica muito fadista que poderia esquematizar-se cruamente desta maneira: realidade/sonho, sofrimento de amor/disponibilidade para morrer.

Nos poemas não cantados (reporto-me à excelente edição de *Versos*, organizada em 1997 por Vítor Pavão dos Santos) mantêm-se muitas destas características, a que acresce em geral uma nota de humor e de auto-ironia muito pessoal (por exemplo: «Cá por dentro da cabeça / vazia como eu a tenho / por estranho que pareça / atendendo ao seu tamanho»...) Esse humor surge com frequência

nas peças de matriz mais popular e também no pequeno bestiário da autora (gafanhotos, grilo, bicho de conta, mosquitos, cabra e vários outros animais aí incidentalmente referidos).

Noutros fados, como «Lavava no rio lavava» e «Quando se gosta de alguém», a repetição é utilizada com excelentes efeitos, no primeiro a recordar a toada das cantigas de amigo e do romanceiro, no segundo, explorando contradições e perplexidades cujo sentido se reforça exactamente pela engenhosa recondução das questões ao mesmo pressuposto inicial («quando se gosta de alguém»). Já em «Amor de mel amor de fel», a sequência qualificativa e modulada do amor sentido entre os seus pólos de contentamento e amargura, joga com anáforas, com oposições, com hipérboles, com alusões à relação tonal de fado maior e fado menor e, por esta via, com a ambiguidade entre o sentido de fado (canção) e o de fado (*fatum*, destino).

Enfim, o que em Amália vive e sente está pensando e recordando, como ela escreve em «Depois disto... desisto», redondilhas que começam assim: «Tantas coisas que já li / Outras tantas que vivi / Fazem de mim o que sou / Ai se eu tivesse esquecido / Tudo o que tenho vivido / E o coração decorou».

É com Amália que a força do Destino e o sentido do trágico, ligados à vivência explosiva da paixão, fazem a sua verdadeira irrupção no fado de Lisboa. Outras tentativas, aliás tão belas quanto comoventes do mesmo ponto de vista do fado investido por uma carga trágica do Destino, como a de Maria Teresa de Noronha, foram menos bem sucedidas neste aspecto, talvez porque mais aristocraticamente marcadas na sua origem e bastante menos ousadas na sua proposta musical, isto é, talvez porque mais ligadas a uma tradição tão castiça que tinha menos condições para evoluir no mesmo sentido.

Amália soube incutir como mais ninguém um acento profundamente dramático à expressão daquilo que cantava. Não apenas por ser dotada de uma voz absolutamente extraordinária. A sua articulação por vezes centrava-se mais no significante do que no significado, mas acabava restituindo misteriosamente a este último todo o seu valor, e encontrou ou inventou melismas, inflexões verbais, tensões intra-silábicas, portamentos, arabescos e outros efeitos vocais, alguns porventura de uma inspiração mediterrânica bebida da Andaluzia à Córsega, mas todos eles únicos, pessoais, intransmissíveis e sobretudo singularmente adequados a traduzir uma entrega total à intensidade dos sentimentos, das

dilacerantes violências da paixão à angústia mais torturada, à ternura mais límpida, ou à alegria simplesmente ingênua dos fados que ela cantava.

De tudo isso se foi elaborando uma sua concepção do Destino ligado miticamente ao fado de Lisboa e melancolicamente mediatizado por ela, em que a veemência visceral se implicava numa dimensão existencial própria, a da experiência íntima de uma fatalidade irracional do sofrimento a pesar sem remédio sobre a condição humana, conquanto susceptível de uma redenção que acabaria por situar-se para além e acima de todas as contradições e de todos os desesperos vividos e enunciados. Neste sentido, Amália já era «camoniana» por instinto e intuição antes mesmo de cantar Camões e é porventura neste ponto, de todo anticartesiano como diria Eduardo Lourenço, que ela toca mais fundo na questão da identidade nacional.

Essa aura do trágico, essa pulsão da ansiedade angustiada, essa interferência de uma moira inelutável, assim reelaboradas em textos que vinham ao encontro da mitologia de que ela se tinha apropriado como de uma segunda natureza, ligaram, a partir dos anos 60, aspectos da criação cultivada a vestígios de uma matriz popular indesmentível.

Sob formas verbais diferentes, tanto os poetas ditos populares como os poetas ditos cultivados lhe forneceram textos cujas temáticas acabaram por coincidir e trouxeram ao fado notáveis enriquecimentos.

E também na medida em que a grande fadista cantou um vastíssimo leque de obras literárias que se distribuem por sete séculos da nossa literatura e da nossa identidade, podemos dar razão a David quando ele afirmou, na morte de Amália, ser ela um «heterónimo» de Portugal, o «heterónimo» feminino de Portugal.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2009)

A incerteza entre as duas culturas

ADRIANO MOREIRA

Começo esta meditação sobre o tema das duas culturas lembrando os textos de Hannah Arendt justamente sobre *Between Past and Future* (1954), e que circularam em tradução francesa, de 1972, com o título — *La Crise de la Culture*. Esta discípula de Jaspers, que viveu a crise do desmoronamento da supremacia europeia (1906-1975) foi documentando o processo, a partir da fuga ao Nazismo, com obras fundamentais sobre *As Origens do Totalitarismo*, *Ensaio sobre a Revolução*, *Eichman em Jerusalém*, *Condição do Homem Moderno*, e *A Vida do Espírito*.

Altamente preocupada com a questão da educação, escreveu páginas admiráveis, inquieta com a quebra dos valores da sociedade civil ocidental e da sua relação com os poderes políticos, articulando a crise da cultura com a crise da educação, retomando a lamentação de Hamlet: «os tempos perderam o rumo, é uma maldição que seja eu forçado a restabelecê-lo».

Mas a questão central da sua intervenção estava nos modelos culturais de comportamento, no equilíbrio entre a tradição e a exigível mudança, longe de Políbio para quem a responsabilidade da educação é simplesmente assegurar que os jovens «são dignos dos seus antepassados», segura de que eles enfrentavam um mundo que não era estruturado pela autoridade, nem imobilizado pela tradição.

Talvez não seja inteiramente errado, no que toca à evolução do seu pensamento, admitir que foi a conquista do espaço, marcado no imaginário mundial pelo desembarque na Lua, que despertou, ou pelo menos intensificou, a sua preocupação com a *outra cultura*, perguntando-se: «a conquista do espaço pelo homem aumentou ou diminuiu a sua dimensão?».

A resposta inicial que deu encontra-se provavelmente neste texto: «o essencial é que a ciência moderna — pouco importam as suas origens e objectivos iniciais — mudou e reconstruiu tão radicalmente o mundo no qual vivemos que se poderia objectar que o profano e o humanista, continuando a confiar no seu senso comum e a comunicar na linguagem de todos os dias, perderam o contacto com a realidade».

De facto, era uma das vozes autorizadas, pela sua humanidade e pela autoridade adquirida na longa vida de meditação sobre o pensamento político contemporâneo, a orientar no sentido de criar um novo modelo universitário mundial.

Quando morreu, em 1975, tinha ainda assistido ao facto de a formação profissional ter sido finalmente alinhada com o objectivo universitário da «qualidade cultural, científica e de cidadania», mas já não ao processo intergovernamental de Bolonha (1999), nem à Estratégia de Lisboa (2000) que prometeram elevar o financiamento da investigação e desenvolvimento, até 2010, a 3% do PIB. Conheceu ainda a massificação dos anos 70, as tendências para diminuir o enquadramento das Universidades pelo Estado, e a criação das Agências de Avaliação.

Foi neste período que cinco anos depois, em 1959, C. P. Snow fez, na Cambridge University, a conferência que intitulou *The Two Cultures*, no seguimento de um artigo publicado anos antes (1956).

Se por seu lado Hannah Arendt, uma das autoras mais influentes da ciência política do século, sentira o desafio que as ciências duras faziam às humanidades, designadamente pelo facto de a conquista do espaço exigir da Câmara dos Comuns, no seu parecer, «a renúncia a uma visão do mundo antropocêntrico ou geocêntrico», e também «uma eliminação radical de todos os elementos e princípios antropomórficos vindos do mundo oferecido aos cinco sentidos do homem ou das categorias inerentes ao seu espírito». Uma das suas conclusões de síntese, foi esta: «...o que é essencial aqui, é que a ciência moderna — pouco importam as suas origens e os seus objectivos essenciais — mudou e reconstruiu tão radicalmente o mundo em que vivemos que se poderia objectar que o profano e o humanista, continuando a confiar no seu senso comum e a comunicar na linguagem de todos os dias, perderam o contacto com a realidade, que compreendem somente as aparências, mas não o que se esconde atrás das aparências (como se pretendesse compreender uma árvore sem ter em conta as raízes)».

Sublinhando que foi a técnica que deu ao homem comum e profano a possibilidade de relacionar a mudança com os avanços da ciência, adiantou que «o índice mais significativo de uma autodestruição reside na descoberta por Heisenberg do princípio da incerteza».

Por seu lado, aquilo que despertou a atenção de C. P. Snow foi a distância, que julgou necessário sublinhar, entre os cientistas e as humanidades. Recorda:

«aconteceu-me frequentemente partilhar literalmente o meu tempo entre cientistas, com os quais trabalhava durante o dia, e os confrades “das letras”, na companhia dos quais passava a *soirée* e a noite... Tinha, com efeito, perpetuamente o sentimento de oscilar entre dois grupos humanos, de inteligência comparável, de raça idêntica, de origens sociais relativamente próximas, tendo rendimentos iguais — entre os quais toda a comunicação estava praticamente cortada e que, no plano intelectual, moral e psicológico, tinham tão pouco em comum que se tinha a impressão, vinda de Burlington House ou de South Kensington à Chelsea, de atravessar um oceano».

Numa data em que, como também advertiu Hannah Arendt, «a ciência está em crise de determinar em grande parte o nosso destino, quero dizer a nossa vida ou a nossa morte, o perigo manifesta-se sobre um plano eminentemente prático».

O grande risco, no diagnóstico de C. P. Snow, estava em que, numa cultura dividida, apenas os cientistas estão sabedores de algumas potencialidades, o que torna o processo político extremamente complexo e perigoso.

Talvez seja apropriado, sem atentar contra o pensamento de C. P. Snow, assumir que o conceito de distância entre as duas culturas tem o seu acento tónico na relação da ciência, e da sua deriva técnica de intervenção social, com a ética, com os valores dominantes do tecido cultural afectado, com o relativismo que finalmente presidiu a todas as derivas da governança dos Estados e da comunidade internacional.

Todavia, se relacionámos a domesticação da energia atómica com o ponto crítico daquela relação, não deixaremos de sublinhar que o Prof. Oppenheimer, que dirigiu a então surpreendente equipa de investigadores responsáveis pelo histórico feito, foi acompanhado por todos os colaboradores na assinatura do Manifesto de Los Alamos, no qual, em plena guerra de 1939-1945, pediam aos governos que não utilizassem esse terrível poder: os bombardeamentos de Nagasaki e Hiroshima foram um anúncio de que o Holocausto estava ao alcance da política, e o decretado fim da carreira de Oppenheimer tornou claro que o afastamento da ética era mais ameaçador na área da política do que no campo da ciência, o que não impedia que cada um dos sectores tivesse os seus loucos.

Partindo desta referência, certamente breve e não completamente satisfatória, atrevo-me a sugerir que a perspectiva do poder político, sempre atento à

conquista, exercício, e manutenção das suas capacidades, é uma variável importante da alegada distância entre as duas culturas.

Procurando respeitar a exigência de brevidade, recordarei que, em 14 de Novembro de 1966, fui solicitado no sentido de, na abertura solene das aulas da Universidade Técnica de Lisboa, fazer uma avaliação da circunstância do ensino das ciências sociais, no seu conceito vasto daquela época.

Usei o título de — *Para um Ministério da Ciência*, e espero não ter com isso responsabilidades na gestão que o Estado organizou do sector nesta viragem do Milénio. Circulava então uma interrogação de Hauser, numa data em que, como escrevi, o futuro batia «com mais força à porta da angústia dos homens e das instituições», pergunta formulada nestes termos: *are the social sciences ready?* Por esse tempo, Radcliffe Brown confessava que inventara a expressão *Antropologia Social* para conseguir ensinar sociologia numa velha universidade inglesa, e Robert Lynd, em 1939, anotava que a situação da área, em face da barreira política, se traduzia neste conceito: *Lecturing on navigation, while the ship is going dawn*. Nesta data ficaria mais amargurado do que surpreendido, se tivesse notícia da anarquia mundial a que chegámos.

As resistências do poder político, variáveis de intensidade em função da natureza dos regimes e das tabelas de objectivos variáveis de qualquer dos regimes, talvez possam ser identificadas por algumas defesas que todos organizam.

Em primeiro lugar o receio político da *prospectiva*, nascida e orientada por convergências entre as duas culturas, e que pareceu trazer à lembrança do poder político os prognósticos que levaram Florença a intimar a Jerónimo Savonarola a proibição de falar *de futuribus*. Nos seus anúncios, o frade, a caminho do suplício, incluía a morte de Lourenço-o-Magnífico, a morte do Papa Inocêncio, a reforma da Igreja, e o aparecimento de um novo Ciro: *Agite poenitentiam*, era o brado final.

O que chamo *Complexo de Savonarola* inscreveu-se na inquietação dos poderes políticos das mais variadas matrizes, designadamente acrescida à medida que a metodologia científica ocupava o lugar antigo das vozes que orientavam os iluminados da estirpe de Nostradamus. A desestruturação dos aparelhos do poder, o descrédito dos anúncios semânticos de programas sem apoio na realidade, a contribuição para a tomada de consciência do poder das populações, a intervenção científica acusada de ser uma denúncia, a prospectiva demolidora das

utopias, tudo animou as atitudes de defesa da sede do poder, destinada a limitar e demorar a presença das ciências sociais nos centros universitários.

A organização arquipelágica do ensino superior e da investigação, quer nas relações interestaduais, quer na própria definição interna de cada Estado, não facilitou a ultrapassagem desta situação, agravada pelos regimes totalitários que foram numerosos e se protegiam com ideologias preservadas oficialmente de qualquer crítica.

O regime policiado da circulação de títulos académicos obtidos no estrangeiro destacou-se entre os embaraços que as ciências sociais tiveram de enfrentar. A ONU e as suas agências especializadas, com destaque para a UNESCO, contribuíram para que a liberdade académica de circulação progredisse de forma considerável.

No encontro das ciências exactas com as ciências sociais, a questão do *cientismo*, a convicção de que o método das primeiras era aplicável aos problemas humanos, abriu uma divergência não inteiramente sanada pela corrente moderada da compreensão (*Verstehen*), herdeira de Kant e de Dilthey, opondo a visão positivista (*explanatory*) da primeira à visão justificadora (*justificatory*) da segunda, com intervenção da herança recebida de Max Weber (1864-1920).

Em alguns casos, e certamente foi o caso português, a estrutura arquipelágica foi agravada, no que toca ao desenvolvimento das ciências sociais, pelo predomínio dos juristas na estrutura do poder político. Por exemplo, a dificuldade de a *economia* conseguir a autonomia do ensino universitário, em que se destacou o nosso Instituto Superior de Ciência Económicas e Financeiras, com intervenções directoras como as de Moisés Amzalak, Bento de Jesus Caraça, Leite Pinto, Pinto Barbosa, Pereira de Moura, teve sobretudo origem na oposição dos juristas que defendiam a exclusividade e suficiência da economia normativa. O debate sobre o progresso, que J. B. Bury talvez tenha iniciado com o seu *The Idea of Progress* (1920), que Comte avançou com o seu positivismo, implicando o debate sobre fins e meios, não deixou de embaraçar, designadamente no plano político, a relação entre as duas culturas, como foi evidente no enfrentamento com os totalitarismos ideológicos, ou até mais moderadamente autoritários.

As inquietações do Milénio, levaram a um conjunto de interrogações sobre o mundo e a vida, finalmente partilhadas por uma pluralidade de atitudes, religiosas, racionalistas, marxistas, existencialistas, de modo que, como escrevi naquele

texto de 1966, «os temas da subjectividade, da solidão, do desespero, do nada, da ambiguidade, já não são problemas de um ou de cada homem, são problemas do género humano estarrecido com o poder que alcançou, só ultrapassado pela ignorância». Como melhor escreveu Sartre, «a humanidade inteira, se continuar a viver, não será simplesmente porque nasceu, mas porque terá decidido prolongar a sua vida. Não mais existe espécie humana. A comunidade que se faz guardiã da bomba atómica está acima do reino natural, porque é responsável pela sua vida e morte; cada dia, cada minuto, será necessário que consinta em viver»; e Chardin, o luminoso autor da *Missa sobre o Mundo*, escrevia que «a influência física de cada homem, limitada antes a alguns quilómetros, estende-se agora a centenas de léguas... cada indivíduo se encontra daqui em diante, activa e passivamente, simultaneamente presente à totalidade do mar e dos continentes, coextensiva à Terra».

Atingido este poder que, como todo o poder absoluto, ameaça os titulares com a vertigem agora apocalíptica, abriu caminho a perspectiva de Eduard D. Wilson, entre nós divulgado por Fraústo da Silva, com o seu *Consilience — The unity of Knowledge* (1998), autor já chamado por Tom Wolfe — «a new Darwin».

Altamente consciente do risco da vertigem causada pelo poder assumido, a sua pergunta crucial é — *To What End?*

Tocando no ponto angustiante das ciências da vida, pergunta: «algures, no próximo século, esta orientação conduzirá ao dominante período volitivo da evolução. O avanço criará uma nova espécie de problema ético, que será «*the Faustian decision of witch I spoke: How much should people be allowed to mutate themselves and their descendents?*».

Como que invocando Arendt, quando chamou a atenção para o desafio *Between Past and Future* (1954) que recordei, afirma que «chegaremos a compreender o verdadeiro significado de conservadorismo: Com este abusado e confuso termo... refiro a ética que acarinha e apoia as raízes e serviços das melhores instituições de uma comunidade. Por outras palavras, o verdadeiro conservadorismo é uma ideia que tanto é aplicável à natureza humana como às instituições sociais».

Concordando pois com o imperativo de decidir continuar a viver, procura a conciliação das culturas, concluindo que se nos considerarmos libertos da nossa herança «*we will become nothing*».

O regresso ao amor da sabedoria, à essência dos valores, às perguntas e dúvidas sobre o sentido e justificação de todas as coisas, à recusa do pragmatismo que aceita que os fins justificam os meios, à humildade de admitir que a nossa ignorância é seguramente muito mais vasta do que os passos dados pela ciência, é o apelo feito para evitar o desastre da vertigem do poder conseguido, todos e cada um escolhendo o seu ponto de apoio, e a sua resposta. Por mim, depois desta despretensiosa meditação, regressei à leitura e conforto de Chardin, relendo a *Missa sobre o Mundo*.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA ÀS CLASSES DE CIÊNCIAS E LETRAS
NA SESSÃO CONJUNTA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009)

Das «duas culturas» à crise ambiental: a urgência de uma revolução ptolemaica nas ciências¹

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

«(...) há um domínio de angústia comum da humanidade que constitui o fulcro da autonomia e do universalismo das ciências sociais: esse domínio é essencialmente preenchido (...) pelos problemas suscitados pelas crises e revoluções contemporâneas, assim como pela evolução das ciências da natureza e das suas técnicas (...) já não são problemas de um ou de cada homem, são problemas do género humano estarecido com o poder que alcançou, só ultrapassado pela sua ignorância.»

Adriano Moreira²

Em 7 de Maio de 1959, o cientista e escritor Charles Snow proferiu a sua famosa *Rede Lecture*, na Universidade de Cambridge, intitulada *The Two Cultures*, que se tornaria, para enorme surpresa do seu próprio autor no seu texto de maior difusão e impacto internacional³. Nessa palestra, Snow defendia duas teses principais. De acordo com a primeira, a marcha da modernidade é marcada pela ruptura entre duas escolas do pensamento: os «intelectuais literários» (*literary intellectuals*) contra os «cientistas naturais» (*natural scientists*). A segunda tese, mais inovadora, afirmava que o valor da ciência (não a sua unidade) seria conquistada pela legitimidade social, combatendo a pobreza global, o que só seria possível através da expansão da «revolução científica» (*scientific revolution*).

¹ Este texto desenvolve teses que foram desenvolvidas, em primeiro lugar numa Conferência proferida na Academia das Ciências de Lisboa, em 26 de Novembro de 2009, e posteriormente aprofundadas num ensaio já publicado: «Crise do Ambiente? Será que sabemos do que falamos?», *O Ambiente na Encruzilhada. Por um Futuro Sustentável*, coordenação de Viriato Soromenho-Marques, Lisboa, Esfera do Caos 2010, pp. 17-31.

² Adriano Moreira, «Para um Ministério da Ciência», *Estudos Políticos e Sociais*, Revista trimestral do Instituto superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Lisboa, Volume IV, n.º 4, 1966, p. 1246.

³ Charles Percy Snow, *The Two Cultures*, with Introduction by Stefan Collini, Cambridge, Cambridge University Press, 2003 [1959].

§1. OS DISCÍPULOS CONTEMPORÂNEOS DO DR. PANGLOSS

Com um entusiasmo prometeico, que no século XXI choca com os desastres da crise ambiental e os temores públicos dos riscos tecnológicos, Snow defendia uma via técnica e industrial para suprimir a pobreza no mundo. «Para as tarefas de completa industrialização de um grande país, como é o caso da Índia contemporânea, apenas carecemos de ter vontade para formar um número suficiente de cientistas, engenheiros e técnicos. Vontade, e um curto período de alguns anos. Não existe prova empírica de que algum país ou raça sejam melhores do que quaisquer outros em matéria de aprendizagem científica. A tradição e os antecedentes técnicos parecem contar surpreendentemente pouco»⁴. Alguns comentadores assinalam a forte impressão causada em Snow pelas grandes alterações em sociedades rurais, como a Rússia e a China, na sequência das revoluções operadas, respectivamente, em 1917 e 1949. Mas, descontando a provável informação deficiente do autor sobre as consequências reais destas duas revoluções, o fascínio de Snow não era de natureza ideológica ou política. A sua grande aposta era de natureza tecnológica, ou, melhor dito, tecnocrática, em sentido estrito. Ele acreditava no poder plástico da técnica na transformação radical do mundo, incluindo problemas endémicos e bíblicos como a pobreza. Ele julgava que existia uma fórmula técnica, um «truque», um dispositivo capaz de erradicar a pobreza do mundo: «Qualquer outra coisa no mundo que conhecemos poderá sobreviver ao ano 2000, mas esta não. Uma vez que o truque de se tornar rico seja conhecido, tal como é o caso hoje, o mundo já não poderá sobreviver metade-rico e metade-pobre»⁵.

Parece evidente que Snow, apesar de habitar nas duas culturas (era cientista e escritor), acabou por abraçar apenas uma delas, a cultura dos «cientistas naturais», na sua versão mais grosseiramente técnica. Snow, sem dúvida bem-intencionado, transformou-se num profeta falhado, precisamente por ignorar a complexidade do mundo e a necessidade de se repensar a organização das

⁴ «For the task of totally industrialising a major country, as in India today, it only takes will to train enough scientists and engineers and technicians. Will, and quiet a small number of years. There is no evidence that any country or race is better than any other in scientific teachability. Tradition and technical background seem to count for surprisingly little.» Charles Snow, *op. cit.*, p. 45.

⁵ «Whatever else in the world we know survives to the year 2000, that won't. Once the trick of getting rich is known, as it now is, the world can't survive half rich and half poor.» Charles Snow, *op. cit.*, p. 42.

ciências e a estrutura de trabalho cooperativo dentro das Academias e Universidades. É verdade que o mundo é sempre verde, e o saber humano sobre ele, uma representação cinzenta e aproximada, para citar livremente Goethe. Contudo, a condição dilacerada em que a *episteme* permanece não só não permite uma aproximação mais rigorosa à «realidade», como um todo, como conduz a subestimar os perigos e a trocar as prioridades.

Os erros projectivos de Snow não seriam únicos. No início do presente século um conhecido editor de ciência convidou vinte e cinco dos mais notáveis especialistas em outros tantos ramos da actividade científica para se debruçarem prospectivamente sobre o que poderia ser o próximo meio século de investigação nos seus respectivos campos de pesquisa⁶. O resultado é surpreendente. Com algumas excepções, as visões apresentadas são promissoras e optimistas. Tal como o Dr. Pangloss, nas ruínas da Lisboa destruída pelo terramoto de 1755, também estes membros do escol da comunidade científica mundial parecem imunes aos relatórios que, diariamente, nos chegam sobre um Planeta cada vez mais degradado e ecologicamente disfuncional. Neste ensaio, tentaremos perceber as razões das dificuldades sentidas, desde o mais comum dos cidadãos até a muitos premiados-Nobel, quando se trata de tornar o conceito de «crise do ambiente» numa categoria operacional. Veremos também que, cada vez mais, se perfila no horizonte a urgência de conduzir as ciências a uma nova revolução, epistemológica e perspectivista, que, sem abandonar a riqueza de quatro séculos de copernicanismo, se assuma como ptolemaica na sua finalidade e na sua ética de profundo empenhamento pela defesa da continuidade da vida humana nesta nossa única morada planetária.

§2. O FUNDAMENTO ANTROPOLÓGICO DA FRAGMENTAÇÃO CIENTÍFICA?

Foi Ernest Gellner quem cunhou a expressão «homem modular» para definir o estatuto fragmentado da condição humana nas diferentes vagas da

⁶ John Brockman (editor), *Os Próximos Cinquenta Anos. A Ciência na Primeira Metade do Século XXI*, tradução de Rui César Vilão, Lisboa, Esfera do Caos, 2008, 286 pp.

modernidade em que nos encontramos mergulhados. Cada um de nós transita em vários territórios, simultaneamente, desempenhando diferentes papéis, nem sempre portadores de um fio condutor, ou de uma linha de força unificadora e coerente⁷.

Ao contrário do que ocorria com os previsíveis habitantes das sociedades pré-modernas, ou que continua a suceder com os membros das sociedades contemporâneas, marcadas pela hegemonia de fundamentalismos, historicamente recalcados, regressados agressivamente à boca de cena da história, nós, cidadãos das sociedades democráticas do Ocidente, não nos deixamos trair pelo vestuário ou pelos hábitos dietéticos. Somos portadores do enigma do nosso pluralismo, prisioneiros da capacidade de desempenhar múltiplos papéis funcionais, ou de articular os mais desconcertantes jogos de linguagem. Do reflexo para o exterior dos nossos gestos e comportamentos parciais ninguém poderá deduzir ou adivinhar o que somos no nosso todo. Poderá mesmo ocorrer a suspeita de que esse todo é improvável, ou uma mera obra em progresso...

Gostaria de alargar a hipótese da «modularidade» ao terreno da crise do ambiente, que entre 2006 e 2009 voltou ao centro da retórica política e mediática mundial (antes de voltar a ser submersa na sombra da crise financeira e económica mundial declarada em 2008), sobretudo através do crescendo de preocupações com a evidência das alterações climáticas, convergindo no sempre aparente e frágil consenso entre actores políticos, económicos e sociais sobre a gravidade do que se arrisca nesse processo, bem como na urgência de uma resposta à altura da escala da ameaça. Antes do fracasso da Conferência de Copenhaga, em Dezembro de 2009, chegou-se mesmo a alimentar a impressão de que, ao contrário do que ocorre tantas vezes, neste caso da crise ambiental e climática o parecer dominante de alerta e precaução da comunidade científica não teria tombado no solo estéril da inércia dos que detêm posições de comando, mas ter-se-ia antes tornado no húmus fértil que alimentaria o erguer-se da comunidade internacional numa frente comum contra o perigo ontológico que se abriga neste século. Será que é disso que se trata? Será que estamos todos a dizer o mesmo quando falamos de «crise do ambiente»? Ou será que, presos na dilaceração funcional da nossa «modularidade», feita de valores, perspectivas e interesses díspares, reflectiremos

⁷ Ernest Gellner, *Conditions of Liberty: Civil Society and Its Rivals*, Londres, Allen Lane, 1994, p. 97 ss.

a crise do ambiente como a luz nas mil centelhas de um espelho quebrado, incapazes de produzir ou partilhar uma representação comum dessa ameaça global?

§3. COMPREENDER O SENTIDO PROFUNDO DO CONCEITO DE «CRISE»

As palavras servem para diferenciar as coisas e os actos mundanos, para orientarem o pensamento na tarefa que lhe compete de iluminar os caminhos onde a acção se projecta e prolonga. Ora, quando falamos de crise do ambiente, corremos o risco de não desempenhar adequadamente essa tarefa de denotação, de identificação das diferenças.

O conceito de «crise» tem vindo a sofrer, tanto na linguagem quotidiana como no discurso académico, um processo de nivelamento, de perda da capacidade de ser um vector semântico significativo. A palavra tem sofrido um uso excessivo, aplicando-se para designar quadros críticos que vão da saúde mental ao funcionamento dos mercados de capitais. Tornou-se uma palavra ruidosa (*buzzword*), dominada pela ambiguidade.

Há dois segmentos semânticos contidos na origem da palavra «crise», a partir do grego antigo, que têm vindo a ser confundidos ao ponto de se perder a tensão significativa que resultaria da sua manutenção e coexistência activas: a saber, a diferença entre o *juízo de situação* (como o diagnóstico de um médico) e o *juízo deliberativo*, a decisão de superar as dificuldades encontradas (como a sentença de um juiz para equilibrar, na balança da justiça, o mal causado por um crime confirmado por provas irrefutáveis). É no *Poema* de Parménides (fragmento 8.15) que estas duas dimensões primordiais emergem com nitidez, com um peso equivalente para ambas, a avaliação e a decisão.

No linguajar comum, a palavra «crise» tem muitas vezes ficado retida na esfera estreita da *avaliação*. O domínio crucial da *decisão* tem sido esquecido, ou, pelo menos secundarizado, sendo entendido mais como algo que decorre da crise e não tanto como uma exigência interna ao seu processo de compreensão. E há um mundo de diferença entre pensar a decisão como parte de algo, ou como alguma coisa que se situa no seu exterior.

A integridade semântica do conceito de crise, na sua acepção original, é de enorme importância se quisermos que a classificação do que ocorre hoje à escala global com o estado do ambiente (e não só com o clima, que é, certamente, uma configuração essencial do ecossistema planetário, globalmente considerado). O valor da predicação de «crise» jamais poderá ser obtido plenamente, sem percebermos que o diagnóstico da situação ambiental não pode ser divorciado das decisões adequadas e atempadas, isto é, de todas as medidas necessárias para fazer face aos aspectos ameaçadores identificados no diagnóstico. Essas medidas vão das leis e estratégias políticas, passando pela investigação e inovação científica e tecnológica, até ao investimento financeiro e empreendedorismo económico, sem esquecer as mudanças de comportamentos individuais, a reconstrução dos pequenos gestos do cidadão no seu *ethos* como consumidor responsável.

Infelizmente, também o discurso académico tem contribuído para enfraquecer a função de alerta contido no conceito originário de «crise», esmorecendo com isso o seu papel de antecipação das ameaças e perigos. Ao longo do melhor da nossa tradição intelectual tem havido um certo comprazimento, que vacila entre o *pathos* trágico e a exaltação épica, com o papel de demiurgo do novo, e mesmo de alegado agente do progresso, desempenhado pelas crises ao longo de toda a modernidade. O filósofo Hegel condensa bem essa ideia quando profere esta famosa declaração: «A história universal não é o chão da felicidade. Nela os períodos felizes são páginas em branco.»⁸ Como poderemos proclamar alertas ou mobilizar respostas se as crises parecem ser as forças parturientes do destino histórico, de tudo aquilo que deve ser registado nas crónicas pungentes da memória histórica?

§4. A DIFERENÇA CRÍTICA ENTRE «CRISE» E «COLAPSO»

Os períodos de crise são, na verdade, momentos excepcionais na história dos povos e dos indivíduos. Eles põem à prova as capacidades criadoras, a

⁸ «Die Weltgeschichte ist nicht der Boden des Glücks. Die Perioden des Glücks sind leere Blätter in ihr.» (Friedrich Hegel, *Vorlesungen über die Philosophie der Geschichte*, Werke, vol. 12, 42, Frankfurt am Main, Suhrkamp, 1986).

resistência e a resiliência dos grupos sociais, das instituições e das pessoas. A partir da sua própria experiência singular, cada um de nós pode compreender o que há de verdade na asserção de Hegel acima citada. Contudo, a «superação» (*Aufhebung*) dos aspectos mais negativos de qualquer crise não nos deve conduzir à posição extrema de banalizar o sofrimento, a dor e a destruição que, geralmente, lhe estão associadas. As injustiças colossais, perdas de vida e delapidação de riqueza obtida pelo trabalho humano, que são cometidas nas guerras, nas revoluções, ou nas metamorfoses tecnológicas dos sistemas económicos — momentos críticos por excelência —, não podem ser anuladas e esquecidas pelo saldo positivo que os vindouros possam encontrar no balanço final dessas transformações. Ao contrário do muito propalado tribunal da História, o que dela podemos esperar não é uma sentença que perdoe dívidas ou absolva culpas, mas tão-só o difícil registo e a penosa conservação dos dados empíricos, das crónicas dos eventos, a articulação mais rigorosa possível dos factos, para que estes possam sobreviver às sucessivas vagas de interpretação que cada geração efectua sobre o passado, tornando-o no *seu* passado, apropriando-se dele por uma via hermenêutica sempre em fase de (re)elaboração.

A ideia de que há um limite para além do qual a produtividade da crise se torna materialmente impossível e moralmente inaceitável perdeu-se nas tendências intelectuais maioritárias da modernidade. O optimismo, em particular o optimismo tecnológico ou tecnocentrado, ganhou uma dimensão de destaque face a outras leituras tanto do passado como relativas às modalidades de avaliação das possibilidades contidas no futuro. O optimismo tornou-se numa espécie de *a priori*, de grelha transcendental da leitura da história. Esse optimismo une as escolas de pensamento mais díspares: desde os arautos do pós-humanismo do século XXI aos seguidores da filosofia da história de Marx, para quem «a humanidade só se coloca tarefas que está em condições de resolver» (*stellt sich die Menschheit nur Aufgaben, die sie lösen kann*)⁹.

⁹ Karl Marx, «Vorwort Zur Kritik der politischen Ökonomie [1859]», *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), ed. Günter Heyden und Anatoli Jegorow, Berlin, Dietz Verlag, 1980, vol. II/2, p. 101. Ver também o meu texto «O Desafio da Pós-Humanidade», *Metamorfoses. Entre o Colapso e o Desenvolvimento Sustentável*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2005, p. 183 ss.

Semelhante atitude, muito associada no terreno prático à tecnofilia do *technological fix*, à crença, muitas vezes ingénua, de que haverá sempre um dispositivo técnico para a resolução de qualquer problema, por muito gigantesco que este seja, contribuiu em muito para os processos de *cegueira organizada* que permitiram a acumulação quase despercebida no espaço e no tempo dos factores e indicadores da crise ambiental, ao ponto de termos chegado a esta situação de grande vulnerabilidade à escala global em que hoje nos encontramos. Não surpreende, portanto, que tenha sido em torno do ambiente que a reflexão das ciências e do pensar se tenha erguido em busca de uma nova visão capaz de devolver o conceito de crise ao seu significado original de alerta e urgência.

Já em 1949, Bertrand Russell colocava a pergunta crucial: será que a nossa sociedade científica poderá estabilizar-se e sobreviver à sua própria dinâmica de expansão? A resposta dependeria da nossa capacidade de enquadrar as dinâmicas disruptivas causadas por três factores críticos com verdadeiro impacto sistémico: a desmesura demográfica, o risco de guerra nuclear, e as agressões ao ambiente. Para Russell, o sulco cataclísmico deixado pelo impacto negativo do crescimento económico sobre os ecossistemas era iniludível: «Tanto a indústria como a agricultura num grau continuamente crescente são desenvolvidas de maneiras tais que desperdiçam o capital de recursos naturais do mundo.»¹⁰

Mas como poderemos nós designar uma crise que corre o risco, não de revelar a fibra mais heróica dos indivíduos e as capacidades de bom desempenho efectivo das instituições, mas de nos conduzir a um deserto de ruínas, ao silêncio mais abandonado que a Terra alguma vez escutou desde que é habitada por mulheres e homens? Como designar a crise do ambiente, que parece ser mais crítica do que todas as outras que a antecederam ou que a acompanham?

Um bom contributo para uma resposta a essa pergunta essencial foi dado pelo canadiano Thomas Homer-Dixon ao baptizar a nossa época como sendo caracterizada por um «défice de engenho» (*ingenuity gap*). Ao contrário do optimismo típico da tecnofilia, Homer-Dixon aconselha-nos a olhar com prudência para os nossos desafios contemporâneos, cuja grandeza e complexidade aconselham a

¹⁰ «Both industry and agriculture to a continually increasing degree, are carried on in ways that waste the world's capital of natural resources.» (Bertrand Russell, «Can a Scientific Society be Stable?», *British Medical Journal*, December 10, 1949, p. 1307).

uma atitude prudencial. Trata-se de uma espécie de corrida contra o tempo, entre problemas globais (sobretudo de âmbito ambiental) ameaçadoramente reais e as potenciais respectivas soluções, possíveis mas ainda longe de serem efectivas. É uma corrida que ainda está por decidir, mas que, de momento, parece inclinar-se mais para o lado dos tortuosos problemas actuais do que das soluções que o futuro poderá, eventualmente, albergar para os mesmos¹¹.

Como poderemos, então, designar uma crise sem solução à vista, uma crise que pode mergulhar para dentro de si mesma, num processo de implosão com características e consequências imprevisíveis? Sem dúvida que a estas perguntas só poderemos responder com um outro conceito, o de «colapso». Jared Diamond e outros autores têm procurado, justamente, chamar a atenção para a natureza especial da crise ambiental. Uma crise que se transforma em colapso não pode ser absorvida por nenhuma lógica «optimista». Os colapsos de civilizações, tão atentamente estudados por Diamond num registo geográfico global e numa amplitude histórica várias vezes milenar, terminam em ruínas, em silêncio. São a vitória do mal e do nada sobre todas as justificações e teodiceias¹².

No seu limite mais radical, a crise global do ambiente, sobre a qual todos falamos, correria o risco de ser apenas o início de um processo global que poderia arrastar a própria civilização humana, pela primeira vez a uma escala igual à do próprio planeta, para um abismo ontológico. Uma crise que, na verdade, seria a antecâmara do colapso. Se a situação é tão grave, como foi possível que não nos tenhamos entendido o suficiente sobre isso, gerando os consensos científicos e políticos indispensáveis para passarmos à acção decisiva, às medidas que possam evitar a ruptura? Como foi possível que a sociedade tecnológica e cientificamente mais avançada que o planeta já conheceu corra o risco de chegar demasiado tarde àquela incerta encruzilhada que separa a estrada da crise, daquela outra que conduz ao colapso?

¹¹ «We are indeed in a race between hard imaginative thinking — or what I call ingenuity — and the ever expanding complications of our world. And in too many critical places, and on too many critical issues we're losing the race.» (Thomas Homer-Dixon, «Ingenuity Theory: Can Humankind Create a Sustainable Civilization», 2003 — acessível na página pessoal do autor).

¹² Jared Diamond, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*, Nova Iorque, Viking, 2004.

§5. A CRISE DO AMBIENTE COMO DESAFIO AOS LIMITES E LIMITAÇÕES DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Na cultura popular de massas do século xx (o correspondente, numa analogia grosseira, à «filosofia popular» [*Populärphilosophie*] da Prússia do final século xviii), cujo impacto se prolonga, ao menos parcialmente, pelo nosso século xxi, dominava uma concepção de ciência caracterizada por misturar elementos provenientes, por um lado, da autoconfiança positivista («só a ciência tem condições para produzir conhecimento verdadeiro») e, por outro lado, das nossas mais ingênuas esperanças («a ciência é a actividade humana mais nobre e desinteressada, visando espontaneamente o bem-estar da humanidade»). Para semelhante modelo de crença popular, a ciência, combinando no mesmo cadinho a busca da verdade e a filantropia, só poderia ser vislumbrada como a principal protecção do género humano contra toda a espécie de perigos, actuais ou potenciais, sendo nessa medida a principal candidata não só à acção de identificação da crise global do ambiente como à atempada apresentação das medidas mais eficazes para a combater com eficácia, o mesmo é dizer, de forma preventiva.

Mas a diferença entre o mundo ideal das convicções integrantes da mitologia das nossas sociedades mediáticas de massas e a realidade não poderia ser mais contrastante. Se atentarmos ao processo de formação dos problemas constitutivos daquilo que poderemos designar hoje como a *constelação da crise ambiental*, o que se poderá dizer, no mínimo, é que ao fazê-lo estaremos em condições de elaborar uma espécie de galeria de heróis e heroínas. São vozes e percursos solitários que, na maioria dos casos, contaram com uma forte hostilidade ou uma inóspita indiferença por parte dos seus pares. Desde logo, Robert Malthus, o pai do alarme demográfico, que viu o seu nome transformado num insulto; Svante Arrhenius, para as alterações climáticas; Aldo Leopold, para as questões da ética ambiental; Rachel Carson, para a onnipresente contaminação química da cadeia alimentar; Cousteau, para a destruição dos ecossistemas marinhos; Kenneth Boulding, para a economia ecológica; Hannah Arendt, para a metafísica dos tempos difíceis, entre alguns outros nomes de pioneiros e pioneiras.

Os heróis e as heroínas, em qualquer domínio da actividade humana, existem para serem louvados. O seu sacrifício sinaliza caminhos ainda por desbravar, e a sua coragem serve para alimentar em nós a crença de que talvez a existência

da humanidade não tenha sido em vão. Contudo, o heroísmo científico como experiência solitária é quase uma contradição nos termos. O que diferencia o «amigo do saber», pré-moderno, do «cientista» moderno é o facto de este último fazer parte de um ou de vários colectivos de investigadores. A ciência é para nós um processo institucional e metodológico preciso, com cânones e rotinas, um processo conduzido num espaço público de diálogo e crítica permanentes, constituído por universidades, institutos, academias, centros de investigação, laboratórios, revistas científicas, conferências, seminários. Foi Francis Bacon o primeiro a identificar a ideia de comunidade científica — com divisão do trabalho de pesquisa, mas também apresentação e validação dos dados e resultados respectivos — como sendo inseparável da própria existência da ciência como acontecimento institucional que mudaria para sempre os rumos da humanidade.

Ora, não deixa de ser extraordinário verificar a assimetria entre o que de monstruoso e assustador se joga na possibilidade de colapso ambiental, e a relativa exiguidade daquilo que foi efectivamente realizado pela comunidade científica para o enfrentar. Dois exemplos, apenas, para não ferir a sensibilidade de leitores mais susceptíveis. Primeiro, apesar de termos literatura sobre alterações climáticas, desde, pelo menos, o ensaio pioneiro sobre o tema elaborado por Svante Arrhenius, em 1896, a verdade é que só em 1988 se constituiu o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa), só nas últimas três décadas começou a existir algum investimento significativo para os estudos e as investigações mais aprofundadas na área climática. Segundo: embora o grau de consciência pública geral e a informação científica disponível sobre os grandes problemas da constelação ambiental, do clima à biodiversidade, dos oceanos à escassez de água doce ou à energia tenham aumentado significativamente, a verdade é que se somarmos o que as sociedades investem no estudo e na protecção do ambiente com aquilo que investem na defesa militar e no *business as usual*, é impossível não ficar admirado com a vantagem esmagadora deste segundo termo da comparação.

Seria absurdo e mesmo contrafactual não considerar hoje a crise do ambiente como objecto da actividade científica. Importa, todavia, reconhecer que ela só adquiriu essa condição tardia e penosamente. E esse facto, essa integração tardia e a contragosto da crise do ambiente entre os objectos da *episteme* não se ficou a dever a qualquer negligência, omissão ou esquecimento, mas está inscrita na

própria matriz da ciência moderna. A ciência moderna não nasceu para causar alarme social, para perturbar as almas com visões assustadoras sobre perigos futuros. A ciência moderna, como o referiu Descartes, nasceu para aumentar exponencialmente os confortos materiais e a duração saudável da existência humana. Ou ainda, como escreveu Francis Bacon, «para o alargamento das fronteiras do império humano à produção de todas as coisas possíveis.»¹³ A ciência moderna ergueu-se para nos dar boas notícias, para se transformar no braço armado e conquistador da utopia, trazendo-a do futuro ao presente, dos céus à terra, para fazer do hedonismo não uma escola de pensamento moral, mas uma experiência vulgar para os cidadãos das modernas sociedades técnico-científicas. A crise do ambiente, pelo contrário, fala-nos de alarme e não de esperança. Incita-nos à moderação e à prudência, não à conquista e à glória que a acompanha. Daí o seu atraso, a sua dificuldade em entrar de pleno direito na moderna cidade da ciência.

§6. A CRISE DO AMBIENTE NO NÚCLEO DE COMPLEXIDADES DA EXPERIÊNCIA CIENTÍFICA MODERNA

A única afirmação que pode ser efectuada com absoluta certeza no que concerne à integração da crise do ambiente no campo das áreas científicas é de que cada passo será objecto de uma poderosa resistência. Não interessa qual o domínio da constelação ambiental, quais as especialidades que vão ser recrutadas para a investigação. O que sabemos de antemão é que o assumir por parte da ciência de uma atitude crítica, o lançar de sinais de alerta em relação à ordem e aos regimes estabelecidos (sejam legais, sejam económicos) irá provocar uma reacção violenta, até desproporcionada, por parte dos interesses instalados. Dois exemplos distintos, do passado, para ilustrar esta afirmação. Primeiro: a violenta campanha contra Rachel Carson, movida e financiada pela indústria química, irritada

¹³ «The End of our Foundation is the knowledge of Causes, and Secret Motions of things, and the enlarging of the bounds of Human Empire, to the effecting of all things possible.» (Francis Bacon, *New Atlantis and The Great Instauration*, Jerry Weinberger (ed.), Arlington Heights, IL, Harlan Davidson, 1989, p. 71).

pelo grito de alerta contra os pesticidas contido na obra seminal *Silent Spring*. Segundo: os fortíssimos ataques movidos pela indústria tabaqueira, ao longo de décadas, contra os médicos de saúde pública que denunciaram os perigos letais contidos no fumo do tabaco, não apenas para os fumadores activos, mas também para os fumadores passivos. Quem poderá admirar-se de que hoje, mesmo quando as provas e os factos das alterações climáticas nos entram pela retina até ao fundo do cérebro, continuem a erguer-se vozes proferindo ataques grosseiros contra a pesquisa climática e os cientistas que mais se destacam pelos conselhos de prudência para as políticas públicas?

Contudo, seria uma simplificação considerar que as dificuldades levantadas à investigação científica em matéria ambiental são apenas provenientes do exterior da ciência. Para percebermos melhor as razões que condicionam, limitam e até impedem a formação de consensos amplos, atempados, em torno das grandes questões ambientais, teremos de compreender a teia de complexidades que, de dentro da própria prática científica, acabam por constituir um factor de opacidade e entropia consideráveis para o progresso da investigação e para a conveniente articulação desta com as orientações políticas que deveriam integrar no seu seio as melhores recomendações científicas possíveis.

Na minha perspectiva, as principais complexidades e obstáculos são os que de seguida se enunciam:

6.1. Complexidade epistemológica. A actividade científica em geral é uma actividade difícil. Exige uma longa preparação académica e uma formação ininterrupta ao longo da vida. Não é por acaso que se costuma dizer que o labor científico não se limita a ser uma profissão, devendo também estar enraizado numa vocação, tendo em vista os sacrifícios pessoais e as exigências de entrega e disciplina a que este trabalho obriga. O estudo científico dos temas ambientais adiciona a esta dificuldade geral uma outra particularmente sensível. A maioria dos grandes problemas ambientais é por natureza interdisciplinar, exige a conjugação de esforços de diferentes disciplinas e saberes. A construção de grelhas heurísticas para o estabelecimento e recolha de dados no domínio ambiental, bem como a sua leitura e interpretação, significam um grande desafio epistemológico, tendo em conta a estruturação vertical das disciplinas e a própria orientação das universidades para a especialização, pelo menos ao nível da graduação e dos níveis

imediatamente superiores. Um líder de um projecto de investigação, face às dificuldades levantadas pela complexidade epistemológica das questões ambientais, hesitará, provavelmente, entre levá-lo a cabo ou encetar um projecto mais confortavelmente situado na sua área curricular de formação.

6.2 Complexidade de organização. De um modo muito mais amplificado do que aquele que já nos alvorea do século xvii era antecipado por Francis Bacon, um projecto científico é hoje uma verdadeira empresa. Não basta o conhecimento, a disciplina metodológica e, se possível, o rasgo de génio dos investigadores envolvidos. As competências de gestão empresarial são imprescindíveis, se os projectos se quiserem dotar dos recursos financeiros para poderem calibrar correctamente a sua ambição. No domínio ambiental, sobretudo quando estamos a lidar com problemas ambientais globais como é o caso das alterações climáticas, esta complexidade organizacional aumenta exponencialmente. Para poder alimentar uma estrutura como, por exemplo, o Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC, na sigla inglesa), funcionando como uma rede planetária, é necessário combinar múltiplas competências, que vão desde a recolha de fundos públicos e privados — sempre escassos e em quadros muito competitivos — até à capacidade de comunicação com o público, não esquecendo a imperiosa necessidade de manter uma aturada vigilância sobre a metodologia que permite o controlo da qualidade dos conteúdos científicos propriamente ditos, numa situação em que a confiança mútua entre investigadores de disciplinas diversas não pode conduzir a qualquer espécie de vacilação no que concerne à credibilidade e fiabilidade dos resultados publicados.

6.3. Complexidade de paradigmas. A crise ambiental permaneceu na sombra durante décadas, não porque os seus sintomas não estivessem já presentes no mundo físico real, mas porque os modos de ver dominantes nas diversas ciências os mantinham numa invisibilidade relativa. Trata-se do processo geral de funcionamento dos paradigmas científicos, tão bem explicado por Thomas Kuhn na sua clássica obra de 1962. Um dos principais obstáculos ao consenso nas ciências do ambiente reside no facto de que o diagnóstico da crise ambiental coloca em causa os alicerces básicos de paradigmas dominantes, e por isso, psicologicamente confortáveis — alicerces que, embora sejam da ordem da crença e da

convicção, funcionam, na verdade, como regras, apesar de não deterem o mesmo grau de legitimidade¹⁴. Com efeito, os axiomas de base de um paradigma podem ser lidos, simultaneamente, como janelas e como paredes. Como ângulos de visão, mas também como factores de opacidade. Em grande medida, alguns dos debates contemporâneos nas zonas mais críticas da crise global do ambiente passam por aí, isto é, por saber onde se situam as janelas e onde é que estas se tornaram, pelo contrário, em paredes que impedem a penetração da luminosidade do mundo objectivo e exterior.

6.4. *Complexidade de expectativas.* A ciência moderna nasceu sob o signo da demanda por mais poder para a humanidade. A verdade procurada não seria uma verdade desinteressada, mas sim uma verdade útil, que, como escrevia Descartes no *Discurso do Método*, nos deveria tornar «mestres e donos da Natureza». A pesquisa e o discurso científicos, sobretudo com o advento da rápida secularização das sociedades ocidentais, e com a entrada numa fase de declínio das grandes narrativas religiosas, transformaram-se, durante algum tempo, na única actividade com alguma capacidade de produzir discursos credíveis. Não é de estranhar que quase todas as ideologias do século xx, do bolchevismo aos racismos, tenham procurado fundamentos científicos para as suas delirantes visões do futuro. Ora, o advento da crise do ambiente, como tema científico, vai contrariar umbilicalmente essa vocação de religião civil que a ciência tinha conquistado e procurado preservar. A experiência da crise ambiental, com o seu cortejo de catástrofes tecnológicas, identifica e acentua a situação contemporânea de ruptura nas expectativas de uma euforia técnica a raiar a fronteira da magia. As ciências da crise ambiental erguem a sua voz, precisamente, numa fase em que a própria ciência está em processo de queda do seu pedestal laico, passando a ser discutida na praça pública, como se de mais uma opinião, entre outras, se tratasse. Uma mudança que, embora não isenta de possibilidades positivas, contém no seio interior o risco de ruína para a credibilidade da ciência, bem como a

¹⁴ «Eu sugiro que as regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem orientar a pesquisa mesmo na ausência de regras» (*Rules, I suggest, derive from paradigms, but paradigms can guide research even in the absence of rules*), Thomas S. Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*, Chicago, University of Chicago Press, 1962, p. 42.

degradação do seu papel na contribuição para a elaboração de políticas públicas e a própria produção de confiança e coesão social¹⁵.

§7. SERÁ POSSÍVEL UMA CIÊNCIA DO «REGRESSO À TERRA»? PORQUE NECESSITA A CIÊNCIA FUNDADA POR COPÉRNICO DE REGRESSAR AO ESPÍRITO DE PTOLOMEU?

Ninguém estará hoje em condições de responder com rigor à pergunta ontológica fundamental do nosso tempo, que consiste em saber se a nossa civilização será capaz de evoluir positivamente, enfrentando os desafios letais da crise global do ambiente, ou se, pelo contrário, ficaremos tolhidos e hesitantes, presos nas nossas inércias e conflitos, incapazes de construir consensos operatórios, deixando-nos resvalar no abismo do colapso. O que poderemos desde já afirmar com segurança é que, para a primeira possibilidade ter sucesso, teremos de contar com um envolvimento ainda mais intenso da ciência e da comunidade científica em todas as suas dimensões, na construção das condições que permitam atravessar a perigosa era de transição em que já nos encontramos embarcados.

Na minha perspectiva, são duas as condições essenciais que deverão ser preenchidas caso as ciências queiram desempenhar esse decisivo papel na arriscada e presente transição civilizacional. A primeira condição foi bem sintetizada por Bob Doppelt, quando nos alertou para a urgente tarefa de proceder a um rearranjo da relação entre os saberes e as disciplinas, de modo a estarmos à altura das alterações climáticas¹⁶. O apelo de Doppelt incide nas novas responsabilidades das ciências sociais, incluindo nesse domínio, evidentemente, a economia e a

¹⁵ O problema da comunicação *da* ciência e *em* ciência é um dos temas fundamentais da teoria da «ciência pós-normal» (*post-normal science*), desenvolvida por Jerome Ravetz e Sílvia Funtowicz. Ver, por exemplo: J. Ravetz, «When Communication Fails. A Study of Failures of Global Systems», *Interfaces Between Science and Society*, ed. de Ângela G. Pereira, Sofia G. Vaz e Sylvia Tognetti, Sheffield, Greenleaf Publishing, 2006, pp. 16-34.

¹⁶ «One of the problems is that the issue is still being framed as a scientific and environmental issue. This is a major mistake. Climate change is just a symptom of dysfunctional social and economic practices and policies. It is a social and economic issue. The emphasis needs to shift away from the biophysical sciences now to the social sciences if we have any hope of solving this problem.» (Bob Doppelt, *The Guardian*, 14.04.2009).

sociologia, entre outras. Continuar a insistir num tratamento das alterações climáticas, como face mais visível da crise ambiental, meramente no âmbito das ciências físicas e naturais, seria um profundo erro, que acabaria por nos paralisar no plano da inspiração adequada e atempada das políticas públicas. Uma grande parte dos ecos dos debates contra o IPCC que se têm levantado nos órgãos de comunicação social, sobretudo na de teor generalista, deriva dessa incompreensão da necessidade de alargar a compreensão do tema ambiental e climático, saindo das fronteiras de obsoletas concepções de certeza que nos fazem correr o risco de não vislumbrarmos a diferença entre previsão e projecção, ou entre facto e tendência, arrastando as ciências para um pântano de desconfiança, inutilidade e paralisia.

A segunda condição é ainda mais exigente e radical. Quem a soube formular com mais clareza terá sido Hannah Arendt, num texto de 1963 dedicado às consequências, para a nossa identidade antropológica, da «conquista espacial»¹⁷. Por maioria de razão, hoje, quando o nosso olhar sobre o futuro nos devolve o avolumar de sombras cada vez mais espessas e avassaladoras, será prudente incutirmos na atitude das ciências um acelerado e profundo regressar à Terra. Depois de séculos a fazer sucessivas revoluções copernicanas, de afastamento, descenramento e indiferença em relação ao nosso Planeta e ao futuro da nossa espécie, é de uma espécie de viragem neoptolemaica dos saberes que precisamos hoje, não no sentido da substância (o que seria um absurdo), mas no sentido da forma. Isto é, trata-se de colocar as ciências ao serviço do interesse humano, o que implica a conjugação de duas tarefas. Primeiro, a intransigente defesa da Terra como

¹⁷ «It would be geocentric [the new science] in the sense that the earth, and not the universe, is the center and the home of mortal men, and it would be anthropomorphic in the sense that man would count his own factual mortality among the elementary conditions under which his scientific efforts at all.», in Hannah Arendt, «The Conquest of Space and the Stature of Man» [1963], *Between Past and Present, Eight Exercises in Political Thought*, Nova Iorque, Penguin Books, 1993, p. 265-280. A força de atracção do modelo copernicano ao longo dos últimos 400 anos, para designar qualquer avanço ou mudança significativa no curso dos estudos filosóficos ou científicos, é de tal modo dominante, que num artigo relativamente recente sobre as novas ciências da Terra, o seu autor continuava a preferir designar o regresso ao Planeta como objecto prioritário das ciências, não sob a matriz de Ptolomeu, mas sim como uma segunda revolução copernicana: «This new revolution will be in a way a reversal of the first: it will enable us to look back on our planet to perceive one single, complex, dissipative, dynamic entity, far from thermodynamic equilibrium — the “Earth system”», Hans Joachim Schellnhuber, «“Earth system” analysis and the second Copernican revolution», *Nature*, vol. 402 | Supp |, 2 December 1999 | www.nature.com], C20.

lugar de habitação humana em condições de dignidade. Segundo, o reconhecimento da fragilidade e da mortalidade humanas como inerentes à nossa capacidade de conferir sentido e transcendência a uma existência que possa e mereça ser vivida. Dificilmente se poderá encontrar uma tarefa, simultaneamente, tão difícil para a comunidade científica do nosso tempo, e tão urgente para garantir o futuro da espécie humana na habitação duradoura do terceiro Planeta do «nosso» sistema solar.

Mais de meio-século após a conferência de Charles Snow, a divisão entre as «duas culturas», persistente sob múltiplas cicatrizes e metamorfoses, continua a ser a representação, no plano da organização dos saberes humanos, do maior obstáculo à compreensão teórica e à superação prática dos problemas ontológicos (ou não se chamasse a nossa época, a «Era do Antropoceno») criados pela potencialmente perigosa combinação, já denunciada em 1966 por Adriano Moreira, entre «poder» e «ignorância».

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 26 DE NOVEMBRO DE 2009)

Índice

INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO (A MICRO FUNDAÇÃO DA MACROECONOMIA).....	7
<i>Manuel Jacinto Nunes†</i>	
PESSOA E NOMEAÇÃO EM CONTEXTOS LUSÓFONOS.....	25
<i>João de Pina Cabral</i>	
NO CENTENÁRIO DA MORTE DE D. JOÃO DA CÂMARA.....	45
<i>Luiz Francisco Rebello†</i>	
O PENSAMENTO DE TEILHARD DE CHARDIN NO CRUZAMENTO DA NATUREZA E DO ESPÍRITO.....	55
<i>Michel Renaud</i>	
PESSOA E VIEIRA	69
<i>Teresa Rita Lopes</i>	
A RATIFICAÇÃO DO TRATADO DE LISBOA	87
<i>Paulo de Pitta e Cunha</i>	
A CONSTRUÇÃO DO OBJECTO DA SOCIOLOGIA DA MÚSICA	95
<i>Mário Vieira de Carvalho</i>	
OS CONCEITOS DE DETERMINAÇÃO, DE DETERMINISMO E DA FINALIDADE NA TEORIA DA EVOLUÇÃO DAS ESPÉCIES. DO BOM USO DO CONCEITO DE FINALIDADE NA CIÊNCIA.....	123
<i>Michel Renaud</i>	

DARWIN E O EVOLUCIONISMO NA CIÊNCIA ECONÓMICA	135
<i>José Luís Cardoso</i>	
AS TONALIDADES DO COMÉRCIO EM CAMÕES E EM VIEIRA	153
<i>Rui Figueiredo Marcos</i>	
ARTE E PROPAGANDA IMAGÉTICA EM GOA NO TEMPO DE D. ALEIXO DE MENESES (1595-1612): A DECORAÇÃO DO MOSTEIRO DE SANTA MÓNICA E OS SEUS ARTISTAS.....	167
<i>Vítor Serrão</i>	
UM TESOURO PARA A INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: OS RELATOS DE HENRIQUE DIAS DE CARVALHO SOBRE A SUA «EXPEDIÇÃO AO MUATIÂNVUA» NA LUNDA/ ANGOLA (1884-1888)	179
<i>Beatrix Heintze</i>	
O CONCEITO AGREGADOR DA SEGURANÇA OCIDENTAL	203
<i>Adriano Moreira</i>	
REFORMULAÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO: A EXPERIÊNCIA E A MUDANÇA. REORDENAR A SEGURANÇA DO OCIDENTE	211
<i>José Alberto Loureiro dos Santos†</i>	
OS 60 ANOS DA NATO. UM TESTEMUNHO E A PROSPECTIVA	219
<i>Nuno Gonçalo Vieira Matias</i>	
«DITOSA PÁTRIA QUE TAL FILHO TEVE»: A VOZ DE CAMÕES POR NUN'ÁLVARES PEREIRA.....	227
<i>Aires A. Nascimento</i>	
VOCABULÁRIOS DA LÍNGUA PORTUGUESA EDITADOS EM PORTUGAL (1866-1970)	243
<i>Artur Anselmo</i>	

PONTOS CRÍTICOS DA CPLP	253
<i>Adriano Moreira</i>	
PATRIMÓNIO CULTURAL NOS PAÍSES DA CPLP EM TERMOS DE GLOBALIZAÇÃO	261
<i>Ilídio do Amaral†</i>	
SOBRE LUSOFONIA GLOBAL.....	273
<i>Jorge Braga de Macedo</i>	
O FUTURO DE ÁFRICA: LIÇÕES APRENDIDAS COM OS MOTORES DE CRESCIMENTO DO SUL.....	289
<i>Carlos Lopes</i>	
PERSPECTIVAS DO ENSINO SUPERIOR.....	307
<i>António Sampaio da Nóvoa</i>	
PROBLEMAS E DESAFIOS DA UNIVERSIDADE	317
<i>Manuel Braga da Cruz</i>	
QUATRO DÉCADAS: DA MUDANÇA À INCERTEZA.....	329
<i>António Barreto</i>	
AMÁLIA RODRIGUES: DOS POETAS POPULARES AOS POETAS CULTIVADOS.....	343
<i>Vasco Graça Moura†</i>	
A INCERTEZA ENTRE AS DUAS CULTURAS.....	365
<i>Adriano Moreira</i>	
DAS «DUAS CULTURAS» À CRISE AMBIENTAL: A URGÊNCIA DE UMA REVOLUÇÃO PTOLEMAICA NAS CIÊNCIAS.....	373
<i>Viriato Soromenho-Marques</i>	

Índice Onomástico

ADRIANO MOREIRA	
<i>A incerteza entre as duas culturas</i>	365
ADRIANO MOREIRA	
<i>O conceito agregador da segurança ocidental.....</i>	203
ADRIANO MOREIRA	
<i>Pontos críticos da CPLP</i>	253
AIRES A. NASCIMENTO	
<i>«Ditosa pátria que tal filho teve»: a voz de Camões por Nun' Álvares Pereira.....</i>	227
ANTÓNIO BARRETO	
<i>Quatro décadas: da mudança à incerteza</i>	329
ANTÓNIO SAMPAIO DA NÓVOA	
<i>Perspectivas do ensino superior.....</i>	307
ARTUR ANSELMO	
<i>Vocabulários da língua portuguesa editados em Portugal (1866-1970)</i>	243
BEATRIX HEINTZE	
<i>Um tesouro para a investigação científica: Os Relatos de Henrique Dias de Carvalho sobre a sua «Expedição ao Muatiânvua» na Lunda/Angola (1884-1888)</i>	179

CARLOS LOPES

<i>O Futuro de África: lições aprendidas com os motores de crescimento do Sul</i>	289

ILÍDIO DO AMARAL†

<i>Património cultural nos países da CPLP em termos de globalização</i>	261

JOÃO DE PINA CABRAL

<i>Pessoa e nomeação em contextos lusófonos</i>	25

JORGE BRAGA DE MACEDO

<i>Sobre lusofonia global</i>	273

JOSÉ ALBERTO LOUREIRO DOS SANTOS†

<i>Reformulação do conceito estratégico da NATO: a experiência e a mudança.</i>	
<i>Reordenar a segurança do Ocidente</i>	211

JOSÉ LUÍS CARDOSO

<i>Darwin e o evolucionismo na ciência económica</i>	135

LUIZ FRANCISCO REBELLO†

<i>No centenário da morte de D. João da Câmara</i>	45

MANUEL BRAGA DA CRUZ

<i>Problemas e desafios da universidade</i>	317

MANUEL JACINTO NUNES†

<i>Individualismo metodológico (a micro fundação da macroeconomia)</i>	7

MICHEL RENAUD

<i>O pensamento de Teilhard de Chardin no cruzamento da natureza e do espírito</i>	55

MICHEL RENAUD

- Os conceitos de determinação, de determinismo e da finalidade na teoria da evolução das espécies. Do bom uso do conceito de finalidade na ciência ...* 123

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

- A construção do objecto da sociologia da música.....* 95

NUNO GONÇALO VIEIRA MATIAS

- Os 60 anos da NATO. Um testemunho e a prospectiva.....* 219

PAULO DE PITTA E CUNHA

- A ratificação do Tratado de Lisboa.....* 87

RUI FIGUEIREDO MARCOS

- As Tonalidades do Comércio em Camões e em Vieira.....* 153

TERESA RITA LOPES

- Pessoa e Vieira* 69

VASCO GRAÇA MOURA†

- Amália Rodrigues: dos poetas populares aos poetas cultivados.....* 343

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

- Das «duas culturas» à crise ambiental: a urgência de uma revolução ptolemaica nas ciências.....* 373

VÍTOR SERRÃO

- Arte e propaganda imagética em Goa no tempo de D. Aleixo de Meneses (1595-1612): a decoração do Mosteiro de Santa Mónica e os seus artistas...* 167

Composto e impresso em Lisboa
na Gráfica 99, em 2019.
Dep. Legal: ??????/18

